



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Marcelo Nogueira de Siqueira

**OS ARQUIVOS NACIONAIS DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – DAS
ORIGENS À IDEIA DO ARQUIVO COMUM:
ELEMENTOS E PERSPECTIVAS DE UM ESTUDO
ORGÂNICO-FUNCIONAL**

**Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pelas
Professoras Doutoras Maria José Azevedo Santos e Maria Beatriz Pinto de Sá
Moscoso Marques, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e
Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.**

Abril de 2022

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

OS ARQUIVOS NACIONAIS DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA – DAS ORIGENS À IDEIA DO
ARQUIVO COMUM:
Elementos e perspectivas de um estudo
orgânico-funcional

Marcelo Nogueira de Siqueira

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pelas Professoras
Doutoras Maria José Azevedo Santos e Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso Marques, apresentada
ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2021



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

A presente tese foi escrita conforme o Acordo Ortográfico de 1990 e dentro das especificidades da língua portuguesa falada e escrita no Brasil. As citações e referências bibliográficas seguem o estilo APA (American Psychological Association).

Nada é impossível.
(São Judas Tadeu)

Esta tese é dedicada à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

*Respeito muito minhas lágrimas
Mas ainda mais minha risada
(Caetano Veloso, 1986, n.p.)*

Antes de mais nada peço desculpas, pois não serei tão breve como normalmente costumam ser os agradecimentos, pois considero a gratidão como o sentimento mais nobre e justo de todos.

Esta tese foi realizada em pouco mais de quatro anos, pois foi planejada alguns meses antes do meu ingresso no doutoramento, em setembro de 2017, e concluída um pouco depois do tempo previsto, em dezembro de 2021, devido às consequências da pandemia de Covid-19. Todavia, a tese não é fruto apenas dos esforços empreendidos durante esse período, que embora longo, não representa, na sua integralidade, todo o aprendizado, influências e ajudas que tive para conseguir realizá-la.

Diferente das outras línguas europeias, em que o sentido de agradecimento se situa em um nível superficial ou intermediário de gratidão, pois é constituído apenas pelo sentimento de reconhecimento ou de retribuição pela graça concedida, na língua portuguesa seu vínculo é o do compromisso, pois a palavra obrigado designa o ato de estar comprometido, como obrigação, com aquele que o ajudou.

Por tudo isso e pela vontade de deixar registrado para a posteridade todo o meu carinho e gratidão por quem, de alguma forma, colaborou para a realização desta pesquisa, de que muito me orgulho, deixo aqui meu muito obrigado.

Agradeço aos meus professores da minha infância e juventude, na figura de D. Semíramis, por terem despertado em mim o gosto pelo estudo, o espírito curioso e a vontade de ser professor.

Agradeço aos meus professores do Doutorado, na figura da Doutora Maria da Graça Simões (*in memoriam*), por terem me proporcionado momentos de profunda reflexão e mostrado novos caminhos do conhecimento.

Agradeço a todos os funcionários da Universidade de Coimbra, na figura da Dr^a. Manuela Santos, pelo auxílio e colaboração, na realização das atividades burocráticas e operacionais inerentes ao período do Doutoramento.

Agradeço aos meus amigos, de ontem e de sempre, na figura do Paulo Roberto Abreu (*in memoriam*) pela alegria de viver, pelo companheirismo e conselhos.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, do Arquivo Nacional e da UNIRIO, muitos dos quais se tornaram amigos queridos, na figura de Ramon Jorge Henrique (*in memoriam*), por colaborarem na minha formação profissional e tornarem meu ambiente de trabalho mais leve e produtivo, além da ajuda para que meu período de afastamento para os estudos doutorais se desse sem problemas.

Alguns amigos foram de fundamental importância nesse período em Portugal, pois, entre estudos e pesquisas, houve a tristeza pela partida de pessoas queridas e uma pandemia que modificou os rumos da humanidade. Nem tudo foi feliz nesses quatro anos e sem a presença de amigos queridos, mesmo que de forma remota e com um oceano de distância, tudo ficaria mais difícil. Por isso, muito obrigado Ana Cristina, Andreia Verano, Anna Carla Mariz, André Malverdes, António Lopes, Brenda Rocco, Carla Krause, Carmen Moreno, Cristiane Maria, Daniel Flores, Denilson Botelho, Doia Wolf, Eliete Silva, Érika Sampaio, Fernanda Monteiro, Flavio Leal, Gabriella Duarte, Gilberto Lima, Isabel Profírio, João Marcus, Luiz Bastos, Luiz Pedro Jutuca, Maria Clara, Maria de Fátima, Maria Thereza, Mariana Silveira, Mauro Domingues, Mauro Lerner, Meriane Rocha, Natasha Hermida, Pablo Soutyo Blanco, Pedro Botti, Pedro Verano, Priscila Vaisman, Raquel Melo, Ricardo Cardoso, Ricardo Silva, Rique, Rosale Souza, Selma Dedavid, Simone Mota, Sheila Muller, Sofia Maia, Tatiana Bonatti, Tatiane Balbino e Yoriel Moreira.

Agradeço aos meus alunos, todos eles, da Escola Municipal Joaquim Manoel de Macedo aos do curso de Arquivologia da UNIRIO, em especial ao Douglas Machado (*in memoriam*), por me fazerem buscar, sempre, o aprimoramento acadêmico e científico e a vontade de fazer a diferença em suas vidas.

Agradeço aos meus alunos portugueses do curso de Licenciatura em Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), por transformarem o desafio de ser professor, na mais tradicional instituição de ensino da lusofonia, em um orgulho incomparável e inesquecível.

Aos colegas portugueses da minha turma de Doutorado, todos agora amigos queridos, Ana Filipa, André, Filipinha, Luís, Paula e Susana, muito obrigado! Vocês foram incríveis! Aos colegas das outras turmas, em especial a Leonor Borges, Ana Margarida, Pedro Pentead, Diogo Vivas, Silvia Morais, Cristiane Rodrigues, Henrique França, Miguel Santos, Mariane Pinto, Thaianie Honda e Ana Maranhão.

Um agradecimento mais que especial à Fernandinha, por sempre tirar nossas dúvidas, explicar o funcionamento do curso e da universidade, dar valiosas dicas e mostrar que seria possível. À querida Emi, deixo meu muito obrigado por seu equilíbrio, gentileza e apoio sempre que necessário, além de ter dividido comigo, por diversas vezes, o delicioso arroz doce da cantina da universidade. Ao grande Alexandre, por ter sido o companheiro mais divertido dessa jornada, sempre com bom-humor e otimismo, mas me dando sugestões incríveis para a tese, fazendo com que essa longa jornada tenha sido ainda mais feliz.

Aos meus duplamente compadres e melhores amigos, Paola e Thiago, por terem aceitado meu convite para essa inesquecível aventura em Portugal, repleta de desafios, descobertas e conhecimentos. Deixo aqui mais que um agradecimento, mas o reconhecimento de que sem vocês e o Pedrowski, tudo seria bem mais difícil.

Em relação à tese, especificamente, agradeço muitíssimo aos que colaboraram com entrevistas, conversas e reuniões, que foram fundamentais para a coleta de informações e para o entendimento dos processos e contextos históricos: Jaime Antunes da Silva (IHGB, AN/Brasil), Neide de Sordi, Lúcia Peralta e Aluf Elias (AN/Brasil), Silvestre Lacerda (ANTT/Portugal), Alexandra Aparício (ANA/Angola), Iaguba Djaló (INEP/Guiné-Bissau), Sónia Carvalho (AHSTP/Brasil), Claudia Correia (IANCV/Cabo verde), Ana Canas Martins (AHU/Portugal), Edmundo Macuácuca (AHM/Moçambique), Nazario de Freitas (ANTL/Timor-Leste), Georgina Benrós de Mello, Rosa Pais, Arlinda Cabral, Isabel Julio e Ester Mestre (CPLP/Portugal). Agradeço ao amigo Walmor Pamplona, pela revisão e conselhos para uma melhor redação da tese; aos funcionários das inúmeras bibliotecas em que pesquisei, sobretudo, da CPLP, da FLUC, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Biblioteca Almeida Garret, no Porto, pela presteza e paciência no atendimento. Ao Embaixador do Brasil na CPLP, Pedro Fernandes Bretas Bastos, agradeço pela recepção na embaixada e os esclarecimentos prestados, bem como à Embaixatriz do Brasil na Guiné-Bissau, Shriley Carvalhêdo Franco, pela valiosa ajuda, junto ao INEP.

Aos professores Saul Gomes, Júlio Ramos e Armando Malheiro da Silva, pela extrema generosidade no compartilhamento do vasto conhecimento que possuem, pelas conversas divertidas e profundas fora de sala de aula, pelo incentivo constante e por reconhecerem e respeitarem a diversidade de pensamento, meu muito obrigado.

Ao meu mestre, amigo e incentivador, Professor João Eurípedes Franklin Leal, a quem eu considero como um segundo pai, agradeço por toda a confiança depositada em mim e pelos ensinamentos constantes e conversas infinitas.

Às minhas orientadoras, Maria José Azevedo Santos e Maria Beatriz Marques, deixo um agradecimento especial, pois, sem elas, tudo seria muito mais difícil e enfadonho, quiçá, impossível. Nesses quatro anos, elas foram mais que orientadoras de formas, conteúdos e metodologias, pois sempre estiveram ao meu lado, como amigas e companheiras dessa longa jornada, apoiando e sendo solidárias nos momentos difíceis, mas sendo leves e presentes na condução permanente da orientação da pesquisa. Concluo o Doutorado e finalizo a tese, mas a gratidão, o respeito e a amizade ficarão para sempre.

Agradeço à minha família, que me formou e me transformou no que sou, na pessoa da Tia Irá (*in memoriam*).

À minha cachorrinha Julie, que passou 17 anos ao meu lado e morreu em meus braços, no Porto, no último dia de 2020. Ela que sempre nos fez companhia, tornou nossa vida em Portugal mais leve e menos solitária.

Aos meus irmãos, Valcir, Vilma, Valmar, José Bernadino e Arcy (*in memoriam*) exemplos e incentivadores; aos meus sobrinhos Luiz, Neto, Paula, Marcela, Martha, Luciana, Carolina, Danielle, Gabriel, Arthur, Bruno, Carol, Natália e Fernanda (*in memoriam*); às minhas noras Aninha e Raquel, meu muito obrigado.

Aos meus filhos, Marcelo e Marcio, frutos do meu amor e sementes da minha dedicação, todo meu agradecimento pelo orgulho que sempre me proporcionaram, por serem os melhores filhos, netos e amigos que alguém possa ter nessa vida.

À minha esposa, amiga e companheira, Suzana, minha maior motivação e conquista, por quem sempre devotei amor e gratidão, agradeço por tudo e peço desculpas por não ter sido mais presente nesses últimos anos. E como já dito em outras ocasiões, eu sou e serei sempre a consequência inevitável de você.

Ao meu pai, que nos deixou há trinta anos, mas que parece estar comigo todos os dias, a saudade de quem foi o mais dedicado dos filhos e que nunca deixará de ser o motivo de seu orgulho. Obrigado por ter sido o exemplo e pelos inúmeros momentos felizes e marcantes que passamos juntos.

À minha mãe... minha tão querida mãe... Minha maior incentivadora, a que melhor me conhecia, a que sempre teve uma palavra de conforto e otimismo e que só nutria bondade e amor. A pessoa mais generosa que eu conheci, a mais bela e a mais solidária. Ela nos deixou no meio desse Doutorado. Suas últimas palavras, ditas para mim, foram sobre o enorme orgulho que sentia por eu ser o que sou. Mãe, essa tese é para a senhora.

Resumo

A presente tese analisa a criação, desenvolvimento e estágio atual dos arquivos nacionais dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), a partir da identificação dos seus marcos de fundação, da evolução regimental, vinculação institucional, estruturas funcionais, políticas arquivísticas e dos acervos custodiados, bem como do contexto histórico, social e administrativo de cada país. Em seguida, identifica a CPLP, dentro do seu tempo e espaço, como organização internacional voltada à integração lusófona, inserida na perspectiva de organizações desse tipo, surgidas na segunda metade do século XX. Para uma ampla contextualização deste cenário – dos arquivos nacionais da CPLP –, a primeira parte da tese aborda o campo interdisciplinar dos arquivos, de suas origens aos tempos atuais; as noções e conceitos de patrimônio e suas interfaces com os conceitos de História, memória e identidade; e a construção da lusofonia como processo histórico e de pertencimento. A partir deste quadro inicial, foram observadas as iniciativas da CPLP de integração dos arquivos nacionais lusófonos em forma de rede e da proposta de criação de um “arquivo comum”, com base no patrimônio arquivístico comum entre seus países membros. A pesquisa justifica-se pela ausência de estudos aprofundados, referentes ao conjunto dos arquivos nacionais dos países lusófonos, em uma abordagem integrada, interdisciplinar e coletiva, a partir do olhar transdisciplinar da Ciência da Informação, e pela possibilidade de auxiliar essa coletividade, e a própria CPLP, em seus projetos arquivísticos de integração, bem como de favorecer o desenvolvimento de iniciativas colaborativas entre as referidas instituições e incentivar a criação de arquivos nacionais em Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, países que ainda não possuem esse tipo de instituição. Tem, por objetivo principal, a elaboração de diagnóstico dos arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP, com vistas a subsidiar a implementação dos projetos de integração e de proporcionar elementos e perspectivas para o desenvolvimento de estudos orgânico-funcionais. Optou-se por uma metodologia de natureza exploratória de abordagem mista (quantitativa e qualitativa), composta por revisão de literatura do quadro teórico-conceitual e de pesquisa aplicada, a partir de análise documental, entrevistas, envio de questionários e elaboração de quadros comparativos. Por fim, identifica ações individuais, bilaterais e

multilaterais das instituições e países investigados, no âmbito dos arquivos, estabelecendo uma topografia arquivística da lusofonia, e apresenta encaminhamentos para a consecução das propostas de integração, na forma de projetos factíveis de serem desenvolvidos pela CPLP e pelos arquivos nacionais. Os resultados apontam para um desnivelamento dos arquivos nacionais lusófonos em suas estruturas, a falta de ações multilaterais, a ausência de fóruns e eventos de natureza permanente, a necessidade de projetos de capacitação e de canais de divulgação científica e a demanda por maior integração em todos os níveis. Conclui-se que, para a resolução dessas questões, é necessário que haja uma coordenação efetiva e perene, identificando a CPLP como o ente mais apropriado para tal função.

Palavras-chave

Arquivo, Arquivo Nacional, Patrimônio Arquivístico, Lusofonia, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Abstract

This thesis analyzes the creation, the development and the current status of the national archives of the member states of the Community of Portuguese Language Countries – CPLP (Portugal, Brazil, Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Equatorial Guinea, Mozambique, São Tomé and Príncipe and Timor-Leste), based on the identification of its foundational landmarks, regimental evolution, institutional linkages, functional structures, archival policies and the collections in custody, as well as the historical, social and administrative context of each country. Then, it identifies the CPLP, within its time and space, as an international organization, focused on Portuguese-speaking integration, inserted in the perspective of organizations of this type, which emerged in the second half of the 20th century. For a broad contextualization of this scenario — the CPLP national archives —, the first part of the thesis addresses the interdisciplinary field of archives, from its origins to current times; the notions and concepts of heritage and their interfaces with the concepts of History, memory and identity; and the construction of Lusophony as a historical and belonging process. From this initial framework, the CPLP initiatives for the integration of Portuguese-speaking national archives, in the form of a network, and the proposal to create a “common archive”, based on the archival heritage shared among its member countries, were observed. The research is justified by the absence of in-depth studies, referring to the set of national archives of Portuguese-speaking countries, in an integrated, interdisciplinary and collective approach, from the transdisciplinary perspective of Information Science, and by the possibility of helping this collectivity, and the CPLP itself, in its archival integration projects, as well as favoring the development of collaborative initiatives between these institutions and encouraging the creation of national archives in Guinea-Bissau and Equatorial Guinea, countries that do not yet have this type of institution. Its main objective is to prepare a diagnosis of the national archives of CPLP member states, with a view to subsidizing the implementation of integration projects and providing elements and perspectives for the development of organic-functional studies. We opted for an exploratory methodology with a mixed approach (quantitative and qualitative), consisting of a literature review of the theoretical-conceptual framework and applied research, based on document analysis, interviews, sending questionnaires and elaboration of comparative tables. Finally,

it identifies individual, bilateral and multilateral actions of the institutions and countries investigated, within the archives, establishing an archival topography of Lusophony, and presents directions for the achievement of integration proposals, in the form of feasible projects to be developed by the CPLP and by the national archives. The results point to an unevenness of the Portuguese-speaking national archives in their structures, the lack of multilateral actions, the absence of forums and events of a permanent nature, the need for training projects and scientific dissemination channels and the demand for greater integration in all the levels. It is concluded that, for the resolution of these issues, it is necessary that there is an effective and permanent coordination, identifying the CPLP as the most appropriate entity for this function.

Keywords

Archive, National Archive, Archival Heritage, Lusophony, Community of Portuguese Language Countries

Sumário

Lista de Ilustrações	xxiii
Lista de Figuras.....	xxiii
Lista de Quadros.....	xxv
Lista de Tabelas.....	xxvi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrônimos	xxix
APRESENTAÇÃO	xxxiii
INTRODUÇÃO	01
PARTE 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
1. O CAMPO INTERDISCIPLINAR DOS ARQUIVOS	21
1.1 A inter e a transdisciplinaridade.....	21
1.2 Os arquivos e o saber dos arquivos.....	25
1.2.1 A História.....	26
1.2.2 Os arquivos e a Arquivologia.....	28
1.2.3 A Ciência da Informação.....	55
2. PATRIMÔNIO	71
2.1 Noções, conceitos e perspectivas.....	71
2.2 A UNESCO e os programas internacionais de preservação do patrimônio cultural.....	74
2.3 Patrimônio documental, patrimônio arquivístico e patrimônio arquivístico comum.....	81
2.4 Interseções do patrimônio: memória, história e identidade.....	87
3. A LUSOFONIA	93
3.1 Da ideia de lusofonia ao luso-tropicalismo.....	98
3.1.1 Uma reflexão à guisa de conclusão (I).....	117
3.2 Do luso-tropicalismo ao conceito de lusofonia: uma questão política.....	125
3.2.1 Uma reflexão à guisa de conclusão (II).....	148
3.3 Dos conceitos de lusofonia aos debates atuais.....	156
3.3.1 Uma reflexão à guisa de conclusão (III).....	167
PARTE 2 – ESTUDO EMPÍRICO	
4. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP	175
4.1 Antecedentes e contextos.....	175
4.1.1 Antecedentes: diplomacia e organizações internacionais.....	175
4.1.2 Contextos: as comunidades anglófona e francófona.....	181
4.2 Histórico e Atualidades.....	184
4.2.1 Histórico: a formação da CPLP.....	184

4.2.2 Atualidades: a CPLP do século XXI.....	198
4.3 Os países membros.....	209
4.3.1 Portugal.....	211
4.3.2 Brasil.....	221
4.3.3 Angola.....	233
4.3.4 Cabo Verde.....	244
4.3.5 Guiné-Bissau.....	255
4.3.6 Guiné Equatorial.....	261
4.3.7 Moçambique.....	268
4.3.8 São Tomé e Príncipe.....	276
4.3.9 Timor-Leste.....	282
4.4 Análise das constituições.....	290
5. OS ARQUIVOS NACIONAIS DA CPLP.....	293
5.1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal).....	294
5.2 Arquivo Nacional (Brasil).....	299
5.3 Arquivo Nacional de Angola.....	305
5.4 Instituto Arquivo Nacional de Cabo Verde.....	309
5.5 Arquivos Históricos Nacionais / INEP (Guiné-Bissau).....	314
5.6 Biblioteca Nacional de Guiné Equatorial.....	320
5.7 Arquivo Histórico de Moçambique.....	325
5.8 Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe.....	329
5.9 Arquivo Nacional de Timor-Leste.....	337
PARTE 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	343
6. TOPOGRAFIA ARQUIVÍSTICA DA LUSOFONIA.....	345
6.1 Os Arquivos Nacionais da CPLP.....	345
6.2 Arquivo Histórico da CPLP.....	360
6.3 Fórum e Rede de Arquivos da CPLP.....	362
6.4 Arquivo Histórico Ultramarino.....	366
6.5 Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental.....	368
6.6 Projeto Resgate / Projecto Reencontro.....	372
6.7 Fundação Mário Soares e Maria Ramos/ Plataforma Casa Comum.....	377
6.8 Programa Memória do Mundo da UNESCO.....	382
7. PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS.....	387
7.1 Redes colaborativas.....	387
7.2 Diretório dos Arquivos Nacionais da CPLP.....	391
7.3 O Arquivo Comum.....	395
7.4 Redes sociais.....	399
7.5 Gamificação.....	402
7.6 Publicações e produções audiovisuais.....	404
7.7 Arquivos Nacionais como instrumentos sociais de transformação.....	407

CONCLUSÃO	411
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	423
ANEXOS	437
Anexo 1: Carta da Transdisciplinaridade.....	437
Anexo 2: Declaração Universal sobre os Arquivos.....	441
Anexo 3: Manifesto das Humanidades Digitais.....	443
Anexo 4: Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	446
APÊNDICES	457
Apêndice 1: Questionário enviado para os arquivos nacionais.....	457
Apêndice 2: Uma breve explicação sobre as epígrafes.....	464

Lista de Ilustrações

Lista de Figuras

Figura 1 – Campo empírico (macro).....	7
Figura 2 – Campo empírico (específico).....	8
Figura 3 – Campo empírico (delimitado).....	9
Figura 4 – Cartaz da Associação Latino-americana de Arquivos.....	53
Figura 5 – Cartaz da Declaração Universal do Arquivos.....	54
Figura 6 – Logotipo do Patrimônio Mundial da UNESCO.....	77
Figura 7 – Logotipo do Programa Memória do Mundo.....	80
Figura 8 – Estátua de Luiz de Camões em Lisboa.....	100
Figura 9 – Quadro A primeira missa no Brasil.....	102
Figura 10 – Gravura do Padre Antônio Vieira.....	104
Figura 11 – Retrato do Marquês do Pombal.....	106
Figura 12 – Quadro Independência ou morte.....	108
Figura 13 – Mapa Cor de Rosa.....	111
Figura 14 – Casa dos Estudantes do Império.....	140
Figura 15 – Aspecto do desfile da Unidos da Tijuca.....	171
Figura 16 – Bandeira da <i>Commonwealth</i>	183
Figura 17 – Bandeira da <i>Francophonie</i>	183
Figura 18 – Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 1996.....	190
Figura 19 – Bandeira da CPLP.....	192
Figura 20 – Mapa dos países da CPLP.....	193
Figura 21 – Logotipo da IILP.....	196
Figura 22 – Logotipo da <i>Africa Union</i>	209
Figura 23 – Bandeira de Portugal.....	211
Figura 24 – Localização de Portugal.....	214
Figura 25 – Bandeira do Brasil.....	221
Figura 26 – Localização do Brasil.....	223
Figura 27 – Bandeira de Angola.....	233
Figura 28 – Localização de Angola.....	236

Figura 29 – Bandeira de Cabo Verde.....	244
Figura 30 – Localização de Cabo Verde.....	246
Figura 31 – Bandeira da Guiné-Bissau.....	255
Figura 32 – Localização da Guiné-Bissau.....	257
Figura 33 – Bandeira da Guiné Equatorial.....	261
Figura 34 – Localização da Guiné Equatorial.....	264
Figura 35 – Bandeira de Moçambique.....	268
Figura 36 – Localização de Moçambique.....	271
Figura 37 – Bandeira de São Tomé e Príncipe.....	276
Figura 38 – Localização de São Tomé e Príncipe.....	277
Figura 39 – Bandeira de Timor-Leste.....	282
Figura 40 – Localização de Timor-Leste.....	284
Figura 41 – Logotipo do ANTT.....	295
Figura 42 – Sede do ANTT.....	299
Figura 43 – Logotipo do AN.....	300
Figura 44 – Sede do AN.....	304
Figura 45 – Logotipo do ANA.....	305
Figura 46 – Sede do ANA.....	308
Figura 47 – Logotipo do IANCV.....	309
Figura 48 – Sede do IANCV.....	313
Figura 49 – Logotipo do INEP.....	314
Figura 50 – Sede do INEP.....	319
Figura 51 – Logotipo da BNGE.....	320
Figura 52 – Sede da BNGE.....	324
Figura 53 – Logotipo do AHM/UEM.....	325
Figura 54 – Sede do AHM.....	329
Figura 55 – Logotipo do AHSTP.....	330
Figura 56 – Sede do AHSTP.....	337
Figura 57 – Sede do ANTL.....	342
Figura 58 – Logotipo do AHU.....	368
Figura 59 – Logotipo da COLUSO.....	372

Figura 60 – Logotipo do Projeto Resgate.....	376
Figura 61 – Logotipo do Portal Casa Comum.....	382
Figura 62 – As dimensões dos arquivos nacionais da CPLP.....	419

Lista de Quadros

Quadro 1 – Percursos metodológicos.....	13
Quadro 2 – Características da inter, multi, pluri e transdisciplinaridade.....	22
Quadro 3 – Ano de criação dos arquivos nacionais americanos.....	36
Quadro 4 – Princípios arquivísticos.....	40
Quadro 5 – Sistematização de abordagens no processo de construção da Arquivologia.....	42
Quadro 6 – Mudanças paradigmáticas.....	45
Quadro 7 – Paradigmas na arquivística.....	46
Quadro 8 – Correntes da Arquivologia contemporânea.....	47
Quadro 9 – Síntese da legislação arquivística internacional por país.....	50
Quadro 10 – Fatores determinantes para o surgimento da Ciência da Informação.....	60
Quadro 11 – Modelos dominantes de estudo da informação.....	67
Quadro 12 – Unidades de trabalho e princípio da universalidade.....	86
Quadro 13 – Características dicionarizadas da lusofonia.....	97
Quadro 14 – Ranking mundial de democracia (<i>Democracy Index 2020</i>): países da CPLP.	203
Quadro 15 – Nível de liberdade (<i>Freedom in the World</i>): países da CPLP.....	204
Quadro 16 – Países da CPLP.....	210
Quadro 17 – Dados informativos de Portugal.....	214
Quadro 18 – Dados informativos do Brasil.....	224
Quadro 19 – Dados informativos de Angola.....	236
Quadro 20 – Dados informativos de Cabo Verde.....	246
Quadro 21 – Dados informativos da Guiné-Bissau.....	257
Quadro 22 – Dados informativos da Guiné Equatorial.....	264
Quadro 23 – Dados informativos de Moçambique.....	271
Quadro 24 – Dados informativos de São Tomé e Príncipe.....	278
Quadro 25 – Dados informativos de Timor-Leste.....	284
Quadro 26 – Os arquivos nacionais da CPLP.....	294

Quadro 27 – Dados do ANTT.....	294
Quadro 28 – Dados do AN.....	299
Quadro 29 – Dados do ANA.....	305
Quadro 30 – Dados do IANCV.....	309
Quadro 31 – Dados dos AHN/INEP.....	314
Quadro 32 – Dados da BNGE.....	320
Quadro 33 – Dados do AHM.....	325
Quadro 34 – Dados do AHSTP.....	329
Quadro 35 – Dados do ANTL.....	337
Quadro 36 – Sítios eletrônicos dos arquivos nacionais da CPLP.....	347
Quadro 37 – Base de dados on-line.....	349
Quadro 38 – Redes sociais.....	350
Quadro 39 – Relação com a CPLP e demais arquivos nacionais lusófonos.....	351
Quadro 40 – Detalhamento das respostas sobre relações interinstitucionais.....	351
Quadro 41 – Atividades e/ou ações importantes – Parte 1.....	353
Quadro 42 – Atividades e/ou ações importantes – Parte 2.....	353
Quadro 43 – Filiação às associações ou organizações internacionais.....	355
Quadro 44 – Opinião sobre a rede de arquivos nacionais lusófonos.....	356
Quadro 45 – Opinião sobre o arquivo comum digital.....	359
Quadro 46 – Projetos desenvolvidos pela seção brasileira.....	371
Quadro 47 – Alguns arquivos da FMS / Casa Comum.....	379
Quadro 48 – Registro Memória do Mundo Internacional (até 2020).....	384

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Tese e dissertações.....	5
Tabela 2 – Artigos científicos (BRAPCI).....	6
Tabela 3 – Países lusófonos inscritos na lista do Patrimônio Mundial.....	77
Tabela 4 – Hierarquia de prioridades dos Estados-membros da CPLP.....	189
Tabela 5 – Progressão comparativa de falantes do português desde 1500 (em milhões)....	199
Tabela 6 – População dos países da CPLP e estimativa para 2050 e 2100.....	199
Tabela 7 – Dimensão da diáspora dos países da CPLP.....	200

Tabela 8 – Produto Interno Bruto da CPLP (valores em euros).....	201
Tabela 9 – Nível de percepção de corrupção nos países da CPLP.....	205
Tabela 10 – Investigadores nos países da CPLP.....	206
Tabela 11 – Artigos indexados na Scopus e WoS de autores lusófonos (2016).....	206
Tabela 12 – Autores de língua portuguesa mais traduzidos no mundo (1979-2015).....	208
Tabela 13 – Temas nas constituições dos países lusófonos.....	290
Tabela 14 – Relação entre nº de funcionários, dimensão do acervo e população.....	346
Tabela 15 – Inscrição por região.....	383
Tabela 16 – Análise de termos políticos e de cidadania.....	408
Tabela 17 – Análise de termos de qualidade de vida.....	409

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrônimos

ACARM – *Association of Commonwealth Archivists and Records Managers*

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AHCPLP – Arquivo Histórico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

AHE – Arquivo Histórico do Exército

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

AHN – Arquivos Históricos Nacionais (Guiné Bissau)

AHSTP – Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe

ALA – Associação Latino-Americana de Arquivos

AN – Arquivo Nacional (Brasil)

ANA – Arquivo Nacional de Angola

ANCV – Arquivo Nacional de Cabo Verde

ANTL – Arquivo Nacional de Timor-Leste

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APBAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

APEMG – Arquivo Público do Estado de Minas Gerais

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

APODETI – Associação Popular Democrática Timorense

AtoM – *Access to Memory*

AUC – *African Union Commission*

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CI – Ciência da Informação

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CLAIM – Coordenadoria Latino-americana de Arquivos de Imagens em Movimento

CNDIH – Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica

CODEARQ – Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
COLUSO – Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAN-CPLP – Diretório dos Arquivos Nacionais Lusófonos
DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DIBRARQ – Diretório Brasil de Arquivos
EAG – *European Archives Group*
EBNA – *European Board of National Archivists*
ESARBICA – *Eastern and Southern Africa Regional Branch - International Council of Archives*
ESF – *European Science Foundation*
ESS – *European Social Survey*
EUA – Estados Unidos da América
EVS – *Europeans Values Study*
FAL – Fórum de Arquivistas Lusófonos
FALP – Fórum de Arquivos de Língua Portuguesa
FBN – Fundação Biblioteca Nacional
FIAF – *Fédération Internationale des Archives du Film*
FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMS – Fundação Mário Soares e Maria Barroso
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
IANCV – Instituto do Arquivo Nacional de Cabo Verde
IASA – *International Association of Sound and Audiovisual Archives*
ICA-AtoM – *International Council on Archives – Access to Memory*
IDH – Índice de desenvolvimento humano
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
IMF – *International Monetary Fund*
InterPARES – *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*
ISAAR (CPF) - *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*
ISAD (G) – *General International Standard Archival Description*
ISSP – *International Social Survey Programme*
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MAEOT – Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MFA – Movimento das Forças Armadas
MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MoW – *Memory of the World*
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD – Movimento de Unidade Democrática
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NRASS – *National Records and Archives Services Seccion*
OAI-PMN – *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD – *Organization for Economic Co-operation Organization*
OI – Organização internacional
OIF – *Organisation Internationale de la Francophonie*
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
PADAB – Projeto Acervo Digital Angola-Brasil
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP – Partido Comunista Português
PIB – Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RDCArq – Repositório Arquivístico Digital Confiável
RENATES – Registo Nacional de Teses e Dissertações
RODA – Repositório de Objetos Digitais Autênticos
SCDP – Serviço de Diversão de Diversões Públicas
SciELO – *Scientific Electronic Library Online*
SNAC – *Social Networks and Archival Context*
SNAE – Sistema Nacional de Arquivos do Estado
UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UDT – União Democrática Timorense
UE – União Europeia
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTAET – *The United Nations Transitional Administration in East Timor*
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WARBICA – *West Africa Regional Branch – International Council of Archives*
WoS – *Web of Science*

APRESENTAÇÃO

*Não sou nada.
Nunca serei nada
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.*
(Álvaro de Campos, 2007, p. 36)

A presente tese fala sobre arquivos, mais precisamente sobre os arquivos nacionais dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e insere-se no contexto científico da Ciência da Informação. Seu propósito é conhecer e dar a conhecer o campo dos arquivos lusófonos, a partir de suas mais importantes instituições arquivísticas nacionais.

Em nosso idioma, o significado da palavra tese remete à ideia daquilo que se propõe na defesa de um ponto de vista ou de um determinado entendimento fundamentado em uma contestação, sendo também compreendida como uma “proposição sustentada e defendida em público nas escolas superiores” (Houaiss & Villar, 2009, p. 1836).

Inserida no campo científico, a tese torna-se uma espécie de “arquitetura reflexiva” inerente ao desenvolvimento de toda investigação (Ferrara, 2014, p. XVII), constituindo-se em um princípio teórico que possa fundamentar uma argumentação, demonstração, estudo ou processo e fazendo com que se estabeleça novas abordagens a determinados temas de áreas específicas.

De acordo com essas premissas, podemos compreender uma tese como o produto de grande investimento intelectual derivado de uma pesquisa profunda, inédita e inovadora, baseada em fontes confiáveis, elaborada através de metodologia consistente e passível de ser verificada através de suas referências e métodos. Para Gil (1987, p. 17), a pesquisa pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Uma tese de doutoramento precisa ser aprovada por doutores especialistas no tema apresentado, devendo ser um contributo para o desenvolvimento científico da área da atuação do investigador e do programa na qual ele desenvolveu seus estudos, pois seus resultados

promovem uma atualização científica sobre o estado da arte do tema em questão (Sarmiento, 2013, p. 2), fazendo com que toda uma comunidade de investigadores e a própria área, na qual ela se insere, sejam favorecidas.

Em Portugal, a legislação que regulamenta a pós-graduação no país, especifica que “o grau de doutor comprova a realização de uma atribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e a aptidão para realizar trabalho científico independente” (Decreto 216/92, de 13 de outubro).

A questão da originalidade também é mencionada no clássico manual “Como se faz uma tese”, do filósofo italiano Umberto Eco (2014, p. 2), como fator fundamental para que o investigador possa “demonstrar ser um estudioso capaz de fazer avançar a disciplina a que se dedica”. Ser um estudo original e que também traga inovação para a área, torna-se, portanto, o objetivo principal de uma tese doutoral, na qual espera-se um real contributo científico e social.

No final do referido livro, já em suas considerações finais, Eco (2014, p. 207) menciona que “uma tese benfeita é um produto de que se aproveita tudo”, pois considera que até mesmo os temas secundários ou contextuais possam servir para embasar outras análises ou contribuir para novas pesquisas, tanto do próprio autor, como de outros investigadores.

O sociólogo Pedro Demo (1985, p. 27) discorre sobre a realidade, dizendo que ela é composta por “todas as dimensões que compõem nossa forma de viver e o espaço que a cerca”. Para ele a pesquisa é a atividade básica da Ciência, a forma pela qual descobrimos a realidade, pois essa “não se desvenda na superfície” e “não é o que aparenta à primeira vista” (Demo, 1985, pp. 22-23).

Uma pesquisa se faz necessária quando não há informações suficientes para responder problemas que se apresentam, ou quando “a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema” (Gil, 1987, p. 17). Foi justamente esse cenário que encontramos em nosso tema de investigação desde a primeira prospecção, pois até mesmo informações básicas sobre as instituições pesquisadas não estavam disponíveis ou eram de difícil acesso. Some-se a isso, o fato dessas instituições estarem situadas em nove países de quatro continentes diferentes, em distintos graus de estruturação.

A Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada em 2010 pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e adotada em 2011 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) discorre sobre a importância e o caráter ímpares de sua constituição:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio **único** e **insubstituível** transmitido de uma **geração** a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para **preservar** seu valor e significado. Arquivos são fontes **confiáveis** de informação para ações administrativas **responsáveis** e **transparentes**. Desempenham um papel **essencial** no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a **constituição** e **salvaguarda** da **memória** individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o **conhecimento** sobre a sociedade humana, promove a **democracia**, protege os **direitos** dos cidadãos e aumenta a **qualidade** de vida.¹

Os arquivos se inserem em múltiplas esferas imbricadas e sobrepostas e, no caso desta pesquisa, este aspecto é ampliado, pois se trata de um conjunto dessas instituições, que tem, em uma Comunidade dos Países criada a partir de uma língua e de um passado comuns um pretenso elo de aproximação. Para empreender o processo investigativo desta tese, sobretudo na compreensão de seus múltiplos contextos, foram consideradas cinco dimensões:

1. Dimensão histórica: contextualização dos processos históricos para a compreensão da dinâmica espaço-temporal da história compartilhada e a formação da lusofonia;
2. Dimensão jurídico-administrativa: análise dos aspectos legais das relações entre Portugal e suas colônias, dos países lusófonos após o processo de independência e de suas relações enquanto comunidade;
3. Dimensão política: compreensão da construção da CPLP enquanto espaço de uma lusofonia multifacetada e de interesses diversos, inserido no contexto contemporâneo das organizações internacionais;

¹ Conselho Internacional de Arquivos. Declaração Internacional sobre Arquivos. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf. Os grifos fazem parte da Declaração.

4. Dimensão cultural: abordagem interdisciplinar da cultura como elemento constituinte da memória, identidade e patrimônio das nações integrantes da lusofonia, como forma de entendimento complementar da dinâmica de autocompreensão por parte de seus povos;
5. Dimensão arquivística: por fim, o entendimento de como os arquivos refletem as dimensões anteriores e de como a relação entre os Estados e seus arquivos nacionais são reveladores das dinâmicas sociais referentes ao entendimento da História, memória, identidade, patrimônio, cidadania e democracia.

Para que a referida pesquisa tivesse êxito, o campo escolhido para desenvolvê-la foi a Ciência da Informação, pois, devido ao seu caráter transdisciplinar, as necessárias relações entre as inúmeras áreas pela qual esta tese perpassa, deram-se de forma harmoniosa, integrada e sem rupturas. Da mesma forma que, tendo por objeto principal a informação social, a Ciência da Informação propiciou o entendimento de como a informação arquivística, sendo compreendida em sua amplitude e diversidade dentro dos preceitos de organicidade e confiabilidade, poderá impactar positivamente nas relações internas e multilaterais dos países lusófonos, caso seja tratada, difundida e preservada.

O autor dessa tese é arquivista e historiador de formação e atuação, com uma larga vivência na docência, pesquisa e no campo profissional, atuando há muitos anos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Arquivo Nacional (AN) e no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) de seu país, inserido, portanto, no âmbito do ensino, da investigação, da prática e, ainda, na formulação de políticas públicas arquivísticas. É oriunda do conjunto dessas atividades, a motivação para empreender a pesquisa que aqui se apresenta e que se justifica pela lacuna encontrada sobre esse tema e pela relevância que tal estudo possa ter para a área.

A presente tese, pretende ser o fruto de uma investigação que se propôs original, buscou compreender contextos, coletou fontes documentais, cotejou referências bibliográficas, entrevistou profissionais e pesquisadores, visitou diversas instituições e objetivou ser inovadora em suas propostas e encaminhamentos, no intuito de produzir desdobramentos práticos tão caros às ciências sociais aplicadas.

INTRODUÇÃO

*As armas e os barões assinalados
Que da Ocidental Praia Lusitana
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana*
(Luís de Camões, 2016, p. 11)

Na China do século IX a.C., os arquivistas, considerados guardiões dos acontecimentos memoráveis, eram tidos como adivinhos (Elisseff, 1981, p. 50), pois custodiadores e conhecedores dos documentos do passado e, portanto, de sua história, compreendiam o presente e poderiam prever situações futuras. Em 2021, a *Marvel Studios* lançava uma série televisiva de ficção², cujo enredo versava sobre uma organização burocrática, situada fora do tempo e do espaço, que tinha como missão evitar que a linha do tempo fosse alterada. Para isso, utilizava-se de toda forma de registros documentais, acumulada ao longo de nossa existência e organizada por uma equipe que a utilizava como prova. Tal organização, que detinha o controle do tempo, da memória, da História e da própria vida, nada mais era que um arquivo.

Os trinta séculos que separam esses dois exemplos viram a evolução e a consolidação do arquivo como algo inerente à sociedade humana, uma característica do processo civilizatório em que o registro das atividades, sejam elas pessoais ou institucionais, públicas ou privadas, bem como de sua preservação e uso, tornou-se essencial para o desenvolvimento das funções sociais, constituindo-se como elemento basilar para o que entendemos como História, memória, identidade e patrimônio.

O objeto desta pesquisa é o conjunto de arquivos nacionais dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste –³ e as iniciativas individuais, bilaterais e multilaterais dessas nações e da própria CPLP, para

² HERRON, K. (2021). *Loki* [Série]. EUA. Marvel Studios

³ A igualdade de direitos e deveres entre as nações que compõem a CPLP é uma das premissas da organização e por essa razão ela sempre as apresenta em ordem alfabética. Para esta pesquisa, optou-se, porém, por mencionar primeiro Portugal, segundo o Brasil e em seguida, por ordem alfabética, os demais países de língua oficial portuguesa. Esse critério deu-se por questões históricas, sobretudo na formação do Estado independente, na separação entre continentes e por facilitar as comparações administrativas e estatísticas entre os países.

o estabelecimento de ações arquivísticas colaborativas, da criação de uma rede de arquivos nacionais lusófonos e da possibilidade de criação de um “arquivo comum”, no intuito de valorizar, preservar e disponibilizar registros de um passado comum, bem como de fortalecer os laços culturais e identitários oriundos dessa relação.

Arquivos são reflexos de quem os criou, resquícios de seus procedimentos jurídico-administrativos, demonstrações, tênues ou explícitas, de suas intenções quanto à construção e valorização de suas memórias, evidências de seus desenvolvimentos históricos, registros de suas existências. Quando falamos de arquivos nacionais, estamos falando de suas nações. Portanto, quando falamos de arquivos nacionais, torna-se peremptória a compreensão da história e do contexto social dessas nações.

A CPLP é composta por Estados que tiveram sua matriz administrativa criada por meio do modelo jurídico-cartorial português, centralizado e de forte conotação burocrática⁴. Todavia, mesmo tendo sido colonizadas por Portugal, essas nações possuem realidades demográficas, culturais, políticas, geográficas e econômicas distintas. Os países lusófonos africanos tiveram seu processo de independência marcado pela Guerra Colonial (ou Guerra de Libertação, na acepção africana), entre 1961 e 1974, e por conflitos internos após a saída dos portugueses, provocando fortes rupturas sociais e novas dinâmicas políticas e administrativas. O mesmo aconteceu com Timor-Leste, que, após a saída de Portugal, em 1975, foi invadido pela Indonésia e só conseguiu ter sua independência reconhecida em 2002, sendo um dos países mais novos do planeta. O Brasil foi um caso à parte, por estar inserido no contexto das independências americanas, iniciado em 1776, com os Estados Unidos da América (EUA), e que teve, nos primeiros anos do século XIX, uma série de processos independentistas consumados no restante do continente. Sua independência ocorreu em 1822, tendo o país adotado uma monarquia constitucional, em que o soberano nada mais era do que o então herdeiro ao trono português.

O surgimento destes novos Estados, em seus respectivos períodos temporais, trouxe a necessidade de readequação política, econômica e administrativa, além da necessária

⁴ Com exceção da Guiné Equatorial, que teve colonização espanhola, após um período de domínio português. Em 2014 o país passou a integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, depois que o português passou a ser um de seus três idiomas oficiais.

construção de uma identidade nacional, no caso do Brasil, em um processo inserido na dinâmica positivista, dos países africanos, na Guerra Fria, e de Timor-Leste, nos conflitos entre o ocidente e o mundo muçulmano, na virada dos séculos XX e XXI. Portugal também sofreu com tais mudanças, precisando alterar sua estrutura política, econômica e administrativa, adaptando-se às novas realidades após cada momento de ruptura.

A CPLP, organização internacional criada na última década do século XX, com o intuito de promover maior integração entre os países de língua oficial portuguesa, possui personalidade jurídica própria e autonomia financeira, proveniente de repasses de recursos dos países membros. A Organização tem como objetivos gerais a sintonia, o diálogo e a cooperação multinível, entre os estados membros, a consolidação político-diplomática, no cenário internacional, e a elaboração e materialização de projetos de promoção e divulgação da língua portuguesa.

A Comunidade é regida pelos princípios da igualdade soberana entre os países membros, a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, o respeito pela identidade nacional, a reciprocidade, a defesa da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social, o respeito pela integridade territorial e a promoção do desenvolvimento e da cooperação entre as nações partícipes.⁵

Os arquivos nacionais instituições delineadas após a Revolução Francesa de 1789, aparecem como elementos peculiares do novo Estado moderno. Com vocação jurídico-probatória, de forte ligação com a estrutura burocrático-administrativa estatal, mas que, ao mesmo tempo, servem como instrumentos de construção e afirmação identitária, por serem os “guardiões” da memória e da história do povo e da nação, estas instituições passam a ser elementos representativos da estrutura do Estado. Portanto, compreender a dinâmica do surgimento dos arquivos nacionais dos países lusófonos, notadamente por meio de seus marcos fundadores e regulatórios (leis, vinculações administrativas, estruturas, regimentos, áreas de atuação, dotações orçamentárias etc.), pode indicar como tais Estados percebem a importância destas instituições e o que elas representam para sua sociedade.

As nações que compõem a CPLP possuem instituições arquivísticas que tendem a

⁵ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Objectivos. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>.

espelhar a relação entre Estado e sociedade, a importância dada à construção e preservação de memórias e histórias e questões ligadas à democracia, transparência e cidadania.

Dentre as iniciativas de promoção cultural da CPLP, entre seus países associados, há uma série de proposições acerca de suas instituições arquivísticas, como a de implementar uma rede de cooperação, o acolhimento ao Fórum de Arquivos de Língua Portuguesa (FALP), o apoio às ações junto à UNESCO, a realização de eventos e a criação futura de um “arquivo comum” que pudesse reunir as informações sobre o patrimônio arquivístico comum da lusofonia. Contudo, inúmeras questões conceituais, metodológicas e operacionais precisam ser definidas pela organização, inclusive no entendimento do que viria a constituir o patrimônio arquivístico comum e de acervos de interesse coletivo.

Diante da experiência do autor, surgiu o interesse de investigação sobre o tema, o que resultou na constatação da ausência de estudos aprofundados sobre o conjunto dessas instituições, além de ser verificado que os estudos referentes aos assuntos que o permeiam não serem muitos.

No início desta pesquisa, em 2018, foi realizado um estudo bibliométrico de natureza descritiva sobre o tema em questão (os arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP) e dos assuntos correlatos, em língua portuguesa, objetivando o conhecimento do estado da arte do objeto de investigação, através de um levantamento das teses de doutorado e dissertações de mestrado nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Brasil⁶, do Registo Nacional de Teses e Dissertações (RENATES)⁷ e do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)⁸, ambos de Portugal, em que foram utilizados termos de busca ligados ao tema central do presente projeto.

⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁷ Registo Nacional de Teses e Dissertação. Disponível em: <https://renates2.dgeec.mec.pt/>

⁸ Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Disponível em: <https://www.rcaap.pt/search.jsp>

Tabela 1 – Teses e Dissertações

Termo de busca	CAPES		RENATES		RCAAP	
	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	71	18	22	06	67	21
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)	23	08	28	12	119	12
País Lusófono	30	06	-	-	01	01
Arquivo Nacional	117	50	-	03	21	08
Patrimônio arquivístico	08	03	02	03	01	17
Patrimônio arquivístico comum	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

Embora houvesse um considerável número de trabalhos encontrados, são de importante destaque três observações: 1) A coleta de dados identificou monografias realizadas em variados programas de Pós-graduação, como Direito, História, Geografia, Relações Internacionais, Letras etc.; 2) Quando a pesquisa é realizada, a partir de dois ou mais termos de busca associados, o resultado é praticamente nulo; 3) Alguns termos de busca são identificados nas referências bibliográficas, não constituindo resultados referentes aos títulos, resumos ou palavras-chave.

De todas as teses ou dissertações encontradas, nenhuma tinha os arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP, de forma coletiva, como objeto de investigação.

Em 2021, um outro levantamento foi realizado, tendo, em análise, os artigos científicos publicados na área de Ciência da Informação, na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que reúne os periódicos brasileiros e portugueses da área, utilizando-se dos mesmos termos de busca da pesquisa anterior, acrescido do termo “lusofonia”.

Tabela 2 – Artigos científicos (BRAPCI)

Termo de busca	Quantidade de artigos	Datas-limites
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	07	1994 – 2021
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)	08	2010 – 2016
País lusófono	-	-
Lusofonia	05	2011 – 2020
Arquivo Nacional	267	1972 – 2021
Patrimônio arquivístico	47	1987 – 2021
Patrimônio arquivístico comum	01	2019

Fonte: Elaboração própria

Constatou-se que, da mesma forma como se apresentou o levantamento de teses e dissertações, a pesquisa, sobre artigos científicos, também tem como características o fato de quando dois ou mais termos de busca são associados, o resultado é insignificante e que, em alguns artigos, os termos de busca foram identificados no corpo do texto ou nas referências.

Os dois levantamentos, realizados no início e no final da investigação que resultou nesta tese, contribuem para a certeza da falta de estudos aprofundados sobre o tema escolhido.

O campo empírico desta pesquisa foi compreendido inicialmente após observação de três conjuntos interligados: a macro esfera da lusofonia, a coletividade de nações que compõem a CPLP e, por fim, o grupo dos arquivos nacionais lusófonos, como representação da própria lusofonia e de seus países.

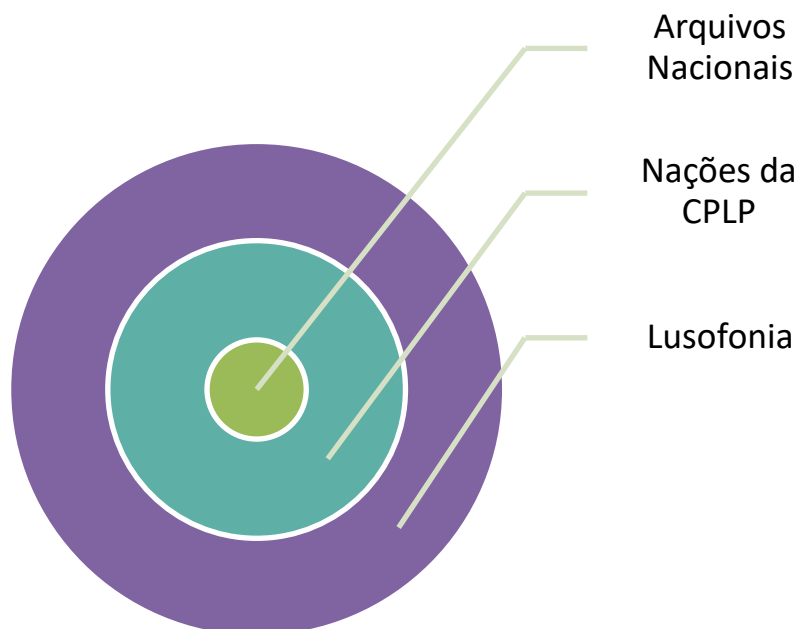


Figura 1 – Campo Empírico (macro)

Fonte: Elaboração própria

Como a lusofonia ainda é envolta em disputas e dissensos, tornou-se necessária uma ampla investigação teórico-conceitual e o entendimento de suas múltiplas dinâmicas históricas e sociais que impactaram diretamente nas relações entre seus países e na criação da CPLP. Portanto, na construção do campo empírico, dois grupos foram criados: o primeiro, de âmbito mais amplo, é composto pelo conceito da lusofonia e de seu desdobramento político na figura da CPLP, e o segundo, delimitado e objeto principal da investigação, constituído pelo conjunto dos arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP.



Figura 2 – Campo Empírico (específico)

Fonte: Elaboração própria

A lusofonia é apresentada como fenômeno originário da própria ideia da nação portuguesa, em que a língua surge como elemento identitário, envolto em aspectos culturais particulares e definidores, além de constituir-se em elemento inerente ao processo de conquistas e expansões, iniciadas no final do século XV, com forte impacto global.

Muito mais que uma simples alusão à língua, a lusofonia tornou-se, com os séculos seguintes, uma forma de percepção de sociedades miscigenadas e plurais, com suas idiossincrasias, desigualdades, conflitos e disputas que, após apropriações e ressignificações, surgiram como países de uma história e um idioma comum, mas distantes entre si, geográfica e politicamente. A CPLP, surgida no final do século XX, busca a integração e múltiplas oportunidades, a partir da ideia de lusofonia como algo comum, agregador e potencializador do patrimônio cultural de suas nações. É dentro deste contexto que o campo empírico foi delimitado.



Figura 3 – Campo Empírico (delimitado)

Fonte: Elaboração própria

A partir dessa delimitação, serão observadas as particularidades individuais de cada instituição, notadamente os marcos legais de criação, contextos, estruturas e políticas, bem como de seus acervos. A partir desta identificação, serão analisadas as iniciativas da CPLP na elaboração de rede colaborativa dos arquivos nacionais como forma de fortalecimento do patrimônio cultural, documental e informativo da lusofonia, bem como das ações empreendidas pelos seus países, de maneira bilateral e multilateral, na forma de uma topografia arquivística que permita a elaboração de um diagnóstico da situação atual dos arquivos nacionais lusófonos, possibilitando o subsídio para um estudo orgânico-funcional dos referidos arquivos nacionais, ou seja, a compreensão da complexidade, do desenvolvimento e das dinâmicas que as estruturas dessas instituições têm assumido de acordo com suas funções, competências e contextos (S. Rodrigues, 2015, p. 5) e, assim, favorecendo a identificação de elementos e perspectivas para o arquivo comum.

Após a definição do tema de pesquisa, da delimitação do campo empírico e das leituras preliminares que se fizeram necessárias, foi estabelecida a pergunta de partida como uma indagação inerente à observação do campo empírico:

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa possui capacidade política, técnica e administrativa, para o protagonismo na condução da rede colaborativa arquivística e da criação do arquivo comum lusófono?

De acordo com a observância do estado da arte e de estudos preliminares, a pesquisa partiu da premissa de que a CPLP não foi, até agora, capaz de implementar e coordenar a elaboração de uma rede colaborativa arquivística permanente e eficaz que pudesse subsidiar a criação do arquivo comum. A partir da referida premissa, foram levantadas duas hipóteses a serem verificadas na tese:

1) A inexistência de um conhecimento amplo, detalhado e compartilhado do conjunto de arquivos nacionais dos países de língua portuguesa e de seus profissionais, bem como da análise de seus contextos históricos e de estudos orgânico-funcionais, impede que as iniciativas de criação de redes, fóruns, atividades colaborativas e do arquivo comum tenham êxito para além de situações esporádicas e/ou ocasionais.

2) CPLP só poderá ser o elemento condutor da rede de arquivos nacionais caso haja a participação de outras instituições na compreensão do estado da arte, das necessidades e potencialidades dos arquivos nacionais e no interesse político de seus países para empreender tal iniciativa.

A pergunta de partida e as hipóteses dela derivadas desencadearam uma série de questões referentes ao entendimento do problema. Com isso, formularam-se algumas perguntas de investigação a partir da necessidade metodológica de se identificar como seria o desenvolvimento da pesquisa, para a comprovação, ou não, das hipóteses e de, ao mesmo tempo, estabelecer o objetivo geral e os objetivos específicos.

1) Qual o impacto da lusofonia no processo de construção das nações de língua oficial portuguesa?

- 2) **O que é a CPLP e qual sua importância para os países que a compõem?**
- 3) **Como surgiram os arquivos nacionais da CPLP e como eles se encontram atualmente?**
- 4) **Como é constituído o acervo documental dessas instituições e o que pode ser identificado como patrimônio arquivístico comum entre os Estados membros da CPLP?**
- 5) **Quais as ações bilaterais e multilaterais no âmbito dos arquivos entre os países lusófonos?**
- 6) **Quais os projetos ou atividades de integração dos arquivos nacionais promovidos pela CPLP?**

A partir de tais perguntas, foram elaborados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

Objetivo significa o propósito que se deseja alcançar e a meta que se pretende atingir, constituindo-se como elemento fundamental no planejamento de ações e na orientação dos processos que visam à sua obtenção. Os objetivos de um projeto de pesquisa são estruturados a partir do problema da investigação materializado pela pergunta de partida e das perguntas de investigação, averiguadas por meio da análise do Estado da Arte do tema investigado. Os objetivos são fundamentados em virtude daquilo que se tem como pressupostos e estão intrinsecamente ligados com as abordagens metodológicas escolhidas. Para S. Silva (2018, p. 25), os objetivos devem ser factíveis e intrinsecamente conexos, pois o alcance ou não dos objetivos é determinante na qualidade da pesquisa.

Os objetivos definidos foram:

Objetivo Geral:

Elaborar um diagnóstico dos arquivos nacionais lusófonos e das iniciativas arquivísticas de integração e cooperação promovidas pela CPLP que pudesse contribuir para estudos orgânico-funcionais posteriores.

Objetivos Específicos:

- 1) **Historiar o processo de institucionalização da lusofonia;**
- 2) **Contextualizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e seus Estados**

membros;

3) Examinar os marcos legais de criação, trajetórias regimentais, vinculações institucionais e estruturas administrativas dos arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP;

4) Identificar o acervo arquivístico destes arquivos nacionais, destacando as estratégias de processamento técnico, preservação, acesso e difusão;

5) Mapear as iniciativas bilaterais e multilaterais lusófonas sobre os arquivos;

6) Analisar as iniciativas de integração e cooperação no âmbito arquivístico, promovidas pela CPLP entre seus membros.

Após a definição dos objetivos, a escolha da metodologia foi planejada para estar ligada diretamente ao tema a ser investigado, ao enquadramento teórico-conceitual a ser realizado, às hipóteses levantadas e às fontes documentais disponíveis, como sugere C. Cardoso (2004, p. 5). De acordo com Demo (1985, p. 19), a metodologia deve ser uma preocupação instrumental, pois “cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos” de se fazer ciência, sendo um erro “superestimar a metodologia, no sentido de cuidar mais dela do que de fazer ciência”, contudo é “essencial entendermos a importância da metodologia para a formação do cientista”. Para Demo (1985, p. 20):

A ciência propõe-se a captar e manipular a realidade assim como ela é. A metodologia desenvolve a preocupação em torno de como chegar a isto. É importante percebermos que a ideia que fazemos da realidade de certa maneira precede a ideia de como tratá-la. Nisto fica clara a posição instrumental, porquanto está a serviço da captação da realidade. Se não temos ideia da realidade, sequer coloca-se a questão da captação.

Para a averiguação das hipóteses e consecução dos objetivos, optou-se por uma pesquisa de natureza exploratória, fundamentada em uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), composta pela revisão de literatura do quadro teórico-conceitual, de pesquisa documental, entrevistas e cotejamento de dados estatísticos.

Uma pesquisa exploratória tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema”, aprimorando ideias e intuições, e baseia-se em um planejamento “bastante

flexível” em que possam ser considerados os “mais variados aspectos relativos ao fato estudado”, utilizando-se, normalmente, de pesquisa bibliográfica, entrevistas e análises de exemplos (Gil, 2002, p. 41).

Com o intuito de estabelecer as correlações entre os objetivos, as etapas de investigação e seus aspectos metodológicos, foi elaborado o seguinte quadro:

Quadro 1 – Percursos metodológicos

Objetivo	1) Historiar o processo de institucionalização da lusofonia
Etapa A	Pesquisa bibliográfica
Metodologia	Qualitativa: Contextualização histórica; identificação e análise de literatura científica; cotejamento de terminologia; análise de aspectos culturais.
Etapa B	Pesquisa documental
Metodologia	Qualitativa: Identificação e análise de aspectos legais.
Objetivo	2) Contextualizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e seus Estados membros
Etapa A	Pesquisa bibliográfica
Metodologia	Qualitativa: Contextualização histórica.
Etapa B	Pesquisa documental
Metodologia	Qualitativa: Identificação e análise de diplomas legais de criação da CPLP; identificação e análise das constituições dos países membros.
Etapa C	Pesquisa bibliográfica e documental
Metodologia	Quantitativa: Cotejamento de dados estatísticos e comparativos da CPLP e de seus países membros.
Objetivo	3) Examinar os marcos legais de criação, trajetórias regimentais, vinculações institucionais e estruturas administrativas dos arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP.
Etapa A	Pesquisa documental
Metodologia	Qualitativa: Identificação e análise dos diplomas legais de criação dos

	arquivos nacionais (constituição, leis, decretos, regimentos etc.) e de legislação do contexto histórico em que estão inseridos, bem como de suas atuais vinculações administrativas, competências e funcionamentos.
Objetivo	4) Identificar o acervo arquivístico destes arquivos nacionais, destacando as estratégias de processamento técnico, preservação, acesso e difusão
Etapa A	Pesquisa documental
Metodologia	Qualitativa: Identificação de manuais, normas, diretrizes, informações institucionais e instrumentos de pesquisa referentes ao acervo e seu processamento técnico do acervo.
Etapa B	Entrevista
Metodologia	Qualitativa: Aplicação de questionários aos arquivos nacionais da CPLP.
Etapa C	Cotejamento de dados estatísticos
Metodologia	Quantitativo: cotejamento e comparação de dados estatísticos.
Objetivo	5) Mapear as iniciativas bilaterais e multilaterais lusófonas sobre os arquivos
Etapa A	Pesquisa documental
Metodologia	Qualitativa: Identificação e análise de projetos, acordos, reuniões, fóruns, eventos, orientações e diretrizes de ações e atividades colaborativas entre instituições arquivísticas ou sobre seus acervos.
Etapa B	Entrevista
Metodologia	Qualitativa: Aplicação de questionários aos arquivos nacionais; entrevista com autoridades, arquivistas, profissionais e professores.
Objetivo	6) Analisar as iniciativas de integração e cooperação no âmbito arquivístico, promovidas pela CPLP, entre seus membros.
Etapa A	Pesquisa documental

Metodologia	Qualitativa: Identificação e análise de documentação referente às ações desenvolvidas pela CPLP neste tema.
Etapa B	Entrevista
Metodologia	Qualitativa: Entrevista com funcionários da CPLP e de instituições arquivísticas lusófonas.

Fonte: Elaboração própria

A tese está dividida em três partes: a primeira é destinada ao enquadramento teórico e contém os capítulos 1 (O campo interdisciplinar dos arquivos), 2 (Patrimônio) e 3 (Lusofonia); a segunda detalha o campo empírico, nos capítulos 4 (A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e 5 (Os arquivos nacionais da CPLP); e a terceira apresenta os resultados e discussões, nos capítulos 6 (Topografias arquivísticas da Lusofonia) e 7 (Propostas e encaminhamentos).

No capítulo 1, os arquivos são apresentados, em suas múltiplas funcionalidades, a partir de suas relações com o sentido jurídico-probatório, administrativo, histórico, cultural, memorialístico, identitário e político, inseridos em seus contextos sociais e espaço-temporais. O capítulo destina-se ao entendimento do arquivo como instituição reveladora de suas sociedades e épocas, das relações de poder e estruturas burocráticas, dos trâmites legais e do desenrolar administrativo, bem como de seus usos para a história, para a memória, na defesa de direitos e na produção de outros sentidos e narrativas. Para isso, inicia-se o capítulo com uma discussão sobre a disciplinaridade e suas derivações, sobretudo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, pois entende-se o arquivo como uma instituição imbricada em interseções de múltiplos saberes, olhares e possibilidades.

A história dos arquivos é indissociável da história do saber arquivístico. Em virtude disso, a segunda parte do capítulo apresenta três de suas áreas mais caras, e imprescindíveis para sua compreensão: a História, a Arquivologia⁹ e a Ciência da Informação.

O capítulo 2 é dedicado ao patrimônio e à forma como surgiu a noção, os conceitos, entendimentos e perspectivas sobre ele, abordando questões referentes às suas relações com

⁹ Embora também seja utilizada o termo arquivística para designar a área, o termo Arquivologia será utilizado preferencialmente nesta tese, em virtude, sobretudo, do uso oficial que o termo tem no país de origem do autor.

identidades e ideologias e no seu uso na construção de histórias, memórias e narrativas. Nesse capítulo, também é explicado o papel da UNESCO na identificação, divulgação e nos projetos de preservação do patrimônio cultural internacional. Ao final, especificam-se os conceitos de patrimônio documental, patrimônio arquivístico e patrimônio arquivístico comum.

O capítulo 3 apresenta a lusofonia como uma construção histórica que teve sua gênese na constituição do Reino de Portugal, mas que iniciou sua trajetória enquanto fenômeno global a partir das grandes navegações, produzindo novos entendimentos a partir da multiculturalidade encontrada e desenvolvida, transformando-se em um amálgama cultural envolto em disputas, conflitos, desconfianças e ideologias. Acompanhando a trajetória linguística e cultural, são traçadas linhas históricas (que a contextualizam) e artísticas (que exprimem outras formas de serem percebidas) que explicam a importância da lusofonia na formação das nações de língua oficial portuguesa e da própria CPLP.

A CPLP é o tema do capítulo 4. Contudo, para que se tenha um maior entendimento sobre suas origens, objetivos e estruturas, o capítulo inicia-se com uma história da diplomacia e de como ela tem a ver com a Diplomática (ciência que estuda as características do documento e que originou a Arquivologia), explicando também como se deu o surgimento e evolução das organizações internacionais, destacando aquelas de origem linguística, a partir de um passado colonial comum, como a anglofonia e a francofonia. Em seguida, analisa-se o contexto de criação da CPLP com base na história comum entre os países lusófonos e a realidade atual dessas nações e de sua coletividade. Os referidos países são apresentados a partir de suas histórias e de estatísticas e índices atuais, bem como de uma análise de suas constituições, sobretudo, no que diz respeito aos temas abordados nessa pesquisa: patrimônio, informação, cultura, língua portuguesa e temas correlatos.

No capítulo 5, após a ampla contextualização de seus países e da comunidade pela qual estão ligados, os arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP são apresentados, descritos e analisados a partir dos marcos legais de suas criações, seus vínculos jurídicos e administrativos, regimentos, acervos custodiados, estruturas e objetivos.

O capítulo 6 é destinado ao levantamento das ações empreendidas no campo arquivístico dessas nações, no âmbito cooperativo bilateral e multilateral, bem como da

análise do estágio atual de desenvolvimento das instituições arquivísticas nacionais e da CPLP.

Por fim, no capítulo 7, são apresentados algumas propostas e encaminhamentos baseados em ações arquivísticas que poderão ser empreendidas a partir do diagnóstico elaborado, como a criação de um diretório de arquivos nacionais da lusofonia, a implementação de uma rede cooperativa desses arquivos e da implementação do arquivo comum. Todos esses elementos e perspectivas, associados ao diagnóstico, na forma de uma topografia arquivística da lusofonia, poderá servir para a elaboração de um estudo orgânico-funcional do futuro Arquivo Comum da CPLP, independente da forma que ele tiver.

Na conclusão desta tese será apresentada uma síntese de cada capítulo, com os resultados obtidos, além das reflexões provenientes dos objetivos alcançados e das ações propostas.

Em virtude da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, as viagens de estudo aos arquivos nacionais (ou similares) dos países africanos lusófonos e à Timor-Leste não puderam ser realizadas.

PARTE 1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1

O CAMPO INTERDISCIPLINAR DOS ARQUIVOS

*Os escafandristas virão
Explorar sua casa
Seu quarto, suas coisas
Sua alma, devãos
Sábios em vão tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização*
(Chico Buarque de Holanda, 1993, n.p.)

1.1 A inter e a transdisciplinaridade

A interdisciplinaridade pode ser percebida como um processo de ligação entre uma ou mais disciplinas, no sentido de construção de um entendimento mais amplo e plural, relativo a uma abordagem sobre determinado tema ou objeto, levando-se em conta elementos e perspectivas de áreas distintas.

Comumente entendida como uma das características inerentes à Arquivologia e à Ciência da Informação, a interdisciplinaridade é primordial para a compreensão do campo arquivístico e para o entendimento dos arquivos enquanto instituição plural de custódia, preservação e acesso aos documentos essenciais de uma coletividade. Contudo, a banalização do termo provocou o que Pombo (2005, p. 3) chama de “equivocidade que envolve o conceito”.

A. Marques e Tognoli (2016, p. 67) entendem a interdisciplinaridade como a “colaboração e conciliação entre conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos”. Nicolescu (1998) destaca que na interdisciplinaridade existe transferência de métodos entre disciplinas, tanto na aplicação quanto na epistemologia e na geração de outras disciplinas a partir desse processo. Piaget (1972), um dos pioneiros no estudo da interdisciplinaridade, ressalta o enriquecimento recíproco para as ciências que promovem este intercâmbio e integração. Para Pombo (2005, p. 3), interdisciplinaridade constitui-se na “manifestação de uma transformação epistemológica que promove o alargamento do conceito de ciência”.

Para um melhor entendimento do conceito de interdisciplinaridade, torna-se necessário compreendermos que disciplina, no âmbito da cientificidade, designa um determinado ramo do conhecimento, ou seja, a divisão do conhecimento em áreas delimitadas, as quais nominaram de disciplinaridade (M. Souza, 2012, p. 82). A ideia de disciplina, segundo Bicalho e Borges (2003), privilegia a especialização em determinado assunto, a partir de métodos próprios, teorias e formas de comunicação.

O conceito de disciplina, a partir das necessidades prementes de alterações epistemológicas e metodológicas, gerou novos conceitos que transcendem e ampliam os significados da disciplinaridade, constituindo “uma família de quatro elementos” de fronteiras pouco estabelecidas, como disse Pombo (2005, p. 4). Essa “família” é composta pela interdisciplinaridade, como já observada, a pluridisciplinaridade (estudo de um tema em várias disciplinas ao mesmo tempo), multidisciplinaridade (abordagem que ultrapassa as fronteiras disciplinares, mas que mantém o objeto numa estrutura disciplinar) e a transdisciplinaridade (abordagem que, a partir de uma compreensão mais ampla da realidade e que articula elementos de diferentes disciplinas, objetiva a unidade do conhecimento e do método).

Com base em A. Silva e Ribeiro (2019, p. 45) e Pombo (2004; 2005, p. 4), apresentamos o quadro comparativo para fins de melhor entendimento:

Quadro 2 – Características da Inter, multi, pluri e transdisciplinaridade

Inter	Multi	Pluri	Trans
Compartilha objetivos comuns	Compartilha objetivos comuns	Compartilha objetivos comuns	Compartilha objetivos comuns
Percepção do mesmo objeto de forma integrada em diversas disciplinas	Percepção do mesmo objeto de forma compartilhada em diversas disciplinas	Percepção do mesmo objeto de forma isolada em diversas disciplinas	Percepção do mesmo objeto de forma unificada e sistêmica em diversas disciplinas
Integração disciplinar	Diversidade disciplinar	Somatório disciplinar	Articulação disciplinar
Multiplicidade de	Multiplicidade de	Multiplicidade de	Multiplicidade de

métodos	métodos	métodos	métodos
Limite disciplinar discreto	Existência de fronteira disciplinar	Existência de fronteira disciplinar	Sem limites disciplinares
Linguagem parcialmente comum	Linguagens múltiplas	Linguagens diferentes	Linguagem, estrutura, fundamentos e mecanismos comuns
Transferência de problemas, conceitos e métodos	Sem transferência de problemas, conceitos e métodos	Sem transferência de problemas, conceitos e métodos	Compartilhamento de problemas, conceitos e métodos
Visão alargada de um setor	Visão múltipla de um setor	Visões diversas de um setor	Visão sistêmica de um setor

Fonte: Elaboração própria

Como observado, a transdisciplinaridade é o aspecto mais sistêmico e abrangente desses conceitos, procurando romper com paradigmas disciplinares e propor uma visão holística do conhecimento. Seus estudos iniciam-se entre as décadas de 1970 e 1990, quando diversos pesquisadores empreenderam reflexões sobre uma nova perspectiva no campo educacional e da pesquisa, a que chamaram transdisciplinaridade. Braudel (1978, p. 54) já mencionava que “Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas uma pelas outras”.

Alguns encontros sobre o tema foram realizados na Europa até que, em 1992, foi criado, no âmbito da UNESCO, o “Grupo de Reflexões sobre a Transdisciplinaridade”, que promoveu, em 1994, em Portugal, o 1º Congresso Mundial sobre a Transdisciplinaridade (R. Santos, 1995). O referido congresso produziu, como resultado de seus debates, a “Carta da Transdisciplinaridade” (Anexo 1) que apresenta o conjunto de princípios fundamentais defendidos por seus autores, autodenominados “a comunidade dos espíritos transdisciplinares”.

A Carta condena a tentativa de reduzir o ser humano a uma definição e forma pré-

estabelecidas, reconhece a existência de diferentes níveis de lógicas e realidades, ressalta que a transdisciplinaridade não procura a dominação de várias disciplinas, mas busca entendimentos através e para além delas, incentiva o diálogo das ciências exatas com as ciências humanas, as artes e a experiência interior, entende a transdisciplinaridade como multirreferencial e multidimensional e a nega como uma nova filosofia ou “ciência das ciências”, mas que possui uma atitude aberta em relação aos mitos e religiões. A Carta também afirma que a transdisciplinaridade possui uma natureza transcultural, que a educação transdisciplinar deve contextualizar, concretizar e globalizar, que a economia transdisciplinar deve estar a serviço do ser humano, e não o contrário, e que o saber deve ser partilhado e com respeito às alteridades. Finalizando, a Carta diz que o rigor na argumentação científica, a abertura na aceitação do desconhecido e a tolerância às ideias e comportamentos contrários às nossas são características fundamentais da transdisciplinaridade.

Os diversos estudos e grupos de trabalho sobre transdisciplinaridade não conseguiram que o conceito fosse realmente posto em prática em diversas áreas, muito em virtude da confusão teórica entre os termos da “família de quatro elementos”, explicadas por Pombo.

A falta de consenso sobre estes conceitos, associado aos limites tênues de suas fronteiras, abriu espaço para novas percepções, como por Morin (2005), um dos expoentes do pensamento transdisciplinar, que identifica no “extradisciplinar” a possibilidade de invasão, troca e migrações de objetos, projetos e esquemas cognitivos, para além das disciplinas.

Em relação à Ciência da Informação, A. Silva (2006, pp. 150 e 151) considera que a área possui uma “vocação interdisciplinar”, mas ressalta que ela não deve ser considerada uma interdisciplina:

Devido à transversalidade e à complexidade do fenómeno sobre o qual é recortado o respectivo objecto científico é natural a sua vocação interdisciplinar, mas daí a ser emoldurada como uma interdisciplina, por força de um pós-modernismo na moda e da incapacidade subsequente de propor uma cientificidade minimamente robusta e identitária vai uma grande diferença.

Para A. Silva (2006, p. 141), contudo, a transdisciplinaridade é essencial para o desenvolvimento da Ciência da Informação, como um campo devidamente delimitado e

identificado:

Ela é trans e interdisciplinar, o que significa estar dotada de um corpo teórico-metodológico próprio construído, dentro do paradigma emergente pós-custodial, informacional e científico, pelo contributo e simbiose da Arquivística, da Biblioteconomia/Documentação, dos Sistemas de Informação e Organização e Métodos.

Os arquivos, por sua constituição, estrutura e dinâmica, possuem uma nítida identidade interdisciplinar, sobretudo por estar ligado à Administração, à História, à Diplomática, ao Direito, à Arquivologia, à Ciência da Informação e às práticas e estudos de diversas áreas. Seus múltiplos usos e usuários, da atualidade, corroboram o entendimento interdisciplinar de seu campo. Contudo, o viés extremamente técnico, a conduta hermética e patrimonialista e uma visão de serviço auxiliar de seus atores e instituições em um passado não tão distante, fizeram com que os arquivos fossem percebidos durante muito tempo como uma instituição presa ao pretérito e sacralizada em si mesma, através de procedimentos positivistas.

O campo dos arquivos ainda se encontra em disputa entre os que o observam como uma área independente, ou auxiliar, e aqueles que o vislumbram como uma parte do sistema informacional, complexo e integrado, das sociedades humanas. A concepção de que “nenhum estudo social escapa do tempo histórico” (Braudel, 1978, p. 59) permeia a necessidade de compreensão do contexto epistemológico interdisciplinar, que envolve os arquivos.

A Ciência da Informação, que por sua constituição inter e transdisciplinar, favorece o entendimento sistêmico e holístico da informação, pode colaborar para o desenvolvimento epistemológico do campo.

1.2 Os arquivos e o saber dos arquivos

A história dos arquivos confunde-se com a história da própria civilização (A. Marques & Tognoli, 2016, p. 68) e foi da necessidade de guarda e de certa organização dos primeiros registros escritos que remonta ao seu nascimento e ao da própria compreensão do fazer arquivístico, como apontam Rosseau e Couture (1998, p. 29).

Antes da percepção de que os arquivos servem para provar, lembrar, compreender e

se identificar (Delmas, 2010, p. 21), eles eram concebidos como lugar de custódia, sacralizados, que asseguravam a preservação de preceitos, normas e direitos fundamentais para a construção da estrutura social das primeiras civilizações. A concepção de arquivo foi formulada como ideia de lugar (M. Silva, 2017, p. 18).

Entender como os arquivos, enquanto instituições, surgiram é compreender também como se deu o entendimento sobre eles, pois a instituição e o saber correspondentes a essas instituições nascem e evoluem de forma concomitante. A história dos arquivos, já amplamente investigada em estudos de grande profundidade científica, como os empreendidos por Rousseau e Couture (1994), faz com que narrativas descritas minuciosas tornem-se desnecessárias no caso específico dessa tese, sobretudo, por termos em língua portuguesa um dos maiores estudos sobre o tema, desenvolvidos pelos arquivistas Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real, em 1999, no livro “Arquivística: teoria e prática de uma ciência da Informação”. Nas palavras de Fonseca (2005, p. 30):

Trata-se, sem dúvida, da mais minuciosa e acurada história dos arquivos e das tradições arquivísticas já escrita em língua portuguesa. Além de todos os seus outros méritos, é leitura indispensável para aqueles interessados no aprofundamento do tema da história dos arquivos e das instituições arquivísticas em todo o mundo.

Entretanto, apresentaremos, neste subcapítulo, um breve panorama da história dos arquivos, em paralelo com a história do saber dos arquivos, tendo, como intuito, a compreensão da sua importância para o desenvolvimento humano e de como os arquivos, e o saber referente a eles, refletiram, ao longo do tempo, o Estado e a História.

1.2.1 A História

A História, como área do conhecimento, teve, em seu percurso evolutivo, uma série de tendências e abordagens refletidas em escolas historiográficas que impactaram na relação e na atribuição de importância referente aos documentos e aos arquivos, tornando fundamental uma compreensão básica de sua dinâmica e dos próprios conceitos que a definem.

A História pode ser compreendida de várias formas. Veyne (2008) a percebe tanto

quanto uma série de acontecimentos como em sua narrativa, ou seja, possuidora da dualidade de ser ao mesmo tempo um relato, que busca a fidelidade dos fatos, e sua interpretação, muitas vezes impregnada de aspectos intencionais de cunho pessoal. Marc Bloch (2002) compreende a História como a ciência que estuda o homem e sua ação no tempo, invertendo a lógica do protagonismo do fato passado para a da análise da transformação social. Para Burke (2011, p. 11), os historiadores mais tradicionais “pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos”, deixando de lado o estudo analítico das estruturas, o que para ele é o essencial no estudo histórico.

Le Goff (1984, p. 158) busca, na etimologia, o entendimento da história através da sua origem na observação, no testemunho, na relação entre o fato, o olhar e a interpretação:

A palavra ‘história’ (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego *histoire* [Keuck 1934]. Esta forma deriva da raiz indo-europeia *wid-*, *weid*, ‘ver’. Daí o sânscrito *vettas* ‘testemunha’ e o grego *histor* ‘testemunha’ no sentido de ‘aquele que vê’. Essa concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia que *histor* ‘aquele que vê’ é também aquele que sabe; *historien* em grego antigo e ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Histoire* significa, pois, ‘procurar’. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas **Histórias**, que são ‘investigações’, ‘procuras’ [Benveniste 1969, t. II pp. 173-174; Hartog 1980]. Ver, logo saber, é um primeiro problema.

Hobsbawn (2010, pp. 19-22) destaca a importância do passado como uma “dimensão permanente na consciência humana”, fundamental para o funcionamento de instituições, estabelecimento e manutenção de valores, e que baliza, na maioria das sociedades, o desenvolvimento social. Todavia, alerta que a História não é “memória ancestral ou tradição coletiva”, pois é baseada em evidências e fatos, que a distingue da ficção. Le Goff (1984, p. 180), por sua vez, aborda a triangulação passado-memória-história, dizendo que “tal como o passado não é história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objectos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”.

A história da História, por assim dizer, tem seu começo com o advento da escrita, criada pelas sociedades do médio oriente, pois antes dela, dentro do recorte cronológico historiográfico, havia a Pré-História. É a escrita e o seu registro, o documento, que inauguram a História, pois é a partir deles que ela se fundamenta para suas narrativas e análises.

A (re)construção e a compreensão do passado passam por reinterpretações constantes em virtude de novas abordagens técnicas e metodológicas, mas, sobretudo, pelo acesso a novas fontes. Novas leituras de documentos e leituras de novos documentos, como afirma LeGoff, (1984, p. 163) mostram que “os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se”.

O entendimento do passado, a partir da ressignificação feita no presente, fez com que “a história não só deve permitir compreender o presente pelo passado – atitude tradicional – mas também compreender o passado pelo presente”. (Bloch citado em LeGoff, 1984, p. 162).

1.2.2 Os arquivos e a Arquivologia

Se a História pode ser percebida como o estudo da ação do homem no tempo (Bloch, 2002), parte dessa ação pode ser encontrada em registros documentais. Essa relação propiciou a formação de áreas de conhecimento destinadas a estudar tais registros e desenvolver técnicas e metodologias de tratamento e preservação. Dentre essas áreas, surge, no século XIX, a Arquivologia, voltada à práxis dos arquivos.

A Arquivologia é envolta em questionamentos conceituais, técnicos, disciplinares e até mesmo terminológicos, cenário que se aprofundou nas últimas décadas. Discutida se é ciência, técnica, disciplina ou parte integrante de outras áreas, em virtude de “apresentar características próprias de todas elas sem enquadrar-se exatamente nas premissas necessárias de cada uma” (Bellotto, 2002, p. 5), a Arquivologia, também chamada de Arquivística, em inúmeros contextos profissionais, acadêmicos e científicos, também não possui unanimidade na definição de seus objetos que, ao longo do tempo, foram sendo percebidos de formas diversas. O que seria seu objeto: os arquivos, os documentos, os documentos de arquivo, a informação, a informação orgânica registrada, as instituições arquivísticas? E seu objetivo? Seria a custódia, a preservação, o acesso, a mediação administrativa e histórica, a garantia da prova jurídica e probatória. Qual é a finalidade da Arquivologia? O desenvolvimento do fazer arquivístico, a elaboração de normas, diretrizes e condições para o tratamento técnico e preservação do acervo, a manutenção e a garantia da autenticidade dos documentos, a mediação do acesso à informação contida nos conjuntos documentais, a promoção da cidadania através da garantia de direitos, o apoio ao desenvolvimento da memória coletiva de comunidades e nações? Em princípio, todos os elementos aqui elencados fazem parte do

seu escopo, mas nem sempre foi desta forma percebido ao longo de sua existência.

Em relação à nomenclatura da área, A. Silva (2006, p. 137) destaca que a designação “Arquivologia” surge no século XIX quando de sua sistematização enquanto área, e é comumente utilizada, de modo não exclusivo, na América Latina e Espanha. Nos países anglo-saxões, o termo vigente é *Archival Science*. Já “Arquivística” constitui-se numa designação que foi se impondo e sendo aceita, ao longo do século XX, como disciplina científica ou disciplina aplicada da Ciência da Informação, sendo adotada em países como Itália, França, Portugal e Espanha.

Schmidt (2015, p. 22) aponta que as divergências, no campo científico da Arquivologia, resultaram “em diferentes abordagens sobre sua natureza, que a assumem como uma área técnica, uma disciplina ou enquanto ciência”. Segundo a autora, alguns pensadores do campo dos arquivos a percebem enquanto técnica (como Manuel Romero Tallafigo), disciplina técnica (como Aurelio Tanodi), disciplina em desenvolvimento (como Theo Thomassen), disciplina científica (como Heloísa Bellotto, Angelica Marques, Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Jacques Ducherme, Terry Cook, David Bearman) e como ciência, ainda que sob diferentes perspectivas (como Theodore Schellenberg, Eugenio Casanova, Michel Duchein, Elio Lodolini, Jose Ramon Cruz Mundet, Ramon Alberch Fugueras, Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Bruno Delmas, Antonia Herrera Heredia, Maria Paz Martín-Pozuelo, Paola Carucci, Terry Eastwood, Luciana Duranti e Eric Katelaar) (Schmidt (2015, p. 21).

Segundo Cook (2018, p. 17) a história do pensamento arquivístico reflete a interação entre a teoria e a prática dos arquivos dentro de contextos que refletiam suas épocas, tendo início com os arquivos da antiguidade (Rosseau & Couture, 1998, p. 29). Contudo, sua sistematização, enquanto área, é mais nova e possui marcos definidores, sobretudo, através da criação de manuais e obras referenciais, igualmente contextualizadas. Os arquivos são muito mais antigos que a Arquivologia e, para compreender a área, é necessário compreendê-los em suas dinâmicas.

Na Antiguidade Oriental (Mesopotâmia, Egito, Pérsia, Palestina, Fenícia), os arquivos serviam ao Estado e à Religião, ou seja, funcionavam exclusivamente a serviço das autoridades (Bellotto, 2002, p. 13). Durante a Antiguidade Clássica (Grécia e Roma), os arquivos continuaram vinculados ao Estado, mas a nobreza, a alta burocracia e os cidadãos

de posses, passaram a usufruir de seus serviços notariais, sendo que o direito romano, devido à importância do ato escrito, desenvolve relevância ao documento custodiado pelo arquivo, pois é ele que lhe confere autenticidade. Para Cook (2018, p. 18), os arquivos tiveram suas origens institucionais, no mundo antigo, como agentes capazes de legitimização do poder. Após o colapso do Império Romano, a fragmentação da Europa e a consolidação da Igreja Católica, os arquivos passam a se limitar às autoridades feudais e à própria Igreja (Bellotto, 2002).

Na transição da Antiguidade para a Idade Média europeia, o conceito de arquivo se consolida, mas há uma nítida mistura entre eles e as bibliotecas, que, por vezes, são tratados de forma muito semelhantes. O saber arquivístico da época, baseado na concepção enciclopédica das bibliotecas, percebia uma organização sem o caráter orgânico, em prol de uma organização conjunta de arquivos de procedências diversas (A. Marques, 2019, p. 51; A. Marques & Tognoli, 2016, p. 68).

Durante a Idade Média, há um crescimento dos arquivos eclesiásticos e notariais. Com base no renascimento do Direito Romano, os documentos de arquivo incorporam, definitivamente, o valor administrativo e de registro de ações políticas, para além da perspectiva jurídica e patrimonial, impactando no *modus operandi* dos arquivos, enquanto instituições, e promovendo a elaboração de medidas necessárias para seu tratamento e preservação.

Na passagem do século XII para o século XIII, o Papa Inocêncio III editou duas bulas referentes à garantia de autenticidade dos documentos pontifícios, sendo considerado, por isso, como um precursor da Diplomática, pois apresentou, pela primeira vez, elementos sistematizados para a averiguação da identificação de falsidade documental, estabelecendo princípios e métodos para análise documental e impondo severas penalidades para os falsificadores. A primeira bula foi a *Licet ad regimen*, em 1198, que descrevia os modos utilizados para falsificar documentos e a segunda bula, *Pridem et bulae*, em 1201, indicava a maneira de distinguir os documentos verdadeiros dos falsos (Berwanger & Leal, 2015, p. 26).

O século XIV viu surgir a criação e recriação dos arquivos centrais da administração, como a Torre do Tombo, em Portugal, e o Arquivo da Coroa de Aragón (Mariz, 2012, p. 34).

Com o advento da Idade Moderna e o fortalecimento da monarquia e da concepção

de Estado, os arquivos fortaleceram-se e funcionários especializados passaram a ser responsáveis pelos principais arquivos, agora concebidos também como instrumentos políticos. A centralização do poder favorece a criação de grandes arquivos reais e os arquivos notariais passam a ser mais organizados, sendo o uso desses serviços restrito às questões jurídicas e administrativas. A existência desses arquivos organizados é reflexo da existência de um poder político mais estruturado e centralizador (Subtil, 2011, p, 106). Nessa época, os arquivos estavam a serviço da realeza e respondiam, quase que de forma exclusiva, às necessidades do soberano (M. Silva, 2017, p. 18).

A. Marques (2019, p. 52) percebe as similaridades entre as evoluções do Estado e dos arquivos, citando esse período como o momento de delineamento da noção de arquivos públicos:

Guardadas as peculiaridades da evolução do conceito de Estado e as particularidades temporais e espaciais do seu tipo de organização, alguns traços comuns passam a configurar os arquivos, conforme as suas funções: a origem administrativa dos documentos; a concepção jurídica dos serviços; a noção de arquivo como fonte de informação, inclusive sobre o passado; e o caráter privado dos acervos, cujo acesso deveria ser outorgado pelo soberano. A noção de arquivo público ganha forma, quando se tornam frequentes as reclamações dos monarcas acerca dos seus direitos de propriedade sobre acervos reunidos por altos funcionários.

Esse processo generalizou-se e foi regulamentado. Inúmeros arquivos de Estado foram constituídos, como na Áustria, em 1509; Nápoles, entre 1540 e 1545; Florença, em 1569; Londres, em 1578; Siena, entre 1585 e 1588; e Parma, em 1592. Fora da Europa, houve a implementação do *Hwang Shi Cheng*, o arquivo imperial da China, em 1534 (A. Silva et al., 1999, p. 92). Entretanto, para Duchein (1992, p. 16), o primeiro modelo clássico de arquivo de Estado foi o Arquivo de Simancas, criado em 1542, na Espanha, em virtude de sua constituição ter sido contemporânea ao surgimento do Estado espanhol, e de o referido Arquivo dispor, alguns anos depois de sua criação, de um regimento específico para suas funções.

Fonseca destaca que alguns autores europeus consideram o século XVI como o momento da gênese da Arquivologia. Nas palavras de A. Silva et al. (1999), há uma profunda

relação entre o conhecimento arquivístico, a administração e o governo, constituída desde seus primórdios, mas que tiveram suas rotinas condicionadas a partir daquele século:

A partir do século XVI, as rotinas da profissão começam a ser frequentemente disciplinadas por normas regulamentares, alguma inclusive de caráter oficial. Não obstante o conteúdo programático das mesmas, verifica-se que elas têm já imanentes princípios gerais da natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina – a Arquivística – como construção conceptual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão dos arquivos (A. Silva et al, 1999, p. 93).

A. Silva continua sua análise, destacando a ligação entre o saber e as práticas arquivísticas:

O “saber” e a “prática” estavam já intimamente ligados desde as civilizações mais antigas. São duas realidades indissociáveis, mesmo na fase em que tal “saber” ainda não encontrava suporte em textos regulamentares. A ordenação sistemática, as primeiras etiquetas e os primeiros inventários são já expressão desse saber. E isto é tanto mais verdade quanto se constata que os textos mais consistentes do século XVI e XVII são os próprios regulamentos e os guias práticos concebidos por funcionários ou responsáveis das chancelarias e arquivos (A. Silva et al., 1999, p. 94).

A partir do século XVII, começa a se intensificar a procura por arquivos, em virtude da pesquisa história e da prospecção acadêmica, tendo em vista o valor histórico da documentação. Esse fato se contrapõe à tendência redutora dos arquivos como algo estritamente jurídico e administrativo, e incentiva a produção de novos instrumentos de pesquisa (A. Silva et al, 1999, p. 95).

Uma grande pesquisa histórica foi empreendida, nesse século, pela Companhia de Jesus, com o intuito de produzir uma monumental coleção sobre a vida dos santos católicos, os *Acta Sanctorum*, a partir da investigação por meio de documentos guardados nos arquivos de igrejas e mosteiros. O grupo responsável pela pesquisa foi inicialmente coordenado pelo jesuíta belga Jean Bolland e, em seguida, pelo padre holandês Daniel Van Papenbroek, que

ao visitar alguns arquivos religiosos na Alemanha, constatou a existência de documentos falsos. Papenbroek iniciou uma ampla pesquisa em que elaborava critérios para uma rigorosa crítica documental, resultando no *Propylaeum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis*¹⁰, publicado como prefácio do segundo volume dos *Acta Sanctorum* (Berwanger & Leal, 2015, p. 17).

O texto de Papenbroek acusava a falsidade de boa parte dos documentos conservados nos arquivos religiosos dos beneditinos franceses, iniciando a denominada *Bella Diplomatica*, conflito deflagrado entre jesuítas e beneditinos, que divergiam sobre a veracidade de documentos medievais e que resultou na publicação de diversos tratados sobre crítica documental (Leal & Siqueira, 2011, pp. 31-32).

O monge e intelectual beneditino, Jean Mabillon, superior da Abadia de Saint Germain de Près, em Paris, preparou a defesa de sua ordem durante seis anos, publicada, em 1681, sob o nome de *De re diplomatica*, contendo seis volumes e provocando grande impacto no meio religioso e arquivístico, por estabelecer os princípios que dariam origem à Diplomática (Berwanger & Leal, 2015, pp. 17-18), ciência que trata da estrutura formal dos documentos, determinando sua autenticidade e tipologia (Leal & Siqueira, 2011, p. 61).

Poucos anos depois, a Paleografia é formalmente criada, sistematizada no bojo da consolidação da Diplomática e criada para “auxiliá-la” (M. Santos, 2001, p. 55; Berwanger & Leal, 2015, p. 18). Muitos entendem esse momento como a gênese da Arquivologia enquanto área delimitada, sendo a Diplomática a “base formativa” da Arquivologia (Iacovino, 2016, p. 267) e onde se encontram os primeiros elementos da doutrina arquivística, no sentido da criação de instrumentos que possibilitaram a avaliação da autenticidade de um documento (Duranti, 1998, p. 9). Para Bloch, a publicação do *De re diplomática* fundou a crítica aos documentos de arquivo (Le Goff, 1990, p. 28) e, para Otlet (1996, p. 348), inaugurou a “ciência dos arquivos”.

Cabe ressaltar que o conhecimento e domínio da Diplomática e da Paleografia tornaram-se características inerentes à profissão de arquivista, condição que só vai se modificar no século XX.

No século XVIII, uma série de depósitos centrais de arquivos, além de museus

¹⁰ Tradução: Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos antigos.

públicos nacionais são constituídos pela Europa. Sobre isso, Foucault (2004, pp. 145-146) reflete:

Sabe-se da importância metodológica que assumiram esses espaços e essas atribuições “naturais” para a classificação, nos fins do século XVIII, das palavras, das línguas, das raízes, dos documentos, dos arquivos, em suma, para a constituição de todo um ambiente de história. [...] A conservação cada vez mais completa do escrito, a instauração de arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, o estabelecimento de catálogos, de repertórios e de inventários representam, no fim da idade clássica, mais que uma sensibilidade nova ao tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos.

Essas transformações, ocorridas na Europa, também são sentidas nas relações coloniais entre os impérios ultramarinos (Portugal, Espanha, Reino Unido, França e Holanda) e seus territórios nas Américas, África e Ásia, com base no controle informacional necessário para que as metrópoles administrassem e mantivessem seus territórios de forma mais eficiente (Burke, 2003, pp. 117-118).

A Revolução Francesa, ocorrida a partir de 1789, alterou a estrutura do Estado, pôs fim aos privilégios da aristocracia e determinou o fim do Antigo Regime e da Idade Moderna. Influenciada pelos ideais iluministas e motivada pela grave crise que a França vivia, a Revolução provocou rupturas políticas e sociais, alterando a ideia de Estado e de nação. Inserido no processo de (re)construção da memória nacional, surge a ideia de um arquivo geral da nação, como elemento de identidade e unidade nacionais, com a reunião da documentação oficial dispersa e uma nova forma de organizar e tratar a imensa quantidade de documentos reunidos, além de promover certa liberdade para o cidadão na consulta de informações administrativas (A. Silva et al., 1999).

Em 1817, o historiador Heinrich von Sybel assumiu o cargo de diretor do Arquivo do Estado da Prússia e determinou que os documentos públicos deveriam ser agrupados de acordo com suas origens, relativas ao corpo administrativo em que foram produzidos. Essa metodologia foi chamada de *Provenienzprinzip*, o princípio da proveniência, que tinha, como intuito, a proteção à integridade documental, a manutenção do contexto de criação e a melhor

compreensão do processo de sua criação e existência (S. Franco, 2014, p. 49).

Em França, a política de incorporação em massa de conjuntos documentais e uma reordenação ideológica dos arquivos, provocou um caos que despertou a atenção do governo francês. Na tentativa de solucionar essa questão, o ministro do Interior, Conde de Duchatel, divulgou uma circular, em abril de 1841, nos seguintes termos:

- 1) Os documentos devem ser agrupados em fundos, ou seja, todos os arquivos que foram originados em uma instituição, sendo esta uma autoridade administrativa, uma corporação ou família, devem ser reunidos em um grupo único, sendo considerados como fundos de uma determinada instituição;
- 2) Os documentos dentro de um fundo devem ser arranjados por grupos de assunto e cada grupo deve ser alocado em um lugar diferente em relação aos outros;
- 3) Os itens dentro do grupo de assuntos devem ser organizados de acordo com as circunstâncias ditadas, podendo ser cronológica, geográfica ou alfabética (Schelleberg, 1975, p. 170 citado em S. Franco, 2014, p. 48).

Essa circular, conhecida como “*Instructions pour la mise em ordre et le classement des archives départementales et communales*”, elaborada e defendida pelo chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wailly, consagrou o princípio do respeito aos fundos, que passou a representar o fundamento essencial da Arquivologia, em detrimento à ordenação por assuntos, que era defendida pelos iluministas (A. Silva et al, 1999, p. 107).

Na década de 1870, arquivistas italianos passam a criticar a ordenação cronológica e temática dos documentos de arquivo, propondo o método histórico como forma de organização. “Esta formulação representa uma tentativa de aperfeiçoamento do princípio de respeito pelos fundos, de 1841, passando a ser defendido também o respeito pela ordem original” (A. Silva et al., 1999, p. 114). Tanto o princípio do respeito aos fundos, quanto o princípio da ordem original passaram a ser considerados como fundamentais no saber e no fazer arquivísticos, sendo rapidamente difundidos e acolhidos pelas instituições arquivísticas existentes e aquelas que estavam nascendo, como os arquivos nacionais.

O conceito de arquivo nacional como instrumento de construção de memória nacional e guardião da história do país, fez com que muitas das nações americanas que se tornaram

independentes no século XIX, adotassem, em suas constituições, a criação de seus arquivos nacionais, como parte da elaboração de sua identidade própria.

Quadro 3 – Ano de criação dos arquivos nacionais americanos

País	Instituição	Ano de criação
Argentina	Archivo General de la Nación	1884
Bolívia	Archivo General de la Nación	1825
Brasil	Arquivo Público do Império	1838
Colômbia	Archivo Nacional	1868
Costa Rica	Archivos Nacionales	1881
Cuba	Archivo Nacional	1841
Haiti	Archives Nationales	1860
Honduras	Archivo Nacional	1880
México	Archivo General da la Nación	1823
Nicarágua	Archivo Nacional	1896
Paraguai	Archivo Nacional	1871
República Dominicana	Archivo General de la Nación	1884

Fonte: Elaboração própria, com base em A. Marques (2019) e nos sítios eletrônicos dessas instituições.

Na segunda metade do século XIX, surge, nos arquivos, a pesquisa realizada por historiadores no contexto da história positivista, em que o valor dado às informações contidas em documentos de arquivo era a base e, praticamente, a única referência para análise. Inserida no contexto positivista, a noção de patrimônio também se fortalece. Para A. Silva (2006, p. 159), uma construção envolta no nacionalismo e “indissociável da concepção etnográfica e histórico-arqueológica da cultura que floresceu no séc. XIX”. É somente nesse momento, que surgem nos arquivos, as primeiras salas destinadas aos cidadãos para consulta aos documentos e acervo. O modelo arquivístico baseado nas ideias originárias da Revolução Francesa é consolidado em uma perspectiva historicista e positivista (A. Silva et al., 1999, p. 115).

No fim daquele século, a publicação de um manual técnico sobre o saber e o fazer arquivístico foi percebido como marco fundador da Arquivologia enquanto área delimitada e inaugurou a série de livros e manuais que promoveu a sistematização do campo arquivístico, nas primeiras décadas do século seguinte.

O “Manual de Organização e Descrição dos Arquivos”, publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898, estabelece definições e formula princípios arquivísticos relativos à natureza e ao tratamento dos arquivos, estabelecendo também os princípios básicos da profissão de arquivista (Cook, 2018, pp. 23-25). O Manual compreende o arquivo como um processo histórico e, como tal, deve ser entendido como um todo orgânico, respeitando inequivocamente o princípio do respeito aos fundos.

No prefácio da primeira edição da referida obra, os autores, de maneira irônica e até mesmo divertida, alertam ao leitor que o Manual, longe de ser uma obra “atraente”, constitui-se numa leitura detalhista e tediosa:

É este um livro enfadonho e meticuloso. Fica o leitor avisado. Consideramo-nos obrigados a, sem rebuços, confessá-lo de saída. Digne-se a crítica a advertir o nosso texto, e logo o proclamará aos quatro ventos. Sentimos, pois, que é um dever para conosco, anteciparmo-nos a ela como admitir francamente que, ainda em nossa própria opinião, as narrativas de Jacob van Lennep são, por certo, mais atraentes que a nossa obra [...] (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1973, p. 11).

Mas, ainda no prefácio, declaram a importância do Manual para a padronização do tratamento arquivístico e para a correção da informação prestada:

Estamos convictos de que a uniformidade no tratamento dos inventários, tanto no tocante ao essencial como no acessório, é de extrema utilidade. Convém ao pesquisador, para captar com presteza o sentido de qualquer prática coerente e evitar boa soma de incompreensões (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1973, p. 11).

Pouco mais de duas décadas depois, o arquivista britânico Charles Hilary Jenkinson, publica, em 1922, o “*Manual of Archive Administration*”, em que destaca a imparcialidade do trabalho do arquivista (que desempenharia o papel de guardião e não de avaliador), a

inviolabilidade da evidência documental e o fato de o produtor ser o responsável pela eliminação de documentos. Para Cook (2018, p. 28), o autor estava “simplesmente refletindo o positivismo empírico dominante”.

De forma detalhada, Jenkinson aborda as ações desenvolvidas no arquivo, destacando o princípio da proveniência como elementar para o tratamento documental, ressaltando os arquivos como acumulações naturais da administração, contextualizados e elaborados para informar a posteridade (Ridener, 2009, pp. 52-53).

Na mesma década da publicação da obra de Jenkinson, Eugenio Casanova pública, na Itália, o livro “Archivistica”, em 1928. O autor reafirma a importância do princípio do respeito aos fundos com base para a área, por ser fundamental para a manutenção da integralidade, da intangibilidade e da inalterabilidade das séries documentais (S. Franco, 2014, p. 45).

Em 1929, os professores Marc Bloch e Lucien Febvre, da Universidade de Estrasburgo, em França, publicam o periódico “*Annales d’histoire économique et sociale*”, caracterizado pelo enfoque na História Social e que deu origem ao movimento historiográfico denominado como a Escola dos Annales. Incorporando aspectos das Ciências Sociais à metodologia histórica, o movimento fez oposição ao positivismo reinante, que tratava a História como uma crônica de acontecimentos memoráveis, propondo a análise dos processos históricos através da longa duração e pelo entendimento de que as fontes históricas deveriam ser ampliadas e o conceito de documento alargado (Burke, 2010), importando-se com aspectos culturais e de mentalidades e privilegiando métodos pluridisciplinares (Japiassu & Marcondes, 2001, p. 57).

Dentre os historiadores da Escola dos Annales, também se destacaram, para além de seus fundadores, Fernand Braudel, com seus estudos sobre a longa duração e o ideal de História Global; Jacques Le Goff, com suas múltiplas pesquisas sobre história, memória e documento; e Pierre Nora, com seu conceito de lugar de memória, tão caro ao universo arquivístico.

No período iniciado no pós-guerra, em virtude da chamada “explosão documental”, oriunda da consolidação do capitalismo e das novas tecnologias, desenvolve-se o aperfeiçoamento dos arquivos correntes, ligados à administração pública e privada e, em paralelo, os arquivos históricos, ligados à pesquisa e à cultura. A partir desse momento e de

forma crescente, outros tipos de documentos, como as fotografias, os registros sonoros, audiovisuais e eletrônicos, foram sendo incluídos no rol dos documentos arquivísticos.

É neste contexto que surge, em 1948, o CIA, instalado em parceria com a UNESCO, a partir das demandas de arquivistas, e especialistas de todo o mundo, para a criação de um organismo internacional de arquivos, que pudesse coordenar ações de comunicação, normalização e troca de experiências, por meio da formação de comitês e seções regionais e da realização de grupos de trabalhos, publicações, reuniões e congressos (Bellotto, 2002, p. 17). Em 2010, o CIA publicou a Declaração Universal sobre os Arquivos, adotada no ano seguinte pela UNESCO (Anexo 2).

Em 1950, é promulgada a Lei de Arquivos pelo governo estadunidense, estabelecendo a *Records Management*, ou seja, a gestão de documentos, objetivando a eficácia administrativa e estabelecendo a diferenciação no tratamento dos documentos de valor histórico (Schmidt & Mattos, 2020, p. 39). A gestão de documentos preconizava a garantia de “controle sobre a totalidade dos documentos arquivísticos produzidos em razão do desempenho das funções e atividades de uma organização” (Bittencourt & N. Silva, 2020, p. 52). Para Jardim (2015, p. 44):

A gestão de documentos, aplicada em sua plena lógica gerencial, sobretudo nos Estados Unidos e Canadá, repercutiu, em outras “tradições arquivísticas”, de maneiras diversas, na construção ou redefinição de modelos distintos na administração dos processos arquivísticos, desde a produção à destinação final dos documentos.

Decorrente desse novo cenário na administração pública estadunidense e da consolidação das práticas capitalistas de otimização de tempo e recursos, o arquivista Theodore Roosevelt Schellenberg publicou, em 1956, o livro “*Modern Archives: principles and techniques*”, em que apresenta os conceitos de valor primário (administrativo) e secundário (informativo diverso) dos documentos, além de atribuir grande importância à sua seleção e avaliação, estabelecendo o conceito de “ciclo de vida” dos documentos e acentuando as diferenças entre gestores de documentos e arquivistas, bem como entre arquivos correntes e permanentes (Cook, 2018, p. 35). Diferente de Jenkinson, Schellenberg defende a avaliação dos documentos arquivísticos pela análise da sua natureza e pelas razões de sua preservação definitiva.

Nos anos 1970, a partir dos estudos anteriormente empreendidos, do novo contexto social e tecnológico e a partir da sistematização do ciclo vital dos documentos, a teoria das três idades consolida-se como a “ponte entre a documentação de gestão e a destinada a ser preservada para fins de pesquisa” (Bellotto, 2002, p. 26).

As obras dos arquivistas holandeses, de Jenkinson, Casanova e Schellenberg, foram determinantes para a definição do saber e do fazer arquivístico, ao longo do século XX, sendo resultantes do contexto histórico e das grandes mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas pelas quais o século passou. Cada uma delas não deixa de ser um reflexo da sociedade em que estava inserida e de seu tempo histórico.

A práxis arquivística era ancorada em princípios norteadores, definidores das análises e propostas que seus principais pensadores entendiam necessários para compreender e desenvolver a área. Tais princípios, desenvolvidos nos séculos XIX e XX, constituíram-se como fator determinante para o estabelecimento do campo arquivístico, tornando-se elementos basilares da era clássica e moderna da Arquivologia. Embora semelhantes em seus escopos, esses princípios possuem características próprias e complementares, mas de naturezas distintas, podendo ser entendidos como uma abordagem interdisciplinar para alguns, ou de característica de disciplina auxiliar para outros. Segundo entendimento de A. Marques (2019), os princípios arquivísticos possuem interseções com outras áreas e possuem aplicações distintas.

Quadro 4 – Princípios arquivísticos

Princípio	Natureza disciplinar	Aplicação	Importância
Proveniência	Arquivologia	Princípio básico da Arquivologia, segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoal ou família, não deve ser misturado aos de outras	Base para os demais princípios arquivísticos, estabelece critérios básicos para a organização dos arquivos e contribui

		entidades produtoras.	singularmente para a formação científica da Arquivologia.
Respeito à Ordem Original	História e Arquivologia	Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.	Manutenção da organicidade e fidedignidade dos documentos.
Territorialidade	Direito, Administração, História e Arquivologia	Princípio segundo o qual os arquivos públicos próprios de um território, seguem o destino desse último.	Preservação da memória da nação e identidade coletiva.
Teoria das Três Idades	Administração e Arquivologia	Abordagem apoiada nas etapas de vida dos documentos, contempla os arquivos correntes, intermediários e permanentes.	Busca da racionalização e eficácia administrativas; gestão de documentos.

Fonte: A. Marques, 2019, p. 58.

Contudo, por mais que tais princípios tenham se tornado hegemônicos no campo arquivístico mundial, algumas dissidências passaram a surgir. Em 1964, o arquivista e linguista australiano Peter Scott, desenvolve uma inovadora metodologia de organização arquivística, baseada na múltipla proveniência, em que há uma separação entre a descrição dos documentos e a descrição dos contextos, permitindo que conjuntos documentais, tanto em tramitação, como os já arquivados, possam ser compreendidos por múltiplos prismas conceituais, através de processos descritivos capazes de espelhar a natureza dinâmica de sua criação (Schmidit & Mattos, 2020, p. 40).

Nas últimas décadas do século passado, sobretudo nos anos 1980, a área iniciou um

novo processo de transição, em virtude, sobretudo, das novas tecnologias emergentes e do debate epistemológico. Para A. Silva et al (1999, p. 156):

A arquivística atravessa um período saudável de debate a respeito do seu próprio objeto, sendo a noção de *arquivo* confrontada com os problemas decorrentes da existência de novos suportes e do uso de novas tecnologias, e igualmente, com uma maior apetência informativa por parte das administrações e da própria pesquisa histórica. Neste contexto, não é de admirar que coexistam opiniões divergentes sobre a própria disciplina, sintoma, aliás, típico de qualquer momento de transição. Por um lado, há os que continuam ver a Arquivística essencialmente confinada à problemática dos arquivos históricos, considerando o *records management* como uma área distinta; por outro, há os que, invocando a “era da informação”, se afastam dos princípios estruturantes da disciplina e veem a Arquivística como um corpo de doutrinação empírica (ou um somatório de técnicas), cujo único objetivo é responder pragmaticamente às solicitações informacionais da sociedade; finalmente, ainda, surgem os defensores de uma nova corrente que encontra na informação arquivística uma individualidade própria, articulada com um modelo teórico preciso – é a defesa da Arquivística como *Ciência da Informação*.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento e da trajetória epistêmica da Arquivologia, Schmidt e Mattos (2020, p. 28) propõem uma sistematização das diferentes fases da área, a partir das abordagens teóricas e de seus respectivos contextos históricos:

Quadro 5 – Sistematização de abordagens no processo de construção da Arquivologia

Abordagem	Temporalidade	Acontecimentos
Arquivos antes da Arquivologia	Da invenção da escrita até a Revolução Francesa (1789).	As primeiras teorias para o campo dos arquivos são resultados de processos que foram se construindo ao longo desse período.
Abordagens clássicas	Da Revolução Francesa (1789) até o pós-Segunda	Novos usos para o documento de arquivo; estabelecimento do

	Guerra Mundial (a partir de 1945).	princípio de respeito aos fundos e da ideia de fundo; princípio da proveniência e da ordem original; sistema de registro; organicidade; custódia; arranjo; descrição.
Abordagens modernas	Do pós-Segunda Guerra Mundial (a partir de 1945) até o advento do documento digital (década de 1980).	Ampliação do olhar para os documentos modernos; gestão de documentos; classificação pelo elemento da ação; ciclo vital; teoria das três idades; avaliação de documentos.
Abordagens contemporâneas	Pós-década de 1980.	Advento do documento digital.

Fonte: Schimidt & Mattos (2020, p. 28)

M. Silva (2017, p. 15) aponta que, na década de 1990, com a consolidação da tecnologia digital e da web, os questionamentos sobre a Arquivologia tradicional aumentaram e uma busca por uma visão mais ampla e abrangente dos arquivos se fez mais presente:

[...] pesquisadores acadêmicos, que já vinham criticando as bases tradicionais do conhecimento arquivístico, isto é, os conceitos de documento e de arquivo, os princípios de proveniência e ordem original e a custódia, passaram a propor um novo paradigma para a Arquivologia, ou seja, uma nova fundamentação teórica e metodológica, que poderia ser fornecida pelo pensamento pós-moderno.

Para os pensadores pós-modernos, as práticas arquivísticas e seus conceitos vigentes estavam ultrapassados e não atendiam às necessidades sociais, aos novos e múltiplos usuários e demandas promovidas pelo avanço tecnológico. Esta corrente, associada ao pensamento pós-moderno, passa a ser designada como pós-custodial, encarando a Arquivologia em curso como aquela criada para atender à burocracia estatal e “comprometida com o poder do

Estado” (M. Silva, 2017, p. 17), além de ser desprovida de recursos e abordagens que uma nova dimensão informacional necessita.

A relação com o usuário também se transforma, devido, sobretudo, às novas tecnologias e aos múltiplos interesses que os arquivos passaram a despertar. Para Belesse & Gak (2004, p. 38), o arquivo precisava se adaptar frente à nova realidade:

Não se pode mais organizar o acervo orientado para o criador. É preciso, pois, romper com esta arquivística endogênica, refratária ao usuário, voltada para as autobiografias envoltas numa atmosfera de narrativa organizacional. É equivocada a ideia de que o usuário se enquadre nas excentricidades do método. Na visão de alguns profissionais de informação, o usuário precisa entender o sistema quase a ponto de tornar-se um arquivista. Esse posicionamento não é sustentável em termos de pesquisa contemporânea.

A transformação do arquivo enquanto instituição estabelece uma nova relação entre os arquivos, seus usos e usuários. Segundo Siqueira (2018, p. 15):

Com o advento do novo século e a consolidação de práticas e ferramentas que se convencionou chamar de Humanidades Digitais, o usuário de arquivo, sendo ele individual ou coletivo, ampliou seu escopo através de novas demandas e possibilidades, ultrapassando as fronteiras que haviam sido delimitadas nas décadas e séculos anteriores e que mesmo ampliadas ainda guardavam restrições aos usos, apropriações e reconfigurações de seus espaços.

Arquivistas e profissionais da área passam a cobrar novas abordagens que reflitam a sociedade e não apenas o Estado, produzindo o conceito de macroavaliação, em que o contexto social se torna mais relevante para seleção do que será memorável no futuro (Cook, 2018). O conceito de governança torna-se mais difundido, os arquivos pessoais passam a ter maior atenção da comunidade arquivística, questionamentos sobre a proveniência, ordem original e avaliação ganham espaço, ao mesmo tempo em que uma nova corrente na Arquivologia, ligada à Diplomática e voltada aos documentos digitais, resgata conceitos de imparcialidade, autenticidade e proveniência dos documentos, fazendo um contraponto à

Arquivologia pós-custodial, que, por sua vez, elenca a informação social como seu objeto, constituindo-se em uma corrente intitulada Arquivologia pós-moderna, que tenta romper com paradigmas que julga ultrapassados, baseando-se na macroavaliação, na atenção dada aos contextos mais amplos de produção, na informação sistêmica, no foco no usuário e numa participação mais ativa e decisiva do arquivista em relação à produção de memória.

Thomassen (1999), a partir do conceito de paradigma de Kuhn (2006), descreve a evolução prática e teórica da Arquivologia, a partir de elementos que modificam seu objeto, método e objetivo. Para tanto, o autor elaborou um quadro em que aponta as transformações da área do século XIX até o século XXI:

Quadro 6 – Mudanças paradigmáticas

Período	Século XIX	Século XX	Século XXI
Característica	Estágio pré-paradigmático.	Clássica ou moderna.	Pós-custodial ou pós-moderna.
Objeto	1) Arquivos de uma comunidade. 2) Diplomas e registros públicos.	Arquivos de uma organização ou órgão público.	Informação vinculada aos processos institucionais.
Unidade fundamental	1) Item físico. 2) Diploma ou registro público considerado como unidade.	Item físico.	Documento arquivístico.
Objetivo	1) Controle físico administrativo. 2) Publicação.	Controle e acesso (controle físico, administrativo e intelectual).	Alta qualidade da informação.
Método	1) Respeito aos fundos. 2) Métodos	Princípios da Proveniência e da Ordem Original.	Princípio da Proveniência usado como instrumento

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

	diplomáticos.		de qualidade.
Técnica	1) Classificação artificial. 2) Técnicas diplomáticas.	1) Técnica de descrição formal. 2) Classificação natural.	Técnicas de modelagem de dados: normas de descrição.

Fonte: Thomassen, 1998, p. 8 citado em V. Santos, 2015, p. 88

A partir da análise da evolução conceitual da Arquivologia, V. Santos (2015, p. 89-90), que a chama de “revolução em andamento”, propõe uma sistematização das transformações de suas características, a partir das reflexões empreendidas por Rosseau, Couture (1998), Thomassen (1999), Vivas Moreno (2004), A. Silva (2006), Tognoli (2010), Rondinelli (2011) e A. Marques (2011):

Quadro 7 – Paradigmas na Arquivística

	Paradigma em abandono	Paradigma em adoção
Denominação	Custodial, clássico, moderno, historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, estático.	Pós-custodial, pós-moderno, dinâmico, informacional, científico.
Visão da Arquivística	Historicoerudita, voltada aos acervos históricos, ou bibliodocumentária, voltada à gestão de documentos, descritiva.	Integrada ou contínua; interpretativa do contexto funcional.
Objetivo da disciplina	Preservação da memória registrada nos arquivos, para comprovação de direitos e obrigações, e resgate da memória.	Eficiência e eficácia administrativa, pelo uso da informação de alta qualidade como instrumento de apoio à tomada de decisões na instituição.
Preservação	Guarda e conservação dos	Custódia e preservação das

	documentos (papel) como fonte de memória legitimadora do Estado.	informações pela necessidade de garantir o acesso público.
Objeto	Instituições de arquivo, fundos documentais, documentos de arquivo.	Informação arquivística, arquivo como sistema de informação.
Profissional	Conservador e guardador de papeis.	Gestor de informações orgânicas e, ao mesmo tempo, construtor da memória.
Acervo	Documentos em papel, fotografias e, com menor ênfase, filmes e sonoros.	Documentos tradicionais e digitais.
Instrumentos	Inventário, protocolo, uniformização das formas documentais, classificação, avaliação.	Gestão de processos de negócios, classificação e avaliação funcional, vocabulário controlado, normas de descrição, retomada dos métodos da Diplomática.

Fonte: V. Santos, 2015, p. 90

Desde o fim do século passado, a Arquivologia vem passando por um processo de redefinições conceituais, mudanças de paradigmas e revisões epistemológicas causadas pela mudança abrupta que o universo digital tornou presente e que demandou, e vem demandando, novas e urgentes soluções. As novas abordagens contemporâneas da área buscam adaptar ou romper com antigas práticas e princípios, criando diferentes metodologias e novas relações que afetam diretamente o escopo da área e seus profissionais.

Quadro 8 – Correntes da Arquivologia contemporânea

Corrente	Contexto histórico	Características
Arquivística Integrada	Canadá francês. Década de 1980.	Negação da divisão americana entre <i>records</i> e <i>archives</i> ;

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

		<p>Integração dos valores primários e secundários;</p> <p>Gestão da informação como subsídio para a gestão de documentos;</p> <p>Arquivística como disciplina científica.</p>
<p>Tipologia Documental</p>	<p>Espanha e Brasil (São Paulo).</p> <p>A partir da década de 1980.</p>	<p>Identificação dos tipos documentais mais produzidos e solicitados;</p> <p>Formação de séries documentais com base na tipologia;</p> <p>Revelação do vínculo arquivístico.</p>
<p>Diplomática Arquivística ou Contemporânea</p>	<p>Canadá inglês e Itália.</p> <p>A partir da década de 1980.</p>	<p>Retorno aos conceitos clássicos;</p> <p>Documento como subproduto de uma atividade;</p> <p>Compreensão do processo de produção do documento;</p> <p>Aplicada a séries documentais e documentos contemporâneos, como os digitais;</p> <p>Prevalecem os conceitos de imparcialidade, autenticidade, neutralidade, unicidade e o inter-relacionamento.</p>
<p>Arquivística Funcional ou Pós-Moderna</p>	<p>Canadá inglês.</p> <p>Fim da década de 1980.</p>	<p>Pós-modernidade como tendência intelectual;</p> <p>Documento digital como cerne da questão;</p> <p>Crítica à Diplomática Arquivística;</p> <p>Propõe a macroavaliação e redefinição da proveniência;</p> <p>Paradigma social dos arquivos, por meio da influência do sujeito na produção;</p>

		O documento não é considerado neutro ou imparcial; Mudança do foco do documento para o processo que o criou;
<i>Records Continuum</i>	Austrália. A partir da metade da década de 1990.	Derivada do universo digital; Perspectiva contínua para a gestão de documentos, sem a separação de documentos correntes e permanentes; Documento de arquivo como entidade lógica, não física; Rejeita a teoria do ciclo vital por considerá-la linear e fragmentada.
Arquivística Pós-custodial	Portugal. Fim da década de 1990.	Dinâmica interdisciplinar e transdisciplinar; Ampliação do objeto científico; Mudança do paradigma custodial para o pós-custodial; Ênfase na informação em detrimento aos aspectos físicos e estático dos documentos.

Fonte: Elaboração própria com base em Schmidt & Mattos, 2020, pp. 43-44

As inúmeras mudanças e propostas ocorridas na área nas últimas décadas, muitas promovidas por investigações científicas empreendidas em universidades e centros de pesquisa, não necessariamente, provocaram impacto ou alterações significativas no *modus operandi* dos arquivos públicos. Tal fato pode ser observado nas políticas públicas arquivísticas, ou na ausência delas, que não vêm acompanhando de forma significativa as mudanças propostas, ou quando acompanham, o fazem de maneira lenta.

A legislação arquivística é um fator determinante para que as políticas públicas da área sejam implementadas e, ao mesmo tempo, é fruto de uma discussão sobre os rumos e demandas da área. Em muitos países, ela é oriunda da necessidade de adequação,

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

padronização e regulamentação da prática arquivística, além da adequação da legislação na defesa de direitos à informação e à proteção de dados, fatores contemporâneos amplamente impactados pelas novas tecnologias. Em virtude de tal fato, percebe-se a jovialidade do conjunto de leis que dizem a respeito a esse tema, demonstrando que, de alguma forma, o campo arquivístico público vem sendo influenciado pelas novas abordagens.

Quadro 9 – Síntese da legislação arquivística internacional por país

País	Legislação	Ano
África do Sul	Lei de promoção de acesso à informação	2000
Alemanha	Lei sobre o direito à informação	2005
Angola	Lei sobre o direito à informação	2002
Austrália	Lei sobre o direito à informação	1982
Bélgica	Lei de Arquivos	1995
Brasil	Lei de Arquivos Lei de Acesso à Informação	1991 2011
Canadá	Lei sobre direito à informação Lei de Arquivos	1982 1983
Chile	Lei de transparência e acesso à informação	2008
China	Regulamentos sobre o direito à informação	2007
Espanha	Lei sobre as regras para a informação pública	1992
EUA	Lei sobre o direito à informação	1966
França	Lei de acesso aos documentos administrativos	1978
Holanda	Lei sobre o direito à informação pública	1978
Hong Kong	Lei de acesso à informação	1992
Índia	Lei sobre o direito à informação	2002
Israel	Lei da liberdade de informação	1998
Itália	Lei de arquivos Lei sobre o direito de acesso à informação	1963 1990/2005
Japão	Lei sobre acesso à informação	1999
México	Lei de transparência e acesso à informação pública	2002

Noruega	Lei sobre o direito à informação	1970
Portugal	Lei de acesso aos documentos administrativos	1993
Reino Unido	Lei sobre o direito à informação	2000
Rússia	Lei sobre o direito à informação	2004
Suíça	Lei sobre o direito à informação	2004
Uganda	Lei de acesso à informação	2005
Zimbábue	Lei de acesso à informação e proteção à privacidade	2002

Fonte: Elaboração própria com base em A. Marques, 2019, p. 70.

As novas tecnologias, o universo digital, as múltiplas demandas por seus serviços e a necessidade de gerenciar e otimizar uma crescente e variada produção documental, seja ela tradicional ou não, bem como em atender a novos e diversos usuários, fizeram com que as instituições arquivísticas buscassem outras formas e possibilidades de gerenciamento de suas funções e de relacionamento com o Estado e a sociedade. Novos estudos e pesquisas, como aqueles referentes à inclusão social, diversidade cultural, educação patrimonial, literacias, marketing, ações colaborativas e produção cultural, ainda que timidamente, começaram a surgir e a ampliar o escopo do saber e do fazer arquivístico, bem como a ideia, cada vez mais recorrente, de que a informação precisa ser pensada em múltiplas esferas e possibilidades, em uma compreensão holística e sistêmica da informação, fizeram com que estas instituições adquirissem, não só as dimensões propostas por Alberch i Fugueras et al. (2001, pp. 13-17) – o arquivo como patrimônio, como memória, como identidade e como conhecimento – mas também as dimensões políticas, de diversidade cultural e garantia de direitos e cidadania.

Se os arquivos são uma realidade “complexa, movediça e difícil de imaginar” (Delmas, 2010, p. 79), eles o são porque refletem as dinâmicas sociais em que estão inseridos. Todas as metodologias, técnicas e abordagens do pensar e fazer arquivísticos, refletiam a necessidade da organização e manutenção dos documentos para a consecução dos objetivos que se acreditava relevantes. Ao longo dos séculos, inúmeras ações, decorrentes do contexto histórico e social em que estavam inseridas, foram empreendidas para aprimorar, adequar, reestruturar ou desconstruir o que vinha sendo feito anteriormente nos arquivos. As propostas e estratégias atuais também serão passíveis de críticas e descrédito, se não provarem ser factíveis na prática ou deixarem de atender às expectativas típicas das ciências sociais

aplicadas.

A existência do arquivo e sua incomparável importância para as sociedades humanas, todavia, nunca foi posta em questão, pelo simples fato de que essa instituição sempre estará presente em nossas vidas e nas vidas de nossos povos e nações, por ser o arquivo uma característica inerente à História e à civilização.

Organizamos

A memória escrita, gráfica e sonora que forma o patrimônio histórico das nações

Os fundos e coleções documentais de acordo com normas internacionais para que os cidadãos, investigadores, docentes e estudantes possam aceder à informação preservada nos arquivos.

Custodiamos

- ▶ O patrimônio histórico documental preservado em vários formatos de diversas épocas.
- ▶ A memória multicultural e multilíngue, escrita em distintos contextos históricos e culturais, transmitida em várias línguas e sistemas de representação de signos.

Difundimos

- ▶ O patrimônio documental preservado nos arquivos através de sítios web, redes sociais, exposições, publicações, conferências, visitas guiadas, entre outros.
- ▶ Ao colaborar com arquivos, bibliotecas e museus nacionais e internacionais.

Porque são importantes os arquivos nacionais?

Promovemos

- ▶ O serviço público de consulta para que os cidadãos possam localizar os antecedentes jurídicos e administrativos com os quais exercem os direitos e controle sobre o público.
- ▶ A sociedade do conhecimento facilitando aos investigadores as fontes e registros arquivísticos que necessitem para as suas pesquisas científicas.
- ▶ A educação proporcionando documentos e datas para que os estudantes e os docentes possam levar a cabo processos de aprendizagem.
- ▶ O multiculturalismo e o multilinguismo adaptando novas tecnologias para facilitar o acesso ao patrimônio documental.

Fortalecemos

- ▶ Os valores democráticos ao facilitar o direito de acesso à informação pública, sempre com respeito das normas estabelecidas para a proteção dos dados pessoais e o direito da propriedade intelectual.
- ▶ Os sistemas de informação pública ao eliminar as barreiras para o acesso aos fundos documentais.
- ▶ A cooperação recíproca, nacional e internacional, ao participar com informação arquivística em distintos projetos de escala global.



ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN COLOMBIA



Archivo Nacional de Chile



Dirección General de Archivos Nacionales



AE ARCHIVOS ESTATALES



ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN - URUGUAY



Archivo Nacional de Ecuador



ALA Asociación Latinoamericana de Archivos



Archivo Nacional de Argentina



ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN - PARAGUAY



Archivo Nacional de Brasil



REPÚBLICA DEL PARAGUAY ARCHIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN

Figura 4 – Cartaz da Associação Latino-americana de Arquivos
 Fonte: Associação Latinoamericana de Arquivos. www.alaarchivos.org

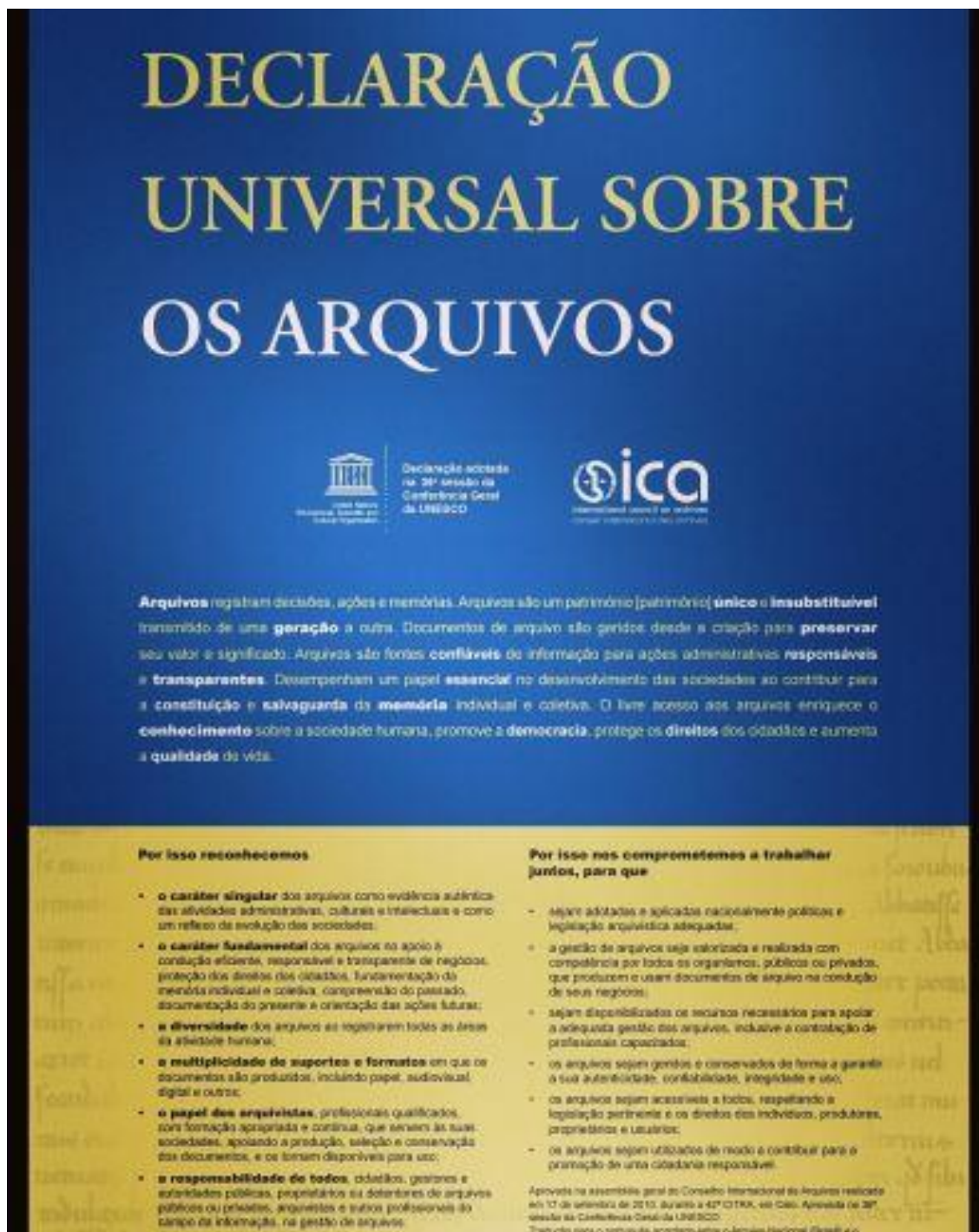


Figura 5 – Cartaz do Conselho Internacional de Arquivos
Fonte: Conselho Internacional de Arquivos. <https://www.ica.org/en>

1.2.3 A Ciência da Informação

A associação da Arquivologia com a Ciência da Informação, vista por alguns como uma relação interdisciplinar e, por outros, como uma relação de dependência ou de agregação, também se insere no rol das questões que são debatidas em diversos espaços e em múltiplas abordagens.

Araújo (2020, pp. 218-219), enumera alguns pontos convergentes entre a Arquivologia – sobretudo a moderna e, ainda mais, a contemporânea – e a Ciência da Informação, como a necessidade de perceber e gerenciar grandes volumes de documentos/informação; as reflexões sobre as dimensões sociais dos documentos, os recentes estudos sobre usuários e as questões ligadas à autenticidade dos documentos, garantia de acesso à informação e a proteção de privacidade e sigilo, além dos mecanismos de recuperação da informação.

Tanto a ciência da informação quanto a arquivologia são áreas de conhecimento em sintonia com as questões sociais (e culturais, tecnológicas, políticas) de cada época e contexto. Assim é que os conhecimentos produzidos nelas acabam por se constituir em respostas a demandas colocadas, problemas enfrentados, desafios propostos. Como apontado, há, entre elas, algumas sobreposições. A ciência da informação muitas vezes acaba estudando e discutindo políticas, práticas ou instituições arquivísticas, embora seu olhar não seja um olhar desde a perspectiva arquivística. Igualmente, a arquivologia preocupa-se com as dinâmicas informacionais, com o acesso à informação, a transparência e outras questões que também estão no escopo daquilo com que a ciência da informação se preocupa (Araújo, 2020, p. 218).

A Ciência da Informação pode ser compreendida como a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação (Borko, 1968), sua estrutura e transmissão (Wersig & Neverling, 1975), a análise dos seus processos de elaboração, comunicação e múltiplos usos (Le Coadic, 1996), e que estuda sua coleta, organização, armazenamento, recuperação e disseminação (Bates, 1999).

Teve origem em uma variada gama de agentes e de influências de outras ciências, em maior ou menor grau, possuindo assim uma nítida característica interdisciplinar (Saracevic, 1996). A Ciência da Informação constitui-se, portanto, em um território que cruza e/ou

trespassa as disciplinas convencionais, tendo como domínio o universo da informação registrada, que é selecionada e armazenada para acesso posterior (M. B. Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 81).

Fruto das necessidades emergentes, referentes à compreensão dos processos e fluxos da informação, que de forma exponencial vinham adquirindo novas dinâmicas e desafios no século XX, a Ciência da Informação foi gerada e desenvolvida, ao longo daquele século, sobretudo em sua segunda metade, agregando, ao seu escopo, as características, nuances, possibilidades e conflitos inerentes aos contextos políticos, sociais, econômicos e culturais dos lugares onde se desenvolveu.

A humanidade, desde quando se compreendeu como tal e se organizou em sociedades, produz registros de suas atividades. Os lugares de guarda destes registros também se constituem em características da vida social da coletividade humana. Portanto, a relação do homem com a informação registrada pode ser considerada como uma das bases da civilização. Para Araújo (2014a, p. 2), qualquer histórico da Ciência da Informação que busca compreendê-la, precisa necessariamente entender esta gênese. Segundo o autor, a necessidade da produção de registros materiais da informação criou os primeiros documentos e as instituições para sua organização e salvaguarda que se desenvolveram ao longo do tempo, sistematizando seus procedimentos.

A. Silva & Ribeiro (2002, p. 17) apresentaram, no início desse século, uma série de indagações em que propunham uma análise acerca da cientificidade do estudo da informação e o papel da Ciência da Informação em oposição às ciências documentais tradicionais: “A informação precede e substancializa o documento?”; “Há ciências documentais ou técnicas documentais (ligadas ao acto de documentar, de registrar num suporte)?”; “É ou não incorreto confundir técnicas e procedimentos rotineiros com cientificidade e conhecimento científico baseado na delimitação do objeto de estudo e na adopção de um método apropriado?”. Por fim, os autores apresentam outros questionamentos, mas na forma de resposta, ou de uma indução a elas, em que convidam o leitor para uma reflexão sobre os fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação, naquele início de século XXI:

Se admitirmos que a informação é um objeto de estudo científico justifica-se uma ampla e indefinida interdisciplinaridade ou pode-se, pelo contrário, postular um núcleo

unitário/transdisciplinar coexistente com relações inter e pluridisciplinares? Em que medida é que uma Ciência da Informação, pós-emergente e madura, pode contribuir e enriquecer o debate e a pesquisa teórica, animadas por sociólogos e tecnólogos, sobre os contornos, expansão e impacto da cibercultura e da tecnognose? [...] Que profissionais podemos realmente formar? Continuaremos a formar o clássico “guardador de papeis” e o “animador de leitores e leituras” ou um especialista (cientista) em informação ajustado aos múltiplos desafios da Sociedade da Informação? (A. Silva & Ribeiro, 2002, p. 18)

Se a Ciência da Informação surgiu da necessidade do entendimento amplo de todos os processos, fluxos, usos e disseminações da informação, de maneira integrada e sistêmica, devido às necessidades apresentadas no século XX, ela procurou compreender, sistematizar e elaborar novas formas de percepção da relação homem x informação.

E afinal, o que é a informação? Ao buscarmos sua conceituação para além daquelas dicionarizadas, como as encontradas em Houaiss¹¹, verificamos que nos falta uma definição clara e consistente. Para Logan (2012, p. 8):

Informação não é um conceito simples e direto, mas uma noção muito escorregadia, usada de muitas maneiras diferentes e em muitos contextos diferentes. Linguística e gramaticalmente, a palavra informação é um substantivo, mas, na realidade, descreve um processo, e, portanto, é como um verbo.

A. Silva & Ribeiro (2002, p. 37), em uma perspectiva científica, definem a informação como:

Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

¹¹ Ato ou efeito de informar(-se); informe, notícia, conhecimento, ciência; conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto ou pessoa; mensagem suscetível de ser tratada pelos meios informáticos; conteúdo de mensagem (Houaiss, 2009, p. 1082).

Capurro (2020, p. 15) destaca ainda a amplitude adquirida pela informação com o advento da web:

Com o surgimento da Internet, o conceito de informação abordou questões sociais mais amplas além da área específica da comunicação científica. Embora outras disciplinas tenham usado o conceito de informação, desde o século XX, este tornou-se relevante nas ciências da Engenharia e das Telecomunicações, particularmente desde que a “Teoria Matemática da Comunicação” de Claude Shannon foi publicada, em 1948.

Ter a informação como objeto, e não o documento, é a principal característica da Ciência da Informação e o que a diferencia das outras ciências documentais, como a Arquivologia e a Biblioteconomia, fortemente ligadas ao registro e à custódia. Segundo Le Coadic (citado em A. Silva & Ribeiro, 2002, p. 64):

O que caracteriza a ciência da informação é esta importante mutação epistemológica que está na origem da passagem do estudo do documento para o estudo da informação. As temáticas evocadas actualmente, tanto pelos pesquisadores como pelos profissionais, reivindicam todas como objecto de estudo, ou de actividade, a informação.

Para M. Marques e L. E. Gomes (2020, p. 7), a informação, na contemporaneidade, passa a se constituir como recurso transdisciplinar, ativo para as organizações e associada à Ciência da Informação:

No final da segunda década do século XXI, a informação constitui um recurso com reconhecido valor e consubstancia-se como objeto de conhecimento suscetível de interessar a variadas disciplinas e áreas científicas. A informação é um ativo fundamental e imprescindível nas organizações, concomitante este conceito está também associado ao objeto de uma ciência social, a Ciência da Informação.

Embora se constitua em uma ciência nitidamente advinda do século XX, a Ciência da Informação agrega objetos e objetivos de outras áreas e disciplinas, de origem remota, e teve como primeiro marco de sua construção, segundo Shera e Cleveland (1977), o encontro de

Paul Otlet e La Fontaine, em 1892, na Bélgica, quando o Instituto Internacional de Bibliografia foi pensado com o objetivo de criação de uma compilação internacional da informação bibliográfica registrada (Fonseca, 2005, p. 14), construída através de um grande movimento colaborativo (Araújo, 2014a, p. 4).

Este Instituto, criado em 1895, teve seu nome alterado e seu escopo ampliado, ao longo dos anos seguintes, servindo de base para outras associações, como a *American Library Association*, criada em 1936, que objetivava o estudo de questões relacionadas à reprodução documental, como a microfilmagem (Fonseca, 2005, p. 15). A autora destaca também que tais estudos estavam intimamente ligados ao amplo desenvolvimento tecnológico associado à Segunda Guerra Mundial.

Profissionais de formações e origens diversas, sobretudo ligados à Biblioteconomia, à Comunicação e à Ciência da Computação (M. Souza, 2012), através de elementos e metodologias incorporadas de suas disciplinas e adaptadas às necessidades de sua época, promoveram a formatação que foi se constituindo em uma nova disciplina detentora de seu próprio território, sem constituir-se num mosaico de disciplinas diversas (Brookes, 1980).

A partir dos debates ocorridos na década 1940, nos países anglo-saxões, principalmente em relação ao que Vannevar Bush chamou de “explosão informacional”, ou seja, o grande crescimento da produção documental e o aumento da dificuldade na recuperação da informação, bem como a possibilidade de usos de processos automatizados de busca, delineou-se o que passou a ser chamado de “*information science*”. No final desta década, Claude Shannon e Warren Weaver publicaram a Teoria Matemática da Comunicação, desenvolvendo, de forma inédita, um conceito científico de informação e propiciando o surgimento de uma disciplina dedicada a ela (Araújo, 2014a, p. 9).

A partir da década de 1940, diversos estudos sobre os usuários começaram a ser realizados, inseridos nas investigações acerca da comunicação científica e dos próprios cientistas, Segundo Choo (2003), as pesquisas quantitativas sobre os perfis sociais e demográficos dos usuários, a partir do comportamento informacional, foram realizadas em grande número nas décadas posteriores.

Na década seguinte, 1950, o mundo vivia imerso na Guerra Fria e polarizado entre as duas superpotências, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), exigindo “meios cada vez mais sofisticados e rápidos para que a informação científica e tecnológica

pudesse ser usada como recurso econômico e político” (Fonseca, 2005, p. 17).

Nos anos de 1960, um conjunto de fatores, centrados no conceito científico de informação, no fluxo, na otimização dos processos de recuperação e na promoção do acesso à informação, a consolidou enquanto ciência (Araújo, 2014, p. 47). Esta consolidação, teórica e institucional, se deu, sobretudo, nos EUA, na URSS e no Reino Unido.

Capurro (2020, p. 15) destaca que, dentre as várias raízes da Ciência da Informação, a aplicação da tecnologia informática à organização do conhecimento, sobretudo no que tange à recuperação da informação no âmbito da Biblioteconomia, no final dos anos 1960, foi de grande importância.

Quadro 10 – Fatores determinantes para o surgimento da Ciência da Informação na década de 1960

Fato	Data	Características
Surgimento da área de documentação.	Início do século XX.	A documentação nasceu como área, a partir da necessidade de cooperação para a produção de um repertório do conhecimento humano registrado, abarcando principalmente as bibliotecas, mas também arquivos, museus e centro de memória. Teorização em torno do documento.
Criação dos bibliotecários especializados como categoria profissional.	Início do século XX.	Profissionais dedicados a uma única área do conhecimento científico e voltados para as diversas atividades de recuperação, produzindo resumos, traduções, difusão e disseminação da informação.
Cientistas que passaram a coletar informações e produzir resumos e	Décadas de 1930 e 1940.	Profissionais que deixaram de realizar pesquisas próprias e passaram a atuar coletando informações, produzindo resumos, cópias e disseminando

divulgar para seus pares.		informação científica para seus pares. Passaram a se autodenominar “cientistas da informação”.
Avanço tecnológico.	A partir da década de 1930.	Após a invenção e disseminação do microfilme, houve uma profunda mudança nas práticas, tratamento e preservação dos documentos. A percepção de que era possível transpor o conteúdo do documento para outro suporte, favoreceu a construção do conceito de informação como algo que pode ser separado de sua materialidade. O surgimento dos computadores e da tecnologia digital aprofundou o debate.

Fonte: Elaboração própria com base em Araújo & Chagas, 2020, pp. 206-207

Para muitos autores, a Ciência da Informação nasceu formalmente em 1962, quando ocorreu uma conferência no *Georgia Institute of Technology*, nos EUA. Nesta reunião, com especialistas de todo mundo, a Ciência da Informação foi delineada como uma área científica de perspectiva epistemológica e centrada na informação como seu objeto de estudo e trabalho, independente do contexto. Foi nesta reunião que se formulou uma das primeiras definições da Ciência da Informação, de acordo com Jesse Shera e Donald Cleveland (A. Silva & Ribeiro, 2002, p. 53):

Ciência da Informação é a que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo aproveitamento e uso. O processo inclui a origem, disseminação, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo deriva ou relaciona-se com a matemática, a lógica, a lingüística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e alguns outros campos.

Alguns anos depois, no emblemático ano de 1968, Harold Borko, documentalista com forte ligação com a informática, amplia o conceito de Ciência da Informação na publicação do artigo *Information Science – what is it?*, destacando sua abrangência, a questão da interdisciplinaridade, e dando ênfase à recuperação da informação. Para A. Silva e Ribeiro (2002, p. 54), Borko apresentou, em seu artigo, a importância da simbiose da tecnologia com a informação e o início da ruptura com o até então vigente paradigma patrimonialista e historicista. De acordo com os referidos autores (A. Silva & Ribeiro, 2002, p. 56):

Posteriormente ao contributo de Harold Borko, diversos autores procuraram aprofundar a teoria da Ciência da Informação, apoiando-a em três conceitos básicos no processo informativo – *dados, informação e conhecimento* – sendo aceite que tal processo ocorre num sistema de informação de “transcendência” social.

Para Araújo (2014a, p. 10), Borko definiu o objetivo da Ciência da Informação como o estudo do comportamento e das propriedades gerais da informação e na década seguinte:

[...] foram surgindo e se desenvolvendo diversas subáreas de pesquisa dentro do campo. Ao mesmo tempo, a área buscou construir sua identidade própria, num processo por meio do qual foram conduzidas reflexões sobre as características da CI ou sobre o tipo de ciência que ela é ou pretendia ser. Foi no interior destas duas dinâmicas que foram se realizando os avanços conceituais e metodológicos que levaram a uma progressiva superação do modelo inicial em direção às perspectivas atualmente desenvolvidas no campo. (Araújo, 2014a, p. 11)

Devido a um novo contexto de políticas e atividades científicas, desenvolvidas em todo mundo, a partir da década de 1980, no qual a demanda do mercado e de setores empresariais por soluções e aprimoramentos gerenciais e informacionais, questões pragmáticas e interdisciplinares constituíram um novo modelo de produção científica (Martelete, 2009).

Araújo (2018, p. 54) detalha como a Ciência da Informação passou a entender a relação entre informação e conhecimento, a partir de uma associação da informação material (documento), com a informação imaterial (conhecimento):

Nas décadas de 1980 e 1990, tornou-se hegemônica na área a associação entre “informação e conhecimento” uma definição tríade de informação: de um lado há os “dados”, isto é, aquilo que tem existência material, os documentos, os registros de conhecimento; de outro lado há o “conhecimento”, aquilo que está “dentro da mente” das pessoas; entre ambos, como resultado de sua interação, está a “informação”. Ou seja, a informação é a medida da alteração que os dados provocam numa estrutura de conhecimento. Algo não é mais compreendido como informativo em si. Os dados (aquilo que tem existência material) possuem uma dimensão objetiva - e ela define um certo horizonte de possibilidades de significado. Mas o conhecimento do sujeito também estabelece um horizonte de compreensão, por ser composto de coisas “já sabidas” e por quadros de sentido nos quais o já sabido se acomoda. A informação emerge do encontro dessas duas esferas: aquilo que o dado “diz” e aquilo que o conhecimento “permite” compreender do dado. Essa tríade conceitual espalhou-se pelas subáreas do campo.

Nos anos 1990, como afirma Barreto (2012), a informação assumiu uma inédita dimensão com o surgimento da internet, transformando a relação entre usuário, informação e conhecimento. Uma sociedade em rede e constantemente interligada surgiu, estando conectada de forma permanente e sendo capaz de criar, transferir, compartilhar e recriar conteúdos informacionais em uma velocidade e quantidade crescente de forma exponencial. Castells (2003) destaca que a internet se tornou um meio de comunicação que permitiu, de forma nunca antes vista, a troca de informações e de conhecimentos de muitos com muitos e para muitos, em uma escala global, reestruturando atividades econômicas, políticas, sociais e culturais. Em 2010, diversos pesquisadores e profissionais ligados às questões tecnológicas da informação, lançam as bases das Humanidades Digitais, campo transdisciplinar que transita pela produção, pesquisa e difusão do conhecimento digital, publicando um manifesto no ano seguinte (Anexo 3). Capurro (2020, p. 29), todavia, alerta para outros desdobramentos que o universo digital provoca, para além das benesses e facilidades de uma pretensa integração e comunicação irrestrita, destacando que esses “labirintos digitais” que constituem a internet, confundem nossa percepção de estarmos presos a eles, sem percebê-los como lugar de poder e dominação.

Esses aspectos da passagem do século XX para o XXI, referentes ao advento da

internet, fizeram com que a Ciência da Informação se aproximasse ainda mais dos aspectos tecnológicos ligados à informação e seus fenômenos.

A. Silva (2006, p. 140), a partir de reflexões contemporâneas, passa a definir a Ciência da Informação como:

uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamentos informacionais.

Neste novo século, a Ciência da Informação, afastando-se de fronteiras disciplinares tradicionais, aproxima-se da teoria da complexidade de Morin e das teorias sistêmicas inspiradas em Bertalanffy, bem como da visão holística de Capra (Francelin, 2004, p. 55). M. Marques (2020, p. 181) também destaca a “impossibilidade de vivermos como entidades autônomas numa sociedade em rede, composta por variáveis que interagem permanentemente e modificam o estado original dos diversos sistemas”.

A Ciência da Informação, embora gestada em virtude de perspectivas tecnológicas e por interesses de cunho estratégico, passa a ser vista, por muitos de seus agentes, como uma ciência pós-moderna, em suas acepções e contextos (Araújo, 2014, p. 121), propondo desconstruções de antigos conceitos, o rompimento de delimitações disciplinares e da elaboração de abordagens integradas para o entendimento dos novos desafios que a realidade digital vem impondo, na perspectiva de suas resoluções.

Nesta breve trajetória de pouco mais de meio século, a Ciência da Informação criou características específicas em determinados países, em virtude de motivações locais, contextos legais e acadêmicos, sofrendo influências de áreas transversais, estabelecendo diálogos e promovendo simbioses.

A Ciência da Informação, nascida de demandas específicas do século passado e de disputas em busca de um melhor gerenciamento, controle, salvaguarda, acesso, uso, preservação e disseminação da informação, se consolida e amplia sua abrangência e seus métodos, tornando-se inter e transdisciplinar, conquistando novos espaços, interagindo com múltiplos agentes e se preparando para novos contextos e possibilidades.

Em relação ao seu estatuto inter e transdisciplinar, L. E. Gomes (2020, p. 109) aponta

que:

A CI tem uma natureza interdisciplinar flagrante, porque necessita do contributo de outras ciências, humanas e sociais (ex. Sociologia, História, Gestão e Economia, Direito), exatas e naturais (ex. Matemática, Física e Química, Informática) e, simultaneamente exige delas um intercâmbio, no que toca a metodologias, teorias e resultados que se relacionam com o estudo do fenómeno infocomunicacional. Uma vez que a transdisciplinaridade remete para o estudo de um objeto análogo, a evolução em contexto transdisciplinar da Arquivística, Biblioteconomia, Documentação, Museologia e CI converge, agora, para uma nova realidade disciplinar. Nesta perspectiva, afirma-se que a CI não corresponde ao somatório de disciplinas que operam entre si (interdisciplina) ou em conjunto (pluridisciplinar) para se assumir como um campo trans e interdisciplinar, em relação com outros domínios científicos.

A. Silva & Ribeiro (2020, p. 33) destacam que ainda há falta de consenso epistemológico em torno da Ciência da Informação, em virtude da falta de um “diálogo aberto e construtivo”, para a superação de diferenças e equívocos existentes. Os autores destacam o que chamam de quatro equívocos mais significativos da área:

1º a inalterável existência de várias disciplinas próximas entre si, justificadas por uma perspectiva cumulativa ou fragmentada, propiciadora de relações interdisciplinares no campo, mas vedando qualquer oportunidade de fusão ou integração “refundadora” ou inovadora; 2º a ambiguidade da célebre definição de CI burilada e exposta, em 1968, por Harold Borko em artigo curto, mas marcante; 3º o viés tecnológico protagonizado pelas *information Schools* ou *iSchools*, passível de ilustração cabal através de manuais recentes sobre *Information Science*, que se, por um lado, parecem filiar-se na célebre definição formulada por Harold Borko, por outro lado, defraudam-na porque o fascínio do “fazer” suplanta o desafio árduo do “conhecer”; e 4º a confusão persistente entre profissão e atividade científica (A. Silva & Ribeiro, 2020, p. 35).

M. Marques (2017, p. 53) destaca que “a complexidade e ausência de unanimidade na definição do objeto da CI” provoca a constatação de que seu uso “não é um processo mecânico, objetivo ou facilmente medido”. A autora sustenta que esse processo depende da

percepção humana, pois cada indivíduo, ou coletividades, possuem características únicas e estão inseridos em contextos específicos. Para tanto, propõe uma reflexão sobre os rumos, atuais e futuros, da Ciência da Informação, ao indicar que a visão holística da informação social deve permear seu entendimento, deslocando a ênfase da informação enquanto matéria-prima, ou produto, para sua função social, no cumprimento das necessidades humanas. Essa visão, em seu entendimento, poderá clarificar algumas inconsistências contemporâneas da área, pois a necessidade de um debate epistemológico, sobre a natureza da Ciência da Informação, evitaria equívocos e tornaria mais evidente seu objeto de estudo, métodos e linguagens (2020, pp. 180-181). Segundo a autora:

Consideramos que é determinante a necessidade de assumirmos o posicionamento da CI na sociedade atual e futura. No âmbito de uma perspectiva proativa em relação ao futuro da CI e da Humanidade em geral temos de encontrar um ponto de equilíbrio entre os chamados por Umberto Eco de apocalípticos e/ou integrados, quiçá através da “Inteligência Informacional”, i.e., olhando sempre para o desenvolvimento científico e tecnológico como consequência direta do desenvolvimento humano e não o inverso, reduzindo o ser humano a uma máquina e profetizando os benefícios da Inteligência Artificial em detrimento da Inteligência Emocional (M. Marques, 2020, p. 181-182).

Uma nova compreensão do caráter complexo dos fenômenos informacionais, entendidos como parte de um contexto social e humanístico, naquilo que alguns autores descrevem como uma necessária virada sociológica para um novo modelo da Ciência da Informação (Capurro, 2014; Hjørland, 2014), tem nas palavras de Araújo (2018, p. 64), uma enfática explicação:

a informação não é apenas um processo de transporte de dados, mas sim um processo por meio do qual a cultura e a memória coletiva são construídas, bem como as identidades e linhas de ação dos sujeitos. Por fim, pode-se constatar uma última constatação das pesquisas informacionais, a ideia de que a informação não é algo que se passa apenas no interior de um sistema (dos seus mecanismos de entrada e saída), ela está imbricada a um contexto, ela é da ordem da contingência. A informação, assim, não é algo que se transporta e sim algo que constrói a realidade; ela não é a entrega de algo de um emissor para um receptor, ela produz “efeitos”, é uma forma de ação no mundo –

ela precisa, portanto, necessariamente ser compreendida em seus vínculos com dimensões social, cultural, política e econômica.

Com base na sistematização da informação, como objeto de estudo da Ciência da Informação, em aspectos físicos, semânticos e pragmáticos (Orom, 2000) e nas seis propriedades inerentes a ela, ser mensurável, reproduzível, transmissível, pregnância simbólica, ser estruturada pela ação humana e integrada dinamicamente aos contextos que emerge (A. Silva & Ribeiro, 2002), Araújo (2014, pp. 146-147) apresenta os modelos dominantes no estudo da informação, ressaltando não recíprocas excluidências, mas, sobretudo, complementaridades:

Quadro 11 – Modelos dominantes de estudo da informação

	Modelo Físico	Modelo Semântico	Modelo pragmático
Fluxos de informação científica	Estrutura dos fluxos, características das fontes.	Colégios invisíveis.	Redes, contextos da produção científica.
Representação e recuperação da informação	Sistemas universais, revocação e precisão.	Sistemas orientados para usuários, facetas.	Ontologias, indexação social, análise de domínio.
Estudos de usuários	Estudos de taxas de uso, perfil sociodemográfico.	Comportamento informacional, estado anômalo de conhecimento.	Práticas informacionais, construtivismo.
Gestão do conhecimento	Gestão de recursos informacionais.	Gestão do conhecimento, conhecimento tácito e explícito.	Cultura organizacional, orientação informacional.
Economia política	Desigualdade dos	Responsabilidade	Regimes de

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

da informação	fluxos, informação e desenvolvimento.	social, políticas de informação.	informação, perspectivas críticas.
Estudos métricos	Leis bibliométricas	Análise de citações	Vizualização de literaturas, estrutura do campo científico.

Fonte: Araújo, 2014, p. 147

Existem outros modelos e abordagens contemporâneas, como as que se dedicam à filosofia da informação e ao fenômeno da desinformação, pois como em qualquer área o fluxo epistemológico precisa ser dinâmico.

Observando as perspectivas propostas pela Ciência da Informação, tanto em suas premissas conceituais, como em seus modelos aplicáveis, percebe-se que não há uma abordagem específica destinada aos arquivos, em que fosse resguardada as características únicas e individuais dessas instituições. O fato de o surgimento da Ciência da Informação ter se dado sob prismas ligados à outras áreas, como a Biblioteconomia, a Documentação e a Informática, e que, durante seu desenvolvimento, a Arquivologia sempre tivesse um papel secundário ou periférico, quando não de uma submissão não desejada ou consentida, fez com que em muitos países, ou realidades, as duas áreas não empreendessem diálogos mais francos e construtivos, em virtude, muitas das vezes, de disputas corporativas ou acadêmicas.

Entretanto, é nítida a importância da Ciência da Informação para o aprimoramento do saber e do fazer arquivístico, e, sobretudo, no pensar arquivístico. Estudos empreendidos pela Ciência da Informação sobre a representação e recuperação da informação, são de grande importância para os arquivos, bem como dos estudos sobre usuários. Ambos os estudos, nunca tiveram na Arquivologia o protagonismo necessário que mereciam ter, da mesma forma que os estudos desenvolvidos em Gestão do Conhecimento, no papel social da informação e no fenômeno da desinformação são extremamente necessários e atuais. Face a essas questões, constata-se que a integração entre a Arquivologia e Ciência da Informação torna-se desejável e preempatório.

O campo interdisciplinar dos arquivos necessita do conhecimento e dos profissionais

oriundos das áreas que o estudam, investigam e o utilizam. Além da História, da Arquivologia e da Ciência da Informação, os arquivos precisam da interlocução com o Direito, a Administração, a Sociologia, a Comunicação, a Informática e, até mesmo, com áreas consideradas periféricas para os arquivos, como as Artes, as Relações Internacionais e a Psicologia, por exemplo. Contudo, o debate sobre a epistemologia e a cientificidade da área, sobre os aspectos técnicos e corporativos, e sobre aqueles referentes às diretrizes práticas, éticas e legais, embora necessárias e pertinentes, não pode paralisar ou desmerecer as ações empreendidas pelas instituições arquivísticas e seus profissionais, sob pena de diminuir sua importância e enfraquecer a área com divisões e disputas infrutíferas.

O campo dos arquivos é interdisciplinar e precisa compreender-se como tal, não apenas de forma conceitual, terminológica ou profissional, mas em um entendimento mais amplo, complexo e plural.

CAPÍTULO 2

PATRIMÔNIO

*Conheces o nome que te deram,
não conheces o nome que tens.*
(José Saramago, 1997, p. 9)

*Dentro de nós há uma coisa que não tem nome,
Essa coisa é o que somos.*
(José Saramago, 1995, p. 267)

Dentre as acepções de patrimônio, destacamos as que o estabelecem como o bem ou conjunto de bens e/ou valores, de natureza material ou imaterial, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade, de origem pública ou privada, e que possua reconhecido interesse artístico, histórico, ambiental e identitário para determinada povo, região ou país. Entretanto, patrimônio também tem significado de herança familiar, riqueza, preciosidade e propriedade (Houaiss, 2009, p. 1447).

Para entendermos o conceito de patrimônio e suas subdivisões (patrimônio natural, patrimônio cultural, patrimônio material e imaterial, patrimônio documental, patrimônio arquivístico etc.), precisamos compreender a origem do termo e como ele foi sendo apropriado, adaptando-se a novas ideias e ganhando outros sentidos.

2.1 Noções, conceitos e perspectivas

A origem etimológica do termo patrimônio encontra-se em duas palavras latinas: *PATRES*, que significa pais, e *MUNUS*, que significa serviço. Portanto, patrimônio pode ser entendido como algo, ação ou serviço, que recebemos dos nossos pais (G. Martins, 2020, p. 18). Esse legado ganha contornos de relevância ao ser percebido como herança deixada por nossos pais ou, em um sentido mais amplo, por gerações passadas. Patrimônio, por consequência, atribui o sentido de propriedade a algo recebido de seus “pais” e possuindo importância e valor. Nesse sentido, torna-se necessária a distinção entre o conceito de patrimônio e de patrimônio cultural, pois enquanto o primeiro expressa o sentido de propriedade, algo mais ligado às questões financeiras, o segundo, mais abrangente, indica

sua ligação a fatores históricos e artísticos, de interesse coletivo, mesmo que determinado bem ou conjunto de bens seja de propriedade particular.

Na Idade Antiga, as providências concretas de preservação do patrimônio cultural (arquitetônico, artístico etc.) eram raras, o que denota uma ausência do pensamento de que esse tipo de patrimônio devesse ser preservado para gerações futuras, devido ao seu valor estético e para a história da coletividade. Apenas com o Renascimento, algumas bulas papais passaram a manifestar preocupação com a reparação de construções históricas e a contrariedade em relação à destruição de monumentos¹² (G. Martins, 2020, p. 19) no intuito de preservá-los como forma de legado ou permanência.

A ideia de legado ou herança induz à percepção de transmissão, da passagem de algo para outrem. Ao se pensar em um patrimônio de cunho cultural, essa ideia ganha contornos mais bem delineados, pois, nitidamente, ele é constituído por processos de transmissão ao longo de gerações. Nas línguas latinas, o termo patrimônio se consolidou e prevalece em suas mais variadas acepções, inclusive para designar o conjunto de bens de valores históricos e artísticos (patrimônio cultural), o que não ocorre na língua inglesa, em que o termo *heritage* (herança) passou a designar o legado cultural, nem na língua alemã, em que se utiliza a expressão *Kulturgut* para designar bem cultural (Nabais, 2010, p. 12).

O conceito de patrimônio cultural de uma nação surge na consolidação do Estado moderno, no século XIX, tendo como função a representação simbólica tanto da memória como da própria identidade nacional, pois é, neste momento, que há uma “gradual integração do Estado político com a sociedade civil” (Gozzi, 2010, p. 401). Segundo L. Oliveira (2008, p. 26), “o pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros”.

Com o despertar do sentido de proteção dos bens culturais, como forma de preservar a história, e com isso, fomentar a valorização do caráter identitário nacional, ambicionado pelo Estado moderno, surge na Europa do século XIX, uma série de instituições voltadas para a proteção de monumentos históricos, em países como França, Espanha e Portugal, dentre outros (Nabais, 2010, p. 90)

Para A. Silva (2006), o conceito de patrimônio construído na modernidade, passa a

¹² Bulas do Papa Martinho V (1425), Pio II (1465) e Sisto IV (1574).

compreender o conjunto de bens materiais e imateriais que identifica uma cultura, uma comunidade ou um povo, sendo fundamental para a coesão ideológica do Estado-Nação. Segundo o autor, o conceito de patrimônio é um “constructo oitocentista eivado, sobretudo, de romantismo, nacionalismo, historicismo e reacção ao industrialismo”, sendo “indissociável da concepção etnográfica e histórico-arqueológica” do conceito de cultura sedimentado no século XIX (A. Silva, 2006, p. 159).

Essa concepção positivista de patrimônio reunia as características de seu contexto histórico, político e técnico-científico em que foi formulada, promovendo, em alguns países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, o que S. Silva (2008, p. 111) apresenta como uma “concepção estatal, materializada em um discurso oficial, veiculada e assumida a partir de narrativas que se perpetuam no tempo”.

Nabais (2010, p. 36-37) destaca que o patrimônio cultural recebe, no século XX, algumas definições que consolidam seu afastamento de características ligadas à natureza, como a de ser o conjunto de vestígios da atividade humana que determinada comunidade julga como fundamental para a sua identidade e sua memória coletiva, a totalidade de bens materiais e imateriais de relevante interesse para a identidade da cultura de uma coletividade, os bens e testemunhos portadores de interesse cultural, que devem ser objetos de proteção especial e valorização, e os bens que possuem importante valor arqueológico, histórico, artístico ou científico.

O patrimônio cultural passou a ser importante para a própria constituição do Estado e como fator de agregação, reforçando aspectos e narrativas históricas e servindo como mecanismo de fortalecimento da memória coletiva nacional. Sua preservação e divulgação, portanto, tornaram-se fundamentais para a garantia de direitos de soberania e identidade.

Todavia, Gonçalves (2002, p. 8) ressalta que a compreensão do sentido de patrimônio não significa percebê-lo apenas como um dado histórico, natural ou cultural, mas analisá-lo como um discurso, ou narrativa, inserido em uma categoria de pensamento, pois, em sua concepção, a noção de patrimônio, por vezes, é contaminada pela noção de apropriação, no sentido de uma atitude de controle e poder sob o objeto apropriado (Gonçalves, 2002, pp. 63-65).

O patrimônio cultural não se refere à totalidade de bens ou elementos culturais de um povo ou de uma nação, mas daquilo que realmente é considerado como único, relevante e de

grande importância para sua história e identidade, ajudando a comprovar suas ações e aspirações e fomentar projetos futuros (Carpes & Flores, 2012, p. 342). Contudo, fica a questão: quem escolhe o que será passível de integrar esse patrimônio documental e como é feita essa escolha?

Devido às grandes guerras e conflitos do século XX, e com o surgimento de novos países, a partir de uma redefinição geopolítica, a atenção com a identificação e preservação do patrimônio natural e cultural passou a se constituir numa grande preocupação para as organizações internacionais, criadas para a manutenção da paz e a garantia dos direitos humanos, temerosas com o descaso, o desmembramento e a destruição do patrimônio mundial. A partir de convenções e programas, diretrizes foram surgindo e os critérios para a nomeação de bens, como patrimônio cultural, ficaram mais perceptíveis.

2.2 A UNESCO e os programas internacionais de proteção e preservação do patrimônio cultural

Entre abril e junho de 1945, inserido no contexto dos momentos finais da Segunda Guerra Mundial, representantes de 50 países aliados se reuniram em uma conferência na cidade de São Francisco, nos EUA, para debaterem a criação de uma organização internacional que pudesse ter como primado a garantia da paz entre as nações (UNESCO, 2015, p. 9). O resultado desta reunião traduziu-se na “Carta das Nações Unidas” e na concordância, expressa no referido documento, em torno da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha por princípios a manutenção da paz e da segurança, a cooperação internacional, o respeito pelos direitos humanos e a harmonia entre as nações.

Durante a Conferência, foi recomendada uma nova reunião, em que pudesse ser delineado o estatuto de outra organização internacional, vinculada à ONU, destinada à cooperação cultural entre as nações. A própria “Carta das Nações Unidas”, no seu Artigo 55, menciona que a ONU favorecerá “a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional” e “o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos”, podendo, segundo os artigos seguintes, criar entidades

especializadas a partir de acordos intergovernamentais.¹³

Em novembro de 1945, alguns meses após o término da Segunda Guerra Mundial e com a “Carta das Nações Unidas” já em vigor, realizou-se, em Londres, a Conferência que estabeleceu a criação de uma organização internacional voltada à educação, à cultura e à ciência, surgindo assim a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, a UNESCO.

No ano seguinte, em Paris, cidade em que a UNESCO fixou sua sede, a Segunda Conferência Geral aprovou um programa de reabilitação cultural, científica e educacional, destinado aos países destruídos pela guerra, dando especial atenção às bibliotecas, museus, fomentando o livre fluxo da informação (Lacoste, 1995, p. 32), além de desenvolver o Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas e o recrutamento de professores, bibliotecários, engenheiros e outros profissionais para o desenvolvimento de comunidades menos desenvolvidas. Assim, a UNESCO iniciou uma série de projetos culturais de salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade ao longo das últimas décadas, em suas cinco áreas de atuação: educação, cultura, ciências naturais, ciências humanas e sociais e informação/comunicação.

A educação sempre foi uma área prioritária para a organização, que patrocina programas de alfabetização, de ensino técnico, de formação de professores e incentiva projetos científicos. Além disso, promove a liberdade de imprensa e apoia projetos de história regional como forma de fortalecimento da diversidade cultural.

Em 1972, em paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a UNESCO elaborou a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” como um importante instrumento de salvaguarda desse patrimônio, criando normas, parâmetros e diretrizes que passaram a definir o que poderia ser percebido como patrimônio mundial, estabelecendo, assim, os conceitos para que uma região ou determinado sítio pudessem ser considerados, pela comunidade científica de fundamental e inigualável importância para a humanidade, e reconhecendo a “conexão indiscutível entre a preservação e a salvaguarda de bens culturais e naturais” (UNESCO, 2015, p. 85).

A Convenção, baseada na ideia de preservação de um patrimônio da humanidade

¹³ Nações Unidas. Publicações. A Carta das Nações Unidas. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-08/A-Carta-das-Nacoes-Unidas.pdf>.

compartilhado com gerações futuras, no conceito de seu valor universal, na profunda relação entre natureza e cultura, na conservação em escala mundial e no conceito colaborativo (UNESCO, 2015, p. 91-92), constatou que “o patrimônio cultural e natural está cada vez mais ameaçado de destruição”, em virtude da degradação natural e da vida social contemporânea e considerou que o desaparecimento desse patrimônio se constituía em um “empobrecimento” de todos os povos do mundo e que, portanto, se tornava indispensável a adoção de um sistema eficaz de proteção coletiva (UNESCO, 1972, p. 1).

Para fins de definição, o Artigo 1º da Convenção considerou como patrimônios culturais:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2)

Os patrimônios naturais foram definidos no Artigo 2º da Convenção:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972, p. 2)

A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial é avaliada por um Comitê da UNESCO que verifica se determinado sítio deve ser considerado de grande importância histórica, cultural e/ou natural para a humanidade, com o intuito do reconhecimento de sua relevância e garantia de sua conservação. Todos os sítios inscritos na Lista são identificados pelo logotipo do Patrimônio Mundial



Figura 6 – Logotipo do Patrimônio Mundial

Fonte: UNESCO Portugal. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial>

Dentro do âmbito da CPLP, cinco países possuíam 43 patrimônios culturais, naturais ou misto inscritos na Lista de Patrimônio Mundial até 2020.

Tabela 3 – Países lusófonos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial¹⁴

País	Sítio Cultural	Sítio Natural	Sítio Misto	Total
Brasil	15	07	01	23
Portugal	16	01	-	17
Angola	01	-	-	01
Cabo Verde	01	-	-	01

¹⁴ UNESCO. World Heritage List. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list>.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Moçambique	01	-	-	01
Total	34	08	01	43

Fonte: UNESCO

Na década de 1970, a UNESCO promoveu estudos referentes à questão informacional no mundo, sobretudo em relação às novas tecnologias que estavam sendo desenvolvidas, ou aprimoradas, e que ampliavam ainda mais a desigualdade existente na área da Comunicação entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. No final daquela década, foi criada a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, que produziu um diagnóstico da situação, indicando “o imenso poder da comunicação em massa”. O relatório defendeu a liberdade de expressão em contraponto à concentração dos meios de comunicação de massa e destacou a questão da manutenção da diversidade e das expressões culturais, na era de comunicação globalizada, propondo um amplo debate sobre o tema (UNESCO, 2015, p. 89).

A partir desse documento, a UNESCO criou os programas Sociedade da Informação para Todos e Sociedades do Conhecimento. Tais programas foram desenvolvidos e adaptados ao longo do tempo.

Em 1982, durante a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais foi debatida a questão da íntima ligação entre cultura e desenvolvimento. Em virtude de tal abordagem, foram promovidas inúmeras atividades de cooperação da UNESCO em diversos países africanos (UNESCO, 2015, pp. 107-108).

A UNESCO, sempre atenta às questões culturais e da conservação do patrimônio, criou, em 1992, o Programa Memória do Mundo (*Memory of the World – MoW*) objetivando a identificação e preservação do patrimônio documental de grande importância para povos, nações e para a própria humanidade, sobretudo, aquele contido em arquivos e bibliotecas. A criação do Programa foi motivada pela destruição da Biblioteca da Sarajevo, propositalmente alvejada e incendiada, durante a Guerra da Bósnia. O acervo perdido ou danificado nesta tragédia contava com cerca de 2 milhões de livros e conjuntos documentais raros, únicos e de grande importância social e histórica. Tal fato representou uma perda inestimável e gerou um sentimento de que havia uma necessidade premente de se estabelecerem normas para que documentos e acervos de inegável valor para a humanidade fossem identificados, divulgados

e, sobretudo, preservados, pois, além da fragilidade natural inerente às suas constituições físicas, eles estavam sob constante risco, relativo a roubos, conflitos, guerras, descaso, guarda e tratamento inadequados e a desastres naturais. Segundo a organização:

O conceito de Memória do Mundo reconhece que alguns itens, acervos e bens do patrimônio documental são parte da herança do mundo, da mesma forma que os sítios de valor universal excepcional inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Sua importância transcende as fronteiras do tempo e da cultura, e eles devem ser preservados para gerações presentes e futuras, bem como ser acessível a todos. O Programa MoW é baseado no aumento da conscientização sobre a dificuldade de acesso e o frágil estado de preservação do patrimônio documental. (UNESCO, 2015, p. 141).

A atribuição do Registro pela UNESCO é baseada em critérios pré-estabelecidos, que definem a importância do documento ou coleção, percebendo se sua influência é regional, nacional ou internacional. Esta avaliação é relativa e feita a partir de elementos comparativos, levando-se em conta a autenticidade, se o documento, ou coleção, é único e insubstituível e se possui significância mundial, que é definida pelos seguintes critérios (Programa Memória do Mundo, 2002):

- 1) **Tempo:** cada documento é um produto de sua época, portanto ele deve ser representativo de seu tempo e momento;
- 2) **Lugar:** o lugar de criação é considerado um atributo chave de importância por conter informações próprias de lugares específicos;
- 3) **Pessoas:** sua criação deverá refletir o contexto social e cultural do comportamento humano e de circunstâncias sociais;
- 4) **Assunto ou tema:** registros de fatos históricos específicos, desenvolvimentos intelectuais, artísticos, ideológicos ou esportivos;
- 5) **Forma e estilo:** valor estético, estilístico ou linguístico;
- 6) **Raridade e ameaça:** raridade de seu conteúdo ou tipologia e ameaça quanto à sua preservação.

O registro do patrimônio documental no Programa Memória do Mundo não tem consequências legais ou financeiras, não afetando questões referentes à propriedade, à

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

custódia ou ao seu uso. Porém, uma vez registrado no Memória do Mundo e ganhando o selo de identificação da UNESCO, o patrimônio documental não poderá ser disperso ou redefinido e sua preservação deverá ser garantida.

O Comitê Consultivo Internacional tem por exigência que o patrimônio documental nominado com o Registro Internacional seja acessível, a partir de três níveis:

- 1) **Acesso para verificação:** objetiva a observação de sua importância, integridade e segurança. Requisito mínimo para a inscrição no registro;
- 2) **Acesso para reprodução:** prática altamente recomendada para sua difusão e preservação;
- 3) **Acesso público:** de forma material, digital ou em cópias. Altamente incentivado e em alguns casos exigidos pela UNESCO.



Figura 07 – Logotipo do Programa Memória do Mundo
Fonte: UNESCO. <https://en.unesco.org/programme/mow>

Outro aspecto percebido pela UNESCO foi a urgência da preservação das milhares línguas faladas pelas mais variadas sociedades, consideradas, pela organização como “veículos de nossas culturas, nossas memórias e nossos valores coletivos”, pois, além de serem um decisivo componente na construção de identidades e diversidades, constituem-se em um verdadeiro “patrimônio vivo” da humanidade, um “aspecto essencial da memória do mundo” (UNESCO, 2015, p. 142). A organização estima que mais de 6 mil línguas correm o risco de desaparecer até 2100 caso nada seja feito. Por isso, criou o Programa Línguas

Ameaçadas e o *Atlas of the World's Languages in Danger*, para viabilizar o monitoramento dessas línguas e divulgá-las (UNESCO, 2015, p. 143).

No sentido de enriquecer e ampliar o conceito de patrimônio, a UNESCO criou, em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, destinada à preservação de representações, usos, expressões, conhecimentos e técnicas que indivíduos e coletividades reconhecem como integrantes de seus patrimônios culturais. Essas manifestações podem se constituir como “tradições orais, artes cênicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimento e práticas relativas à natureza e ao universo, além de conhecimento e técnica de artesanato tradicional” (UNESCO, 2015, p. 175).

Com o agravamento de tensões políticas, ideológicas e religiosas, na Ásia e no norte africano, neste século, causando múltiplas ameaças ao patrimônio cultural, incluindo a destruição de patrimônios históricos, em alguns países, e o tráfico de artefatos culturais, a UNESCO apoiou a Resolução 2199, do Conselho de Segurança da ONU, que condena tais fatos e estabelece medidas jurídicas para coibi-los, pois entende que essa destruição deliberada seja crime de guerra (UNESCO, 2015, pp. 201-202).

Para a então Diretora-Geral da organização, Irina Bokova, a preservação do patrimônio cultural possui uma dimensão muito mais ampla do que o aspecto físico possa transparecer: “Os sítios culturais têm um valor universal – eles pertencem a todos e devem ser protegidos por todos. Não estamos falando somente de pedras e edifícios. Estamos falando sobre valores, identidades e pertencimento” (UNESCO, 2015, p. 199).

2.3 Patrimônio documental, patrimônio arquivístico e patrimônio arquivístico comum

Acervos significativos, de variadas épocas e origens, sofreram, ao longo dos séculos, com a dispersão, a negligência, o comércio ilegal, a falta de condições adequadas à sua manutenção e o financiamento inadequado para sua preservação e tratamento. Muitos desses acervos e documentos únicos se perderam para sempre. Além disso, há o perigo de perdas de acervos contemporâneos, como no caso da documentação audiovisual e eletrônica, em virtude da obsolescência técnica ou do descuido em seu tratamento e preservação. Preservar fontes documentais e sua contextualização permite às sociedades o conhecimento de seu passado, a consolidação da identidade e da memória coletiva e o fomento do sentido de

pertencimento.

Torna-se necessária a reafirmação do valor das instituições de memória para a salvaguarda do patrimônio documental de seus países, sobretudo, dos arquivos, vistos em grande parte como instrumentos a serviço do Estado e, aos poucos, sendo percebidos como “importante mecanismo de exercício de direitos individuais e coletivos” (Mattar, 2003, p. 14).

A noção de patrimônio documental aplica os elementos identificadores do conceito de patrimônio, no âmbito do conceito clássico de documento, entendido como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (Arquivo Nacional, 2006, p. 79). Segundo M. Rodrigues (2016, p. 110), a ideia de patrimônio documental é geralmente percebida em virtude do “valor estético, cultural e/ou histórico de um documento ou coleção de documentos”.

Há, contudo, uma percepção de que o patrimônio documental também carrega elementos ligado à identidade e à memória e, quando contemplado com a noção de organicidade, tendo por origem a gestão, ou seja, constituído a partir de avaliação, passa a ter um entendimento arquivístico. Para Vázquez Murillo (2008, p. 154):

El conjunto orgánico de documentos nacidos de gestión que hemos recibido del pasado, a los que sumamos los que formaron parte de nuestra vida y que elegimos - luego de haberlos usado - para que sean portadores de nuestra identidad y alimenten la memoria de hechos significativos de la comunidad.

Especificando ainda mais o conceito de patrimônio documental, surge a ideia de patrimônio arquivístico, definido pelo AN (2006, p. 130), como o “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município”. Explicação semelhante é dada pelo Glossário Técnico utilizado pela Universidade de Lisboa¹⁵, que também destaca as questões de ordem legal, na definição de patrimônio arquivístico:

¹⁵Universidade de Lisboa. (2019). Núcleo de Arquivo. Disponível em: <https://narq.tecnico.ulisboa.pt/mais-sobre-arquivo/glossario-tecnico/#P>.

Conjunto dos arquivos conservados num País que constitui parte essencial do seu património administrativo, histórico e cultural. A conservação deste património é assegurada através de disposições legais.

O CIA, em seu glossário, define património arquivístico como¹⁶:

Parcela do património constituída pelo conjunto dos arquivos com interesse cultural relevante para a memória, identidade e conhecimento de um país. A construção desse património está sujeita a dispositivos legais próprias.

Portanto, a ideia de património arquivístico traz consigo elementos constantes da noção de património, património cultural e de património documental, mas acrescenta também questões legais de identificação e validação, por meio de dispositivos de espaços de custódia.

Todavia, a conceituação de património arquivístico é campo de disputas conceituais e de abordagens mais amplas, como quando A. Silva (2006, p. 142) reitera que “o constructo ideológico Património/Patrimonialismo só tem valor epistémico como traço de conduta analisável nos estudos do comportamento informacional”.

S. Silva (2008, p. 112), por sua vez, destaca que, de acordo com a literatura brasileira da área, património arquivístico é aquele de possui “valor histórico, cultural e de memória, recolhido a instituições arquivísticas, quase sempre públicas, onde supostamente recebe proteção”. Contudo, ressalta o autor, sem evidências de existência de critérios que definiriam como tal património arquivístico tenha sido constituído.

Jardim (1995) afirma que a falta de cientificidade em questões como a gestão e avaliação de acervos arquivísticos altera o sentido do património arquivístico. Dando o exemplo das instituições arquivísticas públicas brasileiras, o autor reflete sobre a questão:

Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os

¹⁶Conselho Internacional de Arquivos. (2018). *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/6898>

produziu. A lógica de constituição desses acervos de valor “permanente” resulta, em geral, menos de uma política de recolhimento por parte dos arquivos públicos do que de ações isoladas, associadas a determinadas situações, como a extinção de órgãos públicos, falta de espaço físico em determinadas repartições etc. A prática de avaliação é quase sempre desconhecida por parte das instituições arquivísticas, quando ocorrem estes recolhimentos. Após o recolhimento, atividade pouco frequente nos arquivos públicos brasileiros, a salvaguarda dos documentos na instituição confunde-se com um processo de sacralização que implica sua transmutação em acervo “histórico”. Paralelamente, quilômetros de documentos tendem a ser acumulados sem critério junto aos serviços arquivísticos da administração pública, dada a inexistência de programas básicos de avaliação, eliminação e recolhimento às instituições arquivísticas (Jardim, 1995, p. 7).

Torna-se evidente que a constituição de um patrimônio arquivístico passa por uma política pública de gestão documental. Entretanto, a ausência de ações nesse sentido e de critérios técnicos definidos fazem com que a constituição desse patrimônio siga, por vezes, caminhos ideológicos e até mesmo de descaso.

S. Silva (2008, p. 113) reflete a partir dessas questões que:

A noção de patrimônio arquivístico, bem como os atos, os fatos e os discursos que a envolvem, não tem apresentado, historicamente no Brasil, como a melhor opção para preservar e dar acesso à informação arquivística. Classificar os conjuntos arquivísticos sob a rubrica genérica de “patrimônio” compromete o seu potencial de uso.

O cenário, identificado por Jardim (1995) e S. Silva (2008) no Brasil, encontra eco em inúmeras outras realidades nacionais, em virtude da falta de políticas arquivísticas, fazendo com que a definição de patrimônio arquivístico recaia sobre critérios de tempo, raridade ou simplesmente pelo fato de terem sido produzidos pelo Estado, sem o crivo de uma avaliação consistente, em que fosse realmente identificado o valor permanente dos acervos. Para T. Vieira (2013, p. 162) “a avaliação arquivística é a única atividade, legitimada pela Arquivologia, capaz de determinar quais documentos irão constituir o patrimônio arquivístico, por meio de sua guarda permanente”.

A definição do que pode ser considerado patrimônio arquivístico e quais os critérios,

que devem ser adotados para isso, ainda carecem de instrumentos e mecanismos mais consistentes, como leis, diretrizes e o estabelecimento de políticas públicas, até porque ainda há interpretações conceituais divergentes sobre o tema e disputas político-ideológicas em curso.

Inserido no conceito de patrimônio arquivístico, surge a ideia do patrimônio arquivístico comum, em virtude da necessidade de identificação do patrimônio arquivístico compartilhado entre dois ou mais Estados, territórios ou coletividades, que, embora sejam de interesse comum e por vezes de mesma origem, não devem ser divididos, separados ou dispersos, em virtude de sua integridade física e de interesses de seus grupos.

O CIA (1984, p. 96) define patrimônio arquivístico comum como “Arquivos que formam uma parte do patrimônio nacional de um ou de vários estados, que não podem ser divididos, sob pena de perderem o valor administrativo, legal ou histórico”. O AN (2006, p. 130) conceitua patrimônio arquivístico comum como o “Arquivo que constitui o patrimônio arquivístico de duas ou mais unidades territoriais, não podendo ser dividido sob pena de perda de sua integridade”.

Para Rousseau e Couture (1998, p. 133), o patrimônio arquivístico comum “constitui uma realidade cada vez mais presente” e essa situação “deve-se ao fenómeno da diluição de fronteiras que leva à internacionalização, e até a mundialização das actividades humanas”. Para os referidos autores:

O arquivista deve aprender a reconhecer rapidamente essa unidade de trabalho que se encontra à cabeça de todas as outras, quando ele se encontra perante documentos produzidos por vários organismos de um mesmo Estado ou por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade Económica Europeia (CEE), ou ainda por um ou mais organismos conjuntos que relevam de um ou mais Estados, em função de acordos ou de tratados de cooperação ou de troca.

Para ilustrar o que eles chamam de “unidade de trabalho que se encontra à cabeça de todas as outras”, Rousseau e Couture elaboraram o seguinte quadro, tendo por base o princípio da universalidade¹⁷:

¹⁷ “Princípio que exige que o arquivista aprenda, compreenda, estruture, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registada de forma global antes de passar a uma outra etapa mais

Quadro 12 – Unidades de trabalho e princípio da universalidade

MESAS ENCAIXADAS



Fonte: Rousseau & Couture, 1998, p. 131

O patrimônio arquivístico comum, devido a toda complexidade que carrega, traz consigo uma série de particularidades que dificultam sua identificação e tratamento, envolvendo questões políticas e de normatização do processamento arquivístico, como a falta de padronização na classificação, no arranjo, na descrição arquivística e na indexação, além das condições de preservação diferentes, entre seus custodiadores.

Em relação à representação dos conteúdos de informação do patrimônio arquivístico comum, A. Martins (2019, p. 46) destaca que, mesmo com as normas arquivísticas internacionais de descrição, há o problema do uso de terminologia adequada para as partes envolvidas:

pormenorizada. Este princípio atinge a sua justa medida naquilo a que se convencionou chamar a abordagem do geral para o particular, onde as unidades de trabalho se integram umas nas outras como mesinhas de encaixar ou bonecas russas. (Rousseau & Couture, 1998, p. 296)

Dou um primeiro exemplo, bem mais simples do que a terminologia utilizada para identificar comunidades e talvez mais conhecido entre Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Nos arquivos criados por entidades da administração portuguesa, o conflito militar que levou às independências dos países africanos de língua oficial portuguesa, após o 25 de abril de 1974, é designado por Guerra do Ultramar. Sabemos que os movimentos da oposição ao regime anterior o designavam habitualmente por Guerra Colonial e que os países independentes o referiam como Guerra de Libertação.

O exemplo dado por A. Martins é apenas um dentre muitos que poderiam ser explorados para demonstrar que o tratamento da informação de um patrimônio arquivístico comum é complexo e que necessita de planejamento e uma equipe interdisciplinar para proceder ao processamento técnico. Para a pesquisadora:

Caberá aos profissionais da informação, aos arquivistas, numa postura aberta a outras áreas profissionais e do saber, em cada comunidade nacional, conhecer melhor e dar a conhecer as várias camadas de informação que o património arquivístico pode conter, como procurámos exemplificar. Sinalizar os silêncios, a reserva e o apagamento de informação em documentos e, além disso, enriquecer as formas e a linguagem usadas para representar conteúdos informativos permitem utilizações mais abrangentes. A percepção da riqueza de leituras contribuirá para alargar o uso deste património na construção de identidades por nós e pelos outros, de modo próprio mas com pontos de pertença comuns, ainda que nem sempre coincidentes. [...] Até por isso, considera-se relevante aliar competências culturais renovadas às competências técnicas e tecnológicas que tais profissionais, de formas e em equipas variáveis, têm de ir readquirindo (A. Martins, 2019, p. 47)

Como observado, as questões que envolvem os conceitos de patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio documental, patrimônio arquivístico e patrimônio arquivístico comum são inúmeras e, por vezes, conflitantes em seus entendimentos.

2.4 Interseções do patrimônio: memória, história e identidade

Ao falarmos de patrimônio, também estamos falando de memória, história e identidade, pois suas interseções são inúmeras e vinculantes, transformando-os em conceitos inter-relacionados, que são definidos e modificados, ao longo do tempo e de forma conjunta (L. Oliveira, 2008, p. 26). Essa relação imbricada faz com que a percepção de um dos conceitos interfira nos demais, embora haja, por vezes, tensões e descompassos.

Para Bergson (2014, pp. 169-170), “a memória é por excelência a faculdade de conservação”, pois seu papel é o de “conservar as ideias adquiridas ou combiná-las entre si”. Por este prisma, percebemos a interseção que os conceitos de patrimônio e memória possuem, no sentido de conservação do algo passado (ideias, lembranças, sentimentos, intenções), que podem estar materializados em registros, monumentos e vestígios e que a partir dessa conservação, podem se reconfigurar em combinações de sentidos mais complexos. A lembrança, como ato próprio da memória, depende da repetição da impressão e da atenção dispensada a ela (Bergson, 2014, p. 180), podendo ser reconfigurada, desenvolvida ou adquirida, a partir de mecanismos próprios ou externos, e influenciando a construção e reconstrução da memória.

Existe uma profunda imbricação nos sentidos de identidade, memória e patrimônio, percebidos por Nora (1992) como componentes elementares da consciência contemporânea, fazendo com que Candau (2021) entenda o patrimônio como uma dimensão da memória e esta, como elemento modelador da identidade.

Tanto em sua função psíquica quanto na de recordação, a memória possui uma relação intrínseca e atemporal com a informação (Ribeiro, 2019) e, como destacou Changeux, a memória não apenas intervém no processo de ordenamento de vestígios, mas também em suas releituras (Le Goff, 1984, p. 12) e no estabelecimento de estratégias para sua manutenção como a construção de espaços destinadas à sua conservação.

O caminho percorrido entre a memória íntima e a memória compartilhada, e a transformação dessa memória compartilhada em memória coletiva, propiciou o estabelecimento dos lugares de memória (Ricoeur, 2007, p. 157), como arquivos e museus.

A percepção da memória surge, em virtude de questões étnicas, nas sociedades baseadas na oralidade, desenvolvendo-se a partir da escrita, criando mitos em torno de seus significados, materializando-se em registros e fomentando a criação de instituições-memória como os arquivos (Le Goff, 1984 p. 13-18). Segundo o autor:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar **identidade**, individual ou coletiva, cuja base é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder. (Le Goff, 1984, p. 46).

Sendo elemento constituinte do sentimento de identidade, a memória usa o passado como recordação no intuito de compreensão do presente e é, através do testemunho, que ela se transforma em História (Pollak, 1992; Ricouer, 2000).

O fator dialético entre memória e identidade, no sentido de percepção de suas recíprocas influências, é destacado por Candau (2021, p. 16):

A memória, ao mesmo tempo em que modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

Podemos compreender a identidade, em seu sentido mais genérico, como um conjunto de características próprias de uma determinada pessoa, grupo ou coletividade, que possibilita sua identificação e diferenciação de outros, facilitando seu reconhecimento e atribuindo elementos únicos para sua identificação. Esse conjunto de características precisa ser único, para que se diferencie de outros e crie, assim, uma identidade própria.

Ao pensarmos numa identidade coletiva, temos de levar em conta que ela é impregnada por identidades pessoais de seu grupo, mas que, ao mesmo tempo alimenta essas próprias identidades e as memórias que as constituem (Sobral, 2012, p. 22).

A partir dessa ideia, compreende-se que a construção do conceito de identidade nacional possui uma dinâmica que envolve História, memória e patrimônio, objetivando o sentimento de pertencimento de algo mais abrangente, mas, ao mesmo tempo, delimitado por uma sensação de coletividade. Para L. Oliveira (2008, p. 9):

A identidade entendida como patrimônio de símbolos e significados, condensa a evocação da memória e um projeto de futuro, envolve discursos e práticas capazes de

legitimar o pertencimento, capazes de incorporar os indivíduos na esfera pública. Quando falo em pertencimento, refiro-me a mecanismos de inclusão e exclusão, de identidade e alteridade. A identidade nacional é uma das formas de pertencimento que teve seu apogeu nos séculos XIX e XX, que envolve a soberania do governo sobre um território e que pressupõe a existência de mecanismos de incorporação e a construção de um sentimento de identidade para a população – o povo.

Esse conjunto de elementos, identificados como um “patrimônio de símbolos e significados”, é percebido por Sobral (2012, pp. 14-15) como algo perceptível, através de algumas características próprias:

As identidades nacionais têm muitos pontos em comum: um nome próprio colectivo, uma narrativa que articula o passado e o presente, um território, controlado ou reivindicado pelos nacionais, uma língua vernácula escrita (que pode não ser exclusiva, como se vê no caso de antigas colônias que se tornaram independentes e mantiveram como língua oficial a do colonizador), mitos de origem partilhados, como os de serem descendentes de povos da Antiguidade, etc.

A identidade, que tem como um de seus componentes fundamentais a memória, fundamenta-se, também, caucionada por um determinado patrimônio, sobretudo, o cultural. Identidade e patrimônio podem ser percebidos como variantes de uma mesma equação (Peixoto, 2004), pois são percepções que se completam e se modificam, já que são dinâmicas e até mesmo ambíguas, uma vez que, se a ideia de patrimônio remete à questão da custódia e preservação, a identidade, fruto da memória, não é estática, sendo dinâmica e aberta a influências e comparações. Envolve uma complexidade relativa a vários aspectos que a constitui, a identidade se constitui como algo relacional, marcada pela diferença do outro e dependendo de algo de fora dela para existir, ou seja, sustentada pela exclusão (Woodward, 2021, p. 9). Hall (2021, p. 103) chama-a de “paradoxal fenômeno”.

O pesquisador angolano Jonuel Gonçalves propõe uma visão crítica a respeito do conceito de identidade, em que a aborda como uma postura de cunho colonialista:

Em algumas ciências sociais, a expressão “identidade” tem sido apresentada como teoria

científica. Falso. Trata-se de ideologias amplamente fundadas em estereótipos e empenhadas na atribuição de centralidade às fronteiras (geográficas, raciais ou mentais, nacionais ou locais, às vezes até de simples bairros) que, no caso africano, têm a particularidade de terem sido fixadas ou induzidas pelo maior inimigo do continente: o colonialismo. Estas ideologias geram afastamentos com base na premissa “cada um dentro do seu espaço” – espaço em que os identitários criam “perfis” que mudam, no mínimo, a cada geração. Um perfil que se altera a cada geração tem, naturalmente, como desenho principal a mudança e não as heranças, cuja presença é apenas um dos vários elementos históricos, e não único, nem mesmo o principal. (J. Gonçalves, 2020, pp. 12-13)

O conceito de identidade, portanto, carregaria algumas “armadilhas”, cujos erros são apontados por Michel Agier (citado em J. Gonçalves, 2020, p. 39):

O primeiro consiste em crer que as identidades dos outros podem ser definidas e paralisadas para sempre, e de maneira absoluta, fora do contexto no qual elas são ditas num dado momento. Esta negação de atualidade tem por efeito de as “essencializar” numa linguagem racial (“negros”), étnica (“ciganos”), religiosa (“muçulmanos”) e até urbana (“gueto”) ou qualquer outra ainda a inventar. O segundo consiste em acreditar na submissão passiva dos indivíduos às identidades coletivas criadas por estas linguagens [...] o terceiro erro reside numa miopia que impede de ver que os tempos, os lugares e os contextos mudaram.

Para Hall (2021, pp. 108-109), as identidades estão em um processo de mudanças e transformações que ocorrem constantemente, sujeitas a uma “historização racial”:

Precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas: os processos de globalização, os quais, eu argumentaria, coincidem com a modernidade, e os processos de migração forçada (ou “livre”) que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós-colonial. As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

A identidade é uma construção social, baseada na relação dialógica com o outro (Candau, 2021, p. 9). A construção da ideia de um coletivo nacional, e da formação de um Estado-nação, passa por uma elaboração cultural e simbólica, na formação de uma identidade nacional na qual a língua é o principal de seus elementos e aquele que possibilita que outros sejam desenvolvidos e reconhecidos.

CAPÍTULO 3

A LUSOFONIA

*Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro*
(Mário de Sá-Carneiro, 2015, p. 63)

A criação de uma comunidade de nações lusófonas começou ser delineada, de forma mais concreta, durante a década de 1980, quando foi sinalizada a necessidade de encontros periódicos entre representantes dos sete países independentes, até então, que tinham a língua portuguesa como idioma oficial (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Este cenário se insere no contexto posterior à descolonização, onde algumas iniciativas foram realizadas no intuito de diminuir a animosidade das ex-colônias com Portugal e promover uma reaproximação entre eles (Lopes & O. Santos, 2006, p. 8), pois o recente e traumático processo de independência dos países africanos de língua oficial portuguesa, os PALOP, havia gerado uma série de conflitos internos e regionais que ainda estavam ativos e com importantes desdobramentos geopolíticos, agravados pela guerra civil existente em muitos países africanos e pela Guerra Fria como pano de fundo.

A lusofonia apresenta-se então como um pretense elo entre esses países, alimentada pela concepção da língua compartilhada e de um passado comum que estabeleceu interseções culturais e afetivas, criando histórias conjuntas e modelos político-administrativos semelhantes, constituindo-se, portanto, como instrumento representativo de ideias, costumes, sentimentos, patrimônios culturais e da documentação comum e ramificada produzida pelo domínio (expansão, colonização, ocupação, evangelização etc.) português.

A língua sempre foi um instrumento agregador e intimamente ligado à cultura (Zenith, 2012), constituindo-se em um elemento fundamental de identidade coletiva. A lusofonia poderia representar um mecanismo de (re)aproximação mais eficaz, ou, talvez, a única viável, entre Portugal e os demais países falantes do português, na tentativa de despertar

algum tipo de interesse na construção de uma comunidade, pois cada um desses atores tinha suas atenções voltadas para questões próprias, internas, regionais e urgentes.

Todavia, a lusofonia estava longe de ser consensual, pois muitos a consideravam uma forma disfarçada de neocolonialismo (J. F. Pinto, 2011). A ideia de uma lusofonia contemporânea, repleta de oportunidades, de caráter integrador, inserida em políticas sociais, educativas e econômicas e que refletisse o cenário mundial em crescente globalização, como no final do século XX, enquadrando-se assim num conceito pós-colonial, possuía, entretanto, uma nítida origem que se reportava aos descobrimentos portugueses, suas conquistas e ocupações, trazendo recordações de um passado de difícil lembrança, sobretudo para os africanos. Para o professor Vitor Sousa (2017, p. 31), a lusofonia pode ser entendida como um:

Conceito hiperidentitário, que na sua etimologia, remete para Portugal e que, talvez por isso, faça com que o termo não seja, ainda hoje, consensual. Não deixa de ser irônico, já que, apesar de se tratar de uma palavra pós-colonial, remete para uma centralidade de um país colonizador.

A diversidade de entendimentos sobre os motivos e objetivos da lusofonia, a torna uma elaboração complexa, conforme explicado por H. Sousa (2017, p. 9):

A Lusofonia é uma construção extraordinariamente difícil. É um espaço geolinguístico altamente fragmentado, um sentimento pleno de contradições, uma memória de um passado comum, uma cultura múltipla e uma tensa história partilhada. Para além do património simbólico em permanente disputa, a Lusofonia integra ainda instituições cujos objetivos políticos são também eles próprios difusos e – não raramente – contraditórios e mesmo conflituosos.

Se a ideia de lusofonia possa parecer, em um primeiro momento, algo simples, objetivo e até mesmo datado, ela traz consigo uma série de abordagens e sentimentos díspares, podendo despertar desde orgulhos, esperanças e oportunidades, como desconfianças, desinteresses e até mesmo repulsa (Margarido, 2000).

O conceito de lusofonia é contemporâneo, formatado no contexto da globalização

neoliberal do fim do século XX. Como constatação dessa assertiva, basta averiguar que o termo não era mencionado por dicionários e enciclopédias até o início da década de 1990 (J. F. Pinto, 2011, p. 7). Contudo, a manifestação da lusofonia é algo muito mais antigo, ainda que não houvesse sido nominada de tal forma. Para que possamos ter uma concepção mais abrangente da lusofonia, compreendendo-a em sua integridade e na elaboração teórica por parte de seus atores, torna-se necessária uma amplitude crítica de seus significados e interesses, pois ela pode ser percebida de três formas distintas, imbricadas em entendimentos que se entrelaçam e autoexplicam: a etimológica, a dicionarizada e a histórico-ideológica.

A etimológica traduz o aspecto original da construção do conceito, com a associação do termo “luso” com “fonia”, sendo “luso” aquilo que é referente aos lusitanos, povos que habitavam a Lusitânia, região do extremo oeste da Península Ibérica conquistada pelos romanos durante sua expansão e de onde Portugal se constituiu posteriormente, ou seja, luso como sinônimo do povo português, do país ou da região, e “fonia”, palavra de origem grega que exprime a ideia de voz, som e, por conseguinte, de idioma. Portanto, etimologicamente, lusofonia pode ser entendida como conceito referente à língua falada pelos habitantes de Portugal, ou seja, da língua portuguesa.

Outra forma de compreender o termo é por meio das definições objetivas e acríicas dos dicionários. Tais definições recuperam o sentido original do termo e o adaptam ao uso corrente, apresentando, por vezes, mais de um significado e expondo usos e concepções regionais, quando existentes. Neste sentido, torna-se interessante a observância de como alguns dicionários apresentam o termo.

O “Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa”, um dos mais atuais e importantes dicionários publicados no Brasil, conceitua lusofonia como:

1. Conjunto daqueles que falam o português como língua materna ou não.
2. Conjunto de países que tem o português como língua oficial ou dominante. A lusofonia abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da população de Goa, Damão e Macau na Ásia e também a variedade do Timor na Oceania (2010, p. 1202).

O referido dicionário apresenta a língua portuguesa como único fator constituinte da

lusofonia, excluindo aspectos culturais, políticos e administrativos. Destaca inicialmente o conjunto de falantes para depois mencionar o conjunto de países e localidades colonizado por Portugal.

A Wikipédia¹⁸, enciclopédia multilíngue de licença livre, publicada na web e escrita de maneira colaborativa, apresenta o termo como:

A comunidade formada pelos povos e nações que compartilham a língua e cultura portuguesas, como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Goa, Damão e Diu e por diversas pessoas e comunidades em todo o mundo.

A enciclopédia virtual acrescenta a cultura portuguesa como elemento básico da lusofonia, ao lado da língua, elencando os povos e nações que as compartilham como comunidade e citando, mesmo que de forma indireta, os lusófonos em diáspora.

O “Dicionário Priberam da Língua Portuguesa”¹⁹ estabelece a lusofonia como:

1. Conjunto político-cultural dos falantes de português.
2. Divulgação da língua portuguesa no mundo.
3. Condição de lusófono.

O Dicionário Priberam apresenta a lusofonia como um “conjunto político-cultural”, numa clara alusão à CPLP. Menciona também a ideia da lusofonia como uma divulgação da língua, assemelhando-se aos propósitos da francofonia, por exemplo. Por fim, a estabelece como condição de lusófono, ou seja, do falante da língua portuguesa.

E no “Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea”, editado pela Academia das Ciências de Lisboa, o significado da palavra é assim explicado:

1. Qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesas.
2. Comunidade formada por países e povos que têm o português como língua materna

¹⁸ Wikipédia. 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lusofonia>.

¹⁹ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/lusofonia>.

ou oficial. Difusão da língua portuguesa no mundo.

(Casteleiro, J. M. (dir.), 2001)

As definições apresentadas por este dicionário são as que mais ligam a lusofonia à condição do “ser” português, tanto na concepção intrínseca do indivíduo como no sentido de sentir-se português por meio do idioma e da cultura. Em seguida, refere-se à Comunidade dos Países e povos que utilizam o português como idioma e menciona a difusão da língua pelo mundo.

No quadro abaixo, uma síntese das principais características da lusofonia, segundo alguns dos dicionários de língua portuguesa:

Quadro 13 – Características dicionarizadas da lusofonia

Publicações	Língua	Conjunto	Divulgação	Cultura	Diáspora	Ser	Multiculturalismo
Houaiss	X	X					
Wikipedia	X	X		X	X		
Priberam	X	X	X	X			
Academia	X	X	X	X		X	

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que, para os dicionários analisados, as condições basilares da lusofonia são o emprego da língua e as comunidades por ela formadas. A cultura portuguesa é citada como elemento constituinte pelos dicionários portugueses, mas não pelo dicionário brasileiro em análise e pela enciclopédia mundial. A divulgação e difusão do idioma são mencionadas somente pelos dois dicionários portugueses e apenas a Wikipedia, uma enciclopédia de abrangência mundial, menciona a diáspora daqueles que possuem o português na condição de língua materna como componente da lusofonia. O tradicional dicionário da Academia de Ciência de Lisboa considera a “qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesas” como sendo as primeiras características da lusofonia. Além disso, este e os outros dicionários não mencionam a interação, o desenvolvimento e a mescla de culturas com os outros povos outrora colonizados ou que tiveram suas terras ocupadas. Ou seja, para os dicionários citados a lusofonia não é multicultural e nem sofreu influência de outros povos e outras línguas, permanecendo estática, com viés de verticalidade e

centralizada em Portugal. É de importante destaque o fato de a inexistência de dicionários africanos de língua portuguesa impossibilitar a análise de como o termo poderia ser dicionarizado pelos PALOP, cabendo aos intelectuais, escritores e políticos desses países manifestações sobre o conceito.

A lusofonia também desperta considerações de cunho político, criando assim definições ideológicas que, dependendo do lugar de fala, do contexto histórico e de observâncias particulares, podem ser divergentes, críticas ou complementares. Para melhor compreensão dessas considerações, deve-se entender a gênese da lusofonia além da origem etimológica e dos conceitos dicionarizados atuais, identificando como o termo surgiu e se desenvolveu ao longo do tempo e como foi utilizado na construção da ideia de coletividade, no último quartel do século XX.

3.1 Da ideia de lusofonia ao luso-tropicalismo

Historicamente, a manifestação da lusofonia teve como origem a consolidação da nação portuguesa e de sua língua própria e, sobretudo, séculos depois, pelo processo de conquistas e descobrimentos que estabeleceu colônias na América, em África e Ásia e que veio a difundir o idioma por meio da colonização, da evangelização, das relações comerciais e do aparato jurídico-administrativo que foi necessário estabelecer, tornando a língua portuguesa, falada e escrita, fundamental para o desenvolvimento dessas ações.

Esse contexto histórico de conquistas é retratado pelo poema épico “Os Lusíadas”²⁰, de Luís de Camões. Publicado em 1572, é considerado obra fundamental para a compreensão da identidade portuguesa (Guégués, 2016), registrando o que seria o início da lusofonia enquanto ação de expansão e unidade. No primeiro verso do poema as expedições militares e suas conquistas d’além mar são assim retratadas:

As armas e os barões assinalados
Que da Ocidental Praia Lusitana

²⁰ Os Lusíadas é um poema épico, que se estima ter sido concluído em 1556, mas que teve sua primeira publicação em 1572. A obra está dividida em dez cantos e inicia-se com a primeira viagem do navegador português Vasco da Gama à Índia. O pano de fundo da narrativa é a história de Portugal desde os seus primórdios. (Guégués, 2016).

Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram
(Camões, 2016, p. 11)

As “armas” significam os feitos militares e os “barões”, os portugueses nobres e corajosos. A “Ocidental Praia Lusitana” é uma referência a Portugal e “Taprobana”, à ilha de Ceilão (Sri Lanka) situada na costa indiana. Assim, a primeira estrofe apresenta a épica história das grandes navegações e conquistas dos portugueses e de suas realizações militares, que por mares desconhecidos, ultrapassaram até mesmo as ilhas mais distantes do mundo, em meio a perigos e guerras, para edificarem um novo reino entre terras e povos remotos.

Em seguida, na segunda estrofe, a expansão da fé e do império (de forma clara) e da cultura e da língua (de forma subjetiva) são apresentadas:

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valorosas
Se vão da lei da morte libertando,
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e a arte.
(Camões, 2016, p. 11)

Retratada em uma forma épica e romantizada, esta proto ideia de lusofonia pode representar dois lados de um mesmo entendimento, pois, se a relação histórica entre Portugal e suas ex-colônias deixou como herança milhões de falantes do idioma português, em diversas novas nações e localidades, influenciando suas culturas, religiões e em seus *modus vivendi*, também influenciou um sentimento de desconfiança, distanciamento e rancor ao longo dos séculos seguintes.



Figura 8 – Estátua de Luís de Camões em Lisboa

Fonte: Dreamstime. <https://pt.dreamstime.com/photos-images/luis-de-camoes-quadrado-lisboa.html>

Os séculos XV e XVI ficaram marcados pela expansão portuguesa com descobrimentos, conquistas e ocupações no norte da África, em ilhas atlânticas, na costa africana ao sul do Bojador, na chegada à Índia, ao Brasil, a Goa e Macau, fazendo com que Portugal construísse um imenso império que levou a cultura e a língua portuguesa para diversas partes do mundo. A historiadora Maria Cândida Proença (2015, p. 299) destaca que:

As viagens marítimas e a colonização dos territórios descobertos deram origem a uma forte mobilidade geográfica da população durante os séculos XV e XVI. Além dos movimentos demográficos, a expansão esteve na origem de um aumento do volume do comércio ultramarino – especiarias, ouro, açúcar, escravos, produtos exóticos – e do estabelecimento de um novo sistema de relações econômicas na Europa. O aumento das atividades mercantis contribuiu também para importantes transformações sociais: muitos nobres interessaram-se por novas atividades, como o tráfico ultramarino, e deu-se um progressivo crescimento das camadas burguesas, que, além de se dedicarem ao comércio passaram também a desenvolver atividades financeiras.

Essa intensa mobilidade geográfica, aliada ao tráfico de pessoas escravizadas e o contato com povos de línguas e culturas diferentes, fez com que o idioma e a cultura portuguesa influenciassem de forma determinante as sociedades locais. O escritor José

Saramago (2010, p. 426) ressalta, porém, que “o descobrimento não foi um diálogo de culturas, nem um encontro de povos, foi violência, depredação e conquista”.

Outra contribuição de grande importância do expansionismo lusitano foi a dispersão de plantas e animais para além de seus habitats de origens, naquilo que ficou conhecido como *columbian exchange* e que promoveu impactos relevantes nos ecossistemas dos mais variados lugares e nos hábitos e costumes de povos e comunidades distantes e, até então, sem maiores contatos com outras culturas.

A propagação de doenças também foi um ato dramático do processo de colonização, pois o contato entre padrões epidemiológicos distintos em que os indivíduos não tinham defesas imunológicas tornou-se altamente nocivo para as populações. Segundo Pereira (2020, pp. 331-332), a população ameríndia foi fortemente impactada com as doenças exógenas, o que, de certa forma, favoreceu a colonização portuguesa e espanhola, enquanto que, em África, “as doenças tropicais foram, até ao século XIX, um obstáculo quase intransponível à penetração e ao assentamento territorial dos europeus”.

O processo de ocupação portuguesa não foi homogêneo, devido às inúmeras características particulares de cada lugar e de suas condições logísticas, fazendo com que a colonização dos territórios descobertos se desse de forma distinta, obedecendo a critérios, necessidades e possibilidades oriundas da política para o além-mar de Portugal. Como tais territórios eram vastos e situados em regiões distantes e diferentes, “não seria possível aplicar o mesmo modelo em toda parte” (Proença, 2015, p. 286). As ilhas desabitadas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por servirem de ponto de escala, foram logo povoadas, em sistemas de capitánias. Os territórios africanos continentais não despertaram grande interesse inicialmente e os portugueses “não tentaram qualquer povoamento, limitando-se a estabelecer feitorias e fortalezas” (2015, p. 287). No oriente, Portugal baseou-se na ocupação de “pontos estratégicos que lhe permitissem controlar o comércio marítimo” (2015, p. 288) e que eram defendidos por esquadras poderosas, mas sem o interesse de conquistas e ocupação de terras, em direção ao interior. O Brasil, que inicialmente não foi prioridade para Portugal, foi se tornando de grande importância depois da mudança do sistema de capitánias, que não vinha funcionando, para uma administração mais centralizada, fundando cidades e acentuando o povoamento, que permitiu a produção açucareira e que incrementou o tráfico de escravos (2015, p. 290). O tipo de ocupação de cada território contribuiu de forma

inequívoca e particular para a difusão da língua, da mistura de etnias e culturas e do modelo jurídico-administrativo estabelecido.

A Igreja Católica teve um papel determinante na colonização ultramarina por meio do fortalecimento do padroado, uma modalidade institucionalizada que se constituía em um conjunto de direitos e encargos atribuídos aos fundadores, construtores e mantenedores de igrejas (Paiva, 2020, p. 354). Para os reis de Portugal e Espanha, a Santa Sé concedeu padroados régios, concedendo a eles o direito de organizar e administrar os assuntos da Igreja nos territórios conquistados e a conquistar, o que na prática sancionava os direitos de conquista de terras ocupadas por não cristãos e adicionava aos reinos ibéricos a função de difusão do catolicismo.



Figura 9 – Quadro A Primeira Missa no Brasil²¹

Fonte: Infoescola. <https://www.infoescola.com/historia/primeira-missa-no-brasil/>

Em 1534, foi criada a Companhia de Jesus na esteira da expansão ibérica. A congregação destacou-se pela criação de uma rede de colégios e missões religiosas em África, Ásia e Américas, “orientada pelo ideário de universalização da mensagem cristã” (J. Franco, 2020, p. 380). A importância dos missionários católicos na colonização, empreendida

²¹ Óleo sobre tela do pintor brasileiro Victor Meirelles, realizado entre 1859 e 1861. Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, Brasil).

por Portugal e Espanha, é apontada pelo historiador José Eduardo Franco (2020, p. 380) como de grande importância, inclusive em questões de âmbito culturais, linguísticas e documentais:

Os projetos de expansão política e económica dos reinos ibéricos estiveram intimamente ligados ao desígnio de universalização da fé cristã, sendo os missionários das ordens religiosas os principais protagonistas deste processo. Bem preparados culturalmente, em geral, não só realizaram o trabalho de primeira evangelização *ad gentes*, como se tornaram responsáveis pela fixação escrita de dados, com correspondência, relatórios, tratados, crónicas, histórias, manuais e gramáticas, que se tornaram instrumentos de conhecimento de povos e de culturas até então desconhecidos do mundo europeu e, naturalmente, de intercâmbio e choque cultural.

Em Portugal, a expansão do cristianismo é percebida como uma missão intimamente ligada ao seu destino. Em um de seus famosos sermões, proferido em 1655 na Capela Real, Padre António Vieira²² (2000, p. 9) reafirma a importância da evangelização em todos os recantos do mundo:

Quando Cristo mandou pregar os Apóstolos pelo Mundo, disse-lhes desta maneira: *Euntes in mundum universum, praedicate omni creaturae*: “Ide, e pregai a toda criatura”. Como assim, Senhor? Os animais não são criaturas?! As árvores não são criaturas?! As pedras não são criaturas?! Pois não os Apóstolos de pregar às pedras?! Não-de pregar aos troncos?! Não de pregar aos animais?! Sim, diz S. Gregório, depois de Santo Agostinho. Porque como os apóstolos iam pregar a todas as nações do Mundo, muitas delas bárbaras e incultas, haviam de achar os homens degenerados em todas as espécies de criaturas: haviam de achar homens homens, haviam de achar homens brutos, haviam de achar homens troncos, haviam de achar homens pedras.

Em sua fala, destinada à Corte Portuguesa, Padre António Vieira aponta que mesmo

²² Padre António Vieira foi um religioso português da Companhia de Jesus. Nasceu em 1608, em Lisboa e mudou-se para o Brasil em 1614, tendo se ordenado padre em 1634. Filósofo e escritor, destacou-se como missionário no Brasil. Aos 33 anos, regressou a Portugal e tornou-se conselheiro pessoal do Rei D. João IV. Escreveu cerca de 200 sermões e foi considerado o maior pregador da corte portuguesa. Teve problemas com a Inquisição por sua defesa aos judeus e cristãos novos. Morreu na Bahia, em 1697, aos 89 anos.

em nações “bárbaras e incultas”, e diante de homens comparados a coisas e criaturas (brutos, troncos, pedras), a pregação da fé era uma ordem de Cristo e Portugal deveria segui-la.



Figura 10 – Gravura de Padre Antônio Vieira²³
Fonte: Biblioteca Nacional Digital. <https://purl.pt/1036/2/>

No século XVIII, a grande influência da Companhia de Jesus nas colônias, com forte impacto na metrópole, causou desconforto no reino, sobretudo em Sebastião José de Carvalho e Melo, o Secretário de Estado dos Negócios Internos do Reino, que considerava a oposição dos jesuítas às suas diretrizes como intolerável (Serrão, 2020, p. 483). Inserido neste contexto de disputas, o referido secretário, que passou à História como Marquês do Pombal, elaborou uma série de medidas administrativas que objetivava a integração das populações indígenas no Brasil à sociedade colonial portuguesa (Garcia, 2007, p. 24). Tais medidas, que tiravam o protagonismo dos jesuítas na educação dos indígenas, foram sistematizadas em um documento de 41 páginas, intitulado “Diretório que se deve observar nas povoações dos

²³ Litografia de C. Legrand. 1839. Biblioteca Nacional Digital.

índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário”²⁴, também conhecido como Diretório dos Índios, transformado em lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758.

O Diretório impôs o ensino e o uso obrigatório da língua portuguesa para as populações nativas em detrimento às línguas nativas e à chamada Língua Geral, em virtude de três premissas explicitadas em seu texto: a percepção de que a língua e os costumes tribais estavam interligados, de que a adoção da língua portuguesa seria decisiva para a “civilização dos costumes”, e que a imposição da “Língua do Príncipe” reforçaria a submissão dos povos conquistados (Garcia, 2007, p. 25). Nas páginas 3 e 4 do Diretório, essas ações são explicitadas com a indicação indireta de que os jesuítas, responsáveis pela educação da população nativa até então, não estariam praticando-as:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbárie dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do mundo este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidarão os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que os meninos, e meninas, que pertencem as Escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado. (Diretório, 1757, pp. 3-4).

²⁴ Senado Federal. Institucional. Biblioteca Digital. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740?show=full>.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Em 1755, um terremoto de imensa proporção atingiu Lisboa, destruindo grande parte da cidade. O sismo foi seguido de um maremoto e de um incêndio, que tomou a capital por seis dias, sobretudo na região central. Estima-se que tenham perecido cerca de trinta mil pessoas. Além das perdas humanas e da destruição da cidade, esse evento teve consequências catastróficas para a história e para a administração portuguesa, em virtude da destruição da maior parte da Real Biblioteca e do Arquivo Real. A reconstrução da cidade ficou sob responsabilidade do poderoso secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo (Françozo, 2020, pp. 467-468).



Figura 11 – Retrato do Marquês do Pombal²⁵

Fonte: Museu Francisco Tavares Proença Junior. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-francisco-tavares-proenca-junior/>

²⁵ Pintura do século XVIII. Pintor desconhecido. Museu Francisco Tavares Proença Junior, Portugal.

A virada do século XVIII para o XIX foi de ampla mudança na Europa, com reflexos significativos nas Américas. A crise do antigo regime, as guerras civis, a ascensão de Napoleão, as revoluções liberais e o processo de independência das colônias americanas tiveram forte impacto em Portugal (A. Pinto, 2020, p. 497). Foi inserido nesse contexto que aconteceu a conturbada e polêmica transferência da Corte Portuguesa para o Brasil entre 1807 e 1808, em virtude da iminente invasão das tropas francesas e da pressão inglesa para que algo fosse feito. A historiadora brasileira Laura de Mello e Souza (2020, p. 492), destaca a importância deste evento para o Brasil:

Cerca de 10.000 pessoas deixaram Lisboa a 27 de novembro de 1807, acompanhando o regente e a família real. Aportaram a diferentes pontos da costa brasileira, entre a Paraíba e o Rio de Janeiro, tendo o regente tocado Salvador a 22 de janeiro de 1808 e alcançado o Rio a 7 de março. Muitas outras pessoas rumaram para o Brasil nos anos subsequentes. A transferência da família real e da corte régia portuguesa para o Brasil é um assunto difícil de abordar com isenção. No que toca aos brasileiros, raramente se escapa de um viés teleológico, segundo o qual o episódio teria estado na gênese do Brasil.

A transferência da corte foi facilitada pela Inglaterra, que tinha interesse direto na abertura dos portos brasileiros às nações aliadas e em vantagens comerciais, no trato com a colônia.

Com a chegada da Família Real e de milhares de portugueses ao Rio de Janeiro, uma verdadeira infraestrutura teve que ser criada, como a criação do Banco do Brasil, da Casa da Moeda e da Imprensa Régia, dentre outras instituições. A presença de tão grande número de portugueses, sobretudo por serem da nobreza e da aristocracia, influenciou decisivamente na vida social da nova capital do Reino, incluindo aspectos culturais e de costumes. O sotaque chiado do carioca, por exemplo, nada mais é do que uma influência direta do português lusitano. Outra questão relevante foi a constituição da futura Biblioteca Nacional do Brasil a partir do acervo da Real Biblioteca de Portugal, que vinha sendo reestruturada após o grande terremoto, mas que teve significativas partes de suas coleções enviadas ao Rio de Janeiro, em remessas parciais entre 1810 e 1811 (Françozo, 2020, p. 469).

O episódio da transferência da Corte para o Brasil é percebido como um fenômeno complexo e de expressão histórica única (L. Souza, 2020, p. 492), pois o estatuto colonial foi

profundamente alterado, influenciando decisivamente para a independência do Brasil em 1822, processo articulado pelo filho de D. João VI. O herdeiro da coroa portuguesa tornou-se, com a independência, o primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I.



Figura 12 – Quadro Independência ou Morte²⁶

Fonte: História das Artes. [https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/independencia-ou-morte-pedro-americo/](https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/independencia-ou-morte-pedro-americ/)

Sobre a colonização nos territórios continentais africanos subsaarianos, há uma ideia de que em virtude do pouco interesse despertado por esses territórios, os europeus não investiram em sua colonização efetiva até o final do século XIX. Tal proposta é refutada pelo historiador francês Marc Ferro (1996, p. 37), que aponta o fato de a historiografia europeia ter ocultado e pouco investigado a intensa resistência dos povos nativos, desde o século XVI, que impediu a conquista e a colonização de seus territórios e sua submissão, destacando que não foi “a falta de interesse pela África que fez parar o avanço dos diversos colonizadores e mesmo as suas opções comerciais, desde o século XV até ao século XIX – mas sim a capacidade de defesa da África”.

Após a independência do Brasil, Portugal passou a dar mais atenção às suas colônias africanas para além do tráfico de escravos. Em 1864, criou o Banco Nacional Ultramarino

²⁶ Pintura representativa do momento de Proclamação da Independência do Brasil por D. Pedro I. Obra do artista brasileiro Pedro Américo. Museu do Ipiranga, São Paulo, Brasil.

(BNU) com a responsabilidade de ser uma instituição de fomento e emissor para as colônias. O papel moeda circulante nos territórios era diverso, mas em 1909 o BNU uniformizou as emissões como forma de padronizar as ações comerciais (Salgado, 2018, p. 3).

No final do século XIX, outro contexto se apresentava na Europa, devido, sobretudo, à Revolução Industrial e à necessidade de obtenção de matéria prima. Os países europeus já dispunham de melhor estrutura bélica e de transporte, que viabilizariam uma conquista mais efetiva de novos territórios, por isso o interesse na partilha do continente africano tornou-se uma das prioridades no debate entre as potências do Velho Mundo.

Após inúmeras divergências sobre o tema, com interesses e necessidades divergentes, as principais nações europeias promoveram a Conferência de Berlim²⁷ (1884-1885) para definirem a ocupação e regularem o comércio no continente africano, estabelecendo um novo paradigma no direito colonial, que substituía o critério do direito histórico pelo de ocupação efetiva, prejudicando Portugal. “É sabido que o colonialismo lusitano era o elo mais fraco da cadeia europeia de colonialismos no último quartel do século XIX”, afirma o historiador Fernando Rosas (2018, p. 26).

No ano seguinte à Conferência, Portugal entrou em conflito com os britânicos pela região situada entre Angola e Moçambique que era pretendida por ambos, mas que, após um ultimato do Reino Unido, que considerava esse território estratégico para suas pretensões em África, passou a compor a zona de influência britânica, consumada através do Tratado Luso-Brasileiro, de 11 de junho de 1891²⁸.

²⁷ “Conferência de Berlim decorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885. Participaram nesta conferência 14 países, entre os quais Portugal, incluindo alguns Estados que não dispunham de colônias, como foi o caso dos países escandinavos e dos EUA. Três pontos principais constituíram a agenda da Conferência: (1) a liberdade de comércio em toda a bacia do Zaire e sua foz; (2) a aplicação dos princípios do Congresso de Viena quanto à navegação nos rios internacionais (entre outros, do Níger); (3) a definição de “regras uniformes nas relações internacionais relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano”; (4) estatuir sobre o tráfico de escravos. Esta Conferência foi uma das mais importantes realizadas na segunda metade do século XIX, visando, entre outras questões, regular o Direito Internacional Colonial. [...] Em 26 de Fevereiro de 1885 Portugal assina o Acto Geral da Conferência de Berlim”. Portal Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relações Bilaterais. Países. Conferência de Berlim (2021). Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim>.

²⁸ “A Conferência de Berlim consagrou como regra de Direito Internacional o princípio de “uti possidetis jure” do litoral africano, afastando definitivamente os denominados “direitos históricos”

(defendidos por Portugal). O novo entendimento, que se vinha esboçando desde há uma década, veio exigir de qualquer Estado a posse real do território sobre o qual reclame a sua soberania. Esta posse podia ser comprovada, entre outras formas, por um tratado assinado com a população local e o exercício de actos efectivos de administração, ou pelo estabelecimento de uma ocupação militar suficiente para assegurar a posse, ou pela aquisição de direitos de exploração económica permanente. O objectivo era, em qualquer caso, assegurar que os Estados reclamassem direitos sobre territórios onde não tinham qualquer tipo de presença. Apesar da insistência britânica para que este princípio fosse aplicável a todo o continente, a reacção negativa de todas as outras potências impede-o inicialmente, ficando na declaração final de Berlim restrita às regiões costeiras. Daí o imperativo de alargamento da ocupação efectiva ao interior do continente através da definição de “esferas de influência” e que no caso português foi consubstanciado no projecto denominado de “África Meridional Portuguesa” (vulgarmente conhecido como “Mapa Cor-de-Rosa”). [...] A divulgação do “Mapa cor-de-rosa” (documento cartográfico elaborado com base nas explorações portuguesas do território entre Angola e Moçambique), provocou a intervenção do Governo inglês que fez chegar a Lisboa um protesto. Das cartas trocadas, defendeu-se o Governo português, em 20 de dezembro de 1889, em termos conciliatórios e dando garantias de integridade dos direitos ingleses. A pressão internacional exercida sobre o Reino Unido e conseqüentemente sobre Portugal para definição de esferas de influência e ocupação de territórios, e a incapacidade governativa em Portugal, cuja política externa não era privilegiada, impedindo a negociação de contrapartidas ao projecto, levaram a Grã-Bretanha a “impor” um ultimato. O Governo de Lord Salisbury, apresentou, em 11 de janeiro de 1890, através do seu Enviado em Lisboa, George Prette, um “ultimatum”, exigindo a retirada portuguesa das terras em disputa. Os termos em que estava redigido, o curto prazo concedido, não davam margem de manobra para quaisquer negociações, nem apoios externos. Para evitar um conflito bélico, o Governo português cedeu às pressões britânicas, protestando, no entanto, os seus direitos aos territórios em disputa e pretendendo, no âmbito do artigo 12º da Acto Geral da Conferência de Berlim, ver a contenda resolvida através de mediação e arbitragem. O Governo de João Crisóstomo continuou as negociações que conduziram à assinatura de um tratado definitivo em 11 de junho de 1891”. Portal Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relações Bilaterais. Países. Conferência de Berlim (2021). Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim>

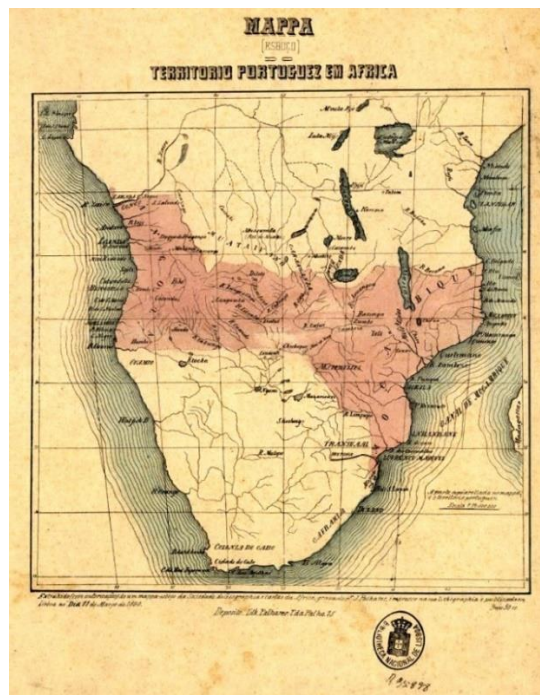


Figura 13 – Mapa Cor de Rosa

Fonte: Know. <https://knoow.net/historia/historiaportug/mapa-cor-de-rosa/>

As derrotas diplomáticas fizeram com que Portugal ampliasse sua presença em Angola e Moçambique com receio de perder seus territórios, acentuando uma crise econômica e política pela qual vinha passando há muitas décadas. A humilhação do ultimato britânico surtiu impactos profundos na elaboração da nova política colonial portuguesa, com uma efetiva ocupação militar que visava acabar com qualquer resistência local; exploração do trabalho forçado da população nativa nas plantações de café, algodão e cacau; a eliminação das antigas elites locais e com a instalação de um aparato estatal nas colônias, tudo inserido numa “nova ideologia assente na doutrinação do darwinismo social”, que, neste contexto, colaborou para “argamassar e legitimar a dominação colonial, o conceito da superioridade do homem branco, a sujeição dos povos africanos e as violências do trabalho compelido”(Rosas, 2018, p. 30).

No fim do século XIX, quando Portugal finalizou o processo de conquista dos territórios em África e implantou um efetivo sistema de administração colonial (Mondlane, 2011, p. 314), o racismo, contido no darwinismo social e na prática da gestão das colônias, ficou evidente nos discursos dos gestores portugueses da região, como neste, de António

Enes, administrador colonial de Moçambique, que foi Ministro da Marinha e Ultramar e bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa:

É verdade que a alma generosa de Wiberforce²⁹ não transmigrou para meu corpo, mas não creio que tenha em mim sangue negro; sinto até uma simpatia profunda pelo Negro, como criança grande, instintivamente má como todas as crianças – que me perdoem todas as mães – embora dócil e sincera. Não o considero como algo a ser exterminado por causa da necessidade de expansão da raça branca, embora acredite na inferioridade natural. [...] O Estado, não só como soberano de populações semi-bárbaras, mas também como depositário da autoridade social, não deve ter escrúpulos em obrigar e, se necessário, forçar estes rudes negros em África, estes ignorantes párias da Ásia, esses meio-selvagens da Oceania, a trabalhar... (Mondlane, 2011, p. 311).

A colonização não impediu que as crises econômicas e políticas, associadas ao abalo moral do país e ao confuso contexto externo, fizessem com que uma revolução republicana pusesse fim à monarquia, em 1910, e que uma nova constituição fosse promulgada, no ano seguinte. Nesse contexto, aproveitando o pretense estado laico que Portugal se transformara com a república, fazendo com que o favorecimento ao catolicismo se atenuasse, bispos anglicanos evocaram algumas disposições contidas no Tratado Luso-Britânico para que pudessem exercer ações missionárias e educativas nas colônias portuguesas, sobretudo Moçambique. A Direção-Geral das Colônias, em Portugal, acatou o pedido dos religiosos britânicos, mas impôs a obrigatoriedade de um certificado de idoneidade moral e de proficiência em língua portuguesa para que os missionários pudessem exercer suas práticas religiosas, pois a defesa e a difusão do idioma nacional “era um aspecto fundamental para a administração colonial portuguesa” (Dores, 2015, pp. 21-22)

A crise financeira em Portugal agravou-se, sobretudo com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1917) que impactou diretamente o país. Segundo Proença, devido ao seu império colonial, Portugal “era uma peça importante no jogo dos imperialismos mundiais” e que, portanto, teria de participar, pois “sabia da apetência da Inglaterra e da Alemanha pelos territórios ultramarinos portugueses” (2015, p. 636). Portugal entra em

²⁹ William Wilberforce (1759-1833) foi um político britânico líder do movimento abolicionista do tráfico de escravos. Promoveu campanhas de combate a injustiças e crueldades.

guerra contra a Tríplice Aliança, em 1916, por pressão britânica e em defesa de suas colônias, agravando ainda mais suas crises.

Neste mesmo ano, o teórico político e líder revolucionário russo Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido como Lenin e que posteriormente viria a ser o chefe de governo da URSS, escreveu o livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, em que discorria sobre as características do imperialismo, como o crescimento de monopólios, a concentração da produção, a conquista de novos mercados, o estabelecimento de zonas de influência e a ampliação das desigualdades sociais aprofundada pelas contradições entre o trabalho e o capital. Lenin (2012, p. 92) dedica a Portugal uma análise de sua situação periférica, no imperialismo internacional:

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701- 1714), que está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. etc. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial.

Com o fim da guerra, Portugal manteve suas colônias, mas encontrava-se profundamente endividado e mergulhado em crises institucionais graves. O pesquisador estadunidense Richard Zenith (2017, p. 17), ao contextualizar Portugal no pós-Primeira Guerra, descreve os eventos políticos que se desenrolaram na década seguinte:

A situação política de Portugal, já em plena crise, tornou-se insustentável na década seguinte. Só no ano de 1920 houve sete mudanças de governo, para além de inúmeras greves e manifestações, e o ano seguinte ficou famoso pela “Noite Sangrenta” de 19 de

outubro, em que vários dirigentes republicanos foram brutalmente assassinados. A República que nunca fora forte, desmoronou-se pouco a pouco, instaurando-se uma primeira ditadura em 1926, na sequência do golpe do general Gomes da Costa, que abriu caminho ao advento de Salazar, dois anos depois.

O golpe de estado que derrubou a Primeira República portuguesa em 1926, suspendeu a Constituição de 1911. Quatro anos depois, em julho de 1930, foi aprovado o Decreto 18.570, mais conhecido como o Acto Colonial, que substituiu a parte da antiga Constituição referente às colônias, criando novas atribuições políticas, delimitando algumas atividades administrativas e modificando as relações entre a metrópole e os territórios do além-mar, que passaram a ser identificados não mais como províncias e sim como o Império Colonial Português, centralizando a burocracia e acabando com a pouca autonomia econômica que dispunham. No referido decreto é atribuída como essência orgânica de Portugal, a função histórica de “possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado de Oriente³⁰”, afirmando que a soberania do país no ultramar “tem sido dominada através da história pelos mais altos princípios da civilização cristã” e destacando que a “Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter a qualquer outro território colonial”. O Acto Colonial, além de ser um instrumento político-administrativo, reafirma a integridade indivisível do império e de sua missão civilizatória e cristã perante as colônias, constituindo-se, portanto, em um inegável mecanismo ideológico de Portugal. O referido decreto cessou com a autonomia financeira das colônias e unificou administrativamente cada uma delas a uma chefia única, ligada ao Ministério das Colônias, tornando-se efetivamente “o instrumento político e legislativo fundador da nova política colonial”, que instaurou “um regime de estrita centralização política e administrativa ferreamente controlada a partir de Lisboa (Rosas, 2018, pp. 33-34).

No ano seguinte, em 1931, foi criado por decreto o Arquivo Histórico Colonial, com sede em Lisboa e inserido na estrutura do Ministério das Colônias, tendo por objetivo a reunião centralizada de toda a documentação colonial que naquele momento estava dispersa

³⁰ Acordo firmado entre a Cúria Romana e Portugal atribuindo aos portugueses a propagação do cristianismo nos territórios abertos à sua expansão política. O referido acordo prolongou-se do século XV a meados do século XX.

pelos territórios do ultramar.

Com a aprovação da Constituição de 1933 e uma série de conjunções políticas, um novo regime, de cunho autocrata e viés autoritário, se estabeleceu. O Estado Novo, recém instaurado, consolidou a ascensão do professor catedrático de economia, da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar ao poder. Um de seus lemas, “Não discutimos Deus, não discutimos a pátria, não discutimos a família”³¹ traduzia tanto seu perfil ultraconservador, como as bases desse Portugal que não deixava de ser um retrato do que vinha acontecendo em grande parte da Europa, com países de governos centralizadores, ideológicos e propagandistas de um patriotismo exacerbado.

Inserido em uma política ultranacionalista, o Estado Novo passou a projetar uma imagem de Portugal que o remetesse às suas tradições cristãs, rurais e voltadas ao passado (M. L. Martins, 1986), mas que, ao mesmo tempo, apresentasse o país como “herdeiro de um destino colonial e de uma missão civilizatória”, ou seja, um Portugal que se vislumbrava “rural e ultramarino, plurirracial e multicontinental, do Minho ao Timor” (M. L. Martins, 2017, pp. 10-11), portanto um país tradicional e conservador, mas que, por sua inerente vocação expansionista e colonizadora, constituiu-se em um império moderno.

Salazar, desde o princípio, foi um grande defensor da integridade do Império Colonial Português, percebendo as colônias como um dos pilares de sua política e como um “argumento de peso da propaganda nacionalista” (Gaspar, 2001, p. 30). Em seus discursos, Salazar reafirmou Portugal como um todo orgânico, integrando metrópole e colônias: “Tal qual como o Minho ou a Beira é, sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia” (Salazar, 1967, vol. IV, p. 291), reforçando sua missão histórica, cristã e civilizadora: “Devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a proteção das raças inferiores cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa” (Salazar, 1967, vol. I, p. 237). Em sua atividade política, entre 1928 e 1968, Salazar proferiu 273 discursos (Gaspar, 2001, p. 67), percebendo-se um aumento gradual dos que se referiam à temática colonial, até chegar a seu ápice na década de 1960, em que mais da metade dos discursos referiam-se direta ou indiretamente ao ultramar (Gaspar, 2001, p. 96).

Embora os conceitos de “Estado Novo” e “Salazarismo” sejam muito próximos, tanto

³¹ Trecho do discurso “Declaração Política”, proferido por Salazar em 1933.

no espaço temporal, quanto em suas bases ideológicas, há uma tênue diferença entre eles, sobre a qual Gaspar (2001, p. 23) disserta:

Salazarismo e Estado Novo não são conceitos unívocos. O primeiro deles abrange toda uma cultura política envolvente e decorrente da ideologia transmitida por António de Oliveira Salazar ao longo dos anos que permaneceu no poder, a qual no entender de Manuel Braga da Cruz, excedeu os limites temporais da sua carreira política. Quanto ao Estado Novo, trata-se do regime instaurado por Salazar, assente numa série de instituições alicerçadas na Constituição de 1933. Como tem sido salientado por diversos autores, Estado Novo português integrou um vasto movimento de reação ao demoliberalismo e ao comunismo, passando através da própria denominação a ideia de que se pretendia instaurar um regime totalmente diferente dos até ali existentes. No plano das convicções, porém, nunca terá havido essa veleidade e o Estado Novo ter-se-á auto-intitulado assim para, internamente, se demarcar da República Liberal do que para tentar uma completa ruptura com outros modelos.

A propaganda patriótica do Estado Novo abrangeu inúmeras áreas ao longo das décadas seguintes, como no emblemático caso dos “três F” (Fátima, fado e futebol), mas logo em seu início algumas ações já denotavam o apreço do salazarismo pelo nacionalismo exacerbado, como no caso dos selos postais, antes confeccionados com estampas de paisagens locais, mas que a partir de 1938 foram substituídos pela emissão das séries destinadas ao Império Colonial Português como forma de demonstração de domínio e soberania, em virtude da “universalidade da circulação do selo postal” (C. Kullberg & J. Kullberg, 2018, p. 8).

Essa política de supervalorização da cultura e da história da nação fomentou um fenômeno que viria a ser conhecido posteriormente como “portugalidade”. Esse termo só seria consolidado nas décadas de 1950 e 1960, caracterizando-se como mecanismo próprio do Estado Novo na valorização dos feitos históricos portugueses, sobretudo referentes aos descobrimentos, enaltecidas através de propagandas e narrativas oficiais (V. Sousa, 2017) que pretendiam fortalecer a ditadura salazarista.

3.1.1 Uma breve reflexão à guisa de conclusão (I)

A arte sempre foi uma forma de representatividade de seu contexto. Seja da realidade ou do imaginário, do que acontece ou do que é projetado, tendo o olhar para o passado ou para o futuro, a arte é maneira peculiar de ver, narrar e sentir alguma coisa. Seu discurso possui nuances próprias, suas estratégias ultrapassam o compreender para atingirem o sentir. Ela é alegórica, metafórica, afetiva e transcendental.

O historiador Marc Ferro (2004), ao se referir ao cinema, aponta que o filme diz mais sobre o momento em que foi produzido do que sobre a história que conta, justamente por ser um produto de seu contexto.

Fernando Pessoa (2014, p. 230), disse que “a arte consiste em fazer os outros sentir o que nós sentimos, em os libertar deles mesmos, propondo-lhes a nossa personalidade para especial libertação”, atribuindo ao artista o papel de arauto de uma ideia, de uma concepção, de um sentimento. Contudo, não deixa de ser irônico o fato de o referido poeta ser reconhecido pelo constante uso de heterônimos em sua obra, ou seja, de personalidades fictícias que possuíam características e histórias próprias e que davam aos seus escritos estilos diferentes entre si. Como afirma no poema Autopsicografia, o artista não deixa de ser uma ficção de si próprio, fazendo com que sua obra seja a alegoria da alegoria, da mesma forma que a História poderia ser imaginada como a representação da representação, pois ela nada mais é que a narrativa a partir de representações (documentos, monumentos, testemunhos etc.):

O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

E assim nas calhas de roda

Gira, a entreter a razão,
Esse comboio de corda
Que se chama coração.
(Pessoa, 1942, p. 235)

A arte/cultura tem papel fundamental na compreensão da lusofonia, pois a língua e a História são componentes do mesmo tripé em que ela se encontra, na formação da identidade de um povo e a lusofonia, desde sua manifestação, em sua proto ideia e durante a construção de seu conceito de viés político e ideológico, insere-se na discussão de identidade dos povos envolvidos.

Fernando Pessoa, considerado juntamente com Camões como os maiores poetas de Portugal, é possuidor de vasta obra, mas publicou apenas um livro em língua portuguesa em vida³², pois se considerava escritor por vocação e não por profissão³³. Em 1934, no ano anterior à sua morte, publicou “Mensagem”, um livro de poemas sobre a história de Portugal que procurava “reviver o aspeto épico dos portugueses” para que estes “pudessem, tomando consciência do que foram, imaginar o que ainda poderiam ser”, fazendo com que a obra fosse “destinada a agir sobre a alma dos portugueses seus contemporâneos e das gerações futuras” (Sinde, 2010, pp. 7-14).

No prefácio da edição de 2019 da tradicional Livraria Lello, o escritor Onésimo Teotónio Almeida chama “Mensagem” de “uma obra incompreendida”, pois foi “tomada como uma obra política”, constituindo-se na “face mais controversa da obra de Fernando Pessoa” (2019, p. 5). Segundo Almeida, a publicação só foi possível em virtude de uma iniciativa pessoal de um dirigente do Estado Novo:

Fê-lo a instâncias de António Ferro, uma espécie de ideólogo do regime Salazar, diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) (designação posteriormente alterada para Secretariado Nacional de Informação – SNI), que praticamente criou um concurso para premiar Pessoa e de algum modo, ajudá-lo financeiramente, pois o poeta vivia na

³² Fernando Pessoa teve três livros de poesias publicados em inglês. Informação disponível em: RTP Ensina. Fernando Pessoa: poeta e escritor por vocação. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/fernando-pessoa/>

³³ Fernando Pessoa publicou textos e poemas avulsos em revistas e jornais durante sua vida, assinando de forma própria ou através de heterônimos.

penúria [...] Como que por ironia, Mensagem não chegou a ser um livro nem a ganhar o prémio. Foi desclassificado pelo júri por não ter o número de páginas requerido para uma obra ser classificada como tal.

Em “Mensagem”, Pessoa buscou o aspecto mítico da história de Portugal, trazendo de volta o misticismo de certos ideários fundadores, como a aparição de Cristo à D. Afonso Henriques, em Ouriques, da ligação deste episódio à profecia do Quinto Império e do mito do Sebastianismo. Para Sinde (2010, p. 6), “Fernando Pessoa sempre procurou recuperar o mito como chave de compreensão” da história portuguesa. Em suas próprias palavras, Pessoa apresenta suas intenções de colaborar para que uma nova alma portuguesa floresça e, a partir daí, o país que estava decadente renasça como um Portugal Novo:

Com efeito, não há outro problema hoje de mais importante do que o de criar uma alma portuguesa. A antiga alma nacional mesmo que existisse, já não servia. É preciso, para que haja um Portugal Novo, haver uma Nova Alma Portuguesa. Para que possa haver uma política nacional, uma cultura nacional, qualquer coisa nacional, seja o que for, o primeiro passo a dar é espiritual, é criar aquela fonte nacional donde as coisas, todas, depois inevitavelmente partirão (Sinde, 2010, p. 10).

O livro se insere, portanto, em um contexto nacionalista europeu típico da década de 1930, nacionalismo esse que foi utilizado por Salazar, como suporte ideológico do Estado Novo. Os poemas de “Mensagem”, ao descreverem de forma épica e por vezes mítica a história de Portugal e de sua vocação para a expansão, conquista e difusão da cultura portuguesa e da fé cristã, corroboram a manifestação da lusofonia.

Mensagem inicia-se com a epígrafe *BENEDICTUS DOMINUS NOSTER QUI DEDIT NOBIS STGNUM*³⁴ (Bendito Deus Nosso Senhor que nos deu o Sinal) numa alusão à aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, marcando assim “a missão portuguesa no mundo” (Sinde, 2010, p. 6).

Repleto de alegorias, a obra é dividida em três partes, sendo a primeira, “Brasão”,

³⁴ As palavras em latim, originalmente, eram escritas sempre em maiúsculas, pois as letras minúsculas inexistiam. No poema original de Pessoa, as inscrições em latim estão em maiúsculas e foram mantidas nesta tese.

cuja epígrafe é *BELLUM SINE BELLO* (Guerra sem a Guerra), que remete à ideia de guerra sem combate, da “recusa consciente da violência” que “enobrece o poder”, representando “um ideal de conquista espiritual e humana pela difusão da cultura portuguesa e não apenas da religião” (Mimoso, 2003). Essa parte é dedicada a Portugal e seus heróis em uma narrativa feita a partir da descrição heráldica do brasão português (lembrando que um brasão nada mais é do que uma representação visual e alegórica, através de símbolos, cores e elementos típicos e característicos de uma pessoa, família ou nação). Logo no primeiro poema, ao descrever a posição geográfica de Portugal, Pessoa o caracteriza como o “o rosto que fita” o ocidente:

O Dos Castelos

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando.
E toldam-lha românticos cabellos
Olhos gregos, lembrando.
O cotovello esquerdo é recuado:
O direito é em ângulo disposto.
Aquelle diz Itália onde é pousado:
Este dia Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.
Fita, com olhar sphyngico e fatal.
O ocidente, futuro do passado.
O rosto com que fita é Portugal
(Pessoa, 2010, p. 44)

Após a apresentação de Portugal como a nação que olha para fora da Europa, em sua missão de expansão da fé e da cultura, Pessoa retrata seus heróis fundadores. Contudo ele começa por Ulisses, o herói grego da Odisseia, poema que descreve, de forma épica, a longa viagem de retorno de seu protagonista, no intuito de reafirmar a condição mítica da narrativa.

Na segunda parte, “Mar Portuguesez”, a epígrafe é *POSSESSIO MARIS* (Posse do Mar). É nesse momento que Pessoa narra a expansão portuguesa por meio da conquista dos mares e descobrimentos de novas terras, exercendo, assim, sua vocação desbravadora e que representaria a “vitória do querer e da ousadia sobre a ignorância” e do medo do

desconhecido (Mimoso, 2003). No poema, que se tornou mais conhecido no livro, Pessoa descreve a coragem portuguesa, em lançar-se ao mar, como uma missão de seu povo, mas que também traz a dor e a melancolia da despedida.

Mar Portuquez

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal
Por te cruzamos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão resaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,
Mas nelle é que espelhou o céu
(Pessoa, 2010, p. 81)

Na terceira parte do livro, “O Encoberto”, cuja epígrafe é *PAX IN EXCELSIS* (Paz nas Alturas), Pessoa descreve os fatores que levaram Portugal à decadência, a começar pela derrota em Alcácer Quibir, norte da África, em 1578; a implementação de um sistema monárquico estrangeirado, em 1820; e a implantação da República em 1910. Para Sinde (2010, pp. 29-30) é “muito significativo, neste contexto, que esta última parte do poema se chame “O Encoberto”, porque se trata do encobrimento gradual do próprio Portugal”. Em outra abordagem, o Encoberto significaria “aquele que talvez já esteja entre nós mas ainda não se deu a conhecer”. Nessa parte do livro, Pessoa escreve sobre D. Sebastião, Rei português desaparecido durante a batalha de Alcácer Quibir e que deu origem ao mito de seu retorno redentor (Sebastianismo), sobre a profecia do Quinto Império e das Ilhas Afortunadas, espaço idílico em que os mitos iriam se concretizar (Mimoso, 2003). No poema final em que o livro é encerrado, Pessoa descreve o “nevoeiro” no qual se encontrava

Portugal, mas conclama os portugueses a reverterem, juntos, tal situação:

Nevoeiro

Nem rei, nem lei, nem paz, nem guerra
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que e Portugal a entristecer –
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que fogo-fatuo encerra

Ninguém sabe que coisa quer
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal o que é bem.
(Que anciã distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a Hora!

VALETE, FRATES.

(Pessoa, 2010, p. 105)

Para Pessoa (1979, p. 127) toda nação precisa ter relações com o passado e com o presente e uma direção para o futuro, mas ele percebia que Portugal havia se deixado encobrir, impedindo que seu passado de glórias e sua missão, enquanto povo e nação, fossem compreendidas pelos próprios portugueses, fazendo com que a decadência em que o país se encontrava fosse projetada para o futuro. Os versos finais do livro exclamam para uma retomada de ânimo: “É a Hora!”, para em seguida proclamar uma despedida: *VALETE FRATES* (Passai bem, irmãos), em que Pessoa, ao chamar seus leitores portugueses de irmãos, integra-se na lusitanidade.

Os poemas de “Mensagem” foram escritos basicamente entre 1928 e 1934, mas há alguns mais antigos, ou seja, o livro foi sendo construído aos poucos, num período histórico

situado após a queda da monarquia, em que a república recém instaurada era muito instável, culminando com o golpe de 1926. Em 1930, há o Acto Colonial e, em 1933, inicia-se o Estado Novo com uma nova constituição. Portanto toda a discussão sobre um novo Portugal, sua relação com as colônias e uma valorização da cultura portuguesa, em um exacerbado nacionalismo que procurava compensar um clima derrotista e de decadência, compunha o cenário da construção de “Mensagem”, como se esse fosse a síntese de uma manifestação que iria influenciar o sentimento de lusofonia.

Nesse período, Pessoa já era um “cidadão interveniente” e “havia assumido um papel ativo” no debate econômico e social em Lisboa (Zenith, 2014, p. 18), colecionando apoiadores e críticos de ambos os aspectos políticos, ou seja, do Estado Novo e de sua oposição. A percepção de que seu livro era uma ode ao nacionalismo foi confirmada pelo próprio autor, que afirmou em entrevista que “a Mensagem é um livro nacionalista” e que também possui um “misticismo nacionalista” dizendo, inclusive, que o primeiro título do livro foi justamente “Portugal” (Quadros, 1986, p. 126). Entretanto, a crítica proferida, por ambos os grupos políticos, era que o livro serviria aos interesses de seus opositores, fazendo com que “Mensagem” fosse ignorada no ambiente político português.

Em sua análise, Quadros (1986, p. 127) destaca a grande preocupação de Pessoa com o “estado de decadência em que Portugal se encontrava”, que, associado à “atitude pessimista e derrotista que predominava em Portugal”, fez com que o poeta tivesse almejado “fazer algo pelo ressurgimento nacional”. Na percepção de Pessoa, seria na poesia (ou numa livre associação, na própria língua) que renasceria a alma portuguesa e, em virtude disso, buscou nos mitos do Sebastianismo e do Quinto Império, as bases para um novo e definitivo Portugal.

Para além da análise de Portugal enquanto nação, Fernando Pessoa também descreveu em sua obra uma perfeita análise do português enquanto indivíduo e coletividade, conforme apontou Saramago (2010, p. 104):

Há na obra de Pessoa um retrato bastante claro e completo do homem português, com as suas contradições, o misticismo um tanto mórbido que é o nosso, esta capacidade de esperar, que não é mais do que um desejo de adiar. A esperança é uma atitude activa, mas nos portugueses é uma forma cômoda de projectar para um futuro cada vez mais distante o que deveríamos fazer agora.

O sentimento de uma lusofonia ainda em gestação, com abordagens divergentes e complementares, em meio a um cenário de ideologias e disputas, pode ser mais bem percebido por meio de um texto sobre a língua portuguesa de autoria do próprio Fernando Pessoa, escrito em 1931³⁵, por intermédio de um de seus muitos heterônimos, Bernardo Soares, em que uma frase específica gerou uma série de interpretações de cunho político e ideológico: “Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa” (Pessoa, 2014, p. 229). Esse texto, publicado três anos antes de “Mensagem”, corrobora a ideia do nacionalismo em Pessoa, baseado na língua e na cultura portuguesas. No texto em que se encontra a frase em que a língua portuguesa é considerada como sua pátria, Pessoa (2014, p. 229-230) estabelece uma verdadeira ode ao idioma e sua íntima ligação a ela:

Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar. As palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas. [...]

Como todos os grandes apaixonados, gosto da delícia da perda de mim, em que o gozo da entrega se sofre inteiramente. E assim, muitas vezes, escrevo sem querer pensar, num devaneio eterno, deixando que as palavras me façam festas, criança menina ao colo delas. [...]

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiu.

Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-ma do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.

³⁵ O texto foi originalmente publicado na Revista de Cultura, nº3, 1931, p. 409-410.

Os textos apresentados de Fernando Pessoa podem ser percebidos como emblemáticos para a compreensão do ideal nacionalista que sempre permeou Portugal, imbuído de características místicas, proféticas e messiânicas que atribuíam ao país uma espécie de salvo conduto em sua missão expansionista e evangelizadora, no qual a cultura e a língua portuguesas eram determinantes. Esse sentimento foi incorporado ao longo dos séculos ao modo português de pensar e agir, num misto de saudade e utopia, de nostalgia e predestinação, impactando diretamente na relação com as colônias. A percepção da lusofonia surge a partir deste entendimento.

3.2 Do luso-tropicalismo ao conceito de lusofonia: uma questão política

Em 1933, no mesmo ano em que o Estado Novo se inicia em Portugal, foi publicado no Brasil o livro “Casa Grande & Senzala”, do sociólogo Gilberto Freyre. O livro provocou grande impacto e polêmica, no meio acadêmico e intelectual, ao defender teorias sobre a formação social do Brasil, sobretudo no que diz respeito ao papel do colonizador e da miscigenação. Na referida obra, em que são abordados temas como cultura, sociedade, sexualidade, religiosidade e temas até então pouco estudados, como culinária e hábitos de higiene, o autor destacou que a partir da miscigenação entre portugueses, índios e africanos surgiu no Brasil uma sociedade original, síntese mestiça de influências culturais desses três grupos (Freyre, 2006).

Ao longo de sua obra, Gilberto Freyre atribuiu aos portugueses uma “especial capacidade de adaptação aos trópicos”, em virtude de sua “apetência pela mestiçagem”, já que o povo português teve sua “origem étnica e cultural heterogênea”, o que refletiu diretamente na colonização do Brasil e de seus outros territórios (Castelo, 1998). A ideia que o português tinha de si mesmo, como mais cristão do que europeu, torna-se, na perspectiva de Freyre, um dos principais elementos de sua colonização ser menos etnocêntrica, favorecendo o contato mais harmônico com povos de outras raças e culturas (Mondlane, 2011, p. 310).

É a partir desse conjunto de premissas que Freyre desenvolveu a tese do luso-tropicalismo, constituído por uma série de características próprias do modelo colonial português que o diferenciava das formas de colonização de outras nações europeias, criando,

no mundo luso, um sentimento sócio-cultural próprio, em virtude de uma colonização mais branda e de uma propensão pela miscigenação, privilegiando o que ele chamava de “o melhor reajustamento da relação ente os homens”, devido à “mistura de raças” e o contato entre suas culturas (Chacon, 2002, p. 11).

Os estudos de Freyre tentaram desmistificar a noção de determinismo racial, justamente por entender a miscigenação como um elemento positivo na formação do povo brasileiro, fortalecendo-o. Para o referido sociólogo, o povo português possuía “vocaçãõ para a diáspora, ausência de preconceito, ecumenismo e bondade de costumes”, o que teria permitido uma coexistência “mestiça, benévola e pacífica com os povos colonizados” (Valentim, 2011, p. 61).

A teoria de Freyre em nada foi consensual, embora tenha influenciado inúmeros estudos e abordagens sociológicas. Das várias críticas recebidas, muitas se referiam ao lusotropicalismo como algo que dissimulava o racismo e o colonialismo (Lourenço, 2014), que não conferia a devida importância à violência intrínseca à escravidão (Moura, 1988), que atribuía certa lógica messiânica ao processo colonizador português (V. Sousa, 2017), que estava ligado à utopia do Quinto Império reafirmado pelo Padre António Vieira³⁶ (Cristóvão, 2005) e que a sociedade imaginada por Freyre “nunca deixou de ser um mito e uma aspiração” (Castelo, 2011, p. 140).

Em 1937, um conjunto de textos escritos por Freyre foram apresentados na forma de conferências na Inglaterra e Portugal. Este material, que discorria sobre as premissas de “Casa Grande & Senzala”, sobre a particularidade do colonialismo praticado pelos portugueses em seus territórios ultramarinos, foi compilado no livro “O mundo que o Português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas”, publicado em 1940. Nesta nova obra, Freyre apresenta um diagnóstico do “processo civilizatório” empreendido pelos portugueses, relacionando-o com a construção de uma nova identidade, a partir da mestiçagem e da cultura. O sociólogo afirma que os povos criados pelos portugueses no processo de colonização tornaram-se “essencialmente portugueses em seus estilos de vida mais característicos”, destacando que no caso do Brasil,

³⁶ Padre António Vieira interpretou de maneira particular uma visão do profeta bíblico Daniel, construindo a ideia de que Portugal seria o quinto e último império do mundo, tendo a missão de levar a fé cristã a todos os povos, trazendo paz e felicidade até o final dos tempos.

foi a “abundante miscigenação” e a “pluralidade de cultura” que trouxe a riqueza, força e capacidade de expansão” (Freyre, 1940, p. 32).

No primeiro capítulo do livro, o autor fala do sentimento de unidade e de cultura entre a metrópole, o Brasil e as colônias:

Essa unidade íntima, de sentimento, e externa, de cultura nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos e das condições de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram-se nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de *sympathia*, características do povo português – o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores (Freyre, 1940, p. 42).

E segue falando da questão da miscigenação:

O português foi por toda parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro imperial que conquistasse e subjugassem bárbaros para os dominar e os explorar do alto. Foi principalmente a de procriador europeu dos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor (Freyre, 1940, p. 43).

A tese do luso-tropicalismo, contudo, foi ignorada por Portugal até a década de 1940, pois a doutrina colonial predominante no país ainda se baseava no darwinismo social, conferindo superioridade ao homem branco, em detrimento às “raças inferiores”, legitimando o colonialismo como uma ação civilizatória e evangelizadora (Rosas, 2019), e em virtude de o luso-tropicalismo atribuir certa importância à herança árabe e africana na gênese do povo português (Castelo, 2013 *citado em* V. Sousa, 2017, p. 107).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, na qual Portugal manteve-se neutro, e o reordenamento geopolítico internacional, uma série de novas circunstâncias deu início a um período de descolonização, por meio de independências e movimentos de libertação, havendo grande pressão internacional para a liberdade de antigas colônias. O sistema colonial europeu entrou em crise, sobretudo pelas questões nacionalistas na Índia, no norte da África e na

Indochina³⁷.

Em junho de 1945, após a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, foi divulgada a Carta das Nações Unidas³⁸ em que se objetivava a manutenção “da paz e da segurança internacionais”. No segundo artigo do capítulo 1 do referido documento, torna-se claro o apoio aos movimentos de independência, sobretudo ao afirmar ser um dos propósitos das Nações Unidas o desenvolvimento de “relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos”. O cenário político internacional tornou-se mais favorável aos regimes democráticos em oposição aos governos ditatoriais.

Este novo contexto mundial agravou a questão ultramarina. Entretanto, Portugal recusava-se a qualquer tipo de negociação neste aspecto (Proença, 2015, p. 694), pois não considerava seus territórios como colônias e sim como componente do mesmo império, portanto não fazia sentido a questão da autodeterminação. Para Silva e Castro (2011, pp. 12-14) “Portugal nunca permitiu o debate sobre o assunto e a ideia centralista do regime contribuiu imenso para dificultar tal processo”, já que o próprio país negava a questão colonial, tendo “integrado os territórios ultramarinos no corpo da própria nação”. Tal situação seria consolidada na revisão constitucional de 1951. Segundo os referidos autores, Salazar chegou a afirmar que a “África era um prolongamento natural do Ocidente”.

Em 1953, é promulgada a Lei Orgânica do Ultramar Português³⁹, que estabeleceu novas bases da administração de seus territórios. Por conter vários preceitos referentes às populações nativas da Guiné, Angola e Moçambique, também fomentou outras alterações na legislação vigente. Em virtude de tal fato, foi promulgado em 1954 o Decreto-Lei 39.666⁴⁰, conhecido como Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique que, em última instância, preconizava uma assimilação cultural das populações nativas. No referido decreto, os indígenas são considerados como “os indivíduos de raça

³⁷ Região situada entre a Índia e a China e que atualmente engloba três países: Vietnã, Laos e Camboja.

³⁸ Nações Unidas Brasil. A Carta.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>

³⁹ Diário da República Eletrónico. Lei 2.066, de 27 de junho de 1953. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/640564>

⁴⁰ Diário da República Eletrónico. Decreto-Lei 39.666, de 20 de maio de 1954. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/635399>

negra ou seus descendentes”, que “não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais” dos portugueses. O decreto previa que o ensino “especialmente destinado aos indígenas” visaria à “educação moral, cívica, intelectual e física” e à “aquisição de hábitos e aptidões de trabalho”, destacando que este ensino procuraria “sempre difundir a língua portuguesa”.

Foi estabelecido pelo referido decreto que, para perder a condição de indígena e adquirir a cidadania, o indivíduo precisaria ter os seguintes requisitos:

- a) Ter mais de 18 anos; b) Falar corretamente a língua portuguesa; c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor.

O escritor moçambicano Mia Couto (2009, p. 188), ao se referir a este período histórico, e mais propriamente ao Estatuto dos Indígenas, traçou a seguinte análise:

A política portuguesa em África foi orientada no sentido de fabricar uma camada social – os assimilados – capaz de gerir a máquina do Estado colonial. Os candidatos a assimilados deviam virar as costas à sua religião, à sua cultura, às suas raízes. Uma das fronteiras entre os chamados civilizados e os não civilizados (os denominados indígenas) passava pelo domínio da língua do colonizador.

O Estatuto, como um todo, estabelecia direitos, mas, sobretudo, normatizava os deveres dos nativos, estando perfeitamente inserido na política do Estado Novo para ultramar que, a partir da década de 1950, passou a incorporar uma “versão simplificada e nacionalista do luso-tropicalismo como discurso oficial, para ser utilizado na propaganda e na política externa”, contribuindo, inclusive, para que a imagem que os portugueses tinham de si próprios fosse consolidada como o de um povo “tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecumênica” (Castelo, 2013 *citado em* V. Sousa, 2017, pp. 107-108). Ao destacar que a teoria de Freyre se baseava na excepcionalidade do modelo colonial português, numa perspectiva

não violenta e fraterna, o luso-tropicalismo tornou-se doutrina oficial do Estado Novo (M. L. Martins, 2017, pp. 12-13).

Em 1951, o governo salazarista convidou o sociólogo a conhecer pessoalmente os territórios ultramarinos. Gilberto Freyre declarou posteriormente que:

[...] apenas, confirmou em mim a intuição do que agora, mais do que nunca, me parece uma clara realidade: a de que existe no mundo complexo social, ecológico e de cultura, que pode ser caracterizado como luso-tropical (Freyre, 1953, p. 10 citado em V. Sousa, 2017, p. 110).

Em virtude da absorção das ideias do luso-tropicalismo, mesmo que de forma simplificada, e da proximidade de Freyre com o governo português, suas obras passaram a estar associadas às políticas salazaristas para o ultramar (Galito, 2012, p. 18).

Freyre também manifestou seu apoio, de forma crítica, ao regime militar brasileiro instaurado após o Golpe de Estado de 1964, em virtude do modelo nacional-desenvolvimentista adotado e da política de independência nas relações internacionais, bandeiras que eram defendidas pelo próprio (Chacon, 2002, p. 51). Este apoio, associado ao uso adaptado de suas ideias pelo salazarismo, fizeram com que a teoria do luso-tropicalismo fosse desprezada pelas correntes de esquerda, tanto no Brasil como em África, sobretudo por causa do surgimento dos movimentos de autodeterminação, de orientação marxista, que não aceitavam a “hipótese do processo de intervenção portuguesa ter sido minimamente positivo”, destacando apenas “o sofrimento que havia causado às sociedades locais” (Galito, 2012, p. 4).

Alguns autores, entretanto, ponderam sobre tal situação, como é o caso do cientista político Vamireh Chacon, ao rotular de “simplismo” a ideia de Freyre como ideólogo do salazarismo, destacando o pioneirismo das ideias de miscigenação tropical como fator de pacificação étnica no mundo, ressaltando: ainda que por disputas políticas e ideológicas, além de uma visão parcial de suas teorias, Freyre teria sido alvo de leituras estereotipadas, mas que, com o distanciamento histórico, suas ideias sobre o luso-tropicalismo seriam mais bem compreendidas. Ilustrando tal assertiva, cita o discurso proferido pelo presidente de Portugal, Mário Soares, em 1987, no Brasil:

Essa teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas, justamente, eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada em Portugal, não só por aqueles que eram partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, democrático e moderno que eu represento (Chacon, 2002, p. 85).

No livro “O mundo em português: um diálogo” – fruto de uma série de conversas gravadas em 1998 entre o presidente de Portugal, Mário Soares, e o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso – o tema do luso-tropicalismo e o legado de Gilberto Freyre vieram à tona:

FHC – [...] Nos anos 30, o Gilberto Freyre publica o seu livro *Casa Grande & Senzala*, que é uma análise excepcional das raízes históricas e sociológicas do Brasil. Introduz uma ideia que, na época, não era nada banal – a de um país mestiço. Pode-se dizer do Gilberto Freyre muitas coisas. A esquerda nunca assimilou em virtude de ter louvado a oligarquia escravocrata. Porque o Gilberto Freyre faz a análise dos escravos, na *Casa Grande & Senzala*, a partir de uma certa ideia de que o regime escravocrata não foi tão duro assim. Era antropólogo de formação e fez algo que só muito tempo depois voltou a ser feito – a sociologia da vida quotidiana, da cozinha brasileira, de hábitos e comportamentos do povo.

MS – Ele tem também o livro *Brasil, Brasis, Brasileiro*, não é? Esse livro é muito importante também porque dá um esquema do Brasil e da diversidade brasileira.

FHC – As diferenças culturais, as diversidades, a diferença. E do ângulo do povo. Ao mesmo tempo que descreve benevolmente os senhores, também descreve a vida dos escravos. Benevolmente porquê? Na ideia dele, a relação entre as raças, a miscigenação, gera sempre uma relação de afectividade muito forte, e isso nem sempre é verdadeiro. Mas ele mostra uma série de peculiaridade. Começa a reivindicar como um valor positivo aquilo que é não ocidental no Brasil. E o Brasil tem sempre essa componente não ocidental. Na minha geração, Gilberto Freyre foi mal apreciado porque nós o olhávamos pelo prisma político, como autor de uma racionalização do modo senhorial de vida. A crítica procede, mas Gilberto foi muito mais do que isso.

MS – Em Portugal também, é muito curioso. Nós temos um grande preconceito contra Gilberto Freyre...

FHC – *O Mundo que o Português Criou...*

MS – *O Mundo que o Português Criou* é um livro admirável. Mas a teoria da

especificação da colonização de Portugal, de certa maneira, ajudou a levar água ao moinho do ditador Salazar, quando este resistia à descolonização inevitável.

FHC – É isso.

MS – Nesse sentido, temos um preconceito anti-Gilberto Freyre. Mas, tirando esse aspecto, não há dúvida de que as teorias dele são muito interessantes para Portugal, mesmo do ponto de vista do que é o Portugal de hoje.

FHC – Freyre fez uma análise de tipo cultural que foi uma contribuição grande. Essa foi uma das maiores contribuições culturais dos anos 30.

(F. Cardoso & Soares, 1998, pp. 130-131)

O historiador Fernando Rosas (2018, pp. 11-12) destaca, entretanto, que, “subjacente à retórica luso-tropicalista”, constata-se em África uma política colonial baseada na “discriminação jurídica e racial do Estatuto do Indígena, o trabalho forçado [...] ou uma política de terras expropriadoras em favor da ocupação branca”, chamando de “nostalgia colonial” alguns mitos presentes no discurso corrente sobre o período colonial português em África, como o da paz que sempre reinou no império ultramar, só interrompida por atos esporádicos de subversão ou de intrigas internacionais, do colonialismo baseado em valores cristãos e civilizatórios e da relação cordial, miscigenada e de baixa violência. Para o antropólogo argentino Lorenzo Macagno (2002, p. 102), havia uma percepção da África portuguesa como “o inferno de exploração, segregação e violência”.

Sobre a ideia de excepcionalidade do colonialismo português, proferida pelo luso-tropicalismo, o professor Boaventura Sousa Santos (2014, pp. 11-12) aponta que tal fator é oriundo de tipos hierarquizados de colonialismo:

Além da vigência de um pensamento abissal sobre a violência colonial, haverá que considerar alguns elementos específicos do colonialismo português naquilo que foi a diluição da guerra na história oficial e na Memória pública (ou na sua evocação seletiva). Formular a caracterização do colonialismo português como ‘especificidade’ exprime, sem dúvidas, as relações de hierarquias entre os diferentes colonialismos europeus.

Aprofundando sua análise, B. Santos (2014, p. 12) destaca aspectos daquilo que chama de “colonialismo periférico” e de sua autorrepresentação:

A especificidade é a afirmação de um desvio em relação a uma norma geral. Nesse caso a norma é dada pelo colonialismo britânico e é em relação a ele que se define o perfil do colonialismo português enquanto colonialismo periférico, isto é, enquanto colonialismo subalterno em relação ao colonialismo hegemônico da Inglaterra. No domínio dos discursos coloniais, o caráter periférico do colonialismo português reside no facto de, a partir do século XVII, a história do colonialismo ter sido escrita em inglês e não em português. Este facto implicou que o colonialismo português carregasse consigo, desde há muito, um problema de autorrepresentação.

Finalizando, B. Santos (2014, p. 12) vincula as narrativas acerca do colonialismo português a dois tipos de abordagens:

Assim a construção narrativa do colonialismo português tanto se ofereceu a leituras inquietantes – por exemplo, a ideia de que o subdesenvolvimento do colonizador produziu o subdesenvolvimento do colonizado – como a leituras reconfortantes, por exemplo, o luso-tropicalismo, ‘Portugal, do Minho ao Timor’, o colonialismo cordial.

Em África, o ideal do luso-tropicalismo, tanto na acepção original de Gilberto Freyre como em sua adaptação pelo Estado Novo português, chocou-se com uma realidade bem diferente da percepção quase idílica das ideias de um colonialismo brando e afetuoso. A ideia de “pacificação” das colônias já denota o clima conflituoso que sempre existiu, desde o início da ocupação, há de se destacar.

Contudo, já na década de 1940, o “desmantelamento dos impérios europeus estava de certa forma anunciado na Carta do Atlântico”, documento diplomático elaborado pelos Estados Unidos da América e Reino Unido, no qual se realçava o direito de cada povo à escolha de sua forma de governo (Castelo & Jerónimo, 2017, p. 20). Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota dos governos fascistas, as resoluções da ONU sobre a autodeterminação dos povos, as independências de várias ex-colônias pelo mundo, a Guerra Fria e o processo revolucionário e de rebeldia da década de 1960, associados à crescente insatisfação dos povos nativos em relação às condições impostas pelos portugueses, fizeram com que uma série de conflitos armados surgisse nas colônias, alguns de caráter laborais,

mas a maioria de feições independentistas.

Proença (2015, p. 694) destaca que, a partir da década de 1950, muitas organizações de resistência se formaram, criando o que veio a ser chamado de “movimentos de libertação”:

Os principais movimentos que iriam desencadear a guerra contra o regime totalitário português foram: na Guiné, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde; em Angola, o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que surgiram na década de 1950, e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), que surgiu na década de 1960; em Moçambique, já após o deflagrar da Guerra Colonial, o principal movimento foi a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). A partir de 1961, estes movimentos, iniciaram a luta armada pela independência dos seus territórios.

Castelo e Jerônimo (2017, p. 26) apontam que Portugal, como forma de reação a este novo cenário mundial, assimilou o luso-tropicalismo e o adaptou como “elemento central da formação de um consenso alargado em torno da política de defesa do ultramar”. Para os referidos historiadores:

Portugal respondeu a este novo contexto com o reforço dos elementos integracionistas e assimilacionistas presentes na ideologia colonial nacional, culminando na revisão constitucional de 1951, que consagrou a existência de uma “nação una”, abolindo, no plano legislativo, a distinção entre território da metrópole e os das colônias. (Castelo & Jerônimo, 2017, p. 23).

Um dos elementos mais simbólicos da revisão constitucional de 1951 foi a incorporação do Acto Colonial de 1930, em um texto adaptado, à Constituição Portuguesa. Para C. Kullberg & J. Kullberg (2018, pp. 7-8) as alterações não foram apenas de forma, mas, sobretudo, de conteúdo:

Além de alguns aspetos mais “cosméticos”, como o da mudança de terminologia de “colônias” e “império” para “províncias ultramarinas” e “ultramar”, houve, efetivamente, alterações de conteúdo. Por exemplo, a nova política de povoamento (colonização) agrícola com populações brancas provenientes da metrópole, consolidando a presença portuguesa em África através de uma classe média de

agricultores, proprietários ou concessionários de terras cultiváveis para grandes produções de interesse econômico, designadamente o algodão em Angola e o açúcar e o sisal em Moçambique.

Inserida neste processo de integração promovida pelo salazarismo, para que metrópole e territórios ultramarinos fossem pensados como parte de uma única nação indivisível, foi criada em Lisboa, na década de 1940, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), voltada para os jovens universitários oriundos desses territórios ou de filhos de colonos portugueses. A CEI era uma espécie de grêmio estudantil ampliado, oferecendo espaço de convívio social, posto médico, biblioteca, salão de jogos, dormitórios e alimentação de baixo custo para os que faziam seus estudos superiores em Portugal.

Castelo (2011, p. 5) contextualiza a política educacional que Portugal promovia nas colônias e quais estudantes tinham acesso ao ensino universitário na metrópole:

O Estado Novo dificultou a constituição de elites nativas nas colônias portuguesas: não apostou no alargamento da rede escolar; colocou obstáculos à ascensão social dos autóctones; estabeleceu entraves e discriminações no acesso ao emprego público. O surgimento de estabelecimentos de ensino superior nas colônias portuguesas é tardio e circunscreve-se a Angola e a Moçambique, os territórios mais importantes do império português, em termos políticos, económicos e sociais, e os únicos de povoamento branco. Os estudos gerais universitários em Luanda e em Lourenço Marques datam de 1962 e só, em 1968, passam a universidades. Os jovens naturais ou residentes nas possessões coloniais, que quisessem tirar um curso superior e tivessem possibilidades económicas para tal, tinham que deixar as suas terras e demandar Lisboa, Coimbra ou Porto, cidades onde, em muitos casos, não tinham parentes ou qualquer espécie de retaguarda.

A CEI surgiu a partir da bem-sucedida experiência da criação, no início da década de 1940, de uma associação de assistência aos universitários oriundos de Angola, filhos de colonos e de membros da burocracia colonial. Percebendo a importância da doutrinação ideológica desses jovens, o Estado Novo imaginou que uma associação de moldes assistencialistas serviria aos seus interesses de propaganda do regime, da política colonial e

da formação da futura elite política e intelectual do ultramar às suas feições.

Rosas (2018, pp. 43-44) indica o que ele considera ser uma ironia da História, dizendo que “o feitiço virou contra o feiticeiro”, pois a CEI tornou-se ao longo dos anos um polo subversivo:

Criada em 1944 sob os auspícios da Mocidade Portuguesa (MP) e a tutela do Ministério das Colônias (mais tarde, Ministério do Ultramar) para controlar e formar estudantes universitários oriundos das colônias à luz da ideologia e das prioridades políticas do “Império”, a Casas tornar-se-ia, pouco depois, no principal foco de agitação proto-nacionalista e anti-colonialista, não só nas universidades, mas no próprio território da metrópole. [...] Apadrinhada pela propaganda da MP e tutelada pelo Ministério das Colônias/Ultramar, a CEI era uma aposta importante da “política imperial” do regime, generosamente financiada pelos governos coloniais e por várias das principais empresas coloniais.

Para Eduardo Mondlane (2011, p. 340), líder revolucionário moçambicano nos anos 1960, os estudantes fomentaram uma vanguarda intelectual que foi determinante para a compreensão da realidade mundial e a implementação de um processo consistente de lutas anticoloniais:

Na maioria dos casos apenas uma pequena minoria educada estava em condições de acompanhar os acontecimentos mundiais, de manter contatos adequados com o mundo exterior, de poder adquirir o hábito de pensamento analítico e portanto os meios necessários para compreender o fenômeno colonial em sua globalidade. [...] Não é pois de surpreender que, no seio desta minoria, a resistência tivesse de início uma expressão puramente cultural. A nova resistência inspirou um movimento em todas as artes, que começou durante os anos 40 e influenciou poetas, pintores e escritores de todas as colônias portuguesas.

Na passagem da década de 1940 para a de 1950 havia três grandes temas que permeavam a produção cultural africana, sobretudo a principal delas, a poesia política: a África como pátria-mãe, o homem negro e a denúncia do sofrimento do povo e a consequente convocação para a insurreição (Mondlane, 2011, p. 341). A cultura passou a ser percebida

como fator de resistência ao colonialismo e entendida como elemento fundamental para as lutas de libertação nacionais. (Cabral, 2011, p. 357).

É neste período que as principais lideranças estudantis da CEI passam a apoiar movimentos oposicionistas e antifascistas, adotando uma agenda anticolonial. Ligada ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) e ao Partido Comunista Português (PCP) a geração de estudantes que passou a ser conhecida como a dos “mais velhos”, formada por Agostinho Neto, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade (que posteriormente seriam dirigentes do MPLA), Amílcar Cabral e Vasco Cabral (do PAIGC), Marcelino dos Santos (da FRELIMO) e Alda Espírito Santos (do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP), dentre outros, tornou-se fundamental tanto para a questão política (formação de parte dos futuros integrantes da luta de libertação) como na questão cultural, naquilo que Rosas (2018, p. 46) chama de “redescoberta da cultura africana como fulcro de construção de identidade nacional”.

Para o líder revolucionário guineense e cabo-verdiano Amílcar Cabral (2011, pp. 360-361):

O estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das manifestações culturais, que se concretizam progressivamente por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado como acto de negação do opressor. [...] é em geral no facto cultural que se situa o germe da contestação, levando à estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação.

No final dos anos 1950, uma nova geração de estudantes oriundos do ultramar, marcada pelos violentos conflitos ocorridos em seus territórios de origens e pelo crescente clima repressivo nas colônias, amplia o ativismo político e cultural de cariz nacionalista e anticolonial, na forma de exposições, sessões de cinema, conferências, debates, shows musicais e de concursos literários. A literatura, com forte apelo dentro da CEI, é responsável pela criação de uma Seção Editorial, coordenada por jovens como Alfredo Margarido e Carlos Ervedosa, que irá publicar antologias de poemas e contos e a revista literária Mensagem com textos de José Craveirinha, Agostinho Neto, Luandino Vieira, António Jacinto, Viriato Cruz, Henrique Guerra e Pepetela, entre outros.

Rosas (2018, p. 5) destaca que é a partir deste momento que “começam a surgir as literaturas africanas de língua portuguesa como estrutura identitária dos novos nacionalismos em afirmação”. Algumas décadas mais tarde, o escritor angolano José Eduardo Agualusa (2010, p. 5), ao escrever um prefácio de um livro timorense, reflete que “num país quase sem literatura escrita, o passado é um tempo em combustão, frágil, volátil, que rapidamente se consome”. O que as gerações de estudantes da CEI promoveram naquela conturbada época foi o delineamento de seus futuros países com base no presente de luta em que estavam, para que esse se tornasse um passado que não fosse consumido pela chama do esquecimento.

Em seu romance “A geração da utopia”, o escritor angolano Pepetela (2017, p. 21) descreve como a geração que surgiu na CEI, da qual ele próprio fez parte, discutia a situação política vigente: “Conversas na Casa dos Estudantes do Império, onde se reunia a juventude vinda de África. Conferências e palestras sobre a realidade das colónias. As primeiras leituras de poemas e contos que apontavam para uma ordem diferente”.

Essa ordem diferente, mencionada por Pepetela, não era apenas a luta pela independência, mas também a formação de uma identidade nacional própria de cada país, com base na expressão cultural, sobretudo numa literatura que se utilizasse “da voz do povo”, marcando uma “ruptura definitiva com a literatura portuguesa”, uma “literatura à frente, a expressar o sentimento popular de diferença”⁴¹ (Pepetela, 2017, p. 97). Os debates culturais desenvolvidos na CEI e seus incontáveis desdobramentos realçaram a multiculturalidade de uma lusofonia a ser pretendida no futuro.

Devido aos acontecimentos das duas últimas décadas na CEI, a temida Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), encerra as atividades da instituição, nas delegações de Coimbra e do Porto, em 1960, apreendendo grande quantidade de documentos institucionais e de seus associados. Não era segredo para ninguém que a PIDE espionava tudo que acontecia dentro da Casa, inclusive com agentes infiltrados. Contudo, a década de 1960 iniciava-se com grande apreensão para os estudantes, pois os conflitos crescentes em África indicavam a iminência de uma guerra para sua libertação, fazendo com que os estudantes associados a CEI fossem presos e interrogados.

Em 1961, uma centena de estudantes oriundos das colônias e, em grande maioria,

⁴¹ As frases mencionadas são proferidas no romance pelo personagem Horácio, um estudante angolano que além de poeta era um árduo defensor da literatura como uma expressão identitária.

ligados aos movimentos anticoloniais, fugiram para outros países em uma ação coordenada e bem-sucedida. Muitos desses jovens foram para a clandestinidade, viajaram para países comunistas com intuito de receberem treinamento de guerrilha e regressaram à África para assumirem postos de comando nas organizações de luta armada. Mondlane (2011a, p. 348), descreveu assim esse episódio:

Em 1961, um numeroso grupo destes estudantes, frustrados e por fim ameaçados pela persistência da acção policial, atravessou clandestinamente a fronteira e dirigiu-se para a França e Suíça, rompendo de forma pública e irreversível com o regime português. Muitos deles estabeleceram imediatamente contactos com os respectivos movimentos nacionalistas e vários destes antigos estudantes do “Império português” fazem agora parte da direcção da FRELIMO.

A CEI viria a ser definitivamente fechada quatro anos depois. Em seus 21 anos de funcionamento, ela teve 3.292 associados, sendo 953 de Angola, 821 de Portugal, 452 de Moçambique, 285 de Cabo Verde, 68 da Índia Portuguesa, 66 da Guiné-Bissau, 49 de São Tomé e Príncipe, 44 de Macau, 12 de Timor-Leste, 7 do Brasil e 44 de outras nacionalidades⁴².

⁴² União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Media. Disponível em: <https://www.uccla.pt/listagem-dos-associados-da-casa-dos-estudantes-do-imperio-existentes-na-torre-do-tombo-em-lisboa>.



Figura 14 – Casa dos Estudantes do Império

Fonte: Observatório da África. <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2015/11/11/casa-dos-estudantes-do-império-foi-um-feitico-que-se-voltou-contr-o-feiticeiro-veterano-da-frelimo/>

No mesmo ano da grande fuga dos estudantes em Portugal, iniciou-se oficialmente os conflitos pela libertação das colônias. Angola foi o primeiro território do ultramar a iniciar a luta armada contra Portugal. No mesmo ano, tropas da União Indiana tomaram sem resistência os territórios de Goa, Damão e Diu na Índia. Em 1963, o PAIGC iniciou a luta armada na Guiné e, no ano seguinte, a FRELIMO fez o mesmo em Moçambique. As Guerras Coloniais, ou Guerras de Libertação, na acepção africana, foram devastadoras e podem ser compreendidas “como o corolário da violência perpetrada pelo projeto colonial que o Estado Português promoveu” (B. Santos, 2014, p. 10).

Correia (2017, p. 124) afirma que “a passagem ao patamar armado da luta de libertação, nas colônias portuguesas de África”, constitui-se “na continuação dos conflitos e das guerras em que Portugal esteve envolvido em África nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX”. Neste sentido, devemos perceber tais eventos inseridos na longa duração histórica como parte do processo de resistência à colonização que teve início desde a chegada dos portugueses.

Eduardo Mondlane (2011a, p. 333) escreveu na década de 1960 que “a fonte de unidade nacional é o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob o domínio

português” e que o movimento nacionalista “não surgiu numa comunidade estável historicamente com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural”, pois foi a ocupação portuguesa “que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial.

Em muitas regiões africanas ocupadas por Portugal, não havia uma homogeneidade étnica, sem demarcações claras de fronteiras, além disso, havia áreas de densidade demográfica reduzida ou dispersa fazendo com que o contato entre as populações nativas e o português colonizador fosse superficial, fazendo com que esses grupos populacionais não tivessem a noção de pertencer “nem à nação nem à colônia” (Mondlane, 2011a, p. 334). Para grande parte dos nativos o contato com os portugueses não favorecia em nada uma relação cordial:

Dado que a maioria dos africanos só se encontrava com os portugueses na altura do pagamento do imposto, quando eram contratados para o trabalho forçado ou quando suas terras eram confiscadas, não é de surpreender que tenham tido uma impressão muito pouco favorável da cultura portuguesa (Mondlane, 2011a, p. 355).

Na visão marxista de Amílcar Cabral (2011, pp. 359-360), a cultura é fundamental no enfrentamento ao imperialismo:

O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no fato de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. [...] A característica principal, como em qualquer espécie de domínio imperialista, é a negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas. [...] A cultura, sejam quais forem as características ideológicas ou idealistas das suas manifestações, é assim um elemento essencial da história de um povo.

Portugal enfrentou uma guerra em diversas frentes, em mais de uma década, a milhares de quilômetros de distância, tendo de mobilizar grande contingente militar que

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

exigiu enorme despesa orçamentária, agravando sua crise e modificando a estrutura das forças armadas que lhe davam sustentação política. Externamente, o país sofria pressões da opinião pública internacional e de instituições que iam da ONU à Santa Sé, isolando-se cada vez mais. Internamente, Portugal também se transformou com o afluxo crescente às cidades, a emigração e os efeitos profundos da guerra em sua sociedade.

Neste cenário incerto, em que Portugal e Brasil viviam sob ditaduras e críticas externas, e uma intensa guerra era travada na África lusófona, G. Oliveira (2013, p. 414) aponta para a questão da língua portuguesa:

Este era um mundo francamente negativo para a Língua Portuguesa, pois seus falantes encontravam-se em países com ausência ou carência de democracia, cidadania e liberdade de expressão, seus autores eram perseguidos e censurados, parte importante dos seus intelectuais e cientistas vivia no exílio, seus sistemas escolares eram carentes de recursos, lacunosos e elitistas, excluindo boa parte da população do letramento, mormente do letramento superior, as novas tecnologias, como o rádio e a televisão eram limitados, como em Portugal, ou desqualificadores da população, como no caso do Brasil, com conteúdo superficial ou comercial. Que apelo o português podia ter no concerto das grandes línguas do mundo naquelas circunstâncias?

Em 1968, acentuando a crise, Salazar sofre um acidente doméstico que o incapacita, morrendo dois anos depois. Marcelo Caetano, professor e político salazarista, o substituiu, assumindo o cargo de Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, dando continuidade “aos valores e princípios do Estado Novo” (Meneses & Gomes, 2014, p. 76), numa política que se convencionou chamar de “evolução na continuidade”, pois havia certo interesse em conciliar o conservadorismo de Salazar com uma proposta mais liberal (Proença, 2015, p. 697). Caetano, contudo, prosseguiu com o esforço de guerra por acreditar em Portugal como uma “Nação Pluricontinental e Plurirracial” e por entender que uma descolonização enfraqueceria politicamente o regime, podendo motivar um golpe de estado ou até mesmo uma guerra civil (Rosas, 1994 *citado em* Meneses & Gomes, 2014, p. 76).

Em discurso proferido na Assembleia Nacional, em 27 de novembro de 1968, Marcelo Caetano apresenta suas considerações sobre “a importância fundamental do ultramar”. Neste discurso, encontra-se uma visão ampla de como a Guerra Colonial era

percebida pelo governo português, explicitando questões centrais como a missão civilizatória lusitana, a política racial empreendida, a indivisibilidade da “nação una” e a culpabilidade pelo conflito, atribuída ao terrorismo financiado pelo comunismo internacional.

Nesta primeira parte do discurso, voltado não só para a classe política, mas para a opinião pública interna e externa, Caetano (1973, p. 9) destaca a questão da “civilização dos povos” por parte de Portugal no ultramar e chama a guerra em curso de “surto violentíssimo de terrorismo”:

Todos nós temos consciência da importância fundamental que o ultramar reveste hoje na vida pública portuguesa. A civilização dos povos e a valorização das terras das províncias ultramarinas fora progressivamente ocupando, até 1961, um lugar cada vez mais largo e destacado nas preocupações dos governantes. Nesse ano desencadeou-se no Norte de Angola um surto violentíssimo de terrorismo de que resultou o morticínio de milhares de pessoas – às vezes com o sacrifício de famílias inteiras – e a devastação de extensas zonas onde foram espalhadas a desolação e a ruína.

Caetano (1973, p. 9) segue seu discurso, explicando como se deu a reação ao que chama de atos de insurreição e o motivo pelo qual os insurrectos ainda não haviam sido derrotados:

A pronta e enérgica reação da própria população de Angola coadjuvada pelas escassas forças militares e de polícia existentes então na província dominou os acontecimentos e teria debelado em curto prazo a insurreição se não fora o apoio material que os insurrectos recebiam de territórios vizinhos e o apoio moral – pelo menos – de outros países que julgavam poder lucrar com a destruição da autoridade portuguesa.

O discurso prossegue, realçando o fato de uma grande população branca residir no ultramar e que esta seria a responsável pela “evolução” da população negra:

[...] Em Angola e em Moçambique residem, labutam, seguem o seu destino centenas de milhares de brancos. Muito deles nasceram lá, alguns mesmo na terceira, na quarta, até na quinta geração de famílias há muito radicadas nessas províncias. São africanos. E a par destes, há milhões de negros que durante séculos só conheceram a vida tribal com

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

seus gregarismos e suas rivalidades, e que no seio da Nação Portuguesa encontraram um lar comum. Uma base de convívio social e as condições para, evolutivamente, irem adquirindo as possibilidades de enfrentar os problemas e de utilizar os recursos próprios dos tempos correntes (1973, pp. 9-10).

Caetano (1973, p. 10) prossegue, apontando as responsabilidades de Portugal para com esses territórios e da transformação do que ele nomina de “terras bárbaras” em “promissores territórios em vias de civilização”:

Portugal é responsável pela segurança das populações e pela preservação de tudo o que elas criam e de que elas vivem. Portugal não pode abandonar aos caprichos da violência, aos furores dos ressentimentos, aos ódios dos clãs ou aos jogos malabares da política internacional os seus filhos de todas as raças e de todas as cores que vivem nas províncias ultramarinas, nem lançar aos dados de uma sorte incertíssima os valores que a sombra da sua bandeira fizeram de terras bárbaras promissores territórios em vias de civilização.

Após essa introdução, em que procurou contextualizar a conflito ultramarino e realçar a responsabilidade e a missão civilizatória de Portugal, o Presidente do Conselho, retoricamente, questiona os presentes sobre que ação, além da que estava em curso, poderia ser realizada, destacando ser Portugal o responsável pela criação de uma sociedade multirracial:

Poderiam os Portugueses assistir impassíveis à selvagem destruição da vida civilizada? Poderiam os Portugueses deixar avolumar a hostilidade racial e cavar um abismo entre duas etnias cujo convívio e colaboração íntimos são indispensáveis ao progresso da África Austral? Poderiam os Portugueses ver arruinar uma obra que, com todos os defeitos inerentes à humana natureza, traduz positivamente a criação de sociedades multirraciais queridas e aceites por negros e brancos num exemplo de entendimento e colaboração que infelizmente não tem muitos similares noutras regiões? (Caetano, 1973, p. 10)

Em seguida, Caetano (1973, pp. 10-11) reafirma que não foi Portugal o responsável pelo início da guerra, ressaltando a defesa que o país fazia da paz e da própria ideia de

civilização:

Não declaramos guerra a ninguém. Não estamos em guerra com ninguém. Subversão não tem nome e os seus atentados partem não se sabe de quem. Defendemo-nos. Defendemos vidas e haveres. Defendemos, não uma civilização, mas a própria civilização. Defendemos contra os improvisos trágicos que têm atrasado a marcha das populações africanas e comprometido a paz do mundo, a evolução firme e segura, mediante a qual os territórios vão amadurecendo para o pleno desenvolvimento económico e cultural de modo a permitir a participação progressiva dos nativos nas tarefas da administração do governo.

Por fim, o Presidente do Conselho reitera o desejo de paz, do aperfeiçoamento da política racial, da necessidade da presença do homem branco em África e afirma que a guerra é fruto das ações terroristas do comunismo internacional:

[...] Somos, os Portugueses, sinceramente amantes da paz. [...] Em África defendemos a paz. E bem desejaríamos que cessassem os combates – que deixassem os terroristas de encontrar o apoio graças ao qual penetram nos nossos territórios e aí inquietam e afligem as populações. [...] Mas não podemos afrouxar perante um adversário que se mostraria, à maneira tradicional africana, intolerante e implacável, que ressuscitaria todos os ódios racionais, sacrificaria vidas e bens sem hesitar e implantaria em pontos vitais para o futuro da África Austral posições inimigas de Portugal e do Ocidente. [...] sabe-se quanto estamos empenhados em prosseguir e aperfeiçoar a nossa política de não discriminação e de franca convivência. [...] o progresso dessa zona carece da presença estável do homem branco, que se radique, ambiente e afeiçoe à terra africana e nela se associe ao nativo. [...] É indispensável que nos acautelemos [...] não queremos ver Portugal presa do comunismo (Caetano, 1973, pp. 12 a 14).

A crise política, económica e social avolumava-se, assim como a pressão interna e externa que exigiam mudanças. Além disso, a guerra crescia em diversas frentes, fazendo com que o esforço de manutenção de todo o aparato militar, logístico e administrativo aprofundasse progressivamente o cenário já caótico. É dentro deste contexto dos primeiros anos da década de 1970, que teve início o Movimento dos Capitães que, insatisfeito com os

rumos do país, objetivava reformas profundas nas Forças Armadas e a resolução do conflito ultramarino. O movimento cresceu e ganhou mais adeptos, passando a se denominar Movimento das Forças Armadas – MFA, por sugestão do general António de Spínola (Proença, 2015, p. 709), que foi governador da Guiné.

Em 1974, o MFA entendeu que, apenas com a derrubada de Marcelo Caetano e o fim do Estado Novo, as mudanças pretendidas poderiam ser realizadas. Uma operação militar, iniciada na madrugada de 25 de abril de 1974 e consumada no mesmo dia depôs o governo e pôs fim a décadas de ditadura em Portugal, impactando diretamente nos rumos da Guerra Colonial e do processo de independência das colônias. Esse evento passou à História como a Revolução dos Cravos.

A deposição de Caetano e o fim do Estado Novo deram início ao processo de descolonização. Para Proença (2015, p. 718):

O golpe militar de 25 de abril veio permitir que, após treze anos de luta armada, fosse possível iniciar o processo de negociações políticas para a independência das colônias portuguesas. Após a revolução, os movimentos de libertação das colônias, apoiados por organizações internacionais como a ONU e a OUA, intensificaram as pressões junto do Governo português para iniciar as negociações. No processo de descolonização adotaram-se procedimentos diferentes de acordo com a situação política e militar de cada território colonial.

Sobre o conceito de descolonização, Correia (2017, p. 68) reflete que “um povo não é descolonizado”, ele “descoloniza-se”, sobretudo por desempenhar um papel ativo neste processo, pois é de sua vontade a independência.

A descolonização é uma revolução, do colonizado contra o colonizador, pelo que é insólito admitir que seja deste a iniciativa e o protagonismo. É também o equívoco que o leva a interpretar a independência como uma dádiva que o dominador concedeu ao antigo dominado. [...] Aqui reside a incapacidade de compreender que a independência foi uma conquista do colonizado e não uma dádiva do colonizador, à qual este só cedeu quando já não dispunha de capacidade para se lhe opor.

O ex-presidente de Moçambique, que também foi dirigente da FRELIMO, Joaquim Chissano, declarou, em 2004, que “não foi Portugal que descolonizou. Foram os moçambicanos que lutaram pela independência” (Correia, 2017, p. 69).

O sociólogo Alfredo Margarido (2017, p. 69), antigo estudante associado da CEI, corrobora a crítica quanto à percepção da descolonização como processo promovido pelos portugueses:

A descolonização quer simplesmente dizer que foram os portugueses, os colonizadores, que libertaram os colonizados, descolonizando-os [...] Vistas assim as coisas, os portugueses aparecem como os únicos atores do processo político: colonizadores graças às malhas que o império tece, mas também descolonizadores, quando se trata de destecer as mesmas malhas.

Em uma entrevista concedida em 1976, Marcello Caetano (1976, pp. 11-14) insiste no protagonismo português no processo de descolonização, ao declarar que a questão ultramarina só seria solucionada se houvesse a garantia da “presença ativa de elementos civilizados nos territórios onde habitavam” e da garantia da “continuidade da cultura portuguesa nesses territórios”, pois a autonomia desses territórios só seria viável desde que “a África portuguesa continue a ter a alma portuguesa e que nela prossiga a obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser”. Tais declarações reafirmam as ideias do lusotropicalismo salazarista, agora ampliadas por um olhar neocolonialista, assentadas no “referencial monocultural da *Comunidade Lusíada*, a qual os africanos se deveriam assimilar cultural, linguística, moral e intelectualmente como condição para exercer sua cidadania” (Meneses & Gomes, 2014, p. 78).

Entre 1973 (Guiné) e 1975 (Angola), todas as colônias africanas tornaram-se independentes. Em 1975, Portugal também deixa o Timor, mas este é invadido pela Indonésia e sua independência, de fato, só acontecerá em 1999. Em Macau, foi estabelecido consensualmente, durante a década de 1980, que Portugal devolveria a soberania do enclave para a China, em 1999.

A longa ocupação e o turbulento processo de colonização portuguesa em África, igualmente longo, estabeleceram novos países, novas fronteiras e novas relações étnicas, sociais, econômicas, culturais e de poder, com muitas questões, particulares e regionais, a

serem resolvidas após a independência. O legado deixado por Portugal, bem como a memória dos diversos atores envolvidos, ainda se encontra em disputas e ressignificados.

3.2.1 Uma breve reflexão à guisa de conclusão (II)

Certa vez Fernando Pessoa (1973, p. 4) disse que “a ciência descreve as coisas como são, a arte descreve-as como são sentidas, como se sente que são. O essencial da arte é exprimir; aquilo que se exprime não interessa”, salientando a diferença entre ciência e arte, a primeira baseada na racionalidade e a segunda constituída pela emoção e pela afetividade de quem a percebe. Portanto, o elemento fundamental da arte estaria no ato da manifestação artística e não no seu produto em si, pois é por meio da expressão que se dá o entendimento, a interpretação, o sentimento e a ressignificação do que o artista criou. A arte é livre, fecunda, profunda e infinita, assim como a interpretação particular de cada um, portanto, a obra artística precisa de liberdade para se exprimir, para que ela possa ser sentida nas suas mais variadas formas. A partir de sua divulgação, o significado da arte não é mais de seus autores e sim de quem a percebe. A referida frase de Fernando Pessoa talvez seja uma metáfora da própria arte e, como bem disse Saramago (2015, p. 265), “a metáfora é forma mais fácil de explicar as coisas”.

Em 1973, o cantor e compositor brasileiro Francisco Buarque de Holanda, mais conhecido como Chico Buarque, e o poeta e cineasta moçambicano Ruy Guerra lançaram a peça de teatro musicada Calabar: o Elogio da Traição, bem como o disco Chico Canta, com as músicas da referida peça, todas de autoria de ambos (em 1980, um livro com o texto da peça e alguns depoimentos foi lançado no Brasil).

O tema da peça e do disco baseia-se na história de Domingos Fernandes Calabar, soldado mestiço, membro das tropas portuguesas que tentavam expulsar os holandeses que ocupavam parte do nordeste do Brasil, durante o século XVII. As tropas portuguesas eram lideradas pelo governador de Pernambuco, o português nascido no Brasil, Mathias de Albuquerque, que contava com o apoio de negros alforriados e de indígenas locais, naquilo que a historiografia tradicional rotulou de “aliança entre as três raças fundadoras” (Florent, 2007). Calabar, contudo, muda de lado e passa apoiar os holandeses, passando-lhes informações e segredos e com isso tornando-se um “traidor da pátria”, como ficou conhecido na história brasileira, embora, ironicamente, não houvesse pátria naquele momento, pois o

Brasil era uma colônia. Portanto qual pátria ele haveria de ter traído? Sua terra natal, onde sempre viveu e que era alvo de disputas de nações estrangeiras ou Portugal, a nação invasora e colonizadora? O motivo de seu ato não é consensual e é objeto de inúmeras versões. Ao ser capturado por Mathias de Albuquerque, anos depois de sua deserção, Calabar é condenado e executado por alta traição.

A peça, produzida em uma das épocas mais duras da ditadura militar brasileira e nos anos finais do Estado Novo português, reflete de forma metafórica e irônica questões sobre colonialismo, identidade, patriotismo, nacionalismo, fidelidade, ideologias e sobre as formas de traição, utilizando a história de Calabar como uma alegoria da história colonial brasileira e traçar um paralelo com os governos ditatoriais do Brasil e Portugal. Cientes da censura existente no país, seus autores criaram uma narrativa musical repleta de metáforas e de linguagens subliminares para não serem alvo de proibições, contudo a peça e o disco sofreram inúmeros cortes do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) no Brasil⁴³.

A atriz Fernanda Montenegro, considerada a “Dama do Teatro Brasileiro”, era esposa do produtor da peça, Fernando Torres. Em suas memórias, ela relatou o episódio da censura, contextualizando-o:

A censura mais traumática foi de *Calabar*, de Ruy Guerra e Chico Buarque. Direção de Fernando Peixoto, Fernando Torres como coprodutor. Raramente – penso como uma forma de tortura – o texto era logo proibido. Cortavam-se cenas, palavras, páginas, mas não costumava haver, de imediato, condenação total. A máquina dessa tortura cultural só era ligada no ensaio geral, quando todo um elenco já estaria entregue à encenação, a produção já contaria com a bilheteria para pagar dívidas contraídas, já teriam sido contratados os espaços para as temporadas. Arruinar o teatro contestador fazia parte do exercício de poder. *Calabar* talvez seja a referência mais notória de censura em nossa dramaturgia – e que provocou a maior dor e o maior desencanto de um elenco. Cinco espetáculos estavam previamente vendidos quando a censura vetou a exibição. Os produtores foram autorizados a anunciar a proibição numa nota de jornal, mas sem citar o título da peça ou o nome dos autores (Montenegro, 2019, p. 197).

⁴³ No Parecer confidencial do Centro de Informações do Exército de 22 de outubro de 1973, Chico Buarque e Ruy Guerra são chamados de subversivos.

A peça e o disco foram liberados posteriormente, mas com inúmeras supressões. Uma das músicas de maior sucesso da obra foi *Fado Tropical*, que se tornou emblemática justamente por ser lírica e debochada, como era a peça como um todo, resumindo a relação Portugal-Brasil na visão de um “português brasileiro” e revelando uma identidade, ainda em construção com base em uma miscigenação nem sempre consentida e numa sociedade violenta, mas alimentada pela ideia da cordialidade, “um retrato cívico do Brasil colonial que corresponde em filigrana ao país tal como se encontrava sob a ditadura” (Florent, 2007), numa série de alegorias que incitava o espectador/ouvinte a perceber as críticas desferidas às ditaduras, brasileira e portuguesa, existentes naquele momento, ironizando os aspectos típicos do luso-tropicalismo, como a ideia de colonização fraterna, da miscigenação racial promovida de forma espontânea, da cooperação racial e do multiculturalismo. O próprio nome da canção nos remete para essa simbiose exaltada pelo luso-tropicalismo.

Na peça, a música é cantada pela personagem do Governador Mathias de Albuquerque, após este tomar conhecimento do plano de captura de Calabar dito pelas personagens de Frei Manuel Calado do Salvador (religioso português), Henrique Dias (negro alforriado) e Felipe Camarão (índio convertido ao catolicismo), como se estes representassem a união das raças fundadoras do Brasil. O Governador fica exultante e exclama aos berros:

Calabar! Calabar! Calabar!
Esfregai-vos, minhas mãos de orgia!
Ejaculai, oh, mãos de estrangular!
Alegria, minhas mãos, é dia
Que é noite de Calabar!

Nessa fala há uma alusão subliminar às práticas sexuais forçadas dos portugueses contra negros e índios (mãos de orgia) e ao mesmo tempo à violência praticada contra os próprios (mãos de estrangular). Após esse momento, o texto da peça descreve: “sublinhando a gargalhada e a fala de Mathias, melosas guitarras portuguesas. A gargalhada confunde-se com soluços. Mathias canta «*Fado Tropical*»” (Holanda & Guerra, 1980, p. 15):

Oh, musa do meu fado
Oh, minha mãe gentil

Te deixo consternado
No primeiro abril

Mas não sê tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

Florent (2007) percebe um paralelo proposital entre a canção e os Lusíadas, ao estabelecer a pátria como musa. Pátria essa que é ambígua e mestiça, pois Mathias é um português nascido no Brasil. Se a expressão “mãe gentil” (segundo verso) evidencia uma ligação ao Hino Nacional brasileiro, “dos filhos deste solo, és mãe gentil, Pátria Amada, Brasil” (Duque-Estrada & Silva, 1902), o “primeiro abril”, visto inicialmente como o mês oficial do descobrimento do Brasil pelos portugueses, em 22 de abril de 1500, também traz uma alusão ao 1º de abril de 1964, dia do Golpe Militar no Brasil. Coincidentemente, após a Revolução dos Cravos, o “abril” da música ganhou mais um significado.

Os autores utilizam “uma estratégia de esvaziamento do discurso histórico épico e ufanista” (Napolitano, 2003, p. 123), ao apresentarem a ingratidão da pátria ao colonizador que “te amou”, ao mesmo tempo em que discutem a identidade do sujeito que aqui “se perdeu e se encontrou”, em uma dicotomia entre o significado e o ressignificado, entre o ser e o renascer, entre o que é “puro” e “miscigenado”. No refrão, quando é cantado que esta terra (o Brasil) ainda cumprirá o destino de se tornar um “imenso Portugal”, a questão mítica presente em Camões e Pessoa reaparece, da mesma forma que aspectos ligados à identidade e à vocação autoritária.

Analisando o contexto histórico brasileiro, que em 1973 estava prestes a completar dez anos de ditadura militar, os autores projetam, em comparação à ditadura salazarista ainda vigente, uma derradeira vocação brasileira para o autoritarismo. Esses versos também seriam ressignificados após o 25 de abril, fazendo que se tornassem uma espécie de profecia sobre o fim da ditadura.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Ao final do refrão, de acordo com o texto da peça, Mathias para de cantar e “falando com emoção, guitarras ao fundo”, declama como se fosse uma confissão aos presentes:

"Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo (além da sífilis, é claro)
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..."
(Holanda & Guerra, 1980, p. 16)

A confissão de Mathias de Albuquerque (no disco, a música é cantada por Chico Buarque, mas os trechos falados são interpretados por Ruy Guerra com seu sotaque “português”, acentuando a ideia do discurso do colonizador) projeta a dualidade irônica de uma autoimagem sentimentalista, que, ao mesmo tempo, é violenta, sem que isso seja dissimulado, pois tal condição, já naturalizada, é inerente à figura do colonizador.

Nos versos seguintes, as características da metrópole (Portugal) e da colônia (Brasil) são “miscigenadas”, como se fundissem em uma nova e híbrida identidade nacional.

Com avencas na caatinga
Alecrins no canavial
Licores na moringa
Um vinho tropical

Para estabelecer o contraste dessa relação, os autores utilizam elementos conflitantes e a princípio incompatíveis: as delicadas avencas com a aridez da caatinga, os aromáticos e belos alecrins com as plantações de cana que remetem ao trabalho escravo, os licores alcoólicos nas moringas de água e o vinho, típico das regiões temperadas, tornado tropical.

A canção segue e aponta uma cena típica da miscigenação luso-tropicalista, a da relação sexual do colonizador português com a nativa/mestiça (africana ou indígena).

E a linda mulata
Com rendas do alentejo
De quem numa bravata
Arrebata um beijo

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

Mulata é uma designação usual da mestiça brasileira que descende de brancos e negros, termo considerado atualmente como pejorativo e preconceituoso. Contudo, o eu lírico da canção (o governador Mathias de Albuquerque), ao adjetivar a mulata de linda, procura amenizar a inferioridade com que a vê e ao mesmo tempo sexualizá-la. Quando diz que ela está usando “rendas do Alentejo”, na verdade, é uma alusão às roupas utilizadas pelas escravas domésticas. O beijo arrebatado em um momento de bravata designa tão somente um ato não consentido. A cena narrada, portanto, não é uma cena romântica e sim a metáfora de um estupro que, por sinal, interpela uma das ideias centrais de Casa Grande & Senzala, no qual a prática sexual interracial, entre o colonizador europeu e a negra africana ou a índia nativa, torna-se elemento fundamental na formação do povo brasileiro e influenciador de suas características, quando é atribuída a esta prática o papel apaziguador das relações sociais, como se tal ação fosse feita sempre de forma consentida e até mesmo benevolente.

Em seguida a estes versos, a personagem do governador declama um soneto em que explicita a dualidade do colonizador, entre seu coração que é sereno e suas mãos que golpeiam:

Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto
De tal maneira que, depois de feito
Desencontrado, eu mesmo me contesto

Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito
Me assombra a súbita impressão de incesto

Quando me encontro no calor da luta
Ostento a aguda empunhadora à proa
Mas meu peito se desabotoa

E se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa

Este soneto incidental reforça “o paroxismo entre a alma nostálgica e lírica e a violência da colonização, tomada aqui como metáfora da própria ditadura militar” (Napolitano, 2003, p. 124), evidenciando o hiato entre o discurso benevolente e a brutalidade da dominação, tanto do colonialismo quanto de uma ditadura. O discurso dessa dualidade é explicitado pelo governador, quando este declama “que há distância entre intenção e gesto” e que a “sentença se anuncia bruta”.

A música segue retomando a ideia de “uma consciência híbrida, a qual já não se distingue quem é o colonizador, quem é o colonizado” (Napolitano, 2003, p. 125) a partir das referências simbólicas naturais e culturais portuguesas e brasileiras mais uma vez aglutinadas:

Guitarras e sanfonas
Jasmins, coqueiros, fontes
Sardinhas, mandioca
Num suave azulejo
E o rio Amazonas
Que corre trás-os-montes
E numa pororoca
Deságua no Tejo

No refrão final, o verso que diz que o Brasil ainda se tornaria um imenso Portugal é substituído por “Ainda vai tornar-se um império colonial”:

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um império colonial
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um império colonial

Essa variação do verso final pode induzir o espectador/ouvinte a inferir que o Brasil

seguirá o destino de Portugal se tornando um império opressor, como se a pátria vivesse em um eterno círculo vicioso do colonialismo, entre dependências e submissões.

A música e a peça, como um todo, são alegorias do colonialismo português e da história brasileira, projetando, discutindo e ironizando questões presentes no lusotropicalismo. O tema central é a traição, ela própria uma metáfora apresentada através da figura mestiça de Calabar, que, por sinal, não aparece na peça, mesmo sendo o personagem título. A traição como uma postura ideológica, como simbolismo de ocupações, violências e da não percepção do outro.

Na parte final da peça, após a prisão e execução de Calabar, o Frei Manuel Calado do Salvador declara:

Calabar é um assunto encerrado. Apenas um nome. Um verbete. E quem disser o contrário atenta contra a segurança do Estado e contra as suas razões. Por isso o Estado deve usar do seu poder para o calar. Porque o que importa não é a verdade intrínseca das coisas, mas a maneira como elas vão ser contadas ao povo (Holanda & Guerra, 1980, p. 115).

Na última fala da peça, proferida pela personagem Bárbara, viúva de Calabar, aos espectadores, uma provocação é deixada como uma reflexão final:

Esperais um epílogo do que vos foi dito até agora? Estou lendo em vossas fisionomias. Mas sois verdadeiramente tolos se imaginais que eu tenha podido reter de memória toda essa mistura de palavras que vos impingi. A história é uma colcha de retalhos. Que importa o que Mathias cantou, o que Dias arrotou, o que Nassau improvisou, o que Anna debochou, o que Bárbara esbravejou, o que Souto pentelhou... O que importa é o resto, que é tudo, e o resto somos nós. Por isso, em lugar de epílogo, eu quero vos oferecer uma sentença, à guisa de charada: odeio o ouvinte de memória fiel demais. Por isso sede sãos, aplaudí, bebei, vivei, votai, traí, oh! celebérrimos iniciados nos mistérios da traição. (Holanda & Guerra, 1980, p. 119)

A peça “Calabar: o elogio da traição” e, sobretudo, a música “Fado Tropical” constituem-se em uma contundente crítica ao colonialismo português e às premissas do lusotropicalismo baseadas em sua excepcionalidade. De forma irônica e metafórica, as questões

referentes à miscigenação, ao multiculturalismo e à cordialidade civilizatória do colonizador são postas à prova numa elaboração provocativa a respeito do que seria a traição e até mesmo do que seria a pátria, pois afinal que pátria estaria sendo traída, a do colonizado ou do colonizador? Ou, ainda, numa alusão ao tempo presente da peça (1973), se a traição seria ao país enquanto nação (Brasil e Portugal) ou a seus governos ditatoriais?

Tal questão proposta pela peça e pela música reforça o novo debate que décadas depois se constitui: a lusofonia pode ser percebida como algo exógeno, artificialmente construído e imposto pelo antigo colonizador, como forma de ressaltar um pretense elo cultural criado naturalmente ou se ela, a lusofonia, pode significar uma nova maneira de encarar um passado comum e construir coletivamente um futuro de oportunidades. Qual resposta daria um brasileiro, um português, um angolano, um cabo-verdiano, um guineense, um moçambicano, um são-tomense ou um timorense, se lhe perguntassem se a lusofonia é sua ou dele, se é nossa ou vossa?

Quando, à guisa de epílogo da peça, a personagem oferece aos espectadores a charada “odeio o ouvinte de memória fiel demais” e em seguida os instiga para beberem, aplaudirem, votarem, traírem etc., numa sugestão que o passado, para além de ser conhecido e entendido, não pode significar uma âncora que o impeça de seguir adiante, pois o esquecimento também é fundamental para que um novo presente seja construído, pois como disse Deleuze (1988, p. 145), “aquilo que se opõe à memória não é o esquecimento, mas o esquecimento do esquecimento”.

3.3 Dos conceitos de lusofonias aos debates atuais

A necessidade de distensionar as relações entre Portugal e suas antigas colônias, agora independentes, e aproximá-los de um Brasil pouco inclinado a uma maior integração com estes países, incluindo Portugal, atribuiu a lusofonia o protagonismo neste contexto, realçando as inúmeras oportunidades que uma união colaborativa e multicultural poderia significar, oferecendo um conjunto de possibilidades para além das questões históricas e culturais que incluiria, além da promoção de diversos setores, a ampliação de um mercado consumidor em expansão. Contudo, embora muitos percebessem a lusofonia como uma oportunidade de reaproximação e, até mesmo, de uma redescoberta, a ideia de que ela poderia

representar uma nova modalidade de colonialismo econômico, político e cultural, seja de Portugal, como o antigo colonizador que não desejava perder sua primazia, ou do Brasil, por suas condições pujantes em inúmeros aspectos, fez com que diversos setores, incluindo políticos, intelectuais e acadêmicos, traçassem uma série de críticas e apontamentos desfavoráveis carregados de desconfianças, como se a manifestação da lusofonia, agora materializada em um conceito, pudesse trazer consigo as controversas características do lusotropicalismo e das intenções de quem as adaptou para seus interesses.

Mas afinal no que consistiria essa lusofonia, cultural, econômica e política, do final do século XX? A língua portuguesa constituir-se-ia na única forma de integração dos países que a utilizam? O cariz cultural da lusofonia seria capaz de promover a integração necessária para que as mútuas desconfianças políticas ficassem em segundo plano? O benefício da cooperação linguística na educação, na partilha do conhecimento, no tratamento da informação documental e na percepção de um patrimônio comum, seria suficiente para que rancores históricos fossem contextualizados e ficassem para trás? A lusofonia pode ser percebida como um ativo econômico e político? Pode representar um avanço social cooperativo e colaborativo? Quais os preconceitos que ela traz consigo, quais os desafios que ela tem pela frente, quais os obstáculos que ela precisa superar?

O sentido dúbio que a lusofonia trazia, mergulhada em desconfianças, desinteresses e desconhecimentos, provocava mais discordâncias que consenso. As iniciativas para a construção de uma organização internacional e comunitária, tendo a língua portuguesa como elemento agregador, ganha corpo na década de 1980 e se fortalece nos anos seguintes, sempre por iniciativas individuais de membros do corpo diplomático do Brasil ou de Portugal e não por uma política institucional prioritária desses países, pois a lusofonia nunca foi uma prioridade.

Em 1990, mais um capítulo da tentativa de integração foi escrito. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, pelos representantes de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e com a adesão dos observadores da Galiza, foi considerado pelos presentes como um importante passo para a defesa e promoção do idioma. O vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, previsto para entregar em vigor em 1993, almejava ser “tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível” (Acordo ortográfico da língua portuguesa, 2014, p. 12). O

Acordo, vigente há mais de 30 anos e previsto como um fator de institucionalização e padronização da lusofonia, ainda provoca debates acalorados, entre resistências e recusas

Ao mesmo tempo motivo e fardo, solução e problema, um sentimento natural ou uma artificial apropriação, a lusofonia fez com que a própria criação da CPLP, em 1996, trouxesse, ainda que de forma sutil, essa disputa em torno do seu real significado e de seus múltiplos sentidos para as partes envolvidas, pois mesmo sendo a CPLP a materialização do ideal lusófono e estando o conceito de lusofonia em voga naquele momento, o termo não é mencionado em qualquer dos documentos constituintes da entidade, quando de sua criação, demonstrando o cuidado diplomático em não suscitar qualquer tipo de melindres nos países envolvidos.

Mia Couto (2009, p. 187), ao se referir ao seu país, Moçambique, disse que a lusofonia estava “carregada de reservas, aparentes recusas, desconfiadas aderências”, explicando que esse “caminho em ziguezague não resulta de capricho dos dirigentes, mas de ambivalências da História”.

Anos mais tarde, em 2008, quando a CPLP já era uma realidade institucionalizada, o Secretário Executivo da organização, o guineense Domingos Simões Pereira, durante um encontro internacional sobre lusofonia em Portugal, no qual lhe foi proposto falar sobre o tema, iniciou sua apresentação com o reconhecimento de “que a designação não reúne necessariamente consenso”. Em sua explanação, o Secretário Executivo, representando o olhar e os objetivos da CPLP, a maior interessada na difusão e consolidação da lusofonia, destaca seus pontos fundamentais, bem como de seus desafios:

[...] Numa primeira análise, a “Lusofonia” pode ser associada a palavras como a Francofonia ou a Anglofonia e acarretar consigo uma carga presumivelmente pós-colonial. [...] A “Lusofonia” também pode ser interpretada como um sentimento, como uma alma, como um desejo de viver em conjunto, partilhando um passado comum. [...] A Lusofonia na atualidade, creio eu, é um termo que obedece ao princípio da globalização e interdisciplinaridade onde se almeja afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística. [...] Ou seja, pode-se entender o conceito de Lusofonia no seu sentido mais amplo e mais denso do que o de simples conceito linguístico [...]. A nossa comunidade nasce da democracia e constitui-se desde sua criação, como um pacto de amizade e de solidariedade entre iguais. Essa é a nossa grande força. Ao contrário de

outras comunidades, baseadas em antigos vínculos políticos e numa mais ou menos aprofundada difusão do idioma comum, a CPLP não actua como um modelo centralista em que a antiga metrópole irradia para a sua periferia quer a sua prosperidade econômica, quer o seu valor cultural.

O discurso do Secretário Executivo é um manifesto inequívoco de que a CPLP acredita na lusofonia como instrumento agregador, facilitador para a percepção de uma “identidade comunitária” que ultrapasse a questão linguística. A lusofonia, nas palavras do Secretário Executivo, deve ser pensada como elemento integrante de um conjunto de ações em prol da “amizade e solidariedade”, destacando que a CPLP difere de outras entidades similares por não adotar um “modelo centralista”, advindo da antiga metrópole. Todavia, o conceito de lusofonia reverberava dúvidas e desconfianças, em diversos âmbitos e países, principalmente após a criação da CPLP.

Em entrevista ao Jornal de Angola, em agosto de 2011⁴⁴, o professor angolano Filipe Zau destacou que o entendimento político do conceito de lusofonia, por alguns países africanos era difícil, polêmico e confuso. Para Zau (2011, n.p.):

Está em jogo um conceito, que de restrito adaptou-se às circunstâncias políticas do momento e pretende ser mais alargado. O conceito de “lusofonia” acabou, aparentemente, por se inserir numa visão prospectiva, fundamentada exclusivamente, em princípios doutrinários, que, hoje, no âmbito da concertação político-diplomática da CPLP, se consubstancia em um dos seus pilares. Porém, a “lusofonia” terá, actualmente, de ter algo mais. Terá de ter uma fundamentação epistemológica que justifique o facto de toda a gente falar dela, sem, de facto, ninguém saber bem o que ela é. Há, urgentemente, que se abrir um espaço de discussão à volta deste assunto, para que os verdadeiros propósitos, doutrinários ou científicos, se clarifiquem.

Mia Couto destaca que a percepção dos países africanos sobre a lusofonia é bem diferente daquela percebida por Portugal e Brasil. O referido escritor também critica o conceito de PALOP, por este não refletir a individualidade de cada um dos países, como se

⁴⁴ Jornal de Angola. 2020. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/o_conceito_de_lusofonia_e_a_concertacao_diplomatica

todos eles formassem um conjunto homogêneo. Em entrevista ao Instituto Camões em 2018⁴⁵, Couto diz que “é preciso encontrar outras maneiras de termos uma entidade partilhada que não passe exclusivamente pela língua”, pois segundo o escritor há certa defasagem entre “a expectativa que se cria, por exemplo, no Brasil e em Portugal, e a maneira como os africanos deveriam aderir, até emocionalmente, com afeto, a este projeto”.

Os países africanos de expressão lusófona possuem características, identidades, histórias e tradições próprias. A questão das tradições dos países africanos é abordada pelo filósofo congolês P. Elungu (2014, p. 9), ao refletir que elas, distintas e particulares, ainda “vivem e se transmitem” nos Estados-nações pós-coloniais. O sociólogo angolano Victor Kajibanga (2012, p. 2) destaca a importância “de uma nova epistemologia e uma nova hermenêutica dos estudos africanos no espaço lusófono, livre de estereótipos e de um olhar folclórico e exótico”.

O escritor angolano José Eduardo Agualusa já teceu inúmeras críticas à lusofonia, dizendo inclusive que não gostava da concepção por achá-la redutora (Polzonoff, 2004 *citado em Galito*, 2012, p. 13) e questionando sua serventia para Portugal e seu interesse por parte dos chamados países lusófonos, destacando que as relações entre Portugal e estes países não vinham contribuindo para o desenvolvimento de uma simpatia acerca da lusofonia nesse conjunto de nações (Agualusa, 2005). Com o passar dos anos, o escritor passou a destacar mais os pontos positivos e as possibilidades de integração que a lusofonia trazia. Ao falar do sentimento de pertença que desperta o idioma, Agualusa (2019, n.p.) destaca:

A língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam — e é assim desde há séculos. A minha língua — aquela de que me sirvo para escrever —, não se restringe às fronteiras de Angola, de Portugal ou do Brasil. A minha língua é a soma de todas as suas variantes. É plural e democrática. A sua imensa riqueza está nessa diversidade e na capacidade de se afeiçoar a geografias diversas, na forma como vem namorando outros idiomas, recolhendo deles palavras e emoções. Aprisionar a língua portuguesa às fronteiras de Portugal (ou de Angola ou do Brasil) seria mutilá-la, roubar-

⁴⁵ Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_encarte/encartej1253.pdf.

lhe memória e destino. Com o colapso do Império, o português libertou-se. É nessa língua livre que eu me reconheço, e é por ela que luto.

O escritor também expressou certo otimismo com a lusofonia, apontando, contudo, a importância do apoio e reconhecimento das demais línguas nativas de cada país, respeitando particularidades e lutando pelo direito a livre circulação de pessoas e ideias no espaço da lusofonia:

Estamos criando um espaço de língua portuguesa em que todas as partes participam de forma livre, em situação de relativa igualdade, sem dominados nem dominadores. Uma lusofonia horizontal, que não se esgota, longe disso, na língua comum. Uma irmandade autêntica. O principal desafio que enfrentamos na construção desta irmandade passa pela forma como a língua portuguesa é percebida no espaço lusófono. O português tem de avançar em conjunto com as restantes línguas nacionais de cada país. Não pode ser percebido como inimigo, mas como parceiro. Apoiar a língua portuguesa em Angola, Timor-Leste, Guiné-Bissau ou Moçambique significa reconhecer a dignidade dos restantes idiomas nacionais e criar políticas para que essas línguas ganhem força e recuperem o prestígio. O desafio, portanto, é conseguir que a lusofonia seja encarada como uma dinâmica positiva em todos os territórios de língua portuguesa, pelas diferentes comunidades linguísticas que neles vivem. Há que lutar também pela livre circulação de pessoas e ideias em todo o espaço da lusofonia.

A diplomata portuguesa Maria Regina Mongiardim (2019) faz um contraponto à ideia da lusofonia como principal fator de união dos países que outrora foram colônias de Portugal, apontando que o protagonismo da língua portuguesa na construção da CPLP foi um “fator romântico” e que a lusofonia não se constituía no “principal motor” da organização.

O historiador português José Pedro Zúquete (2020, n.p.) chama a lusofonia de mito e traça um paralelo entre ela e os ideais do luso-tropicalismo ao apontar que ambos os conceitos são apenas nomenclaturas diferentes para o mesmo nacionalismo cultural, imbuído da ideia mítica do humanismo e ecumenismo que serviu de base ideológica do Estado português:

E a Lusofonia é a manifestação contemporânea, com novas vestes e novos ares, destes

dois grandes esteios do nacionalismo cultural da nação portuguesa. E por isso, dentro desta perspectiva, a Lusofonia é um mito. E é um mito de refundação nacional: redefinir e revalorizar o papel de Portugal no mundo; reaproximar Portugal do seu destino; impulsionar e projectar o “modo português de estar no mundo” visto como único, ecuménico e humanista (como afirmou o economista e pensador português Ernâni Lopes, e grande defensor da Lusofonia, “nós [nós portugueses] só somos nós quando formos para além de nós”).

Eduardo Lourenço (2004) questionou a imagem que os demais povos lusófonos ainda tinham de Portugal, afirmando que a lusofonia só fará sentido se for expressa pela voz dos todos os povos lusófonos e não apenas pelos portugueses.

Em investigação realizada na Universidade de Coimbra pelo professor Joaquim Pires Valentim⁴⁶ (2011)– que consistia em “averiguar se as descrições que portugueses e africanos fazem uns dos outros são compatíveis com uma dimensão luso-tropicalista ou até lusófona”, no sentido em que o luso-tropicalismo, de acordo com o referido professor, remetia a ideia de uma “suposta aptidão” dos portugueses para a “miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos”, pois estes possuem “ausência de preconceito, ecumenismo e bondade de costumes” como traços da “excepcionalidade de carácter” – foi pedido a estudantes africanos, oriundos dos PALOP e estudantes portugueses que cada um atribuisse cinco adjetivos ao indivíduo do grupo oposto.

Em um primeiro momento, Valentim (2011, p. 66) analisa as características associadas aos portugueses pelos africanos:

[...] é notório o elevado número de características claramente negativas enunciadas pelos participantes africanos. Não só “racistas” é a associação mais frequente, como as categorias com maior número de ocorrências têm uma conotação negativa, independentemente dos aspectos para que remetem (“racistas”, “fechados”, “cínicos”, “egoístas”, “frios” e “antipáticos”). Os traços positivos são raros e, com excepção de “simpáticos”, só aparecem com frequências relativamente reduzidas (“acolhedores”,

⁴⁶ Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Coimbra. A pesquisa foi realizada com 108 estudantes da Universidade de Coimbra, sendo 55 africanos (21,8 % angolanos, 49,1 % cabo-verdianos, 9,1 % guineenses, 9,1 % moçambicanos e 10,9 % são-tomenses) e 53 portugueses.

“trabalhadores”, “amigos”) nas descrições que os africanos fazem dos portugueses.

Em seguida, Valentim (2011, p. 68) destaca as características associadas aos africanos pelos portugueses:

[...] constata-se que as características atribuídas pelos participantes portugueses ao alvo “os africanos” não traduzem uma “negatividade” recíproca em relação às associações dos sujeitos africanos para o alvo “os portugueses”. Constata-se até uma preponderância de características positivas atribuídas pelos portugueses aos africanos (como “alegres”, “simpáticos”, “sociáveis”, “trabalhadores” e “amigos”), No entanto, o traço mais frequentemente referido é “fechados” (na acepção de “fechados no seu próprio grupo”), eventual razão para dificultar ou até impedir a aproximação e os contactos, segundo chegou a ser explicitamente afirmado por alguns participantes portugueses.

B. Santos (2014, p. 11) destaca que a violência colonial tende a ser esquecida por Portugal. Contudo para os países africanos que conquistaram sua independência através da resistência e do enfrentamento armado, a “luta contra o capitalismo colonial é um dos momentos fundadores da ideia da nação”, o que, certamente, não fomentou um sentimento positivo em relação a Portugal.

Uma outra pesquisa, de objetivo e metodologia semelhantes, foi desenvolvida por Aline Bazzarella Merçon (2020), na Universidade de Aveiro, no âmbito de sua investigação de doutoramento em Estudos Culturais. A pesquisa foi realizada com 31 estudantes portugueses e 33 estudantes brasileiros matriculados nas Universidades de Aveiro, Coimbra e do Minho e visava à identificação de como cada grupo caracterizava o outro por meio de dinâmicas individuais anônimas⁴⁷.

Os termos associados aos brasileiros pelos portugueses foram, em ordem de recorrência: alegres (42 vezes), descontraídos (13), artistas (8), faladores (6), amigos (6), liberais (5), simpáticos (5), têm sotaque (5), religiosos (5), boa imagem (4), desportistas (4),

⁴⁷ Sem revelar o objetivo da pesquisa, a investigadora solicitou aos participantes que escrevessem cinco palavras que representassem o português ou o brasileiro. Para que não houvesse muita elaboração, a atividade teria de ser realizada em 5 minutos.

aventureiros (3), comprometidos (3), desorganizados (3), oportunistas (3), pobres (3) e trabalhadores (3).

Já os termos associados aos portugueses pelos brasileiros foram: amigos (14 vezes), tímidos (12), fechados (10), desconfiados (8), inteligentes (8), sérios (6), preconceituosos (6), conservadores (5), tradicionalistas (5), honestos (4), pessimistas (4), metódicos (3), severos (3), respeitosos (3), trabalhadores (3), eurocêntricos (2), arrogantes (2), colonialistas (2), hospitaleiros (2), impacientes (2), mal humorados (2), nostálgicos (2), solidários (2) e superficiais (2).

A investigadora computa aos brasileiros 13 termos positivos, 1 neutro e 3 negativos, enquanto aos portugueses foram computados 7 termos positivos, 4 neutros e 13 negativos (Merçon, 2020, pp. 206-209), o que denota uma percepção crítica dos brasileiros para com os portugueses, enquanto a visão destes para com os brasileiros esteja relacionada com os estereótipos usuais como alegres, descontraídos, artistas, faladores e liberais.

Portanto, pelas duas pesquisas apresentadas, a visão que angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomeenses e brasileiros têm sobre os portugueses está longe daquela apregoada pelo luso-tropicalismo, ou seja, dos portugueses como lisonjeiros, fraternos e simpáticos, corroborando com a ideia de desconfiança, descrédito e, até mesmo, desconhecimento por parte dos não portugueses a respeito da lusofonia. Valentim (2014, p. 71) ressalta que sua pesquisa demonstra que não há para os africanos “a agradável atmosfera de convivalidade luso-tropicalista, nem sequer grandes resquícios de uma fraternidade lusófona”.

As duas pesquisas citadas foram realizadas na presente década, em solo português, com um público jovem e instruído, que não viveu as ditaduras e guerras em seus respectivos países, ou seja, a visão apresentada representa algo atual e que pode ser analisada, com os devidos cuidados, numa projeção ainda mais ampla. Sobre Portugal, há pesquisas específicas e que revelam como os próprios se enxergam.

Em 2003, o *International Social Survey Programme* (ISSP)⁴⁸ elaborou uma pesquisa sobre a percepção da identidade nacional em Portugal, apontando algumas características pelas quais os portugueses acreditam serem fundamentais para a condição de “ser verdadeiramente português”. A principal característica é a de sentir-se português, ou seja,

⁴⁸ Informações disponíveis em <http://w.issp.org/menu-top/home/>.

algo ligado à emoção, ao sentimento. Depois, em ordem, foram citados o domínio da língua, a cidadania, o respeito as leis, o nascimento em território português, viver em Portugal, ter antepassados portugueses e por fim professar a religião católica (Sobral, 2012, p. 86).

Em 2008, outro inquérito foi promovido pelo *Europeans Values Study* (EVS)⁴⁹, cujos resultados foram publicados posteriormente no “*Atlas of European Values*”. Nas respostas sobre os motivos de orgulho de ser português, a principal foi a História do país. Em seguida, em ordem decrescente, aparecem o esporte, a arte e literatura, a tecnologia e ciência, as forças armadas, a influência externa, a democracia, o tratamento justo, a economia e, por fim, a segurança social (Sobral, 2012, p. 90).

A *European Science Foundation* (ESF)⁵⁰ é uma associação, criada em 1974, dedicada à investigação científica transnacional em território europeu. Em 2002, a ESF criou um programa de mapeamento de padrões de comportamento de grupos populacionais europeus, a partir de rigorosa metodologia científica estabelecida por seus integrantes. O programa criado pela ESF foi o *European Social Survey* (ESS)⁵¹, aplicável a cada dois anos. Posteriormente, tornou-se uma organização independente e, em 2020, reunia 25 países. No período relativo ao biênio 2018/2019, o ESS avaliou os níveis de racismo na Europa através da apresentação de três afirmações para o público entrevistado: 1) Há grupos étnicos ou raciais, por natureza, mais inteligentes? 2) Há grupos étnicos, por natureza, mais trabalhadores? 3) Há culturas, por natureza, mais civilizadas? Para cada questão havia a possibilidade de cinco tipos de resposta: a) concordo b) concordo totalmente c) discordo, d) discordo totalmente e) não concordo nem discordo. O resultado, apresentado pela socióloga Alice Ramos, então coordenadora do ESS, em Portugal, “constata uma média de 32% que concorda com as três afirmações e 62% que concorda com apenas uma. Cerca de 10% não concorda nem discorda e 11% discordam de todas aquelas afirmações” (Gonçalves, 2020, p. 65). Pela pesquisa da ESS percebe-se que o preconceito racial é consolidado em cerca de um terço da população pesquisada e presente, em menor escala, em quase dois terços.

Uma pesquisa realizada no Brasil no ano 2000⁵², no contexto dos 500 anos da chegada dos portugueses, perguntou aos cidadãos brasileiros quem era o português mais famoso no

⁴⁹ Informações disponíveis em <https://europeanvaluesstudy.eu/>.

⁵⁰ Informações disponíveis em: <https://www.esf.org/>.

⁵¹ Informações disponíveis em <https://www.europeansocialsurvey.org/>.

⁵² Pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 2000, pelo Instituto Datafolha, pertencente ao Grupo

país. O resultado revelou um grande desconhecimento sobre Portugal, mesmo em um ano em que as comemorações de meio milênio da formação do Brasil promovessem uma série de eventos sobre o tema. A resposta mais citada, com 37%, foi “não sei”; em seguida, com 15%, o cantor Roberto Leal; em terceiro lugar, com 11%, “ninguém”; em quarto lugar nas respostas, com 9%, o navegador Pedro Álvares Cabral; em quinto, o poeta Luís de Camões, com 4%. Quase a metade dos votos da pesquisa foi destinada a nenhuma pessoa e, dos três mais votados, dois eram figuras históricas do passado, sendo Cabral o “descobridor” do Brasil. Naquele emblemático ano de 2000, em que se comemorava os 500 anos da chegada dos portugueses ao território que se constituiria no Brasil, os brasileiros tinham em um cantor popular de características estereotipadas a principal imagem representativa de Portugal, o que nos leva a compreender que, aliado a uma má percepção sobre os portugueses, havia no país um profundo desconhecimento sobre eles.

Em uma análise das pesquisas apresentadas, constata-se que visões estereotipadas, superficiais, negativas e preconceituosas fazem parte das relações pessoais e sociais entre portugueses, brasileiros e africanos lusófonos, o que contribui para uma desconfiança ou desinteresse dessas populações em uma comunidade entre seus países.

As pesquisas em que os portugueses falam de si próprios, os critérios ligados à história, à língua e ao sentir-se português, revelam um aspecto nacionalista ligado às tradições. Já a pesquisa realizada em Portugal e na Europa, sobre preconceitos étnicos e culturais, demonstram um significativo índice de racismo.

Ao observarmos todas as questões e pontos de vista envolvendo a lusofonia e seu emprego, percebemos que nem mesmo a questão terminológica é consensual e que, sobretudo, os aspectos culturais e políticos ditam sua assimilação e uso, por parte da comunidade a que se refere e que pretende representar. Por mais que haja motivos para desconfianças multilaterais, baseados tanto em atitudes do passado como em ações do presente, e se possa atribuir uma conotação artificial a ela, a lusofonia se apresenta como a forma mais homogênea de se pensar uma comunidade tão plural e multifacetada como a que reunida na CPLP e em suas diásporas. A complexidade que a lusofonia representa não pode

Folha, um dos maiores conglomerados jornalísticos do país. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/500_15.htm

ser um empecilho à sua aceitação, mas o debate sobre esta representatividade e no que ela pode contribuir para uma melhoria nas relações entre seus entes comunitários e, principalmente, na vida de quem fala o português em suas mais variadas maneiras, torna-se uma necessidade urgente, se quisermos levar adiante a ideia de uma comunidade no sentido mais amplo e digno do termo.

A lusofonia precisa ser compreendida como uma construção multicultural sem exclusões ou hierarquias, em um somatório constante de ideias, histórias, artes, tradições, oralidades e dos registros documentais de ontem, de hoje e do amanhã. A língua portuguesa tornou-se dinâmica e plural. Mais do que um idioma ou de uma característica de alguns países, ela metamorfoseou-se em um ativo capaz de fomentar diversas possibilidades educacionais, culturais, políticas e econômicas. São diferentes povos e variadas culturas que lhe dão vida e a transformam em um patrimônio comum.

3.3.1 Uma breve reflexão à guisa de conclusão (III)

No início de 2002, a lusofonia e a CPLP foram apresentadas ao grande público brasileiro, durante a maior festa popular do mundo, o carnaval do Rio de Janeiro. No desfile das escolas de samba, ponto alto do carnaval carioca, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca, uma das agremiações mais antigas e tradicionais do carnaval brasileiro, apresentou, como enredo, “O sol brilha eternamente sobre o mundo de língua portuguesa”⁵³, de autoria do carnavalesco e professor Milton Cunha, mestre e doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Um enredo de escola de samba é a história que a agremiação apresenta através do samba enredo (música), das fantasias e adereços de seus componentes, das alas temáticas e dos carros alegóricos. O enredo é a “espinha dorsal” de um desfile, pois é através dele que tudo mais é construído. Por isso, ele é tão relevante, a ponto de ser escolhido com até um ano de antecedência, depois de muita pesquisa, levando em conta o apelo popular, o ineditismo e a adequação para ser transformado em um desfile a ser transmitido para todo mundo. Por ser uma história que será contada em um desfile carnavalesco, ela sempre será constituída de forma romantizada, metafórica e hiperbólica, podendo ser crítica, irônica ou bem-humorada.

⁵³ Galeria do Samba. Unidos da Tijuca 2002. Disponível em: <http://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-da-tijuca/2002/>.

Como o desfile é objeto de julgamento em quesitos específicos (enredo, samba, bateria, alegorias etc.), o enredo precisa ser apresentado por escrito à comissão organizadora, à imprensa e ao júri. O carnavalesco Milton Cunha (2002, n.p.) inicia a apresentação do enredo dizendo que:

No carnaval 2002 a cauda do pavão (ave símbolo da Unidos da Tijuca) abre num leque de 8 bandeiras: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosae. São as nações que formam a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portugueses, ou Comunidade Lusófona, fundada de 17 de julho de 1996, em Lisboa. Passo final para o conagraçamento dos povos que falam o Português, a CPLP celebra o triunfo das caravelas de Português, que a partir da Dinastia da Casa de Avis contrairia um vasto império ultramarino.

O enredo também apresenta Portugal como responsável pela “primeira aventura globalizante da humanidade”, que levou a língua portuguesa para “portos longínquos” e “terras desconhecidas”, sendo o “primeiro idioma do mundo a desembarcar nos cinco continentes”. O texto de apresentação do enredo ainda fala da escravidão, da religião, da “odisseia d’Os Lusíadas de Camões”, da luta pela independência de Timor, dos enclaves comerciais de Goa e Macau, da “boa mesa, bom vinho e bom papo” dos portugueses e da influência cultural contemporânea das novelas brasileiras. Por fim, o enredo é sintetizado como “a epopeia de um idioma e a união de oito povos que podem parecer diferentes, mas entendem muito bem o que significa dizer: Eu te amo, meu irmão!”

A Unidos da Tijuca fez o seu desfile com quatro mil componentes, divididos em 27 alas, narrando de forma laudatória e romantizada a expansão da língua portuguesa desde a época dos descobrimentos até a criação da CPLP. No samba enredo, a lusofonia era cantada em sua história e apresentada à grande parte da população brasileira através de transmissão televisiva de grande audiência:

Portugal
Nas caravelas do idioma naveguei
Nessa aventura lusitana
Os cinco continentes alcancei

Bordei palavras sobre as ondas do mar (Oi! Do mar)

E na linha do horizonte

A língua se fez poesia uma odisseia de amor

Navegar é preciso de Angola ao Timor (ô ôô)

Cultura! Riqueza!

Iluminando o mundo de língua portuguesa

Trago à mesa a alegria e amor!

Que a família tijuicana chegou!

Com bom papo e harmonia e samba no pé!

A minha língua, é minha Pátria, é minha fé!

Sopra o vento dos Deuses

Pra língua semear

Na costa africana na voz dos orixás

Temperei com arte em Goa

E mercados de Macau

Fala Brasil!! Brasil...

A morenice em um povo encontrei

Mundo novo, me apaixonei, hoje é só sedução

Salve a luta do Timor!

Pela liberdade de expressão

Rasgou no céu um cometa

Explode em sete cores

A nova era, oito esplendores

A língua é força, é união

A homenagem vem na cauda do pavão

(Pereira & Valtinho Júnior, 2002)

O samba-enredo faz citações a Pessoa, em “navegar é preciso” (apropriada pelo poeta português que lhe atribuiu o sentido do ato e da necessidade de criação) e ao verso “a minha língua, minha pátria” e, indiretamente, a Camões, ao mencionar que “a língua se fez poesia uma odisseia de amor”. Ao falar da “morenice” faz uma clara alusão à miscigenação

brasileira e destaca a luta pela independência em Timor ainda em curso naquele momento. O fim do samba apresenta a CPLP, de forma metafórica, como um cometa do terceiro milênio que levaria a língua portuguesa para o universo.

Durante a transmissão do desfile pela TV Globo⁵⁴, em horário nobre, o carnavalesco Milton Cunha (2002a, n.p.) declarou em entrevista que:

O desfile é uma celebração de como o idioma de um povo é patrimônio cultural desse mesmo povo. São oito nações, são oito povos que apesar de crenças, políticas diferentes, de vários credos religiosos, quando abrem a boca se entendem. Negros de África, brancos de Europa, índios das Américas e amarelos do oriente, todas as etnias do globo falam a língua portuguesa, a sexta mais falada do mundo e a terceira mais importante do ocidente. Deus salve a língua portuguesa, deus salve a família tijuana.

Em seguida, Haroldo Costa (2002, n.p.), famoso compositor de sambas, jornalista brasileiro especializado em carnaval e que tradicionalmente comenta os desfiles para a TV Globo, destacou a importância do enredo, sobretudo por ser um assunto pouco divulgado e conhecido pelos brasileiros:

Olha, eu acredito que esse é, provavelmente, o enredo mais original do carnaval 2002. A história da língua portuguesa através do mundo vai dar a oportunidade a muita gente saber de coisas que não sabiam, por exemplo que 200 milhões de pessoas em todo mundo falam português, isso é um grande serviço da Unidos da Tijuca vai prestar através desse enredo inteligente do Milton Cunha que tem sempre essa preocupação de dar uma participação cultural e um efeito de divulgação nas coisas que interessam a todos. É um grande enredo, acredito que vai ser um belo desfile e aí está essa revelação maravilhosa da comunidade das línguas portuguesas e quem sabe até no Brasil, né? Através do embaixador José Aparecido e que hoje é uma realidade e que para muita gente vai ser uma grande revelação.

⁵⁴ Youtube. (2002). Thiago Tapajós. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m7Lu0wYUUD0_



Figura 15 – Aspecto do desfile da Unidos da Tijuca

Fonte: Carnaval N1. <http://carnavaln1.com.br/rj-retrospectiva-do-segundo-decenio-do-sambodromo-carioca-unidos-da-tijuca/>

O desfile da Unidos da Tijuca representou a verdadeira apresentação da CPLP e da lusofonia para o grande público brasileiro, ainda que de forma laudatória e distante de um discurso mais crítico. O último carro alegórico do desfile trouxe o embaixador José Aparecido, tido como o principal idealizador da CPLP, a atriz Lucélia Santos, muito conhecida nos países lusófonos pelo personagem título na telenovela “Escrava Isaura”, o jornalista Zeca Camargo, apresentador da série televisiva “Aqui se fala português” e outras personalidades ligados à lusofonia. Os jornalistas e comentaristas presentes elogiaram a iniciativa e o desenvolvimento do enredo durante o desfile, destacando sua relevância para a cultura brasileira e ineditismo da abordagem. Entretanto, a Escola não se saiu bem nas notas atribuídas pelos juízes, deixando a Unidos da Tijuca no décimo lugar. A vencedora deste ano foi a tradicional Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira com um enredo sobre o nordeste brasileiro⁵⁵. Ou seja, entre o olhar para fora e o olhar para dentro, os brasileiros preferiram olhar para si próprios, como em um simbolismo sobre o que vinha acontecendo com a CPLP em que todos os países envolvidos a viam como coadjuvante de suas atenções.

⁵⁵ Galeria do Samba. (2002). Resultado. Disponível em: <http://www.galeriadosamba.com.br/carnaval/2002/resultado/>.

PARTE 2
ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 4

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Não tenho sentimento nenhum, político ou social.
Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico.
Minha pátria é a língua portuguesa.*
(Fernando Pessoa, 2014, p. 230)

4.1 Antecedentes e contextos

A compreensão acerca do surgimento da CPLP perpassa o entendimento de diversos fatores históricos e contextuais, além da observância de interesses e necessidades geopolíticas, sobretudo, no campo ideológico e cultural, em que variados atores sociais manifestam-se em sua pluralidade e vontades. A partir desta premissa, serão apresentados, neste capítulo, os antecedentes de criação da CPLP, começando pela história da diplomacia e do surgimento das organizações internacionais que proporcionarão maior compreensão deste processo e a elaboração de organizações assemelhadas que surgiram anteriormente a CPLP: a *Commonwealth* e a *Francophonie*. Em seguida, serão descritos e analisados o contexto histórico do fim do século XX, o uso conceitual da lusofonia no debate para a construção de uma comunidade lusófona contemporânea, as tratativas oficiais para sua oficialização em 1996 e o cenário em que a organização se desenvolveu no presente século, destacando as discussões, as escolhas e as ações empreendidas.

4.1.1 Antecedentes: diplomacia e organizações internacionais

A diplomacia pode ser compreendida como a “condução das relações internacionais através de negociação” e o “método através do qual estas relações são reguladas e mantidas” por pessoal qualificado e autorizados para tal (Oxford English Dictionary citado em Ostellino, 2010, p. 348). A diplomacia, portanto, constitui-se tanto no método em si como no processo de sua aplicação para a criação, obtenção, desenvolvimento e manutenção de acordos políticos e científicos entre nações, por meio de tratados pactuados e oficializados, que visam ao equilíbrio de interesses e à proteção contra conflitos.

O termo diplomacia origina-se etimologicamente da palavra grega “diploma” que significa, de forma literal, um objeto dobrado em dois (diplo: dobrado em dois, sufixo ma: objeto), mas que, especificamente, se referia à ideia de documento emanado por autoridade, que conferia direitos, privilégios, graças e honrarias (Leal & Siqueira, 2011, pp. 60-61) e que era guardado enrolado. No império romano e bizantino, diploma significava uma espécie de passaporte, uma autorização para utilizar transportes públicos e que era dobrado para ser mais bem guardado pelo portador. Com o passar dos anos e até o século XVIII, diploma passou a corresponder aos documentos solenes emitidos por reis, soberanos e papas. Aqueles que produziam os documentos (diplomas), que continham acordos entre os soberanos e que eram emitidos pelas chancelarias oficiais, passaram a ser chamados diplomatas (Teles, 2015, pp. 23-24).

Não é de se estranhar que a sistematização do conhecimento acerca da veracidade e da tipologia documental empreendida pelo monge beneditino Jean Mabillon no fim do século XVII, em França, a partir do estudo da gênese, forma e transmissão, bem como da estrutura formal dos documentos, tenha ganhado o nome de Diplomática.

Portanto, podemos perceber que tanto a diplomacia quanto a Diplomática possuem, ambas, o documento como elemento central em suas operações: para a Diplomática, como objeto principal de investigação e para a diplomacia, como resultado de suas ações. Teles (2015, p. 25) explica que:

A relação estabelecida entre a origem etimológica do termo diplomacia – diploma ou documento – e o significado que este termo detém na atualidade, tem a ver com o produto substantivo da negociação diplomática, ou seja, com o acordo consignado e, por sua vez, formalizado num documento específico designado por tratado.

A necessidade em dirimir controvérsias e evitar conflitos na Grécia antiga, conferiu uma condição de mediadores a determinados mensageiros oficiais, sendo que, no século V a.C., foi estabelecido um princípio de inviolabilidade e proteção destes mensageiros, fato que pode ser compreendido como a gênese de um sistema de relações diplomáticas (Ostellino, 2010, p. 348). O uso de mediadores durante o Império Romano foi deixado de lado pelo constante e sistemático uso de força bélica, embora em virtude de suas práticas jurídicas,

tenha sido estabelecida a prática de arquivamento e preservação de todos os tratados. Quando de seu declínio, Roma retomou a utilização da prática de mediação, realizada por pessoal qualificado para tal. Prática esta que se estendeu até seu esfacelamento.

No surgimento do Império Bizantino, criou-se a figura do encarregado de negociação externa e que, ao mesmo tempo, era o responsável pela elaboração de relatórios sobre a situação e os interesses da ação estrangeira que se estivesse negociando. Ostellino (2010) destaca ainda que, durante o feudalismo, a diplomacia passou a apresentar-se como “arte de arquivo” e da exegese.

A Renascença italiana, período gestado em meados do século XIII, pode ser compreendido como a fase inicial do Renascimento, época de intensas mudanças e conquistas culturais de grande impacto na sociedade. Segundo Teles (2015, p. 24), foi o “período fundador da moderna prática diplomática em que foram desenvolvidas questões como a igualdade relativa de poder entre as principais urbes”, objetivando um equilíbrio que evitasse pretensões hegemônicas em meio a uma crescente rivalidade, e que favorecesse a comunicação através da língua e de uma base cultural comum. Essa prática moldou no século XV, o que pode ser compreendido como uma “arcaica antecipação das modernas embaixadas”, na forma de missões permanentes entre os Estados italianos (Ostellino, 2010, p. 348).

É por intermédio desse contínuo processo, adaptado pelas necessidades surgidas e promovidas pelo contexto econômico e social que as relações políticas entre os Estados, baseadas em trocas, concessões e negociações, vão se moldando. Esse conjunto de práticas e atividades será compreendido definitivamente pelo nome de diplomacia, a partir do século XVIII. No final deste século, com a Revolução Francesa e os posteriores conflitos entre a França republicana e as monarquias europeias, um clima bélico apoderou-se do continente. O início do século XIX foi marcado pela ascensão de Napoleão como Imperador da França e de suas conquistas territoriais, em boa parte da Europa ocidental. Tais conflitos, conhecidos como Guerras Napoleônicas, criaram coalizões contrárias a Bonaparte, contando com nações como a Áustria, o Reino Unido, Prússia e Rússia. Esse período causou profundas mudanças no cenário geopolítico europeu e mundial, com o fim do Império Romano-Germânico, o declínio do Império Espanhol, a ida da corte portuguesa para o Brasil, correntes nacionalistas na Alemanha e Itália, processos de independência nas Américas e a consolidação do Império

Britânico como líder mundial (Ferguson, 2004).

Após a derrota francesa, na primavera de 1814, foi organizada uma ampla conferência com os embaixadores das grandes nações europeias, objetivado a reorganização das fronteiras e a restauração do poder absolutista do Antigo Regime. Essa conferência ficou conhecida como o Congresso de Viena, que se deu entre 1814 e 1815 e provocou importantes mudanças econômicas e políticas no continente, trazendo à tona a necessidade de um amplo tratado que satisfizesse as nações vencedoras no que diz respeito às compensações econômicas e à manutenção da paz segundo seus interesses.

É neste amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais, que, ao transformar as estruturas precedentes, tornou possível a criação das organizações internacionais. De acordo com Queiroz (2013, p. 22):

O século XIX conheceu ao lado dos mecanismos de concertação alguns exemplos de cooperação internacional, isto é, de uma acção concertada entre os estados em domínios de interesse comum. Mas foi necessária a guerra para que o desejo de manutenção da paz e da segurança internacionais se transformasse num domínio fundamental de tal interesse comum, A cooperação internacional é então trazida para o plano das preocupações gerais, deixando de estar circunscritas a domínios técnicos e limitados, sem carácter político, para se estender a todas as áreas de cooperação entre os estados. A cooperação nesse domínio essencial das relações entre os estados tomará uma forma pouco comum e inusitada para a época – a das organizações internacionais – que, um pouco mais tarde, ao caso dos estados, se transformam num dos instrumentos mais relevantes e profícuos do direito e relações internacionais.

Ostelino (2010, p. 34) comenta que a revolução tecnológica, as inovadoras formas de comunicação e as novas ideologias do século XX, fizeram com que as relações internacionais se deparassem com questões específicas de sua época, determinando uma mudança das funções clássicas do diplomata que, por necessidade, precisou transformar-se em um “homem político”, modificando assim a própria diplomacia. Associa-se a tais fatos o inédito surgimento de novas nações em todos os continentes, naquilo que Azevedo-Hartman (2011, p. 36) chama de “o século do *boom* de estados”.

Essa mudança na diplomacia foi posta à prova logo após o maior conflito armado até

então acontecido: a Grande Guerra, que posteriormente receberia o nome de Primeira, em virtude de um segundo e ainda maior conflito que viria acontecer anos depois. Iniciada em 1914 e findada em 1918, a Primeira Guerra Mundial, embora centrada na Europa, causou severas consequências globais, tendo dezenas de países envolvidos e milhões de mortos entre combatentes e civis. Ao seu término, fez-se necessário um acordo de paz, na condição de um tratado. Elaborado pelas nações vencedoras e tido como “imposição” pela Alemanha derrotada, o Tratado de Versalhes teve como um de seus objetivos a criação de uma organização internacional que objetivasse a manutenção da paz. Com isso, foi criada a Liga das Nações, reunindo 44 países em seu momento inicial. Entretanto, sua criação não impediu as crescentes animosidades no continente, sobretudo, nos países derrotados que viram florescer movimentos extremistas, como o fascismo e o nazismo, e que fomentaram o cenário ideal para a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, que, de certa forma, pode ser compreendida como uma consequência direta da Primeira.

A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito bélico da história, envolvendo a maior parte dos países no mundo e mobilizando um número maior que 100 milhões de combatentes, em todos os continentes. Ao final da guerra, em 1945, contabilizava-se um número superior a 50 milhões de mortos, inúmeros países destruídos e uma nova disposição geopolítica. Neste novo cenário, surge a ONU, que tinha por objetivo a manutenção da paz e da segurança internacional, o desenvolvimento das relações amistosas entre as nações, a cooperação em torno de problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários e a harmonização das ações comuns entre as nações⁵⁶.

A diplomacia evoluiu ao longo dos séculos, mantendo, contudo, seu objetivo inicial em ser o instrumento de mediação entre nações, o que mais tarde deu origem às organizações internacionais. Zangui (2010, pp. 855-856) destaca que o requisito básico para a criação de organizações como essas centraliza-se na existência de um acordo internacional entre os Estados, baseado em uma colaboração estável e disciplinada por normas de direito internacional, estando inserido em ordenamento jurídico particular e caracterizado pela livre vontade dos participantes em um modelo paritário e plural, no qual a associação se funda para a consecução de interesses comuns.

Em 1961, a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas produziu um tratado

⁵⁶ Informações disponíveis em: <https://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

do mesmo nome, logo adotado pela ONU, que regulamentava as ações diplomáticas à luz do direito internacional, preconizando o “desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, independente da diversidade dos seus regimes constitucionais e sociais”, com o propósito de manutenção e incentivo da “igualdade soberana dos Estados, à manutenção da paz, da segurança internacional e do desenvolvimento das relações de amizade entre as nações.”⁵⁷

Com a globalização e a crescente interdependência dos Estados, as organizações internacionais tornaram-se fundamentais para equilibrar interesses e fomentar novos tipos de cooperação nos mais diversos campos das relações internacionais, pensadas por Pistone (2010, p. 1089), “como o complexo das relações que intermedeiam entre os Estados, entendidos quer como aparelhos quer como comunidade”. Portanto, a manutenção da paz, a garantia de segurança, a promoção do desenvolvimento econômico, o fomento técnico-científico, o progresso social, a cooperação cultural, a preservação do patrimônio e de seus direitos inerentes, a proteção de pessoas e coletividades desfavorecidas, ou em risco, e a salvaguarda de direitos econômicos e comerciais, constituíram-se em objetos das organizações internacionais contemporâneas. Para Campos (2019, p. 39-40):

É na existência desses objectivos de interesse comum dos estados-membros (objectivos políticos, de defesa económicos, culturais, técnicos, humanitários, científicos etc.) que a organização encontra sua razão de ser. Ela existe afinal para prosseguir objectivos que isoladamente os estados membros não poderiam – ou só poderiam com mais dificuldades – realizar. Os estados participam no quadro das OI⁵⁸ sem perder de vista o princípio tradicional da reciprocidade que está em consonância com o da igualdade dos estados: um estado colabora na OI concedendo vantagens aos seus pares na medida em que beneficia das correspondentes contrapartidas.

Portanto, a tomada de consciência que os inúmeros problemas causados por conflitos e interesses divergentes podem ser solucionados, por meio de cooperação internacional, fomenta a ideia do carácter multilateral e perene das organizações internacionais.

⁵⁷ Informações disponíveis em https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena_diplom%C3%A1ticas.pdf

⁵⁸ Abreviatura de Organização Internacional.

A diplomata portuguesa Maria Regina Mongiardim (2019, p. 16) analisa o cenário das organizações internacionais, a partir da década de 1990:

Findo o sistema bipolar e com o fenómeno da globalização em curso, os agrupamentos de países, com marcado pendôr na cooperação econômica, na convergência de interesses ou na partilha de uma identidade comum, contribuíram para o redesenhar de um novo *mapa-múndi* dos poderes políticos emergentes e da preponderância de certas políticas às escalas regional e global.

A história das relações internacionais registrou, no final do século XX, o surgimento e o rápido multiplicar-se de associação de Estados que, de simples uniões, foram progressivamente evoluindo até as mais recentes comunidades supranacionais (Zanghi, 2010, p. 855), como foi o caso da União Europeia – UE, do Mercado Comum do Sul – Mercosul e da CPLP, entre outras.

4.1.2 Contextos: as comunidades anglófona e francófona

A tentativa de constituição de organizações internacionais, reunindo as antigas metrópoles europeias com suas ex-colônias, tendo, por justificativa, a existência de um elo histórico, cultural e linguístico entre elas é vista com desconfiança por muitos, no sentido de ser entendida como uma forma de perpetuar algum tipo de influência das primeiras sobre as segundas (Góes & Antunes, 2016). Contudo, tornou-se importante para os recém países independentes, sobretudo, aqueles com problemas econômicos, políticos e sociais, estarem inseridos no contexto internacional e, de certa forma, protegidos ou ligados a uma potência europeia, mesmo que indiretamente, reunidos em comunidades que os fortalecessem, principalmente quando o processo de globalização passou a exigir novas posturas comerciais e diplomáticas.

É nessa lógica que foi criada pelo Reino Unido, no final dos anos 1940, a *Commonwealth*, a partir da independência da Índia, considerada a “joia da coroa” das colônias britânicas. Desde a década de 1920, já havia uma comunidade britânica de nações, a *British Commonwealth of Nations*, mas, devido às novas condições geopolíticas diretamente relacionadas com o cenário do pós-guerra, tal comunidade precisou se adaptar e ser refundada. Atualmente reúne 54 países, quase todos ex-colônias britânicas, mas que conta

com algumas e poucas exceções, como Moçambique, país sem vínculos diretos com o Reino Unido que foi aceito, em 1995, a pedido de seus vizinhos integrantes da comunidade, sobretudo da África do Sul, importante parceiro econômico de Moçambique⁵⁹. Outra destacada organização que tem por base o idioma e o elo histórico-cultural é a *Organisation Internationale de la Francophonie* – OIF, criada em 2005, mas formatada, desde 1970, com outro nome. A OIF, que adotou o nome simplificado de *Francophonie*, reúne 57 estados membros, dentre eles Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, países de expressão lusófona, e Guiné Equatorial que posteriormente passou a integrar a CPLP.⁶⁰

Ao observarmos os exemplos da *Commonwealth* e da OIF, que viria a se repetir com a CPLP, percebemos que a principal interseção entre seus países, pelo menos em uma fase inicial de constituição, não é a região a que pertencem ou ao fato de serem fronteiriços, mas o compartilhamento de um passado recente de suas histórias, ou, nas palavras de Azevedo-Harman & Gonçalves (2011, p. 36), “o legado linguístico e cultural do período colonial dos séculos anteriores”.

Existem pequenas diferenças entre a *Commonwealth* e a *Francophonie*, e destas com a CPLP, embora as três organizações procurem manter o sentido de comunidade como elemento agregador, solidário e de pertencimento e não apenas como um conjunto de pessoas (Bauman, 2003), como no conceito formulado por Esposito (2012, pp. 29-30), que entende a comunidade como um “*conjunto de personas unidas no por un ‘más’, sino por un ‘menos’, una falta, um limite que se configure como um gravamen, o incluso una modalidad carencial, para quien está afectado*”.

A *Commonwealth* tinha, por critérios de admissão, o fator histórico (passado colonial), o político (apenas as nações com práticas democráticas eram aceitas), o cultural (concordância de que a língua inglesa é o meio de comunicação da organização) e o diplomático (reconhecimento do soberano britânico como chefe da comunidade). No decorrer do tempo e em busca de condições e interesses geopolíticos e econômicos regionais, tais critérios foram flexibilizados.

⁵⁹ The Commonwealth. Disponível em: <https://thecommonwealth.org/>.

⁶⁰ Organisation Internationale de la Francophonie. Disponível em: <https://www.francophonie.org/>.



Figura 16 – Bandeira da *Commonwealth*

Fonte: CRW Flags. <https://www.crwflags.com/fotw/flags/cwn.html>

Já a *Francophonie* teve e tem por destaque, no critério de admissão, a demonstração inequívoca por parte do país interessado no ingresso à comunidade, da promoção da língua francesa em seu território através de uma intenção clara e objetiva na valorização e no uso progressivo do idioma, mesmo que este não seja o idioma oficial do país em questão, no momento de sua adesão. Em virtude deste critério, a *Francophonie* pôde se estruturar e expandir além dos critérios históricos, preservando, estimulando e expandindo a francofonia, com uma estratégia para que a língua e a cultura francesas se mantivessem ativas e em expansão.



Figura 17 – Bandeira da *Francophonie*

Fonte: Wikipedia. https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_La_Francophonie.svg

Tanto a *Commonwealth* como a *Francophonie* podem ser percebidas como organizações internacionais que, mesmo com objetivos não excludentes, de certa forma, propõem uma estrutura verticalizada, baseada numa antiga estrutura colonialista, em que a antiga metrópole se mantém no topo nas decisões e encaminhamentos.

Seriam as comunidades anglófonas e francófonas os modelos para a elaboração de uma comunidade lusófona ou a lusofonia precisaria deixar a centralidade de Portugal e abraçar a multiculturalidade das muitas lusofonias existentes na América, em África e na Ásia? A resposta viria com o tempo.

4.2 Histórico e atualidades da CPLP

Após a contextualização histórica das organizações internacionais, do entendimento do cenário mundial na segunda metade do século XX e da observação das organizações em que o elo principal era o idioma comum, apresentaremos a gênese da CPLP e seu desenvolvimento até os dias atuais.

4.2.1 Histórico: a formação da CPLP

Se até a primeira metade do século XX, Portugal e Brasil eram os únicos países independentes que tinham o português como língua oficial, mas que ao mesmo tempo não compartilhavam parcerias e eram isolados politicamente um do outro, na metade seguinte, ambos se encontravam no mesmo campo ideológico da Guerra Fria, embora ainda distantes em diversos sentidos, inclusive na promoção da língua portuguesa.

Em África e em Timor, além dos enclaves na Ásia, o principal anseio na segunda metade do século XX, era a liberdade a ser conquistada de Portugal, fazendo com que a ideia de uma comunidade lusófona pretendida pelos portugueses refletisse muito mais a vontade colonialista portuguesa de manutenção da indivisibilidade do Império do que os interesses das populações nativas. Uma comunidade lusófona não era o desejo de quem lutava pela independência, sobretudo por ser percebida dentro da ótica portuguesa, como expressa na frase de Marcelo Caetano: “Embora respeitando o *modus vivendi* dos nativos, os portugueses sempre se esforçaram por partilhar a sua fé, cultura e civilização, chamando-os para a comunidade lusíada” (Mondlane, 2011, p. 322).

Com as independências, as redemocratizações de Portugal e Brasil, o fim das guerras civis e um novo cenário geopolítico mundial de cunho neoliberal, a percepção de que uma comunidade lusófona poderia trazer benefícios, em vários campos, começou a ganhar apoios e um novo, mas tímido, cenário se delineou. Todavia, para uma grande parcela da intelectualidade e da classe política dos países envolvidos, a ideia de uma comunidade lusófona foi percebida como uma ação neocolonialista e sem futuro.

Mesmo com todos os problemas envolvidos e um aparente desinteresse político, Portugal e Brasil, por razões e condições diferentes, configuravam-se como protagonistas na criação de uma eventual comunidade lusófona a partir da década de 1980, por suas claras posições de liderança, e, sobretudo, pela crise vivida pelas ex-colônias no pós-independência e nos traumas da Guerra Colonial.

Ao falar desse período bélico, anos mais tarde, o presidente português Mário Soares, em conversa com seu colega brasileiro Fernando Henrique Cardoso, atribuiu ao ditador António Salazar a responsabilidade exclusiva pelo conflito, pois ele “não conhecia África nunca foi a África e ignorou deliberadamente a tradição portuguesa de reconhecer pacificamente a independência dos povos, como aconteceu com o Brasil em 1822” (F. Cardoso & Soares, 1998, p. 273). Soares também destacou o sentimento de desconfiança e paranoia da ditadura salazarista em relação às suas colônias, pois imaginava que, em caso de perda, a Espanha poderia anexar Portugal como sua colônia.

Além disso, Soares (F. Cardoso & Soares, 1998, p. 269) revelou que o Brasil era visto não como um eventual parceiro, mas como um concorrente em África. Sobre o período pós-independência, Soares faz uma análise contundente sobre a experiência das antigas colônias com os novos “parceiros” internacionais, revelando um dos motivos da volta gradativa ao relacionamento com Portugal, desta vez baseada na confiança mútua:

As antigas colônias portuguesas passaram por uma longa e dolorosa experiência depois das independências. Foram “colonizadas” – a palavra é um pouco dura mas verdadeira – por russos, búlgaros, alemães de Leste, cubanos e exploradas por muitos outros. Fizeram a experiência de que os outros não eram afinal, melhores que os Portugueses. Bem pelo contrário. Foi isso que os levou a voltarem-se outra vez para nós e a verem-nos com outros olhos, sem os preconceitos herdados das “guerras coloniais”, deixando de nos diabolizar. Adquiriram de novo – e ainda bem – confiança em nós. (F. Cardoso

& Soares, 1998, p. 274)

Torna-se importante lembrar que, entre a década de 1980 e a de 1990, as antigas colônias portuguesas em África encontravam-se em diferentes graus de conflitos internos: guerra civil em Angola e Moçambique, sucessivos golpes de estado em Guiné-Bissau e os baixos níveis de desenvolvimento em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, sem contar o Timor, invadido e ocupado pela Indonésia, após a saída de Portugal de seu território.

Contudo, mesmo neste cenário de incertezas, desconfianças e conflitos, inseridos em um mundo em rápida transformação política, econômica, tecnológica e social, a ideia da construção de uma comunidade de partilha e apoio mútuo, e que fosse constituída pelo elo da língua e a cultura comum, florescia, principalmente, devido a iniciativas particulares de políticos influentes tanto em Portugal como no Brasil.

Em 1983, durante a visita oficial do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, a Cabo Verde, foi proferida a intenção de se tornar consistente e descentralizado o diálogo entre os países lusófonos, a partir de reuniões oficiais, criação de grupos de trabalho e no fortalecimento dos laços entre estes países. Na ocasião, o referido ministro proferiu um discurso no qual detalhava sua intenção:

O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar.⁶¹

A ideia de consolidar esse diálogo por intermédio de encontros periódicos, foi sendo desenvolvida e ganhou um impulso decisivo a partir do empenho de José Aparecido Oliveira, então Embaixador do Brasil em Portugal, e grande entusiasta da construção de uma comunidade lusófona.

⁶¹ CPLP. Histórico. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>

Em 1989, na cidade de São Luís do Maranhão, no Brasil, foi realizado o primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, sendo considerado o primeiro passo para a criação da CPLP. Este encontro resultou na criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP, que tinha por objetivo a promoção e difusão do idioma. Tal encontro é tido como decisivo para que uma comunidade lusófona fosse criada, pois foi a partir deste evento que uma agenda política e diplomática foi estabelecida com vistas a sua formalização.

Mais de trinta anos após a cimeira de 1989, Mongiardim (2019a, n.p.) contextualiza a criação da CPLP:

A gênese da CPLP situa-se nos anos 60 do séc. XX. Inspirado nas correntes filolinguísticas e culturalistas de Gilberto Freire e Agostinho da Silva, o projeto iniciou-se sob a égide da Sociedade de Geografia e a iniciativa de Adriano Moreira em dois congressos, com o objetivo de fomentar a convivência no espaço da lusofonia, incorporando as comunidades de povos filiados nesse conceito. O salto político-institucional deu-se após a descolonização e o fim do sistema bipolar, sendo Portugal e o Brasil os “pivots” da sua criação. Politicamente, a CPLP deu expressão internacional e institucional à língua portuguesa, permitiu a aquisição de uma identidade própria, auxiliou a integração dos membros mais vulneráveis no sistema internacional, tem ajudado a sua estabilização política interna e é um instrumento de defesa do multilateralismo. Tem promovido a valorização internacional dos seus membros, em quadros institucionais de âmbito regional ou mundial, fomentando a atenção de potências externas.

A contextualização de Mongiardim citou dois congressos de orientação lusófona, mas outras iniciativas aconteceram, poucas, mas significativas, que ajudaram na maturação da lusofonia e da criação de uma organização ampla, plural e robusta, que contemplasse não só o aspecto cultural, mas que fortalecesse aspectos políticos, sociais e econômicos. Destacaram-se, dentre essas iniciativas, os dois Congressos promovidos pela União das Comunidades de Cultura Portuguesa, realizados em Lisboa, em 1964, e na Ilha de

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Moçambique, em 1967⁶²; a criação da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – UCCLA, em 1985, uma espécie de precursora da CPLP e que tinha por objetivo a cooperação municipal em diversas áreas, inclusive na promoção da cultura e da língua⁶³; a criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP, em 1986, que passou a ser observador consultivo da CPLP depois do surgimento desta⁶⁴; a proposta de criação do IILP, em 1989 (só formalizada em 2002, após o surgimento da CPLP, tendo por objetivo ser um instrumento para a gestão comum e paritária da língua portuguesa⁶⁵); e a criação da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO, em 1995, e que tem por objetivo promover a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo dos Governos do Brasil e de Portugal⁶⁶.

Mesmo com o interesse conjunto na formação de uma comunidade lusófona, inúmeras questões internas dos países envolvidos foram postergando sua definitiva criação para a segunda metade da década de 1990, período em que se configurou uma conjuntura favorável para sua criação, pois alguns blocos econômicos regionais foram criados, a globalização econômica vinha se consolidando e os próprios países membros da Comunidade estavam em condições internas favoráveis, após longos anos de crises e incertezas (Lopes & O. Santos, 2006, pp. 8-9).

Nesta década, inúmeros encontros impulsionaram as tratativas para a criação da CPLP. Em 1994, os ministros dos Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores dos sete países, reunidos em Brasília, aprovaram a recomendação da realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, objetivando a discussão e criação da CPLP e escolhendo Lisboa como sede do Grupo de Concertação Permanente, formado por um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelos embaixadores dos demais países envolvidos. A escolha de Lisboa deu-se pela sua importância histórica e por ser a única

⁶² Neste segundo congresso, Gilberto Freire foi o relator da seção Convergência étnico-cultural, segundo o relatório do Professor Eurípedes Simões de Paula, da Universidade de São Paulo.

⁶³ União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Objetivos. Disponível em: <https://www.uccla.pt/objetivos>.

⁶⁴ Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Missão. Disponível em: <http://aulp.org/quem-somos/missao/>.

⁶⁵ Instituto Internacional de Língua Portuguesa. O IILP. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/iilp.html>.

⁶⁶ Conselho Nacional de Arquivos. COLUSO. Disponível em: <http://conarq.gov.br/a-coluso.html>.

capital, até então, que reunia embaixadas de todos os países de língua oficial portuguesa.⁶⁷

No ano seguinte, em 1995, os referidos ministros voltaram a se encontrar em Lisboa, reiterando os compromissos assumidos e validando os trabalhos empreendidos para a constituição da CPLP.

Havia interesses particulares e prioridades distintas por parte de cada país envolvido na criação da CPLP. Se, para Portugal, o fator preponderante da futura organização internacional lusófona constituía-se na concertação política e diplomática, para Brasil e Angola a prioridade era a cooperação técnico-cultural, enquanto para Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o estímulo ao crescimento econômico deveria ser protagonista nas ações da futura organização (Ferreira & Almas, 1996, p. 39). Com base nos indicativos e manifestações destes países, os economistas Ferreira e Almas elaboraram um quadro com as prioridades referentes à CPLP:

Tabela 4 – Hierarquização de prioridades para cada Estado-membro da CPLP

Estados-membros	Concertação político-diplomática	Cooperação técnico-cultural	Estímulo ao desenvolvimento económico
Angola	3 ^a	1 ^a	2 ^a
Brasil	2 ^a	1 ^a	3 ^a
Cabo Verde	3 ^a	2 ^a	1 ^a
Guiné-Bissau	3 ^a	2 ^a	1 ^a
Moçambique	3 ^a	2 ^a	1 ^a
Portugal	1 ^a	2 ^a	3 ^a
São Tomé e Príncipe	3 ^a	2 ^a	1 ^a

Fonte: Ferreira & Almas, 1996, p. 39

A partir deste quadro, torna-se evidente que as prioridades de cada país refletiam o momento atual pelo qual passavam e por suas necessidades mais prementes, destacando também que a cooperação técnico-cultural, baseada no fortalecimento do idioma e nas ações

⁶⁷ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Histórico. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

educativas, constitui-se na primeira ou na segunda prioridade de todos os países constituintes da organização.

Finalmente, em 17 de julho de 1996, em Lisboa, depois de anos de planejamento, debates e reuniões diplomáticas, realizou-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos setes países lusófonos (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) que aprovou e criou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em sua Declaração Constitutiva, é reafirmado o “respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado”, sendo considerados imperativos a consolidação da realidade cultural e plurinacional conferidora de identidade própria dos países constituintes, a afirmação internacional da Comunidade e o compromisso em reforçar os laços de solidariedade e cooperação interna com vistas ao desenvolvimento econômico e social e à divulgação da língua portuguesa, percebida como vínculo histórico e patrimônio comum, resultantes de convivência multissecular entre seus países e melhor meio para a difusão de suas culturas e do intercâmbio em diversas esferas.⁶⁸



Figura 18 – Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 1996⁶⁹

Fonte: CPLP. <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>

⁶⁸ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2021). Declaração Constitutiva. Disponível em: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3869>

⁶⁹ Da esquerda para a direita: José Eduardo dos Santos (Presidente de Angola), Fernando Henrique Cardoso (Presidente do Brasil), Mascarenhas Monteiro (Presidente de Cabo Verde), Jorge Sampaio (Presidente de Portugal), António Guterres (Primeiro-Ministro de Portugal), João Bernardo Nuno Vieira (Presidente da Guiné-Bissau), Joaquim Chissano (Presidente de Moçambique), Armindo Vaz de Almeida (Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe), Marcolino Moco (Secretário Executivo da CPLP). Foto oficial da Cimeira Constitutiva da CPLP em 17 de julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, Portugal.

Dentre os setores escolhidos como prioritários pela CPLP, encontram-se a saúde, a educação, a segurança alimentar e o meio ambiente. Todos os recursos para a manutenção da organização e o desenvolvimento de suas ações e diretrizes são oriundos, sobretudo, dos países membros, e de parcerias com outros organismos internacionais, empresas e entidades privadas.

A CPLP, em seu sítio eletrônico, ao descrever o processo histórico de sua criação, enfatiza a importância de Portugal e Brasil em sua criação:

A reunião deste grupo de Estados – situados em 4 Continentes e englobando mais de 230 milhões de pessoas – consolidou uma realidade já existente, resultante da tradicional cooperação Portugal-Brasil e dos novos laços de fraternidade e cooperação que, a partir de meados da década de 1970, se foram criando entre estes dois países e as novas nações de língua oficial portuguesa. A institucionalização da CPLP traduziu, assim, um propósito comum: projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico.

Segundo o embaixador cabo-verdiano Eurico Correia Monteiro (CPLP, 2018, p. 6), a organização nasceu sob o designo da cultura e tendo a língua portuguesa como elemento agregador para uma maior promoção da solidariedade e da cooperação em torno patrimônio cultural comum entre seus Estados membros.



Figura 19 – Bandeira da CPLP

Fonte: Flags of the World. <https://www.crwflags.com/fotw/flags/int-cplp.html>

A bandeira da CPLP foi adotada em sua constituição. Tem como base um círculo dividido em oito partes iguais, representando os sete países constituintes mais o Timor-Leste, que, naquele momento, estava sob domínio indonésio. As partes são em formato de onda, em uma alusão ao mar como primeira forma de ligação entre os países. O círculo central representa a língua portuguesa, elemento de união da CPLP.⁷⁰

No ano de 2002, Timor-Leste, já independente, tornou-se o oitavo membro da Comunidade e, em 2014, a Guiné Equatorial, que possui o português como um de seus idiomas oficiais, foi aceita como integrante da Comunidade, fazendo com que a CPLP atingisse o número atual de nações.⁷¹

⁷⁰ Flags of the World. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.crwflags.com/fotw/flags/int-cplp.html>

⁷¹ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2018). Histórico. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>



Figura 20 – Mapa dos países da CPLP

Fonte: CPLP. https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/bandeiras/Mapa2021_bq.jpg.

Para José Manuel Durão Barroso (Lopes & O. Santos, 2006, p. VIII), que foi Primeiro-ministro de Portugal (2002 a 2004) e Presidente da Comissão Europeia (2004 a 2014), a CPLP já existia antes mesmo de ser institucionalizada, em virtude da herança histórica e cultural advinda da partilha da língua portuguesa.

O embaixador brasileiro Gonçalo Melo Mourão destacou que a CPLP foi criada no sentido de “explorar e estreitar os laços comuns entre seus membros” (CPLP, 2018, p. 10), tendo, como principais eixos, o diálogo entre as nações lusófonas para elaboração de acordos, consensos, projetos e programas colaborativos, a promoção da cultura de seus povos e o fortalecimento da língua portuguesa. Desta forma, a organização possui três linhas fundamentais de ação: a concertação político-diplomática, a cooperação em diferentes domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa.⁷²

⁷² Portal Diplomático da República Portuguesa (2020). Negócios Estrangeiros. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=538:comunidade-paises-de-lingua-portuguesa&catid=119>

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

O Estatuto da CPLP (Anexo 4), criado para formatar sua estrutura e definir seu modo de operação, teve sua última revisão de 2 de novembro de 2007, em Lisboa⁷³ (anteriormente teve revisões em São Tomé, 2001; em Brasília, 2002; e em Luanda, 2005). Em seu Artigo 1º, apresenta a denominação oficial da entidade:

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros.

O Estatuto informa, em seguida, que a organização goza de personalidade jurídica própria e é dotada de autonomia administrativa e financeira. No Artigo 3º, enumera seus objetivos:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora*⁷⁴ internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Percebe-se o destaque dado pela CPLP à ideia de harmonização entre seus Estados membros, e de seu conjunto, perante as demais organizações internacionais, com vistas à cooperação em todos os domínios, com inegável destaque à promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Os princípios orientadores pelos quais a CPLP é regida estão descritos no Artigo 5º do Estatuto, destacando-se o respeito pela soberania de cada país, bem como da promoção da democracia e dos direitos humanos no espaço lusófono.

:

⁷³ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2020). Estatutos. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf

⁷⁴ Plural da palavra latina “forum”.

- a) Igualdade soberana dos Estados membros;
- b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela sua identidade nacional;
- d) Reciprocidade de tratamento;
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela sua integridade territorial;
- g) Promoção do Desenvolvimento;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A admissão de novos membros, para além dos países fundadores, deve ter como premissa básica o uso da língua portuguesa como idioma oficial e ter seu pedido aceito por decisão unânime dos membros plenos da comunidade, que também poderá admitir países, organizações internacionais, organismos intergovernamentais e outras entidades listadas na condição de Observadores, podendo assim participar de reuniões, conferências e terem acesso às decisões da CPLP, mas sem direito a voto.

Outro aspecto importante do Estatuto foi a formalização do IILP como entidade da CPLP que tem como objetivos, de acordo com o Artigo 5º, o planeamento e a execução de programas e projetos de valorização e difusão da língua portuguesa como instrumento de “cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais”. O IILP tem sua sede na Cidade da Praia, em Cabo Verde, possui sítio eletrónico próprio e desenvolve projetos como o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, um portal que oferece recursos e material didático para o ensino do português e um periódico de acesso aberto voltado ao idioma⁷⁵.

⁷⁵ Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: https://iilp.cplp.org/plato/numeros_publicados.html.



Figura 21 – Logotipo do IILP

Fonte: IILP. <https://iilp.cplp.org/>

No livro “O mundo em português: um diálogo”, Mário Soares diz ao então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso que o IILP, criado formalmente com sua participação, “deixou-se cair” e não deu prosseguimento ao que dele se esperava (F. Cardoso & Soares, 1998, p. 281). A conversa de ambos os mandatários reforça a ideia da pouca atenção dada inicialmente por Portugal e Brasil à criação da CPLP. Cardoso comenta a importância do estabelecimento de uma política conjunta entre os dois países para África, algo que considera estratégico e solidário. Citando Angola, o presidente brasileiro explica: “Se fomos capazes de gastar dezenas de milhões de dólares para manter militares em Angola, por que não gastamos dezenas de milhões de dólares para termos um programa cultural em Angola?” (F. Cardoso & Soares, 1998, p. 280). Os presidentes também comentam sobre a importância da cooperação universitária como elemento de fortalecimento do elo cultural, dentro da CPLP.

Com o intuito de estreitar os laços entre seus países, mas também entre as diversas entidades intracomunitárias e internacionais, a CPLP vem promovendo acordos, convênios e protocolos desde sua criação. Dentre aqueles assinados entre os Estados membros da CPLP estão acordos na área de saúde, do combate às drogas, da concessão de vistos, no campo da língua portuguesa, na cooperação entre instituições de ensino superior, na área do audiovisual etc. Também existem acordos da CPLP com entidades da sociedade civil, como institutos, universidades e representações profissionais, e acordos da CPLP com outras organizações internacionais, como a ONU, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico – OCDE e a Organização Internacional do Trabalho – OIT, entre outras.⁷⁶

Em 2017, durante a X Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, em Salvador, Brasil, foi criada a Comissão do Patrimônio Cultural da CPLP como projeto prioritário do Plano de Ação de Cooperação Multilateral da CPLP (2014-2020). No ano seguinte, a Comissão estabeleceu ações estratégicas, como a divulgação do conjunto de bens culturais reconhecidas pelos países da Comunidade e a disponibilização de documentação técnica referente ao patrimônio cultural para o público em geral. Em 2019, foram definidos cinco projetos a serem implementados nos anos seguintes: 1) elaboração do Atlas do Patrimônio Cultural; 2) criação de uma página no Portal da CPLP destinada à Comissão; 3) apoio aos Estados membros nas candidaturas a patrimônio mundial e patrimônio imaterial da humanidade; 4) ações de capacitação e formação e 5) criação da Rede de Museus da CPLP.⁷⁷

O embaixador Francisco Ribeiro Telles (2018, p. 5), Secretário-Geral da CPLP, reafirmou a importância da cultura para a instituição, declarando que:

A Língua Portuguesa e a diversidade cultural dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) constituem pilares essenciais e permanentemente atuais da nossa Comunidade, conforme plasmado na Declaração Constitutiva, assinada pelos Chefes de Estado e de Governo em 1996. A institucionalização, em 2009, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP (5 de maio), reafirmou a riqueza deste património comum e procurou impulsionar a afirmação da Comunidade, nos contextos nacional, comunitário e internacional.

Inserido neste contexto de valorização cultural, a CPLP organizou, em maio de 2018, sua sede em Lisboa, o Encontro “Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados Membros da CPLP”. Segundo Telles, o evento “procurou alinhar a sua atuação com o Programa Memória do Mundo, da UNESCO, o qual constitui o quadro de referência internacional nestas matérias”, afirmando que a iniciativa também estava em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

⁷⁶ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Acordos, protocolos e convênios. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-3871.aspx>.

⁷⁷ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Comissão do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4903.aspx>.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

da Agenda 2030 da ONU, no que tange à valorização da diversidade cultural e a cidadania global, e realçando a importância da cultura para o desenvolvimento (Telles, 2018, p. 5).

O Encontro foi dividido em quatro painéis, sendo dois destinados aos Arquivos Históricos e dois às Bibliotecas Nacionais. O primeiro painel destinado aos arquivos teve como tema “Arquivos Históricos: Preservação e partilha do património documental e cooperação técnica no quadro da CPLP”, com a presença dos palestrantes Martinho Robalo de Brito, do Arquivo Nacional de Cabo Verde, de Joel das Neves Tembe, do Arquivo Histórico de Moçambique e Alfredo Caldeira, da Fundação Mário Soares. O tema do segundo painel foi “Arquivos Históricos – sistemas de arquivo adaptados às novas tecnologias na CPLP: acessos e partilhas”, com a presença de Alfa Djaló, do Arquivo Histórico Nacional / INEP (AHN/INEP), da Guiné-Bissau, Ana Canas Delgado Martins, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Portugal, e Mário Soares de Freitas, da Fundação Portuguesa das Comunicações.

A realização desse Encontro, bem como dos temas dos painéis dedicados aos arquivos, evidenciou o interesse da CPLP ao tema do acesso e partilha do património documental lusófono, a partir da preservação, cooperação técnica e das novas tecnologias a serviço dos sistemas de arquivo dos Estados membros integrantes da organização.

Em dezembro de 2021, a organização inaugurou seu Repositório Científico / Portal de Acesso Aberto da CPLP, com o objetivo geral de promover, fomentar e impulsionar a edificação do “Espaço do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP”. Segundo a organização: “O projeto tem uma abrangência comunitária permitindo aos Estados Membros a sua utilização, mesmo aos que não dispõem de repositório científico nacional, bem como o apoio à construção de repositórios nacionais”⁷⁸.

4.2.2 Atualidades: a CPLP do século XXI

Os números da comunidade lusófona, representada pela CPLP, são, além de robustos, particularmente destacáveis por suas características únicas. O próprio idioma já demonstra isso, pois, do “conjunto de línguas com influência global, o português como língua materna registrou o crescimento mais acentuado” (Reto et al., 2016, p. 50) desde a época dos

⁷⁸ CPLP. Notícias. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4616.aspx?Action=1&NewsId=9346&M=NewsV2&PID=11402>.

descobrimientos, como observado no quadro abaixo:

Tabela 5 – Progressão comparativa de falantes de português desde 1500
(em milhões)

Idioma	1500	2014	Crescimento anual
Português	1	265	1,09%
Espanhol	6,8	411,9	0,80%
Inglês	3,9	459,4	0,93%
Alemão	14,6	99,4	0,37%
Chinês	103	1407,6	0,51%
Total geral de idiomas	437,8	7218,4	0,55%

Fonte: Reto et al., 2016, p. 50

O aumento contínuo e expressivo da população falante do português vem tendo um crescimento exponencial em África. Apesar da população envelhecida de Portugal e da tendência de diminuição da taxa de natalidade no Brasil, os PALOP vêm aumentando sua população de tal forma, que na virada para o século XXI será em África o local de maior concentração de falantes do português, como demonstra o quadro abaixo que informa a população dos países lusófonos, em 2015, e uma perspectiva para 2050 e 2100:

Tabela 6 – População dos países da CPLP e estimativa para 2050 e 2100

País	2015	2050	2100
Portugal	10.350.000	9.216.000	7.407.000
Brasil	207.848.000	238.270.000	200.305.000
Angola	25.022.000	65.473.000	138.738.000
Cabo Verde	521.000	717.000	680.000
Guiné-Bissau	1.846.000	3.564.000	5.489.000
Guiné- Equatorial	845.000	1.816.000	2.984.000
Moçambique	27.978.000	65.544.000	127.648.000
São Tomé e Príncipe	190.000	353.000	538.000

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Timor-Leste	1.185.000	2.162.000	3.234.000
Total	275.785.000	387.115.00	487.023.000

Fonte: Elaboração própria com base em Reto et al., 2016, p. 127

Além dos falantes de língua portuguesa residentes em seus países de origem, há cerca de 5,3 milhões de pessoas lusófonas vivendo em diáspora, tanto na condição de emigrados, como na de descendentes que conservam a nacionalidade de origem. É de importante destaque o fato de haver um grande processo migratório dentro do espaço da CPLP, em que o principal destino de emigração de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe seja Portugal, e que, entre Portugal e Brasil, haja sempre um fluxo de migração contínua entre os dois países. Segundo análise de Reto et al. (2016, p. 63), “tal preferência só pode encontrar explicação na partilha de um passado e uma língua comum, pois as distâncias geográficas entre os países em causa tenderiam a determinar que assim não acontecesse”.

Tabela 7 – Dimensão das diásporas dos países da CPLP⁷⁹

Países	Habitantes em diáspora	Posição na CPLP em número de emigrantes	Percentual de habitantes em diáspora
Portugal	2.306.321	1º	22,3%
Brasil	1.534.828	2º	0,7%
Angola	439.277	3º	1,8
Cabo Verde	184.186	5º	35,4%
Guiné-Bissau	111.158	6º	6%
Guiné Equatorial	Dados não disponíveis	-	-
Moçambique	650.875	3º	2,3%
São Tomé e Príncipe	37.440	7º	19,7%
Timor-Leste	37.111	8º	3,11%

⁷⁹ Dados das Nações Unidas, *Trends in International Migrations Stock*, 2015; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal (2014); Observatório de Emigração (Portugal, 2015); Censos de 2010 em Cabo Verde (Reto et al., 2016, pp. 63-64)

Total	5.301.396	-	1,9%
-------	-----------	---	------

Fonte: Elaboração própria com base em Reto et al., 2016, p. 63-64

Os dados econômicos da CPLP também mostram a importância e oportunidades que a comunidade pode oferecer a seus integrantes e a outras nações e blocos comerciais. Em 2014, 3,59% da riqueza global foi produzida pelos Estados membros da CPLP, o que está de acordo com o peso proporcional de sua população, em relação ao mundo. A maior parte do PIB da CPLP encontra-se nos países do hemisfério sul: Brasil, Angola, Moçambique e Timor-Leste concentram 91,5% da riqueza produzida nos países lusófonos (Reto et al., 2016, pp. 98-99). Brasil, Moçambique e Angola são grandes produtores de hidrocarbonetos e, desde 2005, são detentores de mais da metade das descobertas de jazidas de petróleo e gás natural no mundo. A CPLP também possui posição de destaque nas reservas de água doce no mundo, sobretudo por causa do Brasil, detentor de 15,44% de toda água doce do planeta. Outro detalhe sui generis da CPLP é que ela é composta apenas por países que possuem litoral, com extensas costas marítimas, que correspondem a 5,48% do globo terrestre (Reto et al., 2016, pp. 105-109).

Tabela 8 - Produto Interno Bruto da CPLP (valores em euros)⁸⁰

País	PIB	PIB Per Capita
Portugal	173.044.000	16.310
Brasil	1.768.341.000	8.753
Angola	99.040.000	4.474
Cabo Verde	1.410.000	2.798
Guiné-Bissau	771.000	441
Guiné Equatorial	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
Moçambique	12.350.000	467
São Tomé e Príncipe	252.000	1.272
Timor-Leste	1.170.000	1.017

⁸⁰ Banco Mundial, 2014, taxa média: 1US\$ = 0,757307 euro. Dados recolhidos em setembro de 2015

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Total	2.056.380.000	7.764
-------	---------------	-------

Fonte: Elaboração própria com base em Reto et al., 2016, p. 72

Os países lusófonos têm a particularidade de não terem fronteiras terrestres comuns, fazendo com que a relação com outras comunidades linguísticas seja uma necessidade. No caso de Portugal e Brasil, circundados por países de língua espanhola, reforça-se a ligação histórica e comercial com as nações hispânicas (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 112). Os PALOP mantêm relações estreitas com os países da região, falantes de outros idiomas, fazendo parte, inclusive, das comunidades francófonas (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial) e anglófonas (Moçambique), promovendo uma interseção de interesses. No sentido desta relação, há um expressivo número de empresas multinacionais com sede nos países lusófonos, estimado em cerca de 150 organizações de ramos variados, como petrolíferas, energéticas, financeiras, alimentícias, de construção civil, de serviços, transportes etc. (p.115).

De acordo com o artigo 5º da Estatutos do CPLP, um dos princípios orientadores da organização é o “Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social”. Ainda neste artigo, a importância da democracia é mais uma vez destacada, ao indicar que a CPLP “estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos”.

No relatório *Democracy Index 2020*, realizado anualmente pelo *The Economist Intelligence Unit*⁸¹, a democracia é medida em 167 países, tendo por base os critérios de processo eleitoral e pluralismo, governança, participação política, cultura política e liberdades civis, ranqueados conforme pontuação crescente de 0 a 10 (sendo 10 a democracia perfeita) e divididos entre Democracia plena, Democracia com falhas, Regimes híbridos e Regimes autoritários. Em 2020, nenhum país lusófono obteve a classificação de Democracia plena, quatro foram classificados como democracias com falhas e quatro, como regimes autoritários. São Tomé e Príncipe não foi avaliado.

⁸¹ *The Economist Intelligence Unit. Democracy Index 2020*. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>.

Quadro 14 – Ranking Mundial de Democracia (*Democracy Index* 2020)

Países da CPLP

Posição	País	Pontuação	Categoria
26°	Portugal	7,90	Democracia com falhas
32°	Cabo Verde	7,65	Democracia com falhas
44°	Timor-Leste	7,06	Democracia com falhas
49°	Brasil	6,92	Democracia com falhas
117°	Angola	3,66	Regime autoritário
122°	Moçambique	3,51	Regime autoritário
147°	Guiné-Bissau	2,63	Regime autoritário
160°	Guiné Equatorial	1,92	Regime autoritário

Fonte: *The Intelligence Unit*, 2021.

Outro importante relatório, que averigua condições de liberdade civis e direitos políticos dos países, é o realizado pela *Freedom House*⁸², instituição estadunidense sem fins lucrativos que tem por objetivo a promoção dos direitos humanos, do estado de direito democrático e dos meios de comunicação independentes. Seu relatório anual, o *Freedom in the World*⁸³, analisa as liberdades individuais (direito ao voto, liberdade de expressão e manifestação, e igualdade, perante a lei) de 210 países e territórios, classificando-os como livres, parcialmente livres e não livres, a partir de uma série de questionamentos baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948. A edição de 2021 contou com mais de 125 analistas, internos e externos, e quase 40 consultores, atribuindo uma pontuação de até 40 pontos, para os direitos políticos e de até 60 pontos para a liberdade civil.⁸⁴

⁸² Freedom House. Disponível em: <https://freedomhouse.org/>.

⁸³ Freedom House. Countries. Disponível em: <https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores>.

⁸⁴ A metodologia completa do relatório pode ser observada em: <https://freedomhouse.org/reports/freedom-world/freedom-world-research-methodology>.

Quadro 15 – Nível de liberdade (*Freedom in the World*): Países da CPLP

País	Pontuação e Classificação	Direitos Políticos	Liberdade Civil
Portugal	96 – Livre	39	47
Brasil	72 – Livre	31	43
Angola	31 – Não livre	10	21
Cabo Verde	92 – Livre	38	94
Guiné-Bissau	44 – Parcialmente livre	17	27
Guiné Equatorial	05 – Não livre	00	05
Moçambique	43 – Parcialmente livre	14	29
São Tomé e Príncipe	84 – Livre	35	49
Timor-Leste	72 – Livre	33	39

Fonte: Elaboração própria

A *Transparency International*⁸⁵ é uma organização internacional, sem fins lucrativos e vínculos governamentais, sediada em Berlim, Alemanha, cuja missão é combater a corrupção e promover a transparência, em todos os níveis e setores da sociedade nos países por todo o mundo. Desde 1995, ela publica um relatório anual, chamado Índice de Percepção de Corrupção, em que ordena os países, de acordo com o grau de corrupção percebido no setor público, através de uma pontuação, baseada em questionários aplicados. A pontuação varia de 0 a 100 e, quanto menor a pontuação, maior é o grau de corrupção, sendo considerados países altamente corruptos, os que tiveram pontuação abaixo dos 50 pontos. Em 2020, 180 países ou territórios foram avaliados e ranqueados⁸⁶.

⁸⁵ *Transparency International*. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/>.

⁸⁶ *Transparency International*. Countries. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/countries/>.

Tabela 9 – Nível de percepção de corrupção (*Transparency International*): países da CPLP

País	Pontuação	Classificação
Portugal	61	33°
Brasil	38	94°
Angola	27	142°
Cabo Verde	58	41°
Guiné-Bissau	19	165°
Guiné Equatorial	16	174°
Moçambique	25	149°
São Tomé e Príncipe	47	63°
Timor-Leste	40	86°

Fonte: Elaboração própria com dados da *Transparency International*

Em 2015, a língua portuguesa era a quinta mais utilizada na internet, ficando atrás do inglês, chinês, espanhol e árabe. Nas redes sociais, o idioma português assume a terceira posição no Facebook e a quinta, no Twitter (Reto et al., 2016, pp. 244-246). Esses dados, impulsionados pelos usuários brasileiros (em 2015, o Brasil era o quarto maior país em número de utilizadores da internet), demonstram a importância da rede mundial de computadores na comunicação e na difusão da informação, no espaço lusófono.

Nas áreas de cultura, artes e ciências, a CPLP possui números importantes que podem servir para definição de políticas da organização. Na área científica, essencial para o progresso e a difusão do conhecimento, o número de investigadores lusófonos tem crescido, ao longo do tempo, sobretudo, em Portugal e no Brasil, mas ainda com números tímidos nos demais.

Tabela 10 – Investigadores nos países da CPLP

Países	Nº de investigadores	Nº de investigadores por mil hab.
Portugal (2014)	38.155	7,3
Brasil (2010)	138.653	1,34
Angola (2011)	1.150	0,14
Cabo Verde (2011)	25	0,11
Moçambique (2010)	912	0,08

Fonte: Reto et al., 2016, p. 220

Um importante instrumento de comunicação e publicação científica é o *Scientific Electronic Library Online - SciELO*, repositório eletrônico de acesso aberto, criado no Brasil em 1998, que dá acesso a revistas e artigos científicos da América Latina, Portugal, Espanha e África do Sul. Em 2014, havia 1.015 revistas científicas indexadas, sendo 280 do Brasil e 36 de Portugal, com 235.519 artigos científicos brasileiros e 9.560 artigos científicos portugueses depositados (Reto, Machado & Esperança, 2016, pp.220-221).

Nas duas principais bases de dados internacionais de resumos de artigos e citações de revistas científicas, a SCOPUS (23 mil revistas indexadas em 2016) e a *Web of Science – WoS* (12 mil revistas indexadas em 2016), a produção de investigadores lusófonos é percebida.

Tabela 11 – Artigos indexados na SCOPUS e WoS de autores lusófonos (2016)

Países	SCOPUS	WoS
Portugal	163.964	226.988
Brasil	599.710	688.524
Angola	658	859
Cabo Verde	187	186
Guiné-Bissau	460	597
Moçambique	2.238	2.705
São Tomé e Príncipe	52	48
Timor-Leste	98	10

Fonte: Elaboração própria com base em Reto et al., 2016, p. 221

Entre as melhores universidades no mundo, de acordo com rankings internacionais, aparecem apenas instituições brasileiras e portuguesas. O *Center for World University Rankings*⁸⁷ listou, em 2021, as mil universidades mais bem avaliadas no mundo, de acordo com seus critérios, sendo 22 instituições brasileiras e 6 instituições portuguesas, sendo a Universidade de São Paulo a universidade brasileira mais bem ranqueada, em 105º, e a Universidade de Lisboa, em 201º, como a melhor universidade portuguesa. Outra instituição, *The World University Rankings*⁸⁸, estabeleceu em seu ranking de 2021, 12 universidades brasileiras e 10 universidades portuguesas, entre as mil melhores do mundo, sendo a Universidade de São Paulo a mais bem ranqueada, entre a posição 201º e 250º, seguida pela Universidade Católica Portuguesa e pela Universidade Nova de Lisboa, entre as posições 351º e 400º.

A afirmação da língua portuguesa no mundo também se dá por sua divulgação, através de premiações internacionais em diversos campos, expondo os níveis de excelências alcançados, em diferentes áreas, ao mesmo tempo, indicando onde investimentos e melhorias são necessários. Quatro cidadãos lusófonos receberam o Prêmio Nobel: o português António Egas Moniz (Prêmio Nobel de Medicina, em 1949), os timorenses José Ramos Horta e Carlos Ximenes Belo (Prêmio Nobel da Paz, em 1996) e o português José Saramago (Prêmio Nobel de Literatura, em 1998). O Pritzker, o mais importante prêmio internacional de arquitetura, foi atribuído aos brasileiros Oscar Niemeyer, em 1998 e Paulo Mendes da Rocha, em 2006, e aos portugueses Álvaro Siza Vieira, em 1992 e Eduardo Souto da Rocha, em 2011.

Dos dez escritores lusófonos mais traduzidos no mundo, cinco são brasileiros e cinco portugueses.

⁸⁷ *Center for World University Rankings*. (2021). Disponível em: <https://cwur.org/2021-22.php>

⁸⁸ *The World University Rankings*. (2021). Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2021/world-ranking#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats.

Tabela 12 – Autores de língua portuguesa mais traduzidos no mundo (1979-2015)

Autor / nacionalidade	Nº de traduções	Nº de línguas em que foram traduzidas	Nº de países em que foram traduzidos
Paulo Coelho (Brasil)	1.116	43	51
José Saramago (Portugal)	541	38	50
Jorge Amado (Brasil)	431	41	46
Fernando Pessoa (Portugal)	396	34	41
Leonardo Boff (Brasil)	320	19	24
Eça de Queirós (Portugal)	194	22	27
António Lobo Antunes (Portugal)	193	23	26
José M. de Vasconcelos (Portugal)	121	15	16
Clarice Lispector (Brasil)	114	17	18
Machado de Assis (Brasil)	97	19	23

Fonte: Reto et al., 2016, p. 229

Dos nove países membros da CPLP, seis encontram-se no continente africano e, conforme dados apresentados, serão no final deste século a maior concentração de luso falantes do planeta.

Em 2018, a *African Union Commission (AUC)* e a *Organization for Economic Co-operation Organization (OECD)* produziram um relatório sobre o desempenho econômico, social e institucional do continente em que as políticas de desenvolvimento são analisadas. No presente século, houve um elevado progresso na região, o PIB africano triplicou desde o ano 2000, os parceiros comerciais foram significativamente ampliados e o nível de pobreza extrema diminuiu (AUC/OECD, 2018, p. 39). Entretanto, de acordo com o referido relatório, “são necessárias novas estratégias de desenvolvimento”, em virtude de um crescimento volátil, do acúmulo de capital, do baixo índice de bem-estar social, da escassez de empregos de qualidade, da forte desigualdade, da baixa produtividade, em vários setores e da falta de mão de obra qualificada (AUC/OECD, 2018, p. 19).



Figura 22 – Logotipo da African Union

Fonte: African Union. <https://au.int/>

Este breve cenário apresentado demonstra que a pluralidade das nações que compõem a CPLP vai além de suas distâncias geográficas, dos costumes, aspectos sociais e modos de vida. Entretanto, uma língua e um passado comum podem estabelecer mais do que um devaneio cultural ou uma nostalgia histórica, podendo representar oportunidades em diversas áreas, para todos os países envolvidos. Torna-se necessário para tanto, um amplo conhecimento de cada nação integrante dessa comunidade, respeitando suas diferenças e compreendendo suas necessidades, para que ações de cooperação e integração possam ser efetivas e equilibradas.

4.3 Os países membros

Os nove países da CPLP estão situados em quatro continentes diferentes e correspondem a mais de 7% do espaço terrestre do planeta⁸⁹, com uma população atual estimada em cerca de 280 milhões de habitantes. O português é o quinto idioma mais falado no mundo, o terceiro mais falado no hemisfério ocidental e o mais falado no hemisfério sul, sendo um dos idiomas oficiais da União Europeia e do Mercosul⁹⁰.

⁸⁹ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Estados Membros.

Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2597.aspx>

⁹⁰ Wikipedia. Língua Portuguesa.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_portuguesa

Quadro 16 – Países da CPLP

País	Capital	Continente	Independência	Constituição vigente
Portugal	Lisboa	Europa	1139 ⁹¹	1976
Brasil	Brasília	América	1822	1988
Angola	Luanda	África	1975	2010
Cabo Verde	Cidade da Praia	África	1975	2012
Guiné-Bissau	Bissau	África	1974	1993
Guiné Equatorial	Malabo	África	1968	2012
Moçambique	Maputo	África	1975	1990
São Tomé e Príncipe	São Tomé	África	1975	2003
Timor-Leste	Díli	Ásia	1975/2002 ⁹²	2002

Fonte: Elaboração própria com base em informações do sítio eletrônico da CPLP⁹³

Pode-se verificar que todos os países possuem constituições novas, que não ultrapassam cinco décadas de vigência, demonstrando uma adequação político-administrativa recente, oriundas dos processos de independência ou de redemocratização.

Os nove países integrantes da CPLP, embora compartilhem parte de suas histórias, traços culturais e o português, como língua oficial, possuem trajetórias próprias, características culturais distintas, aspectos econômicos individuais, legislações e contextos políticos únicos, além de dados estatísticos que precisam ser identificados e compreendidos, para que a própria CPLP possa ser analisada e entendida dentro de sua complexidade.

Neste subcapítulo, serão apresentados breves resumos das histórias de cada país, seus dados geográficos, demográficos, políticos e econômicos, e uma apresentação de suas constituições, destacando-se os aspectos necessários para a compreensão desta pesquisa, em

⁹¹ Em 1139 o Reino de Portugal é estabelecido. Em 1143 sua independência foi reconhecida pelo Reino de Leão e em 1179 pela Igreja Católica.

⁹² Em 1975 foi declarada a independência de Portugal, mas o país foi invadido imediatamente pela Indonésia. Em 2002, com a saída da Indonésia, uma constituição foi promulgada e eleições realizadas. Timor-Leste foi internacionalmente reconhecido como nação independente.

⁹³ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2018). Estados Membros. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2597.aspx>

um cotejamento dos artigos referentes às questões educativas, culturais, patrimoniais e da língua portuguesa.

4.3.1 Portugal

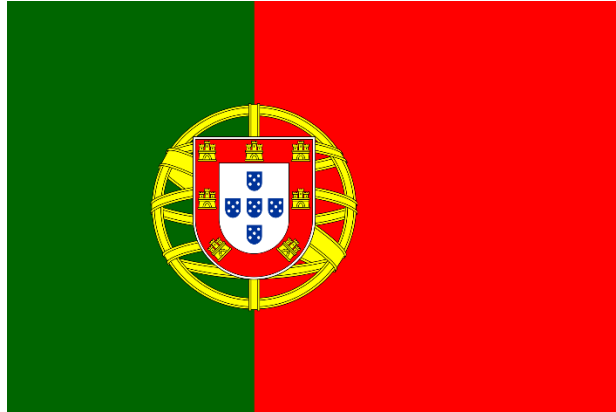


Figura 23 – Bandeira de Portugal

Fonte: Bandeiras.net. <https://bandeira.net/bandeira-de-portugal/>

Situado no extremo oeste da Europa continental, seu território foi povoado inicialmente por celtas e lusitanos e depois, com a ocupação pelo Império Romano, por outros povos, como suevos e visigodos. No século VIII, os mouros conquistaram a região e por lá permaneceram até o período da Reconquista, em que, progressivamente, foram expulsos da Península Ibérica pelos reinos cristãos. Em 1137, foi criado por Dom Afonso Henriques o Reino de Portugal, cuja independência foi reconhecida, em 1143, pelo Reino de Leão e Castela e, em 1179, pela Santa Sé. No fim do século XIII, as fronteiras de Portugal foram estabelecidas, tornando-o o mais antigo Estado da Europa. É nessa época, mais precisamente em 1290, que foi fundada a Universidade de Coimbra a partir de financiamento e privilégios reais e por parte da Igreja. A universidade formou durante séculos a elite intelectual e administrativa do reino e do império (S. Gomes, 2020, pp. 251-252).

Em 1383, em virtude de uma crise dinástica inicia-se uma guerra com Castela, que durou por dois anos, e que teve como vencedoras as tropas portuguesas aliadas às tropas inglesas. Esse episódio deu origem à uma nova dinastia em Portugal, a de Avis, e reforçou os laços de cooperação com a Inglaterra.

Em 1415, com a conquista de Ceuta, em África, Portugal inicia seu período de

expansionismo que se estendeu até o século XVI, com a descoberta e ocupação de ilhas e territórios continentais na América, África, Ásia e Oceania, tornando-se uma potência econômica e militar, e dando origem ao primeiro império global da História. É neste contexto que a coroa portuguesa, com a concordância da Santa Sé, autorizou a escravatura e a inseriu nas ordenações manuelinas.⁹⁴

Em 1580, o Rei de Portugal, D. Sebastião, que não tinha herdeiros, morreu durante uma batalha em África, desencadeando uma crise de sucessão que, aliada ao enfraquecimento militar e ao aumento do endividamento do país, culminou com o encerramento da dinastia de Avis e promoveu a união dinástica entre as monarquias portuguesa e espanhola, sob o comando de Filipe II, Rei de Espanha e tio de D. Sebastião. Esse período, conhecido como União Ibérica, durou até 1640, quando houve a Restauração da Independência, a partir de uma série de acontecimentos que expressavam a insatisfação de grande parte dos portugueses com o domínio espanhol. Com a separação de Espanha, um novo rei foi aclamado, D. João IV, iniciando a dinastia dos Bragança.

Após o período expansionista, Portugal intercalou períodos de estagnação, decadência econômica e turbulências políticas, decorrentes de inúmeros fatores, como conflitos com outras nações, problemas de sucessão, atraso no desenvolvimento científico, manutenção duradoura da Inquisição, o terremoto em Lisboa (1755), as invasões francesas e a transferência da Corte para o Rio de Janeiro (1807-1810), a independência do Brasil (1822), a Conferência de Berlim (1844), o Ultimato britânico (1890), o Regicídio (1908), o fim da Monarquia e a proclamação da República (1910), e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Nesse amplo espaço temporal, compreendido entre os séculos XVII e o início do século XX, Portugal se enfraqueceu em vários sentidos (político, econômico, militar etc.), mas ainda continuava sendo um império ultramarino. A Europa vivia a ascensão do fascismo e crises econômicas assolavam boa parte do continente. Nesse cenário, surge o Estado Novo português pelas mãos de António de Oliveira Salazar, professor, economista e político, que se tornou um ditador nacionalista de direita, que empreendia uma política conservadora, isolacionista e com ênfase na produção rural e na exploração de matéria-prima nas colônias, em detrimento à uma política industrializante que vinha sendo desenvolvida em outros países

⁹⁴ Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – CFCH/UFRJ. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120107191137/http://www.gptec.cfch.ufrj.br/leis/default.asp>.

da Europa. Na Segunda Guerra Mundial, optou pela neutralidade e, no pós-guerra, recusou a promoção das independências de seus territórios ultramarinos, mesmo com inúmeras pressões internacionais. Decorrente dessa recusa, enfrentou inúmeros conflitos em África que, a partir da década de 1960, tornaram-se guerras pela independência, em Guiné, Angola e Moçambique.

A Guerra Colonial consumiu o país economicamente, enfraquecendo-o ainda mais e causando crises internas e pressões internacionais. Salazar foi afastado do poder, em 1968, por problema médicos, e faleceu dois anos depois, mas o Estado Novo prosseguiu com suas políticas repressivas. Devido a este contexto, que gerou descontentamento social e divisão no meio militar, um golpe de Estado foi empreendido, em abril de 1974, pelo Movimento das Forças Armadas e apoiado por grande parcela da classe política e popular, em um processo histórico que passou a ser conhecido como Revolução dos Cravos, o qual acabou com a Guerra Colonial, facilitando a independência de todas suas ex-colônias, com exceção de Macau, que só viria a ser devolvida à China, de forma consensual entre os dois países, em 1999.

Com o reestabelecimento da democracia, uma nova constituição foi elaborada por uma Assembleia Constituinte, eleita em um pleito livre e democrático. Em 1986, passou a integrar a Comunidade Econômica Europeia, que posteriormente passou a se designar União Europeia, e em 1992 se inseriu no Espaço Schengen, uma convenção de países europeus para livre circulação de pessoas. No ano de 1996, ajudou decisivamente na fundação da CPLP.



Figura 24 – Localização de Portugal

Fonte: Wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal>

Quadro 17 – Dados informativos de Portugal⁹⁵

Nome oficial	República Portuguesa
Capital	Lisboa
Principais cidades	Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Ponta Delgada, Porto e Setúbal
População	10.427.300 habitantes
Gentílico	Português
Área	92.225 Km ² - 112º maior no mundo
Densidade populacional	115,3 habitantes por Km ² – 66º no mundo
Sistema de governo	República semipresidencialista
Religião	Catolicismo (84,5%), não declarado (9%)

⁹⁵ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2776.aspx>; população, área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal>.

PIB (nominal)	US\$ 252.258.000,00 – 46º no mundo
PIB per capita	US\$ 23.976,00 – 36º no mundo
IDH	0,850 – 40º no mundo – muito alto desenvolvimento humano
Expectativa de vida	81,9 anos
Média de escolaridade	9,2 anos
Unidade monetária	Euro (EUR)
Fronteiras terrestres	Espanha
Fuso horário (capital)	UTC 0
Portal do Governo	www.portugal.gov.pt

Fonte: Elaboração própria

A primeira Constituição de Portugal, em 1822, consagrou os princípios da Revolução Liberal, ocorrida dois anos antes. Em 1826, outra Constituição, de caráter mais conservador, foi outorgada por D. Pedro IV. Contudo, em maio de 1828, ela deixa de vigorar em virtude da aclamação de D. Miguel como Rei absoluto. Em 1838, surge uma nova Constituição aliando teses liberais e conservadoras e que vai acompanhar a monarquia até seu fim. Com a Proclamação da República, em 5 de outubro de 1910, uma nova Carta fez-se necessária e com esse intuito, foi criada uma Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou e aprovou a Constituição, em 1911, de cunho liberal. Em 1933, na sequência do golpe militar de 1926 e na posterior ascensão de António Salazar à condição de Presidente do Conselho de Ministros, foi redigida, por um pequeno grupo, uma nova Constituição que permitiu autoritarismos, através da regulação de leis especiais.

Com a Revolução de 25 de abril de 1974 e o fim do Estado Novo, foram convocadas eleições livres para a Assembleia Constituinte no ano seguinte. Em 1976, esta Assembleia aprovou a nova Constituição da República Portuguesa, com 296 artigos, de viés socialista que influenciou todas as constituições dos países lusófonos. Nos anos seguintes houve sete revisões constitucionais⁹⁶.

⁹⁶ Informações em Assembleia da República. Parlamento. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/PercursosConstituicao.aspx>

Em seu preâmbulo há o louvor pelo movimento de 25 de abril e a demonstração da vontade de ruptura com o passado autoritário:

Preâmbulo

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da Ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito Democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa.

No primeiro artigo, é reforçada a ideia de democracia baseada na vontade popular:

Artigo 1º - (República Portuguesa)

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

No artigo que trata das relações internacionais, a Constituição deixa claro que o país respeitará a autodeterminação dos povos e que passa a ser contrária ao imperialismo e ao colonialismo:

Artigo 7º - (Relações internacionais)

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.
 2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos [...]
 3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.
 4. Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.
- [...]

Ao tratar das obrigações do Estado, a Constituição reforça a importância da proteção e da valorização do patrimônio cultural português, bem como da promoção da língua portuguesa:

Artigo 9º (Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
 - b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático;
- [...]
- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
 - e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território;
 - f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;
- [...]

O direito à informação e à proteção da intimidade e privacidade são assegurados pelos seguintes artigos:

Artigo 20º - (Acesso ao Direito e tutela jurisdicional efetiva)

[...]

2. Todos têm direito, nos termos da Lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.

[...]

Artigo 26º - (Outros direitos pessoais)

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação.

2. A lei estabelecerá garantias efetivas contra a obtenção e utilização abusivas ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.

[...]

Os dados pessoais relativos ao cidadão, em ambiente informático, são objetos de um artigo específico:

Artigo 35º - (Utilização de informática)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informados que lhe digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.

2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua proteção, designadamente através de entidade administrativa independente.

3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

4. É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excepcionais

previstos na lei.

[...]

6. A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo a lei o regime aplicável aos fluxos de dados transfronteiras e as formas adequadas de proteção de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse pessoal.

7. Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de proteção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.

A liberdade de expressão e de imprensa, da manifestação cultural e do direito de informar e ser informado, são garantidas em um conjunto de artigos:

Artigo 37º - (Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.

[...]

Artigo 38º - (Liberdade de imprensa e meios de comunicação social)

1. É garantida a liberdade de imprensa.

2. A liberdade de imprensa implica:

[...]

b) O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à proteção da independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redação.

[...]

Artigo 39º - (Regulação da comunidade social)

1. Cabe a uma entidade administrativa independente assegurar nos meios de comunicação social:

a) O direito à informação e a liberdade de imprensa;

[...]

Artigo 42º - (Liberdade de criação cultural)

1. É livre a criação intelectual, artística e científica.

2. Esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a proteção legal dos direitos de autor.

O direito à educação, à cultura e ao patrimônio cultural, são garantias constitucionais apresentadas nos seguintes artigos:

Artigo 73º - (Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.

Artigo 78º - (Fruição e criação cultural)

1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural.

2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:

[...]

c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;

d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro;

e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.

O acesso às informações administrativas e aos arquivos é garantido por artigo específico:

Artigo 268º - (Direitos e garantias dos administrados)

1. Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.

2. Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.

Entre os 296 artigos da Constituição, a língua portuguesa é referenciada em dois artigos, assim como a cooperação com países lusófonos e questões sobre o patrimônio do país. Há quatro artigos que mencionam questões referentes à educação e cultura e dois sobre a garantia do estado democrático de direito. A garantia do cidadão ao acesso à informação e ao direito de privacidade, intimidade e imagem estão presentes em sete artigos.

4.3.2 Brasil



Figura 25 – Bandeira do Brasil

Fonte: Significados. <https://www.significados.com.br/bandeira-do-brasil/>

Quando, em 22 de abril de 1500, os portugueses chegaram oficialmente à costa americana, no que posteriormente seria o Brasil, encontraram um território tropical coberto por uma floresta densa (a Mata Atlântica) e habitada por inúmeras etnias e grupos linguísticos diferentes de indígenas ameríndios. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, assinado com a Espanha seis anos antes, aquele território “descoberto” pertenceria a Portugal. Entretanto, a ocupação e a colonização do território começaram timidamente em virtude de o principal interesse português ser o comércio com o oriente. O nome “Brasil” originou-se da árvore pau-brasil, abundante na costa recém-descoberta e muito comercializada na Europa por causa da tintura rubra obtida de sua madeira.

A efetiva colonização iniciou-se em 1534, quando o Rei D. João III dividiu o imenso território em quatorze capitanias hereditárias, já que não havia recursos para um empreendimento exclusivamente do reino. Contudo, como não houve grandes progressos nesse sistema em 1549, foi designado um governador-geral para administrar toda a colônia. A população nativa foi sendo assimilada através de evangelização ou escravizada para trabalho local, mas grande parte foi morta, devido ao contato com doenças trazidas pelos portugueses ou em confrontos.

Com a ascensão da cultura açucareira, que logo se tornou o principal produto de exportação do Brasil e base da economia colonial, e a escassez de mão de obra, deu-se início

ao comércio de indivíduos escravizados oriundos da África ocidental, por intermédio de um lucrativo tráfico empreendido por portugueses, ingleses, holandeses e espanhóis e posteriormente também por brasileiros. Estima-se que, entre os séculos XVI e XVIII, tenha havido uma migração forçada de cerca de 4,8 milhões de africanos vendidos como escravos no Brasil, sendo que mais de 600 mil morreram durante o transporte marítimo (L. Gomes, 2019, p. 47). Essa população, utilizada forçosamente na exploração econômica da colônia, contribuiu decisivamente para a formação do povo brasileiro com seus costumes, culturas, culinárias, religiões e idiomas através de uma miscigenação forçada, consentida ou natural.

Nos séculos XVI e XVII, França e Holanda, em momentos e locais diferentes invadiram e ocuparam o território brasileiro – os franceses no Rio de Janeiro e no Maranhão e holandeses na região nordeste, ambos expulsos por conflitos beligerantes.

Em fins do século XVII, a descoberta de ouro no interior do país promoveu o início de um novo ciclo na economia extrativista colonial, aumentando as expedições, conhecidas como Bandeiras, que tinham por objetivo desbravar as terras a oeste, fazendo com que as fronteiras do Brasil se expandissem para além do inicialmente delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, resultando posteriormente no alargamento considerável do país. As Bandeiras também foram responsáveis pela captura e morte de populações indígenas.

No início do século XIX, durante o período napoleônico, tropas francesas e espanholas invadiram Portugal, fazendo com que a corte real se transferisse para o Brasil e deslocasse a capital para o Rio de Janeiro que, em virtude de tal fato, recebeu inúmeras melhorias, viu serem criadas instituições, como o Banco do Brasil e a Biblioteca Nacional, e teve o monopólio comercial com a metrópole finalizado, abrindo o comércio para outras nações. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de reino unido, formando um estado monárquico, transatlântico e pluricontinental, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (Mosher, 2008, p. 9).

Com o fim da Guerra Peninsular e a saída das tropas francesas do território português (1814), e a Revolução Liberal do Porto (1820), a pressão para a volta da corte para Portugal se intensificou, da mesma forma que a vontade pela independência do Brasil crescia e se multiplicava em revoltas. Em 1821, D. João VI voltou para Lisboa, deixando seu filho, D. Pedro, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, em meio a disputas políticas entre portugueses e

brasileiros, D. Pedro declara unilateralmente a independência do Brasil, transformando-o em um império. Portugal só reconheceria sua independência em 1825 (Lustosa, 2006).

Devido a questões políticas oriundas da sucessão ao trono português, o imperador D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro, em 1831, e regressou a Portugal, deixando seu filho de apenas cinco anos de idade como príncipe regente. D. Pedro II assumiu o trono em 1840, tornando-se o segundo e último imperador do Brasil.

Em 1850, o Brasil abandona o tráfico internacional de escravos, mas somente em 1888, após um longo e conflituoso processo de mobilização interna e de pressão externa, houve a abolição da escravatura no país.

No ano seguinte, em 15 de novembro de 1889, motivado por crises econômicas, descontentamentos da oficialidade do Exército e desavenças com as elites rurais e financeiras, um golpe militar derrubou a monarquia e proclamou a república.

Durante o século XX, o Brasil teve dois períodos de supressão democrática, a Era Vargas (1930-1946) e a Ditadura Militar (1964-1985). Foi também nesse século que o país chegou ao seu limite territorial atual, iniciou seu processo de industrialização, mudou sua capital para Brasília e tornou-se uma das maiores economias globais, mantendo, porém, um grande nível de desigualdade social.



Figura 26 – Localização do Brasil

Fonte: Wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>

Quadro 18 – Dados informativos do Brasil⁹⁷

Nome oficial	República Federativa do Brasil
Capital	Brasília
Principais cidades	São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre, Belém.
População	210.147.125 habitantes – 5ª maior no mundo
Gentílico	Brasileiro
Área	8.515.767 Km ² – 5º maior no mundo
Densidade populacional	23,8 habitantes por Km ² – 182º no mundo
Sistema de governo	República Federativa Presidencialista
Religião	Catolicismo (64,6%), protestantismo (22,2%), sem religião (8%).
PIB (nominal)	US\$ 2.141.000.000,00 – 8º maior do mundo
PIB per capita	US\$ 15.646,00 – 76º maior do mundo
IDH	0,761 –79º no mundo – alto desenvolvimento humano
Expectativa de vida	75,7 anos
Média de escolaridade	7,8 anos
Unidade monetária	Real (BRL)
Fronteiras terrestres	Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa (França), Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.
Fuso horário (capital)	UTC – 3
Portal do Governo	www.gov.br

Fonte: Elaboração própria

⁹⁷ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2772.aspx>; população, área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>

A primeira Constituição do Brasil foi outorgada pelo imperador D. Pedro I, em 1824, dois anos após a independência de Portugal e possuía um caráter liberal-conservador. Com a Proclamação da República, em 1889, uma nova constituição foi elaborada, sendo promulgada em 1891 e de influência estadunidense. Uma Assembleia Nacional Constituinte aprovou uma nova Constituição, em 1934, mas, em 1937, outra Constituição foi outorgada, inserida no contexto centralizador da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Em 1946, com o fim do Estado Novo e a volta da democracia, o país promulga sua quinta Constituição. Três anos após o Golpe Militar, em 1964, o Congresso Nacional (sem os parlamentares cassados pela Ditadura) aprova nova Constituição que, em 1969, recebe profundas alterações redigidas pelos ministros militares.

A atual Constituição brasileira foi elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, no contexto de retomada da democracia após o período de ditadura militar (1964-1985) e foi promulgada em 1988. Conhecida como Constituição Cidadã, possui influência da Constituição portuguesa de 1976.

Em seu preâmbulo, o mais curto das constituições lusófonas, é destacado o caráter democrático, pacífico e plural da Constituição⁹⁸:

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Em seu primeiro artigo, a Constituição apresenta as características basilares do Estado brasileiro, enquanto, no Parágrafo Único, é reforçada a ideia da república e da democracia:

Art. 1

⁹⁸ Informações disponíveis em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político;

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa constituição.

O artigo quinto apresenta a garantia da igualdade aos cidadãos e residentes no país, destacando aspectos referentes ao direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. O direito à intimidade e privacidade do indivíduo e ao acesso à informação também são explicados:

Art. 5

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

[...]

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

[...]

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena

de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

[...]

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

[...]

LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

[...]

LXXII – conceder-se-á *habeas-data*:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas a pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

[...]

LXXVII – são gratuitas as ações de *habeas-corpus* e *habeas-data* e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

[...]

A língua portuguesa é indicada como a única língua oficial do país:

Art. 13

A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

[...]

O artigo 19 proíbe o poder público de não atestar veracidade aos documentos emitidos

por ele:

Art. 19

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

II - recusar fé aos documentos públicos;

[...]

O artigo 23 atribui ao Estado e aos entes federativos o zelo pela legislação, pela democracia e pelo patrimônio público. O patrimônio também é objeto de destaque, nos artigos 24 e 30:

Art. 23

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

[...]

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art.24

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015).

Art. 30

Compete aos Municípios:

[...]

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

[...]

O artigo 210 estabelece uma ligação entre os conteúdos mínimos do ensino fundamental com os valores culturais e artísticos do país:

Art. 210

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

A questão cultural é retomada no artigo 215, ao garantir o acesso pleno da sociedade às fontes da cultura nacional, indicando que é obrigação do Estado a proteção da cultura popular, indígena e afro-brasileira, valorizando a diversidade étnica e regional. A valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, bem como da formação de profissional qualificado para essas ações aparecem como obrigações do Estado:

Art. 215

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, publicada no D.O.U., de 11 de agosto de 2005).

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, publicada no D.O.U., de 11 de agosto de

2005).

II – produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, publicada no D.O.U., de 11 de agosto de 2005).

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005 – publicada no D.O.U., de 11 de agosto de 2005.).

IV – democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, publicada no D.O.U., de 11 de agosto de 2005).

V – valorização da diversidade étnica e regional (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, publicada no D.O.U., de 11 de agosto de 2005).

No artigo 216 são estabelecidas as características que definem o patrimônio cultural brasileiro, indicando que o Poder Público, em colaboração com a sociedade, promoverá sua preservação. Também é de importante destaque, nesse artigo, a atribuição da gestão documental governamental e suas condições de acesso:

Art.216

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2003).

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U., de 31 de dezembro de 2003).

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U., de 31 de dezembro de 2003).

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U., de 31 de dezembro de 2003).

O artigo 217 dispõe sobre a organização, diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Cultura:

Art. 217

O Sistema Nacional de Cultura, organizada em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I – diversidade das expressões culturais;

II – universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III – fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV – cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

área cultural;

V – integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI – complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII – transversalidade das políticas culturais;

VIII – autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX – transparência e compartilhamento das informações;

X – democratização dos processos decisórios com participação e controle do social;

XI – descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII – ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2 Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

I – órgãos gestores da cultura;

II – conselhos de política cultural;

III – conferências de cultura;

IV – comissões intergestores;

V – planos de cultura;

VI – sistemas de financiamento à cultura;

VII – sistemas de informações e indicadores culturais;

VIII – programas de formação na área da cultura; e

IX – sistemas setoriais de cultura.

§ 3º Lei Federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais do governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

O artigo 220 reforça a ideia de liberdade de expressão e de informação, observadas as demais leis constitucionais:

Art. 220

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta

Constituição.

[...]

No artigo 242, há uma menção sobre o ensino da História do Brasil, em que é destacada a importância da multiculturalidade para a formação do povo brasileiro:

Art. 242

[...]

§ 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Dentre os 250 artigos da Constituição brasileira um faz menção à língua portuguesa, mas nenhum discorre sobre algum tipo de relação especial com os países lusófonos. O Estado de Direito democrático é objeto de um artigo e o direito ao acesso à informação, à privacidade e intimidade são citados em três artigos. Questões referentes à educação e à cultura constam de cinco artigos e seis artigos falam sobre patrimônio cultural.

4.3.3 Angola



Figura 27 – Bandeira de Angola

Fonte: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Angola

Quando a frota comandada pelo navegador português Diogo Cão chegou na foz do rio Congo, em 1482, encontrou uma população de povos bantos organizada, no que veio a se chamar de Reino do Congo, estabelecendo relações comerciais e aos poucos iniciando um processo de evangelização.

Em 1575, os portugueses criaram uma feitoria perto do mar, na região de Luanda, com o intuito de melhor negociar com o Reino do Congo e com outro reino chamado Dongo, estabelecendo tratados, mas também travando guerras. De forma gradual, passaram a controlar parte do território que foi nominada como Angola, nome derivado do termo banto *n'gola*, referente ao título de rei no Reino de Dongo.

Através do contato com esses reinos, Portugal desenvolveu um tráfico de escravos que logo se tornaria a base econômica da região (Birmingham, 1966).

Entre 1641 e 1648, os holandeses invadiram Angola e tentaram estabelecer contatos comerciais através de alianças com os reinos locais, mas foram derrotados pelos portugueses, que, em seguida, empreenderam conquistas militares sobre os reinos do Congo e do Dongo, subjugando-os (Gonçalves, 2005). Além disso, Portugal também estendeu seus domínios para o sul, estabelecendo uma feitoria na região onde atualmente é Benguela. As incursões ao interior do território angolano eram esparsas e só se intensificaram a partir do século XIX.

Com a Revolução Industrial e a necessidade de aumento de obtenção de matéria-prima, o interesse pela partilha do continente africano pelas potências europeias foi responsável pela Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, quando entre outras deliberações, determinou-se que a efetiva ocupação dos territórios fosse o fator determinante para sua posse. Com isso, Portugal ampliou sua presença em Angola, mas sem recursos e tendo resistência da população nativa, este processo deu-se lentamente. Somente nas primeiras décadas do século XX é que houve a ocupação de todo território angolano, por parte de Portugal e seu Estado colonial, havendo legislação e burocracia específicas para sua administração (Henriques, 1997).

O Estado Novo português considerava Angola como sua principal colônia, desenvolvendo uma complexa máquina administrativa, incentivando a imigração portuguesa e fomentando o investimento empresarial. Entretanto, a maior parte da população nativa sofria com a ausência de cidadania e com o trabalho forçado ou de baixa remuneração.

Uma mudança na legislação portuguesa, decorrente de pressões externas, transformou Angola e as demais colônias em territórios ultramarinos, fazendo com que, teoricamente, todos eles passassem a fazer parte de Portugal e seus habitantes fossem portugueses, mas isso só se aplicaria a uma pequena parte da população africana, dita assimilada.

Como não havia universidades em Angola, os filhos de colonos ou aqueles que conseguiam bolsas de estudo iam estudar em Portugal e em outros países, tendo contato com realidades diferentes e ideias libertárias. Na década de 1950, esses estudantes somados a grupos angolanos descontentes com a dominação portuguesa, articularam-se em movimentos de resistência em prol da independência do país.

Em 1961, uma série de conflitos desencadearam uma guerra pela independência, não só em Angola, mas também na Guiné e em Moçambique. Em Angola, três grupos de resistência e enfrentamento protagonizaram a luta, mas divergiam entre si, por terem orientações ideológicas diferentes: o MPLA, a FNLA e a UNITA.

A Guerra Colonial durou até 1974, quando a ditadura portuguesa enfraquecida, muito por causa das consequências da guerra, foi destituída do poder por um golpe militar que cessou de imediato o conflito armado em África, retirando suas tropas e não se opondo à independência das ex-colônias. As organizações armadas, que lutavam contra Portugal, passaram então a lutar entre si pela hegemonia e o poder. Neste cenário caótico, cerca de 350 mil portugueses deixaram Angola, em um curto período, colapsando a administração pública, as indústrias, o comércio e a agricultura. Em 11 de novembro de 1975, é declarada a independência de Angola, com o MPLA assumindo o poder, com uma doutrina marxista de partido único, alijando a FNLA e a UNITA, que, não aceitando a exclusão, iniciaram uma guerra civil a qual durou oficialmente até 2002 e arrasou a economia e infraestrutura do país, deixando centenas de milhares de vítimas (Botelho, 2007).

No final da década de 1990, em virtude do contexto internacional e de pressões internas, o MPLA abandonou a doutrina marxista-leninista e passou a ter uma economia de mercado e um sistema multipartidário, convocando eleições, mas se mantendo no poder.

Devido às grandes jazidas de hidrocarbonetos, a economia angolana deu grandes saltos, mas o país ainda sofre com uma profunda desigualdade social.



Figura 28 – Localização de Angola

Fonte: Wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Angola>

Quadro 19 – Dados informativos de Angola⁹⁹

Nome oficial	República de Angola
Capital	Luanda
Principais cidades	Huambo, Lobito, Cabinda, Benguela, Lubango, Malange
População	29.310.273 habitantes – 46º no mundo
Gentílico	Angolano
Área	1.246.700 km ² – 23º no mundo
Densidade populacional	20,6 habitantes por km ²
Sistema de governo	República presidencialista
Religião	Catolicismo (50%), protestantismo (25%)
PIB (nominal)	US\$ 131.407.000.000,00 – 61º no mundo

⁹⁹ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2771.aspx>; população, área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Angola>.

PIB per capita	US\$ 6,127,00 – 102º no mundo
IDH	0,574 – 149º no mundo – médio desenvolvimento humano
Expectativa de vida	60,8 anos
Média de escolaridade	5,1 anos
Unidade monetária	Kwanza (AOA)
Fronteiras terrestres	República do Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia
Fuso horário (oficial)	UTC +1
Portal do Governo	www.angola.gov.ao

Fonte: Elaboração própria

A atual Constituição, aprovada pela Assembleia Constituinte, em 21 de janeiro de 2010, foi promulgada em 5 de fevereiro e teve seu texto publicado no Diário da República de Angola em 23 de fevereiro de 2010, sendo a terceira desde que Angola se tornou um país independente, em 1975.

Seu preâmbulo destaca a “longa tradição de luta do povo angolano pela conquista de sua cidadania e independência” e a opção pela democracia multipartidária, a partir da revisão constitucional iniciada em 1991:

Preâmbulo

Nós, o povo de Angola, através dos nossos lídimos representantes, Deputados da Nação livremente eleitos nas eleições parlamentares de setembro de 2008;

Cientes de que essas eleições se inserem na longa tradição de luta do povo angolano pela conquista de sua cidadania e independência, proclamada no dia 11 de setembro de 1975, data em que entrou em vigor a primeira Lei Constitucional da história de Angola, corajosamente preservada graças aos sacrifícios coletivos para defender a soberania nacional e a integridade territorial do país;

Tendo recebido, por via da referida escolha popular e por força do disposto no artigo 158º da Lei Constitucional de 1992, o nobre e indeclinável mandato de proceder à elaboração e aprovação da Constituição da República de Angola;

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Côncios da grande importância e magna valia de que se reveste a feitura e adoção da lei primeira e fundamental do Estado e da sociedade angolana;

Destacando que a Constituição da República de Angola se filia e enquadra diretamente na já longa e persistente luta do povo angolano, primeiro, para resistir à ocupação colonizadora, depois para conquistar a independência e a dignidade de um Estado soberano e, mais tarde, para edificar, em Angola, um Estado Democrático de Direito e uma sociedade justa;

Invocando a memória dos nossos antepassados e apelando à sabedoria das lições da nossa história comum, das nossas raízes seculares e das culturas que enriquecem a nossa unidade;

Inspirados pelas melhores lições da tradição africana – substrato fundamental da cultura e da identidade angolanas;

Revestidos de uma cultura de tolerância e profundamente comprometidos com a reconciliação, a igualdade, a justiça e o desenvolvimento;

Decididos a construir uma sociedade fundada na equidade de oportunidades, no compromisso, na fraternidade e na unidade na diversidade;

Determinados a edificar, todos juntos, uma sociedade justa e de progresso que respeita a vida, a igualdade, a diversidade e a dignidade das pessoas;

Relembrando que a atual Constituição representa o culminar do processo de transição constitucional iniciado em 1991, com a aprovação, pela Assembléia do Povo, da Lei nº 12/91, que consagrou a democracia multipartidária, as garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o sistema económico de mercado, mudanças aprofundadas, mais tarde, pela Lei de Revisão Constitucional nº 23/92;

Reafirmando o nosso comprometimento com os valores e princípios fundamentais da Independência, Soberania e Unidade do Estado Democrático de Direito, do pluralismo de expressão e de organização política, da separação e equilíbrio de poderes de órgãos de soberania, do sistema económico de mercado e do respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, que constituem as traves mestras que suportam e estruturam a presente constituição;

Conscientes de que uma Constituição como a presente é, pela partilha dos valores, princípios e normas nela plasmados, um importante fator de unidade nacional e uma forte alavanca para o desenvolvimento do Estado e da sociedade;

Empenhando-nos, solenemente, no cumprimento estrito e no respeito pela presente Constituição e aspirando a que a mesma postura seja a matriz do comportamento dos cidadãos, das forças políticas e de toda a sociedade angolana;

Assim, invocando e rendendo preito à memória de todos os heróis e de cada uma das angolanas e dos angolanos que perderam a vida na defesa da Pátria;

Fiéis aos mais altos anseios do povo angolano de estabilidade, dignidade, liberdade, desenvolvimento e edificação de um país moderno, próspero, inclusivo, democrático e socialmente justo;

Comprometidos com o legado para as futuras gerações e no exercício da nossa soberania; Aproveitamos a presente Constituição como Lei Suprema e Fundamental da República de Angola.

O primeiro artigo da Constituição reforça a ideia de soberania, independência e democracia:

Artigo 1º - (República de Angola)

Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social.

No artigo 19 a língua portuguesa é apresentada como o idioma oficial do país. Todavia, as outras línguas faladas em Angola, bem como as demais línguas internacionais de comunicação, também serão valorizadas e utilizadas:

Artigo 19º - (Línguas)

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

No artigo que trata das tarefas fundamentais do Estado, há menções sobre os direitos culturais e o patrimônio histórico, artístico e cultural:

Artigo 21º - (Tarefas fundamentais do Estado)

Constituem tarefas fundamentais do Estado angolano:

[...]

c) Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos económicos, sociais, e culturais dos cidadãos;

[...]

m) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional;

[...]

Nos artigos 29 e 32 são garantidos o acesso à informação jurídica e o direito à identidade, à intimidade e à privacidade:

Artigo 29º - (Acesso ao Direito e tutela jurisdicional efetiva)

[...]

2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.

Artigo 32º - (Direito à identidade, à privacidade e à intimidade)

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, à capacidade civil, à nacionalidade, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra e à reserva de intimidade da vida privada e familiar.

2. A lei estabelece as garantias efetivas contra a obtenção e a utilização, abusivas ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e às famílias.

Nos artigos 40 e 42, a Constituição apresenta a garantia de direitos de expressão e de informação, com os resguardados limites, no que diz respeito à imagem, intimidade e privacidade, bem como da proteção do direito de propriedade intelectual:

Artigo 40º - (Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm o direito de exprimir, divulgar e partilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimento nem discriminações.

[...]

3. A liberdade de expressão e a liberdade de informação têm como limites os direitos de todos ao bom nome, a honra e à reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar, a proteção da infância e da juventude, o segredo de Estado, o segredo de justiça, o segredo profissional e demais garantias daqueles direitos, nos termos regulados pela lei.

4. As infrações cometidas no exercício da liberdade de expressão e de informação fazem incorrer o seu autor em responsabilidade disciplinar, civil e criminal, nos termos da lei.

Artigo 42º - (Propriedade intelectual)

1. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, política, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

2. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

3. São assegurados, nos termos da lei:

a) A proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução às imagens e voz humanas, incluindo nas atividades culturais, educacionais, políticas e desportivas;

[...]

O direito à informação dos atos do Estado e da gestão dos assuntos públicos é garantido, no artigo 52:

Artigo 52º - (Participação na vida pública)

1. Todo o cidadão tem o direito de participar na vida política e na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos, e de ser informados sobre os atos do Estado e a gestão dos assuntos público, nos termos da Constituição e da lei.

[...]

O artigo 69 garante ao cidadão o direito de acesso às informações pessoais contidas em arquivos através do *habeas data*:

Artigo 69º - (Habeas data)

1. Todos têm o direito de recorrer à providência de *habeas data* para assegurar o conhecimento das informações sobre si constantes em ficheiros, arquivos ou registos

informáticos, de ser informados sobre o fim a que se destinam, bem como de exigir a retificação ou atualização dos mesmos, nos termos da lei e salvaguardados o segredo de Estado e o segredo de justiça.

2. É proibido o registo e tratamento de dados relativos às convicções políticas, filosóficas ou ideológicas, a fé religiosa, à filiação partidária ou sindical, à origem étnica e à vida privada dos cidadãos com fins discriminatórios.

3. É igualmente proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, bem como à transferência de dados pessoais de um ficheiro para outro pertencente a serviço ou instituição diversa, salvo nos casos estabelecidos por lei ou por decisão judicial.

[...]

Nos artigos 79, 81 e 87, são garantidas a promoção da cultura, a proteção dos direitos dos jovens em relação à cultura e a valorização da identidade cultural e linguística da sociedade angolana:

Artigo 79º - (Direito ao ensino, cultura e desporto)

1. O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei.

[...]

Artigo 81º - (Juventude)

1. Os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

a) No ensino, na formação profissional e na cultura;

[...]

Artigo 87º - (Património histórico, cultural e artístico)

1. Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística.

2. O Estado promove e estimula a conservação do património histórico, cultural e artístico do povo angolano.

O artigo 95 dispõe sobre os bens classificados como domínio público, apresentando o espaço terrestre e marítimo e as reservas biológicas, estradas, portos e aeroportos, dentre outros, mas no que tange ao património histórico e cultural, são mencionados apenas os

monumentos e imóveis classificados como tal, sem menções específicas aos patrimônios documentais:

Artigo 95º - (Domínio público)

1. São bens do domínio público:

[...]

j) Os monumentos e imóveis de interesse nacional, como tais classificados e integrados no domínio público, nos termos da lei;

k) Outros bens determinados por lei ou reconhecidos pelo direito internacional.

2. Os bens do domínio público são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

[...]

No artigo 198, é proclamado o respeito ao património público:

Artigo 198º - (Objetivos e princípios fundamentais)

1. A administração pública prossegue, nos termos da Constituição e da lei, o interesse público, devendo, no exercício da sua atividade, reger-se pelos princípios da igualdade, legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade, responsabilização, probidade administrativa e respeito pelo património público.

O direito à informação pública e pessoal, bem como o direito de acesso aos arquivos pelo cidadão, resguardadas as disposições legais, são garantidos no artigo 200:

Artigo 200º - (Direito e garantias dos administrados)

[...]

2. Os cidadãos tem direito de ser informados pela Administração sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como o de conhecer as decisões que sobre eles forem tomadas.

[...]

4. É garantido aos particulares o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança e defesa, ao segredo de Estado, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.

A Constituição angolana possui 244 artigos, um menciona a língua portuguesa, mas não há artigo que fale da cooperação entre os países lusófonos. Quatro artigos falam de educação e cultura, quatro sobre patrimônio cultural, um sobre o estado democrático de direito e seis sobre o direito e acesso à informação.

4.3.4 Cabo Verde



Figura 29 – Bandeira de Cabo Verde

Fonte: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Cabo_Verde

Cabo Verde é um país insular, localizado na costa ocidental da África, ocupando um arquipélago de dez ilhas vulcânicas, na região central do Oceano Atlântico, ao norte da Linha do Equador. Essas ilhas eram desabitadas quando os portugueses lá chegaram, em 1460. Seu nome advém do acidente geográfico descoberto pelos portugueses, em 1444, batizado como Cabo Verde. Este cabo situa-se onde é atualmente o Senegal, sendo o ponto mais ocidental da África continental. Em virtude da proximidade com o cabo, as ilhas passaram a ser chamadas de ilhas de Cabo Verde.

Estrategicamente localizado, o arquipélago despertou interesse dos portugueses por servir como base de apoio para suas rotas marítimas. As ilhas eram pequenas e montanhosas, mas, por suas funcionalidades, foram logo ocupadas, tornando-se o primeiro assentamento feito pelos europeus nos trópicos.

Portugal estabeleceu uma feitoria em uma das ilhas, Santiago, e criou uma carta de privilégios para os colonos, importando escravos do continente para o trabalho agrícola. Com a ampliação do tráfico negreiro oriundo da Costa da Guiné, Cabo Verde passou a ser um

importante entreposto comercial e local de aprovisionamento, tornando-se um “centro de concentração e dispersão de homens, plantas e animais”.¹⁰⁰

A população de Cabo Verde foi formada por europeus livres, escravos, de diversas etnias, da costa africana e por um grande número de mestiços proveniente de união desses grupos. A língua falada era uma mistura do português com as diversas línguas e dialetos africanos, formando o crioulo cabo-verdiano.

A exploração da terra sem muitos cuidados agravou às condições climáticas do arquipélago. Entretanto, foi a abolição do comércio escravista que afundou economicamente Cabo Verde, pois este deixou de ser o entreposto comercial que o fez progredir e entrou em decadência, passando a viver com base em uma economia de subsistência, sem grandes interesses da metrópole. É neste contexto do século XIX que é fomentada, de forma gradual, a ideia de independência pelas elites locais insatisfeitas com o descaso português. Esse desinteresse foi responsável pela ascensão de cabo-verdianos na máquina administrativa local, por uma escolarização mais independente e por uma imprensa, de certa forma, mais atuante que em outras colônias. Esses fatores contribuíram para a criação dessa elite nacional de cunho burocrático e intelectual (Lloyd-Jones & A. Pinto, 2003).

A partir da década de 1930, Portugal começou a redefinir sua política ultramarina, passando a dar mais atenção e investimentos a Cabo Verde, mas a ideia de independência já havia sido difundida de forma irreversível. Em 1956, teve início o capítulo decisivo nesse processo com a criação do PAIGC, de orientação marxista. Seu idealizador foi Amílcar Cabral, guineense de ascendência cabo-verdiana, que passou sua infância e juventude no arquipélago, indo para Lisboa para fazer seus estudos superiores. Na ocasião, teve contato com estudantes africanos, de outras nacionalidades e desenvolveu ideias comunistas, iniciando sua luta contra o colonialismo e pela independência de Cabo Verde e Guiné.

Com a Guerra Colonial iniciada em 1961 no continente, envolvendo Guiné, Angola e Moçambique, Portugal se enfraqueceu, provocando o colapso do Estado Novo e acabou não conseguindo manter seus antigos territórios ultramarinos. Em 1974, um acordo entre o PAIGC e o novo governo português instaurou um governo de transição em Cabo Verde e

¹⁰⁰ Governo de Cabo Verde. História. Disponível em: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/historia/>.

promoveu eleições para a Assembleia Nacional Popular que, em 5 de julho de 1975, proclamou a independência do país.

No início da década de 1990, o regime de partido único foi abolido e eleições multipartidárias foram realizadas.



Figura 30 – Localização de Cabo Verde

Fonte: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde

Quadro 20 – Dados informativos de Cabo Verde¹⁰¹

Nome oficial	República de Cabo Verde
Capital	Cidade da Praia
Principais cidades	Mindelo, Assomada e São Filipe
População	560.899 habitantes – 173º maior do mundo
Gentílico	Cabo-verdiano
Área	4.033 Km ² – 146º maior do mundo

¹⁰¹ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2773.aspx>; população, área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019* <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde.

Densidade populacional	118 habitantes por Km ² – 65º maior do mundo
Sistema de governo	República unitária semipresidencialista
Religião	Catolicismo (85%), protestantismo (10%)
PIB (nominal)	US\$ 2.071.000.000,00
PIB per capita	US\$ 4.089,00
IDH	0,651 – 126º no mundo – médio desenvolvimento humano
Expectativa de vida	72,8 anos
Média de escolaridade	6,2 anos
Unidade monetária	Escudo de Cabo Verde (CVE)
Fronteiras terrestres	-
Fuso horário (oficial)	UTC -1
Portal do Governo	www.governo.cv

Fonte: Elaboração própria

A atual Constituição de Cabo Verde foi aprovada em 25 de setembro de 1992 pela Assembleia Nacional Popular e instituiu o Estado de direito democrático. A atual versão, com as atualizações realizadas, é de 2012¹⁰².

Em seu preâmbulo, é destacada a opção pela democracia pluralista e pelo estabelecimento de “condições necessárias para o exercício do poder e da cidadania num clima de liberdade, de paz e de justiça”:

Preâmbulo

A proclamação da Independência Nacional constituiu-se num dos momentos mais altos da História da Nação Cabo-verdiana. Factor de identidade e revitalização da nossa condição de povo, sujeito às mesmas vicissitudes do destino, mas comungando da tenaz esperança de criar nestas ilhas as condições de uma existência digna para todos os seus filhos, a Independência permitiu ainda que Cabo Verde passasse a membro de pleno direito da comunidade internacional.

¹⁰² Informações disponíveis em: <http://portais.parlamento.cv/rppd/legislacao/cr.pdf>.

No entanto, a afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime de democracia pluralista, tendo antes a organização do poder político obedecido à filosofia e princípios caracterizadores dos regimes de partido único.

O exercício do poder no quadro desse modelo demonstrou, à escala universal, a necessidade de introduzir profundas alterações na organização da vida política e social dos Estados. Novas ideias assolaram o mundo fazendo ruir estruturas e concepções que pareciam solidamente implantadas, mudando completamente o curso dos acontecimentos políticos internacionais. Em Cabo Verde a abertura política foi anunciada em mil novecentos e noventa, levando à criação das condições institucionais necessárias às primeiras eleições legislativas e presidenciais num quadro de concorrência política.

Foi assim que a 28 de Setembro a Assembleia Nacional Popular aprovou a Lei Constitucional n.º 2/III/90 que, revogando o artigo 4º da Constituição e institucionalizando o princípio do pluralismo, consubstanciou um novo tipo de regime político.

Concebida como instrumento de viabilização das eleições democráticas e de transição para um novo modelo de organização da vida política e social do país, não deixou contudo de instituir um diferente sistema de governo e uma outra forma de sufrágio, em véspera de eleições para uma nova assembleia legislativa.

Foi nesse quadro que se realizaram as primeiras eleições legislativas em Janeiro de 1991, seguidas, em Fevereiro, de eleições presidenciais. A expressiva participação das populações nessas eleições demonstrou claramente a opção do país no sentido da mudança do regime político.

No entanto, o contexto histórico preciso em que, pela via da revisão parcial da Constituição, se reconheceu os partidos como principais instrumentos de formação da vontade política para a governação, conduziu a que a democracia pluralista continuasse a conviver com regras e princípios típicos do regime anterior.

Não obstante, a realidade social e política em que vivia o país encontrava-se num processo de rápidas e profundas transformações, com assunção por parte das populações e forças políticas emergentes de valores que caracterizam um Estado de Direito Democrático, e que, pelo seu conteúdo, configuravam já um modelo material ainda não espelhado no texto da Constituição.

A presente Lei Constitucional pretende, pois, dotar o país de um quadro normativo que valerá, não especialmente pela harmonia imprimida ao texto, mas pelo novo modelo

instituído. A opção por uma Constituição de princípios estruturantes de uma democracia pluralista, deixando de fora as opções conjunturais de governação, permitirá a necessária estabilidade a um país de fracos recursos e a alternância política sem sobressaltos.

Assumindo plenamente o princípio da soberania popular, o presente texto da Constituição consagra um Estado de Direito Democrático com um vasto catálogo de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a concepção da dignidade da pessoa humana como valor absoluto e sobrepondo-se ao próprio Estado, um sistema de governo de equilíbrio de poderes entre os diversos órgãos de soberania, um poder judicial forte e independente, um poder local cujos titulares dos órgãos são eleitos pelas comunidades e perante elas responsabilizados, uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos e concebida como instrumento do desenvolvimento e um sistema de garantia de defesa da Constituição característico de um regime de democracia pluralista.

Esta Lei Constitucional vem, assim, formalmente corporizar as profundas mudanças políticas operadas no país e propiciar as condições institucionais para o exercício do poder e da cidadania num clima de liberdade, de paz e de justiça, fundamentos de todo o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde.

O primeiro artigo da Constituição reforça a ideia de soberania, unidade e democracia, apontando os Direitos do Homem como elemento fundamental nessa tríade:

Artigo 1º (República de Cabo Verde)

1. Cabo Verde é uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça.

[...]

Dentre as tarefas do Estado dispostas pelo artigo 7º, estão a defesa e valorização da identidade cabo-verdiana, o fomento de condições culturais e educacionais, a promoção da língua materna e a proteção do património histórico e cultural:

Artigo 7º (Tarefas do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

a) Defender a independência, garantir a unidade, preservar, valorizar e promover a identidade da nação cabo-verdiana, favorecendo a criação das condições sociais, culturais, económicas e políticas necessárias;

[...]

h) Fomentar e promover a educação, a investigação científica e tecnológica, o conhecimento e a utilização de novas tecnologias, bem como o desenvolvimento cultural da sociedade cabo-verdiana;

i) Preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura caboverdianas;

[...]

k) Proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico - cultural e artístico nacional;

O artigo 9º apresenta o português como língua oficial, mas indica que a língua materna, o crioulo, terá atenção especial do Estado:

Artigo 9º (Línguas oficiais)

1. É língua oficial o Português.

2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.

3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.

As relações especiais de Cabo Verde com os países de língua portuguesa são destacadas no artigo 11º:

Artigo 11º (Relações internacionais)

[...]

6. O Estado de Cabo Verde mantém laços especiais de amizade e de cooperação com os países de língua oficial portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes cabo-verdianos.

[...]

A defesa do património cultural é apresentada no artigo 21º:

Artigo 21º (Acesso à justiça)

[...]

2. A todos é conferido, pessoalmente ou através de associações de defesa dos interesses em causa, o direito de promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infracções contra a saúde, o ambiente, a qualidade de vida e o património cultural.

[...]

Os direitos de expressão e informação e à imagem, intimidade e privacidade, estão dispostos nos artigos 28º e 40º:

Artigo 28º (Direito à liberdade)

[...]

2. São garantidas as liberdades pessoal, de pensamento, expressão e informação, de associação, de religião, de culto, de criação intelectual, artística e cultural, de manifestação e as demais consagradas na Constituição, nas leis e no Direito Internacional geral ou convencional recebido na ordem jurídica interna.

[...]

Artigo 40º (Direito à identidade, à personalidade, ao bom nome, à imagem e à intimidade)

[...]

2. Todo o cidadão tem direito ao bom nome, à honra e reputação, à imagem e à reserva da intimidade da sua vida pessoal e familiar.

A proteção dos dados pessoais, em ambientes eletrónicos, é preconizada no artigo 44º da Constituição:

Artigo 44º (Utilização de meios informáticos e protecção de dados pessoais)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, bem como o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.

2. É proibida a utilização dos meios informáticos para registo e tratamento de dados individualmente identificáveis relativos às convicções políticas, filosóficas ou ideológicas, à fé religiosa, à filiação partidária ou sindical ou à vida privada salvo:

a) mediante consentimento expresso do titular;

- b) mediante autorização prevista por lei, com garantias de não discriminação;
- c) quando se destinem a processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

3. A lei regula a protecção de dados pessoais constantes dos registos informáticos, as condições de acesso aos bancos de dados, de constituição e de utilização por autoridades públicas e entidades privadas de tais bancos ou de suportes informáticos dos mesmos.

4. Não é permitido o acesso a arquivos, ficheiros, registos informáticos ou bases de dados para conhecimento de dados pessoais relativos a terceiros, nem a transferência de dados pessoais de um para outro ficheiro informático pertencente a distintos serviços ou instituições, salvo nos casos estabelecidos na lei ou por decisão judicial.

[...]

7. Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de protecção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.

Os direitos ao *habeas data*, à liberdade de expressão, de informar e ser informado, à livre criação intelectual e à liberdade de imprensa, são garantidos por um conjunto de artigos:

Artigo 45º (Habeas data)

1. A todo o cidadão é concedido *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações constantes de ficheiros, arquivos ou registo informático que lhe digam respeito, bem como para ser informado do fim a que se destinam e para exigir a rectificação ou actualização dos dados.

[...]

Artigo 47º (Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm a liberdade de exprimir e de divulgar as suas ideias pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém podendo ser inquietado pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas ou outras.

2. Todos têm a liberdade de informar e de serem informados, procurando, recebendo e divulgando informações e ideias, sob qualquer forma, sem limitações, discriminações ou impedimentos.

3. É proibida a limitação do exercício dessas liberdades por qualquer tipo ou forma de censura.

4. A liberdade de expressão e de informação não justifica a ofensa à honra e consideração das pessoas, nem a violação do seu direito à imagem ou à reserva da intimidade da vida

pessoal e familiar.

5. A liberdade de expressão e de informação é ainda limitada pelo dever de:

- a) protecção da infância e da juventude;
- b) não fazer a apologia da violência, do racismo, da xenofobia e de qualquer forma de discriminação, nomeadamente da mulher.

[...]

7. É assegurado a todas as pessoas singulares ou colectivas, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, bem como o direito de indemnização pelos danos sofridos em virtude de infracções cometidas no exercício da liberdade de expressão e informação.

Artigo 53º (Liberdade de criação intelectual, artística e cultural)

1. É livre a criação intelectual, cultural e científica, bem como a divulgação de obras literárias, artísticas e científicas.

2. A lei garante a protecção dos direitos de autor.

Artigo 59º (Liberdade de imprensa)

1. É garantida a liberdade de imprensa.

[...]

8. Aos jornalistas é garantido, nos termos da lei, o acesso às fontes de informação e assegurada a protecção da independência e sigilo profissionais, não podendo nenhum jornalista ser obrigado a revelar as suas fontes de informação.

[...]

Os direitos à educação, à promoção cultural, à história cabo-verdiana e à valorização do património histórico estão dispostos nos artigos 77º e 78º:

Artigo 77º (Direito à educação)

1. Todos têm direito à educação.

[...]

4. Aos poderes públicos cabe, ainda:

[...]

b) Promover a interligação da escola, da comunidade, e das actividades económicas, sociais e culturais;

[...]

e) Promover o conhecimento da história e da cultura cabo-verdianas e universais.

Artigo 78º (Direito à cultura)

1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.

[...]

3. Para garantir o direito à cultura, incumbe especialmente ao Estado:

[...]

c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, histórico e arquitectónico;

[...]

O artigo 84º estabelece que o cidadão, dentre outras obrigações, tem o dever de defender e promover o património cultural do país:

Artigo 84º (Deveres para com a Nação e a comunidade)

Todo o cidadão tem o dever de:

[...]

h) Defender e promover a saúde, o ambiente e o património cultural.

O artigo 241º assegura ao cidadão cabo-verdiano o acesso aos arquivos e registos administrativos, resguardadas as disposições legais:

Artigo 241º (Direitos e garantias dos cidadãos face à Administração)

O cidadão, directamente ou por intermédio de associações ou organizações de defesa de interesses difusos a que pertença, tem, nos termos da lei, direito a:

[...]

d) Aceder aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa do Estado, à investigação criminal, ao segredo de justiça, ao segredo do Estado e à intimidade das pessoas;

[...]

A Constituição cabo-verdiana possui 295 artigos. A língua portuguesa é mencionada em um artigo, bem como a cooperação com os países lusófonos. Em três artigos são mencionadas questões referentes à educação e cultura, três sobre património, um sobre o

estado democrático de direito e oito mencionam o direito e o acesso à informação e preservação da imagem, privacidade e intimidade.

4.3.5 Guiné-Bissau



Figura 31 – Bandeira de Guiné-Bissau

Fonte: Brasil Escola. <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guinebissau.htm>

O território onde hoje se encontra a Guiné-Bissau, situado na costa atlântica subsaariana, era habitado por três grupos étnicos, os balantas, os fulas e os malinquês. Parte considerável desse território integrou o Reino de Gabu e, anteriormente, o Império do Mali.

Em 1446, o navegador português Nuno Tristão chegou à costa guineense, sendo considerada a primeira expedição europeia a ter contato com aquela região. Nos anos seguintes, os portugueses instalaram feitorias no litoral e estabeleceram acordos comerciais com os nativos, trocando cereais, vinho, sal e azeite, por ouro, marfim e malagueta. O comércio de escravos também despertava grande interesse, tanto para Portugal como também para outras nações europeias. Em 1558, com a fundação da vila de Cacheu, a colonização efetivamente teve início e a localidade logo se tornou um grande centro de comércio escravista. No século XVII, foi estabelecida uma Capitania-Geral e, em 1697, uma vila contendo uma fortificação militar e um entreposto de tráfico de escravos é fundada, recebendo o nome de Bissau.

Até o século XVIII, parte do território esteve sob domínio português, sobretudo o litoral e margens dos rios, enquanto outras partes ainda pertenciam ao Reino de Gabu, mas, com o avanço da colonização em direção ao interior no século XIX, em virtude da necessidade de ocupação territorial contidas nas determinações da Conferência de Berlim,

Portugal estendeu seu domínio sobre todo território, batizando-o como Guiné Portuguesa. Sua administração, antes ligada a Cabo Verde, foi separada e passou a ser autônoma. Com o fim do tráfico negreiro, a economia local entrou em declínio.

Com o advento do Estado Novo, a Guiné, assim como outras colônias portuguesas, passou a ter o estatuto de Província Ultramarina, sendo a antiga vila de Bissau, já transformada em cidade, elevada à categoria de capital colonial.

Devido ao longo processo de ocupação e de conflitos com diversas etnias locais, havia uma grande animosidade com os portugueses, sobretudo, pelas condições desiguais oferecidas aos nativos e ao trabalho forçado. Os focos de resistência se tornaram a gênese dos movimentos de independência, que passaram a ser coordenados, com a criação do PAIGC em 1956, por Amílcar Cabral.

A Guerra Colonial, iniciada em 1961, a partir da luta armada empreendida pelo PAIGC, foi violenta e devastadora para os países envolvidos, sendo a Guiné o local de maior enfrentamento militar. Em 1973, quando a guerra já estava se encaminhando para o fim, Amílcar Cabral foi morto em um atentado e seu irmão, Luís Cabral, assumiu o comando do PAIGC, declarando unilateralmente a independência do país, no mesmo ano. Portugal, mesmo não reconhecendo a independência, dava claros sinais de que não aguentaria prosseguir com a guerra por mais tempo e muitos colonos portugueses começaram a deixar o país.

Após o golpe militar que pôs fim ao Estado Novo em 1974, a guerra terminou e o novo governo português iniciou as negociações com o PAIGC, para sua saída definitiva da Guiné-Bissau e reconhecendo a independência em 24 de setembro de 1974. O primeiro presidente guineense foi Luís Cabral que implementou um regime marxista monopartidário. A capital Bissau já emprestava seu nome ao do próprio país, para diferenciá-la das outras duas Guinés, as que foram colonizadas pela França (Guiné Conacri) e pela Espanha (Guiné Equatorial).

O PAIGC passou a controlar tanto a Guiné-Bissau como Cabo Verde, em um projeto de integração desses dois países, mas em 1980, um golpe de Estado pôs fim a esse modelo, acusado de provocar miséria e assassinatos de opositores. A constituição foi alterada e o multipartidarismo implementado. Apenas em 1994 aconteceram as primeiras eleições para a presidência e para o parlamento, mas quatro anos depois um golpe militar inicia uma guerra

civil que dura dois anos e assola o país. Nos anos seguintes, a instabilidade política promoveu outros golpes e rupturas democráticas, levando Guiné-Bissau a uma grave crise econômica com o enfraquecimento de suas instituições e o agravamento das condições sociais (J. N. Pinto, 2008).



Figura 32 – Localização da Guiné-Bissau

Fonte: Wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>

Quadro 21 – Dados informativos de Guiné-Bissau¹⁰³

Nome oficial	República da Guiné-Bissau
Capital	Bissau
Principais cidades	Bafafá, Gabú, Mansôa, Catió, Cantchungo, Farim
População	1.772.338 habitantes – 152º maior do mundo
Gentílico	Guineense
Área	36.125 Km ² – 136º maior do mundo

¹⁰³ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2774.aspx>; população, área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guine-Bissau>.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Densidade populacional	44 habitantes por Km ² – 154º maior do mundo
Sistema de governo	República semipresidencialista
Religião	Islamismo (50%), crenças nativas (40%), cristianismo (10%)
PIB (nominal)	US\$ 1.040.000.000,00 -
PIB per capita	US\$ 598,00
IDH	0,461 – 178º no mundo – baixo desenvolvimento humano
Expectativa de vida	58 anos
Média de escolaridade	3,3 anos
Unidade monetária	Franco CFA (XOF)
Fronteiras terrestres	Guiné e Senegal
Fuso horário (oficial)	UTC 0
Portal do Governo	www.gov.gw

Fonte: Elaboração própria

A Constituição guineense foi a promulgada em 1984, pela Assembleia Nacional Popular e teve revisões e alterações por cinco vezes (1991, 1993, 1995, 1996 e 2001), tendo, em seu preâmbulo, a história do PAIGC contada de forma laudatória.

Preâmbulo

O PAIGC, fundado em 19 de Setembro de 1956, cumpriu exemplarmente o seu Programa Mínimo, que consiste em libertar os povos da Guiné e Cabo Verde, conquistando a soberania dos respectivos Estados, ao mesmo tempo que lançava as bases de construção de uma sociedade livre, democrática e de justiça social em cada país.

O Partido conseguiu, após a independência, granjear nos planos interno e internacional, simpatia, respeito e admiração pela forma como tem conduzido os destinos da Nação Guineense, nomeadamente através da criação e institucionalização do aparelho estatal. Com o Movimento Reajustador do 14 de Novembro, o Partido reorientou a sua acção, corrigindo os erros que estavam a entravar a edificação de uma sociedade unida, forte e democrática.

Ao adoptar a presente Constituição, que se situa fielmente na linha de uma evolução institucional que nunca se afastou das ideias e opções do nosso povo, linha reafirmada

pelas transformações profundas operadas na nossa sociedade pela legalidade, pelo direito e pelo gozo das liberdades fundamentais, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau revela o facto de o seu articulado se encontrar imbuído do humanismo que sempre nos inspirou e que se reflecte nos direitos e liberdades aqui garantidos aos cidadãos como conquistas irreversíveis do nosso povo.

A Assembleia Nacional Popular felicita o PAIGC pelo papel de vanguarda que sempre desempenhou na condução dos destinos da Nação Guineense e congratula-se pela decisão corajosa e oportuna que o partido de Amílcar Cabral tomou ao implementar o desafio da abertura democrática rumo a construção de uma sociedade pluralista, justa e livre.

A decisão do PAIGC situa-se na esteira da sua tradição histórica de procurar a cada momento as respostas às profundas aspirações do nosso povo.

Por isso, agindo como intérprete fiel da vontade do povo e no exercício das responsabilidades que lhe cabem como órgão máximo da soberania, a Assembleia Nacional Popular aprova e adopta, como lei fundamental e para vigorar a partir de 16 de Maio de 1984, a presente Constituição da República da Guiné-Bissau.

Em seu primeiro artigo, a soberania e a democracia, bem como a laicidade e a unidade do Estado são destacadas:

Artigo 1º

A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária.

O artigo 17º afirma ser imperativa a preservação da identidade e do património cultural guineense e que, para isso, deverão ser criadas e oferecidas ao cidadão as condições de acesso à cultura:

Artigo 17º

1 - É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana.

2 - Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar activamente na sua criação e difusão.

[...]

O direito à informação jurídica é assegurado pelo artigo 34º:

Artigo 34º

Todos têm direito à informação e à protecção jurídica, nos termos da lei.

O artigo 50º dispõe sobre a liberdade intelectual, artística e científica, e protege o direito do autor:

Artigo 50º

1 - É livre a criação intelectual, artística e científica que não contrarie a promoção do progresso social.

2 - Esta liberdade compreende o direito de invenção, produção e divulgação de obras científicas, literárias ou artísticas.

3 - A lei protegerá o direito do autor.

A Constituição guineense conta com 133 artigos, não havendo menções à língua portuguesa ou à cooperação entre os países do mesmo idioma. Há um artigo sobre educação e cultura, outro sobre património, e tanto o estado democrático de direito e quanto o direito à informação são mencionados em apenas um artigo.

4.3.6 Guiné Equatorial



Figura 33 – Bandeira da Guiné Equatorial

Fonte: Bandeiras Nacionais. <https://www.bandeirasnacionais.com/guine-equatorial>

Situada no Golfo da Guiné, uma reentrância da costa ocidental africana, a Guiné Equatorial possui um território descontínuo, formado por uma parte continental e muitas outras insulares que antes da chegada dos europeus, no final do século XV, eram habitadas por diversas etnias da raiz bantu (Ada, 2018, p. 20).

Em 1471, uma expedição portuguesa comandada pelo navegador Fernão do Pó chegou ao arquipélago e ocupou a ilha batizada como Formosa, mas que anos depois passou a ser conhecida pelo seu nome. Cerca de vinte anos depois, D. João II, Rei de Portugal, incorporou aos seus títulos o de Senhor da Guiné e iniciou a colonização de algumas ilhas criando condições para o tráfico de escravizados, que se tornou a principal matriz econômica da região, despertando interesse de holandeses, ingleses e depois dos espanhóis.

Em meados do século XVII, os holandeses se estabeleceram na ilha de Fernão do Pó à revelia dos portugueses, centralizando o comércio escravista da região, mas poucos anos depois Portugal expulsou os holandeses, retomou o controle, fortificou a ilha e ampliou o tráfico de mão de obra escrava para a França, Inglaterra e Espanha, tendo como colaboradores os bengas, grupo étnico local.

Em virtude de disputas territoriais na América do Sul entre Portugal e Espanha, uma série de negociações diplomáticas resultou em tratados que demarcavam, cediam e trocavam territórios entre esses países, até que em 1778, por meio do Tratado de El Pardo, Portugal cedeu as ilhas de Fernão Pó (Formosa) e a Ano Bom, bem como a parte da costa do Golfo da Guiné que dominava, para a Espanha. Em contrapartida, ficou com faixas territoriais na

América do Sul, onde hoje se situa parte do Rio Grande do Sul, e resolveu outras contendas com os espanhóis.

Os ingleses estabeleceram negócios na região e daí surgiu uma língua de contato chamada “pichinglis”. Outro dialeto crioulo, esse de origem portuguesa, é o “fá-d’Ambô” ou “Fala de Annobon”, uma língua de contato desenvolvida na ilha de Ano Bom. (Ada, 2018, p. 20).

No início do século XX, a Espanha promoveu uma unificação administrativa das ilhas e da parte continental, criando os *Territorios Españoles del Golfo de Guinea*, também conhecidos como a *Guinea Española*. Em 1935, um ano antes de iniciar a Guerra Civil Espanhola, a Guiné Espanhola foi dividida em dois distritos: a *Guinea Continental*, com a cidade de Bata como capital, e Fernando Pó, que tinha Santa Isabel como capital. Economicamente, a Guiné Equatorial produzia e exportava madeira, café e cacau para a Espanha.

Em 1960, dentro do contexto de pressões internacionais pela descolonização africana, empreendidas pela ONU, os dois distritos se transformaram em províncias ultramarinas e, três anos depois, em virtude de um referendo em que os guineenses exigiam maior autonomia, tais províncias foram unificadas em uma região autônoma batizada de *Guinea Ecuatorial* que tinha governo próprio e uma Assembleia Geral.

Em 1965, a Assembleia da ONU aprova uma resolução exigindo da Espanha um cronograma para a independência da Guiné Equatorial. Uma Conferência Constitucional foi formada, em 1967, para a elaboração da primeira constituição, apresentada à população em referendo, no ano seguinte, sendo aprovada por mais de 60% dos votantes. Em 12 de outubro de 1968, a independência da Guiné Equatorial é declarada. Contudo, a estrutura financeira e administrativa espanhola é mantida na antiga colônia, provocando sérios conflitos diplomáticos quando uma grave crise econômica se instala no país no ano seguinte, que ficou conhecida como a Crise das Bandeiras.¹⁰⁴

A instabilidade política fez com que a Espanha providenciasse a evacuação de todos os seus cidadãos do país e suspendesse investimentos e repasse financeiros. Nos anos

¹⁰⁴ Diário ABC (Madrid). Disponível em: <http://hemeroteca.abcdesevilla.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/sevilla/abc.sevilla/1968/08/13/001.html>.

seguinte, houve tentativas de golpes, assassinatos e crises econômicas, que levaram o país ao isolamento internacional e a um processo de repressão política promovido pelo presidente Francisco Macias Nguema, que instalou um regime de partido único e revogou e alterou artigos da Constituição. Em 1972, Nguema promulgou uma lei que se autodeclarava presidente vitalício do país. No ano seguinte, uma nova Constituição, de caráter ditatorial, substituiu a anterior.

Francisco Nguema governou o país até 1979, quando foi deposto pelo seu sobrinho Teodoro Obiang, tendo sido executado, por fuzilamento, no mesmo ano. Obiang promulgou outra constituição, em 1982 e, governando com autoritarismo, vem sendo reeleito seguidamente em eleições consideradas fraudulentas.

No final do século XX, grandes reservas de petróleo foram descobertas no país fazendo com que a Guiné Equatorial se tornasse um dos maiores produtores petrolíferos da África e elevando significativamente seu PIB, sem que com isso houvesse melhorias na vida da população que sofre com uma imensa desigualdade social.

A negociação para que a Guiné Equatorial fosse aceita na CPLP foi demorada em virtude de não ter a língua portuguesa como oficial e muito menos falada pela sua população, além dos graves problemas de violação de direitos humanos e da pena de morte existente. Em 2010, o país adotou a língua portuguesa como um dos três idiomas oficiais, além do espanhol e do inglês, e, em 2014, aboliu a pena de morte, sendo finalmente aceito na Comunidade (Ada, 2018, p. 20). Todavia, considerado um país distante da comunidade lusófona e, sobretudo, imerso em desrespeitos aos direitos humanos e com sérios problemas na democracia, seu ingresso e permanência na CPLP são envoltos em polêmicas e oposições.



Figura 34 – Localização da Guiné Equatorial

Fonte: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9_Equatorial

Quadro 22 – Dados informativos da Guiné Equatorial¹⁰⁵

Nome oficial	República de Guinea Ecuatorial
Capital	Malabo
Principais cidades	Bata, Mongoma
População	1.221.490 habitantes
Gentílico	Guinéu-equatoriano / equato-guineense
Área	28.051 km ² – 141º maior do mundo
Densidade populacional	43,57 habitantes por Km ²
Sistema de governo	República semipresidencialista
Religião	Cristianismo (93%), protestantismo (5%)
PIB (nominal)	US\$ 15.537.000.000,00 – 124º no mundo *

¹⁰⁵ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-4452.aspx>; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guine_Equatorial.

PIB per capita	US\$ 12.895,00 – 58º no mundo *
IDH	0,588 – 144º no mundo – médio desenvolvimento humano
Expectativa de vida	58,4 anos
Média de escolaridade	5,6 anos
Unidade monetária	Franco CFA (XAF)
Fronteiras terrestres	Gabão, Camarões e Nigéria
Fuso horário (oficial)	UTC +1
Portal do Governo	www.guineaecuatorialpress.com

Fonte: Elaboração própria

A Constituição da Guiné Equatorial foi promulgada com sua independência, em 1968, e, em 1973, uma nova constituição a substituiu. A constituição atual foi aprovada, em 1982, e teve alterações, em 1991 e 1995. Após um referendo, em 2011, outras alterações foram realizadas.¹⁰⁶

Em seu curto preâmbulo, é exposto o desejo de manutenção do “autêntico espírito africano da tradição” e da “organização familiar e comunal”, sendo a “autoridade carismática da família tradicional” a base da sociedade:

Preâmbulo

Nosotros, Pueblo de Guinea Ecuatorial, conscientes de nuestra responsabilidad ante Dios y la Historia.

Animados por la voluntad de salvaguardar nuestra Independencia total, de organizar y consolidar nuestra unidad nacional;

Deseosos de mantener el auténtico espíritu africano de la tradición positiva de la organización familiar y comunal adaptándolo a nuevas estructuras sociales y judiciales acordes a la vida moderna;

Conscientes de que el sentido de la autoridad carismática de la familia tradicional es la base de la organización de la sociedade ecuatoguineana;

¹⁰⁶ Embora a língua portuguesa tenha sido adotada oficialmente, através de decreto de 2010, não foi encontrado por esta investigação uma versão em português da constituição atual.

Apoyados firmemente em los principios de la justicia social reafirmados solenemente um los derechos y libertades del hombre definidos por la Declaración Universal de Derechos del Hombre del 10 de octubre de 1.948;

La Carta Africana de Derechos del Hombre y de los Pueblos de 26 de junio de 1981;

Adoptamos la siguiente Ley Fundamental de Guinea Ecuatorial.

No primeiro artigo, é realçada a soberania, a independência e a democracia do país, reconhecendo o pluralismo político e estabelecendo seu nome oficial:

Artículo 1º

1. Guinea Ecuatorial es um Estado soberano, independiente, republicano, social y democrático, em el que los valores supremos son la unidad, la paz, la justicia, la libertad y la igualdad.

2. Se reconoce el pluralismo político.

3. Su nombre oficial es: REPÚBLICA DE GUINEA ECUATORIAL

As línguas oficiais do país, segundo o artigo 4º da Constituição, são o espanhol e o francês. As línguas nativas são consideradas como integrantes da cultura nacional. A língua portuguesa só seria alçada à condição de língua oficial, em julho de 2010, por decreto presencial¹⁰⁷:

Artículo 4º

Las lenguas oficiales de la República de Guinea Ecuatorial son el Español, el Francés y las que la Ley determine. Se reconocen las lenguas autóctonas como integrantes de la cultura nacional.

[...]

No artigo 6º, são preconizadas a promoção da cultura e a preservação do patrimônio cultural:

Artículo 6º

El Estado fomenta y promueve la cultura, la creación artística, la investigación científica

¹⁰⁷

Disponível em:
https://web.archive.org/web/20110819184519/http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?conten_t_id=1622890.

y tecnológica y vela por la conservación de la naturaleza, el patrimonio cultural de la riqueza artística e histórica de la Nación.

A defesa da soberania e a promoção do progresso cultural de seus cidadãos são indicadas no artigo 7º:

Artículo 7º

El Estado defiende la soberanía de la Nación, refuerza su unidad y asegura el respeto de los derechos fundamentales del hombre y la promoción del progreso económico, social y cultural de los ciudadanos.

O artigo 16º apresenta como dever do cidadão equato-guineense, a defesa da pátria e a preservação dos valores essenciais da tradição nacional:

Artículo 16º

Todos los ecuatoguineanos tienen el deber de honrar a la Patria, defender su soberanía, la integridade territorial y a la unidad nacional, así como contribuir a la preservación de la paz, la seguridad nacional y los valores esenciales de la tradición ecuatoguineana y proteger los intereses nacionales.

A presente constituição possui 134 artigos e não há menção à língua portuguesa ou a cooperação entre os países lusófonos. Dois artigos mencionam questões relativas à educação e cultura, um fala sobre patrimônio e outro sobre o estado democrático de direito. Nenhum artigo fala do direito à informação e temas afins.

4.3.7 Moçambique



Figura 35 – Bandeira de Moçambique

Fonte: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Mo%C3%A7ambique

Moçambique está situado no sudeste da África, banhado pelo Oceano Índico, sendo o único país da CPLP na costa oriental africana.

Os primeiros habitantes conhecidos daquela região foram os bosquímanos, que eram coletores e caçadores, mas com a chegada de povos bantos, através de correntes migratórias, a partir dos anos 200, foram lentamente excluídos das melhores terras. Os bantos estabeleceram comunidades agrícolas e criações de gado. A partir do século VII, iniciou-se a presença de povos árabes e, posteriormente, persas que estabeleceram entrepostos comerciais de ouro e marfim, dominando a costa.¹⁰⁸

Em 1498, na viagem de Vasco da Gama à Índia, os portugueses chegaram a Moçambique conquistando a Ilha de Moçambique e a cidade costeira de Sofala, iniciando o controle da região litorânea. Durante os séculos seguintes, rumaram para o interior, através do garimpo e do comércio de população escravizada por chefes tribais locais e por comerciantes árabes, portugueses e de outras nacionalidades (Brown, Morgan & Lehrman, 2006).

Até o fim do século XVII, Portugal conseguiu obter um amplo domínio territorial da região através do sistema de ocupação chamado Prazos, em que o território era gerido na forma de feudo, a partir da doação, compra ou conquista da terra. Esse sistema se estendeu

¹⁰⁸ Portal do Governo de Moçambique. História de Moçambique. Período Pré-colonial. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Periodo-Pre-Colonial>.

até meados do século XIX, tendo sido fundamental para a consolidação do comércio escravista, responsável pelo envio de populações escravizadas para o Brasil e Cuba dentre outras localidades.¹⁰⁹

Na viragem do século XVII para o XVIII, o interesse português na região diminuiu, em virtude das investidas árabes que reconquistaram alguns territórios, mas, sobretudo, pela maior atenção dada ao comércio com a Índia e Extremo Oriente, que era mais lucrativo, além da crescente colonização no Brasil.

Com poucos recursos, Portugal precisou aceitar, no século XIX, que outras potências europeias, sobretudo Inglaterra e França, desenvolvessem ações comerciais na região. Entretanto, devido às resoluções da Conferência de Berlim (1884-1885), havia a necessidade de efetiva ocupação do território para que Portugal garantisse sua posse, mas em virtude da incapacidade militar e financeira, decidiu-se pelo arrendamento de inúmeras extensões territoriais, na maior parte, para companhias britânicas que, utilizando-se de mão de obra barata ou de trabalho forçado, construíram estradas de ferro para escoamento dos produtos advindos das minas e das plantações. A ocupação colonial não se deu de forma pacífica, pois os moçambicanos empreenderam diversas lutas de resistência e enfrentamento.¹¹⁰

No século XX, com a ascensão de Salazar e o advento do Estado Novo, uma nova política econômica foi traçada para o Império e as concessões não foram renovadas. Uma nova legislação para as colônias foi posta em prática e a administração burocrática portuguesa se fez mais presente. Em 1951, Moçambique, bem como as outras colônias, foi integrado como província ultramarina de Portugal (Clarence-Smith, 1985), mas os moçambicanos acusavam a metrópole de privilegiar apenas a população portuguesa que residia no país, não dando a devida importância às comunidades nativas, nem promovendo o seu desenvolvimento.

A luta pela independência do país, inserida no período de descolonização em África e Ásia, incorporou a tradição moçambicana de resistência e enfrentamento e, associada aos movimentos de ideologias marxistas e anticoloniais, que se espalhavam pelo continente africano no contexto da Guerra Fria, deu início a uma campanha de guerrilha contra o

¹⁰⁹ Portal do Governo de Moçambique. História de Moçambique. Penetração Colonial. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Penetracao-Colonial>.

¹¹⁰ Idem.

governo em 1964, através da FRELIMO, sob o comando de Eduardo Mondlane. Esses eventos somaram-se aos conflitos anticoloniais já existentes na Guiné e em Angola, na chamada Guerra Colonial. A guerrilha se concentrava na área rural de Moçambique, enquanto Portugal mantinha o controle dos centros urbanos.

A queda do Estado Novo com a Revolução dos Cravos de abril de 1974, pôs fim à guerra e Moçambique tornou-se independente, em 25 de junho de 1975, conforme o Acordo de Lusaka, pactuado entre Portugal e a FRELIMO.

Moçambique adotou a ideologia marxista e o sistema de partido único, estando alinhado com Cuba e União Soviética. Devido a divergências internas e disputas geopolíticas na região decorrentes da Guerra Fria, o país entrou em uma guerra civil que provocou a saída maciça de portugueses e moçambicanos no país, destruiu a infraestrutura existente e o arrasou economicamente. Uma série de violações dos direitos humanos, durante todo o conflito, acarretou um expressivo número de vítimas civis e militares, estimado em um milhão de mortos e 1,7 milhão de refugiados.¹¹¹

Com a morte do presidente Samora Machel, em 1986, devido a um acidente aéreo, seu sucessor, Joaquim Chissano, alterou o regime, adotando práticas capitalistas, mudou a constituição e iniciou as negociações de paz com o grupo dissidente. Em 1992, mediado pelas forças de segurança da ONU, a guerra civil terminou. Dois anos depois, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, nas quais a FRELIMO saiu vitoriosa, o que se repetiu nas eleições seguintes.¹¹² Atualmente, Moçambique enfrenta conflitos armados na região central e norte, acentuando os aspectos de desigualdade do país.

¹¹¹ *The New York Times*. *A Mozambique formally at peace is bled by hunger and brutality*. (1992). Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/10/13/world/a-mozambique-formally-at-peace-is-bled-by-hunger-and-brutality.html>.

¹¹² Portal do Governo de Moçambique. História de Moçambique. A luta pela independência. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/A-Luta-pela-Independencia>.



Figura 36 – Localização de Moçambique

Fonte: Wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>

Quadro 23 – Dados informativos de Moçambique¹¹³

Nome oficial	República de Moçambique
Capital	Maputo
Principais cidades	Beira, Nampula, Chimolo, Nacala-Porto, Quelimane, Tete, Pemba, Xai-Xai, Inhambane
População	27.909.798 habitantes (2017)
Gentílico	Moçambicano
Área	786.380 km ² – 35º maior no mundo
Densidade populacional	34,8 habitantes por km ²
Sistema de governo	República semipresidencialista

¹¹³ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2775.aspx>; área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Moçambique>. Consultados em 05 de abril de 2020.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Religião	Cristianismo (56%), islamismo (18%), sem religião (19%)
PIB (nominal)	US\$ 12.681.000.000,00
PIB per capita	US\$ 429,00
IDH	0,446 – 180º no mundo – baixo desenvolvimento humano
Expectativa de vida	60,2 anos
Média de escolaridade	3,5 anos
Unidade monetária	Metical (MZM)
Fronteiras terrestres	Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Essuatini, Zimbábue e África do Sul
Fuso horário (oficial)	UTC + 2
Portal do Governo	www.portaldogoverno.gov.mz

Fonte: Elaboração própria

Moçambique teve sua primeira Constituição, em 1975, logo após sua independência, e, em 1990, uma segunda Constituição foi promulgada, em que o estado de direito democrático foi introduzido.

Em 2004, a Assembleia da República aprovou a presente Constituição, na qual, em seu preâmbulo, uma breve história constitucional é apresentada¹¹⁴:

Preâmbulo

A Luta Armada de Libertação Nacional, respondendo aos anseios seculares do nosso Povo, aglutinou todas as camadas patrióticas da sociedade moçambicana num mesmo ideal de liberdade, unidade, justiça e progresso, cujo escopo era libertar a terra e o Homem.

Conquistada a Independência Nacional em 25 de Junho de 1975, devolveram-se ao povo moçambicano os direitos e as liberdades fundamentais.

A Constituição de 1990 introduziu o Estado de Direito Democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando os parâmetros

¹¹⁴ Portal do Governo de Moçambique. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>.

estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias. A presente Constituição reafirma, desenvolve e aprofunda os princípios fundamentais do Estado moçambicano, consagra o carácter soberano do Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

A ampla participação dos cidadãos na feitura da Lei Fundamental traduz o consenso resultante da sabedoria de todos no reforço da democracia e da unidade nacional.

O primeiro artigo ressalta as características basilares da República de Moçambique:

Artigo 1 (República de Moçambique)

A República de Moçambique é um Estado independente, soberano, democrático e de justiça social.

No artigo 10, a língua portuguesa é apresentada como língua oficial:

Artigo 10 (Língua oficial)

Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.

O artigo 11 apresenta, dentre os objetivos fundamentais do Estado, a afirmação da identidade moçambicana, de suas tradições e cultura:

Artigo 11 (Objectivos fundamentais)

O Estado moçambicano tem como 273iretamen fundamentais:

[...]

h) o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica;

i) a afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores sócio-culturais;

[...]

No artigo 21, destacam-se as relações especiais com os países da região e com os países de língua portuguesa, bem como com aqueles que acolhem os emigrantes moçambicanos:

Artigo 21 (Laços especiais de amizade e cooperação)

A República de Moçambique mantém laços especiais de amizade e cooperação com os países da região, com os países de língua oficial portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes moçambicanos.

Os direitos à honra, imagem, intimidade e privacidade são objetos do artigo 41:

Artigo 41 (Outros direitos pessoais)

Todo o cidadão tem direito à honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da sua imagem pública e à reserva da sua vida privada.

No artigo 45, são apresentados os deveres do cidadão para com a comunidade, dentre eles, a preservação dos valores culturais:

Artigo 45 (Deveres para com a comunidade)

Todo o cidadão tem o dever de:

[...]

d) zelar, nas suas relações com a comunidade pela preservação dos valores culturais, pelo espírito de tolerância, de diálogo e, de uma maneira geral, contribuir para a promoção e educação cívicas;

[...]

A liberdade de expressão, de informação e de imprensa é garantida pelo artigo 48:

Artigo 48 (Liberdades de expressão e informação)

1. Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação.

2. O exercício da liberdade de expressão, que compreende nomeadamente, a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais, e o exercício do direito à informação não podem ser limitados por censura.

3. A liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a protecção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão.

A proteção de dados pessoais em meio eletrônico e a regulação de seu acesso são objetivos do artigo 71:

Artigo 71 (Utilização da informática)

1. É proibida a utilização de meios informáticos para registo e tratamento de dados individualmente identificáveis relativos às convicções políticas, filosóficas ou ideológicas, à fé religiosa, à filiação partidária ou sindical e à vida privada.
2. A lei regula a protecção de dados pessoais constantes de registos informáticos, as condições de acesso aos bancos de dados, de constituição e utilização por autoridades públicas e entidades privadas destes bancos de dados ou de suportes informáticos.
3. Não é permitido o acesso a arquivos, ficheiros e registos informáticos ou de bancos de dados para conhecimento de dados pessoais relativos a terceiros, nem a transferência de dados pessoais de um para outro ficheiro informático pertencente a distintos serviços ou instituições, salvo nos casos estabelecidos na lei ou por decisão judicial.
4. Todas as pessoas têm o direito de aceder aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respectiva rectificação.

A liberdade de criação intelectual, a proteção dos direitos de autor e a garantia de acesso a informações pessoais, estão presentes no artigo 94:

Artigo 94 (Liberdade de criação cultural)

1. Todos os cidadãos têm direito à liberdade de criação científica, técnica, literária e artística.
2. O Estado protege os direitos inerentes à propriedade intelectual, incluindo os direitos de autor e promove a prática e a difusão das letras e das artes.

Artigo 253 (Direitos e garantias dos administrados)

Os cidadãos têm o direito de serem informados pelos serviços competentes da Administração Pública sempre que requeiram sobre o andamento dos processos em que estejam directamente interessados nos termos da lei.

[...]

A Constituição possui 306 artigos, sendo um sobre a língua portuguesa e outro sobre a cooperação entre países lusófonos. Dois artigos sobre educação e cultura, um sobre o estado

democrático de direito e quatro sobre o direito e acesso à informação. Não há nenhum artigo referente às questões de patrimônio cultural.

4.3.8 São Tomé e Príncipe



Figura 37 – Bandeira de São Tomé e Príncipe

Fonte: Wikipedia.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país insular, situado na costa atlântica da África, constituído de duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe, que estão distantes do continente cerca de 250 km. Os países mais próximos são Guiné Equatorial, Gabão e Camarões.

As ilhas eram desabitadas quando navegadores portugueses chegaram até elas. São Tomé foi descoberta em 21 de dezembro de 1470, dia do respectivo santo, e Príncipe, alguns dias depois, em 17 de janeiro de 1471. Inicialmente foi chamada de Santo Antão, mas mudou de nome para homenagear o Príncipe de Portugal.

O clima quente e úmido, a topografia irregular e as doenças tropicais não favoreceram a colonização. Por isso, Portugal criou um sistema de capitânicas e fomentou o povoamento através de degredados, artífices, pobres e judeus, que desenvolveram a agricultura, sobretudo, a produção canavieira, e a criação de gado. Além disso, o arquipélago tornou-se um importante ponto de escala para os navios portugueses que faziam a rota das Índias e aqueles que faziam o tráfico negreiro da África para o Brasil (Proença, 2015, p. 288). Com o tempo, outras culturas agrícolas foram desenvolvidas, como o cacau e o café, e, por isso, grandes levadas de escravos foram introduzidas nas ilhas.

Durante os séculos XIX e XX, um conjunto de fatores levou a instabilidades econômicas, sobretudo, em virtude de movimentos de resistência e de agitação social. Na

década de 1960 grupos nacionalistas surgem e, em 1972, é criado o MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, de vertente marxista. O arquipélago também não se constituía como prioridade para os portugueses e, devido às Guerras de Libertação em Angola, Guiné e Moçambique, em que Portugal concentrava suas tropas e esforços, o processo de independência em São Tomé e Príncipe deu-se de forma pacífica, em 1975.

Após sua independência, o país implementou um regime socialista de partido único e nacionalizou as terras. Uma década depois da independência, promoveu uma abertura econômica e política, culminando em uma nova Constituição, em 1990.

O português é o idioma oficial, falado por quase a totalidade da população, predominantemente, e de origem africana continental e mestiça. A colonização portuguesa também deixou marcas na arquitetura, cultura e costumes.



Figura 38 – Localização de São Tomé e Príncipe

Fonte: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe

Quadro 24 – Dados informativos de São Tomé e Príncipe¹¹⁵

Nome oficial	República Democrática de São Tomé e Príncipe
Capital	São Tomé
Principais cidades	Santo Antónia, Santa Cruz, Neves
População	205.454 habitantes (2017) – 184º maior do mundo
Gentílico	São-tomense
Área	1.001 Km ² – 183º maior do mundo
Densidade populacional	156,84 habitantes por Km ² – 65º maior no mundo
Sistema de governo	República semipresidencialista
Religião	Cristianismo (70%), protestantismo (3%), sem religião (19%)
PIB (nominal)	US\$ 362.000.000,00
PIB per capita	US\$ 1.854,00
IDH	0,609 – 137º no mundo – médio desenvolvimento humano
Expectativa de vida	70,2 anos
Média de escolaridade	6,4 anos
Unidade monetária	Dobra (STD)
Fronteiras terrestres	-
Fuso horário (oficial)	UTC 0
Portal do Governo	www.stp.gov.st

Fonte: Elaboração própria

¹¹⁵ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2777.aspx>; população, área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/São_Tomé_e_Príncipe.

São Tomé e Príncipe promulgou sua primeira Constituição em 1975 no contexto de sua independência, tendo tido revisões, em 1980, 1982 e 1987, até chegar à versão definitiva de 1990. Contudo, em 2002, houve uma modificação em parte do texto, pela necessidade de reconfiguração do sistema constitucional. O texto final da presente Constituição foi publicado em 2003 no Diário da República¹¹⁶.

Em seu preâmbulo, destaca a longa trajetória de lutas contra a “dominação colonial”.

Preâmbulo

Durante cinco séculos o Povo São-tomense travou contra a dominação colonial, um combate difícil e heróico, pela libertação da sua Pátria ocupada, pela conquista da Soberania e Independência Nacional, pela restauração dos seus direitos usurpados e pela reafirmação da sua dignidade humana e personalidade africana.

A 12 de Julho de 1975, sob a esclarecida direcção do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), o Povo São-tomense alcançou a sua Independência Nacional e proclamou perante a África e a Humanidade inteira a República Democrática de São Tomé e Príncipe. Essa vitória, a maior da nossa história, só foi possível graças aos sacrifícios e à determinação de valorosos e heróicos filhos de São Tomé e Príncipe que, durante séculos, sempre resistiram à presença colonial, e em 1960 se organizaram em CLSTP e mais tarde, 1972, em MLSTP, até atingir o supremo objetivo da libertação nacional.

Com a proclamação da Independência Nacional, a Assembleia Representativa do Povo São-tomense confiou ao Bureau Político do MLSTP, através do estipulado no Artigo 3.º da Lei Fundamental então aprovada, a pesada responsabilidade de, como mais alto órgão político da Nação, assumir a direcção da sociedade e do Estado em São Tomé e Príncipe, visando o nobre objetivo de garantir a independência e a unidade nacionais, mediante a construção dum Estado Democrático, segundo o programa máximo do MLSTP.

Quinze anos depois, e após análise aprofundada da experiência de exercício legítimo do poder pelo MLSTP, o Comité Central, na sua sessão de Dezembro de 1989, fiel ao dever patriótico de promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de São Tomé e Príncipe, decidiu ratificar as justas aspirações nacionais, expressas durante a Conferência Nacional, de 5 a 8 de Dezembro de 1989, no sentido da abertura do

¹¹⁶ Informações disponíveis em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/st/st001pt.pdf>.

necessário espaço à participação de 1 outras forças politicamente organizadas, com vista ao aprofundamento da democracia, em prol da modernidade em São Tomé e Príncipe.

Inspirada na necessidade histórica de se promover a participação cada vez mais ampla e responsabilizada do cidadão nos vários domínios da vida nacional, a presente revisão ao texto constitucional, para além de consagrar o princípio de que o monopólio do poder não constitui por si só garantia suficiente de progresso, representa a vontade colectiva dos São-tomenses em darem a sua parcela de contribuição à universalidade dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.

Nestes termos, após a aprovação pela Assembleia Popular Nacional, no uso das atribuições que lhe são conferidas ao abrigo da alínea i) do artigo 32.º, e ratificação por Referendo Popular, ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º, todos da Constituição vigente, promulgo a seguinte Constituição:

No primeiro artigo, a soberania, a independência e a defesa dos Direitos do Homem merecem destaque:

Artigo 1º - República Democrática de São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado soberano e independente, empenhado na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na defesa dos Direitos do Homem e na solidariedade activa entre todos os homens e todos os povos.

No artigo 10º são elencados os objetivos primordiais do Estado, entre eles, a promoção e a democratização dos direitos culturais:

Artigo 10º - Objectivos Primordiais do Estado

São objetivos primordiais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional;
- b) Promover o respeito e a efectivação dos direitos pessoais, económicos, sociais, culturais e políticos dos cidadãos;
- c) Promover e garantir a democratização e o progresso das estruturas económicas, sociais e culturais;

[...]

As relações especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa são confirmadas no artigo 12º:

Artigo 12º - Relações Internacionais

[...]

3. A República Democrática de São Tomé e Príncipe mantém laços especiais de amizade e de cooperação com os países de língua portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes são-tomenses.

[...]

Os direitos à intimidade e privacidade, à liberdade de expressão e informação e à propriedade intelectual fazem parte dos artigos 24º, 29º e 46º:

Artigo 24º - Direito à Identidade e à Intimidade

A identidade pessoal e a reserva da intimidade da vida privada e familiar são invioláveis.

Artigo 29º - Liberdade de expressão e informação

Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio.

[...]

Artigo 46º - Propriedade intelectual

O Estado protege os direitos à propriedade intelectual, incluindo os direitos do autor.

No artigo 56º, a preservação, a valorização e as condições de acesso à cultura são nominadas como funções do Estado:

Artigo 56º - Cultura e desporto

1. Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar activamente na sua criação e difusão.

2. O Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do Povo São-tomense.

A presente Constituição possui 160 artigos. Nenhum fala da língua portuguesa, mas há um artigo em que a cooperação entre os países lusófonos é mencionada. Dois artigos sobre

educação e cultura, um sobre patrimônio, um sobre o estado democrático de direito e um relativo ao direito e acesso à informação.

4.3.9 Timor-Leste



Figura 39 – Bandeira de Timor-Leste

Fonte: Wikipedia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Timor-Leste

A República Democrática de Timor-Leste foi o primeiro país independente do século XXI, ocupando a parte oriental da ilha de Timor, no Oceano Índico, região sudeste da Ásia, além das ilhas de Ataúro e Jaco e do exclave Oe-Cusse Ambeno. O nome Timor tem origem na palavra malaia “timur”, que significa leste, pois a ilha situava-se a leste da Malásia. Antes da chegada dos europeus no século XVI, seus habitantes pagavam tributos ao reino de Java e o comércio baseava-se na venda de escravos, madeira e sândalo.

Com a expansão marítima do século XVI, Portugal estabeleceu como política no oriente a ocupação de pontos estratégicos para controlar o comércio marítimo daquela área (Proença, 2015, p. 289). Em 1512, os portugueses desembarcaram na parte leste da ilha de Timor e a ocuparam com fins comerciais, explorando seus recursos naturais. Entretanto, ela nunca se constituiu em prioridade da região. Essa condição de colônia de exploração perdurou por mais de quatro séculos, pois somente a partir da década de 1960 algumas localidades da ilha, como a capital Dili, passaram a contar com luz elétrica, rede de água e esgoto, escolas e hospitais.

Diferente das colônias africanas, não houve luta armada pela independência de Timor a Portugal, mas após a Revolução dos Cravos e com o processo de independência das ex-colônias se consolidado, formaram-se movimentos políticos que defendiam rumos diferentes para Timor. A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente – FRETILIN, de

orientação marxista, defendia a independência total, a União Democrática Timorese – UDT propunha uma autonomia progressiva, mas integrada aos portugueses, e a Associação Popular Democrática Timorese – APODETI desejava uma integração à Indonésia.

No segundo semestre de 1975, Portugal coordenou o processo de autodeterminação timorense, com vias à sua independência, estimulando a criação de partidos políticos. Contudo, um conflito armado entre forças pró Indonésia e militares portugueses, fizeram com que Portugal se retirasse de Timor, dando início a uma guerra civil que terminou com a rápida vitória da FRETILIN, que, em seguida, declarou a independência de Timor, em novembro. No mês seguinte, a Indonésia invadiu o país e o anexou, provocando inúmeros e sucessivos apelos da comunidade internacional para que se respeitasse a autodeterminação dos timorenses em relação à sua independência enquanto país. A Indonésia, entretanto, manteve a ocupação de forma repressora e violenta, com massacres de comunidades, prisões dos líderes opositores e destruição de campos e florestas.

A pressão internacional pela saída da Indonésia era grande, com denúncias constantes de violações de direitos humanos. A ONU protestava constantemente e uma série de acontecimentos fortaleceu a luta pela liberdade em Timor-Leste, como a visitado Papa João Paulo II à ilha, em 1989, o Prêmio Nobel da Paz concedido, em 1996, ao bispo Carlos Ximenes Belo e ao porta-voz da resistência timorense no exílio, José Ramos Horta, pelo trabalho coordenado por ambos por uma solução justa e pacífica para Timor e a visita do presidente sul-africano, Nelson Mandela, a Xanana Gusmão, líder preso da FRETILIN, em 1997.

Com a situação insustentável, Portugal e Indonésia iniciaram as negociações para um referendo sobre a independência de Timor, sob a supervisão da ONU, através de uma missão diplomática desta organização. O referendo ocorreu em 1999 e teve uma participação maciça da população, com quase 80% dos votantes favoráveis à independência. Tanto o exército indonésio quanto milícias pró-governo reagiram com violentas perseguições à população e com destruição das cidades, fazendo com que a ONU criasse uma força militar internacional para intervir, pacificar e proteger a região. Com isso, as forças indonésias deixaram o país, os líderes da resistência foram libertados e, em 2001, foram convocadas eleições livres que elegeram uma Assembleia Nacional Constituinte e Xanana Gusmão como seu primeiro

presidente. Em 20 de maio de 2002, Timor-Leste, com sua primeira constituição, teve sua independência reconhecida internacionalmente.

O português e o tétum são as línguas oficiais, mas a primeira tem prioridade no entendimento jurídico. Os idiomas inglês e indonésio são considerados línguas de trabalho.

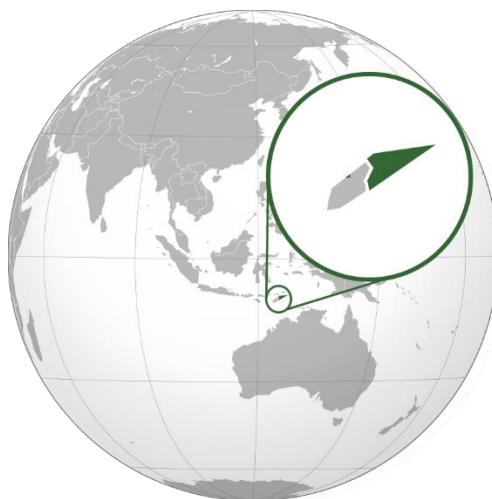


Figura 40 – Localização de Timor-Leste

Fonte: Wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Timor-Leste>

Quadro 25 – Dados informativos de Timor-Leste¹¹⁷

Nome oficial	República Democrática de Timor-Leste
Capital	Díli
Principais cidades	Baucau, Manatuto, Aileu, Liquiçá
População	1.291.358 habitantes (2017) - 157º maio do mundo
Gentílico	Timorense

¹¹⁷ Informações sobre a capital, cidades importantes e unidade monetária: <https://www.cplp.org/id-2778.aspx>; população, área e densidade populacional: CPLP em Números – 2015; PIB e PIB per capita: *International Monetary Fund*: https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weorept.aspx?sy=2012&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=84&pr1.y=4&c=122%2C136%2C124%2C941%2C423%2C137%2C939%2C181%2C172%2C138%2C132%2C182%2C134%2C936%2C174%2C961%2C178%2C184&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CNGDPDPC%2CPPGDP%2CPPPPC&grp=0&a; IDH, expectativa de vida e escolaridade: *Human Development Report 2019*: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>; demais informações: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Timor-Leste>.

Área	14.954 km ² – 154º maior do mundo
Densidade populacional	75,3 habitantes por Km ² – 100º maior do mundo
Sistema de governo	República semipresidencialista
Religião	Cristianismo (97%), protestantismo (3%)
PIB (nominal)	US\$ 4.510.000.000,00 (2014)
PIB per capita	US\$ 3.663,00
IDH	0,626 – 131º no mundo – médio desenvolvimento humano
Expectativa de vida	69,3 anos
Média de escolaridade	4,5 anos
Unidade monetária	Dólar americano (USD)
Fronteiras terrestres	Indonésia
Fuso horário (oficial)	UTC +9
Portal do Governo	www.timor-leste.gov.tl

Fonte: Elaboração própria

A presente Constituição, que entrou em vigor em 2002¹¹⁸, foi elaborada e aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte de Timor-Leste, eleita em 2001, dois anos após o referendo que reafirmou a independência do país.

Em seu preâmbulo, há uma homenagem a todos os movimentos, civis e militares, que lutaram pela libertação do povo timorense:

Preâmbulo

A independência de Timor-Leste, proclamada pela Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) em 28 de Novembro de 1975, vê-se internacionalmente reconhecida a 20 de Maio de 2002, uma vez concretizada a libertação do povo timorense da colonização e da ocupação ilegal da Pátria Maubere por potências estrangeiras. A elaboração e adopção da Constituição da República Democrática de Timor-Leste

¹¹⁸ Informações disponíveis em: <http://www.unesco.org/education/edurights/media/docs/7aa8c8cd63d2e3ec8a6546d6ba1f4071161ce516.pdf>.

culmina a secular resistência do povo timorense, intensificada com a invasão de 7 de Dezembro de 1975.

A luta travada contra o inimigo, inicialmente sob a liderança da FRETILIN, deu lugar a formas mais abrangentes de participação política, com a criação sucessiva do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), em 1987, e do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), em 1998.

A Resistência desdobrou-se em três frentes.

A frente armada foi protagonizada pelas gloriosas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), cuja gesta histórica cabe exaltar.

A acção da frente clandestina, astutamente desencadeada em território hostil, envolveu o sacrifício de milhares de vidas de mulheres e homens, em especial jovens, que lutaram com abnegação em prol da liberdade e independência.

A frente diplomática, conjugadamente desenvolvida em todo o Mundo, permitiu abrir caminho para a libertação definitiva.

Na sua vertente cultural e humana, a Igreja Católica em Timor-Leste sempre soube assumir com dignidade o sofrimento de todo o Povo, colocando-se ao seu lado na defesa dos seus mais elementares direitos.

Esta Constituição representa, finalmente, uma sentida homenagem a todos os mártires da Pátria.

Assim, os Deputados da Assembleia Constituinte, legítimos representantes do Povo eleitos a 30 de Agosto de 2001:

Alicerçados ainda no acto referendário de 30 de Agosto de 1999, que, concretizado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, confirmou a vontade autodeterminada de independência;

Plenamente conscientes da necessidade de se erigir uma cultura democrática e institucional própria de um Estado de Direito onde o respeito pela Constituição, pelas leis e pelas instituições democraticamente eleitas sejam a sua base inquestionável;

Interpretando o profundo sentimento, as aspirações e a fé em Deus do povo de Timor-Leste;

Reafirmam solenemente a sua determinação em combater todas as formas de tirania, opressão, dominação e segregação social, cultural ou religiosa, defender a independência nacional, respeitar e garantir os direitos humanos e os direitos fundamentais do cidadão, assegurar o princípio da separação de poderes na organização do Estado e estabelecer as

regras essenciais da democracia pluralista, tendo em vista a construção de um país justo e próspero e o desenvolvimento de uma sociedade solidária e fraterna.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 22 de Março de 2002, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Democrática de Timor-Leste:

Como de costume, o primeiro artigo destaca a soberania, a democracia e o carácter de unidade como elementos basilares da república. Além disso, afirma como data da independência, o momento da libertação de Portugal e não da Indonésia:

Artigo 1º (A República)

1. A República Democrática de Timor-Leste é um Estado de direito democrático, soberano, independente e unitário, baseado na vontade popular e no respeito pela dignidade da pessoa humana.
2. O dia 28 de Novembro de 1975 é o dia da Proclamação da Independência da República Democrática de Timor-Leste.

Dentre os objetivos do Estado, preconizados pelo artigo 6º, encontram-se o desenvolvimento da ciência e a valorização da identidade e do património cultural timorense:

Artigo 6º (Objectivos do Estado)

O Estado tem como objectivos fundamentais:

[...]

d) Garantir o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica;

[...]

g) Afirmar e valorizar a personalidade e o património cultural do povo timorense;

[...]

As relações especiais com os países de língua portuguesa são destacadas no artigo 8º, sobre relações internacionais:

Artigo 8º (Relações internacionais)

[...]

3. A República Democrática de Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa.

[...]

No artigo 13º, o tétum e o português são apresentados como línguas oficiais, mas as demais línguas nativas são apresentadas como valorizadas pelo Estado:

Artigo 13º (Línguas oficiais e línguas nacionais)

1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.

2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.

Os direitos à honra, intimidade e privacidade, ao acesso e à proteção de dados pessoais informatizados e, à liberdade de informar e ser informado, são objetos dos artigos 36º, 38º e 40º:

Artigo 36º (Direito à honra e à privacidade)

Todo o indivíduo tem direito à honra, ao bom nome e à reputação, à defesa da sua imagem e à reserva da sua vida privada e familiar.

Artigo 38º (Protecção de dados pessoais)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados pessoais informatizados ou constantes de registos mecanográficos e manuais que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam.

2. A lei define o conceito de dados pessoais e as condições aplicáveis ao seu tratamento.

3. É expressamente proibido, sem o consentimento do interessado, o tratamento informatizado de dados pessoais relativos à vida privada, às convicções políticas e filosóficas, à fé religiosa, à filiação partidária ou sindical e à origem étnica.

Artigo 40º (Liberdade de expressão e informação)

1. Todas as pessoas têm direito à liberdade de expressão e ao direito de informar e ser informados com isenção.

2. O exercício da liberdade de expressão e de informação não pode ser limitado por qualquer tipo de censura.

[...]

A preservação do património cultural e o direito de usufruí-lo fazem parte do artigo 59º:

Artigo 59º (Educação e cultura)

[...]

5. Todos têm direito à fruição e à criação culturais, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.

No artigo 60º, é garantido o direito de criação e do autor:

Artigo 60º (Propriedade intelectual)

O Estado garante e protege a criação, produção e comercialização da obra literária, científica e artística, incluindo a protecção legal dos direitos de autor.

No artigo 137º, sobre os princípios gerais da administração pública, é destacada a vontade de evitar a burocratização:

Artigo 137º (Princípios gerais da Administração Pública)

[...]

2. A Administração Pública é estruturada de modo a evitar a burocratização, aproximar os serviços das populações e assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva.

[...]

O uso da língua indonésia e inglesa, como idiomas utilizados pela administração como línguas de trabalhos, é permitido, quando se mostrar necessário:

Artigo 159º (Línguas de trabalho)

A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário.

A Constituição possui 170 artigos, sendo que a língua portuguesa é mencionada em

dois deles (um de forma direta e outra, indireta). A cooperação entre os países lusófonos é destacada em um artigo. Há um artigo sobre educação e cultura, dois sobre o patrimônio cultural, um sobre o estado democrático de direito e dois sobre o direito e acesso à informação.

4.4 Análise das Constituições

Embora as constituições dos países lusófonos, com exceção da Guiné Equatorial, tenham sido influenciadas pela Constituição portuguesa de 1976, elas guardam especificidades para além das semelhanças. Após análise de todas as constituições dos países da CPLP, verificou-se que as de menor número de artigos, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, são as de democracias mais frágeis.

Em relação à língua portuguesa como idioma oficial, a maioria dos países faz essa menção, excluindo Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, além da Guiné Equatorial, que, efetivamente, não fala português. A cooperação privilegiada entre os países lusófonos é mencionada por Portugal, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O Brasil é o país com o maior número de artigos referentes à educação e cultura, bem como aos que versam sobre patrimônio cultural. O estado de direito democrático é mencionado por todos os países. Em relação aos artigos referentes aos direitos e acessos à informação, Portugal e Cabo Verde lideram, com oito artigos cada. A Guiné Equatorial não possui nenhum artigo sobre esse tema.

Tabela 13 – Temas nas Constituições dos países lusófonos

Tema	PT	BR	AO	CV	GB	GE	MZ	ST	TL
Total de artigos	296	250	244	295	133	134	306	160	160
Língua portuguesa	02	01	01	01	-	-	01	-	02
Cooperação entre países lusófonos	02	-	-	01	-	-	01	01	01
Educação e cultura	04	05	04	03	01	02	02	02	01
Patrimônio cultural	02	06	04	03	01	01	-	01	02
Estado de direito democrático	02	01	01	01	01	01	01	01	01

Direitos e acessos à informação	08	03	06	08	01	-	04	01	06
---------------------------------	----	----	----	----	----	---	----	----	----

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 5

OS ARQUIVOS NACIONAIS DA CPLP

*Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar*
(Chico Buarque de Holanda, 1978, n.p.)

Constatou-se a existência de arquivos nacionais em todos os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com exceção de Guiné Equatorial, país em que a documentação arquivística é custodiada por sua biblioteca nacional. Em Guiné-Bissau, não há um arquivo nacional específico e sim um conjunto de fundos documentais denominados Arquivos Históricos Nacionais (AHN), custodiados e geridos pelo INEP, que também é responsável pelo patrimônio biblioteconômico do país.

Em Portugal, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) é subordinado à Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), sendo um dos arquivos de âmbito nacional da rede portuguesa de arquivos¹¹⁹, mas por sua trajetória histórica, importância e acervo, é compreendido como o arquivo nacional de seu país.

Os arquivos nacionais dos países lusófonos possuem características distintas e estruturas díspares, estando em níveis de desenvolvimento diferentes. Contudo suas histórias e a natureza de seus acervos, sobretudo a dos PALOP, são parecidas e seguem uma lógica cartorial burocrática dos portugueses em seus primeiros conjuntos documentais.

Para uma compreensão dessas instituições, do surgimento à atualidade, realizou-se uma pesquisa na legislação que os criou e permeou suas evoluções administrativas. Tal pesquisa foi precedida de levantamento bibliográfico e contato direto através de visitas presenciais e aos sítios eletrônicos quando disponíveis. Foram realizados entrevistas e questionários, que foram elaborados e enviados para as instituições, para que certos dados pudessem ser padronizados a fim de comparação.

Cada arquivo nacional da CPLP, ou instituição que o represente, será apresentado

¹¹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2019). Missão e Objetivos. Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/>.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

neste capítulo de forma a subsidiar a topografia arquivística lusófona, favorecendo o diagnóstico do conjunto dessas instituições.

Quadro 26 – Os arquivos nacionais da CPLP

País	Instituição	Sigla
Portugal	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	ANTT
Brasil	Arquivo Nacional	AN
Angola	Arquivo Nacional de Angola	ANA
Cabo Verde	Instituto Arquivo Nacional de Cabo Verde	IANCV
Guiné-Bissau	Arquivos Históricos Nacionais (INEP)	AHN
Guiné Equatorial	Biblioteca Nacional de Guiné Equatorial	BNGE
Moçambique	Arquivo Histórico de Moçambique	AHM
São Tomé e Príncipe	Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe	AHSTP
Timor-Leste	Arquivo Nacional de Timor-Leste	ANTL

Fonte: Elaboração própria

5.1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT (Portugal)

Quadro 27 – Dados do ANTT

Endereço	Alameda da Universidade – Lisboa
Telefone	+351 210 037 100
Sítio eletrônico	www.antt.dglab.gov.pt
E-mail	mail@dglab.gov.pt
Responsável	Silvestre de Almeida Lacerda (Diretor-Geral)
Vinculação	Ministério da Cultura

Fonte: Elaboração própria



Figura 41 – Logotipo do ANTT
Fonte: ANTT. <https://antt.dglab.gov.pt/>

Portugal possui uma das mais antigas instituições arquivísticas do mundo, remontando a Idade Média. O Arquivo Real, conhecido como Torre do Tombo, funcionava em uma das torres do castelo de Lisboa, tendo sua mais antiga certidão emitida conhecida, datada de 1378. Era o arquivo do Rei e da administração do reino, incluindo as possessões ultramarinas, tendo funções semelhantes aos que um arquivo intermediário desempenha atualmente. Também era responsável pela emissão de certidões para particulares e instituições, o que proporcionou à Torre do Tombo relevância perante o Rei, fazendo com que o número de funcionários aumentasse de tempos em tempos. O Arquivo permitia consultas ao acervo e empréstimo de documentos a alguns estudiosos portadores de autorização régia. Os primeiros livros de registro surgiram no século XVII, assim como alguns índices, quando o Arquivo do Arquivo começou a ser organizado.

Segundo a professora Mariana Françaço, Portugal já dispunha, naquela época, de um complexo sistema de informação que veio sendo aprimorado com os passar dos séculos:

O arquivo real de Portugal comporta as histórias oficiais de um Estado centralizado e centralizador, integrando o aparato administrativo do governo que, além de arquivos, inclui também um sistema oficial de comunicação (correios), uma imprensa oficial, a partir de certa altura, a Biblioteca Nacional e, posteriormente, museus nacionais (Françaço, 2020, p. 471).

No século XVIII, foram produzidos índices e outros inúmeros instrumentos de pesquisa para atender à necessidade de conhecimento do acervo custodiado e da crescente demanda por certidões solicitadas, sobretudo, pela Academia de História, o que também proporcionou o aumento de seu quadro operacional. Grande parte desse trabalho foi desenvolvido no edifício da torre do castelo.¹²⁰

Em novembro de 1755, o terremoto de Lisboa, de grande magnitude, foi seguido por um maremoto e incêndios generalizados, o que destruiu grande parte da cidade, incluindo a torre que abrigava o Arquivo Real. A documentação que se salvou, foi recolhida dos escombros e guardada provisoriamente em barracas de madeira, construídas na Praça de Armas, sendo transferida, dois anos depois, ao Mosteiro de São Bento da Saúde, onde se procedeu o demorado trabalho de inventariação e organização do acervo que resultou em índices, sumários e inventários de inúmeros conjuntos documentais, além de várias cópias de documentos feitas pelos oficiais do arquivo. Do acervo existente antes do terremoto, composta por documentos oficiais do Rei e da administração do reino, dos seus vassallos, das possessões ultramarinas e das relações com outras nações, estima-se que apenas uma pequena fração tenha sido salva. (Franço, 2020, p. 469).

Até 1823 esteve vinculado administrativamente ao Conselho da Fazenda e, após essa data, à Direção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, já sob a dominação oficial de Arquivo Nacional, mas também chamado de Real Arquivo da Torre do Tombo (mesmo não funcionando mais numa torre, o nome permaneceu), e, com funções ampliadas, sobretudo, pelo recolhimento e incorporações de grandes conjuntos documentais dos arquivos dos extintos tribunais do Antigo Regime e das corporações religiosas, extintas por decreto, em 1834. Em virtude dessas grandes incorporações, provenientes de inúmeras instituições e que não vinham completas, houve certa desorganização dos acervos. Em 1861, transferiu-se para a ala direita do Mosteiro, de maior espaço e que se encontrava em melhores condições, crescendo em tamanho e importância. No ano seguinte, no intuito de amenizar a desorganização, estabeleceu-se a obrigatoriedade de envio de inventários com base na proveniência, quando da remessa de documentos. Durante o século XIX, a Torre do Tombo passou a ministrar aulas de Diplomática e Paleografia, com o objetivo de melhor capacitar

¹²⁰ Arquivo Nacional Torre do Tombo. Identificação Institucional. Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/6-2/>.

seus oficiais.¹²¹

O Decreto de 8 de Março de 1911 promoveu uma reorganização nos serviços de arquivos e bibliotecas e denominou o Arquivo da Torre do Tombo como Arquivo Nacional, que estabeleceu, pela primeira vez, um horário de atendimento ao público e promoveu a aquisição de cópias de manuscritos portugueses existentes no exterior. Em 1931 passou a ser designado Arquivo Geral e estar ligado à Inspeção das Bibliotecas e dos Arquivos, que passou a ser tutelado, em 1965, pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, órgão do Ministério da Educação.

Em 1985, sua subordinação foi transferida para o Ministério da Cultura, já com o nome de Arquivo Nacional. Devido à necessidade de criação de uma política nacional de arquivos foi criado o Instituto Português de Arquivos, em 1988, sendo que, quatro anos depois, este instituto se fundiu com o Arquivo Nacional, resultando no Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Em 1990, foi transferido para um moderno edifício, construído especificamente para abrigá-lo. Em uma lei de 2007, passou a ser designado como Arquivo Nacional da Torre do Tombo, constituindo-se como arquivo de âmbito nacional na dependência da Direcção Geral de Arquivos, que, em 2012, passa a ser Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas. Atualmente, o ANTT é uma unidade orgânica nuclear, tendo suas competências fixadas pelo Despacho nº 9339/2012, de 27 de junho.¹²²

De acordo com as informações prestadas pelo ANTT, por meio de questionário enviado eletronicamente¹²³, a instituição possui um acervo composto por cerca de 100.000 metros lineares de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, cartográficos sonoros e musicográficos, compreendidos entre os anos de 882 e 2021, em suportes analógicos, digitais e em microfilmes. Essa documentação teve, como forma de entrada o recolhimento, transferências, doações, compras, comodatos, aquisição de cópias analógicas e digitais e dação em pagamento¹²⁴. O acervo está dividido em 2.554 fundos ou coleções e estima-se que

¹²¹ Idem.

¹²² Arquivo Nacional Torre do Tombo. Identificação Institucional. (2017). Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/6-2/>.

¹²³ Data de envio: 16 de março de 2021; data de resposta: 09 de abril de 2021.

¹²⁴ Pagamento com algum bem de uma dívida em dinheiro (Houaiss & Villar, 2009, p. 592).

97% da documentação seja de natureza pública e que 90% sejam manuscritas.¹²⁵

A instituição recebe periodicamente, de acordo com a legislação em vigor, documentos produzidos pela administração nacional, por meio de recolhimentos.

A moderna sede do ANTT dispõe de um edifício próprio para depósitos, com 25 áreas distintas e uma capacidade total para 120.000 metros lineares de armazenamento. A instituição dispõe de uma Casa Forte, destinada aos documentos não textuais com condições ambientais específicas e mobiliários adequados, como armários metálicos de grandes dimensões, casas fortes e estanterias compactas para microfilmes. Dentre as condições de preservação nos depósitos, foram mencionadas como existentes a refrigeração e climatização, o controle de umidade, a iluminação adequada, o acondicionamento específico, a higienização periódica, o mobiliário próprio, o controle contra pragas e sinistros e o monitoramento constante.

A instituição possui 112 funcionários efetivos e um número variável de estagiários e contratados que depende do número de projetos em curso, contando com arquivistas, bibliotecários, preservadores, informáticos e administradores em seu quadro. A área destinada ao processamento técnico do acervo, a Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições, conta com 34 funcionários. A ordem original e a proveniência da documentação são respeitadas durante o tratamento da informação e a instituição segue norma internacional de descrição arquivística ISAD (G) e a ODA – Orientações para Descrição Arquivística. O acesso à documentação é realizado de forma remota e presencial, através de bases de dados, guias, inventários e catálogos (manuscritos, datilografados e impressos) e microfichas.

Em 2015, um regulamento¹²⁶ estabeleceu as condições de reprodução de documentos do ANTT e dos demais arquivos, dependentes da DGLAB em que a preservação do acervo é seu principal condicionante. Preços, prazos e condições estão indicados e disponíveis para consulta on-line ou presencial do usuário.

O ANTT possui uma política de digitalização do acervo que foi responsável por digitalizar mais de 70 milhões de imagens (1% do acervo) e disponibilizar cerca de 50

¹²⁵ No questionário, há uma observação por parte do Diretor Geral que esses números são valores muito “estimados e especulativos”.

¹²⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo. Regulamento de reprodução de documentos. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/novo-regulamento-de-reproducao-de-documentos/>.

milhões de imagens na web. Sua capacidade de armazenamento de documentos digitais é estimada em 1 petabyte e a política de preservação digital é baseada no Repositório de Objetos Digitais Autênticos – RODA.

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi: “A DGLAB, na qual o ANTT faz parte é responsável pelo Sistema Arquivístico Nacional.”



Figura 42 – Sede do ANTT

Fonte: ANTT. <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/o-edificio-da-torre-do-tombo-ja-tem-20-anos-2/>

5.2 Arquivo Nacional – AN (Brasil)

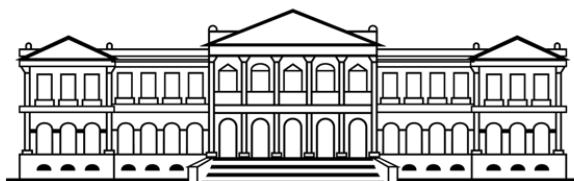
Quadro 28 – Dados do AN

Endereço	Praça da República, nº 77 – Centro – Rio de Janeiro, RJ
Telefone	+55 21 2179-1228
Sítio eletrônico	www.arquivonacional.gov.br
E-mail	diretoriageral@an.gov.br

Responsável	Ricardo Borda D'Água de Almeida Braga (Diretor-Geral)
Vinculação	Ministério da Justiça e Segurança Pública

Fonte: Elaboração própria

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA**



ARQUIVO NACIONAL

Figura 43 – Logotipo do AN

Fonte: AN. <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/>

Dois anos após a independência do país, o Brasil teve sua primeira Constituição e nela, de forma indireta, é mencionada a criação do Arquivo Público do Império – API que, efetivamente, só aconteceu em 1838, com sede na então capital do país, Rio de Janeiro. Nos primeiros trinta anos de sua existência, mudou diversas vezes de sede e teve sua estrutura definida em três grandes seções documentais: administrativa, legislativa e histórica. Em 1876, o API é reestruturado e inicia um inventário da documentação e em seguida começa a ter publicações próprias.

Com o advento da República, em 1889, o API muda seu nome para Arquivo Público Nacional. Nos anos seguintes, faz exposições, tem sua estrutura regimental alterada e muda de sede novamente, ocupando o antigo prédio do Museu Nacional. Em 1911, seu nome é alterado para Arquivo Nacional.

Nas décadas de 1950 e 1960, um amplo diagnóstico é realizado no Arquivo Nacional – AN, para que este possa se adaptar às novas necessidades da administração federal, fazendo com que novos regimentos fossem aprovados e a estrutura do AN modificada, inclusive com a criação do primeiro curso permanente de Arquivologia do país, no sentido de formar profissionais capacitados para as novas demandas da instituição. Diversas publicações

internacionais são traduzidas e publicadas e profissionais internacionalmente reconhecidos convidados para darem palestras e cursos na instituição.

Nos anos 1970, o AN apoiou a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e promoveu uma reestruturação interna, criando divisões de pesquisa, de publicação, de cursos e, no tocante à documentação, a divisão de pré-arquivo, de documentação escrita e audiovisual. Nesse período, foi criada a coordenação regional do AN em Brasília, capital do país desde 1960.

Entre as décadas de 1980 e 1990, foi realizado um plano de modernização da instituição, com inúmeros programas e projetos inovadores e a mudança para o conjunto de prédios da antiga sede da Casa da Moeda do Brasil, no centro do Rio de Janeiro. Em 1991, é promulgada a Lei 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e que passou a ser conhecida como Lei de Arquivos.

No ano 2000, o AN deixou de estar subordinado ao Ministério da Justiça e passou a integrar a Casa Civil da Presidência da República. Nesse novo século, inicia diversos projetos, como os festivais de cinema de arquivo, novas linhas editoriais, reforma do edifício sede, parcerias institucionais, publicações de normas internacionais, adesão ao projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) e a criação do Projeto Memórias Reveladas, referente ao mapeamento da documentação da ditadura militar brasileira (1964-1985).

Em 2011, o AN volta a ser subordinado ao Ministério da Justiça e um novo regimento é aprovado.¹²⁷

Durante a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, ocorrida em novembro de 2016, em Brasília, o AN formalizou um protocolo de parceria com os países membros da organização para o desenvolvimento de ações na área de gestão de documentos e informações arquivísticas, sinalizando a proposta de criação de um núcleo de excelência em atividades de gestão, difusão e acesso ao Sistema de Arquivos dos países lusófonos.¹²⁸

Após o processo de *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff, iniciado em 2015, o país iniciou um período de instabilidade política, impactando na escolha do

¹²⁷ Arquivo Nacional. Institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>.

¹²⁸ Ministério da Justiça e Segurança Pública. Notícias. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/arquivo-nacional-firma-parceria-com-paises-de-lingua-portuguesa>.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Diretor-geral do Arquivo Nacional. Nos últimos seis anos, a instituição teve seis diretores diferentes, sendo dois interinos. Nenhum era arquivista ou historiador de formação.

De acordo com as informações prestadas pelo AN, por meio de questionário enviado eletronicamente¹²⁹, a instituição possui um acervo composto por cerca de 46.748 metros lineares de documentos textuais e, no que se refere aos demais gêneros documentais, contabilizam-se aproximadamente 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, mil cartões-postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de cerca 50 mil mapas e plantas de arquitetura e engenharia, 80 mil documentos audiovisuais, mais de 16 mil registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera 8 mil títulos.

Essa documentação, compreendida entre o século XV e o ano de 2019, teve como forma de entrada o recolhimento, transferências, doações, doações anônimas e comodatos. O acervo está dividido em 946 fundos ou coleções, sendo 59,61% de natureza pública, 39,57% de natureza privada e 0,81% de natureza mista. O percentual da documentação manuscrita é estimado entre 5% e 12% do total do acervo textual.

O AN informou que recebe recolhimentos da administração central, conforme solicitação recebida dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, principalmente de ministérios e de órgãos extintos.

A instituição dispõe, na sede do Rio de Janeiro e em sua coordenação regional em Brasília, um total de 64 depósitos, que perfazem um total de 12.650 m², com capacidade para 46.800 metros lineares de armazenamento. Existem depósitos próprios para documentos iconográficos, audiovisuais, cartográficos, sonoros, obras raras e micrográficos, que são climatizados e possuem mobiliário específico. Dentre as condições de preservação nos depósitos, foram mencionadas como existentes a refrigeração e climatização, o controle de umidade, a iluminação adequada, o acondicionamento específico, a higienização periódica, o mobiliário próprio, o controle contra pragas e sinistros e o monitoramento constante.

A instituição possui atualmente 496 funcionários efetivos trabalhando na sede e na coordenação regional, além de 181 contratados ou terceirizados nos serviços de segurança, limpeza, tecnologia da informação, manutenção, climatização etc., e 44 bolsistas e

¹²⁹ Data de envio: 01 de março de 2021; data de resposta: 20 de abril de 2021.

provenientes de projetos externos. O corpo técnico da instituição conta com arquivistas, bibliotecários, historiadores, preservadores, paleógrafos, informáticos e administradores, museólogos, médicos, psicólogos, assistentes sociais, engenheiros, contadores, arquitetos, geógrafos, técnicos administrativos, entre outros.

As áreas destinadas ao processamento técnico do acervo, a Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo, na sede, e a Equipe de Processamento Técnico e Preservação, na coordenação regional em Brasília, contam com 156 funcionários e 76 contratados. A ordem original e a proveniência da documentação são respeitadas, durante o tratamento da informação, e a instituição segue a ISAD (G), a versão nacional adaptada, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), e a norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias ISAAR (CPF). O acesso à documentação é realizado de forma remota e presencial, através de bases de dados, guias, listagens, inventários e catálogos. O AN disponibiliza a seus usuários 1.377 instrumentos de pesquisa, relativos aos fundos e coleções mantidos pela instituição. Além disso, seu Guia de Fontes é atualizado automaticamente quando da entrada de novos conjuntos documentais.

Basicamente, toda a documentação custodiada pela instituição é passível de acesso e reprodução, resguardados os critérios de preservação e estado de conservação, equipamentos específicos, como no caso de alguns suportes audiovisuais, e de leitura eletrônica, e que contenham informações pessoais sensíveis à privacidade e intimidade de indivíduos, como no caso de documentos provenientes do período ditatorial brasileiro. Ainda há alguns conjuntos documentais em que o acesso só é possível através de listagens e diretamente nas unidades de arquivamento (caixas, latas etc.). A instituição disponibiliza ao usuário uma série de equipamentos para consulta aos documentos audiovisuais, digitais e microfilmados

Em 2016, a partir de um decreto federal que previa a simplificação do atendimento ao público, o AN publicou sua Carta de Serviços ao Cidadão, em que apresenta detalhadamente os endereços e canais de atendimento, os serviços prestados ao usuário, os requisitos, prazos e condições para atendimento e as normas e procedimentos a serem adotados.¹³⁰

¹³⁰ Arquivo Nacional. Carta de Serviço ao Cidadão. Disponível em: http://antigo.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Carta_cidadao_2016_mar%C3%A7o.pdf.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

O AN possui uma política de digitalização do acervo e estima que entre 4% e 6% do acervo esteja digitalizado. A instituição possui o maior Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq em operação da América Latina, estruturado por meio do *Archivematica*. Os acervos, em meio digital, ocupam 558,7 terabytes no *storage* da instituição, cuja capacidade atual é de 1.5 petabytes, com previsão de expansão para 3.8 petabytes, em 2021.

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi:

De acordo a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Arquivo Nacional tem como missão, “a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos”. Ainda de acordo com a Lei n.º 8159/91, a instituição tem como órgão vinculado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com competências próprias, definidas no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.



Figura 44 – Sede do AN

Fonte: AN. https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/visite-o-arquivo-nacional

5.3 Arquivo Nacional de Angola – ANA

Quadro 29 – Dados do ANA

Endereço	Rua Direita do Camana, Município de Talatona, CP 2468 - Luanda
Telefone	+ 24 49 288 195 93
Sítio eletrónico	www.ana.gov.ao
E-mail	geral@ana.gov.ao / arquivoangola@gmail.com
Responsável	Alexandra M. Aparício (Diretora-Geral)
Vinculação	Ministério da Cultura

Fonte: Elaboração própria



Figura 45 – Logotipo do ANA

Fonte: Governo de Angola. https://www.desenvolvimento.gov.ao/propostas/ANA/cmo_chegar.html

Por ter sido a principal colônia portuguesa em África, Angola também foi a que produziu o maior número de documentos e acervos, em virtude da forte presença da administração colonial, missionários e companhias privadas. O primeiro inventário da documentação da província foi realizado em 1833 e, em 1891, uma ordem de Portugal fez com que boa parte desta documentação fosse recolhida à Torre do Tombo, em Lisboa.

Em 1930, dentro do âmbito do Acto Colonial, foi criado, em Portugal, o Arquivo

Histórico Colonial, que anos mais tarde passou a se chamar Arquivo Histórico Ultramarino, responsável pela documentação produzida pelas colônias portuguesas. Regimentalmente, a documentação relativa às atividades administrativas das colônias, deveria ser recolhida ao Arquivo Histórico Colonial, mas boa parte da documentação produzida entre os séculos XVIII e XX permaneceu em Angola, fazendo com que esse país possua a maior e mais diversificada documentação colonial portuguesa, em África.

Uma publicação, de nome Arquivos de Angola, surgiu em 1933, passando a inventariar a documentação enviada para Portugal e aquela que ficava na província, servindo como listagem da documentação produzida em Angola. Nessa época, foi criado em território angolano um arquivo histórico, situado na Fortaleza de São Miguel.

Em 1938, a partir da Portaria nº 6, foi criado o Museu de Angola, incorporando em suas instalações o Arquivo Histórico, ainda dependente do Arquivo Histórico Colonial da metrópole. Desde sua criação, muitas mudanças ocorreram, fazendo com que houvesse muitas perdas e dispersões na documentação. Somente em 1966 o Arquivo Histórico deixou de estar subordinado ao Museu de Angola.¹³¹

Após o longo processo de independência, promovido por mais de uma década de guerra, o arquivo voltou a ser subordinado ao Museu de Angola, mas, no ano seguinte, em 1977, mudou de nome e passou a se chamar Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica – CNDIH, reunindo a documentação administrativa que já havia sido recolhida, mas sem novas incorporações, desde o ano da independência, em 1975. O CNDIH foi transferido para uma nova sede, no edifício que iria abrigar sua documentação e que, por lá, permaneceu até 2020. Nos anos 1980, o CNDIH teve seu nome alterado para Arquivo Histórico de Angola e, em 2002, para Arquivo Histórico Nacional, passando a ficar subordinado ao Ministério da Cultura (Dulley & Aparício, 2017).

Em 2009, o governo publicou um novo estatuto orgânico para a instituição, rebatizando-o para Arquivo Nacional de Angola – ANA, que passou a ter como funções não só a preservação e o tratamento da documentação histórica, mas também a gestão documental da administração pública. Em 2020, o ANA passou a estar sediado em um moderno edifício, construído especificamente para abrigá-lo, contando com uma biblioteca de apoio com mais

¹³¹ Arquivo Nacional de Angola. Missão e Objetivos. Disponível em: <https://www.desenvolvimento.gov.ao/propostas/ANA/MissaoeObjectivos.html>.

de 25 mil títulos, além de 12 mil códices manuscritos, produzidos entre os séculos XVIII e XIX, 5 mil caixas de documentos datados entre os séculos XIX e XX, e milhares de imagens custodiadas pelo Setor dos Visuais, divididos nas seções Pinacoteca (aquarelas e desenhos), Fototeca (fotografias etnográficas e jornalísticas), Cartoteca (mapas e plantas) e Microfilmes.¹³²

De acordo com as informações prestadas pelo ANA, por meio de questionário enviado eletronicamente¹³³, a instituição possui um acervo composto por cerca de 12.000 metros lineares de documentos textuais, além de documentos iconográficos, audiovisuais, cartográficos e sonoros, compreendidos entre o século XVII e o XX, em suportes analógicos, digitais e em microfilmes. Essa documentação teve como forma de entrada o recolhimento, a transferência, doações, aquisição de cópias e herança de acervos de instituições coloniais. O ANA não informou a quantidade de fundos e coleções custodiada pela instituição, nem o percentual de manuscritos, mas informou que quase a totalidade do acervo é composta por documentação de natureza pública e manuscrita. A instituição informou que, por falta de espaço da sede anterior, o recolhimento da documentação proveniente da administração central foi suspenso, mas que será retomado, em virtude das novas instalações.

A moderna sede do ANA dispõe de 69 depósitos de 200m² cada, havendo unidades de guarda destinadas especificamente para documentos iconográficos e cartográficos, que contam com mobiliário adequado, como armários e mapotecas. Dentre as condições de preservação nos depósitos, foram mencionadas como existentes na instituição a refrigeração e a climatização, o controle de umidade, a iluminação adequada, a higienização periódica e mobiliário próprio.

A instituição possui 55 funcionários efetivos, 25 colaboradores e 75 estagiários (estudantes universitários dos cursos de Ciências Sociais e Humanidade), contando com arquivistas, bibliotecários, historiadores, informáticos, administradores, antropólogos, cientistas políticos e juristas. As áreas destinadas ao tratamento do acervo são: Departamento de Arquivística e Arquivo Oral, Departamento de Normalização Técnica e Apoio à Gestão

¹³² Arquivo Nacional de Angola. Institucional. Disponível em: <https://www.desenvolvimento.gov.ao/propostas/ANA/Historial.html>.

¹³³ Data de envio: 01 de março de 2021; data de resposta: 26 de abril de 2021.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

de Arquivos e Departamento de Preservação, Conservação e Restauro. Não foram informados quantos funcionários trabalham nesses setores. A ordem original e a proveniência da documentação são respeitadas durante o tratamento da informação, mas não foi informado se a instituição segue normas internacionais arquivísticas de processamento técnico. O acesso é feito a partir de catálogos disponibilizados ao público e a consulta é realizada de forma presencial. A reprodução do acervo pode ser feita através de fotocópias e cópias digitais, dependendo do estado de conservação e estágio de tratamento.

O ANA disse possuir uma política de digitalização do acervo, mas ainda não possui um repositório ou local adequado para a guarda dos documentos digitais e não informou o percentual de documentos digitalizados. Uma política de preservação digital está sendo elaborada para quando a mudança para nova sede for concluída.

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi: “É o órgão reitor da política arquivística nacional, coordenador do futuro sistema nacional de arquivos.”



Figura 46 – Sede do ANA

Fonte: Plataforma Media. <https://plataformamedia.com/2020/11/29/novo-arquivo-nacional-angolano-garante-conservacao-e-longevidade-do-acervo/>

5.4 Instituto do Arquivo Nacional de Cabo Verde – IANCV

Quadro 30 – Dados do IANCV

Endereço	Ilha de Santiago, Praia – Chã de Areia, Rua da Alfândega – CP 32
Telefone	+238 2612125 / 2613962
Sítio eletrônico	www.arquivonacional.cv
E-mail	ahn.pr@hotmail.com
Responsável	José Maria Borges Tavares (Presidente)
Vinculação	Ministério da Cultura

Fonte: Elaboração própria



Figura 47 – Logotipo do IANCV

Fonte: ISSUU. <https://issuu.com/arquivonacional.cv>

Com o processo de independência consolidado em 1975, iniciam-se estudos, em Cabo Verde, para que a documentação existente no país, que se encontrava dispersa, fosse reunida e organizada como contributo para a formação da identidade nacional, a partir de sua história. No ano anterior, a UNESCO havia considerado como Patrimônio Comum alguns fundos arquivísticos cabo-verdianos, considerando-os como “um precioso acervo” (Brito, 2018, p. 24).

Parte desses estudos iniciais, deu-se através de missões realizadas por instituições

estrangeiras, como a do AHU, em 1982, e da Direção dos Arquivos de França (patrocinada pela UNESCO e pelo CIA), em 1986. Tais relatórios foram fundamentais para a escolha da sede, da identificação dos acervos a serem reunidos (documentação produzidas pela administração colonial e de entidades privadas, como instituições religiosas), da capacitação profissional e dos subsídios para que a Missão Francesa de Cooperação financiasse as obras de adequação do edifício-sede para o futuro Arquivo Nacional do país, na cidade de Praia, capital do país, bem como da aquisição de equipamentos de microfilmagem, de restauro e estanterias.¹³⁴

Em dezembro de 1988, a partir do decreto nº 123/88, foi criado o Arquivo Histórico Nacional, ligado ao Ministério da Cultura, com o objetivo de conservar, organizar, preservar e divulgar o patrimônio arquivístico do país.¹³⁵

Em 2018, Martinho Robalo de Brito (2018, pp. 22-23), então Diretor da instituição fez uma reflexão sobre a criação do arquivo cabo-verdiano:

A sua criação remonta à pós-independência, altura em que o Governo cabo-verdiano se apercebeu da quantidade e da relevância da documentação produzida pela administração colonial e do seu precário estado de conservação e de segurança. Na tentativa de preservar o património arquivístico nacional, esse Governo tomou medidas urgentes. Logo nos inícios dos anos 80, era escolhido como local adequado para receber a abundante e importante documentação, o edifício da Alfândega da Praia, edifício esse que servira de serviços das alfândegas durante vários anos, desde a sua construção em 1820. Esta ação, a primeira de uma série, marca um significativo passo na materialização desta grandiosa obra. Papeis havia em quantidade e urgia empreender medidas adequadas para se acautelarem de deterioração e perda desses documentos, fonte imprescindível para qualquer estudo sério sobre a história de Cabo Verde. A partir de 1985, dava-se outro importante passo para a concretização desse projeto nacional com inventários e transferências de fundos arquivísticos levados a cabo em quase todo o território nacional. Por conseguinte, houve um outro passo, em 1988, igualmente

¹³⁴ Centro de Estudos de História do Atlântico. A-CVerde. Disponível em: <https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/investigacao/A-CVerde>.

¹³⁵ Casa Comum. Parcerias. Arquivo Nacional de Cabo Verde. (2020). Disponível em: <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=8>.

importante, que consistiu na concretização da infraestrutura das instalações do Arquivo Histórico e sua adaptação às necessidades de um Arquivo Nacional, comportando ao edifício diversos serviços com uma distribuição e uma interligação que os tornavam extraordinariamente funcionais a saber: área administrativa, área de tratamento técnico, as oficinas (restauro e encadernação, microfilmagem e digitalização), museu de documentos especiais, depósitos de conservação e área de atendimento ao público (salas de leitura, exposições, conferências e projeções). Para se alcançar esse desiderato foi necessário tomar algumas medidas de políticas consentâneas às missões e aos valores pré-estabelecidos como foi o caso da criação do Arquivo Histórico Nacional e algumas normativas após a independência de Cabo Verde, enquanto instituição que garantisse a custódia dos fundos históricos, transformando o antigo edifício da Alfândega da Praia num espaço de memória, particularmente, com a criação em 1991, do Museu dos Documentos Especiais, que lhe permitiu preservar e disseminar os seus trabalhos, para melhor servir os seus utentes.

A criação o Museu de Documentos Especiais, ligado ao Arquivo Histórico, teve por finalidade o recolhimento, tratamento, conservação e divulgação dos documentos especiais produzidos pelo Estado, como carimbos, postais, moedas, notas bancárias, fotografias, mapas e plantas, além de promover exposições e estudos sobre a evolução da filatelia, numismática, cartografia e iconografia nacionais.¹³⁶

Em parceria com a UNESCO, o Arquivo Histórico desenvolveu, em 2002, o Projecto Tráfico de Escravos, adquirindo computadores e escâneres que auxiliaram no tratamento e na difusão do acervo da instituição, referentes à escravatura, na Internet. Em 2003, foi transformado em instituto através do Decreto-Lei nº 02/2003, e dotado de novos estatutos por decreto complementar.

Em 2012, após uma reforma administrativa, a instituição passou a ser chamada de Arquivo Nacional de Cabo Verde, responsável não só pelo tratamento e conservação do arquivo permanente, mas também por ações de capacitação e formação profissional e de gestão documental da administração cabo-verdiana. Alguns anos depois tornou-se um instituto, visando maior autonomia e eficiência administrativa.

¹³⁶ Lóca: Boletim Informativo do ANCV. (2016). Disponível em: <https://issuu.com/arquivonacionaldecaboverde/docs/vflocas5ed>.

O Instituto Arquivo Nacional de Cabe Verde (IANCV) vem modernizando suas instalações e serviços, com processos de digitalização e aprimoramento de suas bases de dados, além de publicar periodicamente instrumentos de pesquisa, seguindo as normas internacionais recomendadas pelo CIA. Vem estabelecendo parcerias com outras instituições pelo mundo, sobretudo com os arquivos e bibliotecas portuguesas e espanholas, com o objetivo de mapear a documentação do país que foi levada para fora, no período colonial. Tem por objetivos futuros a criação de um arquivo audiovisual e de uma rede nacional de arquivos.¹³⁷

Em 2021, o IANCV lançou um programa de diagnóstico da situação arquivística no país, sobretudo no poder central, objetivando a verificação do cumprimento da legislação arquivística nacional e a otimização da gestão documental, principalmente no que concerne à criação de arquivos intermediários nos ministérios e a identificação de pessoal qualificado no poder público. Para tanto, o IANCV distribuiu questionários nas instituições que compõem o serviço público para obter dados mais precisos.¹³⁸

De acordo com as informações prestadas pelo IANCV, por meio de questionário enviado eletronicamente¹³⁹, a instituição possui um acervo composto por cerca de 3.200 metros lineares de documentos textuais, além de documentos iconográficos, audiovisuais e cartográficos, divididos entre 67 fundos e 15 coleções, compreendidos, entre 1674 e 2006, e que tiveram, como forma de entrada, o recolhimento, a transferência, doação, compra e aquisição de cópias. O acervo é composto por 99% de documentação de natureza pública manuscrita.

O IANCV dispõe de 5 depósitos com capacidade estimada para 8 mil metros lineares. Há um depósito destinado para documentos não textuais, contendo mapotecas, vitrines e mobiliário específico que atende ao Museu de Documentos Especiais, além de equipamentos próprios para acessá-los, como computadores e leitores de microfílm. Dentre as condições de preservação nos depósitos, foram mencionadas como existentes na instituição a

¹³⁷ Arquivo Nacional de Cabo Verde. Institucional. Disponível em: <https://www.arquivonacional.cv/#>.

¹³⁸ Expresso das Ilhas. Instituto do Arquivo Nacional lança questionário sobre situação arquivística no país. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2021/08/25/instituto-do-arquivo-nacional-lanca-questionario-sobre-situacao-arquivistica-do-pais/76314>.

¹³⁹ Data de envio: 11 de março de 2021; data de resposta: 17 de março de 2021.

refrigeração e climatização, o controle de umidade, a iluminação adequada, a higienização periódica, mobiliário próprio, controle contra pragas e sinistro e o monitoramento constante.

A instituição possui 27 funcionários efetivos e dois terceirizados, entre arquivistas, historiadores, administradores, técnicos de arquivos e técnicos operacionais. Existem oito funcionários que trabalham diretamente no processamento técnico do acervo, em que a ordem original e a proveniência são respeitadas. A instituição segue normas internacionais arquivísticas como a ISAD (G) e a ISAAR (CPF). O acesso é feito a partir de repertórios, catálogos e inventários, e a consulta é realizada de forma presencial. A reprodução do acervo pode ser feita através de fotocópias e cópias digitais.

O IANCV possui uma política de digitalização do acervo e de preservação digital ainda em fase inicial devido aos altos custos envolvidos, estimando-se que cerca de 15% dos documentos já estejam digitalizados. Não foi informada a capacidade de guarda de documentos digitais da instituição.

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi: “Preservar, salvaguardar o património arquivístico nacional, coordenar a política arquivística, promover o direito dos cidadãos à informação e a divulgação dos arquivos”.



Figura 48 – Sede do IANCV

Fonte: Pinterest. <https://br.pinterest.com/pin/346284658840791969/>

5.5 Arquivos Históricos Nacionais – AHN, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP (Guiné-Bissau)

Quadro 31 – Dados dos AHN / INEP

Endereço	Bairro de Ajuda 2ª fase – Bissau
Telefone	+254 966 896 470 / 955 219 218
Sítio eletrônico	Em construção
E-mail	Inep.dg.bissau@gmail.com
Responsável	Iaguba Djaló (Coordenador)
Vinculação	Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica

Fonte: Elaboração própria



Figura 49 – Logotipo do INEP

Fonte: Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=10>

Em Guiné-Bissau, não há um arquivo nacional propriamente dito, e sim um conjunto de acervos documentais, tanto da época colonial como pós-colonial, denominados Arquivos Históricos Nacionais – AHN, que são custodiados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP.

A gênese dos AHN foi a criação do Museu da Guiné, em 29 de novembro de 1947, pois tal instituição tinha, como anexo, uma biblioteca e um arquivo histórico para facilitar a pesquisa e o acesso aos documentos referentes ao território. A constituição do acervo

arquivístico deu-se, sobretudo, através de cópias de “milhares de documentos referentes à Guiné”, de posse do AHU em Lisboa (A. Djaló, 2018, p. 38).

O INEP, fundado em 1984 pelo decreto nº 31/84, tem por objetivo o desenvolvimento, fomento e divulgação de pesquisas, no âmbito das Ciências Sociais e Naturais, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do país, bem como para a valorização e capacitação dos recursos humanos locais. O instituto é constituído por pesquisadores nacionais permanentes que contam com a colaboração de outros profissionais e instituições, inclusive estrangeiros, na realização de estudos, projetos e eventos de difusão das investigações empreendidas. As instalações do instituto, na capital do país, abrigam a Biblioteca Pública, com cerca de 70.000 volumes, e os AHN, contendo toda a documentação colonial e pós-colonial. Segundo o Portal Casa Comum, o INEP “tornou-se um ponto de referência nacional e internacional de reflexão científica sobre a África Ocidental em geral e a Guiné-Bissau em particular”.¹⁴⁰

Segundo Alfa Djaló (2018, pp. 38-39), Diretor dos AHN em 2018, além de executar a política de pesquisa científica e dinamizar ações de pesquisa, em todos os domínios das ciências sociais e naturais, o INEP tem como missão:

organizar o Arquivo Histórico Nacional, com a exclusividade de recolher, tratar e conservar os documentos históricos, no quadro do artigo segundo, alínea b) do Decreto-lei n.º 31/84 publicado no suplemento do Boletim Oficial. O Arquivo Histórico Nacional, no quadro da sua atribuição, recebe os documentos de carácter histórico ou intermediário, produzidos ou recebidos pelas instituições públicas e garante a sua acessibilidade ao público em geral. No exercício das suas atribuições o Arquivo Histórico trabalhou em colaboração mútua com as instituições públicas, dando-lhes instruções para melhor aplicação da política de gestão de documentos administrativos nas respetivas instituições. [...] Ao longo da sua existência o Arquivo Histórico percorreu todo o país para recolher toda a documentação colonial portuguesa arquivada em diferentes postos administrativos, nas oito regiões e trinta e dois sectores administrativos que compõem a Guiné-Bissau.

¹⁴⁰ Casa Comum. Parcerias. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Bissau. 2020. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=10>.

Do momento de sua criação até 1998, o INEP se desenvolveu e gerou bons resultados e produtos, como publicações, cursos e seminários, além de organizar e estruturar seus acervos e dependências. Entretanto, com o golpe militar acontecido naquele ano, e que mergulhou o país em uma guerra civil, o INEP teve suas instalações ocupadas e transformadas em uma base militar que sofreu com bombardeamentos, saques e destruições, provocadas pelos próprios militares que a ocuparam. Ao final dos dois anos de duração do conflito, os danos ao patrimônio documental foram enormes, sendo estimado posteriormente em mais de 60% do total do acervo, além do desaparecimento da integralidade dos equipamentos.¹⁴¹

Em uma entrevista em 2017, o diretor da Biblioteca Pública do INEP, Diógenes de Barros Lopes Cardoso (2017, p. 5), discorrendo sobre os conflitos de 1998-1999, afirmou que:

Esse foi o período em que a Biblioteca registrou perdas qualitativas e quantitativas tanto em equipamento quanto no seu próprio fundo documental. O episódio tristemente marcante desse período [...] foi o dos danos e roubos perpetrados em alguns dos tesouros mais importantes da Biblioteca: atlas, enciclopédias, dicionários etc. Em termos de balanço dos prejuízos do conflito político-militar de 1998 e 1999, a Biblioteca registrou cerca de 30% de perda do acervo total que tinha antes do conflito. Essas perdas foram consideradas irreparáveis. (B. Cardoso & Carvalho, 2017, p. 4).

Em seguida, relatou ser a capacitação pessoal o desafio mais premente do instituto, sobretudo no que tange às tecnologias digitais. Quanto à estrutura física, o diretor mencionou a busca por auxílio internacional:

Depois do conflito político-militar de 1998 e 1999, a Biblioteca se beneficiou de uma atenção especial da comunidade internacional, entre elas a CPLP, na recuperação das suas infraestruturas (mobiliários e imobiliários). [...] Ultimamente, o INEP tem diligenciado ações importantes no âmbito da mobilização de recursos junto às organizações internacionais para a reabilitação do espaço físico da Biblioteca Pública e

¹⁴¹ Casa Comum. Arquivos. INEP, Bissau. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284.

do Arquivo Histórico Nacional. Uma dessas organizações solicitadas foi a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Neste momento, este assunto é considerado uma das prioridades do INEP (B. Cardoso & Carvalho, 2017, pp. 5-6).

Após 1999, o INEP passou por um período de reconstrução de suas infraestruturas e de inventários da documentação que não tinha sido perdida. Os AHN, como detentores da documentação produzida durante o período colonial, possuem fundos do governo central da província e das instituições que lá funcionavam, como os tribunais, hospitais, portos, correios e telégrafos etc., além dos postos administrativos e circunscrições civis de outras partes do território, para além de Bissau.¹⁴²

Segundo o professor guineense Iaguba Djaló (2021, n.p.), os AHN são “o epicentro do patrimônio documental arquivístico da Guiné-Bissau”, mas ainda estão se recuperando dos danos sofridos na guerra civil. O referido professor, atual coordenador dos AHN, explicou que a guerra também atingiu outros importantes serviços de documentação no país, como a dos principais ministérios (o acervo documental salvo ainda está encaixotado) e destruiu centenas de cassetes, com milhares de horas gravadas de depoimentos, do programa de História Oral da memória da libertação guineense, além de uma parcela expressiva dos microfimes, fotografias e computadores, em que estavam representantes digitais de documentos históricos.

Para Iaguba Djaló, todo o processo de recuperação da memória histórica do país tende a se tornar um elemento unificador, inclusivo e plural dos guineenses, a partir da reconciliação e convivência. Neste processo, ele elenca como objetivo principal “a conservação a longo prazo dos acervos documentais e sua disponibilização em formato eletrônico para acesso ao público”, explicando que os maiores desafios desse processo, para além da reabilitação dos espaços físicos do AHN, é a centralização e digitalização de todos os documentos identificados como de interesse para o desenvolvimento nacional e que estão dispersos e/ou guardados sem identificação. O coordenador dos AHN apontou também a necessidade de revisão e atualização da legislação arquivística do país e destacou a cooperação com a Embaixada do Brasil, em Bissau, na formação técnica e capacitação

¹⁴² Casa Comum. Arquivos. INEP, Bissau. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284.

profissional junto ao INEP, em parceria com a Associação Guineense de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e do apoio financeiro e material recebido pela ONU para a reconstrução dos AHN.¹⁴³

Por sua vez, Alfa Djaló enumera outras parcerias que foram importantes na reestruturação dos AHN, como o apoio da CPLP na reorganização dos arquivos após a guerra-civil e na aquisição de equipamentos, da Fundação Mário Soares, na ajuda financeira e na digitalização de fundos arquivísticos, da British Library, também pelo apoio financeiro, e da Universidade da Madeira, por digitalizar cerca 2.000 fotografias que retratam aspetos da sociedade guineenses (A. Djaló, 2018, p. 40).

De acordo com as informações prestadas pelo INEP, por meio de questionário enviado eletronicamente¹⁴⁴, a instituição possui um acervo composto de 1.626,9 metros lineares (sendo que 14,3 de documentação corrente e 12,6 de arquivos intermediários), composto por documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, sonoros e cartográficos, em suportes analógicos, digitais e em microfilmes, compreendidos entre 1726 e 1988, e que tiveram como única forma de entrada a transferência de outras instituições, não havendo recolhimentos na administração pública, em virtude da falta de condições materiais e financeiras. O acervo é composto por 99% de documentação de natureza pública, não havendo um percentual quantificado de manuscritos.

Os AHN dispõem de quatro depósitos, com capacidade estimada para 2 mil metros lineares, contudo não há depósitos específicos para documentos não textuais, nem equipamentos para acessá-los. Dentre as condições específicas de preservação nos depósitos, a única mencionada foi a iluminação adequada.

A instituição possui 5 funcionários efetivos (3 historiadores e 2 sociólogos) e 1 contratado, sendo que quatro deles fazem catalogação do acervo, sem respeitarem a ordem original nem o Princípio da Proveniência. A instituição não soube informar quais normas são utilizadas para descrição arquivística. O acesso é feito a partir de catálogos físicos e a consulta pode ser restrita, dependendo do tipo de acervo.

¹⁴³ Seminário Lusofonia multicultural nos arquivos nacionais da CPLP: rede (in)formativa da memória comum. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7C8dSrPuT5Y&t=7981s>.

¹⁴⁴ Data de envio: 01 de março de 2021; data de resposta: 06 de março de 2021.

Não há uma política constituída de digitalização ou de preservação do acervo e estima-se que 20% dos documentos já estejam digitalizados, embora não haja repositórios para tal documentação.

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi:

Centralizar Arquivos intermediários e permanentes da administração pública, de forma a assegurar condições de preservação, proteção e acesso ao patrimônio arquivístico do país, tendo em vista seus valores administrativo e histórico, os interesses da comunidade e seu valor como fonte para a pesquisa e a produção de conhecimentos.



Figura 50 – Sede do INEP

Fonte: Plataforma 9. <https://plataforma9.com/financiamento/concurso-para-a-publicacao-de-trabalhos-cientificos-sobre-a-guine-bissau.htm>

5.6 *Biblioteca Nacional de Guinea Ecuatorial* – BNGE

Quadro 32 – Dados da BNGE

Endereço	Calle Mongomo de Guadalupe, Malabo
Telefone	Não identificado
Sítio eletrônico	www.bibliotecanacionalge.org
E-mail	Não identificado
Responsável	Não identificado
Vinculação administrativa	Ministério de Cultura

Fonte: Elaboração própria



Figura 51 – Logotipo da BNGE

Fonte: Fanpage BNGE. <https://m.facebook.com/Biblioteca-Nacional-De-Guinea-Ecuatorial-810436762375835/>

Independente da Espanha desde 1968, a Guiné Equatorial nunca teve um arquivo histórico ou um arquivo nacional, tendo sua documentação arquivística estatal custodiada pelos órgãos do governo.

Em 1985, o Constantino Bengobesama, Conselheiro de Educação e Investigação Científica da Presidência do Governo de Guiné Equatorial, publicou um guia geral sobre a documentação estatal, no qual identificava fundos e coleções e explicava a situação em que o acervo documental equato-guineense se encontrava. Segundo o autor, a publicação era destinada aos funcionários da administração, aos pesquisadores e estudantes e estava inserido

dentro de uma política de valorização e desenvolvimento cultural do país.

Impresso na Espanha, *Fuentes archivísticas y bibliotecárias de Guinea Ecuatorial*, identifica os fundos documentais de todos os distritos do país apresentados em ordem alfabética, separando-os por produtor (executivo, judiciário, forças militares etc.) e informando períodos cronológicos. Em alguns momentos o guia apresenta séries baseadas em tipologias documentais.

Na parte introdutória da obra, o autor contextualiza a situação arquivística do país: “*En estos momentos todos los archivos del Estado están en pésimas condiciones. Los documentos están terriblemente deteriorados como consecuencia de su abandono y mal trato recibido durante muchos años*”. Em seguida, explica que seu trabalho foi “sumamente árduo”, mesmo tendo o respaldo do governo central para inspecionar todos os fundos documentais do país, incluindo os judiciais, municipais e militares, pois encontrou um cenário catastrófico de perdas irreparáveis, ausência de controles de preservação e de grande desorganização dos conjuntos documentais (Bengobegana, 1985, p. 7).

O Conselheiro de Educação e Investigação Científica também aborda a importância da criação de uma instituição arquivística nacional para o desenvolvimento do país:

La protección de los actuales archivos es una necesidad eminente. Un archivo perdido por su abandono o mal cuidado es un tesoro irrecuperable. En estos momentos en que Guinea Ecuatorial más necesita realizarse culturalmente, por imperativos de su reconstrucción, su necesidad de recuperación re anzamiento, su apertura internacional en el campo de la cooperación cultural, su necesidad de despegue en la investigación científica, etc., ha llegado a constituir una verdadera exigencia la creación de un centro nacional de documentación, un archivo histórico, contenedor de fondos de todas las épocas y lugares del país. Los fondos de la institución no pueden ser o os que las copias o reproducciones de los ya existentes en los distritos donde los depósitos del Estado, en su volumen cuantitativo, aparecen dispersos y descontrolados, improductivos y muertos. Por cierto el material documental hoy existente es una amalgama de documentos vivos e históricos: en muchos libros y legajos se guardan documentos de manipulación administrativa actual con los más viejos, lo que compromete la ordenación y selección global de los títulos dentro un criterio cronológico rígido. Los documentos de consultas administrativa-jurídicas no pueden engrosarse entre las fue es que circulan aún en el tráfico burocrático de la administración pública. Pero para mantener y asegurar ese

critério es necesario un archivo nacional con su propia administración (Bengobesama, 1985, p. 11).

Além da importância da criação do Arquivo Nacional, o Conselheiro também expõe o fato de não haver no país, arquivistas de formação e poucos bibliotecários na administração pública (Bengobesama, 1985, p. 11).

Ao que tudo indica, a situação arquivística da Guiné Equatorial pouco se modificou desde que o Guia foi publicado, pois uma instituição arquivística nacional ainda não foi criada, não havendo uma política pública de acesso à informação e nem formação profissional específica na área. Além disso, existem pouquíssimas fontes para a compreensão do estado atual dos arquivos equato-guineense.

Na Guiné Equatorial é a Biblioteca Nacional que desempenha regimentalmente as atribuições arquivísticas do país. A Biblioteca Nacional da Guiné Equatorial foi fundada, em 2009, como uma instituição superior do Estado ligada ao Ministério da Cultura, contando com um acervo de aproximadamente 60 mil títulos e com a responsabilidade por desempenhar a preservação, a conservação e a difusão do patrimônio documental do país. As principais funções da BNGE são:

Reunir, catalogar y conservar los fondos bibliográficos recogidos en cualquier soporte material, producidos en cualquier lengua española o en otro idioma, al servicio de la investigación, la cultura y la información, y difundir el conocimiento de dichos fondos; Fomentar la investigación, fundamentalmente en el área de humanidades, mediante la consulta, estudio, préstamo y reproducción de los materiales que constituyen su fondo bibliográfico y documental; Difundir la información sobre sus fondos mediante la publicación de catálogos, y particularmente sobre la producción bibliográfica guineana.

145

Grande parte da documentação referente à Guiné Equatorial encontrava-se fora do país. De acordo com Liniger-Goumaz (1993, p. 282-283):

¹⁴⁵ Guinealia. BNGE. Disponível em: <https://www.guinealia.com/place/biblioteca-nacional-de-guinea-ecuatorial/>.

A maioria dos documentos publicados na Guiné Espanhola está disponível em bibliotecas espanholas. No início da década de 1990, as principais fontes equatoguineanas podiam ser encontradas em bibliotecas de Madri, entre elas a Biblioteca Nacional, a Biblioteca do Instituto de Estudos Africanos, a Hemeroteca Nacional, o Centro de Documentacion Africana e a Biblioteca dos Misioneros Claretianos; em Roma, na Biblioteca del Vaticano; em Genebra, Suíça, na Biblioteca das Nações Unidas; e nos Estados Unidos, na Northwestern University (Evanston, Illinois), em sua Biblioteca de Estudos Africanos Melville J. Herskovits e na Biblioteca do Congresso.

Segundo o portal oficial do governo, a BNGE tem por política institucional a busca e recolha de obras literárias e acadêmicas, de autores nacionais e estrangeiros, que façam menção ao país. Outra prioridade citada no referido portal é a reunião de fotografias e demais documentos que contribuam para a reconstrução da história da Guiné Equatorial, através de compra, doação ou intercâmbio, no intuito de desenvolver a cultura local. A BNGE também possui uma coleção própria de obras de arte e conjuntos documentais que foram doados por diferentes instituições espanholas, incluindo o próprio governo de Espanha.¹⁴⁶

A diretora da BNGE, Guillermina Mekuy Mba Obono, foi nomeada pouco tempo depois da inauguração da instituição, como Secretária de Estado para Bibliotecas, Arquivos, Museus e Cinema. Em 2010, Obono reuniu-se com o Embaixador da Espanha e, dentre outros assuntos, tratou da criação de um arquivo histórico equatoguineano.¹⁴⁷ Em 2011, por meio de um acordo diplomático, a Espanha comprometeu-se a devolver documentação histórica

¹⁴⁶ Guinea Ecuatorial. Página Web Institucional del Gobierno. Notícias. Se inaugura em Malabo la primera biblioteca nacional de Guinea Ecuatorial. (2009). Disponível em: <https://www.guineaecuatorialpress.com/noticias/Se%20inaugura%20en%20Malabo%20la%20primera%20Biblioteca%20Nacional%20de%20Guinea%20Ecuatorial>.

¹⁴⁷ Guinea Ecuatorial. Página Web Institucional del Gobierno. Notícias. Reunión entre el Embajador Español y la Secretaria de Estado para Bibliotecas, Archivos, Museos y Cines, Guillermina Mekuy. (2010). Disponível em: <https://www.guineaecuatorialpress.com/noticias/Reuni%C3%B3n%20entre%20el%20Embajador%20Espa%C3%B1ol%20y%20la%20Secretaria%20de%20Estado%20para%20Bibliotecas,%20Archivos,%20Museos%20y%20Cines,%20Guillermina%20Mekuy>.

referente à Guiné Equatorial que estava em sua posse.¹⁴⁸

Esta pesquisa encontrou grande dificuldade na obtenção de informações sobre a BNGE e a política arquivística do país. O sítio eletrônico da instituição não funciona e todos os e-mails enviados, para diversos endereços, incluindo embaixadas e consulados, não foram respondidos. Também foram enviadas mensagens para a página que a BNGE possui no Facebook, mas igualmente não houve respostas, bem como de ligações telefônicas que em nada resultaram.



Figura 52 – Sede da BNGE

Fonte: Pinterest. <https://br.pinterest.com/fotoguia/guinea-ecuatorial-comunidad-fotogr%C3%A1fica/>

¹⁴⁸ Guinea Ecuatorial. Página Web Institucional del Gobierno. Noticias. (2014). La Ministra da Cultura, muy agradecida por la visita de Zapatero. Disponível em: <https://www.guineaequatorialpress.com/noticias/La%20Ministra%20de%20Cultura,%20muy%20agradecida%20por%20la%20visita%20de%20Zapatero>.

5.7 Arquivo Histórico de Moçambique – AHM

Quadro 33 – Dados do AHM

Endereço	Campus Universitário Principal – Av. Julius Nyerere, nº 3453 - Maputo
Telefone	+258 41 430 239
Sítio eletrônico	www.ahm.uem.mz
E-mail	cecoma@uem.ac.mz
Responsável	Edmundo Francisco Macuácuca (Diretor)
Vinculação administrativa	Universidade Eduardo Mondlane

Fonte: Elaboração própria



Figura 53 – Logotipo do AHM/UEM

Fonte: AEAD. <https://sites.uab.pt/aead/universidade-eduardo-mondlane/>

Moçambique teve seu arquivo criado em 1934, ainda na condição de colônia de Portugal, através da Portaria 2267. Na condição de Arquivo Histórico de Moçambique, tinha por objetivo a reunião de conjuntos documentais dispersos e a organização de uma coleção bibliográfica sobre Moçambique, estando ligado à biblioteca da Repartição Técnica de Estatística. Em 1939, passou a ser compreendido como o Arquivo do Governo da Colônia que, de acordo com o Diploma Legislativo que o criou, tornar-se-ia um “instrumento da

Cultura Histórica” do território. Em 1957, foi transferido para os Serviços de Instrução e, no ano posterior, em virtude do Decreto 42.030, foi denominado como Arquivo Geral e Depósito Legal da Província. Pelo Diploma Legislativo 90, de 1971, tornou-se beneficiário de parte do Depósito Legal do país.¹⁴⁹

Em 2018, o então Diretor do AHM assim resumiu a história da instituição até a independência:

O AHM foi criado em 1934 no quadro da reforma administrativa colonial ditada pelas mudanças do Estado Novo em Portugal e a necessidade da integração do espaço colonial português, no caso consubstanciada no Ato Colonial de 1930. Desde então, a posição do AHM como arquivo da colónia e responsável pela coleção bibliográfica moçambicana foi se consolidando a par da missão de produzir a história de Moçambique. Assim, desde muito cedo, o AHM articulou a preservação de documentos com a produção historiográfica de Moçambique, com realce para o papel desempenhado pelos seus diretores pioneiros (Tembe, 2018, p. 28).

Logo após a independência, tornou-se Arquivo Histórico de Moçambique – AHM e passou a estar ligado à Universidade Eduardo Mondlane, através do Decreto-Lei 26/76, definindo como prioridade a criação de infraestruturas e o recolhimento, em todo o país e em todos os níveis administrativos da documentação colonial até a data da independência.¹⁵⁰

Em 1992, foi criado o Sistema Nacional de Arquivos, sendo o AHM seu órgão central. Em 2007, o referido sistema é modificado para Sistema Nacional de Arquivos de Estado pelo Decreto 36/2007, passando a ter participação na definição e difusão da política arquivística do governo e no assessoramento aos projetos legislativos que versam sobre a Política Nacional de Arquivos.¹⁵¹

O Arquivo Histórico de Moçambique, ligado ao Ministério da Função Pública, passou a ter por finalidade a orientação técnica normativa de gestão arquivística e a preservação da

¹⁴⁹ Universidade Eduardo Mondlane. Arquivo Histórico de Moçambique. Disponível em: <https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/unidades-organicas/especiais/arquivo-historico-de-mocambique>.

¹⁵⁰ Boletim Informativo do Arquivo Histórico de Moçambique. Edição 04. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160305001932/http://www.ahm.uem.mz/documents/biarquivo4.pdf>.

¹⁵¹ Universidade Eduardo Mondlane. Arquivo Histórico de Moçambique. Atom. Disponível em: http://www.ahm.uem.mz/atom-ahm/index.php/?sf_culture=pt.

memória nacional, prestando serviços de investigação histórica e arquivística, avaliação e seleção de documentos, formação técnica, digitalização e microfilmagem, atendimento ao público, editoração, promoção de eventos e reprografia.¹⁵²

Na página inicial da ferramenta de descrição arquivística ICA-Atom, em seu sítio eletrônico, ainda em desenvolvimento pelo AHM, a instituição discorre sobre si própria:

O AHM é considerado um dos melhores Arquivos de África, e tem sob sua custódia cerca de 30 mil metros lineares de documentação textual tratada, agrupada em 82 fundos arquivísticos disponíveis à consulta pública, e variadas coleções especiais incluindo fotografias, filatelia, fontes orais, microfimes, cartazes, mapas e uma biblioteca especializada, entre outros.¹⁵³

Ao longo de sua história, o AHM vem estabelecendo parceria e acordos de cooperação, bilaterais e multilaterais, sobretudo, com instituições portuguesas e brasileiras. Destaca-se o Acordo de Cooperação Cultural entre Portugal e Moçambique, entre 1982 e 1985, que resultou na microfilmagem de um expressivo número de documentos, datados entre os séculos XVIII e XIX, custodiados em arquivo portugueses, e o Memorando de Entendimento entre o AHM e o ANTT, assinado em 2002, que proporcionou apoio técnico, a reabilitação dos edifícios do AHM, ações de capacitação, estágios e ensino de pós-graduação e partilha de documentos. Com o Brasil, através de acordos com o AN e universidades, o AHM beneficiou-se de programas de formação em arquivística e estágios profissionais. Após formalização de protocolos com a Agência Brasileira de Cooperação, conseguiu a instalação de um laboratório de conservação e restauração (Tembe, 2018, p. 29).

De acordo com as informações prestadas pelo AHM, por meio de questionário enviado eletronicamente¹⁵⁴, a instituição possui um acervo composto por 35 mil metros lineares de documentos textuais, além de documentos iconográficos, audiovisuais, sonoros,

¹⁵² Universidade Eduardo Mondlane. Arquivo Histórico de Moçambique. Disponível em: <https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/unidades-organicas/especiais/arquivo-historico-de-mocambique>.

¹⁵³ Universidade Eduardo Mondlane. Arquivo Histórico de Moçambique. Atom. Disponível em: http://www.ahm.uem.mz/atom-ahm/index.php/?sf_culture=pt.

¹⁵⁴ Data de envio: 08 de abril de 2021; data de resposta: 02 de junho de 2021.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

cartográficos e musicográficos, divididos entre cerca de 300 fundos e coleções, compreendidos entre o século XVIII e a atualidade e que tiveram como forma de entrada o recolhimento, a transferência, doação, compra e aquisição de cópias. O acervo é composto por 99% de documentação de natureza pública, embora, a instituição não venha recebendo recolhimentos de documentação proveniente da administração central. Existem ainda 300 mil rolos de microfilmes, 7 mil horas de história oral e sonora e 100 mil fotografias. Do total da documentação textual, estima-se que 15 mil metros lineares constituem massa documental acumulada, ou seja, sem tratamento (Tembe, 2018, p. 28).

A instituição está instalada em três edifícios principais para depósitos e serviços arquivísticos, sendo que apenas um, onde funciona a sede e que possui dimensões reduzidas, possui condições adequadas e apropriadas para arquivos (Tembe, 2018, p. 28). O AHM dispõe de 5 depósitos, com capacidade estimada para 35 mil metros lineares, sendo um depósito destinado para documentos sonoros, com mobiliário específico para sua guarda em que são custodiados. Dentre as condições de preservação, foram mencionadas como existentes na instituição a refrigeração e climatização, o controle de umidade, a higienização periódica, o mobiliário próprio e o controle contra pragas e sinistros.

A instituição possui 82 funcionários efetivos e 17 estagiários. No corpo técnico, há arquivistas, bibliotecários, historiadores, preservadores, informáticos, administradores e técnicos de relações internacionais. Do total de funcionários, 74 trabalham em seis departamentos (dos sete existentes na instituição) ligados ao processamento técnico do acervo, em que a ordem original e a proveniência são respeitadas. O acesso é disponibilizado a partir de catálogos e inventários e a consulta é realizada de forma presencial, havendo leitores de microfilmes e reprodutores de cassetes. A reprodução do acervo pode ser feita através de fotocópias, capturas fotográficas e digitalização, mediante filiação como leitor ou investigador.

O AHM não possui uma política de digitalização do acervo, nem de preservação digital. Apenas 0,01% do acervo está digitalizado.

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi: “Órgão assessor e responsável pelos arquivos permanentes no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE)”.



Figura 54 – Sede do AHM

Fonte: House of Maputo. <https://housesofmaputo.blogspot.com/2016/01/predio-do-arquivo-historico-de.html>

5.8 Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe – AHSTP

Quadro 34 – Dados do AHSTP

Endereço	Edifício do Arquivo Histórico, Praça da Cultura s/nº - CP. 87 – São Tomé
Telefone	+239 222 23 06
Sítio eletrônico	www.ahstp.org
E-mail	arquivo@ahstp.org
Responsável	Ernesto Lima (Diretor-Geral)
Vinculação administrativa	Ministério da Educação, Cultura e Formação

Fonte: Elaboração própria



Figura 55 – Logotipo do AHSTP

Fonte: Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=11>

O Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe – AHSTP foi criado em 1969, antes, portanto, da independência do país, sendo uma das três províncias, além de Angola e Moçambique, onde isso aconteceu. A criação do AHSTP foi precedida de um relatório sobre as condições de conservação de conjuntos documentais que se encontravam no arquipélago, realizado pelo Padre Doutor António da Silva Rego, especialista em estudos sobre o ultramar e professor em diversas instituições sobre o tema. No referido relatório, Silva Rego descreve e analisa o que encontrou em São Tomé¹⁵⁵:

Ao chegar à Província, a 23 de Maio de 1968, encontrei, já devidamente constituído, um Grupo de Trabalho que logo entrou a funcionar. Após alguns dias de sondagens, verificou-se logo que a documentação existente em S. Tomé não atingia, pelo menos aparentemente, ano anterior a 1802. Iniciada a arrumação dos documentos, encontrou-se a possível explicação do facto. Com efeito em Agosto de 1887 nomearam-se comissões em S. Tomé e Príncipe para se inutilizarem os papéis julgados incapazes e sem importância, segundo consta de instruções passadas no Príncipe em 30 de Agosto de 1887 pelo Major João Albuquerque Cabral. Esperava ele que a comissão do Príncipe actuasse com zelo, inteligência e competência, esperando A que a escolha se fará de

¹⁵⁵ Centro de Estudos de História do Atlântico. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/investigacao/A-STome>

forma que fiquem existindo os documentos que pelo seu interesse e importância merecerem ser conservados, devendo da inutilização lavrar-se o competente auto para ser convenientemente arquivado. Verificou-se ainda que, durante o período em que António Enes ocupou a pasta da Marinha e Ultramar, também a Província de S. Tomé e Príncipe recebeu ordem de remeter para Lisboa toda a documentação anterior a 1834. Isto explica o reduzido número de documentos existente na secretaria geral do Governo, em S. Tomé, ou dela dependente, pois a Câmara Municipal do Príncipe orgulha-se de possuir papéis da segunda metade do Século XVII.

No ano seguinte, o governo português criou formalmente o AHSTP, a partir do Decreto nº 49.047, de 7 de junho de 1969¹⁵⁶, em que a justificativa apresentada foi o “avultado número de documentos históricos existentes na província de S. Tomé e Príncipe, cuja conservação convém assegurar”, informando em seguida que a proposta de criação foi formulada pelo Governo da Província e que teve anuência do Conselho Ultramarino. Assim sendo, o Artigo 1º do referido Decreto cria o AHSTP, com sede em São Tomé e vinculado aos Serviços de Educação. Suas incumbências são delimitadas no segundo artigo:

- a) Receber, desde já, salvo excepção aprovada pelo governador da província, toda a documentação com mais de cinquenta anos existente em organismos oficiais;
- b) Receber a documentação com mais de cinquenta anos que os corpos administrativos, pessoas colectivas e particulares desejem confiar-lhe;
- c) Proceder à catalogação e a inventariação dos documentos;
- d) Publicar, com a periodicidade que oportunamente for determinada, o roteiro e o inventário de toda a documentação do Arquivo.

Percebe-se no Decreto uma tentativa de se estabelecer, a partir de um corte temporal de cinquenta anos, uma patrimonialização do acervo documental oficial da província, sem uma preocupação mais direta com a gestão documental. Outro dado relevante é a possibilidade de recebimento de documentação privada de entidades individuais e coletivas, desde que obedecida a mesma ideia de valoração pelo tempo e não pela função ou atividade

¹⁵⁶ Diário da República Eletrónico. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/200402/details/normal?serie=I&search=Pesquisar&ano=1969&perPage=100&types=DR&_advancedPublicSearch_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=69514

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

que a gerou. Além disso, o Arquivo teria um papel passivo na recepção dos acervos, pois ele estaria apto apenas para receber, como especificado nas duas primeiras incumbências do decreto, sem intervir diretamente na identificação da documentação nos órgãos oficiais. Como objetivo posterior a este recebimento, o decreto menciona a catalogação e inventariação e a posterior elaboração de instrumentos de pesquisa.

No artigo seguinte, o decreto diz que uma filмотeca destinada à microfilmagem funcionará anexa ao arquivo, “destinada à microfilmagem de documentos importantes relativos à história da província existentes em arquivos, tanto nacionais como estrangeiros”. Esse artigo é interessante por esboçar a ideia de um patrimônio arquivístico comum, na ideia de identificação de documentação histórica referente ao arquipélago que estivesse em outras instituições arquivísticas, na metrópole ou mesmo no exterior, e na utilização da microfilmagem como instrumento de duplicação, aquisição e preservação. Contudo, provavelmente por falta de recursos e pessoal qualificado, essa ideia não foi implementada de imediato.

Após sua criação formal, o AHSTP foi instalado em um imóvel público já existente, onde funcionava, até então serviços oficiais diversos, não sendo, portanto, uma construção própria para os serviços arquivísticos. De acordo com o Centro de Estudos de História do Atlântico – CEHA, além de o prédio escolhido não ser funcional pela disposição das salas e pela arquitetura externa, sua localização à beira mar aumentava os riscos de salinização dos documentos em virtude da constante maresia. Sendo uma região tropical, também há altas temperaturas e umidade ao longo de todo o ano, favorecendo a presença de insetos e microorganismos, provocando altos índices de deterioração dos documentos¹⁵⁷.

Com a independência do país, em 1975, inúmeras instituições foram extintas e seus respectivos conjuntos documentais recolhidos ao AHSTP, o que aumentou significativamente o acervo da instituição¹⁵⁸. Entretanto, grande parte deste acervo não pôde ser tratada arquivisticamente, em virtude da falta de pessoal, material e mobiliário.

Em 2006, uma missão de técnicos do ANTT esteve no país para realizar diagnósticos na documentação que estava na ilha de Príncipe, visando à possível criação de um arquivo

¹⁵⁷ Centro de Estudos de História do Atlântico. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/investigacao/A-STome>

¹⁵⁸ Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. Fundos. Organização atual do AHSTP. Disponível em: <http://ahstp.org/fundos>

histórico nesta região. Quatro anos depois, uma nova missão do ANTT foi realizada, com o envio de três técnicos que visitaram as ilhas de Príncipe e São Tomé e que, após inúmeras visitas às dependências do AHSTP e de reuniões com a diretora da instituição, elaboraram um relatório apontando a grande carência na formação profissional da equipe. Segundo os técnicos portugueses que lá estiveram:

Nenhum dos funcionários tem formação em arquivo, pelo que se trata de uma área extremamente carenciada, situação que tem sido recorrentemente apresentada pela Directora, solicitando a realização de cursos de formação de técnicos de arquivo, não só para o próprio Arquivo Histórico, mas também para as diferentes instituições governativas, por forma a criar uma cultura de arquivo, que não existe (Machado et al., 2012, p. 186).

Também foi constatado que o AHSTP se encontrava sem espaço para novos recolhimentos ou doações:

O Arquivo encontra-se completamente lotado, sem capacidade para efectuar incorporações; da documentação que ali se encontra destacamos especialmente a dos fundos documentais provenientes das instituições da Administração Colonial, e a das Roças. A documentação das Roças foi sendo incorporada à medida que estas iam sendo desactivadas. Registe-se que a grande maioria (mais de 80%) da documentação ainda se encontra fechada nos embrulhos, tal como foi incorporada (Machado et al., 2012, p. 185).

Além desses fatos, os referidos técnicos mencionam que “as condições ambientais do edifício são deficientes”, pois havia muita umidade no local, sendo os depósitos e locais de trabalho pouco arejados e sem refrigeração, constituindo-se, portanto, em “condições adversas à preservação da documentação” (Machado et al., 2012, p. 185).

Por fim, os técnicos sintetizam o diagnóstico sobre as condições e possibilidades do AHSTP e da eventual criação de um arquivo regional, na Ilha de Príncipe:

Em S. Tomé, verifica-se a existência de um Arquivo Histórico, repleto de um rico

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Património Arquivístico, inexplorado, e quase desconhecido, a necessitar urgentemente de tratamento, que facilite o acesso ao seu conteúdo informativo. No Príncipe, a falta de um edifício de Arquivo representa uma ameaça à criação do futuro Arquivo Histórico da Região porque contribui para a degradação do Património existente. A falta de formação técnica representa uma ameaça para todo o Património documental, quer em S. Tomé, quer no Príncipe, cuja perda, representa a perda da sua Memória Histórica, pondo em causa a sua Identidade enquanto Povo. Contribui igualmente para a falta de transparência governativa, e de cidadania, na medida em que limita ao cidadão o acesso à informação a que tem direito (Machado et al., 2012, p. 186).

Em 13 de dezembro de 2011, foi assinado o Protocolo de Cooperação entre o AHSTP e a Fundação Mário Soares – FMS, de Portugal, no âmbito de atuação do projeto Casa Comum, portal criado pela instituição portuguesa no intuito de divulgar e disponibilizar acervos arquivísticos de países e organizações da CPLP¹⁵⁹. Neste acordo, estavam previstos treinamentos de pessoal, visitas técnicas, digitalização de documentos e a disponibilização da base de dados do portal. No ano seguinte, em 2012, o acordo de cooperação entrou em vigor e, no fim daquele ano, uma missão da FMS foi enviada ao AHSTP “com o objetivo de fortalecer a cooperação, intercâmbio e capacitar os técnicos na área de digitalização, funcionamento da base de dados e actualização da página na internet”. No ano seguinte, um técnico do AHSTP foi para Portugal realizar um estágio na FMS no âmbito da gestão de um arquivo digital. No segundo semestre de 2014, uma equipe da FMS esteve em São Tomé para acompanhar o desenvolvimento das atividades de digitalização do acervo e da preparação de exposição alusiva ao 45º aniversário do AHSTP, reunindo-se, inclusive, com o Ministro da Cultura, a quem alertou sobre os problemas enfrentados pelo AHSTP, sobretudo, referente às condições físicas da sede e à escassez de mão de obra qualificada, apresentando os projetos de salvaguarda do acervo¹⁶⁰.

O AHSTP está vinculado ao Ministério da Educação, Cultura e Formação, sendo compreendido como um “órgão nacional vocacionado para a identificação, tratamento e divulgação do numeroso acervo documental reconhecido como valioso património histórico

¹⁵⁹ Casa Comum. Projetos. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/projeto>

¹⁶⁰ Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. Entrada. Notícias. Disponível em: <http://ahstp.org/index>

para esta e para as gerações vindouras”.¹⁶¹

De acordo com o sítio eletrônico da instituição, o acervo documental está instalado em nove depósitos e é constituído por “documentos avulsos, códices, livros de registo, cartografia e iconografia”. O AHSTP também possui uma biblioteca de apoio.

A obra *The International Directory of National Archives* informou que o acesso aos documentos é livre e gratuito, mas que “*although the AHSTP is actively digitizing many of its materials, digital reproduction services for individual researchers are not available at the time of writing*” (Franks & Bernier, 2018, pp. 325-326).

Em março de 2019, durante uma palestra proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra¹⁶², a Diretora do AHSTP, Sónia Gomes, falou de diversos aspectos da instituição. Sobre a equipe técnica, disse que era composta por cinco funcionários, todos sem formação superior. Ao falar da documentação, a diretora mencionou que os fundos e coleções são divididos em dois núcleos, referentes às ilhas de São Tomé e do Príncipe, e que o processo de digitalização está em curso desde quando o arquivo recebeu verbas, equipamentos e treinamentos do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Dentre os documentos digitalizados, encontram-se fotografias, postais, fichas de trabalhadores, boletins oficiais, livros, revistas, jornais e documentos avulsos. Ao falar do edifício onde está sediado o arquivo, Sónia Gomes falou da precariedade das instalações e da falta de espaço, mencionando o fato de que a sala de leitura e de consultas está localizada no saguão de entrada e que o processamento técnico do acervo é realizado nos corredores. O AHSTP precisou colocar grades nas janelas da sala onde fica o laboratório de digitalização, pois parte dos equipamentos doados pela UNESCO foram furtados. A diretora elenca, como desafios institucionais, a mudança para um novo prédio, a mudança de mentalidade por parte do governo sobre a política arquivística do país, uma ampliação da dotação orçamentária e o maior envolvimento da população com o arquivo. Sónia Gomes menciona as diversas iniciativas de divulgação do AHSTP, como exposições itinerantes e visitas de estudantes, como forma de difusão da instituição.

¹⁶¹ Casa Comum. Parcerias. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. 2020. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=11>

¹⁶² IX Seminário de Saberes Arquivísticos. Mesa Redonda Arquivos da Lusofonia, realizada em 06/03/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vAgh1SnSNC0>

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

De acordo com as informações prestadas pelo AHSTP, por meio de questionário enviado eletronicamente¹⁶³, o acervo é composto por documentos textuais, iconográficos e cartográficos, que tiveram como forma de entrada, o recolhimento, a transferência e a doação. Não há uma estimativa de percentuais de documentação pública e privada e da quantidade de documentos manuscritos. Não foi informada a dimensão do acervo nem o número de fundos e coleções.

O AHSTP dispõe de quatro depósitos, mas não há depósitos ou mobiliários específicos para documentos não textuais, nem equipamentos para acessá-los. Dentre as condições específicas de preservação nos depósitos, a única mencionada foi a higienização periódica.

Todos os funcionários trabalham no processamento técnico do acervo, em que a ordem original e a proveniência são respeitadas. A instituição não informou quais normas são utilizadas para descrição arquivística e nem quais instrumentos de pesquisa são oferecidos ao usuário. A consulta é realizada de forma presencial e com o manuseio dos documentos originais.

O AHSTP informou ter uma política de digitalização do acervo, mas não soube informar o percentual de documentos já digitalizados. Não há uma política de preservação digital.

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi: “Preservação da memória colectiva do povo.”

¹⁶³ Data de envio: 01 de março de 2021; data de resposta: 19 de maio de 2021.



Figura 56 – Sede do AHSTP
 Fonte: AHSTP. <http://ahstp.org/>

5.9 Arquivo Nacional de Timor-Leste – ANTL

Quadro 35 – Dados do ANTL

Endereço	Estrada de Caicoli, s/n – Dili – Caixa Postal 343
Telefone	(+670) 773 267 40
Sítio eletrônico	https://arntl.wordpress.com/
E-mail	antldg@gmail.com gabinete.vice-ministro@estatal.gov.tl
Responsável	Manuel Soares Tilman
Vinculação administrativa	Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

Fonte: Elaboração própria

Inserido no processo de independência do país, surge em 1999, através da Resolução 1272, do Conselho de Segurança da ONU, a *The United Nations Transitional Administration in East Timor* – UNTAET, uma missão de paz transitória que, além de manter a ordem, realizar ações de ajuda humanitária e promover a segurança, seria responsável por estabelecer

uma administração pública, no auxílio do governo independente.

A grande instabilidade política em Timor-Leste também afetou os registros documentais do país. Segundo Menezes & Bahia (2020, p. 383):

Em 1999, Timor-Leste sofreu uma onda de violência que causou estragos, incêndios em edifícios administrativos, de civis. Os documentos foram abandonados, alguns foram queimados. Segundo informação, de um dos primeiros voluntários do ANTL, o acolhimento dos documentos iniciou-se desde 1999, fizeram uma operação de invadir os edifícios administrativos, escolas, hospitais, marcas militares indonésios, que foram deixados pós-conflito em 1999.

Neste contexto, o papel da memória foi tido como fundamental no estabelecimento de uma identidade própria do país finalmente livre. Nesta (re)construção identitária, foram criados diversos projetos e instituições para a salvaguarda da memória coletiva timorense, como o programa de rádio *Tuba Rai Metin*, que divulgava depoimentos de membros da resistência; o *Living Memory Project*, destinado a coletar as memórias dos presos políticos; a criação do Centro Audiovisual Max Stahl, para a preservação dos registros videográficos sobre o processo de independência timorense, realizados pelo jornalista britânico Max Stahl¹⁶⁴, além de incentivar a produção de um arquivo audiovisual sobre os primeiros anos do Timor livre; a formação do Secretariado Técnico Pós-Comissão Acolhimento Verdade e Reconciliação que, dentre outras ações, iria organizar e preservar os documentos referentes às violações dos direitos humanos durante o período de ocupação indonésio; e a criação do Arquivo & Museu da Resistência Timorense (Prata, 2018).

A UNTAET, quando foi instituída, em 1999, apoiou a criação do *National Records and Archives Services Seccion* – NRASS, formando uma equipe internacional de especialistas que solicitou apoio ao Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, para a cessão de cópias de documentos referentes a Timor-Leste e na capacitação de técnicos locais. Neste mesmo ano, foi solicitado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo auxílio nas ações de processamento técnico e preservação dos documentos timorenses. Essa ajuda deu-se em visitas técnicas e eventos de capacitação.

¹⁶⁴ Posteriormente o jornalista se tornou cidadão timorense e o acervo audiovisual por ele constituído foi inscrito no Programa Memória do Mundo da UNESCO.

No ano seguinte, em 2000, o NRASS passou a integrar o Departamento de Serviço Civil e Emprego Público, contratou seus primeiros funcionários e iniciou o recolhimento de documentação oficial dispersa. A primeira sede do que viria a ser o Arquivo Nacional situava-se no Parlamento Nacional, sendo transferido, em seguida, para o Palácio do Governo e depois para o Ministério das Finanças. Alguns de seus funcionários fizeram estágios, cursos e visitas de estudo em Portugal, Austrália e Malásia (Menezes & Bahia, 2020, pp. 380-381).

O serviço de arquivo, em Timor, foi inserido na estrutura do Ministério da Administração Interna, criado pelo Decreto Lei 3/2002¹⁶⁵, mas ainda sem o estatuto de órgão público. O referido ministério tinha por objetivo, dentre outras ações, “coordenar a actuação da administração pública” e “assegurar a publicação dos documentos oficiais”. No ano seguinte, em 2003, devido à reestruturação da administração pública teve seu nome alterado para Ministério da Administração Estatal – MAE. No mesmo ano, através do Decreto 2/2003¹⁶⁶, é aprovado o estatuto orgânico do Governo e, dentre as atribuições do MAE, estão ações referentes aos arquivos:

No domínio da documentação e arquivo do Estado:

- a) Promover a recuperação e reconstituição de documentos criando e desenvolvendo o arquivo histórico do país;
- b) Propor e desenvolver normas e instruções pertinentes à classificação, tratamento e arquivamento da documentação;
- c) Assegurar aos investigadores, estudiosos e público em geral, o acesso à documentação em arquivo, que não esteja coberta pelo segredo de Estado;
- d) Promover a modernização dos serviços e a especialização profissional dos funcionários do arquivo histórico de Timor-Leste.

Com o aprimoramento da máquina administrativa timorense outros ajustes legislativos foram realizados, dentre eles, um novo nome e estrutura para o agora Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território – MAEOT. O Decreto-Lei nº 6/2008 estabeleceu a estrutura orgânica do MAEOT que, entre outras atribuições, passou a ter a responsabilidade pela recuperação e guarda dos “documentos históricos e oficiais do país” e

¹⁶⁵ Jornal da República. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1489>

¹⁶⁶ Jornal da República. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1077>

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

por “propor e desenvolver normas e instruções pertinentes à classificação, tratamento e arquivamento dos documentos históricos e oficiais do país”. O Arquivo Nacional, surge como integrante do MAEOT, com as seguintes orientações, de acordo com o artigo 18º:

1. O Arquivo Nacional é a entidade administrativamente autónoma encarregue da recuperação, manutenção e guarda dos documentos históricos e oficiais do país, cabendo-lhe:

- a) Promover a recuperação e restauração de documentos de importância histórica para o país;
- b) Assegurar a guarda e depósito adequado aos documentos históricos e oficiais;
- c) Propor e desenvolver normas e instruções pertinentes à classificação, tratamento, restauro e arquivamento da documentação;
- d) Estabelecer ligações e propor a celebração de acordos de cooperação com entidades congéneres nacionais e estrangeiras;
- e) Assegurar aos investigadores, estudiosos e público em geral, o acesso à documentação histórica e oficial que não esteja coberta por segredo de Estado;
- f) Promover a padronização das normas e práticas de arquivamento na Administração Pública;

2. O Arquivo Nacional, entidade autónoma sob tutela directa do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território, rege-se por diploma próprio a ser aprovado no prazo de 6 meses.

Existem muitos conjuntos documentais referentes ao período anterior à independência que se encontram em arquivos indonésios e portugueses. Além disso, conforme apontam Franks & Bernier (2018, p. 381), “*The British Library in London is backing up material sused in there port of the Commission for Reception, Truth ans Reconciliation, which conducted its work between 2002 and 2005*”, sendo uma das principais fontes documentais referentes aos últimos anos da administração portuguesa em Timor e ao período de ocupação indonésia (Prata, 2018).

Nos últimos anos, o governo timorense vem discutindo a elaboração e implementação de sua política nacional de arquivos públicos e privados, o sistema nacional de arquivos e a criação do conselho nacional de arquivos (Franks & Bernier, 2018, p. 381), tendo, para isso, a colaboração de outros países. O Brasil teve papel decisivo nesta questão, em virtude do

acordo bilateral, firmado entre seus governos, em que o Arquivo Nacional brasileiro, além de promover a capacitação profissional de cidadãos timorenses em práticas arquivísticas e de preservação, também auxiliou, com sua expertise, a formulação de tais instâncias.

De acordo com as informações prestadas pelo ANTL, por meio de questionário enviado eletronicamente¹⁶⁷, a instituição possui um acervo composto por 1.438,88 metros lineares, contendo documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, sonoros e cartográficos, em suportes analógicos e digitais, compreendidos entre 1770 e 1999, e que tiveram, como forma de entrada, o recolhimento, a transferência, doações e aquisições de cópias de outras instituições. O acervo está dividido nos seguintes conjuntos documentais: Fundos da Resistência, Fundos do I, II, III e IV Governos Constitucionais e as Coleções Administração Portuguesa de 1770-1975, Administração Japonesa de 1942-1945, Administração Indonésia de 1976-1999 e *United Nations Transition Administration East Timor* 1999-2002. Não foi informado o percentual de documentação pública, mas, de acordo com os conjuntos documentais informados, estima-se que seja perto da totalidade. Também não foi informado o percentual de documentação manuscrita.

O ANTL dispõe de dois depósitos com capacidade estimada para 1,5 mil metros lineares, embora não haja depósitos específicos para documentos não textuais, nem equipamentos para acesso a documentos audiovisuais, mas há mobiliário específico (mapotecas) para documentos de grande formato. Dentre as condições específicas de preservação nos depósitos a única mencionada foi a higienização periódica.

A instituição possui 26 funcionários efetivos (3 arquivistas, 1 bibliotecário, 2 informáticos, 10 administradores, dentre outros) e 64 contratados, sendo que 15 pessoas trabalham diretamente no processamento técnico. A instituição informou que respeita a ordem original e a proveniência na organização do acervo e que segue um manual próprio de orientação arquivística para o tratamento da informação. Ainda não há instrumentos de pesquisa e as condições de acesso e reprodução são precárias.

Segundo o ANTL, a instituição possui uma política de digitalização e de preservação digital, sendo que apenas 20,335 metros lineares de documentação foram digitalizados, ou seja, menos de 2% do acervo custodiado e ainda não há repositórios.

¹⁶⁷ Data de envio: 16 de março de 2021; data de resposta: 24 de maio de 2021.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Ao serem perguntados sobre qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada foi: “Já foram elaborados a Política Arquivo Público e Privado, Conselho Nacional dos Arquivos e o Sistema Nacional dos Arquivos está em processo discussão no Conselho de Ministros.”



Figura 57 – Sede de ANTL
Fonte: ANTL. <https://arntl.wordpress.com/>

PARTE 3
RESULTADOS E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 6

TOPOGRAFIA ARQUIVÍSTICA DA LUSOFONIA

*Às vezes numa pequena coisa pode-se encontrar
todas as coisas grandes da vida,
não é preciso explicar muito, basta olhar.*
(Ondjaki, 2014, p. 75)

Após o levantamento dos dados históricos, administrativos e contextuais dos arquivos nacionais da CPLP, através de pesquisa documental, revisão bibliográfica e entrevistas, pode-se elaborar um diagnóstico do estágio atual em que se encontram tais instituições, obtendo-se com isso um entendimento significativo da topografia arquivística do conjunto destes países.

Compreende-se por topografia a “descrição exata e minuciosa de um lugar”¹⁶⁸, a descrição de todas as características de um terreno, fundamental para sua análise. A identificação deste “relevo” propicia o conhecimento da realidade detalhada da estrutura física de um determinado sítio, sendo imprescindível para a elaboração de projetos consistentes de engenharia, por exemplo.

A topografia é uma ciência que estuda os acidentes geográficos, colaborando decisivamente para a cartografia e engenharia. No caso desta pesquisa, o termo foi apropriado em uma livre adaptação para as ciências sociais, fazendo um paralelo entre a descrição física e a análise baseada nas características sociais, culturais, políticas e administrativas, não só dos arquivos nacionais, mas de seus países, da CPLP e de outras instituições e iniciativas de cunho compartilhado, bilaterais ou multilaterais.

6.1 Arquivos Nacionais da CPLP

O arquivo nacional, enquanto instituição ligada diretamente ao Estado reflete sua burocracia, aspectos jurídicos de sua administração e mecanismos vinculados à condução de políticas culturais ligadas à sua História. Por isso, a compreensão ampla e profunda do país

¹⁶⁸ Dicionário Priberam. Topografia. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/topografia>.

é fundamental para o entendimento do funcionamento dessas instituições. Como os países da CPLP são desiguais em inúmeros fatores e não foi possível obter o valor orçamentário que cada instituição recebe de seus governos anualmente, elaboramos a comparação entre a população total de cada nação e o tamanho do acervo custodiado em metros lineares com o número de funcionários efetivos das instituições.

Essa comparação demonstra que o arquivo nacional brasileiro, possuidor do maior número de funcionários efetivos, é apenas o penúltimo na relação desses trabalhadores com a população do país, pois há um funcionário para cada 423.683 habitantes, enquanto a relação em Portugal é de um funcionário para cada 93.100 habitantes. A menor dessas relações é em Cabo Verde, onde há um funcionário do seu arquivo nacional para cada 20.774 habitantes.

Ao mudarmos a comparação de funcionário para metro linear de documentação custodiada, temos o arquivo nacional timorense com a menor relação, havendo um funcionário para cada 55,34 metros lineares de documentos, enquanto Portugal possui um funcionário para cada 892,85 metros lineares de documentos de seu acervo. Obviamente, há muitas variáveis nessas relações, como o número de conjuntos documentais tratados, em virtude do tempo de existência do país e do próprio arquivo nacional em questão e do número de trabalhadores e estagiários ocasionais.

Tabela 14 – Relação entre nº de funcionário, tamanho do acervo e população

Instituição	Número de funcionários efetivos	Dimensão do acervo (em metros lineares)	População do país	Relação funcionário por habitante	Relação funcionário por metro linear
ANTT	112	100.000	10.427.300	93.100	892,85
AN	496	46.748	210.147.125	423.683	94,25
ANA	55	12.000	29.310.273	532.914	218,18
IANCV	27	3.200	560.899	20.774	118,51
AHN	05	1.627	1.772.338	354,467	325,40
AHM	82	35.000	27.909.798	340,363	426,82
AHSTP	05	-	205.454	41.090	-

ANTL	26	1.439	1.291.358	49.667	55,34
------	----	-------	-----------	--------	-------

Fonte: Elaboração própria

Como observado, os arquivos nacionais da CPLP possuem estruturas díspares e condizentes com o estágio social em que seus respectivos países se encontram, refletindo aspectos políticos e econômicos de seus contextos. Muitos dados confirmam tais premissas, mas um, em especial, reforça a ligação entre democracia e políticas arquivísticas. Dos nove países da CPLP, os dois que possuem a democracia mais frágil não possuem uma instituição específica entendida como um arquivo nacional: a Guiné-Bissau e a Guiné Equatorial.

No caso da Guiné-Bissau a documentação histórica fica a cargo do INEP sem que haja uma instituição arquivística estruturada. Parte de seus conjuntos documentais foi destruída, em conflitos políticos. Em relação a Guiné Equatorial o cenário é mais caótico, pois além de não haver um arquivo nacional, não há uma política arquivística em funcionamento. A guarda da documentação histórica é realizada por sua biblioteca nacional e não há informações sobre gestão de documentos e recolhimentos na administração pública em uma opacidade típica de regimes autoritários.

Foi constatado que do conjunto dos sete arquivos nacionais, da biblioteca nacional da Guiné Equatorial e dos arquivos históricos nacionais da Guiné-Bissau, oito instituições possuem sítios eletrônicos em atividade. Não foi identificado um sítio eletrônico em atividade da BNGE, embora um endereço seja divulgado. Os AHN da Guiné-Bissau possuem suas informações no portal Casa Comum, pertencente à FMS, de Portugal. O ANTL não possui um sítio eletrônico propriamente dito, mas apenas uma página eletrônica do Wordpress¹⁶⁹.

Quadro 36 – Sítios eletrônicos dos arquivos nacionais da CPLP

País	Instituição	Sítio eletrônico
Portugal	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	www.antt.dglab.gov.pt
Brasil	Arquivo Nacional	www.arquivonacional.gov.br
Angola	Arquivo Nacional de Angola	www.ana.gov.ao
Cabo Verde	Instituto do Arquivo Nacional de	www.arquivonacional.cv

¹⁶⁹ Arquivo Nacional do Timor-Leste. (2019). Disponível em: <https://arntl.wordpress.com/>

	Cabo Verde	
Guiné-Bissau	Arquivos Históricos Nacionais	www.casacomum.org
Guiné Equatorial	Biblioteca Nacional de Guinea Ecuatorial	-
Moçambique	Arquivo Histórico de Moçambique	www.ahm.uem.mz
São Tomé e Príncipe	Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe	www.ahstp.org
Timor-Leste	Arquivo Nacional de Timor-Leste	www.arntl.wordpress.com

Fonte: Elaboração própria

Em seguida, foi pesquisado se os referidos arquivos nacionais dispunham de bases de dados on-line, a melhor forma de conceder ao usuário a possibilidade de acesso qualificado e de difusão do acervo. Os arquivos nacionais de Angola, Moçambique e Timor-Leste não possuem, enquanto os arquivos de Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe utilizam o portal Casa Comum¹⁷⁰ para suas bases de dados. O referido portal foi desenvolvido pela FMS¹⁷¹ em software livre e destina-se à disponibilização de representantes digitais de documentação histórica de países da CPLP¹⁷².

Não conseguimos obter informações sobre bases de dados da BNGE e o ANA informou que a base de dados está em construção, mas sem informar uma previsão de quando estará disponível. O AHM dispunha de uma base de dados on-line, mas foi desativada, pois está em processo de reformulação. Os arquivos nacionais de Portugal, Brasil e Cabo Verde possuem bases de dados próprias, sendo que o IANCV declarou que sua base de dados está sendo reformulada e que também possui parceria com o portal Casa Comum. O AHSTP informou possuir base de dados própria, mas até a data de finalização desta tese ela não estava on-line.

¹⁷⁰ Casa Comum. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/>.

¹⁷¹ Fundação Mario Soares. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/>.

¹⁷² Casa Comum. Projecto. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/projeto>.

Quadro 37 – Base de dados on-line

Instituição	Base própria	Base compartilhada
ANTT	X	-
AN	X	-
ANA	-	-
IANCV	X	X
AHN/INEP	-	X
BNGE	-	-
AHM	-	-
AHSTP	-	X
ANTL	-	-

Fonte: Elaboração própria

Foi pesquisado, através de questionário e de pesquisa pela internet, se os referidos arquivos nacionais possuíam redes sociais, pois se entende que tais instrumentos são importantes ferramentas informativas, de difusão de acervo e contato com o usuário, principalmente por serem de fácil utilização e conhecidas do grande público.

Existem vários tipos de redes sociais, cada uma com uma especificidade definida através da forma de comunicação. O Facebook oferece a possibilidade de criação de perfis individuais, de páginas institucionais e de grupos abertos de discussão em que textos e imagens podem ser compartilhados e comentados. O Twitter é destinado a informações curtas e objetivas que também podem conter anexos audiovisuais. A indexação da informação dá-se através de etiquetagem, na forma de *tags*. O Instagram é uma rede social em que a imagem é priorizada e obrigatória, O Youtube é destinado ao conteúdo audiovisual e o Pinterest ao iconográfico. Todas essas redes sociais possuem milhões de usuários em todo o mundo, produzindo e compartilhando conteúdo e notícias

Os arquivos nacionais de Portugal, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Timor-Leste e a Biblioteca Nacional de Guiné Equatorial possuem *fanpage* no Facebook, a mais conhecida das redes sociais. O arquivo nacional brasileiro tem uma política definida para as redes sociais, contando com uma equipe destinada a alimentar suas contas periodicamente e sendo

a instituição arquivística lusófona com o maior número de interações com o público, estando presente nas principais redes sociais do mundo. O ANTT, além da página no Facebook, dispõe de uma conta no Youtube. Os demais arquivos, que possuem página no Facebook, não possuem outras contas em redes sociais. Os arquivos nacionais de Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe não possuem nenhuma conta em redes sociais.

Para algumas instituições, as páginas do Facebook tornaram-se, efetivamente, a melhor forma de comunicação com o usuário e a única maneira de comunicação com o público residente fora do país, como no caso do ANTL e da BNGE, que possuem sérias carências de comunicação.

A utilização das redes sociais é gratuita e sem necessidades de grandes investimentos para sua implementação e manutenção. Obviamente, não substituem sítios eletrônicos e base de dados próprios, mas podem representar uma forma rápida, barata e eficiente de comunicação com os usuários, fornecimento de informações básicas e difusão do acervo e serviços.

Quadro 38 – Redes Sociais

Instituição	Facebook	Twitter	Instagram	Youtube	Pinterest	Outras
ANTT	X	-	-	X	-	-
AN	X	X	X	X	X	-
ANA	-	-	-	-	-	-
IANCV	X	-	-	-	-	-
AHN	-	-	-	-	-	-
BNGE	X	-	-	-	-	-
AHM	X	-	-	-	-	-
AHSTP	-	-	-	-	-	-
ANTL	X	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

A relação dos arquivos nacionais lusófonos com a CPLP, e entre as próprias instituições, demonstra que não há uma política definida e implementada de cooperação e de trabalho conjunto. Foi perguntado para cada arquivo nacional como consideravam o diálogo

de sua instituição com a CPLP e da relação com os arquivos nacionais dos outros países lusófonos.

Sobre a relação com a CPLP, quatro instituições disseram que ela é precária, uma afirmou ser inexistente, duas a caracterizaram como boa e uma como excelente. Ou seja, 62,5% têm uma análise negativa dessa relação. O convívio com os demais arquivos nacionais lusófonos possui uma aprovação maior: uma instituição o considera excelente, quatro dizem que ele é bom, mas duas a qualificam como precário e uma como razoável, perfazendo, neste caso, uma análise positiva de 62,5%. Provavelmente, se a BNGE tivesse respondido o questionário o percentual de aprovação nas duas perguntas seria menor.

Apenas o ANTT qualificou como excelente as relações interinstitucionais.

Quadro 39 – Relação com a CPLP e demais arquivos nacionais lusófonos

Instituição	Relação com a CPLP	Relação com os demais arquivos nacionais lusófonos
ANTT	Excelente	Excelente
AN	Precário	Bom
ANA	Inexistente	Bom
IANCV	Precário	Razoável
AHN/INEP	Precário	Precário
AHM	Bom	Bom
AHSTP	Precário	Precário
ANTL	Bom	Bom

Fonte: Elaboração própria

Ainda sobre a relação com a CPLP e os demais arquivos, algumas instituições explicaram suas respostas:

Quadro 40 – Detalhamento das respostas sobre relações interinstitucionais

Instituição	Relação com a CPLP	Relação com os demais arquivos nacionais lusófonos
ANTT	-	-

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

AN	A instituição considera que precisa melhorar a interação.	O AN tem uma boa interação com o Arquivo Nacional/Torre do Tombo, especialmente no âmbito Iberarquivos e na COLUSO. Também já prestamos assistência técnica aos arquivos nacionais do Moçambique, Timor-Leste e, mais recentemente, estamos desenvolvendo projeto com Cabo Verde.
ANA	-	Temos boas relações com todos os arquivos nacionais, havendo cooperação bilateral, troca de experiências, apoio institucional e entre-ajuda.
IANCV	-	Relação excelente com a DGLAB (Portugal), procura de relançamento de protocolos existentes com o Arquivo Nacional do Brasil, de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau (INEP) e Timor-Leste.
AHN/INEP	A relação poder ser considerada precária na medida em que apenas nos eventos organizados pela CPLP que participam representante dos Arquivos.	Em termos de intercambio e acordos de cooperação quase é inexistente.
AHM	-	Desenvolvemos projectos de cooperação.
AHSTP	-	-

ANTL	-	-
------	---	---

Fonte: Elaboração própria

A partir das respostas dadas sobre as relações entre os arquivos nacionais lusófonos, foi indagado quais atividades e/ou ações as instituições consideravam importantes no relacionamento colaborativos com as outras instituições congêneres.

A única ação citada de forma unânime pelos arquivos nacionais é o intercâmbio, denotando a vontade dessas instituições na de promoção de atividades que as aproximem, sendo que a capacitação foi citada por sete das oito instituições que responderam ao questionário (a exceção foi o ANTT), demonstrando a necessidade de aprimoramento técnico, bem como da troca de experiências. Outra ação que teve sete citações, foi a identificação do patrimônio arquivístico comum (a exceção foi o ANTL, que tem a menor parcela desse patrimônio, excluindo a Guiné Equatorial). Em seguida, foram apontados “publicações conjuntas”, com seis citações; “estágios”, com cinco citações; e “criação de portal comum” e “processamento técnico integrado”, com quatro citações.

Quadro 41 – Atividades e/ou ações importantes – Parte 1

Instituição	Intercâmbios	Estágios	Capacitação	Criação de portal comum
ANTT	X	-	-	-
AN	X	X	X	X
ANA	X	X	X	X
IANCV	X	X	X	-
AHN	X	X	X	X
AHM	X	X	X	-
AHSTP	X	-	X	X
ANTL	X	-	X	-

Fonte: Elaboração própria

Quadro 42 – Atividades e/ou ações importantes – Parte 2

Instituição	Processamento	Publicações	Identificação do
-------------	---------------	-------------	------------------

	técnico integrado	conjuntas	patrimônio arquivístico comum
ANTT	-	-	X
AN	X	X	X
ANA	X	X	X
IANCV	-	-	X
AHN	X	X	X
AHM	-	X	X
AHSTP	X	X	X
ANTL	-	X	-

Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado para as instituições se elas estavam filiadas a associações ou organizações internacionais arquivísticas ou similares. Apenas o INEP respondeu não estar filiado a alguma entidade associativa. Os demais arquivos nacionais, com exceção do AHSTP, disseram estar associados ao Conselho Internacional de Arquivos – CIA.

O regionalismo se faz presente em algumas filiações: Brasil e Portugal fazem parte da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) e da Iberarquivos¹⁷³, Angola e Moçambique da *Eastern and Southern Africa Regional Branch - International Council of Archives (ESARBICA)*¹⁷⁴ e Cabo Verde da *West Africa Regional Branch – International Council of Archives (WARBICA)*¹⁷⁵.

Além das associações de caráter geográfico, os arquivos nacionais também fazem parte de organizações profissionais, institucionais e temáticas, como a Associação

¹⁷³ Iberarchivos é uma iniciativa de cooperação e integração dos países ibero-americanos, articulada e ratificada pelas Conferências Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo, para o fomento ao acesso, organização, descrição, conservação e difusão do patrimônio documental, contribuindo de maneira decisiva para consolidar o Espaço Cultural Ibero-americano. Iberarchivo. Programa. Disponível em: <https://www.iberarchivos.org/pt/o-que-e-iberarchivos-programa-adai/>.

¹⁷⁴ A ESARBICA é responsável pela execução da política e programas do CIA na África oriental e austral, quando estes forem relevantes para seus membros. ICA. ESARBICA. Disponível em: <https://www.ica.org/en/about-esarbica>.

¹⁷⁵ WARBICA é responsável pela execução da política e programas do CIA na África ocidental, onde estes são relevantes para seus membros. ICA. WARBICA. Disponível em: <https://www.ica.org/en/about-warbica>.

Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD), a Coordenadoria Latino-americana de Arquivos de Imagens em Movimento (CLAIM), a *Fédération Internationale des Archives du Film* (FIAF), a *International Association of Sound and Audiovisual Archives* (IASA), a *Association of Commonwealth Archivists and Records Managers* (ACARM), a *European Archives Group* (EAG), a *European Board of National Archivists* (EBNA) e a *Social Networks and Archival Context* (SNAC), além do programa Iberarquivos¹⁷⁶ e do FALP.

O AHSTP citou a FMS e o Projeto Memória do Mundo da UNESCO como organizações internacionais às quais a instituição está ligada.

Quadro 43 – Filiação a associações ou organizações internacionais

Instituição	Associação / Organização
ANTT	CIA – ALA – EAG – EBNA – Iberarquivos
AN	CIA – Iberarquivos – FIAF – ALA – SNAC – CLAIM
ANA	CIA – ESARBICA
IANCV	CIA – WARBICA
AHN/INEP	Nenhuma
AHM	CIA – ESARBICA – ACARM – APBAD – IASA – Fórum dos arquivos de língua portuguesa
AHSTP	FMS – Memórias do Mundo da UNESCO
ANTL	CIA

Fonte: Elaboração própria

¹⁷⁶ Iberarchivos é uma iniciativa de cooperação e integração dos países ibero-americanos, articulada e ratificada pelas Conferências Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo, para o fomento ao acesso, organização, descrição, conservação e difusão do patrimônio documental, contribuindo de maneira decisiva para consolidar o Espaço Cultural Ibero-americano. O programa incentiva laços de solidariedade e fortalece as capacidades dos profissionais e a promoção dos arquivos ibero-americanos de qualquer natureza, dos Arquivos Gerais da Nação até aos Arquivos Municipais, passando por arquivos de instituições de Direitos Humanos ou de Povos Indígenas, entre outros. Disponível em: <https://www.iberarchivos.org/pt/o-que-e-iberarchivos-programa-adai/>.

A partir das respostas fornecidas, que explicitavam a vontade e a necessidade de maior aproximação entre os arquivos nacionais da CPLP, foi perguntada qual a opinião dessas instituições sobre a criação de uma rede de arquivos nacionais lusófonos, uma ideia já posta em prática, em outras ocasiões, através de iniciativas que não tiveram continuidade ou que estão desativadas.

Todos os arquivos nacionais se colocaram favoráveis à proposta. O ANTT concorda com a proposta e indica que ela deva ser complementada com a ativação do Fórum dos Arquivistas Lusófonos – FAL, no âmbito do CIA. O FAL foi planejado no Congresso Internacional de Arquivos, em 1992, em Montreal, Canadá e teve encontros em Lisboa (1994) e Pequim (1998), quando foram definidos seus estatutos. A ideia original era que o FAL se tornasse uma Associação de Arquivistas Lusófonos ligada ao CIA, mas isso não se consolidou.¹⁷⁷ O AN disse ser favorável, sobretudo em virtude do intercâmbio e de ações conjuntas, o ANA considera a ação importante, o IANCV destacou que a proposta reafirmaria os arquivos nacionais como “agentes estratégicos na promoção do conhecimento do legado histórico e cultural comum dos estados membros da nossa comunidade”, o INEP aponta que a rede reforçaria a ideia de “uma lusofonia plural e unida”, o AHM disse ser “bem-vinda”, o AHSTP destacou a interação e integração que a rede proporcionaria e o ANTL disse ser importante para a comunicação entre as instituições.

Quadro 44 – Opinião sobre a Rede de Arquivos Nacionais Lusófonos

Instituição	Opinião
ANTT	Sim, complementada com a activação do Fórum dos Arquivistas Lusófonos, no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos
AN	Favorável pela unificação de patrimônio documental comum em plataforma de acesso, bem como para ações técnicas em conjunto e intercâmbio de experiências.
ANA	A criação dessa rede é importante, servirá de apoio, intercâmbio para os arquivos nacionais e outros arquivos existentes, troca de

¹⁷⁷ APBAD. Cooperação. Disponível em: http://www.apbad.pt/Cooperacao.htm#F%C3%B3rum_dos_Arquivistas_Lus%C3%B3fonos%C2%A0__.

	<p>experiência nas diversas questões técnicas, patrimoniais, realização de acções conjuntas de interesse comum, criação de repertórios de património comum, etc.</p>
IANCV	<p>A criação de uma rede nacional de arquivos lusófonos constituiria um reforço da cooperação entre as instituições que se dedicam à preservação e divulgação da memória histórica e cultural dos países de língua portuguesa, independentemente da vulnerabilidade das fontes documentais e desafios colocados relativamente à sua partilha nesse espaço comunitário. Igualmente, traduzir-se-ia na afirmação dos Arquivos Nacionais e/ou Históricos enquanto agentes estratégicos na promoção do conhecimento do legado histórico e cultural comum dos estados membros da nossa comunidade. Na verdade, os arquivos representam um espaço de diálogo entre o passado e o presente, promovem o conhecimento recíproco da nossa história singular e coletiva e contribuem ativamente para a preservação dos fundos documentais dos Estados, membros da nossa comunidade. Daí que a ser dinamizada a criação de uma rede de arquivos nacionais lusófonos, esta ação permitiria uma visão transnacional substituindo uma visão meramente nacional como forma de acrescentar responsabilidades, garantia de preservação e acesso à informação a todos os cidadãos lusófonos ao seu passado comum e direito à conservação da memória.</p>
AHN/INEP	<p>A minha opinião é criar um espaço de formação, um espaço de intercâmbio documental e um espaço cooperação entre profissionais, arquivistas ou professores, solidário de uma lusofonia plural e unida, que partilham os seus conhecimentos, competências e saberes.</p>
AHM	<p>É bem-vinda.</p>
AHSTP	<p>Seria muito bom, pois permitiria uma maior interação e integração dos arquivos da CPLP.</p>
ANTL	<p>É importante para a comunicação</p>

Fonte: Elaboração própria

A ideia de um arquivo comum que reunisse o patrimônio arquivístico comum dos países lusófonos, vem sendo discutida há muitos anos, em variadas formas e estruturas. A própria criação do Arquivo Histórico Colonial (mais tarde Arquivo Histórico Ultramarino) não deixa de ser uma forma de se pensar tal ideia. Com as independências e, posteriormente, com o advento das novas tecnologias, a reflexão sobre o patrimônio arquivístico comum se delineou em outras abordagens, mas ainda sem desdobramentos práticos consistentes.

Foi indagado aos arquivos nacionais qual a opinião que tinham sobre a criação de um arquivo comum, reunindo o patrimônio arquivístico comum, em formato digital, dos arquivos nacionais lusófonos. O ANTT qualificou tal proposta como uma “ideia peregrina”, termo utilizado para designar algo estranho ou excêntrico¹⁷⁸, dizendo que há múltiplos agregadores de informação que poderiam realizar tais ações, como os protocolos OAI-PMH¹⁷⁹, dando a entender que não há necessidade de construção de um arquivo comum digital. O AHM também não demonstrou grandes entusiasmos, informando que é “uma ideia a discutir”. Os outros seis arquivos nacionais manifestaram-se positivamente à proposta. Angola afirmou que “todos os arquivos sairão a ganhar”, e Cabo Verde classificou a proposta como uma “excelente oportunidade de partilha contínua dos conteúdos de natureza histórica, cultural e científica e um elemento essencial ao futuro dos arquivos dos países de língua portuguesa”. Guiné-Bissau destacou que o arquivo comum digital “irá aumentar a diversidade de fontes documentais de língua portuguesa”, São Tomé e Príncipe disse que a proposta era “louvável e importante, pois criar-se-ia uma base comum documental acessível a todos”, e Timor-Leste a considerou “importante para trocar ou fazer intercâmbio dos documentos”. O Brasil disse ser favorável à ideia e sugeriu o uso de um serviço como o Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ).¹⁸⁰

¹⁷⁸ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-significado-de-ideia-peregrina/24413>.

¹⁷⁹ O *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH) é um protocolo que estabelece um mecanismo para coleta de metadados em repositórios digitais. Open Archive Initiative. Disponível em: <http://www.openarchives.org/>.

¹⁸⁰ O Diretório Brasil de Arquivos apresenta-se como uma oportunidade especial para reunir instituições e pessoas que guardam e promovem o acesso aos documentos que custodiam. Arquivo Nacional. DIBRARQ. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/>.

Quadro 45 – Opinião sobre o Arquivo Comum Digital

Instituição	Opinião
ANTT	Ideia peregrina. No atual estágio existem múltiplos agregadores de informação através de protocolos OAI-PMH.
AN	Favorável em meio digital. Sugerimos um serviço de centro de referência, como o DIBRARQ.
ANA	Todos os arquivos sairão a ganhar com a criação dum portal, arquivo, seja o que for aonde se pode reunir o património comum, desenvolvendo plataformas de interesse comum que possam ser consultadas via online, facilitando a pesquisa e o conhecimento nos diversos países.
IANCV	A criação de um arquivo digital comum seria uma excelente oportunidade de partilha contínua dos conteúdos de natureza histórica, cultural e científica e um elemento essencial ao futuro dos arquivos dos países de língua portuguesa. Aliás, seria um desafio em que todos nós seríamos convocados. O problema é como montar uma estratégia conjunta para as questões financeiras, técnicas e científicas, de organização, preservação e disponibilização do património documental resultante de séculos de história comum bem como estabelecer igualdade de oportunidades académicas e científicas a todos aqueles que pretendem conhecer melhor as realidades lusófonas que ultrapassam a relação de base colonial.
AHN/INEP	A criação de um arquivo comum reunindo o património arquivístico comum, em formato digital, dos arquivos nacionais lusófonos, irá aumentar a diversidade de fontes documentais de língua portuguesa e sobretudo ajuda os países membros a conservar e restaurar seu património documental, em particular o património impresso. Para atingir estes objectivos, os arquivos nacionais dos países membros precisam de trabalhar em colaboração, para identificar, desenvolver e

	facilitar a implementação de soluções que permitam selecionar, recolher, digitalizar e preservar conteúdos em língua portuguesa a fim de garantir a acessibilidade.
AHM	Uma ideia a discutir.
AHSTP	Seria uma iniciativa louvável e importante, pois criar-se-ia uma base comum documental acessível a todos.
ANTL	Importante para trocar ou fazer intercambio dos documentos.

Fonte: Elaboração própria

6.2 O Arquivo Histórico da CPLP

A CPLP dispõe de um Arquivo Histórico – AHCPLP, formatado como tal, em 30 de junho de 2015. Este arquivo é responsável pela “partilha de conteúdos comuns de interesse histórico, cultural e científico”.¹⁸¹

A importância dos serviços arquivísticos é destacado pela CPLP como de grande relevância para o “bom funcionamento da Organização”, como evidenciado em seu sítio eletrônico:

Desde a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a 17 de Julho de 1996, o Arquivo tem vindo a ter um papel fundamental na guarda do seu acervo e património documental. Uma estrutura histórica, rica em conteúdos, composta por documentos originais, cópias autenticadas e cópias únicas com despachos manuscritos, cujo valor probatório, administrativo e histórico, caracteriza a memória institucional. São essas relações que evidenciam, representam e se tornam visíveis na recuperação de informação para o bom funcionamento da Organização, envolvendo todos os Estados-membros da Comunidade, no seu histórico.¹⁸²

Planejado no âmbito do desenvolvimento organizacional do Secretário Executivo da

¹⁸¹ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Notícia. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4059&M=NewsV2&PID=10872>.

¹⁸² Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Arquivo Histórico. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4568.aspx>.

CPLP, que identificou a necessidade de um mecanismo de partilha de conteúdo informacional de interesse comum, seja de carácter histórico, cultural ou científico, o AHCPLP surgiu com objetivos delineados de inventariar, organizar, preservar e disponibilizar o importante património documental existente na instituição, com a missão de oferecer a seus usuários uma plataforma digital com a informação tratada, visando a criar condições para o desenvolvimento e a implementação de uma rede de Arquivos Históricos da CPLP em parceria com os próprios. Além da criação da rede, o AHCPLP propôs a criação de um Arquivo Histórico Comum:

O Arquivo Histórico da CPLP, pretende destacar a relevância que a criação de um Arquivo Histórico comum do período colonial e da luta de libertação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa assume no contexto atual. Através da recuperação do acervo documental, cinematográfico e fotográfico, que estejam na posse dos governos, instituições públicas e privadas, bem como de particulares, visa-se implementar uma ação concreta que edificação do Património Cultural e Memória Histórica da CPLP.¹⁸³

Quando de sua criação, o AHCPLP previa parcerias com os Arquivos Históricos Nacionais dos países membros da CPLP (nota-se que a designação empregada pela CPLP privilegia a noção de arquivo histórico) e de forma específica, com o ANTT, o AHU, a FMS e o INEP da Guiné-Bissau.¹⁸⁴

O AHCPLP, a Biblioteca e o Centro de Documentação da instituição foram incorporados à estrutura da Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa, inseridos na perspectiva de valorização do legado comum (Silveira, 2018, p. 13).

Em março de 2019, durante a mesa redonda Arquivos da Lusofonia, inserida na programação do IX Seminário Internacional de Saberes Arquivísticos – SESA, ocorrido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a arquivista guineense Rosa Pais, então Diretora do AHCPLP, discorreu sobre o que considerava a fase mais complexa dos objetivos do arquivo que seria a criação da Rede de Arquivos Históricos da CPLP.

¹⁸³ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Notícia. (2016). Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4059&M=NewsV2&PID=10872>.

¹⁸⁴ Idem.

Segundo a Diretora do AHCPLP, o que se pretendia alcançar com o projeto, no âmbito do planeamento estratégico da CPLP, era a valorização e a difusão do património documental e a promoção de ações de preservação dos acervos dos Arquivos Históricos nacionais, com vistas à criação do Arquivo Histórico Comum referente ao período colonial e às lutas de libertação.

Esse projeto, ainda não implementado, em virtude da necessidade de tomada de decisões governamentais, carece da disponibilização de fundos para sua sustentação e da definição de critérios técnicos para sua implementação, bem como da indicação da instituição arquivística nacional que seria responsável pela interlocução com a CPLP, que, nas palavras de Pais, seria “o elo de ligação dos arquivos históricos da comunidade”, representando uma conexão multilateral com o meio acadêmico e científico, a sociedade civil e entidades públicas e privadas no âmbito da lusofonia, contribuindo para a dinamização dos sistemas de arquivos dos países membros, na promoção de eventos, no desenvolvimento de intercâmbios e na identificação de outros parceiros e acervos históricos.¹⁸⁵

Algumas semanas após a palestra da Diretora do AHCPLP, a Diretora-Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello, em reunião com os responsáveis pelo IX SESA, na sede da instituição em Lisboa¹⁸⁶, disse que a CPLP mantinha o interesse na criação da Rede de Arquivos, mas que não havia condições momentâneas para a criação do Arquivo Comum.

6.3 O Fórum dos Arquivo de Língua Portuguesa

Em outubro de 2003, diretores e técnicos dos arquivos nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos no ANTT, em Lisboa, constituíram um fórum permanente, no âmbito da CPLP, nominado como Fórum dos Arquivos de Língua Portuguesa, o FALP, objetivando a cooperação arquivística entre os países membros, através da promoção de atividades

¹⁸⁵ IX SESA. Mesa Redonda Arquivos da Lusofonia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vAgh1SnSNCo&t=1125s>.

¹⁸⁶ Reunião ocorrida em 12 de abril de 2019, estando presentes, além da Directora-Geral da CPLP, os professores Maria Beatriz Marques (Universidade de Coimbra), Eliete Correia Santos (Universidade Estadual da Paraíba) e Marcelo Nogueira de Siqueira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

conjuntas, formação profissional e representatividades em organismos internacionais. A elaboração de um plano de formação e a construção do Portal dos Arquivos Nacionais da CPLP foram identificados como objetivos prioritários do Fórum¹⁸⁷.

O FALP não produziu as ações necessárias para a consecução dos objetivos pretendidos, embora tenha sido realizada uma série de reuniões dos representantes dos arquivos lusófonos, por vezes em datas próximas e nos mesmos lugares das reuniões da COLUSO.

Na quinta reunião da Assembleia Geral do FALP, ocorrida em 2009, no ANTT, em Lisboa, em virtude da iniciativa de reformular o Fórum, para que ele pudesse contribuir na elaboração de uma rede colaborativa entre as instituições arquivísticas nacionais dos Estados membros da CPLP, foi elaborado seu Estatuto, cujo Artigo 1º define:

O Fórum dos Arquivos de Língua Portuguesa é uma entidade de direito internacional privado, de carácter profissional e cultural, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes estatutos e pela lei geral aplicável, vigorando por tempo indeterminado (CPLP, 2009, p. 2).

O Fórum tem por objetivos, de acordo com o Artigo 3º de seu Estatuto:

- 1) Promover a cooperação e o intercâmbio institucional entre os Arquivos de Língua Portuguesa, detentores de património arquivístico comum, de acordo com a definição expressa pela UNESCO e pelo Conselho Internacional de Arquivos – ICA;
- 2) Estimular a cooperação entre os Arquivos de Língua Portuguesa, por forma a otimizar o acesso e a partilha da informação;
- 3) Defender e apoiar o desenvolvimento da cooperação governamental, no âmbito da informação e da cultura, entre os Países e Comunidades de Língua Portuguesa, tanto no plano bilateral como multilateral, e em articulação com a CPLP;
- 4) Promover, fomentar e adoptar posições institucionais comuns, no âmbito das organizações internacionais;

¹⁸⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2019) Arquivos Nacionais – Boletim. Nº 6, outubro-dezembro 2003. Disponível em: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/boltt_06.pdf.

- 5) Promover a defesa e divulgação do património Arquivístico dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (CPLP, 2009, p. 2 e 3).

O Artigo 4º do Estatuto é destinado a elencar os propósitos do FALP. Para isso são enumerados oito objetivos:

- 1) Promover e organizar encontros institucionais dirigidos aos profissionais de arquivo de todos os países e comunidades de língua portuguesa;
- 2) Realizar acções de formação e actualização sobre o desenvolvimento das políticas arquivísticas dos países e comunidades da língua portuguesa;
- 3) Promover a edição de publicações de natureza periódica e monográfica;
- 4) Criar um prémio que distinga trabalhos monográficos realizados no âmbito da cooperação lusófona entre arquivos ou instituições detentoras de arquivos;
- 5) Cooperar com outras entidades, intergovernamentais, governamentais e não governamentais, que possam apoiar a prossecução do fim do Fórum;
- 6) Promover a execução de projetos bilaterais e multilaterais para a partilha do património arquivístico comum;
- 7) Participar e fazer-se representar em congressos e outros eventos de natureza internacional, com interesse para o Fórum;
- 8) Criar grupo de trabalho de natureza técnico-científica (CPLP, 2009, p. 3)

De acordo com o Artigo 5º, são membros efetivos do FALP:

- 1) Os Arquivos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa;
- 2) Arquivos de Língua Portuguesa ou outras instituições detentoras de património arquivístico comum, conforme definição expressa pela UNESCO e pelo ICA (CPLP, 2009, p. 4).

O Estatuto também permite, conforme o Artigo 6º, que todos os arquivos, instituições e profissionais de arquivo de qualquer dos países e comunidades de língua portuguesa, possam ser membros aderentes (CPLP, 2009, p. 4). Os demais artigos do Estatuto, em um total de 15, dizem respeito à organização e funcionamento do FALP.

A V Assembleia Geral do FALP que elaborou o referido instrumento teve a presença

dos diretores dos Arquivos Nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, além dos diretores do AHU e de Macau. A reunião do FALP ocorreu em simultâneo ao Seminário Internacional Partilha do Patrimônio Arquivístico Comum, ocorrido também no ANTT.

Segundo a diretora do AHU, Ana Canas, presente aos eventos daquele ano, os quais sua instituição secretariou, destacou a aprovação do novo Estatuto do FALP, apontando a importância da articulação do grupo com a CPLP. Canas também fez um balanço das discussões acerca das ações empreendidas e planejadas referentes ao patrimônio comum:

Fez-se um ponto da situação de actividades e projectos respeitantes a património comum e identificaram-se novas áreas de cooperação. Reconhecida a diversidade de recursos e capacitação técnica, considerou-se imperativa a solidariedade entre todos. Foram dados exemplos no âmbito da cooperação Sul-Sul com o Brasil, a nível regional, em África, entre S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, ou na Ásia entre Macau e Timor-Leste. A DGARQ destacou casos de partilha do património com Angola, Cabo Verde e Moçambique e as formações técnicas, apoiadas pelo IPAD, em Angola em 2008 e 2009 (DGARQ, 2009, p. 8).

A concepção do FALP e os objetivos apresentados em seu Estatuto são, inegavelmente, importantes mecanismos de fortalecimento das instituições arquivísticas nacionais dos países lusófonos, sobretudo, ao se articularem com a CPLP e abrirem espaços para os profissionais. Entretanto, passados quase vinte anos da criação do FALP e mais de dez da aprovação dos Estatutos, não se conseguem perceber ações continuadas e permanentes ou a consecução dos objetivos explicitados no Artigo 3º. Tampouco há instrumentos de divulgação de suas atividades e partilha de resultados de fácil obtenção por parte da comunidade interessada.

Em um relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 2013, é mencionada uma proposta de transformação ou incorporação da COLUSO no Fórum de

Arquivos de Língua Portuguesa, fato que não se concretizou.¹⁸⁸

6.4 Arquivo Histórico Ultramarino

O AHU surgiu como Arquivo Histórico Colonial (AHC), em 1931, inserido na nova política portuguesa para o ultramar preconizada pelo Acto Colonial, de 1930. Em seu decreto de criação¹⁸⁹, o AHC aparece inserido na estrutura do Ministério das Colônias, tendo por sede o Palácio da Ega, em Lisboa, e, por competência, “guardar, inventariar e catalogar os documentos que interessem ao Estado e conhecimento da história política, administrativa, missionária, militar, económica e financeira da colonização portuguesa”, além de “adquirir cópias ou resumos dos inventários e índices dos manuscritos existentes nas bibliotecas e arquivos públicos e particulares, nacionais e estrangeiros”, relativos à história colonial portuguesa. Além disso, caberia ao AHC “centralizar as cópias dos inventários e índices dos documentos de interesse histórico existentes nos arquivos dos governos coloniais” e promover estudos e publicações sobre a documentação em seu poder, tendo, assim, por objetivo a reunião centralizada da documentação colonial que se encontrava dispersa, como forma de preservá-la, tratá-la arquivisticamente, servir aos interesses do Estado e de pesquisadores e divulgá-la em livros e exposições.

A mudança de nome para AHU deu-se quando da mudança de nomenclatura do Ministério das Colônias para Ministério do Ultramar.

Em 1973, o decreto-lei nº 583/73¹⁹⁰ integrou o AHU à Junta de Investigações Científicas do Ultramar, ligado diretamente ao Ministério do Ultramar e que tinha por objetivo “promover e intensificar a investigação científica e tecnológica no domínio do conhecimento sobre o ultramar”. A referida junta transformou-se posteriormente no Instituto de Investigação Científica Tropical e, quando este se extinguiu, e suas funções passaram a

¹⁸⁸ Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Relatório de Gestão do Exercício 2013, Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/auditorias_brasil/SGEX/2013/Relatorio-de-gestao_SGEX_2013.pdf.

¹⁸⁹ Decreto nº 19.868, de 9 de junho de 1931. Diário da República Eletrônico. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/524993/details/maximized?filterEnd=1931-12-31&filterStart=1931-01-01&q=1931&perPage=100&fq=1931>.

¹⁹⁰ Diário da República Eletrônico. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/412604/details/maximized>.

ser desempenhadas pela Universidade de Lisboa, o AHU passou a estar integrado à DGLAB, pois, de acordo com o Decreto-Lei nº 141/2015¹⁹¹ que promoveu tal mudança, “atentas as especificidades e características próprias do acervo documental que integra o Arquivo Histórico Ultramarino, opta-se pela sua integração na DGLAB, que fica responsável pela respetiva manutenção e gestão documental”.

Segundo o sítio eletrónico da instituição, a missão do AHU é “garantir o acesso ao património arquivístico comum a Portugal e a outros países, do qual é detentor, e a sua transmissão às gerações vindouras”, contribuindo assim para “a construção de memórias, a produção de conhecimento, a fruição cultural e a resposta a solicitações de prova”.¹⁹²

AHU possui cerca de 16 km de documentação textual, cartográfica e iconográfica, do século XVI à 1975, relativa às relações coloniais de Portugal com seus antigos territórios (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, possessões na Índia, Timor-Leste e Macau), sendo os principais fundos documentais o Conselho Ultramarino, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e o Ministério do Ultramar, códices divididos em séries (Alvarás, Cartas Régias, Consultas, Decretos, Mercês, Provisões, Sesmarias, dentre outras), além das coleções iconográficas contendo diapositivos, postais, ampliações e negativos fotográficos e coleções cartográficas¹⁹³.

Segundo a DGLAB (s/d, n.p.):

O património arquivístico do AHU é sobretudo proveniente de arquivos de organismos da administração colonial portuguesa central sediados em Lisboa, os quais, pelo próprio funcionamento, conservaram correspondência e outros documentos enviados das anteriores colónias. São complementares a documentação de organismos da administração portuguesa sediados nas referidas colónias e possessões e a de âmbito privado.

O AHU dispõe de uma biblioteca com cerca de 30 mil volumes que inclui monografias e periódicos e disponibiliza uma série de atividades, no âmbito da cooperação

¹⁹¹ Diário da República Eletrónico. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/69920316/details/maximized>.

¹⁹² Arquivo Histórico Ultramarino. Missão. Disponível em: <https://ahu.dglab.gov.pt/missao/>.

¹⁹³ Centro de Estudos de História do Atlântico. AHU. Disponível em: <https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/investigacao/A-AHU>.

com os PALOP, como missões de serviço em que são ministrados cursos e elaborados diagnósticos, oferecimento de estágios, criação de exposições, colaboração técnica em microfilmagem e digitalização, dentre outras ações.

A documentação do AHU constitui-se em um patrimônio arquivístico comum no âmbito da CPLP, servindo ao aprimoramento da compreensão das relações coloniais, outrora praticada, e no desenvolvimento histórico e administrativo dos países lusófonos.



Figura 58 – Logotipo do AHU
Fonte: AHU. <https://ahu.dglab.gov.pt/>

6.5 Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental

A COLUSO foi pensada dentro do planejamento referente às comemorações do quinto centenário da chegada dos portugueses ao continente americano, data conhecida no âmbito de uma visão eurocêntrica como o Descobrimento do Brasil.

Neste contexto, em 16 de agosto de 1995, o Ministério da Justiça do Brasil firmou um Protocolo de Colaboração¹⁹⁴ com a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa objetivando “a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo”, para que ambos os países pudessem iniciar “o processo de microfilmagem dos respectivos fundos documentais, designadamente daqueles que respeitam a História comum”. O planejamento das referidas ações ficou a cargo de uma comissão bilateral,

¹⁹⁴ Conselho Nacional de Arquivos. COLUSO. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/coluso/protocolo/protocolo_COLUSO.pdf.

composta por especialistas, e que ficou encarregada de “inventariar e selecionar o patrimônio arquivístico ou documental à guarda de cada um dos Estados a ser objeto do processo de microfilmagem”, bem como de promover a permuta dos microfilmes entre Brasil e Portugal. Para ser o órgão executor do referido protocolo, o Ministério da Justiça do Brasil designou, através de portaria¹⁹⁵, o CONARQ, órgão colegiado vinculado ao AN, responsável pela definição da política nacional de arquivos no país.

Há de se destacar que outras iniciativas colaborativas, no que tange ao patrimônio arquivístico comum entre os dois países, já haviam sido firmadas anteriormente, como o Acordo Cultural entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966; o Protocolo relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os Países, concluído em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983; a VII reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, acontecida em Brasília, de 13 a 15 de março de 1989, que tratou dentre outros temas da partilha de patrimônio arquivístico comum; e a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada a 21 de julho de 1995, contemplando a cooperação, na área dos arquivos históricos.

Dando seguimento ao Protocolo de Colaboração firmado em 1995, foi criado, dois anos depois, o Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem¹⁹⁶, com o intuito da partilha de conjuntos documentais microfilmados de interesse comum, permitindo maior e melhor acesso às fontes documentais, por parte dos dois países. No ano seguinte, uma Portaria do CONARQ¹⁹⁷ criou a Seção Brasileira da comissão bilateral, nomeada como Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, definindo os membros que passariam a compor seus quadros.

Nesse sentido, a COLUSO foi criada para que se pudesse implementar e desenvolver as ações pertinentes de organização e inventariação do patrimônio arquivístico comum e de História comum, incentivando a microfilmagem, sua partilha e a pesquisa documental entre ambos os países. A Seção Brasileira é presidida pelo Presidente do CONARQ e a Seção Portuguesa, pelo Diretor-Geral da DGLAB.

¹⁹⁵ Conselho Nacional de Arquivos. COLUSO. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/coluso/protocolo/Portaria_1248_protocolo_coluso.pdf.

¹⁹⁶ Conselho Nacional de Arquivos. COLUSO. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/coluso/protocolo/plano_luso_brasileiro_de_microfilmagem.pdf.

¹⁹⁷ Conselho Nacional de Arquivos. COLUSO. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/ctde/atas/Portaria_conarq_12_1996_02_27.pdf.

Após os festejos do V Centenário do Descobrimento do Brasil e a aproximação do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, a ser comemorada em 2008, os governos do Brasil e Portugal assinaram, em 2001, um novo Protocolo de Colaboração¹⁹⁸, prorrogando a vigência das Seções Brasileira e Portuguesa e dando continuidade à “permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo”, incentivando a organização e inventariação, a microfilmagem de conjuntos documentais de interesse comum, a pesquisa histórica e o intercâmbio entre bases de dados e especialistas, na área dos arquivos e das bibliotecas. No Artigo 7º desse novo Protocolo, há um estímulo para que as universidades e centros de investigação criassem e/ou fortalecessem linhas de pesquisa sobre a História comum dos dois países.

No ano seguinte, em 2001, uma outra Portaria¹⁹⁹ ratificou o CONARQ como órgão executor do novo Protocolo de Colaboração.

No âmbito do Protocolo de Colaboração, o CONARQ possui, desde 1996, um convênio de cooperação técnica com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na concessão de bolsas anuais de estágio em instituições públicas participantes da COLUSO, sediadas na cidade do Rio de Janeiro, para a organização de acervos arquivísticos, no âmbito do projeto. Tal convênio já beneficiou 1950 alunos.²⁰⁰

As Seções Brasileira e Portuguesa anualmente se reúnem para avaliação dos trabalhos desenvolvidos e planejamento de novos projetos. As reuniões conjuntas, também anuais, são realizadas no Rio de Janeiro e em Lisboa, de forma alternada, quando são apresentados os resultados e discutidas ações futuras (Arquivo Nacional, 2009, p. 11). Em 2009, em Lisboa, a IX Reunião Conjunta aconteceu em paralelo ao Fórum de Arquivos Lusófonos, com representantes de arquivos nacionais dos países de língua portuguesa, em que foram debatidas estratégias para facilitar o acesso à documentação comum (COLUSO, 2014, p. 30).

A Seção Portuguesa agrega inúmeras instituições associadas à COLUSO, como a DGLAB, o AHU, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Arquivo Histórico Militar, o Arquivo

¹⁹⁸ Conselho Nacional de Arquivos. COLUSO. Disponível em: http://conarq.gov.br/imagens/coluso/protocolo/protocolo_de_colaboracao_em_arquivos_brasil_e_portugal.pdf.

¹⁹⁹ Conselho Nacional de Arquivos. COLUSO. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=16/05/2002>.

²⁰⁰ Conselho Nacional de Arquivos. Convênio CONARQ/UERJ. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/coluso/convenio-conarq-uerj>.

Histórico Diplomático, a Biblioteca Central de Marinha e o Arquivo Histórico de Marinha. Integram a Seção Brasileira instituições como o AN, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, Arquivo Público do Estado do Pará – APEP, Fundação Biblioteca Nacional – FBN, Arquivo Histórico do Exército – AHE, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, Arquivo Público do Estado de Minas Gerais – APEMG, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI, entre outras (COLUSO, 2014).

Abaixo, um extrato de alguns projetos desenvolvidos pela Seção Brasileira da COLUSO:

Quadro 46 – Projetos desenvolvidos pela Seção Brasileira

Projeto	Instituição
Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História dos Descobrimentos Portugueses, Século XVI – XIX	AN
A Corte de D, João VI no Brasil: Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História da Administração Joanina, 1808 – 1821	AN
A História Luso-Brasileira nos documentos do Arquivo Nacional	AN
Coleção Negócios de Portugal, 1596 – 1851	AN
Exposição: O Mundo Luso-Brasileiro	AN
Projeto Casa dos Contos	AN / FBN / APEMG
MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira	AN
História Administrativa da Cidade do Rio de Janeiro, 1565 a 1822.	AGCRJ
Revisão do Catálogo da Documentação Anterior a 1822	AHI
Organização do Acervo da Administração Colonial Portuguesa no Brasil, Séculos XVI a 1822 – Tratamento dos Documentos do Acervo de Códices Militares Colonial e Imperial	AHE

Acervo Colonial Manuscrito – Inventário e Democratização do Acesso	FBN
Levantamento de Fontes Coloniais do IHGB	IHGB

Fonte: Elaboração própria a partir de dados indicado pelo Arquivo Nacional (2009) e COLUSO (2014)

A COLUSO tem por objeto a documentação arquivística no âmbito bilateral Brasil-Portugal, mas propiciou uma análise mais ampla da documentação de interesse comum para a comunidade lusófona, quando produziu estudos envolvendo outras nações, como no Projeto Acervo Digital Angola-Brasil – PADAB), que consistiu na digitalização e tratamento técnico de 108 códices do século XVI até 1915, em um convênio entre o IHGB, o Arquivo Histórico de Angola e a Universidade Federal Fluminense, e que disponibilizou importantes informações sobre a escravidão e o tráfico negreiro.

A experiência, os projetos desenvolvidos, os encontros permanentes, o debate entre especialistas de instituições e realidades diferentes e os produtos oferecidos às sociedades brasileira e portuguesa, conferem à COLUSO um papel de destaque nas discussões acerca do patrimônio arquivístico comum e de interesse coletivo no âmbito da CPLP, podendo servir de modelo em um projeto expandido.



Figura 59 – Logotipo da COLUSO

Fonte: CONARQ. <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/coluso-novas-propostas-para-a-preservacao-da-historia-luso-brasileira>

6.6 Projeto Resgate / Projecto Reencontro

Em 1838, dezesseis anos após a Independência do Brasil, foram criados o Arquivo

Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambos com sede no Rio de Janeiro, por ser a capital do país. O IHGB tinha como objetivo “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia no Brasil”²⁰¹, no intuito de fomentar uma identidade histórica do país, através de estudos e publicações. Enquanto o papel do AN seria voltado à custódia da documentação histórica do país, o IHGB ficaria encarregado da escrita da história do novo país, com base na documentação custodiada no AN e em outras instituições, sobretudo em Portugal.

Em 1952, o historiador brasileiro José Honório Rodrigues, que anos depois se tornaria diretor do AN, escreveu o livro “A pesquisa histórica no Brasil”, obra que, dentre outros aspectos, descreveu as incursões de pesquisadores brasileiros em arquivos e bibliotecas no exterior com o intuito de inventariar fontes sobre a América Portuguesa.

Com a popularização da microfilmagem e a partir da Resolução 4212/1974 da UNESCO, que induz os países a busca documentos de sua história enquanto colônia de outros países, e que estes facilitem o acesso a suas instituições, ao fornecerem informações contidas em documentos referentes a suas antigas colônias, tornou-se mais fácil o intercâmbio de documentos arquivísticos entre instituições (COLUSO, 2014, p. 85). A iniciativa pioneira no país, nesse sentido, foi o Projeto de Microfilmagem da Documentação relativa ao Brasil no exterior, apresentados pela Fundação Nacional Pró-Memória e pela Fundação Alexandre de Gusmão, em 1982 (Boschi, 2018), e que viria a se tornar um Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal, no ano seguinte.

As atividades de microfilmagem das fontes estrangeiras, referentes à história comum com o Brasil, começaram a acontecer de forma sistemática a partir de 1992, após a assinatura do primeiro protocolo com Portugal. Em seguida, a pesquisa e o processo de microfilmagem aconteceram na Espanha, França e Holanda. No decorrer do tempo, outros países foram incluídos no convênio: Inglaterra, Bélgica, Itália, Áustria e Estados Unidos da América, perfazendo um total de nove países. (COLUSO, 2014, p. 86).

Em 1995, essas atividades foram delineadas e inseridas no Protocolo de Colaboração entre Brasil e Portugal que criou a COLUSO, fortalecendo-as e sendo nominadas como

²⁰¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Objetivos. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/objetivos.html>.

Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco²⁰², tendo como objetivo principal disponibilizar “documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus”²⁰³ com os quais o país manteve uma história colonial imbricada, em uma ampla iniciativa que visava aos atos comemorativos dos 500 anos do Descobrimento do Brasil pelos portugueses.

O Projeto Resgate ficou ligado à Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil e teve, na Fundação Biblioteca Nacional, o órgão depositário de toda sua produção científica (composto por dados e informações de documentação manuscrita, cartográfica, iconográfica e museal), contando com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas brasileiras, nos países conveniados em que atua (COLUSO, 2014, p. 86).

As pesquisas foram iniciadas no AHU, onde ficaram concentradas, em virtude da importância do seu acervo, sobretudo na documentação referente às Capitanias Hereditárias do Brasil, oriundas do Conselho Histórico Ultramarino e que representou, ao fim dos trabalhos, cerca de 80% da documentação microfilmada²⁰⁴. O ponto de partida foi o material produzido por antigos copistas do IHGB que lá estiveram desde o século XIX. A equipe do Projeto Resgate contou com professores e pesquisadores nas áreas de História e Arquivologia, de todo o Brasil, e com especialistas em Paleografia e Diplomática (COLUSO, 2014, p. 88)

A professora e pesquisadora Esther Caldas Bertoletti, Coordenadora Geral do Projeto Resgate junto ao Ministério da Cultura, o descreveu em números, em uma entrevista ao jornal português Diário de Notícias, em 2007:

Em números, o Projeto Resgate impressiona. Foram mais de 100 pesquisadores, 21 catálogos publicados, apoio financeiro e logístico de 112 instituições públicas e privadas, 40 universidades públicas e privadas, 8 fundações de apoio à pesquisa, 12 fundações

²⁰² O Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior) foi um historiador e diplomata brasileiro, responsável direto pela consolidação das atuais fronteiras brasileiras e tido como o Patrono da Diplomacia Brasileira.

²⁰³ Universidade de Brasília. Projetos. Disponível em: https://cmd.unb.br/resgate_index.php.

²⁰⁴ Biblioteca Nacional Digital. Sobre o Projeto Resgate. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/sobre-o-projeto-resgate/>.

culturais privadas, 4 prefeituras, 8 ministérios, 28 institutos histórico-geográficos, 18 empresas privadas, 3 instituições públicas portuguesas (Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses) além do aporte de peso trazido pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal. Ainda em termos de números, só no Arquivo Histórico Ultramarino, foram vistas cerca de 2400 caixas, contendo cerca de 300.000 documentos (entre documentos principais e anexos), quase “3 milhões de páginas manuscritas lidas, relidas, microfilmadas, transferidas para o Brasil e hoje, quase totalmente disponíveis para os pesquisadores” (Bertoletti, Bellotto & Dias, 2011, p. 7).

Mesmo com o término das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, o Projeto Resgate continuou com suas atividades, tendo grande parte do acervo tratado disponibilizado digitalmente, entre 2002 e 2006, pelo Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília, com recursos financeiros advindos da petrolífera brasileira Petrobras. Em 2015, o Projeto Resgate passou a receber recursos através de um protocolo de cooperação técnica internacional com a UNESCO.²⁰⁵

Os inúmeros resultados conquistados pelo Projeto Resgate vão muito além do inventário, transcrição, organização, microfilmagem e digitalização de um vasto conjunto documental de História comum entre o Brasil e diversos países, sobretudo Portugal. A vivência dos profissionais envolvidos e a expertise conquistada em anos de atividades arquivísticas aplicadas renderam inúmeros estudos, investigações, publicações, instrumentos de pesquisas, exposições, seminários e a criação de grupos de pesquisa. Essa experiência de décadas, em que um expressivo número de profissionais e instituições estiveram envolvidas, criou planejamentos, promoveu ações e estabeleceu metodologias que podem ser adaptadas e alargadas para toda a CPLP.

Em contrapartida ao Projeto Resgate, foi criado o Projecto Reencontro com a finalidade de identificar e microfilmar as fontes documentais presentes em diversas instituições brasileiras referentes à presença portuguesa no Brasil, na perspectiva de facilitar o acesso aos referidos conjuntos documentais. Contando com o apoio da COLUSO e

²⁰⁵ Universidade de Brasília. Projetos. Disponível em: https://cmd.unb.br/resgate_index.php.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

desenvolvido nos termos do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem de 1997, o Projecto Reencontro identificou e microfilmou documentação de seu interesse, principalmente no Arquivo Nacional brasileiro, mas também no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Arquivo Público do Estado do Pará, no Arquivo Público Mineiro, na Fundação Biblioteca Nacional e na Universidade de São Paulo.

O Projecto Reencontro recebeu financiamento da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e adotou uma metodologia de trabalho muito parecida com o Projeto Resgate, tendo como objetivo a identificação, salvaguarda e facilidade de acesso para os cidadãos portugueses da documentação de interesse para a História comum. Os microfilmes e os catálogos publicados estão depositados no ANTT (Arquivo Nacional, 2009, p. 27).

Ao mencionar os inúmeros fundos documentais existentes no Brasil que dizem respeito à história colonial compartilhada e que foram objetos de microfilmagem portuguesa, o Boletim do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (2004) escreveu que “o Projecto Reencontro, no qual estes projectos se inserem assume, por tudo isto, uma dimensão que vai ultrapassando a relação bilateral entre Portugal e o Brasil e que se estende à presença portuguesa no Mundo, nomeadamente aos países da CPLP”.



Figura 60 – Logotipo do Projeto Resgate

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. <https://blogdabn.wordpress.com/2015/11/18/fbn-i-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>

6.7 Fundação Mário Soares e Maria Barros / Portal Casa Comum

Criada pelo ex-presidente português Mário Soares em 1991, a Fundação Mário Soares e Maria Barros (FMS) é uma instituição sem fins lucrativos de direito privado, declarada de utilidade pública, tendo como missão, além da promoção do legado de seus fundadores, a “preservação e divulgação da memória histórica e da herança cultural de Portugal contemporâneo”, desenvolvendo atividades na esfera educativa, cultural, científica e social, através da organização e disponibilização em acesso aberto do seu patrimônio cultural, de eventos, debates, publicações e a promoção de programas de formação e cooperação com os países lusófonos.²⁰⁶

De acordo com o Artigo 4º de seu Estatuto, além de organizar o arquivo pessoal de seus fundadores, a FMS poderá proceder ao tratamento técnico de outros arquivos “confiados à sua guarda ou que venha a receber no âmbito dos fins da Fundação.”²⁰⁷

Desta forma, a FMS passou a custodiar, através de acordos firmados com diferentes pessoas físicas e jurídicas, inúmeros arquivos e acervos documentais relevantes para a história contemporânea portuguesa e da lusofonia e, inserido nesse contexto, foi criado o Arquivo & Biblioteca da FMS, sendo um de seus objetivos:

Internacionalizar a actividade do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares, designadamente no âmbito europeu e dos países de língua oficial portuguesa, visando em especial o estabelecimento de projectos comuns em matéria de formação, intercâmbio de informações e de documentos em suportes de substituição (designadamente, em suporte digital), criação de redes europeias e de língua portuguesa e promoção de iniciativas e edições conjuntas.²⁰⁸

²⁰⁶ Fundação Mário Soares e Maria Barros. A Fundação. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/fundacao/>.

²⁰⁷ Fundação Mário Soares e Maria Barros. Estatuto. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/fundacao/estatutos.php>.

²⁰⁸ Fundação Mario Soares e Maria Barros. Arquivo. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb/arquivo>.

Para otimizar o acesso e a difusão da informação dos conjuntos documentais tratados, a FMS elaborou o Portal Casa Comum, uma plataforma robusta, durável e passível de ser atualizada permanentemente, em software livre, de código fonte aberto, tendo como base o sistema operacional livre GNU/Linux (Ubuntu).

O objetivo da Casa Comum é a disponibilização da informação arquivística tratada de conjuntos documentais oriundos de diferentes países e instituições, do espaço lusófono, através de seu portal de acesso livre e gratuito, elaborado conforme as práticas e normas arquivísticas internacionais. Tais conjuntos documentais podem ter sido confiados à FMS para sua guarda e tratamento, ou terem sido objeto de parceria técnica entre a Fundação e o detentor do arquivo em questão, no que tange ao processamento técnico do acervo (organização, acondicionamento, digitalização etc.), oferecendo às instituições, pesquisadores e sociedades em geral a perspectiva de preservação, normalização do tratamento arquivístico, acesso e difusão de parte significativa do patrimônio cultural da CPLP, através da guarda física e do repositório digital.

O portal oferece um Guia de Fundos e Coleções e disponibiliza ao usuário, através de sua base de dados, uma descrição multinível dos conjuntos documentais, informando elementos de identificação, contexto, conteúdo e estrutura, condições de acesso, utilização e reprodução, e registros de autoridade. A FMS não se responsabiliza pelo uso de informações e documentos de arquivos de instituições parceiras por parte do usuário, já que este deverá requerer, junto ao detentor dos direitos de autor e imagem, a autorização de uso.²⁰⁹

Em 2021, a Casa Comum disponibilizava em seu portal 105 acervos documentais de diferentes pessoas e instituições no âmbito da lusofonia. Dentre eles podemos destacar alguns de grande importância para a compreensão da história contemporânea dos Estados membros da CPLP, incluindo aqueles de instituições arquivísticas nacionais, como o AHSTP e o INEP de Guiné-Bissau.

²⁰⁹ Casa Comum. Projecto. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/projeto>.

Quadro 47 – Alguns arquivos da FMS/Casa Comum

Conjunto Documental	Descrição
Arquivo Amílcar Cabral	Constituído por documentação produzida no âmbito do exercício das suas funções de Secretário Geral do PAIGC e por documentação de cariz político, militar e diplomático decorrente do funcionamento do partido organizada em Dakar e em Conacri.
Arquivo da Resistência Timorense	Constituído por mais de 150 fundos documentais entregues, em momentos sucessivos, pelas populações, as quais responderam assim ao apelo dos dirigentes da Resistência, de modo a poder ser preservada a memória da sua luta.
Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe	Coleção de documentos que corresponde, grosso modo, ao período de controle português do território, onde se inclui a transcrição do Foral da Ilha de São Tomé e das Carta Régia de Privilégios e de elevação da povoação a cidade, diversos álbuns fotográficos, postais e gravuras representando aspetos da vida e território são-tomense, um conjunto de fichas dos trabalhadores contratados, um conjunto de fichas elaboradas pela Comissão de Evacuação, Tratamento e Recuperação de Crianças Vítimas da Guerra, e uma coleção de fotografias.
Arquivo Mário Soares	Constituído, em grande parte, pelo arquivo pessoal de Mário Soares,

	expressando a natureza da sua documentação a sua enorme diversidade e complexidade.
Associação 25 de Abril/Boletim MFA	Constituído pela coleção do Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas, dirigido pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA, que tinham por objetivo divulgar a situação económica, social, política e militar vivida em Portugal, após o 25 de Abril de 1974.
Casa dos Estudantes do Império (Associação)	Constitui uma amostra do percurso da Casa dos Estudantes do Império, e possibilita uma breve visão do universo humano que a compunha, a natureza e impacto das suas atividades, as relações estabelecidas com o mundo exterior como o movimento estudantil, o processo de (re)descoberta dos seus territórios e culturas de origem, e a importância do seu legado histórico.
Diário de Lisboa/Ruella Ramos	O Diário de Lisboa foi um jornal diário vespertino, publicado entre 7 de abril de 1921 e 30 de novembro de 1990.
INEP, Bissau	Documentação constituída por duas séries completas da Revista "Soronda", um conjunto de fotografias da Luta de Libertação e da destruição ocorrida no próprio instituto aquando do conflito de 1998/99, coleção fotográfica integral do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa

	(CEGP), documentos CEGP, Administração Civil de Cacheu, Repartição do Gabinete do Governador e Secretaria dos Negócios Indígenas.
--	---

Fonte: Elaboração própria com dados coletados no Portal Casa Comum

A FMS também vem promovendo, ao longo dos anos, inúmeras parcerias técnicas com instituições de países da CPLP, em ações de salvaguarda do patrimônio arquivístico, de capacitação e formação profissional e organização de eventos científicos. Dentre as referidas instituições, estão o Arquivo Nacional de Cabo Verde, o Arquivo & Museu da Resistência Timorense, o AHSTP, o INEP da Guiné-Bissau e o Observatório em Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo – Brasil.²¹⁰

Durante o encontro Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na Preservação do Legado Histórico e Cultural dos Estados-Membros da CPLP, ocorrido na sede da Comunidade, em Lisboa, em 2018, o administrador do Arquivo & Biblioteca da FMS, Alfredo Caldeira (2018, p. 31), afirmou que “a preservação e divulgação da memória comum dos nossos países e dos nossos povos exigem a assunção de responsabilidades urgentes e partilhadas”, explicitando que tais ações devem envolver Governos, entidades oficiais, instituições privadas e personalidades dos países lusófonos, pois “muitos dos arquivos dos países que integram a CPLP apresentam em comum, como todos sabemos, a falta de meios financeiros, técnicos e de pessoal”.

Para além do serviço prestado pela FMS no tratamento, preservação e acesso da informação arquivística de conjuntos documentais da lusofonia e da parceria técnica com importantes instituições deste espaço, a proposta da Casa Comum poderá servir como exemplo ou modelo para ações futuras de estabelecimento de uma rede de arquivos ou da construção do Arquivo Comum da CPLP.

²¹⁰ Fundação Mário Soares e Maria Barros. Parcerias. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=5>.



Figura 61 – Logotipo do Portal Casa Comum

Fonte: Fundação Mario Soares e Maria Barros. <http://casacomum.org/cc/arquivos>

6.8 Programa Memória do Mundo da UNESCO

Conforme visto anteriormente no Capítulo 2 desta tese, o Programa Memória do Mundo da UNESCO tem como objetivos a preservação do patrimônio documental de importância para a humanidade, o acesso universal a ele e sua ampla divulgação. O referido patrimônio, agrega registros da transformação do mundo, tanto de triunfos e descobertas, como de “horrores vividos ou infligidos aos outros” (Springer, 2013, p. 7). Segundo o AN:

A Unesco criou o Programa em 1992, motivada pela conscientização do mau estado de conservação do patrimônio documental e de seu acesso deficiente em diferentes partes do mundo. O propósito do Programa é reconhecer patrimônios documentais notáveis, de significância internacional, regional e nacional, manter seu registro e identificá-los, conferindo-lhes um certificado, à semelhança dos lugares considerados como de valor universal que são incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, que é mais conhecida do público (Arquivo Nacional, 2013, p. 9).

Para a consecução dos seus objetivos, o Programa promove atividades e incentiva projetos em âmbitos regionais, nacionais e locais, colaborando com instituições, governos e profissionais. Uma das ações desenvolvidas pelo Programa, foi a criação de Comitês Nacionais da Memória do Mundo e de Comitês Regionais, quando agregam mais de um país.

Esses comitês divulgam, incentivam e colaboram na proposição de candidaturas e na identificação de possíveis acervos, aptos a receberem a nomeação, a partir dos critérios pré-estabelecidos pela UNESCO.

Um crescente número de instituições e organizações, muitas das vezes em parcerias, vem submetendo candidaturas para a inscrição de seus patrimônios documentais nos níveis nacional, regional ou internacional do Programa Memória do Mundo, revelando a crescente importância que a identificação desse patrimônio vêm recebendo por parte dessas entidades, fazendo com que governos e sociedades compreendam a importância das “diferentes formas de testemunho dos povos ao longo da história da Humanidade, ressaltando a necessidade da preservação e exortando a responsabilidade e consciência de todos” (J. Silva, 2013, p. 11)

Os critérios estabelecidos pelo Programa, para a nomeação dos conjuntos documentais como Memória do Mundo, também podem servir como parâmetro para que países e instituições estabeleçam uma política de preservação documental e promoção de seus acervos.

O número de inscrições por continente e regiões, demonstra que ainda há muito o que fazer para que países menos desenvolvidos tenham seus patrimônios documentais identificados e protegidos. Segundo dados da UNESCO, em 2018, havia 527 inscrições em nível internacional no Programa, sendo que mais de metade concentrada na Europa e na América do Norte.²¹¹

Tabela 15 – Inscrição por Região

Região	Nº de inscrições	Percentual
África	24	5%
Estados árabes	13	2%
Ásia e Pacífico	116	22%
Europa e América do Norte	271	52%
América Latina e Caribe	93	18%

²¹¹ UNESCO. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/statistics_of_mow.pdf.

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

Outros	7	1%
Total	527	100%

Fonte: UNESCO

Dos países da CPLP, apenas Portugal, Brasil, Angola e Timor-Leste possuem inscrições no Programa em nível internacional. Portugal e Brasil possuem dez conjuntos documentais inscritos cada um e Angola e Timor-Leste apenas um conjunto cada.

Quadro 48 – Registros de Memória do Mundo Internacional (até 2020)

Documento/Acervo	País	Ano de nomeação
Carta de Pêro Vaz de Caminha	Portugal	2005
Tratado de Tordesilhas (em conjunto com a Espanha)	Portugal	2007
Coleção Corpo Cronológico	Portugal	2007
Arquivos dos Dembos (em conjunto com Angola)	Portugal	2011
Relatório da primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral	Portugal	2011
Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia – 1497-1499	Portugal	2013
Manuscritos do Comentário do Apocalipse (Beato de Liébana) – Na Tradição Ibérica	Portugal	2015
Codex Calixtinus da Catedral de Santiago de Compostela e outras cópias medievais do Liber Sancti Iacobi: As origens ibéricas da tradição Jacobea na Europa	Portugal	2017
Livro de Registo de Vistos concedidos pelo Cônsul de Portugal em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, 1939-1940	Portugal	2017
Chapas Sínicas – Registos Oficiais de Macau durante a Dinastia Qing, 1693-1886	Portugal	2017
O Acervo do Imperador: A Fotografia Estrangeira e a Brasileira no Século XIX	Brasil	2003

Arquivos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (candidatura conjunta com Holanda, Gana, Guiana, Antilhas Holandesas, Suriname, Reino Unido, Estados Unidos da América)	Brasil	2011
Rede de Informação e Contrainformação sobre o Regime Militar no Brasil (1964-1985)	Brasil	2011
Arquivo Arquitetônico de Oscar Niemeyer	Brasil	2013
Documentos Relativos às Viagens do Imperador D. Pedro II ao Brasil e ao Exterior	Brasil	2013
Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – CLAMOR (em conjunto com Uruguai)	Brasil	2015
A Guerra da Tríplice Aliança: Apresentações Iconográficas e Cartográficas	Brasil	2015
Antonio Carlos Gomes	Brasil	2017
Coleção Educador Paulo Freire	Brasil	2017
Arquivo Pessoal Nise da Silveira	Brasil	2017
Arquivos dos Dembos (em conjunto com Portugal)	Angola	2011
Sobre o Nascimento de uma Nação: momentos decisivos	Timor- Leste	2013

Fonte: Elaboração própria com dados coletados no sítio eletrônico da UNESCO:
<https://em.unesco.org/programme/mow/register>.

Dentre os 132 países que possuem ao menos uma inscrição internacional do Programa, Portugal e Brasil situam-se empatados na 13ª posição e, Angola e Timor-Leste, na 84ª, empatados com outras 46 nações.

A candidatura de um conjunto documental ao Programa Memória do Mundo necessita de alguns fatores, como uma instituição ou organização responsável e a identificação e tratamento do documento ou acervo indicado. Observa-se, portanto, que ainda há muito o que fazer na identificação, tratamento e preservação do patrimônio documental lusófono, sobretudo, nos países africanos.

CAPÍTULO 7

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

*A memória é uma paisagem
contemplada de um comboio em movimento.*
(José Eduardo Agualusa, 2018, p. 157)

Após o levantamento das histórias, contextos, estruturas, objetivos e potencialidades dos arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP e da realização do diagnóstico de suas situações atuais e das ações arquivísticas bilaterais e multilaterais empreendidas por essas e outras instituições no espaço lusófono, percebeu-se a necessidade de uma apresentação de ações e produtos que podem ser desenvolvidos no intuito de dinamizar as relações conjuntas de cooperação, viabilizar projetos comuns e otimizar algumas atividades tidas como fundamentais na condução de uma política colaborativa.

Elaborada a partir das necessidades apontadas por essas instituições, a relação que aqui se apresenta não tem o intuito de esgotar as possibilidades, nem de estabelecer um roteiro de ações a serem obrigatoriamente desenvolvidas, podendo servir como sugestões para um planejamento geral e amplamente discutido.

7.1 Redes colaborativas

A CPLP fundamenta-se, desde a sua constituição, no aspecto colaborativo de suas ações e atividades. Ela própria se identifica como o “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”, possuindo, entre seus objetivos gerais, “a cooperação em todos os domínios”.

Cooperação significa agir conjuntamente para o mesmo fim em uma ação de colaboração (Houaiss & Vilar, 2009, p. 544), termo que, por sua vez significa o trabalho que contribui para a realização de algo ou ajudar alguém (Houaiss & Vilar, 2009, p. 491). Ambas as palavras, de origem latina, são compostas por CO, oriundo de COM e que tem por significado “junto”, e OPERARI, que deu origem a operário, e LABORARE, que deu origem

a labor, ambos os termos ligados ao trabalho, ou seja, os conceitos de cooperação e colaboração estão intimamente ligados à ideia de trabalhar de forma conjunta.

A CPLP possui diversas ações de cooperação nos mais variados domínios, possuindo expertise para isso, sobretudo em virtude de seu caráter multilateral. Devido a essa experiência, da sua estreita ligação com o corpo diplomático dos países que a compõem, dos seus funcionários oriundos de todos os países lusófonos e da estrutura administrativa e logística que possui, a CPLP esteja apta a planejar, propor e coordenar ações colaborativas que promovam a cooperação entre seus Estados membros, tanto na formulação e implementação de políticas e projetos arquivísticos conjuntos em diversos âmbitos e esferas, como também na troca de experiências, capacitação e treinamento, formação profissional e acadêmica, divulgação institucional, cursos, eventos, publicações e, ainda, no desenvolvimento de produtos educativos e no auxílio para o pleito à projetos de financiamento ou de candidaturas de acervos em programas de preservação e reconhecimento.

Ao longo da presente pesquisa, foi identificada uma certa quantidade de ações colaborativas bilaterais no âmbito dos arquivos lusófonos, sobretudo de projetos de diagnóstico e capacitação em períodos determinados. Entretanto, há uma carência no que tange às ações multilaterais permanentes ou de longo prazo, bem como no compartilhamento periódico de experiências arquivísticas entre as instituições, pesquisadores e profissionais. Tais ações precisam de continuidade e visibilidade e terem seus resultados avaliados, divulgados e utilizados em pesquisas e produtos diversos.

A proposta da criação de redes colaborativas arquivísticas, coordenadas pela CPLP, vai ao encontro do que proclama a própria instituição quando menciona que seu Arquivo Histórico objetiva a “implementação de uma importante rede em Arquivos Históricos da CPLP”²¹² e de uma série de atividades colaborativas que visam à criação de um Arquivo Comum, da implementação de uma plataforma digital para a Rede de Arquivos a ser criada,

²¹² CPLP. Notícias. Enquadramento, justificação e pertinência da criação do Arquivo Histórico. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4059&M=NewsV2&PID=10872>.

a construção de um portal e o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, dentro e fora da lusofonia.²¹³

Como observado anteriormente, em 2003, foi criado o FALP que teve como objetivo, explicitado no estatuto revisto em 2009, a promoção da cooperação e do intercâmbio entre as instituições arquivísticas lusófonas. O FALP poderia ter sido a materialização de tão esperada rede de cooperação, mas diversos fatores, como a falta de orçamentos de seus participantes e de um mecanismo eficaz de comunicação, impediram que ele desempenhasse de forma satisfatória a intenção de ser um promotor de ações colaborativas e integradoras.

Para que redes institucionais de cunho colaborativo sejam eficientes, torna-se necessário que haja uma coordenação efetiva e permanente que promova um conhecimento amplo de suas instituições, diagnósticos, planejamento, monitoramento e avaliação periódica de suas ações. Para tanto, recomendamos a CPLP como ente próprio para desempenhar essa função de forma conjunta com os arquivos nacionais. O fato de a CPLP possuir estrutura logística, experiência e diálogo com todos os países e instituições envolvidas, bem como de ter o contato com outras organizações internacionais facilitado, a torna elemento indispensável para a elaboração de um planejamento integrado de redes colaborativas.

O acolhimento do FALP pela CPLP é fundamental para que haja uma ampliação de suas atividades e que redes colaborativas, nas áreas de capacitação, desenvolvimento de políticas públicas arquivísticas, identificação e tratamento do acervo, difusão, intercâmbio profissional e elaboração de produtos diversos, sejam efetivamente desenvolvidas e aplicadas.

Em resposta aos questionários aplicados, todos os arquivos nacionais lusófonos indicaram o intercâmbio entre as instituições como uma ação importante e estratégica. O intercâmbio, pensado em suas múltiplas possibilidades, talvez seja a principal característica de uma rede colaborativa, pois permite a troca de experiências, pesquisas e de profissionais.

A capacitação e a atualização profissional também se constituem em um grande anseio do conjunto dos arquivos nacionais lusófonos. A capacitação foi o segundo tópico mais lembrado como essencial na relação, entre os arquivos nacionais, no questionário aplicado.

²¹³ CPLP. Notícias. Metodologia, execução e resultados esperados do projeto. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4067&M=NewsV2&PID=10872>.

Cada instituição possui demandas e necessidades próprias, bem como dispõe de experiências únicas. Ao pensarmos em ações de capacitação baseadas em uma educação inclusiva, multinível e integrada, em que haja o respeito pelas particularidades de cada país e no qual cada comunidade ensine, aprenda e proponha, estamos pensando em ações horizontais sem a perspectiva de algo que possa parecer uma ideia vertical ou de cunho colonialista, dentro da proposta do educador brasileiro Paulo Freire (2021, p. 18) ao rechaçar soluções “pré-fabricadas” que representassem alguma forma de invasão cultural. Para o educador:

A ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. Somente numa tal prática, em que os que ajudam e os que são ajudados se ajudam simultaneamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado (Freire, 2021, p. 17).

Nesse intuito, após planejamento prévio com todas as partes envolvidas, poderão ser promovidos encontros presenciais e virtuais na forma de palestras, cursos e oficinas e a elaboração de material didático, como videoaulas, filmes temáticos, tutoriais, manuais, dicionários arquivísticos, normas de transcrição etc. Além disso, também poderão ser planejados a realização de documentários, projetos de história oral e depoimentos colaborativos. Algumas das instituições arquivísticas nacionais da CPLP possuem experiência nessas iniciativas e podem servir de modelo para a implementação de um programa de capacitação a partir das redes de colaboração a serem desenvolvidas, em parcerias com as universidades de seus países e de organizações internacionais, fomentando a ida de representantes em eventos e congressos internacionais para que esses possam ser divulgadores dessas ações e multiplicadores internos da experiência adquirida.

A capacitação de pessoal qualificado, sobretudo com formação superior em Ciência da Informação, ainda é um grande desafio para os países lusófonos fora do eixo Portugal-Brasil. Em pesquisa publicada em 2015, sobre a oferta formativa em Ciência da Informação nos PALOP, constatou-se que Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe não dispunham de formação formal em Ciência da Informação, enquanto que Cabo Verde oferecia um curso

médio, um de graduação e dois de pós-graduação pela Universidade de Cabo Verde e Moçambique oferecia um curso médio e dois de graduação pela Universidade Eduardo Mondlane. A título de comparação, a pesquisa informa que Portugal possuía, na mesma época, dois cursos médios, 14 licenciaturas, 20 especializações e 24 pós-graduações, e o Brasil possuía 53 cursos de graduação e 14 de pós-graduação (Alves & Alcará, 2015, p. 59-60). A referida pesquisa conclui que a oferta formativa desses países lusófonos é muito heterogênea:

[...] enquanto que em Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe apenas existe formação não-formal, pelo que os profissionais aprendem em serviço, em Cabo Verde e Moçambique iniciou-se formação formal, em nível médio e superior, há relativamente poucos anos. Convém mencionar que muitos profissionais de informação africanos lusófonos frequentam cursos formais e não-formais no Brasil e em Portugal, pela proximidade linguística, cultural e geográfica e laços de cooperação (Alves & Alcará, 2015, p. 60).

Em todos os países lusófonos, há cursos e treinamentos oferecidos eventualmente por associações profissionais e instituições arquivísticas que, em muitos casos, constituem-se nas únicas formas de capacitação local.

Atualmente, com as facilidades do ensino a distância e o desenvolvimento tecnológico de novas ferramentas didáticas, o processo de formação profissional pode ser otimizado e expandido, criando-se cursos gerais e específicos, em diversos âmbitos.

A CPLP, como já dito, dispõe de estrutura, logística e liderança para empreender e incentivar tais ações, sobretudo, contando com a colaboração efetiva dos arquivos nacionais e de universidades lusófonas interessadas em participar das redes colaborativas através de acordos multilaterais.

7.2 Diretório dos Arquivos Nacionais da CPLP

O primeiro passo para que haja uma sistematização das informações referentes aos arquivos nacionais lusófonos de forma reunida, aberta e de fácil acesso, poderia ser a elaboração de um diretório que fosse implementado, coordenado e gerido pela CPLP.

Rousseau & Couture (1998, p. 148) ao falarem do patrimônio arquivístico comum destacam que o principal instrumento de descrição documental e de referência para o usuário é o Guia dos arquivos das organizações internacionais detentoras desse patrimônio e, em seguida, do Anuário internacional dos arquivos em que as informações sobre a instituição e o acervo sejam atualizadas. O Diretório aqui sugerido agrega essas funções e pode oferecer outras.

O termo diretório é polissêmico, mas seu sentido sempre remete à ideia de organização de algo. Dentre seus significados, pode ser entendido como um grupo de pessoas com função de direção ou representação, uma diretriz contendo instruções para a condução de algum negócio ou assunto, uma estrutura organizada de arquivos informáticos, um arquivo que contém referências a outros arquivos ou a subdivisão de um sistema de arquivos em agrupamentos que se relacionam de alguma forma.

No caso específico sugerido nesta tese, o Diretório dos Arquivos Nacionais da CPLP (DAN-CPLP) seria constituído por uma base de dados, ou publicação eletrônica contendo informações sobre localização, contatos, técnicos responsáveis, vinculações administrativas, missão institucional, dados sobre o acervo e condições de acesso. Seu objetivo seria a compilação e organização de informações básicas dessas instituições para atender à comunidade lusófona e externa, interessada em seus serviços e seus acervos.

Ainda existe uma grande dificuldade de contato com alguns dos arquivos nacionais da CPLP, em virtude da ausência de sítios eletrônicos e endereços de e-mails oficiais, que impossibilitam uma comunicação ágil e a obtenção de informações básicas. Além disso, muitas informações disponíveis estão incompletas ou defasadas e sem padronização em sua divulgação, o que, por exemplo, compromete comparações ou a intercambialidade de dados.

Há inúmeros exemplos de diretórios de instituições arquivísticas ou de conjuntos arquivísticos agrupados por temas em todo o mundo, pois não há grandes investimentos econômicos ou dedicação exclusiva de trabalho para sua elaboração. Contudo, torna-se necessário para sua constituição o planejamento e o compromisso colaborativo dos partícipes, sendo imprescindível uma coordenação apropriada que conduza o trabalho.

Podemos citar dois exemplos de esforços bem-sucedidos neste tipo de iniciativa. O primeiro é o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos

(CODEARQ)²¹⁴, instituído no Brasil, em 2009, pelo CONARQ e que tem por finalidade a identificação dessas instituições a fim de fornecer ao público nacional e internacional informações sobre seus acervos, sua missão e formas de contato. As instituições interessadas em fazer parte do CODEARQ preenchem um formulário eletrônico com suas informações básicas e do acervo custodiado. O CONARQ recolhe as informações, atribui um código específico para cada instituição e divulga os dados de forma atualizada em seu portal eletrônico.

O referido formulário possui os seguintes campos a serem preenchidos pelas instituições: sigla da instituição; nome da instituição; endereço; cidade; estado; código postal; telefone; endereço de e-mail; URL; ano de criação; vinculação administrativa; missão institucional; caracterização do acervo; condição de acesso aos documentos; dia e horário de atendimento; serviços de reprodução; nome e telefone do responsável pelo preenchimento.

Esses campos podem servir de base para a criação do DAN-CPLP. Entretanto, sugerimos que outros dados sejam solicitados, como o nome do dirigente da instituição e a existência de redes sociais.

A partir da experiência exitosa do CODEARQ, o AN criou o Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ)²¹⁵ que, utilizando a plataforma AtoM, divulga informações, de forma padronizada, sobre entidades custodiadoras de arquivos públicos e privados do país, objetivando a difusão de seus acervos, a promoção de atividades interinstitucionais, o acesso à documentação arquivística, o incentivo a práticas colaborativas, o conhecimento mútuo das ações empreendidas pelas entidades, a partilha de informações e o compartilhamento de resultados, facilitando assim a relação com o usuário, em seus múltiplos níveis.

Para a consecução de seus objetivos, o DIBRARQ segue os princípios da colaboração, transparência e interoperabilidade entre as entidades parceiras, primando pela pesquisa de eixos temáticos de seus conjuntos documentais, visando a otimizar o acesso e a qualidade de informação oferecida ao usuário.

²¹⁴ Conselho Nacional de Arquivos. Serviços. Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>.

²¹⁵ Arquivo Nacional. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/>.

Tanto o CODEARQ quanto o DIBRARQ tiveram uma ação coordenada e contínua de suas atividades, desde o planejamento das ações à atualização periódica dos dados, contando com metodologia de trabalho definida e pessoal capacitado para desempenhá-la.

O ex-diretor-geral do AN e ex-presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos – ALA, Jaime Antunes da Silva, relatou em entrevista²¹⁶ que, por sua iniciativa, apresentou, em 2017, uma proposta de criação do Diretório Geral de Arquivos de Tradição Ibérica. Por ser um nome reconhecido na área, J. Silva disse que teve o trabalho inicial facilitado, uma ação que consistia no envio de uma carta convite às instituições arquivísticas nacionais dos países membros da ALA, em que o diretório era apresentado, solicitando que cada instituição indicasse um técnico para servir como interlocutor e de um formulário em que eram pedidos dados de identificação, localização, vinculação, acervos e condições de acesso. De acordo com J. Silva, os arquivos responderam positivamente e começaram a encaminhar seus dados. Ele próprio, utilizando-se de sua equipe de trabalho no AN, recebia e compilava as informações, mas não sem sua insistência e cobrança, através de e-mails e telefonemas, pois muitos formulários vinham incompletos e demoravam a chegar. J. Silva explicou que, após o período de levantamento, que durou cerca de seis meses, os dados foram cotejados e planilhados, contendo informações, fotografias e gráficos dos arquivos nacionais. Posteriormente, esse material foi publicado de forma física e eletrônica.

O ex-presidente da ALA disse que tentou aproximar a instituição da CPLP, um interesse também de outros dirigentes da associação. Ele lembra que, em 2002, o seminário da ALA sobre documentos eletrônicos contou com os diretores dos arquivos nacionais lusófonos e houve uma tentativa de criação de um diretório, ou de um guia, de fundos dessas instituições. Formulários foram preenchidos por todas essas instituições e as informações ficaram disponíveis no sítio eletrônico da ALA, mas com o tempo, a falta de atualização e as mudanças ocorridas no portal esses dados se perderam.

J. Silva destaca que, em outras reuniões da ALA, da COLUSO e nos Seminários Internacionais de Arquivos de Tradição Ibérica, os organizadores, sempre que podiam criavam um encontro paralelo para a lusofonia, mesmo que fosse em apenas um dia, para que as instituições lusófonas, para além de Brasil e Portugal, participassem. Como o custo

²¹⁶ Entrevista gravada em áudio, de forma presencial, concedida no âmbito da investigação desta tese, em 06 de agosto de 2019, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

referente às passagens e estadia eram muito elevados e tais instituições não tinham condições de arcar, tanto Brasil como Portugal, através de suas instituições, tentavam custear a vinda de seus dirigentes.

A partir dessas experiências e relatos, consideramos que a elaboração do DAN-CPLP é pertinente e factível, mas que somente com uma ação coordenada, planejada e colaborativa conseguirá ser implementado. Acreditamos que a CPLP seja o fórum mais adequado para esse empreendimento, pois dispõe de aparato logístico, de pessoal qualificado e de competência política.

Com a colaboração de outras instituições, como universidades e entidades, como o CIA e a UNESCO, e a adesão de profissionais e pesquisadores, a criação do DAN-CPLP serviria como fortalecimento do FALP e de um processo de integração e colaboração que poderá se expandir para outras instituições arquivísticas da lusofonia, bem como de centros de estudos e da reunião de profissionais, professores, pesquisadores e estudiosos.

Podiam-se utilizar inicialmente os formulários já disponíveis em outros diretórios e a metodologia praticada, aproveitando a expertise adquirida por outras instituições. O software livre AtoM é o ideal para a utilização do DAN-CPLP, bem como do uso das normas internacionais produzidas pelo CIA, que permitem certas adaptações e a ampliação de campos descritivos.

O DAN-CPLP serviria também como o primeiro e decisivo passo para a criação do Arquivo Comum da CPLP – ACCPLP.

7.3 O Arquivo Comum

A criação de um arquivo comum no âmbito da CPLP não é um tema recente e vem sendo discutida, de várias formas, ao longo dos debates arquivísticos da lusofonia, proporcionando ideias e propostas que, embora diferentes nas formulações e objetivos, carregam a perspectiva de identificação e reunião do patrimônio arquivístico comum de seus povos e nações, mesmo que de forma descritiva ou virtual.

O patrimônio arquivístico, conforme já observado, constitui-se no conjunto de arquivos públicos e/ou privados de valor permanente de um país, estado/distrito ou município (Camargo et al., 2010, p. 67). Quando há interseções entre patrimônios arquivísticos de duas,

ou mais, unidades territoriais dá-se o nome de patrimônio arquivístico comum, pois sua integridade não poderá ser compreendida sem que haja divisões intelectuais de seu conteúdo (Arquivo Nacional, 2005, p. 130).

A longa história comum, entre os Estados membros da CPLP, foi decisiva para a formação desse patrimônio, em virtude, sobretudo, das dinâmicas administrativas coloniais que produziram o vasto conjunto de acervos documentais atestando essas relações. Todavia, se observarmos de maneira mais ampla, iremos perceber que não só a documentação colonial compõe esse patrimônio arquivístico comum, pois o período de lutas e de transição para a independência e o posterior a ele também guardam relações imbricadas e contextuais, que só fazem sentido se observadas de forma conjunta. Isso sem contar com o desenvolvimento cultural de suas sociedades e da própria língua portuguesa em cada país, pois, mesmo tendo características particulares possuem elementos comuns.

Em Portugal, a DGLAB considera como “objetivo estratégico” a divulgação do patrimônio arquivístico comum com os países da CPLP, identificado no acervo do ANTT, como forma de valorização da língua portuguesa e instrumento identitário. Em seu sítio eletrônico, estão listados, por países, documentos e conjuntos documentais que foram considerados integrantes do patrimônio arquivístico comum.²¹⁷

A própria CPLP já destacou inúmeras vezes a importância da identificação, preservação e difusão do patrimônio arquivístico comum entre seus países, com destaque para o período colonial e da luta de libertação. Para tanto, tem na recuperação desses acervos, com vista à criação de um arquivo histórico comum, um dos resultados esperados do trabalho desenvolvido pelo seu próprio Arquivo Histórico.²¹⁸

Em um encontro promovido pela CPLP em sua sede, no ano de 2018, com diversas instituições arquivísticas e bibliotecas nacionais, cujo tema era a preservação do legado histórico e cultural dos Estados membros da organização, o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Francisco Ribeiro Telles disse que o encontro estava em consonância com o Programa Memória do Mundo da UNESCO e da Agenda 2030 da ONU, no que tange à

²¹⁷ Direção-Geral do Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas. Relações externas e cooperação. CPLP: patrimônio comum. (2018). Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/cplp-fundos-documentos/>.

²¹⁸ CPLP. Arquivo Histórico. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4568.aspx>.

valorização da diversidade cultural, da cidadania global e à contribuição da cultura para o desenvolvimento social, destacando que os arquivos históricos são “atores estratégicos na promoção do conhecimento do legado histórico e cultural” (CPLP, 2018, p. 6).

A importância dos arquivos nacionais e históricos associada à percepção de que o patrimônio arquivístico comum identificado, tratado, preservado e difundido, pudesse contribuir para um maior conhecimento dos países da comunidade, reforçando laços de cooperação e promovendo aspectos ligados à identidade e à memória social colaborou para que algumas ações tivessem sido realizadas com o objetivo de divulgar esse patrimônio, como a criação da COLUSO, do Projeto Resgate, do Portal Casa Comum e das ações empreendidas pelo AHU e ANTT. Entretanto, ainda não há algo que possamos identificar como um arquivo comum que reunisse o patrimônio arquivístico da lusofonia, ou o que sistematizasse aquele custodiado pelos arquivos nacionais da CPLP.

Os arquivos nacionais, instituições públicas que se constituem como “o principal agente da política arquivística em seu âmbito” (Arquivo Nacional, 2005, p. 32), desempenham papel fundamental na identificação e processamento técnico do patrimônio arquivístico comum. No caso dos arquivos nacionais lusófonos, houve unanimidade na afirmação da importância de um arquivo comum na CPLP, não só pela identificação, preservação e difusão desse patrimônio, mas também por todos os benefícios correlatos que tais ações trariam, mas ainda há dúvidas de como seria desenvolvido esse arquivo comum, pois há vários formatos e recortes possíveis.

O planejamento e a definição do escopo do projeto precisam ser debatidos entre as instituições e a comunidade arquivística. O papel da CPLP nessa questão, mais uma vez, pode se tornar decisivo para o sucesso do empreendimento, pois é imprescindível que haja uma instituição que coordene as ações e que possa centralizar os esforços, para a obtenção das condições necessárias para sua consecução, sejam elas técnicas, políticas ou orçamentárias.

Conforme já sugerido, o AC-CPLP poderá ser um desdobramento do DAN-CPLP, pois o diretório serviria como primeiro passo do trabalho conjunto e colaborativo, visando à reunião de informações sobre os arquivos nacionais da CPLP. Após o lançamento do DAN-CPLP, uma equipe dos arquivos nacionais já estaria formada e preparada para a identificação dos fundos e coleções que entrariam no AC-CPLP e para o levantamento dos metadados

necessários para o preenchimento dos campos descritivos, trabalho esse que poderá ter a ação colaborativa de agentes externos, como pesquisadores e outras instituições.

A partir do uso do AtoM, software de descrição arquivística originalmente desenvolvido pelo CIA e destinado a ser uma plataforma de acesso de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos, o AC-CPLP pode se desenvolver e atingir seus objetivos sem grandes dificuldades. O próprio nome do aplicativo, que significa, em português, “acesso à memória” reflete a proposta pensada pelos seus idealizadores de servir como uma ferramenta de acesso e difusão de informações contidas em acervos arquivísticos. O AtoM é gratuito, constituído por um código aberto e fundamentado em ambiente web. Ele é baseado nas normas de descrição arquivísticas ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH, que possuem tradução para o português, e permite a criação de portais nos quais várias entidades custodiadoras podem personalizar suas próprias páginas, tornando-se um multirrepositório.

A alimentação dos campos descritivos, seguindo as referidas normas internacionais, será realizada por funcionários dos arquivos nacionais e o treinamento para tal ação será disponibilizado, através de capacitação on-line, tutoriais e manuais explicativos. Outra possibilidade é a utilização de software específico de captura dos metadados disponibilizados nas bases de dados próprias que já existirem. Como o AtoM segue a ideia de descrição multinível preconizada pelas normas internacionais, não há a necessidade de um trabalho exaustivo em tudo que for disponibilizado.

O AC-CPLP também servirá como incentivo para o tratamento e a preservação dos acervos identificados como patrimônio arquivístico comum, inclusive em projetos de digitalização, com a aquisição de equipamentos, softwares e treinamento de pessoal dos arquivos nacionais, com o apoio de outros organismos internacionais como a UNESCO, por exemplo. Para a preservação desses objetos digitais, pode-se utilizar o Archivematica, outro software livre, gratuito, desenvolvido em código aberto e que conta com o apoio da UNESCO, dentre outros parceiros, para seu contínuo desenvolvimento, fazendo com que o AC-CPLP também esteja inserido em uma política de preservação digital.

As vantagens de criação do AC-CPLP são inúmeras e irão beneficiar os pesquisadores, as próprias instituições e a sociedade em geral, pois contribuirão para o

fortalecimento de laços colaborativos e identitários, além de favorecer novos estudos e perspectivas.

7.4 Redes sociais

As redes sociais podem ser compreendidas como um fenômeno característico do início do presente século, constituindo-se em um novo paradigma comportamental da contemporaneidade. São elaboradas em espaços ou estruturas virtuais compostas por indivíduos e organizações que se conectam e interagem em uma plataforma eletrônica a partir de interesses comuns e outras formas de relação, como o lazer, o acesso à informação, a comunicação, o comércio etc., permitindo que se estabeleçam relacionamentos pessoais, profissionais, comunitários, temáticos e identitários.

Como são estruturadas em ambiente virtual, através de redes de computadores, elas possibilitam uma interação e um acesso à informação que pode ser promovido em tempo real, disponibilizando-a em formatos variados (textos, vídeos, fotografias, sons, memes etc.), permitindo uma adesão não hierarquizada, com participação livre e voluntária, constituindo-se não apenas numa nova forma de estrutura, mas quase que numa “não estrutura” em virtude de sua maleabilidade (Duarte et al., p. 156).

Segundo dados de 2019, 3,2 bilhões de pessoas usam ao menos uma rede social, ou seja, cerca de 42% da população mundial, sendo que, quanto mais jovem é a geração, mais adesão ela tem em relação às redes sociais: 90,4% dos nascidos entre 1981 e 2000 possuem alguma conta em redes sociais; 77,5% dos nascidos entre 1961 e 1980, também; e 48,2% dos nascidos entre 1946 e 1960, idem. Todo esse contingente gasta, em média, 2 horas e 22 minutos na internet e 54% dos usuários acessam redes sociais por *smartphones*, o que confere a esses aparelhos 80% do tempo utilizado no acesso a elas. De todas as redes sociais existentes, o Facebook é a mais utilizada contando com 2,32 bilhões de usuários, mas, em 2020, o Instagram (rede social que pertence ao mesmo proprietário do Facebook) superou o Facebook em número de interações. Outro dado interessante é que 73% das empresas entrevistadas disseram ser positivas as experiências de marketing em redes sociais (Mohsin, 2020, n.p.).

Os usuários normalmente possuem contas ou acessam mais de uma rede social. Segundo dados levantados por Paredes (2020, n.p.), 87% dos que utilizam redes sociais possuem contas no Facebook, em seguida vem o Youtube, com 68%, o Instagram, com 54% e o Twitter, com 50%. O Youtube, que disponibiliza conteúdo audiovisual, é o que mais possui público jovem (entre 16 e 30 anos). O Youtube e o Facebook são mais acessados pelo computador ou *smart tv*, enquanto o Instagram e o Twitter são mais utilizados pelo *smartphone*, da mesma forma que o aplicativo de mensagens WhatsApp, possuidor de mais de 2 bilhões de contas.

O relatório *The Global State of Digital in 2019*²¹⁹ afirma que 140 milhões de brasileiros usavam ativamente as redes sociais, naquele ano, e que passaram mais de 3 horas por dia conectadas a elas. Já em Portugal, 7 milhões utilizaram regularmente as redes sociais em 2019, passando cerca de 2 horas diárias conectados.

Os impressionantes números das redes sociais demonstram sua importância para a informação e a comunicação, em nosso mundo atual, tanto para pessoas, quanto para organizações nos mais diversos âmbitos. Não se trata mais de se gostar ou não desse tipo de interação, pois ela já está inserida e adaptada ao modo de viver contemporâneo, tornando-se imprescindível e cada vez mais indispensável, a ponto de suscitar debates acadêmicos e governamentais acerca de seu poder influenciador em questões políticas, ideológicas e comerciais e em casos mais extremos de manipulação da informação, a partir dos algoritmos projetados para recomendar conteúdos e direcionar temas específicos aos seus usuários (Hammersley, 2021).

O grande número de usuários, associado ao baixo custo de criação de uma conta em uma rede social e à necessidade de profissionais capacitados para geri-la, fizeram com que inúmeras instituições criassem perfis nas redes sociais que mais se adequassem às suas necessidades, como forma de melhorar a comunicação com seu público e, em alguns casos, pudessem servir como instrumento para seu ingresso no ambiente virtual on-line, já que sítios eletrônicos próprios demandam custos bem maiores e suas atualizações são mais complexas. Entretanto, como já visto nesta tese, os arquivos nacionais da CPLP ainda não possuem uma política estruturada de utilização de redes sociais, à exceção do Arquivo Nacional do Brasil

²¹⁹ Hootsuite. *The Global State of Digital in 2019*. Disponível em: <https://www.hootsuite.com/resources/digital-in-2019>.

que possui uma equipe destinada a gerir suas contas nas principais redes sociais do mundo, tendo em setembro de 2021 mais de 130 mil seguidores no Instagram, 127 mil no Facebook e 63 mil no Youtube²²⁰.

Os arquivos nacionais de Angola, Guine-Bissau e São Tomé e Príncipe não possuem nenhuma rede social, enquanto os arquivos nacionais de Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, e a Biblioteca Nacional da Guiné Equatorial possuem contas apenas no Facebook. O arquivo nacional português possui uma conta no Facebook e outra no Youtube.

O Diretor do ANTT, Silvestre Lacerda, em um vídeo de 2018, declarou que o sítio eletrônico da instituição havia recebido nove milhões de visitantes no ano anterior e que a média de tempo de permanência de cada um deles era de nove a dez minutos. Lacerda fez uma comparação dizendo que um ano de atendimento pela internet equivalia a 60 anos de atendimento presencial, na sala de leitura²²¹, ou seja, o atendimento on-line e a comunicação remota são cada vez mais fundamentais para a prestação de serviços a uma comunidade de usuários cada vez maior.

A ausência dessas instituições nas redes sociais, bem como a falta de uma política de usos e serviços definidas e publicizadas, faz com que os arquivos nacionais da CPLP fiquem alijados da forma de comunicação e de difusão da informação que mais cresce no mundo e que atinge uma população em larga escala.

A CPLP pode auxiliar os arquivos nacionais lusófonos a desenvolverem suas redes sociais, a elaborarem formas de difusão de seus acervos e serviços e a criarem outros canais de comunicação, por meio de oficinas on-line, ciclos de debates e do desenvolvimento de materiais didáticos, como manuais e tutoriais, utilizando as experiências bem-sucedidas, como a do AN e de outras instituições. A própria CPLP poderia ter canais específicos sobre o tema, explorando as possibilidades e especificidades de cada rede, produzindo e difundindo vídeos, podcasts, fotografias, reproduções de documentos textuais, criando conteúdos, transmitindo eventos em tempo real, informando seus usuários e estabelecendo uma política de aproximação multicultural, dentro do espaço lusófono, no campo dos arquivos.

²²⁰ Dados verificados em 16 de setembro de 2021 nas páginas do Arquivo Nacional nas referidas redes sociais.

²²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vp6gkR3uWb4>.

7.5 Gamificação

Ao observarmos o fato de que grande parte da população dos países lusófonos possui idade inferior a 25 anos (Mongiardim, 2009, p. 38), percebemos a necessidade do desenvolvimento de ferramentas de atração de novos usuários e de promoção de outras formas de divulgação dos acervos e serviços dos arquivos nacionais. Além das alternativas tradicionais de difusão institucional, como publicações, exposições, palestras, visitas a escolas, universidades e eventos acadêmicos, os arquivos precisam estar inseridos no novo contexto em que a sociedade deste presente século vive.

De acordo com Lévy (2010), vivemos em uma sociedade conectada, interativa e compartilhada, imersa no fenômeno da cibercultura, em que coexistem a interconexão generalizada entre as pessoas, mas que, ao mesmo tempo, comporta diversidades individuais. As tecnologias da informação, cada vez mais dinâmicas e inovadoras, estabeleceram uma mudança paradigmática na produção, acúmulo e no consumo do conhecimento, tornando-o um bem público e fazendo com que sua transferência e compartilhamento sejam processados por variados meios, mecanismos e agentes (Gonzales, 2005).

A utilização da tecnologia, sobretudo a digital, vem permeando o cotidiano de toda sociedade contemporânea e as instituições arquivísticas precisam estar inseridas neste novo contexto não apenas no que tange ao tratamento, preservação e acesso aos seus acervos, mas também objetivando sua difusão para além dos espaços convencionais e abordagens comuns. Dentre as inúmeras possibilidades de aproximação com a sociedade, sugerimos que o planejamento destas ações contemple a implementação de projetos lúdicos que envolvam o entretenimento e o lazer, baseados em ações culturais on-line, tendo por base o sítio eletrônico da instituição, suas redes sociais ou uma plataforma própria, preparada especificamente para essas atividades e divulgada para o público em geral, embora mais especificamente para os jovens.

Na primeira década deste milênio, a quantidade de indivíduos conectados à internet aumentou de 350 milhões para mais de dois bilhões de utilizadores, e o número de aparelhos de telefonia móvel passou de 750 milhões para mais de cinco bilhões (Schmidt & Cohen, 2013, p. 13). Foi neste período que a indústria de jogos eletrônicos ultrapassou a indústria cinematográfica em receita e passou a ser um dos principais meios de entretenimento da

contemporaneidade. Segundo Kosawa (2020, p. 26):

Essa realidade chamou a atenção de empreendedores, empresas, governos e instituições que desejavam conhecer e atribuir elementos lúdicos em processos de serviços, gestão e organização do conhecimento, a fim de promover uma maior interação e engajamento de seus clientes, funcionários e/ou utilizadores.

Em 2003, uma empresa estadunidense propõe, pela primeira vez, uma “*gamification*” de produtos de consumo através de interfaces interativas de aparência similar à de um jogo em sítios eletrônicos. Seu objetivo era tornar as transações eletrônicas mais rápidas e confortáveis para o cliente (Kosawa, 2020, p. 91), facilitando o processo e promovendo uma espécie de literacia digital para um público ainda pouco ambientado com o universo de compras on-line.

A ideia da gamificação consiste em colocar o usuário como agente ativo de um determinado processo, utilizando as premissas existentes na dinâmica e *design* dos jogos, em que ele interaja com elementos informacionais narrativos inseridos em um contexto lúdico e simulado, que promova a sensação de diversão e recompensa, estimulando a participação, a motivação e o engajamento (Kosawa, 2020, p. 96).

Para a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a gamificação pode ser entendida como “a aplicação das estratégias dos jogos nas atividades do dia a dia, com o objetivo de aumentar o engajamento dos participantes”, podendo ser implementada em diferentes ambientes e contextos, como no treinamento corporativo, em ações de marketing, em tratamentos de saúde, em práticas educativas e no engajamento social.²²²

No caso das instituições arquivísticas, as possibilidades de gamificação são inúmeras, pois, em seus acervos, há uma imensa quantidade de documentos de gêneros e temas variados, como registros históricos da nação, fotografias e audiovisuais de aspectos sociais do país, mapas e plantas de cidades e da geografia local, músicas, partituras, documentos sonoros contendo depoimentos e entrevistas etc. Esse amplo conjunto documental, além de registrar momentos significativos da história do país e das coletividades em que ele está

²²² Pontifícia Universidade Católica do Paraná. PÓS PUCPR DIGITAL. Blog. Disponível em: <https://posdigital.pucpr.br/blog/gamificacao-engajamento>.

inserido, também reflete aspectos administrativos, jurídicos, culturais, memorialísticos e linguísticos, o que reafirma as inúmeras possibilidades de uso para um público cada vez maior e diverso.

Algumas instituições arquivísticas no mundo já utilizam a gamificação como forma de atração do público em redes sociais, convidando seus seguidores a participarem de jogos, a partir da divulgação de documentos de seu acervo, fazendo com que essas pessoas interajam com a instituição de forma lúdica, despertando interesse e engajamento. Outra forma de gamificação é a exploração temática de conteúdos informacionais de conjuntos documentais para um público jovem ou leigo, em que algumas ações são solicitadas para o participante, a fim de que ele descubra mais informações ou que desvende algum mistério. A participação do usuário em ações colaborativas de identificação, descrição e transcrição de documentos, também pode ser planejada como oriunda de projetos de gamificação.

Ainda pouco explorada no universo dos arquivos, a gamificação pode representar um importante diferencial e uma ferramenta de atração de novos públicos, além de mostrar à sociedade outras possibilidades de uso de seus serviços e acervos.

Os jogos devem ser desenvolvidos por uma equipe interdisciplinar, de preferência com o apoio de universidades e instituições de fomento à cultura e podem ser planejados a partir das experiências existentes em instituições, como a dos arquivos nacionais do Brasil e do Reino Unido e do *National Film and Sound Archive of Australia*, para serem utilizados em aplicativos, nos portais e nas redes sociais das instituições. O custo da implementação da gamificação varia conforme a complexidade do jogo e do canal onde ele será disponibilizado, mas, em casos mais simples, o custo é muito baixo.

7.6 Publicações e produções audiovisuais e sonoras

As publicações de uma determinada área do conhecimento são fundamentais para a difusão de suas pesquisas, bem como para sua própria consolidação enquanto ciência. A comunicação científica, legitimada a partir da análise e aceitação dos pares, é a validação dos resultados obtidos a partir de uma investigação empreendida. Para Meadows (1999, p. 61), a “realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis”.

A presença de periódicos científicos e de outras publicações, como livros, manuais, normas e instrumentos de pesquisas, são de grande importância para a divulgação da área e aproximação de seus profissionais, servindo como instrumento de aprendizado, debates e experiências.

Dentro da heterogeneidade na qual o universo dos arquivos nacionais e da Ciência da Informação estão inseridos na CPLP, encontra-se um número díspar de periódicos da área nos países lusófonos. Em dados de 2018, foi identificado um total de 68 periódicos científicos em Ciência da Informação publicados no Brasil, sendo que 50 estavam ativos até aquele ano (Siqueira & Flores, 2018, p. 94). Já em Portugal, no mesmo ano, foram identificados apenas três periódicos científicos da área em atividade e nenhum existente nos demais países lusófonos.

Em relação a outras publicações, como livros e manuais técnicos, basicamente só as encontramos em Portugal e no Brasil, havendo uma grande carência de meios de informação científica nos demais países lusófonos. Se somarmos a isso a escassa realização de congressos e eventos científicos da área nos PALOP e em Timor-Leste, e a pouca divulgação de pesquisas locais sobre os arquivos, percebemos a importância que publicações em Ciência da Informação e Arquivologia poderão representar para o desenvolvimento de profissionais, pesquisadores e instituições, no campo arquivístico.

A CPLP poderá ser a entidade que impulsionará tais publicações, não necessariamente criando novos periódicos ou editando livros e anais de eventos, mas fomentando parcerias com universidades e instituições que já dispõem de publicações regulares, para que se abram espaços para pesquisas locais, que mostrem a diversidade de projetos e iniciativas, desenvolvidos pelos arquivos nacionais lusófonos, tornando conhecidas a realidade e as necessidades de cada uma dessas instituições e, com isso, promovendo novas pesquisas e novas publicações.

Há diversas oportunidades para a criação de dossiês e publicações temáticas que contemplem os arquivos nacionais lusófonos, seus acervos e profissionais, ainda mais com os baixos custos de publicações eletrônicas, fazendo com que as iniciativas e os trabalhos desenvolvidos tornem-se conhecidos e façam a área, como um todo ser fortalecida.

A criação de prêmios e concursos, o incentivo para professores e estudantes e a formação de uma cultura científica na área também favorecerão a criação e a valorização dos cursos de Ciência da Informação e Arquivologia, em todos os âmbitos.

Projetos conjuntos de transcrição de documentos e de descrição de acervos poderão resultar em importantes instrumentos de pesquisa, bem como na necessária elaboração de guia de fundos, roteiro de fontes e de relações de arquivistas e especialistas da comunidade. Outra importante iniciativa será a tradução de normas internacionais específicas da área, como as elaboradas para acervos sonoros e de televisão

O incentivo às publicações ajudará os projetos de consolidação do FALP, da elaboração do DAN-CPLP, do AC-CPLP e do maior entendimento da situação e do desenvolvimento da área, no espaço lusófono.

Além de um projeto planejado e integrado de apoio e fomento às publicações de cunho arquivístico na lusofonia, a CPLP também poderá criar ou incentivar as produções audiovisuais, como a filmagem e disponibilização de eventos, palestras e congressos, vídeos sobre as instituições, mostrando suas instalações, projetos, profissionais e documentos, documentários temáticos, tutoriais e filmes de divulgação.

Outro projeto audiovisual de grande importância seria a criação de um programa conjunto de história oral reunindo projetos de coleta, tratamento, preservação e difusão de depoimentos de profissionais dos arquivos, de coletividades específicas e de especificidades temáticas. Além de produções audiovisuais, pode-se criar também um programa no formato *podcast*, em que determinados assuntos poderiam ser debatidos e profissionais, entrevistados.

Tanto as produções audiovisuais como os *podcasts* poderão ser divulgados nos sítios eletrônicos e nas redes sociais próprias de cada instituição e nas futuramente desenvolvidas de forma coletiva pela CPLP, através de seu Arquivo Histórico ou do FALP. Muitas instituições lusófonas possuem experiência nesse tipo de produção e compartilhamento, como o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, que possui parceria com a Universidade de Coimbra, e o Arquivo Nacional brasileiro, que podem colaborar no planejamento dessas ações.

Divulgar seus acervos, profissionais, estruturas, ações, projetos e necessidades, mais do que uma prestação de contas à sociedade que os financia, também é uma estratégia de marketing para que os arquivos nacionais sejam mais bem percebidos e valorizados. Em um

mundo em que “as imagens tornaram-se as principais interfaces de mediação do cotidiano” (Beiguelman, 2021, p. 18), a utilização de canais audiovisuais para a divulgação dos arquivos torna-se estratégica e imprescindível.

7.7 Os arquivos como instrumentos sociais de transformação

Como já observado nos capítulos anteriores, a CPLP é uma organização internacional composta por Estados independentes de língua oficial portuguesa, e que compartilham parte de seus passados e de suas culturas em aspectos comuns e, ao mesmo tempo, multifacetados.

As aspirações da CPLP estão reunidas em três grandes objetivos: a harmonia política e diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção da língua portuguesa e, dentre seus princípios, estão o primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos, da justiça social e da promoção do desenvolvimento nos países que a compõem.

Os arquivos, também como já observado, são reflexos das atividades, intenções, interesses e cuidados que os produtores demandam e propõem em suas relações burocráticas. No caso dos arquivos nacionais, essas relações explicitam dinâmicas sociais referentes às questões ligadas à História, memória, identidade e patrimônio nacionais, mas também aos aspectos da democracia, cidadania, transparência e governança.

Tomando por base a Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada em 2010, pelo Conselho Internacional de Arquivos e adotada em 2011, pela UNESCO, os arquivos são tidos como um patrimônio único e insubstituível que desempenha papel essencial no desenvolvimento das sociedades e nações. A referida declaração reforça a ideia dos arquivos como pilar de administrações responsáveis, transparentes e democráticas, que garantem a cidadania, estimulam o conhecimento e melhoram a qualidade de vida.

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio **único e insubstituível** transmitido de uma **geração** a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para **preservar** seu valor e significado. Arquivos são fontes **confiáveis** de informação para ações administrativas **responsáveis e transparentes**. Desempenham um papel **essencial** no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a **constituição e salvaguarda da memória** individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece

o **conhecimento** sobre a sociedade humana, promove a **democracia**, protege os **direitos** dos cidadãos e aumenta a **qualidade** de vida.²²³

Algumas palavras foram propositalmente grifadas na Declaração pelo próprio CIA para dar ênfase à ação correspondente: Arquivos; único; insubstituível; geração; preservar; confiáveis; responsável; transparentes; essencial; constituição; salvaguarda; memória; conhecimento; democracia; direitos; qualidade.

Ao utilizarmos alguns desses termos para análise da relação entre o estágio de desenvolvimento dos arquivos nacionais e o desenvolvimento social de seus respectivos países, percebemos como determinados elementos contextuais impactam diretamente na condução de políticas arquivísticas. A partir das palavras-chaves “transparência”, “direitos”, “democracia”, “conhecimento”, “qualidade” [de vida] e “geração” [populacional] constantes da Declaração Universal sobre os Arquivos, elaboramos dois quadros comparativos.

O primeiro quadro utiliza os termos ligados à condução política para a comparação entre os países da CPLP. As posições de primeiro a nono lugar dizem respeito à pontuação atribuída pelos relatórios estatísticos entre os países lusófonos:

Tabela 16 – Análise de termos políticos e de cidadania

País	Transparência	Direitos	Democracia
Portugal	1º	1º	1º
Brasil	5º	4º	4º
Angola	6º	8º	5º
Cabo Verde	2º	2º	2º
Guiné-Bissau	8º	6º	7º
Guiné Equatorial	9º	9º	8º
Moçambique	7º	7º	6º
São Tomé e Príncipe	3º	3º	-
Timor-Leste	4ª	4º	3º

Fonte: Elaboração própria

²²³ Conselho Internacional de Arquivos. Declaração Internacional sobre Arquivos. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf.

Para o termo “transparência”, foram utilizados os índices da *Transparency International*, em que são medidos valores referentes à percepção de corrupção pela população; para o termo “direitos” foram utilizados os índices da *Freedom House*, em que são avaliadas as condições de liberdade civil e direitos políticos de cada país; e por fim, o termo “democracia” foi analisado pelo índice do relatório *Democracy Index 2020*, da *The Economist Intelligence Unit*, que mede os níveis de democracia das nações.

Na média aferida, Portugal ficou em primeiro lugar dentre os países da CPLP, seguido por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial.

O segundo quadro utiliza os termos referentes à população dos países, no que diz respeito à qualidade de vida e ao acesso à educação:

Tabela 17 – Análise de termos de qualidade de vida

País	Conhecimento	Qualidade	Geração
Portugal	1º	1º	1º
Brasil	2º	2º	2º
Angola	6º	7º	6º
Cabo Verde	4º	3º	3º
Guiné-Bissau	9º	8º	9º
Guiné Equatorial	5º	6º	8º
Moçambique	8º	9º	8º
São Tomé e Príncipe	3º	5º	4º
Timor-Leste	7º	4º	5º

Fonte: Elaboração própria

Para o termo “conhecimento”, foram observadas as médias de escolaridade da população medida por anos de estudo; o termo “qualidade” foi observado segundo o IDH de cada país; e por fim, para o termo “geração”, foi observada a expectativa de vida de cada população.

Mais uma vez, Portugal ficou em primeiro lugar nesses índices, seguido pelo Brasil,

Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Angola, Guiné Equatorial, Moçambique e Guiné-Bissau.

Obviamente que outros fatores impactam na relação entre os países e seus arquivos nacionais, como tempo de existência das nações, dimensões territoriais, tamanho da população, poder econômico, níveis de desigualdade sociais, legislações pertinentes, cursos superiores na área etc., mas os índices, aqui demonstrados, corroboram a ideia de que quanto mais sólida for a democracia, a garantia dos direitos de cidadania e de qualidade de vida, mais estruturados são seus arquivos nacionais, de forma proporcional ao seu país. Da mesma forma que nações frágeis, nestes quesitos tendem a ter instituições arquivísticas sem a dimensão necessária para apoiar a administração nacional no bem-estar de seus cidadãos.

Portanto, uma forma de a CPLP atingir parte de seus objetivos e princípios referentes aos países que a integram, poderia se constituir através de ações de fortalecimento de seus arquivos nacionais, para que estes possam colaborar na melhoria dos índices sociais de seus países na ampliação de direitos, cidadania, conhecimento, transparência, democracia e qualidade de vida.

A partir do conjunto de instituições arquivísticas nacionais existentes, do coletivo profissional diverso e qualificado, da produção científica crescente, das inúmeras ações exitosas, do anseio por uma relação mais próxima e colaborativa e do amplo diagnóstico realizado, a CPLP, utilizando-se da sua estrutura, do lugar de fala, da natureza diplomática e da liderança política, pode desempenhar a função de agregador e coordenador de um planejamento integrado para que os arquivos nacionais lusófonos possam desempenhar suas funções de forma ampliada e otimizada, tendo, para isso, o fortalecimento de suas estruturas a partir do apoio colaborativo.

CONCLUSÃO

A água nunca esquece seu caminho.
(Paulina Chiziane, 2018, p. 72)

A palavra conclusão remete à ideia de desfecho, de resultado de um processo dedutivo, do entendimento alcançado através da observação e da análise, ou da proposição, que fecham um determinado raciocínio. Entende-se, portanto, como conclusão de uma tese, o ato final, que encerra o processo investigativo sobre o tema apresentado, desenvolvido a partir da metodologia escolhida e das fontes analisadas. É o momento de confirmação das respostas às perguntas de investigação e da síntese da verificação se os objetivos foram alcançados e se as hipóteses foram confirmadas. Torna-se necessário, portanto, uma análise final da trajetória investigativa e breves comentários sobre as atividades desenvolvidas.

A primeira parte da tese foi dedicada ao enquadramento teórico e teve por intuito estabelecer as bases conceituais em que a investigação seria concebida. Foi composta por três capítulos que tiveram, como temas centrais, os conceitos de arquivo, patrimônio e lusofonia.

No Capítulo 1, destinado aos arquivos, apresentou-se inicialmente o conceito de disciplinaridade e seus desdobramentos, pois, como o arquivo se situa em múltiplos espaços sociais, sendo seus usos e usuários inúmeros e diversos, a compreensão de suas dinâmicas e possibilidades só poderia se dar em sua amplitude, caso uma visão holística e sistêmica fosse empreendida. Para tanto, buscou-se evidenciar o campo interdisciplinar dos arquivos, optando pela descrição histórica dos arquivos em paralelo com os saberes que os circundam, em uma narrativa contextualizada pelas correntes de pensamento vigentes, pautadas transformações políticas e sociais ao longo dos séculos, destacando as evoluções tecnológicas e o papel desenvolvido por essas instituições e seus profissionais na produção, gestão, tratamento, guarda, preservação e acesso da informação documental.

Procurou-se a compreensão do vínculo entre arquivo e história em que o primeiro reflete as transformações da segunda, estabelecendo seus nexos e percebendo suas dinâmicas. Sendo o arquivo um reflexo da atividade do seu produtor, logo, em larga escala, os arquivos

devem ser compreendidos como produto dos seus meios, sobretudo das estruturas jurídico-administrativas imersas nas tramas políticas e, sobretudo, sociais.

O papel desenvolvido por um arquivo nacional em seu âmbito, só poderá ser percebido caso a própria concepção do que é um arquivo seja devidamente compreendida. Essas instituições habitaram por um longo tempo um lócus envolto em mistério, sigilo e afastamento, sacralizados em silêncios e esquecidos em labirintos reais e metafóricos, por vezes abandonados ou relegados ao desinteresse de forma proposital ou fruto do desconhecimento de sua importância.

A intensão deste capítulo foi apresentar a instituição arquivística de forma ampla, provida de características únicas e imbricada às estruturas sociais nas quais se insere, sobretudo no que tange a figura de um arquivo nacional, entidade concebida no contexto de criação do Estado moderno para servir de esteio à história oficial e influenciar nas questões referentes à formação identitárias e memorialísticas da nação.

Outro aspecto de grande relevância tratada no referido capítulo, foi o saber prático e científico aplicado aos arquivos, destacando a evolução da área por meio das transformações sociais, das disputas em múltiplas esferas, das evoluções e rupturas epistemológicas, dos embates conceituais e até mesmo das definições do próprio campo em virtude das disputas disciplinares.

O Capítulo 2 foi destinado à compreensão da ideia de patrimônio e de como, ao longo do tempo, ela foi se modificando e ampliando seu escopo até fazer parte de um entendimento mais amplo, passando a agregar temas e perspectivas sobre História, memória, cultura e identidade, e estabelecendo relações próprias com cada um desses conceitos.

A concepção de patrimônio se dividiu e se aprofundou, moldando instituições, criando leis e fomentando políticas públicas que buscam a preservação de lugares, monumentos, documentos, manifestações e práticas culturais, tornando-se, invariavelmente, instrumento ideológico de afirmação identitária ou de construção de memórias e histórias. O capítulo deu ênfase às políticas patrimoniais internacionais, no que diz respeito aos instrumentos legais, na forma de acordos, tratados e convenções e no entendimento de patrimônios comuns da humanidade promovidos por organizações internacionais, como a UNESCO, e dos programas de preservação promovidas por elas.

Nesse capítulo, destacou-se a importância do patrimônio documental arquivístico

como um dos pilares da formação histórica dos Estados modernos, proporcionando o entendimento de que sua preservação valoriza aspectos identitários de seus povos. Os capítulos 1 e 2 foram complementares e serviram de base para a compreensão da formação, evolução e papel desempenhado pelos arquivos nacionais da CPLP.

O Capítulo 3 teve como tema a lusofonia, termo usado para designar, em seu sentido mais amplo, o conjunto de povos ou comunidades que falam a língua portuguesa. Todavia, a lusofonia, como fenômeno, possui inúmeras dimensões, distintas, mas complementares entre si, que se coadunam em um sentido multicultural e de interesses diversos, provocando disputas e desconfianças, mas, ao mesmo tempo, proporcionando novos diálogos e oportunidades.

O referido capítulo explorou a relação da língua com a expansão portuguesa, demonstrando a importância que o idioma teve na construção da dinâmica colonial, na formação cultural miscigenada e na gênese de novos países, refletida na produção documental que acompanhou todos esses processos e que, ao longo dos séculos, foi se transformando no patrimônio arquivístico comum que pode servir como entendimento de suas histórias e mecanismo de aproximação, em diversas esferas, sobretudo a cultural.

A lusofonia, utilizada inicialmente pelo colonizador como forma de dominação e assimilação, fez-se multicultural e multiétnica, absorvendo costumes, crenças e culturas e tornando-se, ela própria, miscigenada e apta a desempenhar uma função integradora e plural, mesmo que ainda envolta em desconfianças e debates sobre seus significados.

O aspecto cultural foi particularmente desenvolvido nesse capítulo, sobretudo na percepção histórica através da arte. A língua portuguesa, elo maior que une as nações da CPLP e utilizada como elemento principal de integração pela organização, tornou-se instrumento identitário multicultural ao ser apropriada pelos povos e nações que compunham o espaço colonial português, ao longo os séculos, e que teve, na expressão artística, um importante fator de ressignificação e de luta política, sobretudo na literatura e na música. Em virtude de tal fato, à guisa de conclusão, o capítulo ofereceu algumas reflexões sobre os temas apresentados com base em manifestações artísticas, como poemas, músicas, literaturas, peças de teatro e desfiles de escola de samba.

O Capítulo 3 cumpriu o primeiro objetivo específico da tese, ao historiar o processo de institucionalização da lusofonia e respondeu a primeira pergunta de investigação, sobre o

impacto da lusofonia no processo de construção das nações de língua portuguesa, atribuindo a ela seu aspecto identitário e de elo mais importante de integração, entre esses países.

Após o terceiro capítulo, foi iniciada a segunda parte da tese, destinada ao estudo empírico e que teve, por objetos, a CPLP enquanto organização, os países que a integram e seus respectivos arquivos nacionais.

O Capítulo 4 descreveu o processo de criação e desenvolvimento da CPLP e, para isso, foi necessário explicar o conceito de diplomacia e de como ele influenciou o surgimento das organizações internacionais. A CPLP foi planejada como uma organização paritária, colaborativa e de concertação político-diplomática, que tem no idioma comum, a língua portuguesa, seu elo mais forte e visível. Por isso o referido capítulo destacou duas organizações congêneres para exemplos de comparação, a *Commonwealth* e *La Francophonie*. Em seguida, destacou o cenário político e social em que a CPLP foi criada, dando especial atenção aos países que a integram, com uma breve explanação de suas histórias, dados estatísticos e extratos de suas Constituições, no que tange aos temas dessa tese, ou seja, aspectos ligados ao patrimônio, cultura, educação e à língua portuguesa.

O quarto capítulo cumpriu o segundo objetivo específico da tese, ao contextualizar a CPLP e seus Estados membros, e respondeu a segunda pergunta de investigação, ao detalhar a CPLP, de sua criação aos tempos atuais, e explicar sua importância para os países que a compõem, sobretudo, no que diz respeito ao estabelecimento de um fórum apropriado para debater temas comuns e de se planejar ações futuras multilaterais.

O Capítulo 5 fez um estudo aprofundado sobre os arquivos nacionais dos Estados membros da CPLP, contextualizando suas criações, as evoluções administrativas e regimentais, suas estruturas, acervos, políticas, equipes, atividades e objetivos, caracterizando-os quanto às funções que desempenham e analisando a importância dada a eles por seus respectivos governos. Esse capítulo só foi possível, graças aos anteriores, pois seria incompleta a percepção do valor de um arquivo nacional enquanto instituição de Estado, de instrumento de cidadania e agente da memória, caso não houvesse o estudo empreendido em relação às histórias de seus países e suas estruturas e dinâmicas sociais.

Nesse capítulo, foi aplicado um questionário com inúmeras perguntas referentes aos aspectos administrativos, funcionais e estruturais dos arquivos nacionais, que revelaram particularidades, necessidades e interesses dessas instituições. Os questionários foram

respondidos por todos os países, com exceção da Guiné Equatorial²²⁴.

Além do questionário, um conjunto de fontes documentais e bibliográficas sobre tais instituições, incluindo as legislações de seus países, sítios eletrônicos, reportagens de jornais, vídeos etc., foi pesquisado, cotejado e analisado, no intuito de promover uma visão ampla e, ao mesmo tempo, detalhada desses arquivos nacionais, bem como uma série de entrevistas e encontros com diretores, funcionários e pesquisadores dessas instituições foi realizada, de forma presencial ou remota, complementando as informações coletadas e oferecendo outras perspectivas para determinados temas tratados.

O capítulo quinto respondeu a duas perguntas de investigação, a primeira referente ao surgimento e desenvolvimento dos arquivos nacionais e a segunda, sobre seus acervos documentais e do patrimônio arquivístico comum, cumprindo assim os objetivos 3 e 4, que consistiam em examinar os marcos legais de criação, as trajetórias regimentais, os vínculos institucionais e as estruturas administrativas, e identificar o acervo arquivístico e suas políticas e estratégias de gestão e processamento técnico.

Ao apresentar a evolução das missões, das estruturas, das competências regimentais, das atribuições e funcionalidades dos arquivos nacionais, o referido capítulo também proporcionou a identificação dos elementos necessários para o desenvolvimento futuro de outras pesquisas e estudos orgânico-funcionais, podendo favorecer a implementação de arquivos nacionais na Guiné-Bissau e Guiné Equatorial e do próprio arquivo comum da CPLP.

Com a finalização do estudo empírico empreendido nos capítulos 4 e 5, inicia-se a terceira e última parte da tese, dedicada à análise dos resultados obtidos e das discussões, propostas, projetos e encaminhamentos provenientes dos estudos realizados.

O Capítulo 6 foi responsável por analisar os dados cotejados do conjunto dos arquivos nacionais da CPLP, discutir as iniciativas de criação de entidade associativa institucional, identificar instituições arquivísticas que integram uma política conjunta de percepção do patrimônio arquivístico comum da lusofonia e por apresentar algumas ações arquivísticas

²²⁴ Inúmeros esforços foram empreendidos para que fosse estabelecido um contato com a BNGE, que, na ausência de um arquivo nacional, desempenha o papel de autoridade arquivística nacional. Foram enviados e-mails e correspondências para a BNGE, para o governo da Guiné Equatorial e embaixadas e consulados. Além disso, foram realizadas ligações telefônicas e envio de mensagens pelas redes sociais, mas todas as ações não tiveram sucesso, pois nunca recebemos uma resposta.

bilaterais e multilaterais, dentro do espaço da CPLP, constituindo o que foi nominado nesta tese por Topografia Arquivística da Lusofonia.

Esse capítulo demandou estudos e entrevistas e tornou-se fundamental para a análise final da tese, ao identificar as ações mais relevantes dos aspectos particulares, colaborativos e conjuntos do universo arquivístico lusófono. Foi a partir dessa topografia que a pesquisa delineou o estado da arte e pôde compreender o contexto de realizações, demandas e possibilidades, estruturando o diagnóstico necessário para a construção de um planejamento estratégico ou de uma política arquivística comum e colaborativa no âmbito da lusofonia.

O capítulo sexto respondeu aos questionamentos das duas últimas perguntas de investigação, ao identificar as ações arquivísticas colaborativas e detalhar os projetos e atividades entre os arquivos nacionais da CPLP, cumprindo, assim, os dois últimos objetivos específicos da tese ao mapear as iniciativas bilaterais e multilaterais lusófonas sobre os arquivos e analisar as iniciativas de integração e cooperação no âmbito arquivístico promovidas pela CPLP entre seus membros.

O Capítulo 7, por fim, apresentou as propostas e encaminhamentos sugeridos pela presente tese no intuito de colaborar com ações futuras, visando ao atendimento das necessidades identificadas a partir do diagnóstico realizado, sem, no entanto, esgotá-las. Tais encaminhamentos foram elaborados a partir da compreensão que deverá existir uma ação colaborativa coordenada por um ente central, identificado, por essa tese, como a própria CPLP.

Para cada encaminhamento proposto, uma breve explicação foi detalhada para que houvesse a percepção de sua pertinência e viabilidade, não havendo a intenção de limitar as ações futuras nesse rol, ou de excluir outras iniciativas, mas de indicar o que poderá ser feito para que efetivamente possam se cumprir os anseios e objetivos explanados por arquivistas, instituições e pela própria CPLP, ao longo dos anos, sobretudo, no que diz respeito à criação de uma rede colaborativa, ao compartilhamento de ações permanentes de integração, cooperação e capacitação e ao estabelecimento de um arquivo comum, que possa identificar, reunir e disponibilizar o patrimônio arquivístico comum aos Estados membros da CPLP.

Em diversas ocasiões, a CPLP manifestou-se favoravelmente à elaboração de uma rede de arquivos históricos e nacionais lusófonos e à posterior criação de um arquivo comum,

sobretudo, à época de criação de seu próprio Arquivo Histórico que teve, dentre seus objetivos e encaminhamentos, divulgados em seus documentos constituintes, essas duas ações. Foi a partir dessas proposições que esta tese formulou sua pergunta de partida, indagando se a CPLP possuía capacidade política, técnica e administrativa para desempenhar o protagonismo na condução da rede colaborativa dos arquivos nacionais e na criação do arquivo comum da lusofonia, gerando duas hipóteses: a primeira, dizendo que a inexistência do conhecimento profundo do estado da arte desses arquivos nacionais impede que as iniciativas de criação de redes, fóruns, atividades colaborativas e do arquivo comum, tenham êxito para além de situações esporádicas e ocasionais; e a segunda, de que a CPLP só poderá ser o elemento condutor dessas ações a partir do entendimento dessa necessidade por parte do conjunto dos arquivos nacionais e de seus países.

Para responder à pergunta de partida e confirmar ou não as hipóteses, o presente estudo elaborou um amplo diagnóstico dos arquivos nacionais lusófonos e das iniciativas arquivísticas de integração e cooperação, promovidas por essas instituições e pela própria CPLP, podendo, a partir de todos os dados levantados e das análises realizadas, confirmar as duas hipóteses e afirmar que a CPLP, mesmo não tendo atualmente todas as condições necessárias para implementar as duas ações estratégicas, no âmbito arquivístico da lusofonia – a rede de arquivos e o arquivo comum – em virtude da falta de protocolos entre as partes, deve ser considerada como a entidade mais apropriada e preparada para desempenhar o papel de condutor das referidas ações.

Os arquivos nacionais são instituições de Estado, criadas e formatadas para assessorar o governo central na condução de sua política arquivística. Originalmente, as funções que lhes eram atribuídas eram tão somente as de custódia, tratamento e de preservação da documentação percebida como de valor permanente e, sobretudo, a de cunho histórico para a nação. Todavia, os arquivos nacionais foram agregando novas perspectivas e ganhando importância, tanto para o Estado quanto para a sociedade, pois tornaram-se um garantidor do acesso à informação, em seu âmbito, apoiando às decisões político-administrativas governamentais e colaborando com o cidadão na defesa de seus direitos. Além desses fatores fundamentais para a dinâmica de qualquer país, os arquivos nacionais possibilitam, através de seus acervos, a produção do conhecimento científico e cultural, a partir de novas pesquisas

e produtos artísticos diversos, como livros, filmes, exposições etc., impactando diretamente na historiografia nacional e nas formulações memorialísticas do país.

Como instituições, os arquivos nacionais estão inseridos em múltiplas esferas, sejam elas administrativas, históricas e culturais que, imbricadas ou sobrepostas, são fundamentais para a formação identitária da nação, desempenhando, portanto, uma nítida função política e de Estado.

Esta tese procurou analisar o conjunto dos arquivos nacionais da CPLP, dentro das cinco dimensões da lusofonia: a histórica, no sentido de contextualizar a dinâmica espaço-temporal; a jurídico-administrativa, analisando os aspectos legais das relações entre metrópole/colônias/países independentes; a política, na compreensão da construção da CPLP como organização multicultural e multifacetada; a cultural, na abordagem interdisciplinar envolvendo memória, história, patrimônio e identidade; e, por fim, a arquivística, no entendimento de como os arquivos refletem as dimensões anteriores e de como a relação entre os Estados e seus arquivos nacionais é reveladora de suas dinâmicas sociais.

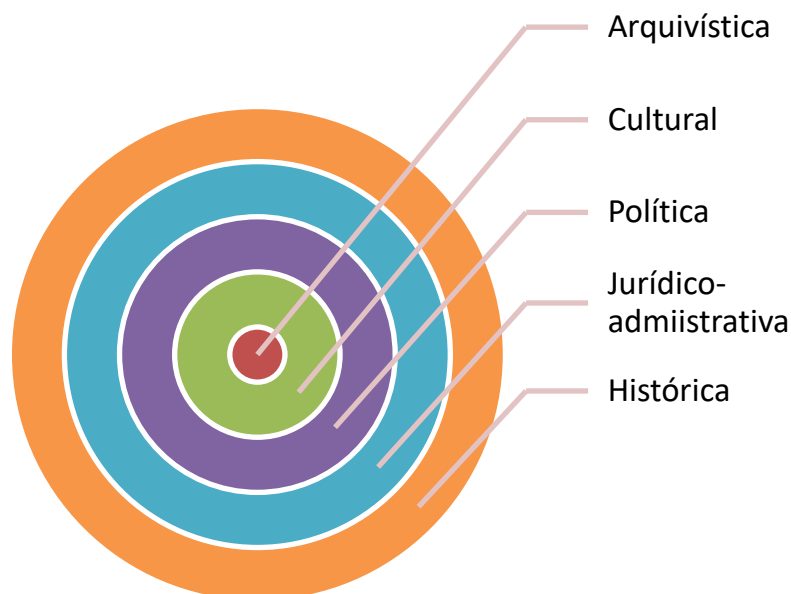


Figura 62 – As dimensões dos Arquivos Nacionais da CPLP

Fonte: Elaboração própria

Após a verificação dos dados coletados, da análise realizada e da elaboração do diagnóstico sobre os arquivos nacionais lusófonos, percebeu-se a nítida relação dessas instituições com os aspectos políticos e sociais de seus países, reafirmando a ideia de que um arquivo nacional é sobretudo uma instituição de Estado e que, mais do que o senso comum percebe, reflete suas ações, políticas e interesses pela forma com que custodia, trata e difunde sua documentação arquivística, fruto das atividades desenvolvida por seus governos e sociedades.

Dos nove países que atualmente compõem a CPLP, dois não possuem um arquivo nacional constituído como tal. A ideia de uma rede efetiva dessas instituições nunca foi além de propostas bem-intencionadas, da realização de alguns eventos esporádicos e dos esforços individualizados empreendidos por alguns profissionais. Da mesma forma que a elaboração de um arquivo comum, em qualquer que seja sua formatação, se constituiu, até agora, em apenas uma vontade, expressa em alguns documentos e pronunciamentos, mas sem o efetivo delineamento do projeto, debates mais amplos envolvendo a coletividade arquivística lusófona, planejamentos, cronogramas e empenho político.

As principais ações arquivísticas do espaço lusófono derivaram de iniciativas bilaterais ou de projetos isolados envolvendo outras instituições, como universidades, fundações e organizações internacionais.

Nítidamente, percebe-se que a falta de uma coordenação mais efetiva impede que a rede de arquivos nacionais lusófonos, a criação arquivo comum e outros projetos arquivísticos de cunho colaborativo, sejam implementados e tenham continuidade. De acordo com o que foi averiguado nesta pesquisa, a CPLP é o ente mais apropriado para desempenhar essa função e, em virtude de sua expertise, estrutura e vocação, poderá empreender, por meio de pequenas adequações e parcerias institucionais, sobretudo com universidades e organismos internacionais, o necessário estudo orgânico-funcional do conjunto de seus arquivos nacionais, a fim de realizar os projetos necessários para a consolidação de uma política arquivística em prol da lusofonia integrada e multicultural almejada pela organização.

A iniciativa da CPLP em desenvolver uma rede de arquivos nacionais e de outras instituições arquivísticas em prol da construção de um “arquivo comum” entre seus Estados membros é um importante passo para a consecução deste objetivo, contudo, ainda há lacunas perceptíveis no planejamento desta ação, como a necessária ampliação do escopo do projeto, englobando acervos além dos oficialmente “patrimonializados” e ditos “históricos” e da inclusão de outros aspectos referentes ao “arquivo comum”, como o fomento da governança e do sentido de pertencimento e identidade. Além desses fatores, é notório o fato de que a ideia definida acerca de patrimônio documental nacional remeta a uma ligação hegemônica entre o documento-monumento e o Estado, havendo pouco espaço para acervos pessoais, de minorias ou de coletividades organizadas, daquilo que Thompson (1966) mencionou como “a História que vem de baixo”.

A grande maioria dos acervos percebidos como integrantes do patrimônio arquivístico comum e que viria a integrar digitalmente o “arquivo comum” da CPLP segue o padrão de serem constituídos por documentos fundadores ou representativos de uma identidade nacional construída e de uma memória coletiva pretendida, lembrando que esta, como apresenta Le Goff (1984, p. 46) “não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder”. Pereira Filho (2017) destaca ainda que a

patrimonialização de acervos históricos assume feições próprias dependendo da política implementada por cada país.

Jules Michelet, professor do College de France e chefe da seção histórica do Arquivo Nacional francês, entre 1831 e 1852, escreveu certa vez:

Quando penetrei pela primeira vez nessas catacumbas manuscritas, nessa necrópole de monumentos nacionais, teria dito de bom grado [...] “eis a morada que escolhi e o meu descanso eterno.” Não tardei, porém, a perceber, no silêncio aparente dessas galerias, que havia um movimento, um murmúrio, algo que não pertencia à morte. Esses papeis, esses pergaminhos deixados ali há muito tempo nada pediam a não ser a possibilidade de rever a luz do dia. Esses papeis não são papeis, e sim vidas de homens, de países, de povos (Delmas, 2010, p. 11).

A fala romantizada de Michelet, sacralizando o patrimônio documental como aquele custodiado pelo Arquivo Nacional, atribuiu a estes documentos seu inegável valor memorialístico e histórico para a nação. Por mais que a ideia de patrimônio documental e a noção da escrita da história sejam fenômenos do século XIX, tais percepções já existiam e foram se consolidando, articulando-se e servindo aos Estados nacionais existentes e os que estavam surgindo. A manutenção dos documentos até então, serviam quase que exclusivamente no sentido da prova e no resguardo de direitos como fonte e manutenção do poder, espelhando muito mais o Estado, ou o poder constituído, do que as relações sociais de sua população. Os arquivos, portanto, “configuram uma escrita do Estado” (Jardim, 1999, p. 46).

José Honório Rodrigues, Diretor-Geral do Arquivo Nacional brasileiro entre 1958 e 1964, cita em suas memórias que ao iniciar sua gestão encontrou um cartaz na entrada da instituição com os seguintes dizeres: “Silêncio e meditação. Este é o templo do passado” (Mattar, 2003, p. 21) o que denotava ainda uma visão sacralizada envolta no positivismo do século anterior na qual atribuía aos arquivos o mero papel de custodiador de um patrimônio paralisado no tempo impedido de ser interpretado ou ressignificado, pois deveria apenas ser contemplado sob silêncio e meditação.

Compreender o contexto orgânico-funcional das instituições arquivísticas nacionais,

bem como se suas histórias, contextos, dinâmicas e demandas de inserção social, torna-se fundamental para o conhecimento de como o patrimônio documental desses países foi constituído e vem sendo tratado, disponibilizado e preservado, sobretudo, para que se possa contextualizar a entidade produtora e custodiadora da informação histórica nacional que possa colaborar, entre outras ações, na garantia de direitos, cidadania e pertencimento.

Certa vez li em uma crônica, que ao tomarem, em Lisboa, suas caravelas rumo ao oceano desconhecido, os marinheiros portugueses relatavam ser a Torre de Belém a última construção a ser vista ao se afastarem mar adentro. Entretanto, a mesma Torre de Belém era a primeira construção que viam ao retornarem ao lar.

Esta tese não teve a pretensão de ser um ponto de partida e muito menos um ponto de chegada. Ela é apenas um ponto de confluência de descobertas mútuas e reconhecimentos múltiplos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ada, T. M. (2018). *Conquista e determinação*. In: CPLP Revista, n. 2, julho de 2018. Lisboa: SIG. p. 20.
- Agualusa, J. E. (2005). *Deveria ser a base, José, e não o vértice*. Público, 20 de março de 2005. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/88008/jos-eduardo-agualusa-e-a-lusofonia> . Consultado em 24 de setembro de 2020.
- Agualusa, J. E. (2010). Como se fosse um prefácio In L. Cardoso. *Crónica de uma travessia: a época de Ai-Dik-Funam* (pp. 7-9) Alfragide, Publicações Dom Quixote.
- Agualusa, J. E. (2018). *O vendedor de passados*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Agualusa, J. E. (2019). *Por uma irmandade da língua*. Expresso, 10 de junho de 2019. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniaio/2019-06-10-Por-uma-irmandade-da-lingua> . Consultado em 24 de setembro de 2020.
- Alberch i Fugueras, R., Boix Ilonch, L., Navarro Sastre, N., & Vela Palomares, S. (2001). *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Ediciones Trea.
- Almeida, O. T. (2019). Prefácio. In: PESSOA, F. (2019). *Mensagem*. Porto: Livraria Lello.
- Alves, F. M. M. (2007). Los marcos legales de las bibliotecas nacionales: análisis comparativo aplicado a los Países Lusófonos. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 8, n.6, dez/07.
- Alves, F. M. M., & Alcará, A. R. (2015). *Perfil e competências dos profissionais de informação e suas necessidades de formação: cenário nos PALOP*. ÁGORA, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 47-76, jul./dez., 2015.
- Ankersmit, F. R. (2012). *A escrita da História*. Londrina: EDUEL.
- Araújo, C. A. A. (2014). *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. São Paulo: Abrainfo.
- Araújo, C. A. A. (2014a). O que é Ciência da Informação? *Inf. Inf.*, Londrina, v.19, n.1, pp. 01-30, jan./abr.
- Araújo, C. A. A. (2018). Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. *ConCI: Conv. Ciênc. Inform.*, São Cristovão/SE, v.1, n.1, pp. 45-70, jan./abr.
- Araújo, C. A. A., & Chagas, C. A. (2020). Arquivologia e ciência da informação: complementaridades teóricas e empíricas. In A. Mariz, & T. Rangel (orgs.) *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória* (pp. 205-222). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Arquivo Nacional (Brasil). (2009). *COLUSO: Relatório de Atividades 1996-2009*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Arquivo Nacional (Brasil). (2013). *Arquivos do Brasil: Memória do Mundo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Associação dos Arquivistas Holandeses. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- AUC/OECD (2018). *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018: Crescimento, emprego e desigualdades*. AUC, Addis Ababa/ OECD Publishing, Paris.

- Azevedo-Harman, E., & Gonçalves, I. (2011). CPLP, Commonwealth e Francofonia. *Revista Nova Cidadania*. Lisboa: verão de 2011.
- Barreto, A. (2012). Uma história da Ciência da Informação. In TOUTAIN, L. M. B. B. *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA.
- Bates, M. (1999). The invisible substrate os information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, pp. 1043-1050.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Baudrillard, J. (1998). *O paroxismo indiferente*. Lisboa: Edições 70.
- Bellesse, J., & Gak, L. C. (2004). Arquivística: a pertença cidadã. *Cenário arquivístico*, Brasília, v.3, n.1, pp. 37-43, jan./jun. 2004.
- Bellotto, H. L. (2002). *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: AARQ-SP.
- Bengobesama, C. O. M. (1985). *Fuentes archivísticas y bibliotecárias de Guinea Ecuatorial*. Madrid: Ediciones Guinea.
- Bergson, H. (2014). *Aulas de psicologia e metafísica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bertoletti, E. C., Bellotto, H. L., & Almeida, E. S. (2011). O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da História do Brasil existentes no exterior. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, v. 29.2
- Berwanger, A. R., & Leal, J. E. F. (2015). *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria. Editora UFSM.
- Bicalho, L. M., & Borges, M. E. N. (2003). Transdisciplinaridade na ciência da informação. In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 5, Belo Horizonte, novembro de 2003. Anais.
- Birmingham, D. (1966). *Trade and conflict in Angola: The Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese (1483-1790)*. London: Oxford University Press.
- Bittencourt, P. R., & Silva, N. H. P. C. (2020). Gestão de documentos: notas iniciais. In A. Mariz, & T. Rangel. (orgs.). (2020). *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória* (pp. 50-64). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (2010). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Borko, H. (1968). Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, pp. 3-5.
- Boschi, C. C. (2018). Projeto Resgate: história e arquivística (1982-2014). *Revista Brasileira de História*, vol. 38, n. 78, p. 00. Associação Nacional de História.
- Botelho, A. C. (2007). *Holocausto em Angola*. Lisboa: Vega.
- Braudel, F. (1978). *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva.
- Brito, M. R. (2018). Intervenção de Martinho Robalo de Brito. *Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP – Atas*. Lisboa: CPLP.
- Brookes, B. C. (1980). The Foundations of Information Science. *Journal of Information Science*. Amsterdam; New York. 1980. 125-133, 209-221.
- Brown, C. L., Morgan, P. D., & Lehrman, G. (2006). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Center for the Study of Slavery, Resistance and Abolition. New Haven: Yale University Press.
- Burke, P. (2003). *Uma história social do conhecimento: de Guttemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Burke, P. (2010). *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Burke, P. (Org.). (2011). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Cabral, A. (2011). Libertação nacional e cultural. In M. Sanches. *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais* (pp. 355-375). Lisboa: Edições 70.
- Caetano, M. (1973). *Razões da presença de Portugal no Ultramar: excertos de discursos proferidos pelo Presidente do Conselho de Ministros Prof. Doutor Marcello Caetano*. Lisboa.
- Caetano, M. (1976). *O 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa, Verbo.
- Caldeira, A. (2018). Intervenção de Alfredo Caldeira. *Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP – Atas*. Lisboa: CPLP.
- Camargo, A. M. A., Botani, A. S. L., Bellotto, H. L., Mezzalira, I. M., Gonçalves, J., & Tessitore, V. (2010). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP.
- Camões, L. (2016). *Os Lusíadas*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Campos, A. (2007). Tabacaria. In *Poesia completa de Álvaro de Campos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Campos, J. M. (Org.). (2019). *Organizações internacionais*. Coimbra: Edições Almedina.
- Candau, J. (2021). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- Capurro, R. (2014). Pasado, presente y futuro de lanoción de información. *Logeion: filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v.1 n., pp 110-136, ago./fev. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2014v1n1.p110-136>
- Capurro, R. (2020). Em busca do Fio de Ariadne em labirintos digitais. In M. Marques & L. Gomes (cords.). *Ciência da Informação: visões e tendências* (pp. 13-31) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cardoso, B. L., & Carvalho, W. M. (2017). Desafios na gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da República da Guiné-Bissau: entrevista com o diretor da Biblioteca. *Bibliotecas Universitárias: Pesquisas, Experiências E Perspectivas*, 3(2), pp. 47–55. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3101>.
- Cardoso, C. F. S. (2004). *Como elaborar um projeto de pesquisa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Cardoso, D. B. L. (2016). *Desafios na gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau: entrevista com o diretor da Biblioteca. República da Guiné-Bissau, abril 2017*. Entrevista concedida a Wellington Marçal de Carvalho. *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 47-55, jul./dez. 2016.
- Cardoso, F. H., & Soares, M. (1998). *O mundo em português: um diálogo*. Lisboa: Gradiva.
- Carpes, F. S., & Flores, D. (2012). O patrimônio documental e a memória da universidade: a difusão de atos legais e normativos da Universidade Federal de Santa Maria. In A. Mariz, J. Jardim, & S. Silva (2012). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil* (pp. 340-361). Rio de Janeiro: AAERJ.
- Casteleiro, J. M. (dir.). (2001). *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Editorial Verbo.

- Castells, M. (2003). *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castelo, C. (1998). *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Castelo, C. (2010). *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. In 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010.
- Castelo, C. (2011). *O modo português de estar no mundo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castelo, C.; & Jerónimo, M. R. (2017). *A Casa dos Estudantes do Império dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*. Lisboa: Edições 70.
- Chacon, V. (2002). *O futuro político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- Chartier, R. (2010). *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Chartier, R. (2011). *A força das representações: história e ficção*. Chapecó, SC: Argos.
- Chiziane, P. (2018). *O alegre canto da perdiz*. Porto Alegre: Dublinense.
- Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac, 2003.
- Clarence-Smith, W. G. (1985). *The third portuguese empire – 1825-1975: a study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press.
- Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental. (2014). *Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental: COLUSO: Seção Brasileira: Relatório de Atividades 2010-2014*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- Cook, T. (2018). O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898. In L. HEYMANN, & L. NEDEL (Org.). *Pensar os arquivos: uma antologia* (pp. 17-82) Rio de Janeiro: FGV Editora, pp.
- Correia, P. P. (2017). ...Da descolonização: do protonacionalismo ao pós-colonialismo. Porto: Book Cover.
- Costa, H. (2002). Entrevista à TV Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m7Lu0wYUUD0>.
- Couto, M. (2009). *E se Obama fosse africano? Intervenções*. Alfragite: Caminho.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, M. (2002). *Ficha técnica 2002 – Sinopse 2002*. Disponível em: <http://www.academiadosamba.com.br/passarela/unidosdatijuca/ficha-2002.htm>
- Cunha, M. (2002a). Entrevista à TV Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m7Lu0wYUUD0>.
- Cunha, M. B.; & Cavalcanti, C. R. O. (2008). *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Deleuze, G. (1988). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Delmas, B. (2010). *Arquivos servem para quê?: textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- Demo, P. (1985). *Introdução à metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Derrida, J. (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário. (1758). Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues,

- Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740>
- DGARQ. (2019). *Boletim*. nº 11. Outubro-Dezembro 2009. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/DGARqBolt-11.pdf>. Consultado em 09 de setembro de 2021.
- Djaló, A. (2018). Intervenção de Alfa Djaló. *Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP – Atas*. Lisboa: CPLP.
- Djaló, I. (2021). Apresentação sobre o INEP. In *Seminário Lusofonia multicultural nos arquivos nacionais da CPLP: rede (in)formativa da memória comum*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7C8dSrPuT5Y&t=7981s>.
- Dores, H. G. (2015). *A missão da república: política, religião e o império colonial português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70.
- Duarte, F., Quandt, C., & Souza, Q. (2008). *O tempo das redes*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Dulley, I., & Aparício, A. (2017). *Fontes e contextos do Arquivo Nacional de Angola: entrevista com Alexandra Aparício*. In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n. 12. p. 229-245.
- Duque-Estrada, J. O., & Silva, F. M. (1902). *Hino nacional brasileiro*. Casa Edison.
- Duranti, L. (1998). Diplomats: new uses for an old science. *The society of American and Association of Canadian Archivist*. Maryland – London: Scarecrow Press. pp. 46-47.
- Eastwood, T., & Mancneil, H. (Org.). (2016). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Eco, U. (2014). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- Elisseeff, D (1981). *La civilisation de la Chine classique*. Paris: Arthaud.
- Elungu, P. E. A. (2014). *Tradição africana e racionalidade moderna*. Luanda: Edições Mulemba.
- Ferguson, N. (2004). *Empire, the rise and demise of the British world order and the lessons for global Power*. London: Basic Books.
- Ferrara, L. D. (2014). Apresentação à edição brasileira. In: ECO, U. (2014). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva. p. XIII-XVII.
- Ferreira, M. E., & Almas, R. (1996). *Comunidade econômica ou parceria para o desenvolvimento: o desafio do multilateralismo da CPLP*. Lisboa: ISEG/Universidade Técnica de Lisboa.
- Ferro, M. (1996). *História das colonizações: das conquistas à independências, sécs. XIII a XX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferro, M. (2004). Falsificações: entrevista In: *Revista RECINE*, nº 1, 2004. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Fonseca, M. O. (2005). *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Foucault, M. (2004). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Fracelin, M. M. (2004). Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. *Ciência da Informação*, v. 33, n.2, p. 49-66, maio/ago.
- Franco, J. E. (2020). Os jesuítas e a primeira base de dados global. In C. Fiolhais, J. Franco, & J. Paiva (orgs.) *História Global de Portugal* (pp. 379-384) Lisboa: Temas e Debates. p. 379-384.

- Franco, S. C. (2014). *Sobrevivendo ao mito da destruição total: os arquivos da Guerrilha do Araguaia*. Curitiba: Appris.
- Franks, P. C., & Bernier, A. (2018). *The International Directory of National Archives*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Freire, P. (2021). *Cartas à Guiné-Bissau. Registros de uma experiência em processo*. São Paulo: Paz & Terra.
- Freyre, G. (1940). *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Freyre, G. (2006). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Galito, M. S. (2012). Conceito de lusofonia. *Centro de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais – Artigos de Investigação*, Lisboa, n. 18, p. 1-21.
- Garcia, E. F. (2007). O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, p. 33-48.
- Gaspar, J. M. (2001). *Os discursos e o discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio.
- Gil, A. C. (1995). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Góes, J. C., & Antunes, E. (2016). Os 20 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na imprensa brasileira: discutindo as condições para uma *communitas* possível. *Media & Jornalismo*, vol. 16, n. 29, Lisboa: dezembro de 2016, p. 169-189.
- Gomes, L. (2019). *Escravidão – Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- Gomes, L. E. (2020). Ciência da Informação: fundamentos e perspectivas da área científica. In M. Marques, & L. Gomes (coords.). (2020). *Ciência da Informação: visões e tendências* (pp. 89-113) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gomes, S. A. (2020). Uma universidade que viria a ter projeção global. In C. Fiolhais, J. Franco, & J. Paiva. *História Global de Portugal* (pp. 251-252) Lisboa: Temas e Debates.
- Gonçalves, A. C. (2005). *A história revisitada do Congo e de Angola*. Lisboa: Estampa.
- Gonçalves, J. (2020). *África no mundo – Livre das imposturas identitárias*. Lisboa: Guerra & Paz.
- González, J. A. M. (2005). *Conceptos introductorios al estudio de la información documental*. Salvador (Brasil): EDUFBA; Lima (Perú) Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Gouveis, J. B. (2014). *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*. Coimbra: Edições Almedina.
- Gozzi, G. (2010). Estado Contemporâneo. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Grande, C. (org.). (2010). *Cadernos Documente-se! Reflexões sobre o social*. Porto: Universidade do Porto.
- Guambe, M. F.; & Bueno-da-la-Fuente, G. (2013). Disponibilidade em acesso aberto da produção científica da África lusófona. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 4 n. 2, n. 2, p. 5-19, 2013.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora.
- Hall, S. (2021). A produção social da identidade e da diferença. In T. SILVA (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Hammersley, B. (2021). *Um olhar curioso sobre os próximos dez anos*. O Globo. Rio de Janeiro, 09/10/2021. p. 18.
- Henriques, I. C. (1997). *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Heymann, L.; & Nedel, L. (Org.). (2018). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Hjørland, B. Theoretical development of information science: A brief history. *Journal of Information Science*, 2014.
- Hobsbawn, E. (1998). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, F. B. (1978). Tanto mar. In *Chico Buarque*. [CD]. Universal.
- Holanda, F. B. (1993). Futuros amantes. In *Paratodos*. [CD]. Sonic Music.
- Holanda, F. B.; & Guerra, R. (1983). *Calabar, o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Husserl, E. (2017). *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Iacovino, L. (2016). *Os arquivos como arsenais de responsabilidade*. In T. Eastwood, & H. Macneil (Org.), *Correntes atuais do pensamento arquivístico* (pp. 261-302). Belo Horizonte. Editora da UFMG.
- Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. (2004) Boletim, n. 7. Jan-mar.
- Japiassu, H., & D. Marcondes (2001). *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Jardim, J. M. (1995). A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2. p. 1-13. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Consultado em 24 de outubro de 2020.
- Jardim, J. M. (1999). *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EDUFF.
- Jardim, J. M. (2015). Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformação. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, jul./dez. 2015.
- Jerónimo, M. B. (Org.). (2013). *O império colonial em questão (Séculos XIX-XX): poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70.
- Le Coadic, Y. F. (1996). *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Kajibanga, V. (2012). *Nota de apresentação*. In: Elungu, P. E. A. (2014). *Tradição africana e racionalidade moderna*. Luanda: Edições Mulemba.
- Kosawa, M. (2021). *Gamificação em arquivos: usos e possibilidades na difusão da informação*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Kuhn, T. (2006). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Kullberg C. J.; & Kullberg, J. C. (2018). *Selos* In: *História das ex-colônias de Portugal em selos e notas*. Lisboa: Atlântico Press.
- Lacoste, M. C. (1995). *The story of a grand design: people, events and achievements – UNESCO, 1946-93*. Paris: UNESCO.
- Leal, J. E. F.; & Siqueira, M. N. (2011). *Glossário de Paleografia e Diplomática*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Le Goff, J. (1984). *Enciclopédia Einaudi; 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Le Goff, J. (1990). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lenin, V. I. U. (2012). O imperialismo, fase superior do imperialismo. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012.

- Lévy, P. (2010). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Liniger-goumaz, M. (1993). *World Encyclopedia of Library and Information Service*. Chicago: American Library Assn. pp. 282-283. Disponível em: <http://web.simmons.edu/~chen/GDL/Group/equatg~1.htm>. Consultado em: 04 de setembro de 2021.
- Lipovetsky, G.; & Charles, S. (2014). *Os tempos hipermodernos*. Lisboa: Edições 70.
- Lloyd-Jones, S.; Pinto, A. C. (2003). *The last empire: thirty years of portuguese decolonization*. Bristol: Intellect Books.
- Logan, R. K. (2012). *O que é informação? A propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e econosfera*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio.
- Lopes, L. F.; & Santos, O. (2006). *Os novos descobrimentos: do império à CPLP- Ensaios sobre história, política, economia e cultura lusófonas*. Coimbra: Edições Almedina.
- Lustosa, I. (2006). *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das letras.
- Macagno, L. (2002). Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 99-124.
- Machado, J.; Henriques, M. L.; & Saraiva, M. T. (2012). Os arquivos de S. Tomé e do Príncipe: um patrimônio a preservar. *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrônica e sincrônica*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Páginas 177-188.
- Margarido, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos – novos rumos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Mariz, A. C. A. (2012). *A informação na internet: arquivos públicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Marques, A. A. C. (2011). *Interlocação entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação.
- Marques, A. A. C. (2019). *A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Marques, A. A. C.; & Tognoli, N. B. (2016). Entre a Arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? *Páginas a&b*. S.3, 6 (2016), p. 65-83.
- Marques, M. B. (2017). Informação, comunicação e conhecimento: os desafios da sociedade do século XXI. In *Comunicação e Transformações Sociais: Ciência da Informação, Comunicação e Educação*, vol.1. Atas do Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM, 9º, Coimbra, 12-14 Novembro de 2015. p. 48-62.
- Marques, M. B. (2020). Para uma Ciência da Informação social e humana: análise crítica das tendências da formação em *Information Science* e Ciência da Informação nas “25 melhores universidades do mundo”. In M. Marques, & L. Gomes (cords.). *Ciência da Informação: visões e tendências* (pp.115-189). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marques, M. B.; & Gomes, L. E. (cords.). (2020). *Ciência da Informação: visões e tendências*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p.

- Marteletto, R. M. (2009). A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, número especial, p. 19-40.
- Martins, A. C. D. (2019). Nós, os outros e os arquivos na construção de identidades. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 14, n. 3, p. 42-47.
- Martins, G. O. (2020). *Património cultural*. Lisboa: FFMS.
- Martins, M. G. (1990). O Padroado Português do Oriente e os factores exógenos. Disponível em:
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2705/1/NeD53_ManuelGon%C3%A7alvesMartins.pdf.
- Martins, M. L. (1986). Uma solidão necessária à Ordem Salazarista: a família como terapêutica nacional. *Cadernos de Ciências Sociais*, n. 4, pp. 77-83. Porto: Afrontamento.
- Martins, M. L. (2017). Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia. In V. Sousa (2017). *Da 'portugalidade' à lusofonia*. V. N. Famalicão: Edições Humus.
- Mattar, E. (Org.). (2003). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Meneses, M. P.; Martins, B. S. (Org.). (2014). *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Edições Almedina.
- Menezes, M.; & Bahia, E. M. D. S. (2020). A política pública de arquivo: a gestão de documento arquivístico no arquivo nacional de Timor-Leste. *Ágora*, v. 30, n. 60, p. 372-399, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/129615>.
- Merçon, A. B. (2020). *Lusofonia e identidade: representações sociais recíprocas dos universitários brasileiros e portugueses*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de Aveiro, Portugal.
- Mimoso, J. M. (2003). *Mensagem*. Disponível em:
<https://www.inverso.pt/Mensagem/Index.htm>.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Mohsin, M. (2020). *10 estatísticas das redes sociais mais usadas em 2021 [infográfico]*. Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/redes-sociais-estatisticas>.
- Mondlane, E. (2011). A estrutura social – mitos e fatos. In M. Sanches (org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. (pp. 309-332). Lisboa: Edições 70.
- Mondlane, E. (2011a). Resistência – a procura de um movimento nacional. In M. SANCHES (org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais* (pp. 333-341). Lisboa: Edições 70
- Mongiardim, M. R. (2019). *A CPLP: que futuro?* Lisboa: Lisbon Press
- Monguardim, M. R. (2019a). Portugal tem responsabilidades e interesses vitais a defender de grande alcance político. Entrevista. Pontos de Vista. Disponível em: <https://pontosdevista.pt/2019/02/10/portugal-responsabilidades-interesses-vitais-defender-grande-alcance-politico/>.
- Montenegro, F. (2019). *Prólogo, ato, epílogo: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mosher, J. C. (2008). *Political Struggle, Ideology, and State Building: Pernambuco and the Construction of Brazil, 1817–1850*. Lincoln: Univeristy of Nebraska Press.
- Moura, C. (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática.

- Nabais, J. C. (2010). *Introdução ao direito do património cultural*. Coimbra: Edições Almedina.
- Napolitano, M. (2003). “Hoje preciso refletir um pouco”: ser social e tempo histórico na obra de Chico Buarque de Hollanda – 1971-1978. *História*, São Paulo, 22(1) pp. 115-134.
- Nicolescu, B. A. (1998). *A evolução transdisciplinar da universidade: condições para o desenvolvimento sustentável*. Paris: Centre International de Recherches et Etudes Transdisciplinaire, n. 12.
- Nora, P. (1993). Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.
- Oliveira, G. M. (2013). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Vol. 52, n. 2, Campinas, jul/dez. 2013.
- Oliveira, L. L. (2008). *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV.
- Ondjaki. (2014). *Bom dia, camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Orom, A. (2000). Information Science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. *Journal of Documentation*, v.56, n.1, pp. 12-26.
- Ostellino, P. (2010). Diplomacia Organização. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (orgs.). *Dicionário de Política volume 1*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Otlet, P. (1996). *El tratado de documentación – el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones.
- Paiva, J. P. (2020). Uma religião para o mundo. Padroado régio e uma diocese pluricontinental. In C. Fiolhais, J. Franco, & J. Paiva (orgs.) *História Global de Portugal* (pp. 353-359). Lisboa: Temas e Debates.
- Peixoto, P. (2004). A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 70, dezembro de 2004, p. 183-204.
- Pepetela. (2017). *A geração da utopia*. Afragide: Editora Leya.
- Pereira, E. C. B. (2020). Calecute e Porto Seguro: a gênese da pluricontinentalidade In C. Fiolhais, J. Franco, & J. Paiva (orgs.) *História Global de Portugal* (pp. 329-334). Lisboa: Temas e Debates.
- Pereira, H., & Valtinho Filho. (2002). O sol brilha eternamente sobre a língua portuguesa. In *Samba Enredos 2002*. [CD]. Som Livre.
- Pereira Filho, H. F. (2017). Programa Memória do Mundo da UNESCO e campo arquivístico brasileiro: aproximações, trocas e conflitos. *Anais da XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: ANPUH
- Pessoa, F. (1942). *Poesias*. Lisboa: Ática
- Pessoa, F. (1973). *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*. Lisboa: Ática.
- Pessoa, F. (2010). *Mensagem*. Porto: Porto Editora.
- Pessoa, F. (2014). *Livro do desassossego*. Porto: Assírio & Alvim.
- Pessoa, F. (2019). *Mensagem*. Porto: Livraria Lello.
- Piaget, J. (1972). *Piaget*. Rio de Janeiro: Forense.
- Pinto, A. C. (2020). Portugal contemporâneo: um caso de resistência e adesão a dinâmicas globais. In C. Fiolhais, J. Franco, & J. Paiva (orgs.) *História Global de Portugal* (pp. 497-501). Lisboa: Temas e Debates.
- Pinto, J. N. (2008). *Jogos africanos*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

- Pinto, J. F. (2011). Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da lusofonia. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 7, junho de 2011, p. 107-118.
- Pistone, S. (2010). Relações internacionais. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (orgs.). *Dicionário de Política volume 1*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos* vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- Pombo, O. (2005). Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, v. 1, n.1, março 2005, p. 3-15.
- Prata, C. (2018). *O Arquivo Nacional no quadro das ações para salvaguarda do património documental em Timor-Leste*. Conferência “História & Memória: os arquivos de e para Timor”. Universidade do Porto.
- Proença, M. C. (2015). *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.
- Queiroz, C. (2013). *Direito internacional e relações internacionais: organizações internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Reto, L. A.; Machado, F. L.; & Eesperança, J. P. (2016). *Novo atlas da língua portuguesa*. Lisboa: ISCTE/IUL, Instituto Camões.
- Ribeiro, F. (2003) Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)? In: *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: Editora da Universidade do Porto. p. 1401-1414.
- Ribeiro, F.; Fernandes, M. E. M.; & Reimão, R. (2001) *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional (modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*. Porto, Editora da Universidade do Porto.
- Ricoeur, P. (2000). O passado tinha um futuro. In: Morin, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Ricoeur, P. (2014). *O discurso da ação*. Lisboa: Edições 70.
- Ridener, J. (2009). *From polders to postmodernism: A concise history of archival theory*. Sacramento: Litwin Books
- Rodrigues, M. C. (2016). *Patrimônio documental nacional: conceitos e definições*. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas, SP. v.14, n.1, p. 110-125, jan/abr 2016.
- Rodrigues, S. F. C. (2015). *O sistema de informação da Presidência da República Portuguesa – estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais e Informação (variante arquivo). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Rondinelli, R. C. (2011). *O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói.
- Rosas, F. (2018). *História a História – África*. Lisboa: RTP Edições.
- Rosas, F. (2019). *Salazar e os fascismos*. Lisboa: Tinta da China.
- Rousseau, J.I.; & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sá-Carneiro, M. (2015). 7. In *Antologia*. Organização: Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.
- Salazar, A. O. (1967). *Discursos e notas políticas*. 6 vols. Coimbra: Coimbra Editores.

- Salgado, J. S. (2018). *Notas In: História das ex-colônias de Portugal em selos e notas*. Lisboa: Atlântico Press.
- Santos, B. S. (2014). *O direito dos oprimidos*. Coimbra: Editora Almedina.
- Santos, M. J. A. (2001). O Professor Doutor Cónego Avelino de Jesus da Costa. Da Paleografia à Diplomática. In M. Coelho. *Vida e obra do Prof. Doutor Avelino de Jesus Costa. Catálogo da Exposição*. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra.
- Santos, R. (1995). Transdisciplinaridade. *Cadernos de Educação*. Lisboa: Instituto Piaget, n. 8, p. 7-9. Disponível em: <http://www.fisica-interessante.com/artigo-transdisciplinaridade.html>.
- Santos, V. B. (2015). *A arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos*. Salvador: 9Bravos.
- Saracevic, T. (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62.
- Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (2010). *José Saramago nas suas palavras*. Edição e seleção de Fernando Gómez Aguilera. Alfragide: Caminho.
- Saramago, J. (2015). *Todos os nomes*. Porto: Porto Editora.
- Schmidt, C. M. S. (2015). *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia*. São Paulo: Editora ArqSP.
- Schmidt, C. M. S.; & Mattos, R. (2020). A construção do pensamento arquivístico: entre textos e contextos. In A. Mariz, & T. Rangel (orgs.). *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória* (pp. 27-47). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Serrão, J. V. (2020). *A supressão da Companhia de Jesus*. In C. Fiolhais, J. Franco, & J. Paiva (orgs.) *História Global de Portugal* (pp. 481-486). Lisboa: Temas e Debates.
- Shera, J. (1977). Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, n.6, v.1, pp. 9-12.
- Silva, A. M. (2006). *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. M.; Ribeiro, F.; Ramos, J.; & Real, M. L. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. M.; & Ribeiro, F. (2002). *Das “ciências documentais à ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. M.; & Ribeiro, F. (2020). Ciência da Informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívoco. In M. Marques, & L. Gomes (cords.). (2020). *Ciência da Informação: visões e tendências* (pp. 33-57) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Silva, J. (2013). Apresentação. *Arquivos do Brasil: Memória do Mundo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Silva, M. (2017). *O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. Niterói: EDUFF.
- Silva, S. C. A. (2008). *A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ.
- Silva, S. C. A. (2018). *Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC: diretrizes para a sua elaboração no escopo da disciplina Metodologia de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UNIRIO.

- Silveira, M. C. (2018). Intervenção da Dr^a. Maria do Carmo Silveira. *Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP – Atas*. Lisboa: CPLP.
- Sinde, P. (2010). Prólogo. In F. Pessoa. *Mensagem*. Porto: Porto Editora.
- Siqueira, M. N. (2018). Em busca do multiusuário em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Nacional do Brasil. *Atas do 3º Encontro BAD ao sul*. Ferreira do Alentejo: BAD.
- Siqueira, M. N.; & Flores, D (2018). Ciência da Informação e Humanidades Digitais: diálogos possíveis de uma relação em desenvolvimento – artigos científicos no Brasil. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 85-107, maio 2019.
- Sobral, J. M. (2012). *Portugal, portugueses: uma identidade nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sousa, H. (2017). *Comunicação e lusofonia: do lugar acrítico ao lugar da procura*. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas. *Comunicação e lusofonia*. V. M. Famalicão: Edições Húmus.
- Sousa, V. (2017). *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. V. M. Famalicão: Edições Húmus.
- Souza, L. M. (2020). Transferência da corte régia portuguesa para o Brasil. In C. Fiolhais, J. Franco, & J. Paiva (orgs.) *História Global de Portugal* (pp. 487-493). Lisboa: Temas e Debates.
- Souza, M. P. N. (2012). Abordagem inter e transdisciplinar em ciência da informação. In L. Toutain (Org.). *Para entender a Ciência da Informação* (pp. 75-90). Salvador: EDUFBA.
- Souza, T. B.; & Ribeiro, F. (2009). Os cursos de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal: perspectivas diacrônicas. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 82-102, Jul/Jun.
- Springer, J. (2013). O Programa Memória do Mundo. *Arquivos do Brasil: Memória do Mundo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Subtil, J. M. L. L. (2011). *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Teles, F. (2015). *A diplomacia pública no contexto das organizações internacionais: o caso da CPLP*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Telles, F. R. (2018). Prefácio. *Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP – Atas*. Lisboa: CPLP.
- Tembe, J. N. (2018). Intervenção de Joel das Neves Tembe. *Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP – Atas*. Lisboa: CPLP.
- Thomassen, T. (1999). *The development of archival Science and its european dimension*. Disponível em: <http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>.
- Thompson, E. P. *History from below*. The Times Literary Supplement, 7 de abril de 1966, p. 279-280.
- Tognoli, N. B. (2010). *A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

- Tognoli, N. B. (2014). *A construção teórica da diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- UNESCO. (1972). *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e mundial*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.
- UNESCO. (2015). *De ideias a ações: 70 anos da UNESCO*. Paris / São Paulo: UNESCO Publishing.
- United Nations Development programme (2019). *The 2019 Human Development Report is the latest in the series of global*. New York: UNDP.
- Valentim, J. P. (2011). Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos. In M. Simões (Coord.) *Imagotipos Literários: Processos de (Des)configuração na Imagologia Literária*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- Vázquez Murillo, M. (2008). *Administración de documentos y archivos: planteos para el siglo XXI*. Buenos Aires: Alfagrama.
- Veloso, C. (1986). Vaca profana. In *Gal Costa profana*. [CD]. Sony Music.
- Veyne, P. (2008). *Como se escreve a História*. Edição Revisada. Lisboa: Edições 70.
- Vieira, P. A. (2000). *Sermões*. Porto: Book Cover Editora.
- Vieira, T. O. (2013). O risco da patrimonialização: a (não) avaliação e seleção dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. *Ponto de Acesso*, n.3, v.7, pp. 148-166. DOI: 10.9771/1981-6766rpa.v7i3.7965
- Vivas Moreno, A. (2004). El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. *CI. Inf.*, Brasília, v.33, n.3, pp. 76-96.
- Wersig, G., & Nevelling, U. (1975). The phenomena of interest to information science. *Information Scientist*, v.9, pp. 127-140.
- White, L. A. (2009). *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Woodward, K. (2021). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Zanghi, C. (2010). Organização internacional. In: N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino. *Dicionário de Política volume 2*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Zau, F. (2011). O conceito de lusofonia e a concertação diplomática. In *Jornal de Angola*, Ago, 2011. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/o_conceito_de_lusofonia_e_a_concertacao_diplomatica.
- Zenith, R. (2012). Laureado Prémio Pessoa 2012. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/premio-pessoa/laureados/2010-11-01-Laureado-Premio-Pessoa-2012---Richard-Zenith>.
- Zenith, R. (2017). Prefácio. In F. Pessoa. *Livro do desassossego*. Porto: Assírio & Alvim.
- Zúquete, J. P. (2020). O fim do luso-tropicalismo? *Jornal Opinião*. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/06/24/opiniao/opiniao/fim-lusotropicalismo-1921506>.

ANEXOS

Anexo 1:

Carta da Transdisciplinaridade

Preâmbulo

Considerando que a proliferação actual das disciplinas académicas e não-académicas conduz a um crescimento exponencial do saber, o que torna impossível uma visão global pelo ser humano,

Considerando que só uma inteligência que dê conta da dimensão planetária dos conflitos actuais poderá fazer face à complexidade do nosso mundo e ao desafio contemporâneo de autodestruição material e espiritual da nossa espécie,

Considerando que a vida está fortemente ameaçada por uma tecnociência triunfante, que só obedece à lógica assustadora da eficácia pela eficácia,

Considerando que a rotura contemporânea entre um saber cada vez mais cumulativo e um ser interior cada vez mais empobrecido conduz à escalada dum novo obscurantismo, cujas consequências no plano individual e social são incalculáveis,

Considerando que o crescimento dos saberes, sem precedente na história, acentua a desigualdade entre os que os possuem e os que deles estão privados, gerando assim desigualdades crescentes no interior dos povos e entre as nações do nosso planeta,

Considerando simultaneamente que todos os desafios enunciados têm a sua contrapartida de esperança e que o crescimento extraordinário do saber pode conduzir, a longo prazo, a uma mutação comparável à passagem dos homídeos à espécie humana,

Considerando o que precede, os participantes do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade (Convento da Arrábida, Portugal, 2-6 de Novembro de 1994) adoptam a presente Carta compreendida como um conjunto de princípios fundamentais da comunidade dos espíritos transdisciplinares, constituindo um contrato moral que todo o signatário desta Carta faz consigo próprio, livre de qualquer constrangimento jurídico e institucional.

Artigo 1: Qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma definição e de o dispersar em estruturas formais, sejam elas quais forem, é incompatível com a visão transdisciplinar.

Artigo 2: O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por diferentes lógicas, é inerente à atitude transdisciplinar. Qualquer tentativa de reduzir a realidade a um único nível regido por uma única lógica não se situa no campo da Transdisciplinaridade.

Artigo 3: A Transdisciplinaridade é complementar da aproximação disciplinar; ela faz emergir da confrontação das disciplinas novos dados que as articulam entre si e que nos dão uma nova visão da natureza e da realidade. A Transdisciplinaridade não procura a dominação de várias disciplinas mas a abertura de todas as disciplinas ao que as atravessa e as ultrapassa.

Artigo 4: O elemento essencial da Transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções através e para além das disciplinas. Ela pressupõe uma racionalidade aberta, por um novo olhar sobre a relatividade das noções de «definição» e de «objectividade». O formalismo excessivo, a rigidez das definições e a absolutização da objectividade comportando a exclusão do sujeito conduzem à deterioração.

Artigo 5: A visão transdisciplinar é deliberadamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exactas pelo seu diálogo e a sua reconciliação não somente com as ciências humanas mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior.

Artigo 6: Em relação à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade, a

Transdisciplinaridade é multireferencial e multidimensional. Tendo em conta a concepção do tempo e da história, a Transdisciplinaridade não exclui a existência dum horizonte transhistórico.

Artigo 7: A Transdisciplinaridade não constitui nem uma nova religião, nem uma nova filosofia, nem uma nova metafísica, nem uma ciência das ciências.

Artigo 8: A dignidade do ser humano é também de ordem cósmica e planetária. O aparecimento do ser humano na Terra é uma das etapas da história do Universo. O reconhecimento da Terra como pátria é um dos imperativos da Transdisciplinaridade. Qualquer ser humano tem direito a uma nacionalidade, mas, sob o título de habitante da Terra, ele é simultaneamente um ser transnacional. O reconhecimento pelo direito internacional desta dupla pertença - a uma nação e à Terra - constitui um dos aspectos da investigação transdisciplinar.

Artigo 9: A Transdisciplinaridade conduz a uma atitude aberta em relação aos mitos e às religiões, por aqueles que os respeitam num espírito transdisciplinar.

Artigo 10: Não há um local cultural privilegiado donde seja possível julgar as outras culturas. A atitude transdisciplinar é ela própria transcultural.

Artigo 11: Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstracção no conhecimento. Ela deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar revaloriza o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos.

Artigo 12: A elaboração duma economia transdisciplinar fundamenta-se no postulado de que a economia deve estar ao serviço do ser humano e não o inverso.

Artigo 13: A ética transdisciplinar recusa toda a atitude que rejeita o diálogo e a discussão, de qualquer origem - de ordem ideológica, científica, religiosa, económica, política,

filosófica. O saber partilhado deve conduzir a uma compreensão partilhada, fundada sobre o respeito absoluto das alteridades unidas por uma vida comum numa única e mesma Terra.

Artigo 14: Rigor, abertura e tolerância são as características fundamentais da atitude e da visão transdisciplinares. O rigor na argumentação que entra em conta com todos os dados é o guardião relativamente aos possíveis desvios. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às ideias, comportamentos e verdades contrárias às nossas.

Artigo final: A presente Carta da Transdisciplinaridade é adoptada pelos participantes do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, sem apelo a qualquer outra autoridade que não seja a da sua própria actividade. Segundo os procedimentos que serão definidos de acordo com os espíritos transdisciplinares de todos os países, a Carta está aberta à assinatura de qualquer ser humano interessado pelas medidas progressivas de ordem nacional, internacional e transnacional pela aplicação destes artigos na vida.

Convento da Arrábida, 6 de Novembro de 1994

Comité de Redação Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu.

Anexo 2:**Declaração Universal sobre os Arquivos**

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitidos de uma geração a outra. Documentos de arquivo são gerenciados desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida.

Por isso reconhecemos:

o caráter único dos arquivos como evidência autêntica das atividades administrativas, culturais e intelectuais e como um reflexo da evolução das sociedades;

o caráter essencial dos arquivos para apoiar a condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteger os direitos dos cidadãos, fundamentar a memória individual e coletiva, compreender o passado, documentar o presente e orientar as ações futuras;

a diversidade dos arquivos ao registrar cada área da atividade humana;

a multiplicidade de suportes e formatos em que os documentos são produzidos, incluindo papel, eletrônico, audiovisual e outros de toda natureza;

o papel dos arquivistas, profissionais qualificados, com formação inicial e contínua, que servem suas sociedades, apoiando a produção, seleção e conservação dos documentos, e os tornam disponíveis para uso;

a responsabilidade de todos, cidadãos, gestores e autoridades públicas, proprietários ou

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

custodiadores de arquivos públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação, na gestão de arquivos.

Por isso nos comprometemos a trabalhar juntos, para que:

sejam adotadas e aplicadas nacionalmente políticas e legislação arquivística adequadas;

a gestão de arquivos seja valorizada e realizada com competência por todos os organismos, públicos ou privados, que produzem e usam arquivos na condução de seus negócios;

os recursos adequados, inclusive a contratação de profissionais capacitados, sejam alocados para apoiar a correta gestão de arquivos;

os arquivos sejam geridos e conservados de forma a garantir a sua autenticidade, confiabilidade, integridade e uso; os arquivos sejam acessíveis a todos, respeitando a legislação pertinente e os direitos dos indivíduos, produtores, proprietários e usuários;

os arquivos sejam utilizados de modo a contribuir para a promoção de uma cidadania responsável.

Aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo.

Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5009ed55-ca1e-424b-8d78-dc0349c0f106&groupId=10136

Anexo 3:**Manifesto das Humanidades Digitais****Contexto**

Nós, atores ou observadores das *digital humanities* (humanas digitais), reunimo-nos em Paris no momento de realização do THATCamp dos dias 18 e 19 de maio de 2010. Durante estes dois dias, discutimos, trocamos ideias, refletimos juntos sobre as humanidades digitais e tentamos imaginar e inventar o que poderiam ser.

Ao final desses dois dias, que consideramos apenas uma etapa, propusemos um manifesto das humanidades digitais às comunidades de pesquisa e a quem participa da criação, da edição, da valorização ou da conservação dos conhecimentos.

I. Definição

1. A opção da sociedade pelo digital altera e questiona as condições de produção e divulgação dos conhecimentos.
2. Para nós, as humanidades digitais referem-se ao conjunto das Ciências humanas e sociais, às Artes e às Letras. As humanas digitais não negam o passado, apoiam-se, pelo contrário, no conjunto dos paradigmas, *savoir-faire* e conhecimentos próprios dessas disciplinas, mobilizando simultaneamente os instrumentos e as perspectivas singulares do mundo digital.
3. As humanidades digitais designam uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências humanas e sociais.

II. Situação

4. Constatamos:

- que se multiplicaram experimentações no domínio do digital em Ciências humanas e sociais nos últimos cinquenta anos; que emergiram, mais recentemente, centros das humanidades digitais, que são todos, atualmente, protótipos ou lugares de aplicação específica de uma abordagem das humanidades digitais;
- que o digital induz uma presença mais forte dos aspectos técnicos e econômicos na pesquisa; que esta obrigação é uma oportunidade para fazer evoluir o trabalho coletivo;

- que existem diversos métodos provados, conhecidos e compartilhados desigualmente;
- que existem múltiplas comunidades específicas, oriundas de interesses por diversas práticas, instrumentos ou objetos transversais (codificação de fontes textuais; sistemas de informação geográfica; lexicometria; digitalização do patrimônio cultural, científico e técnico; cartografia da web; garimpagem de dados; 3D; arquivos orais; artes e literaturas digitais e hipermediáticas; etc.), que convergem atualmente para formar o campo das humanidades digitais.

III. Declaração

5. Nós, atores do humanidades digitais, constituímo-nos numa comunidade de prática solidária, aberta, acolhedora e de livre acesso.
6. Somos uma comunidade sem fronteiras. Somos uma comunidade multilingue e multidisciplinar.
7. Além da esfera acadêmica, nossos objetivos são o progresso do conhecimento, o reforço da qualidade da pesquisa em nossas disciplinas, e o enriquecimento do saber e do patrimônio coletivo.
8. Convocamos à integração da cultura digital na definição da cultura geral do século XXI.

IV. Orientações

9. Nós lançamos um apelo ao acesso livre aos dados e os metadados. Estes devem ser documentados e interoperáveis, tanto técnica como conceitualmente.
10. Somos a favor da divulgação, da circulação e do livre enriquecimento dos métodos, do código, dos formatos e dos resultados da pesquisa.
11. Convocamos à integração de formações em humanidades digitais nos currículos em Ciências humanas e sociais, Artes e Letras. Desejamos igualmente a criação de diplomas em humanidades digitais e o desenvolvimento de formações profissionais específicas. Por último, desejamos que estas competências sejam consideradas nos recrutamentos e nas evoluções de carreira.
12. Comprometemo-nos com a edificação de uma competência coletiva que se apoie em um vocabulário comum, competência coletiva que procede do trabalho do conjunto dos atores. Essa competência coletiva deve tornar-se um bem comum. Constitui uma oportunidade

científica, mas também uma oportunidade de inserção profissional, em todos os setores.

13. Desejamos participar da definição e da divulgação de boas práticas, correspondentes a necessidades disciplinares e transdisciplinares identificadas, que são evolutivas e procedentes de um debate e de um consenso nas comunidades interessadas. A abertura fundamental das humanidades digitais, assegura, no entanto, uma abordagem pragmática dos protocolos e das visões, que mantém o direito à coexistência de métodos diferentes e concorrentes, para o enriquecimento da reflexão e das práticas.

14. Chamamos à construção de ciber-infra-estruturas evolutivas que respondam a necessidades reais. Estas ciber-infra-estruturas construir-se-ão de maneiras iterativas, apoiando-se sobre a constatação de métodos e de abordagens comprovadas nas comunidades de pesquisa.

Juntem-se a nós!

26 de março de 2011

Tradução de Hervé Théry

Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>

Anexo 4:

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007)

Artigo 1º (Denominação) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação políticodiplomática e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 2º (Estatuto Jurídico) A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3º (Objectivos) São objectivos gerais da CPLP: a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais; b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Artigo 4º (Sede) A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, a capital da República Portuguesa.

Artigo 5º (Princípios Orientadores) 1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios: a) Igualdade soberana dos Estados membros; b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; c) Respeito pela sua identidade nacional; d) Reciprocidade de tratamento; e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; f) Respeito pela sua integridade territorial; g) Promoção do Desenvolvimento; h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa. 2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

Artigo 6º (Membros) 1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos. 2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita por decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, e tem efeito imediato. 3. O pedido formal de adesão deverá ser depositado no Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º (Observadores) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores com categoria de Associados ou com categoria de Consultivos. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Associado: 1. Aos Estados que, embora não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, partilhem os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objectivos idênticos aos da Organização; 2. Às organizações internacionais, universais ou regionais, aos organismos intergovernamentais e às entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos que partilhem os princípios orientadores e os objectivos da CPLP nos termos referidos na alínea anterior; 3. Os Estados, as Organizações Internacionais Universais ou Regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos, a que se refere o número anterior, beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para Reuniões de carácter técnico; 4. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo às organizações da sociedade civil interessadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização; 5. A categoria de Observador Consultivo permitirá às entidades a quem for atribuída assistir a reuniões de carácter técnico e o acesso às decisões tomadas nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como pelo Conselho de Ministros; 6. As candidaturas à categoria de Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objectivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado

Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo; 7. As candidaturas à categoria de Observador Consultivo, devidamente fundamentadas, serão dirigidas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros para decisão; 8. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verificarem alterações das condições que recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente; 9. Qualquer Estado membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

Artigo 8º (Órgãos) 1. São Órgãos de Direcção e Executivos da CPLP: a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo; b) O Conselho de Ministros; c) O Comité de Concertação Permanente; d) O Secretariado Executivo. 2. A Assembleia Parlamentar da CPLP é o órgão que reúne os Parlamentos nacionais dos Estados membros. 3. Além dos referidos nos números anteriores, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais. 4. Na materialização dos seus objectivos a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados membros da CPLP.

Artigo 9º (Instituto Internacional de Língua Portuguesa) O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.

Artigo 10º (Conferência de Chefes de Estado e de Governo) 1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros e é o órgão máximo da CPLP. 2. São competências da Conferência: a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP; b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação

dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros; c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP; d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos; e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP. 3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros. 4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

Artigo 11º (Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo) São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo: a) Presidir às reuniões da Conferência; b) Acompanhar a implementação das decisões da Conferência e a acção dos demais órgãos da CPLP; c) Representar a CPLP; d) Convocar e transmitir orientações ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da Organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização; e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 12º (Conselho de Ministros) 1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros. 2. São competências do Conselho de Ministros: a) Coordenar as actividades da CPLP; b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP; c) Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP; d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP; e) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP; f) Recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo; g) Eleger o Director Executivo do IILP; h) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP; i) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência. 3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos. 4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços

dos Estados membros. 5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, à qual deverá apresentar os respectivos relatórios. 6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 13º (Competências do Presidente do Conselho de Ministros) São competências do Presidente do Conselho de Ministros: a) Presidir às reuniões do Conselho; b) Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho; c) Representar a CPLP; d) Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da Organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização; e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 14º (Comité de Concertação Permanente) 1. O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados membros da CPLP. 2. Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP. 3. Compete ainda ao Comité de Concertação Permanente acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP. 4. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário. 5. O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros. 6. As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso. 7. O Comité de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas. 8. O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 12º, ad referendum do Conselho de Ministros.

Artigo 15º (Assembleia Parlamentar da CPLP) 1. A Assembleia Parlamentar é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. 2. Os

Parlamentos Nacionais têm igual voto na Assembleia. 3. Compete à Assembleia Parlamentar: a) Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a actividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos; b) Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP; c) Reunir-se, a fim de analisar e debater as respectivas actividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Director Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP e bem assim com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização; d) Adoptar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reúna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações. 4. A Assembleia Parlamentar tem direito a receber e a obter a informação e a documentação oficial dos órgãos da CPLP. 5. A Assembleia Parlamentar pode constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, bem como designar enviados especiais para relatar sobre assuntos específicos no âmbito da Comunidade. 6. O Presidente da Assembleia Parlamentar, eleito por um período de dois anos não renovável, tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. 7. Os Estatutos e o Regimento da Assembleia Parlamentar são adoptados mediante deliberação aprovada por consenso das delegações nacionais ou, na falta deste, por maioria qualificada.

Artigo 16º (Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa) 1. Na prossecução dos seus objectivos, quer entre Estados membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem. 2. O IILP gozará de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objectivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Científico. 3. O IILP é chefiado por um Director Executivo que é uma Alta Personalidade dos Estados membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa, e que será eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, renovável uma única vez. 4. A acção do Director Executivo será apoiada pelo Conselho Científico composto por representantes de todos os Estados membros e que se reunirá, no mínimo, anualmente. O Secretariado Executivo far-se-á representar na reunião do Conselho Científico pelo Assessor para matérias da Língua e Cultura.

Artigo 17º (Secretariado Executivo) 1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências: a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente; b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP; c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP; d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP. 2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 18º (Secretário Executivo) 1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente. 2. No final do mandato, é facultado ao Estado membro cujo nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos, para o cargo de Secretário Executivo. 3. São principais competências do Secretário Executivo: a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento; b) Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comité de Concertação Permanente; c) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente; d) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP; e) Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique; f) Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP; g) Representar a CPLP nos fora internacionais; h) Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comité de Concertação Permanente; i) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente; j) O Secretário Executivo poderá delegar no Director Geral parte das suas funções incluindo, com carácter excepcional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

Artigo 19º (Director Geral) 1. O Director Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período; 2. O Director Geral é responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos levados a cabo pelo Secretariado.

Artigo 20º (Reunião dos Pontos Focais de Cooperação) 1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. 2. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência. 3. Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre. 4. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

Artigo 21º (Reuniões Ministeriais) 1. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. 2. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais. 3. O Estado membro anfitrião promoverá o depósito, junto do Secretariado Executivo, dos documentos aprovados nas Reuniões Ministeriais, que deles dará conhecimento ao Comité de Concertação Permanente. 4. As acções aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As acções a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial.

Artigo 22º (Quórum) O Quórum para a realização de todas as reuniões da CPLP e das suas instituições é de pelo menos seis Estados membros.

Artigo 23º (Decisões) As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados membros.

Artigo 24º (Regimento Interno) Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 25º (Proveniência dos Fundos) 1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros. 2. A CPLP conta com um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das Acções Concretas levadas a cabo no quadro da CPLP, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por Regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Artigo 26º (Orçamento) 1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano. 2. A proposta orçamental é preparada pelo Secretário Executivo e, depois de apreciada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental. 3. O Director Executivo do IILP apresentará, anualmente, ao Comité de Concertação Permanente, um Projecto de Orçamento de Funcionamento acompanhado das necessárias notas explicativas. No início de cada ano, o Director Executivo do IILP apresentará um relatório detalhado da execução orçamental, por forma a que este seja apresentado às Auditorias que inspeccionam as contas da CPLP. 4. O orçamento de funcionamento do IILP será aprovado, anualmente, pelo Comité de Concertação Permanente ad referendum do Conselho de Ministros, devendo seguir procedimentos similares aos do orçamento de funcionamento da CPLP.

Artigo 27º (Património) 1. O Património da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 28º (Emenda) 1. O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretário Executivo uma notificação contendo as propostas de emenda. 2. O Secretário Executivo comunicará ao Comité de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n.º 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 29º (Entrada em Vigor) 1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados membros. 2. Os presentes Estatutos serão adoptados por todos os Estados membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 30º (Depositário) Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

Lisboa, em 2 de Novembro de 2007

Disponível em:

http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf

APÊNDICE

Apêndice 1:

Questionário enviado para os arquivos nacionais:



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS
DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
QUESTIONÁRIO – ARQUIVOS NACIONAIS DA CPLP

O presente questionário integra o processo de investigação da tese “Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das origens à ideia do Arquivo Comum: trajetórias históricas e topografias identitárias”, a ser defendida por Marcelo Nogueira de Siqueira, no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, sob orientação da Professora Doutora Maria José Azevedo Santos e da Professora Doutora Maria Beatriz Marques. O referido questionário visa a obtenção de informações para a consecução de dois dos objetivos específicos: identificação e diagnóstico do acervo arquivístico do arquivo nacional em questão e compreensão das estratégias de processamento técnico do acervo para identificação do património arquivístico comum.

Instruções de preenchimento

- 1) Informe o nome da instituição;
- 2) Informe o nome do Diretor Geral (ou posto equivalente ao cargo máximo) da instituição;
- 3) Informe o endereço e os contatos da instituição (e-mail e telefone);
- 4) Informe o nome da pessoa ou equipe responsável pelo preenchimento do questionário;
- 5) Em questões de múltipla escolha, a resposta pode contemplar mais de uma opção;

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

- 6) Em caso de ausência de resposta, favor escrever “sem resposta”;
- 7) Para respostas livres, favor utilizar o espaço que achar conveniente;
- 8) Ao final do questionário haverá um pequeno glossário de termos técnicos;
- 9) Caso haja a necessidade de expressar outras informações ou opiniões, bem como de acrescentar explicações, utilize o espaço do último campo;
- 10) Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com o autor da pesquisa pelo e-mail: mnsiqueira@gmail.com ou pelo whatsapp: +55 21 988716879.

Dados da Instituição

Nome da Instituição	
Diretor Geral	
Endereço	
Contato	
Responsável pelo preenchimento do questionário	

Questionários

Questionário 1 – Objetivo: Identificação e diagnóstico do acervo dos Arquivos Nacionais

	Pergunta
01	Quantos conjuntos documentais (fundos e coleções) a instituição possui? Resposta:
02	Qual a dimensão do acervo? Resposta:
03	Quais as datas-limite do acervo? Resposta:
04	Quais as formas de entrada de acervo na instituição? () Recolhimento () Transferência () Doação () Compra () Comodato () Troca () Aquisição de cópias () Outras formas:
05	Já houve outras formas de entrada de acervo na instituição?

	() Não () Sim. Quais?
06	Qual o percentual de documentação de natureza pública na instituição? Resposta:
07	Quais os gêneros documentais existentes na instituição? () Textual () Iconográfico () Audiovisual () Cartográfico () Sonoro () Musicográfico () Micrográfico () Digital
08	Quantos depósitos de documentos existem na instituição? Resposta:
09	Qual a capacidade estimada de guarda de documentos em metros lineares? Resposta:
10	Existem depósitos específicos para documentos não textuais? () Não () Sim. Quais?
11	Existem mobiliários específicos para a guarda de documentos não textuais? () Não () Sim. Quais?
12	Existem equipamentos específicos para acesso aos documentos não textuais e de suporte especial? () Não () Sim. Quais?
13	Quais as condições de preservação que os depósitos de documentos possuem? () refrigeração e climatização () controle de umidade () iluminação específica () acondicionamento específico () higienização periódica () mobiliário próprio () controle contra pragas e sinistros () monitoramento constante
14	Qual o percentual estimado de documentação manuscrita em relação ao total do acervo textual?

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

	Resposta:
15	A instituição recebe periodicamente recolhimentos da documentação produzida pela administração central (nível nacional)? Resposta:
16	Qual o papel da instituição na política de arquivos de seu país? Resposta:
17	Quantos conjuntos documentais a instituição entende fazer parte de um patrimônio arquivístico comum com os outros Estados membros da CPLP? Resposta:

Questionário 2 – Objetivo: Compreensão do processamento técnico para identificação do patrimônio arquivístico comum

	Pergunta
01	Quantos funcionários a instituição possui? Resposta:
02	Além dos funcionários públicos também há contratados, estagiários ou empresas terceirizadas em atividade na instituição? () Não () Sim? Quantos?
03	Quais os profissionais que a instituição possui em seus quadros? () arquivistas () bibliotecários () historiadores () preservadores () paleógrafos () informáticos () administradores () museólogos () outros:
04	Quais os setores da instituição ligados diretamente ao processamento técnico do acervo? Resposta:
05	Quantas pessoas estão ligadas diretamente ao processamento técnico do acervo? Resposta:

06	Existe uma política de digitalização do acervo? () Não () Sim.
07	Qual o percentual do acervo que está digitalizado? Resposta:
08	Existem locais específicos para a guarda e preservação de documentos digitais? () Não () Sim. Qual a capacidade de armazenamento?
09	Existe uma política de preservação digital? () Não () Sim. Especifique:
10	A proveniência e ordem original são mantidas? () Não () Sim
11	Quais as normas utilizadas para a descrição arquivística? Resposta:
12	Quais instrumentos de pesquisa a instituição dispõe? Resposta:
13	Quais as condições de acesso e reprodução do acervo? Resposta:
14	A instituição possui um sítio eletrônico próprio? () Não () Sim. Qual endereço?
15	A instituição possui redes sociais? () Não () Facebook () Twitter () Youtube () Instagram () Outros:
16	A instituição possui base de dados? () Não () Sim, própria () Sim, compartilhada

Os Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das Origens à Ideia do Arquivo Comum

17	A instituição está ligada a alguma associação ou organização internacional? () Não () Sim. Quais?
18	Como considera o diálogo da instituição com a CPLP? () Inexistente () Ruim () Precário () Razoável () Bom () Excelente () Outro:
19	Como considera a relação com os arquivos nacionais dos outros países lusófonos? () Inexistente () Ruim () Precário () Razoável () Bom () Excelente () Outro: Detalhe sua resposta, por favor:
20	Quais atividades considera importante na relação com os outros arquivos nacionais lusófonos? () Intercâmbios () Estágios () Capacitação () Criação de portal () Processamento técnico integrado () Publicações conjuntas () Identificação de um patrimônio arquivístico comum () Outros:
21	Qual a sua opinião sobre a criação de uma rede de arquivos nacionais lusófonos? Resposta:
22	Qual a sua opinião sobre a criação de um arquivo comum reunindo o patrimônio arquivístico comum, em formato digital, dos arquivos nacionais lusófonos? Resposta:

Glossário

Audiovisual – Gênero documental constituído por imagens associadas à registros sonoros, com a impressão de movimento.

Coleção – Conjunto de documentos com características comuns, reunidos artificialmente e de forma intencional.

Comodato – Empréstimo ou concessão gratuita de documentos condicionado à contrato pré-estabelecido.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Datas-limite – Data inicial e final do conjunto documental em questão

Dimensão do acervo – Tamanho do acervo documental medido por metros lineares (documentos textuais), por unidades (documentos não textuais) e por bytes (documentos digitais).

Fundo – Conjunto de documentos de natureza orgânica, produzido, recebido e acumulado por um mesmo produtor.

Iconográfico – Gênero documental constituído por imagens fixas.

Micrográfico – Referente à microfilmes.

Musicográfico – Gênero documental constituído por partituras musicais e assemelhados

Países lusófonos – Países que possuem o português como língua oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

Patrimônio arquivístico comum – Conjuntos documentais que constituem o patrimônio arquivístico de duas ou mais unidades territoriais por seus vínculos históricos e/ou administrativos e que devem manter ligações para evitar a perda de sentido e integridade.

Processamento técnico – Também conhecido por processamento arquivístico. Consiste no conjunto de ações, teóricas e práticas, de identificação, classificação, avaliação, arranjo, descrição e preservação de arquivos.

Proveniência – Origem indicativa de pessoa, família ou instituição produtora de um arquivo.

Recolhimento – Ato de entrada de documentos para o arquivo permanente, fazendo com que deixem de ser passíveis de eliminação.

Sonoro – Gênero documental constituído por registros sonoros.

Transferência – Ato de passagem de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário para o cumprimento de prazos de guarda.

Apêndice 2:

Uma breve explicação sobre as epígrafes

Todos os capítulos dessa tese tiveram como epígrafe uma frase extraída de uma obra artística de algum autor lusófono, seja ele poeta, músico ou romancista. A escolha de cada epígrafe, teve como objetivo, despertar no leitor a curiosidade sobre o tema tratado e induzi-lo, de forma explícita ou metafórica, a refletir sobre suas representações e apropriações. A língua portuguesa e todos os contextos em que ela está inserida, trazem consigo a marca da constituição dos países que compõem a CPLP, além disso, nossa língua está registrada, indelevelmente, nos registros documentais que contam nossas histórias pessoais, dos nossos povos e nações, tornando-se fundamento de nossa identidade enquanto coletividade. Sua multiculturalidade a fortalece e a transforma.